SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 5ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

21/09/2020
SEGUNDA-FEIRA
às 13 horas e 30 minutos

Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Segunda-feira, às 13 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 33/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**14**
2	**MSF 45/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	**80**
3	**MSF 22/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA KÁTIA ABREU**	**141**
4	**MSF 26/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	**184**
5	**MSF 30/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA ELIZIANE GAMA**	**258**
6	**MSF 42/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR MECIAS DE JESUS**	**325**

7	**MSF 46/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA ELIZIANE GAMA**	**387**
8	**MSF 23/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR HUMBERTO COSTA**	**438**
9	**MSF 35/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR NELSINHO TRAD**	**494**
10	**MSF 44/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**542**
11	**MSF 47/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR FERNANDO COLLOR**	**610**

(23)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)						
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	3303-5291 / 5292	1	Renan Calheiros(MDB)(10)	AL	3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	3303-3522 / 3593 / 3475	2	Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE	3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652	3	Simone Tebet(MDB)(9)	MS	3303-1128
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	4	Diego Tavares(PP)(5)(36)(22)	PB	3303-6788 / 6790
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192	5	Vanderlan Cardoso(PSD)(11)	GO	3303-2092 / 2099
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)						
Roberto Rocha(PSDB)(8)(32)(33)	MA	3303-1437 / 1506	1	Izalci Lucas(PSDB)(8)(30)(28)(35)	DF	3303-6049 / 6050
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	3303-2191	2	Flávio Bolsonaro(REPUBLICANOS)(14)	RJ	3303-1717 / 1718
Major Olimpio(PSL)(13)	SP	3303-4177	3	Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS	3303-1775
Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)						
Kátia Abreu(PP)(3)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	1	Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO	3303-3131 / 3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP	3303-6777 / 6568	2	Flávio Arns(PODEMOS)(3)	PR	3303-6301
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3303-6741 / 6703	3	Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB	3303-2252 / 2481
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)						
Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21)	AL	3303-5783 / 5787	1	VAGO(7)		
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	3303-6390 / 6391	2	Telmário Mota(PROS)(16)(7)	RR	3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE	3303-6285 / 6286				
PSD						
Nelsinho Trad(2)	MS	3303-6767 / 6768	1	Carlos Fávaro(2)(34)	MT	3303-6408
Antonio Anastasia(2)(31)	MG	3303-5717	2	Angelo Coronel(2)(31)	BA	3303-6103 / 6105
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)						
Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	3303-2281 / 2287	1	Marcos Rogério(DEM)(4)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	3303-6623	2	Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
PODEMOS						
Marcos do Val(27)(20)	ES	3303-6747 / 6753	1	Elmano Férrer(27)(20)(29)	PI	3303-2415 / 3055 / 1015

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

(4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
(22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
(23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
(24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
(25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
(26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(28) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(29) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(30) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(31) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(32) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(33) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(34) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(35) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(36) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 21 de setembro de 2020
(segunda-feira)
às 13h30

PAUTA

5ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:
1. Inclusão do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2020 e
Mudança na relatoria da MSF 4, de 2020. (16/09/2020 10:07)
2. Fixa o horário de abertura da votação das Sabatinas. (18/09/2020 09:29)
3. Informação de reunião a ser realizada de forma semipresencial. (30/09/2020 20:02)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 33, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Rocha (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad hoc*: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada
Observações:
1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:
Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 45, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada
Observações:
1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:
Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV,

da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcio Bittar (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercera cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para pauta.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o

nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 10

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 11

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

Normas e diretrizes para a 4ª e 5ª Reuniões da CRE:

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, fica concedida vista coletiva **automática**, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
2. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das senhoras e senhores senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, **a votação será obrigatoriamente presencial**, com 2 (duas) urnas de votação secreta ***drive-thru*** na entrada da Garagem Coberta e 3 (três) urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo 2 (duas) urnas em frente ao Plenário 3 e 1 (uma) urna em seu interior. A votação será iniciada **2 (duas) horas** após o início da reunião.
3. Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em 2 (dois) grupos com 4 (quatro) embaixadores e 1 (um) grupo com 3 (três). As sabatinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com os 2 (dois) grupos seguintes. Ao final das 11 (onze) arguições, será realizada a apuração dos votos.
4. O acesso à Sala de Reunião estará restrito às senhoras e senhores senadores, às autoridades a serem sabatinadas, e aos funcionários da Secretaria de Comissões, no estrito exercício de suas atribuições;
5. Caso necessário, 1 (um) assessor poderá adentrar à Sala de Reunião para atender demanda do(a) respectivo(a) Senador(a), retirando-se após a finalidade cumprida.
6. As regras e procedimentos para a Reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria Geral nº 4, de 2020.
7. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (RISF. Art. 89, I).

1

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 6, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 33, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Roberto Rocha
RELATOR ADHOC: Senador Antonio Anastasia

21 de Setembro de 2020

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20377.23723-62

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 33, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque*.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Senhor Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, filho de Ivaldo Carvalho dos Santos e Lia Villafañe Gomes Santos, nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1981, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1987, a Primeiro-Secretário em 1996, a Conselheiro em 2007, e a Ministro de Segunda Classe em 2013, sempre por merecimento.

Em 2011, apresentou a tese "A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira", como requisito para a conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de assistente da Divisão de Sistematização da Informação, entre 1983 e 1986; assistente da Divisão das Nações Unidas de 1986 a 1988 e assessor da Divisão da América Central e Setentrional, de 1993 a 1995.

Foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República entre 2001 e 2005.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas: Lisboa, de 1988 a 1991; Bogotá, de 1991 a 1993; Estocolmo, de 1995 a 1999; Viena, de 1999 a 2001; Bruxelas, de 2005 a 2007; Adis Abeba, de 2007 a 2009; Washington, de 2009 a 2012; e Luanda, de 2012 a 2016.

É o Embaixador do Brasil no Benim desde 2016.

Foi agraciado com a Ordem do Mérito de Portugal, no grau de Oficial, em 1991; a Ordem da Estrela Polar da Suécia, no grau de Cavaleiro de 1ª Classe, em 1999; e a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial em 2003.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o Iraque, do qual destacamos as informações seguintes.

A República do Iraque é um país do Oriente Médio, com cerca de 438 mil km^2 e 39 milhões de habitantes. Sua capital é Bagdá.

SF/20377.23723-62

O Produto Interno Bruto (PIB) nominal per capita é de quase 6 mil dólares. O PIB em Paridade de Poder de Compra (PPP) per capita é da ordem de 18 mil dólares.

O Iraque é parceiro tradicional do Brasil no Oriente Médio. A aproximação entre os dois países foi impulsionada, inicialmente, pela coincidência de interesses no campo do petróleo.

Enquanto o Brasil dependia da importação de grandes quantidades de petróleo, o Iraque era um dos principais produtores mundiais da *commodity* e mantinha um dos maiores programas de investimentos em infraestrutura do mundo.

A cooperação entre ambos os Estados permitiu que o Brasil importasse petróleo iraquiano sem a exigência de garantias, pagando, em parte, com contratos de prestação de serviços de empresas brasileiras, com destaque para a construtora Mendes Júnior, importantes para a execução do projeto de modernização da infraestrutura iraquiana.

As relações bilaterais tornaram-se, a partir da década de 1980, complexas e onerosas. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para sustentar despesas decorrentes da guerra com o Irã, atrasando, consequentemente, pagamentos devidos a empresas brasileiras.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o governo brasileiro acatou determinação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. A medida acarretou a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. A dívida do Iraque com a União e com empresas brasileiras viria a tornar-se tópico relevante da agenda bilateral e só recentemente a questão foi solucionada.

O Brasil é hoje o único país latino-americano com embaixada no Iraque.

Em 2019, o intercâmbio comercial totalizou 883,8 milhões de dólares, tendo o Brasil exportado o equivalente a 649,2 milhões de dólares e importado o correspondente a 234,6 milhões de dólares, com saldo de 414,6 milhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou açúcar, carnes e bovinos e importou petróleo.

Os principais destinos das exportações iraquianas são a Índia,

SF/20377.23723-62

a China e os Estados Unidos. As principais origens das importações iraquianas são os Emirados Árabes, o Irã, a Turquia e a China.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SF/20377.23723-62

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 33/2020 - A. LUÍS S.-IRAQUE

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 33/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR ANTONIO ANASTASIA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO IRAQUE, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20377.23723-62

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 33, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque*.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Senhor Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos, filho de Ivaldo Carvalho dos Santos e Lia Villafañe Gomes Santos, nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1981, por concurso, tornando-se Terceiro-Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1987, a Primeiro-Secretário em 1996, a Conselheiro em 2007, e a Ministro de Segunda Classe em 2013, sempre por merecimento.

Em 2011, apresentou a tese "A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira", como requisito para a conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de assistente da Divisão de Sistematização da Informação, entre 1983 e 1986; assistente da Divisão das Nações Unidas de 1986 a 1988 e assessor da Divisão da América Central e Setentrional, de 1993 a 1995.

Foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República entre 2001 e 2005.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas: Lisboa, de 1988 a 1991; Bogotá, de 1991 a 1993; Estocolmo, de 1995 a 1999; Viena, de 1999 a 2001; Bruxelas, de 2005 a 2007; Adis Abeba, de 2007 a 2009; Washington, de 2009 a 2012; e Luanda, de 2012 a 2016.

É o Embaixador do Brasil no Benim desde 2016.

Foi agraciado com a Ordem do Mérito de Portugal, no grau de Oficial, em 1991; a Ordem da Estrela Polar da Suécia, no grau de Cavaleiro de 1ª Classe, em 1999; e a Ordem de Rio Branco, no grau de Oficial em 2003.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o Iraque, do qual destacamos as informações seguintes.

A República do Iraque é um país do Oriente Médio, com cerca de 438 mil km^2 e 39 milhões de habitantes. Sua capital é Bagdá.

SF/20377.23723-62

O Produto Interno Bruto (PIB) nominal per capita é de quase 6 mil dólares. O PIB em Paridade de Poder de Compra (PPP) per capita é da ordem de 18 mil dólares.

O Iraque é parceiro tradicional do Brasil no Oriente Médio. A aproximação entre os dois países foi impulsionada, inicialmente, pela coincidência de interesses no campo do petróleo.

Enquanto o Brasil dependia da importação de grandes quantidades de petróleo, o Iraque era um dos principais produtores mundiais da *commodity* e mantinha um dos maiores programas de investimentos em infraestrutura do mundo.

A cooperação entre ambos os Estados permitiu que o Brasil importasse petróleo iraquiano sem a exigência de garantias, pagando, em parte, com contratos de prestação de serviços de empresas brasileiras, com destaque para a construtora Mendes Júnior, importantes para a execução do projeto de modernização da infraestrutura iraquiana.

As relações bilaterais tornaram-se, a partir da década de 1980, complexas e onerosas. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos os seus recursos para sustentar despesas decorrentes da guerra com o Irã, atrasando, consequentemente, pagamentos devidos a empresas brasileiras.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o governo brasileiro acatou determinação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. A medida acarretou a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. A dívida do Iraque com a União e com empresas brasileiras viria a tornar-se tópico relevante da agenda bilateral e só recentemente a questão foi solucionada.

O Brasil é hoje o único país latino-americano com embaixada no Iraque.

Em 2019, o intercâmbio comercial totalizou 883,8 milhões de dólares, tendo o Brasil exportado o equivalente a 649,2 milhões de dólares e importado o correspondente a 234,6 milhões de dólares, com saldo de 414,6 milhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou açúcar, carnes e bovinos e importou petróleo.

Os principais destinos das exportações iraquianas são a Índia,

SF/20377.23723-62

a China e os Estados Unidos. As principais origens das importações iraquianas são os Emirados Árabes, o Irã, a Turquia e a China.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20377.23723-62

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 33, DE 2020

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da Mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 411

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Os méritos do Senhor **LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de julho de 2020.

EM nº 00101/2020 MRE

Brasília, 3 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Iraque.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003620/2020-42

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 414/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Iraque.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/07/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2018267** e o código CRC **35C4A312** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003620/2020-42 SEI nº 2018267

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS*
CPF.: 238.616.901-44
ID.: 8117 MRE

1957	Filho de Ivaldo Carvalho dos Santos e Lia Villafañe Gomes Santos, nasce em 15 de maio, em Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1981	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2001	Economia pela University of London, Londres, Reino Unido
2011	CAE - IRBr - A Arquitetura de Paz e Segurança Africana e suas Implicações para a Política Externa Brasileira
Cargos:	
1982	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2013	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1983-86	Divisão de Sistematização da Informação, assistente
1986-88	Divisão das Nações Unidas, assistente
1988-91	Embaixada em Lisboa, Segundo-Secretário
1991-93	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1993-95	Divisão da América Central e Setentrional, assessor
1995-99	Embaixada em Estocolmo, Segundo e Primeiro-Secretário
1999-2001	Embaixada em Viena, Primeiro-Secretário
2001-05	Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, Segurança Institucional, Gabinete, Assessor Internacional
2005-07	Embaixada em Bruxelas, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-09	Embaixada em Adis Abeba, Ministro-Conselheiro
2009-12	Embaixada em Washington, Conselheiro
2012-16	Embaixada em Luanda, Ministro-Conselheiro
2016	Embaixada em Cotonou, Embaixador
Condecorações:	
1991	Ordem do Mérito, Portugal, Oficial
1999	Ordem da Estrela Polar, Suécia, Cavaleiro de 1ª Classe
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
Publicações:	
2002	O Brasil no Contexto Internacional - ONU e O Brasil no Contexto Internacional - OEA, in Curso de Homogeneização de Conhecimentos para Conselheiros Municipais Antidrogas, Secretaria Nacional Antidrogas e UFSC, Florianópolis
2004	O Processo de Modificação das Listas Anexas à Convenção Única sobre Entorpecentes, in Anais do Simpósio Cannabis Sativa L e Substâncias Canabinóides em Medicina, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas, Escola Paulista de Medicina/SP
2011	A Arquitetura de Paz e Segurança Africana, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II

IRAQUE







MAÇO INFORMATIVO
Maio de 2020

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República do Iraque
CAPITAL:	Bagdá
ÁREA:	438.317 km²
POPULAÇÃO:	39,12 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e Curdo (na região do Curdistão)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã xiita (64-69%) e sunita (29-34%); cristianismo (1%); outras (1-4%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Legislativo unicameral ("Conselho de Representantes")
CHEFE DE ESTADO:	Presidente da República Barham Salih (desde 2/10/18)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Mustafa Al Kadhimi (desde 6/5/20)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Vago
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US$ 225,53 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 704,392 bilhões
PIB *PER CAPITA (2019)*:	US$ 5.759
PIB *PER CAPITA* PPP (2019):	US$ 18.008
VARIAÇÃO DO PIB (2019):	2.8% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,685 (120ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	43.7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	8.2%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar iraquiano (ID)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM BAGDÁ:	Embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
EMBAIXADOR DO IRAQUE EM BRASÍLIA:	Encarregado de Negócios, a.i., Jameel Kamil A. Jabbar Al-Mashhadani
BRASILEIROS NO PAÍS:	128

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRAQUE US$ milhões (fonte: MDIC)												
Brasil → Iraque	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Intercâmbio	1.292	968	1.026	1.298	1.250	972	1.267	783	570	936	916,29	883,8
Exportações	106	250	287	400	288	280	226	307	455	811	589,12	649,2
Importações	1.186	718	738	898	962	691	1.041	477	115	125	327,17	234,6
Saldo	-1.079	- 468	-450	-497	-674	-410	-814	-170	341	685	261,95	414,6

APRESENTAÇÃO

O território que hoje constitui o Iraque foi formado pela junção de três províncias (Basra, Bagdá e Mosul) que integravam o Império Otomano, desmembrado em 1920 em consequência da I Guerra Mundial. A Liga das Nações submeteu o atual território iraquiano à tutela britânica, por meio de mandato.

Em agosto de 1921, Faisal Hussein, da dinastia Hashemita do Hejaz, foi coroado rei sob o mandato britânico do Iraque. O Iraque tornar-se-ia Estado independente em 1932. Faisal I morreu em 1933 e foi sucedido por seu filho, Ghazi, que governou de 1933 a 1939. O reinado de Ghazi caracterizou-se pela instabilidade política e pela intervenção cada vez maior dos militares no governo do país. Ghazi morreu em 1939, aos 28 anos, num acidente automobilístico de recortes suspeitos. Como Faisal II tinha apenas quatro anos, estabeleceu-se uma regência governada pelo seu tio, príncipe Abd al-Ilah, que aproximou o Iraque ainda mais da Grã-Bretanha.

Contra a campanha pró-britânica iniciada pelo regente Abd al-Ilah, Rashid Ali, um oficial nacionalista do exército, toma o poder em 1º de abril de 1941 por meio de um golpe militar e começa uma campanha contra a influência britânica no Iraque, formando um novo governo, pró-Alemanha. Logo após, o Reino Unido intervém, causando a Guerra Anglo-Iraquiana, que durou apenas de 2 a 31 de maio, terminando com a derrubada do governo de Rashid Ali e o retorno do regente pró-britânico, príncipe Abd al-Ilah, no poder.

Os termos do armistício restabeleceram o controle britânico sobre o território iraquiano. Seguiu-se a formação do governo do regressado Abd al-Ilah por mais 15 anos. A Grã-Bretanha ocupou o Iraque até 1945, com o final da II Guerra Mundial.

Em maio de 1948, ao declarar-se a independência de Israel, os exércitos do Iraque e Transjordânia, atual Jordânia, invadiram o novo Estado. Com a derrota das forças árabes que atacavam Israel, um cessar-fogo foi assinado em 11 de maio de 1949. Terminado o conflito, a maioria dos 80 mil judeus da Mesopotâmia emigraram para o Estado hebraico.

Em 1953, foram feitas as primeiras eleições parlamentares por sufrágio direto. Restabeleceu-se o governo constitucional e Faisal II acedeu ao trono formalmente ao atingir a maioridade. Em fevereiro de 1958, logo após a formação da República Árabe Unida, entre Egito e Síria, foi constituída a União Árabe do Iraque e da Jordânia.

Em 14 de julho de 1958, o general Abd al Karim Qasim derrubou a monarquia e instaurou a República, fazendo-se primeiro-ministro e instalando um regime nacionalista de esquerda, que persistiu até 1963, quando o Partido Socialista Árabe Baath liderou golpe de Estado, tornando presidente Abd al Salam Muhammad Arif. Três anos depois, Abd al Raman Muhammad Arif sucedeu o irmão, morto em acidente de helicóptero. Em 1968, Abd al Raman foi deposto em novo golpe de Estado promovido pelo Baath. Seu sucessor foi então o general Ahmad Hassan al Bakr.

Em 1972, o Iraque nacionalizou a petrolífera IPC (“Iraq Petroleum Company”) e, em 1975, Irã e Iraque assinaram tratado de paz que se propunha definitivo, inclusive com cláusulas sobre delimitação de fronteiras. Quatro anos depois, o presidente Al Bakr renunciou, sendo sucedido pelo vice-presidente e sobrinho Saddam Hussein, que vinha tendo importante participação sobre a política iraquiana desde 1973, com domínio sobre os serviços

de segurança e militares.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA EXCELÊNCIA O SENHOR BARHAM SALIH
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO IRAQUE



Barham Salih nasceu em 1960 em Suleimania, no Curdistão iraquiano. Durante sua juventude, militou na União Patriótica do Curdistão (PUK), à qual aderiu em 1976. Em 1979, foi preso e torturado pelo regime baathista por alegado envolvimento com o movimento nacionalista curdo. Exilou-se no Reino Unido após concluir o ensino médio. Tornou-se porta-voz do PUK em Londres em 1985 e, em 1991, foi indicado como representante do Governo Regional do Curdistão junto a Washington.

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Cardiff, no País de Gales e possui doutorado em Estatística e Modelagem computacional.

Desde a queda do regime baathista, ocupa importantes cargos políticos no Iraque. Foi primeiro-ministro do governo provisório do Iraque, vice-primeiro-ministro durante o governo de Nouri Al Maliki, além de primeiro-ministro do Governo Regional do Curdistão.

SUA EXCELÊNCIA O SENHOR MUSTAFA AL-KADHIMI
PRIMEIRO-MINISTRO



Nascido Mustafa Abdellatif Mshatat, em 1967, em Bagdá, estudou Direito na Universidade Al-Turath. Deixou o Iraque em 1985, quando partiu para o Irã e, em seguida, para a Alemanha e o Reino Unido, do qual se tornaria cidadão.

É mais conhecido por seu trabalho de jornalista, quando adotou o nome al-Kadhimi, com postura oposicionista ao governo de Saddam Hussein.

Após a queda de Saddam, em 2003, al-Kadhimi regressou a seu país e co-fundou a Iraqi Media Network, paralelamente ao seu trabalho como diretor executivo da Iraq Memory Foundation, uma organização fundada com o objetivo de documentar os crimes sob o regime de Hussein e do partido Baath.

Al-Kadhimi atuou como editor-chefe da revista Newsweek no Iraque, entre 2010 e 2013, e como e editor da seção sobre Iraque do site Al-Monitor, com sede nos EUA.

Em junho de 2016, assumiu a função de diretor do Serviço Nacional de Inteligência iraquiano, no contexto da intensificação do combate contra o autointitulado "Estado Islâmico" (EI). Durante sua gestão, aprofundou laços com inúmeros países e agências no âmbito da coalizão liderada pelos EUA contra o EI.

É considerado pragmático e habilidoso no cultivo de relações com todos os principais atores do espectro político iraquiano, bem como com os EUA e, mais recentemente, também com o Irã, além de manter amizade pessoal com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman.

Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro do Iraque em 6 de maio de 2020, após quase seis meses de disputas políticas internas para a escolha do sucessor do ex-PM Adel Abdul Mahdi, que renunciara em novembro de 2019.

Al-Kadhimi não é filiado a partido político.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Iraque é parceiro tradicional do Brasil no Oriente Médio, tendo o primeiro contato entre os governos brasileiro e iraquiano sido realizado em 1935. Relações diplomáticas entre ambos os países foram oficialmente estabelecidas em 1967, com a embaixada brasileira em Damasco tornando-se responsável por representar o Brasil junto às autoridades iraquianas. Em 1971, foi acreditado o primeiro embaixador iraquiano junto ao governo brasileiro e, no ano seguinte, foi inaugurada a embaixada do Brasil residente em Bagdá.

A aproximação entre os dois países foi impulsionada, inicialmente, pela coincidência de interesses no campo do petróleo. O Iraque, no início da década de 1970, havia nacionalizado os interesses estrangeiros na exploração de seu petróleo e o Brasil foi o primeiro país a desconsiderar o bloqueio imposto pelos países das companhias detentoras das reservas. Nesse contexto, a Braspetro foi convidada, em 1972, a participar da prospecção de petróleo no país, havendo localizado, em 1976, a importante jazida de Majnoon, a maior já encontrada no Iraque.

Enquanto o Brasil dependia da importação de grandes quantidades de petróleo, o Iraque era um dos principais produtores mundiais da *commodity* e mantinha um dos maiores programas de investimentos em infraestrutura do mundo. A cooperação entre ambos os Estados permitiu que o Brasil importasse petróleo iraquiano sem a exigência de garantias, pagando, em parte, com contratos de prestação de serviços de empresas brasileiras, com destaque para a construtora Mendes Júnior, importantes para a execução do projeto de modernização da infraestrutura iraquiana. Estendeu-se a cooperação bilateral a campos sensíveis como o do uso pacífico de energia nuclear e do desenvolvimento de produtos de defesa. Celebraram-se convênios entre institutos de pesquisa científica e ajustes para o treinamento de mão-de-obra iraquiana no Brasil.

As relações bilaterais tornaram-se, a partir da década de 1980, complexas e onerosas. Os iraquianos passaram a canalizar quase todos seus recursos para sustentar despesas decorrentes da guerra com o Irã, atrasando, consequentemente, pagamentos devidos a empresas brasileiras. Para que o Brasil continuasse a importar petróleo iraquiano, foram realizadas diversas operações financeiras entre prestadoras de serviços brasileiras, Banco do Brasil e Petrobras, de modo a permitir a continuidade das obras de infraestrutura no Iraque.

Durante a Guerra do Golfo, em 1991, o governo brasileiro acatou determinação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigia que todos os seus nacionais – pessoas físicas e jurídicas – deixassem imediatamente o Iraque. A medida acarretou a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. A dívida do Iraque com a União e com empresas brasileiras viria a tornar-se tópico relevante da agenda bilateral.

Apesar de a embaixada do Brasil em Bagdá não ter sido fechada desde que instalada, em 1972, decidiu-se esvaziá-la de seu pessoal diplomático em janeiro de 1991, diante da eclosão da Guerra do Golfo. Em 2004, criou-se núcleo de Assuntos Iraquianos junto à embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual da embaixada em Bagdá. O governo brasileiro designou, em 2005, embaixador com residência temporária em

Amã, o qual recebeu agrément em 2006, mesmo ano em que iniciou suas funções. O pessoal diplomático brasileiro retornou a Bagdá em março de 2012. Entre outubro e dezembro de 2014, as atividades da missão foram, novamente, interrompidades, em razão da deterioração das condições de segurança no contexto dos combates ao autointitulado "Estado Islâmico" (EI).

O Brasil é hoje o único país latino-americano com embaixada no Iraque. É, também, ao lado da Austrália e da Nova Zelândia, um dos três únicos países do hemisfério sul com representação de alto nível, em caráter permanente, em Bagdá.

A partir de meados da década de 2000, Brasil e Iraque empenharam-se na intensificação do diálogo político e na realização de visitas oficiais. Em sua primeira viagem ao exterior após a assunção do novo governo provisório, o presidente Talabani chefiou a delegação iraquiana presente à Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília em maio de 2005. Em junho de 2015, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Ibrahim Al Jaafari, realizou visita oficial ao Brasil, oportunidade em que foram tratados temas como o incremento e a diversificação do intercâmbio econômico-comercial e de investimentos, bem como questões das agendas regionais e internacionais de interesse dos dois países.

O Iraque é o país árabe da região do Golfo com o qual o Brasil possui o maior número de reuniões de comissões mistas realizadas: 9, no total, desde 1979. As últimas foram realizadas em 2011, em Brasília, e em 2012, em Bagdá.

O Brasil conta com impressão favorável do povo iraquiano e desfruta situação privilegiada quando comparada à de vários outros países representados em Bagdá, podendo posicionar-se estrategicamente para as múltiplas oportunidades que poderão surgir na agenda bilateral no médio prazo, a partir da derrota do EI, e no longo prazo, com a propalada estabilização política do país.

Em virtude do crescimento da renda per capita iraquiana na última década (58%), as relações comerciais tornaram-se mais intensas nesse período, com a corrente de comércio entre os países tendo superado, em alguns anos, US$ 1 bilhão. A partir de 2014, com a tendência de forte queda do preço do petróleo e com a ascensão do EI no Iraque, o intercâmbio comercial entre os países diminuiu de US$ 1,267 bilhões, em 2014, para US$ 570 milhões, em 2016, transformando o tradicional déficit que o Brasil mantinha com o Iraque em superávit, tendência que se mantém. Em 2019, a corrente de comércio atingiu US$ 883,8 milhões, com um superávit de US$ 414,6 milhões para o Brasil. O principais produtos brasileiros exportados para o Iraque em 2019 foram açúcar (40,8%), carnes (29,5%), animais bovinos (13,6%) e tubos de aço e ferro (9,7%). O Brasil importou do Iraque, no mesmo ano, conforme esperado, óleos brutos de petróleo (99,9%).

O Iraque importa, em média, cerca de 74% de tudo o que consome e há grande potencial de diversificação da pauta comercial entre os países. Por um lado, as importações brasileiras do Iraque concentraram-se, em 2017, exclusivamente no óleo de bruto do petróleo. Por outro lado, açúcares e carnes totalizaram mais de 83% das exportações brasileiras para o Iraque. No contexto da reconstrução iraquiana, criam-se possibilidades para a expansão e diversificação do comércio bilateral. Levantamento realizado pela embaixada do Brasil em Bagdá revelou o interesse dos iraquianos em adquirir do Brasil os seguintes produtos: medicamentos e equipamentos médico-hospitalares; geradores, materais e motores elétricos;

materiais de construção; tubos; equipamentos de defesa, inclusive aviões; equipamentos agrícolas, inclusive tratores e sistemas de irrigação; equipamentos de produção de energia fotovoltáica; veículos de passageiros, caminhões, carretas e ônibus; leite em pó, açúcar, arroz, soja e milho, além de outros produtos já tradicionalmente exportados para este mercado, como frango e carne bovina.

O Brasil é visto pelo Iraque como parceiro econômico estratégico, capaz de fornecer produtos e serviços de qualidade com a necessária regularidade, oferecendo, além disso, a vantagem de não ter envolvido direto com as questões geopolíticas regionais, que resultam, às vezes, na interrupção do fornecimento. Representantes iraquianos expressaram interesse em atrair indústrias brasileiras dos setores siderúrgico, metal-mecânico e de produção de cimento, de vidro e de energia elétrica. Manifestaram, ademais, a expectativa de contar com a participação de empresas brasileiras na produção de alimentos no país, particularmente nos setores de produção de ovos e de carne de frango e de refino de açúcar. Iniciado, em 2017, o período de reconstrução após a liberação dos territórios ocupados pelo EI, abriu, também, oportunidades nos setores de hidrocarbonetos, de infraestrutura e de mineração – a Vale chegou a manifestar interesse em explorar mina de fosfato existente na província de Anbar. Resta saber se as condições de segurança e o ambiente de negócios no país se aprimoram nos próximos anos, de modo a garantir atratividade para eventuais investimentos.

A dívida iraquiana com o Brasil, originada de operações desenvolvidas por empresas brasileiras no país médio-oriental durante as décadas de 1970 e 1980, foi aspecto relevante do relacionamento bilateral, mas recentemente solucionada. Em 1/9/17, foram concluídas, em Brasília, negociações entre o ministério da Fazenda e o ministério das Finanças do Iraque para a reestruturação da dívida iraquiana de US$ 430.947.465,49 com a União. O contrato foi aprovado pelo Senado Federal e, posteriormente, assinado pelas partes em 14/9/18. Por meio do acordo, o Brasil concedeu ao Iraque cancelamento de 89,75% da dívida, mediante o recebimento de US$ 59.253.045,34 em uma única parcela, paga no mesmo mês. A dívida com a Petrobras foi também já paga.

A renegociação da dívida do Iraque com o governo brasileiro eliminou impedimentos legais para que bancos públicos brasileiros voltem a oferecer linhas de crédito para empresas interessadas em exportar para o Iraque ou em investir em projetos de reconstrução nacional pós-conflito. A crise econômica pela qual passa o Iraque, em decorrência da queda dos preços do petróleo, em 2020, além de necessidade de avanços na estabilidade política e de segurança, podem dificultar impulso nas relações econômicas bilaterais.

A cooperação em defesa entre Brasil e Iraque foi muito limitada nas últimas duas décadas, a despeito de sua intensidade na década de 1980. Após a mudança de regime na década de 2000, o Iraque inseriu-se na órbita de influência norte-americana em questões de defesa e segurança. Não há, no momento, nenhum militar brasileiro ou iraquiano em treinamento nas forças armadas do outro país. Cria-se, portanto, a possibilidade de reintensificação da cooperação em defesa entre os países. Avaliação conjunta do MRE e do MD levaram à inclusão do Iraque no grupo de países prioritários para o fortalecimento da cooperação em defesa.

O Iraque tem demandado cooperação técnica de muitos países, inclusive do

Brasil, em diversos setores. Há muito interesse, por exemplo, na cooperação sul-sul em agricultura e segurança alimentar.

No que se refere a temas consulares, estima-se que 128 brasileiros residam no Iraque, majoritariamente adultos e do sexo feminino. Aproxidamente 10 brasileiros viajam ao país por ano, com objetivos diversos e período de permanência médio de um mês.

POLÍTICA INTERNA

A República do Iraque possui, atualmente, 39 milhões de habitantes, o que lhe rende a posição de país com a quarta maior população do Oriente Médio, atrás apenas do Egito, do Irã e da Turquia. O território iraquiano está dividido em dezoito províncias, das quais três formam a região autônoma do Curdistão, ao norte, na fronteira com o Irã, a Turquia e a Síria. Bagdá, Najaf e Karbala (estes dois últimos, importantes centros de peregrinação religiosa), Basra (principal *hub* de transporte marítimo do Iraque) e Erbil (capital do Curdistão iraquiano) destacam-se como maiores centros de consumo e desempenham papel fundamental na distribuição de produtos e serviços para o restante do mercado nacional. Mosul, no norte, que era a segunda maior cidade do país, ficou devastada com os conflitos gerados pela ocupação pelo EI, de 2014 a 2017.

A situação político-econômica que predominou no Iraque nos últimos anos é resultado de quase quatro décadas de conflitos externos e tensões internas que provocaram recorrentes crises humanitárias, enfraqueceram suas instituições e minaram sua coesão social. A guerra com o Irã (1980-1988) e as consequências da invasão do Kuwait (1990-1991) arruinaram a economia iraquiana, tendo desencadeado, ainda, a repressão do governo de Saddam Hussein a curdos e xiitas, com o intuito de criar núcleo de sustentação calcado na minoria árabe sunita (cerca de 20% da população).

Ao isolamento econômico e à repressão da década de 90 seguiu-se, em 2003, a operacão liderada pelos EUA que resultou na queda de Saddam Hussein, na esteira dos atentados de 11 de setembro de 2001. A autoridade provisória da coalizão (abril 2003-junho 2004) dissolveu as forças armadas iraquianas e o partido Baath, as duas principais instituições de alcance nacional. A autoridade foi seguida pelo governo provisório do Iraque, responsável por redigir a atual Constituição iraquiana, promulgada em 2005.

A Constituição de 2005, que introduziu o federalismo no país, reconheceu o Curdistão iraquiano como a única região autônoma do Iraque, com prerrogativas como a manutenção de forças armadas (os *peshmerga*) e parlamento próprios. Apesar das extensas garantias oferecidas pela Constituição, restam importantes pontos de divergência entre Bagdá e o governo regional do Curdistão (KRG), em especial, a divisão da renda petrolífera nacional, a definição das fronteiras da região autônoma e os limites operacionais dos "peshmerga", objeto de acirramento de correntes independentistas locais.

O Iraque adotou como sistema de governo a república parlamentar, federativa e representativa. A chefia de Estado cabe ao presidente da República, escolhido pelo Conselho de Representantes (equivalente, no Brasil, à Câmara dos Deputados). O Conselho é integrado por 328 deputados e representa, em modalidade unicameral, o Poder Legislativo. A chefia de governo é exercida pelo primeiro-ministro, normalmente o líder da coalizão vencedora nos pleitos eleitorais nacionais que têm lugar a cada quatro anos.

Vigora, no Iraque, o sistema informal de “muhasasa”, implementado após aprovada a atual Constituição, em 2005, segundo o qual a representação no Governo é dividida entre os diversos grupos etno-religiosos do país. Pelo sistema, a presidência da República é ocupada por um curdo, o Primeiro-Ministro deve ser um xiita e a presidência do parlamento cabe a um sunita.

A despeito dos desafios no âmbito da segurança, o jovem regime democrático-parlamentar iraquiano avança em seu processo de consolidação institucional, tendo sido realizadas 4 eleições gerais desde a promulgação da Constituição (2006, 2010, 2014 e 2018).

Em 25/9/17, o governo regional do Curdistão iraquiano (KRG) realizou consulta aos habitantes da região autônoma e de territórios adjacentes sobre seu desejo de independência do Iraque. O governo central iraquiano condenou o referendo sobre a independência do Curdistão como ilegítimo e inconstitucional, enquanto KRG afirmou que a iniciativa teria caráter meramente consultivo. O referendo encontrou oposição praticamente unânime, à exceção de Israel. Países vizinhos com expressiva minoria curda, como Irã e Turquia, impuseram restrições ao comércio e ao trafégo fronteiriço com o Curdistão. Em novembro, a Suprema Corte considerou o referendo ilegal, concluindo pela vedação constitucional a iniciativas secessionitas. Entre as consequências da crise, destacam-se a tomada do controle da cidade Kirkuk pelo governo central, a demissão do presidente do KRG e disputa sobre a lei orçamentária para o ano fiscal de 2018 – que previu redução da proporção do orçamento destinada à região autonôma. Avalia-se que o movimento independentista perdeu “momentum” e que as forças políticas curdas buscarão reorganizar-se para inserção em novo governo iraquiano, renegociando, posteriormente, aspectos controversos do pacto federativo iraquiano.

O Brasil não se pronunciou publicamente sobre o referendo curdo de 25 de setembro, embora mantenha inalterada sua posição de apoio à integridade territorial do Iraque.

A reconquista da integralidade do território iraquiano antes ocupado pelo EI, anunciada em 9/12/17, representou importante marco para o governo iraquiano, que passou a concentrar seus esforços na reconstrução do país, a envolver o diálogo nacional e a retomada do desenvolvimento econômico. Ainda que tenha perdido seu caráter "proto-estatal", o EI continua ativo e organizando atos terroristas em diversos pontos do Iraque.

Na sequência das eleições parlamentares gerais de 12/5/18, o quarto pleito realizado no país desde a aprovação da Constituição de 2005, o PM Adel Abdul Mahdi representou escolha de consenso tanto das principais forças políticas quanto dos principais países influentes no Iraque (EUA e Irã).

Em 30/11/19, o PM Mahdi renunciou, pressionado pela onda de protestos populares contra a alegada ineficácia da sua administração, corrupção da classe política, os altos níveis de desemprego e a carência de serviços básicos, tais como água e eletricidade, em diversas localidades.

Os meses que se seguiram à renúncia testemunharam eventos com sérias repercussões locais e internacionais: ataques a instalações militares e diplomáticas dos EUA no Iraque e a operação norte-americana que resultou na morte do comandante da Força Quds da Guarda Revolucionária iraniana, Qasem Soleimani, e do vice-chefe das Forças de Mobilização Popular iraquianas (PMF, na sigla em inglês), Abu Mahdi Al Muhandis, em 3/1,

em Bagdá. Pressões internas e externas em torno de um novo primeiro-ministro paralisaram o país até a formação de um acerto minimante aceitável às elites etnoconfessionais que controlam o Iraque.

Em 6/5/20, após quase seis meses de disputas políticas internas, o Conselho de Representantes deu voto de confiança e aprovou o governo formado por Mustafa Kadhimi. O novo PM Kadhimi, sem filiação partidária, destaca-se por manter posição equilibrada entre as facções xiitas, Teerã e os aliados ocidentais da Coalizão Internacional contra o "Estado Islâmico". Tem pela frente grandes desafios no âmbito econômico, devido à acentuada queda dos preços de petróleo e a necessidade de aprovação de um orçamento público para 2020, ainda pendente.

Paralelamente, a Coalizão Internacional vem transferindo o comando de bases militares no país para forças iraquianas. A retirada de tropas estrangeiras, por razões puramente securitárias ou por prevenção contra o COVID-19, são celebradas oficialmente como indicações de restabelecimento da soberania iraquiana e de respeito à decisão do Parlamento iraquiano, de janeiro de 2020, que a exigiu. Não há ainda, contudo, definição quanto à retirada completa e definiva do Iraque de tropas estrangeiras da Coalizão.

O movimento de retorno de instalações militares ao comando iraquiano tem gerado preocupações de que as forças iraquianas não sejam capazes de conter o ressurgimento do EI, que tem intensificado ações em todo o território do Iraque. Ademais, a crise de segurança pode agravar-se em decorrência de ações de milícias contra representantes de interesses norte-americanos no país.

É incerta, ainda, a sorte de milícias que antes combateram o EI unidas, como parte das PMF, e que, após a morte de Suleimani e Al Mohandis, encontram-se aparentemente sem o comando unificado que tinham. A maioria delas se recusa a subordinar-se ao Exército iraquiano; outras têm se desviado para atividades criminosas. Há, além disso, o surgimento de novas milícias fora da estrutura das PMF, e, portanto, sem amparo legal.

Caso a crise política e econômica se agrave, o aumento da violência e de disputas sectárias poderão também voltar a ameaçar a integridade territorial do país, com a retomada do pleito de independência curda ou de reivindicações sunitas. A instabilidade poderia conferir ainda renovada força ao EI. Trata-se, portanto, de questão que supera a dimensão interna e regional, podendo ter impacto sobre a paz e a segurança internacionais.

POLÍTICA EXTERNA

Historicamente, a política externa iraquiana caracterizou-se pela busca de influência e liderança regional entre as nações árabes, disputando, em diferentes momentos e graus de intensidade, com Síria, Arábia Saudita e Egito. Nesse contexto, o Iraque invadiu o Irã, com o objetivo de controlar o canal de Shatt Al Arab e posicionar-se como "protetor dos povos árabes" na região do Golfo. A guerra entre os dois países se estendeu até 1988, esgotou as finanças iraquianas e, a seu cabo, o Iraque se viu virtualmente sem acesso ao mar do Golfo.

Em 2 de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, acusando o país de aumentar a produção petróleo para reduzir o preço do barril no mercado internacional, além de desviar petróleo de campos fronteiriços compartilhados pelos dois Estados. O Kuwait, ademais, era

considerado, por muitas lideranças iraquianas, como "província" a ser reintegrada ao Iraque, em razão de seus laços históricos com a antiga província otomana de Basra. Coalizão militar liderada pelos EUA e autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) expulsou o exército iraquiano do Kuwait após cinco semanas de combates. Em março de 1991, o Iraque aceitou os termos do cessar-fogo da Guerra do Golfo. Em 1994, a Assembleia Geral iraquiana reconheceu a independência e as fronteiras do Kuwait. As consequências da guerra foram devastadoras para a economia iraquiana, em razão de sanções impostas pela ONU e do isolamento regional do país.

Em fevereiro de 2002, na sequência dos atentados de 11 de setembro de 2001, o presidente dos EUA incluiu o Iraque no chamado “eixo do mal”, abrindo possibilidades de mudança de regime no país. A operação de culminou na queda de Saddam Hussein durou de março a maio de 2003.

A política externa dos governos iraquianos pós-2003 pautou-se pela normalização do diálogo com os países do entorno regional, mediante uma política de não interferência. O aprimoramento das relações do Iraque com os vizinhos auxiliou, por sua vez, o objetivo de reinserção do país na comunidade internacional, o que é evidenciado pelo encerramento do regime de sanções imposto pela ONU em 2014, grande vitória do país na diplomacia multilateral. Para esse êxito, contribuiu o avanço das negociações com o Kuwait sobre as dívidas da Guerra do Golfo e sobre o esclarecimento do destino de cidadãos e bens kuwaitianos durante o conflito.

Foi estatabelecida pelo CSNU, em agosto de 2003, a Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI). O mandato da UNAMI é de prestar assistência ao governo iraquiano em temas como diálogo político inclusivo e reconciliação nacional, processo eleitoral, planejamento de censos nacionais, facilitação do diálogo entre o Iraque e países vizinhos, promoção e proteção de direitos humanos e reformas legislativas e judiciárias. Em setembro de 2018, foi confirmada a nomeação da holandesa Jeanine Hennis-Plasschaert como representante especial do SGNU e nova chefe da UNAMI.

Desde 2006, o Iraque busca equilibrar-se entre Irã e EUA, como forma de preservar o delicado equilíbrio político interno do país. Atualmente, ambos os países exercem considerável influência sobre facções políticas iraquianas. A posição oficial do Iraque distingue-se da esposada pelas diferentes facções representadas no governo, a depender não só da confissão de seus componentes, mas também de orientações políticas e outras rivalidades. Consequentemente, o país adota postura de neutralidade em temas que polarizem os dois parceiros, como ocorre nos casos do conflito no Iêmen e na Síria.

A imposição da política norte-americana de “pressão máxima” sobre o Irã, na sequência da retirada dos EUA do acrodo nuclear iraniano (*Joint Comprehensive Plan of Action – JCPoA*), levou ao acirramento das tensões entre o país persa e os EUA, em 2019, culminando em ataques a instalações diplomáticas e militares dos EUA no Iraque e, em 3/1/20, na operação norte-americana que resultou na morte do comandante da Força Quds da Guarda Revolucionária iraniana, Qasem Soleimani, e do vice-chefe das Forças de Mobilização Popular iraquianas, Abu Mahdi Al Muhandis, em Bagdá. O Iraque acabou se consolidando, portanto, como principal palco para confrontação entre os EUA e o Irã.

É notável, também, a aproximação recente do Iraque com os países da Península Arábica, dos quais o Iraque é tradicionalmente mais distante, se comparado a outros países do

entorno. Desde meados da década de 2000, os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) iniciaram processo de reestabelecimento de relações diplomáticas com o Iraque, cujo marco inicial foi a abertura de embaixada dos Emirados Árabes Unidos (EAU), em 2008. No contexto da atual crise diplomática no Golfo – que opõe Arábia Saudita, Bahrein, Egito e EAU, de um lado, e Catar, de outro – evidenciam-se esforços por parte de Arábia Saudita e do Catar para se aproximarem do Iraque, por meio da intensificação de contatos políticos e da promessa de fundos para a reconstrução do país.

No que se refere à Turquia, destaca-se na relação com o Iraque a questão curda. Incursões militares turcas em território iraquiano para combater posições do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) têm causado tensões na relação bilateral. Em março e em junho de 2018, o ex-PM Abadi reiterou que não há coordenação entre os países nas operações contra o PKK e demandou respeito à soberania iraquiana. Por outro lado, a posição do governo turco de rechaço ao referendo pela independência da região autônoma do Curdistão iraquiano, realizado em setembro de 2017, foi apreciada pelo governo central iraquiano. A Turquia é o principal parceiro comercial do Iraque, responsável por 22% da corrente de comércio externo deste país. Adicionalmente, as principais fontes de abastecimento hídrico do Iraque, os rios Tigre e Eufrates, nascem em território turco, e a Turquia restringiu os respectivos fluxos fluviais, com o enchimento de uma represa e uso mais intensivo de irrigação.

Desde setembro de 2014, o esforço militar iraquiano se concentrou no combate ao EI, apoiado, nos planos diplomático e militar, pela ação de coalizão internacional liderada pelos EUA e integrada por aproximadamente sessenta países. As principais ações empreendidas pela coalizão foram a cessão de material militar a Bagdá e a realização de bombardeios aéreos contra alvos do EI. Considera-se que o apoio iraniano a determinadas milícas que compunham as unidades de mobilização popular (PMU) também tenha sido importante para a liberação dos territórios previamente ocupados pelo EI, anunciada em dezembro de 2017.

Há incertezas sobre a permanência dos contigentes militares norte-americanos que integravam a "coalizão anti-ISIS" no Iraque, estimados em cerca de 9 mil. Sunitas tendem a favorecer a permanência das tropas como forma de contrabalançar a presença maciça de xiitas no governo central. Integrantes de milícias xiitas, por sua vez, pressionam pela retirada mais rápida das forças norte-americanas.

A OTAN dispôs de uma missão de treinamento no Iraque de 2004 a 2011, encerrada após desentendimentos com o governo iraquiano em torno do status legal das tropas estrangeiras. Atualmente, a Organização possui equipe de consultores militares de aproximadamente 20 pessoas, que atuam na embaixada britânica em Bagdá desde 2017. Em resposta a recorrente demanda dos EUA para que a OTAN assuma um papel maior na estabilização do Iraque após o término das operações de combate contra o EI, a Organização aprovou, em fevereiro de 2018, o planejamento de missão de treinamento das forças armadas e policiais no Iraque, a pedido do governo iraquiano e da coalizão internacional liderada pelos EUA, com foco na formação de escolas e de academias militares.

ECONOMIA

Desde 2004, o Iraque voltou a ser receptor de investimentos diretos estrangeiros. A economia do país exibiu sinais de recuperação após 2006, crescendo, em média, 6% anualmente, entre 2007 e 2017. Em 2019, o PIB iraquiano chegou a US$ 704 bilhões (PPP).

A extração e exportação de petróleo continuam a ser a principal atividade econômica do país, respondendo por 90% das receitas do governo. Essa proporção tende a diminuir à medida que o país se estabiliza, já que o combate ao EI afetou desproporcionalmente o setor não petrolífero da economia, que encolheu 9,6% em 2015.

A indústria de petróleo responde, também, por 98,2% das exportações iraquianas, seguido pelas exportações de ouro (1,4%). Em 2018 (último ano com dados compilados disponíveis), os principais destinos das exportações iraquianas foram Índia (23,06%), China (22,47%), EUA (12,13%) e Coreia do Sul (9,57%). A pauta de importações, por sua vez, é diversificada, com destaque para máquinas elétircas (13%), máquinas mecânicas (9,3%) e automóveis (5,9%). Os principais fornecedores para o Iraque em 2018 foram EAU (21,2%), Irã (16,8%), Turquia (15,6%) e China (14,8%).

Os esforços de reconstrução do Iraque seguem favorecendo a reestruturação de operações comerciais internacionais e a criação de novas oportunidades de parcerias com empresas estrangeiras. Há, contudo, grandes desafios em relação ao financiamento da reconstrução iraquiana. Entre 12 e 14 de fevereiro de 2018, realizou-se, no Kuwait, a Conferência Internacional para a Reconstrução do Iraque, que logrou obter US$ 30 bilhões para a reconstrução do país. O valor arrecadado é suficiente para financiar a primeira fase do processo de reconstrução, estanto, no entanto, muito abaixo da exigência para a completude do processo, cujo valor é estimado em US$ 88 bilhões. O Brasil participou da Conferência no segmento governamental e também no do setor privado, por meio da Câmara de Comércio Brasil-Iraque. O Brasil não ofereceu contribuição financeira, mas foi ressaltada, posteriormente, a possibilidade de cooperação técnica.

Sérios desafios ainda se impõem à reconstrução do Iraque após décadas de guerras praticamente ininterruptas, especialmente no que tange à falta de ambiente atrativo a investimentos do setor privado estrangeiro no curto prazo. Os sérios problemas de segurança interna e as deficiências no ambiente de negócios têm dificultado, embora não obstaculizado por completo, o renascimento e a intensificação da cooperação econômica do Iraque com outros países.

A economia iraquiana foi fortemente afetada pelo colapso dos preços de petróleo, no início de março de 2020, decorrentes do aumento da produção da Arábia Saudita e demais países da OPEP. Análises mais otimistas apontam para uma queda de 2/3 na arrecadação do governo. Apesar de ter custos de produção de petróleo relativamente baixos, a economia iraquiana está entre as menos diversificadas do grupo que integra a OPEP, circunstância que deixou o país sobremaneira exposto à recente guerra de preços deflagrada entre a Rússia e a Arábia Saudita, bem como aos impactos da redução de demanda, na esteira da pandemia do coronavírus.

Em meio à escalada na crise política e de segurança vivida nos últimos meses, ao que se acrescentam as consequências – de dimensões ainda desconhecidas – da pandemia de

COVID-19, o Iraque, segundo maior produtor dentre os países-membros da OPEP, fazia planos de incrementar a sua produção para compensar a brutal queda de ingressos. Consequência imediata das medidas emergenciais de combate ao alastramento do coronavírus no Iraque, a redução ou paralisação da produção em importantes campos petrolíferos constituem dificuldades adicionais à meta.

Diante da necessidade de compensar o menor ingresso de divisas, o governo do Iraque iniciou entendimentos junto às companhias petrolíferas estrangeiras com vistas a reduzir os custos de extração em, pelo menos, 30%. Também estão em negociação adiamentos das liquidações de obrigações financeiras com empresas subcontratadas – ou, em certos casos, redução de 50% no valor nominal das obrigações a serem liquidadas – e a revisão da forma de remuneração das operações de produção. Atualmente, o Iraque paga às companhias petrolíferas estrangeiras que extraem o seu petróleo uma média de US$ 3 bilhões/trimestre.

O governo iraquiano emprega, atualmente, cerca de 4 milhões de servidores, paga pensão a outros cerca de 3 milhões e auxílio pecuniário a mais de 1 milhão de beneficiários. Apenas entre outubro de 2019 e abril de 2020, a folha de pagamentos inchou US$ 11 bilhões – atingindo US$ 47 bilhões – depois que 500 mil novos servidores foram contratados no intuito de conter os resistentes protestos populares contra o governo.

Nesse contexto, evitar o recurso a empréstimos internacionais pode deixar de ser uma alternativa. Se ocorrer, o Iraque poderá encontrar condições bem menos favoráveis do que as de 2014, quando potências mundiais estavam propensas a auxiliar na luta contra a expansão do EI. Restaria a opção de buscar socorro junto ao FMI e ao Banco Mundial por meio de mais um programa de reformas que redundaria na exigência da implementação de dolorosos e impopulares ajustes.

O Comitê Econômico do parlamento iraquiano avalia que os US$ 62 bilhões de reservas internacionais ainda disponíveis nos cofres públicos seriam suficientes para financiar as consequências profudamente negativas das quedas do preço internacional do petróleo e da pandemia do coronavírus sobre a economia iraquiana "por 6 meses a um ano", a partir de abril de 2020. Sem soluções mais eficazes em vista, o comitê formulou proposta de enfrentamento da crise financeira com uma série de recomendações que incluem, dentre outras medidas emergenciais, cortes substantivos nos investimentos e nos gastos públicos, adiamento da liquidação de todas a dívidas internacionais – com menção específica às reparações devidas ao Kuwait em decorrência da invasão –, e ratificação do pretendido pagamento em produto, em vez de dólares, às empresas estrangeiras que extraem petróleo no país.

O restabelecimento da China – maior comprador de petróleo iraquiano, destino de 20% da produção nacional (média de 850 mil barris/dia) – e o esperado restabelecimento dos preços do petróleo a partir de maio de 2020, decorrente do corte da produção acordado pelos países da OPEP+, representam esperança para que economia iraquiana possa responder aos desafios sociais e de enfrentamento ao coronavirus.

O Banco Mundial prevê retração de 9,7% do PIB iraquiano em 2020 (em 2019, houve crescimento real de 4,4% decorrente do impulso da produção de petróleo, reforçado por aumento de 39% na safra agrícola, graças a uma atipicamente generosa estação de chuvas). Em 2020, o setor petrolífero deve, no entanto, encolher 13%, e as demais atividades

econômicas, pelo menos 4,6%, sendo comércio, transporte, serviços financeiros e turismo religioso os setores mais gravemente atingidos. Estudos do próprio Ministério do Planejamento iraquiano projetam aumento dos níveis de pobreza em mais de 20%. Se confirmados os prognósticos, o Iraque deverá ter, em 2020, o pior desempenho da sua economia desde a queda de Saddam Hussein, em 2003.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1533	Suleiman, o Magnífico, anexa o território do atual Iraque ao Império Otomano.
1914	A Grã-Bretanha declara guerra ao Império Otomano (5 de novembro)
1917	Tropas do Reino Unido ocupam Bagdá, durante a campanha da Mesopotâmia na 1ª Guerra Mundial (11 de março).
1920	Na Conferência de Paz de San Remo das Forças Aliadas, a Grã-Bretanha recebeu o mandato da Liga das Nações sobre a Palestina, a Transjordânia e a Mesopotâmia (renomeada Iraque, um território criado a partir da junção das províncias otomanas de Basra, Bagdá e Mosul) (abril). Grande Revolução do Iraque - rebelião contra o domínio britânico (junho).
1921	Faisal, filho de Hussein bin Ali, o xarife de Meca, é coroado primeiro rei do Iraque, sob protetorado britânico.
1925	A Liga das Nações define a fronteira entre a Turquia e o Iraque, colocando a região de Mosul no Iraque (16 de dezembro).
1932	O Iraque torna-se um Estado independente sob a monarquia de Faisal I (3 de outubro).
1933	Morre Faisal. Seu filho, Ghazi, o sucede (8 de setembro).
1939	Em uma viagem à Suíça, Ghazi morre em conseqüência de um acidente de automóvel. Seu meio-irmão serve como regente do trono até o Rei Faisal II completar maioridade (4 de abril).
1941	Rashid Ali toma o poder por meio de um golpe militar e começa uma campanha contra a influência britânica no Iraque (1 de abril). Guerra entre o Reino Unido e o Iraque. O Reino Unido derruba o governo de Rashid Ali e repõe o regente pró-britânico, Príncipe Abd al-Llah, no poder (2 maio - 31 maio).
1941-1945	Sob intervenção britânica, o país é ocupado pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial.
1948	Iraque participa da guerra contra Israel junto à Liga Árabe, formada ao término da Segunda Guerra Mundial.
1953	Ao completar maioridade, Faisal II se torna rei do Iraque (2 de maio).
1955	Iraque, Turquia, Grã-Bretanha, Paquistão e Irã assinaram um tratado prometendo cooperação econômica e militar. O acordo – chamado Organização do Tratado Central – tornou-se mais popularmente conhecido como "Pacto de Bagdá" (24 de fevereiro).
1956	Rei Faisal II declara a lei marcial e suspende o parlamento (1 de dezembro).
1958	Formada a União Árabe do Iraque e da Jordânia (14 de fevereiro). A monarquia é derrubada por um golpe militar liderado pelo brigadeiro Abd al Karim Qasim e o coronel Abd al Salam Arif Muhammad. O Iraque se torna república (14 de julho).
1959	Abd al-Karim anunciou que seu país se retirava do Pacto de Bagdá (24 de março).
1961	Abd al-Karim Qasim rejeita os esforços para estabelecer a autonomia política para os curdos no norte do Iraque e lançou grande campanha militar contra eles (setembro).
1963	O primeiro-ministro Qasim é derrubado em um golpe do Partido Socialista Árabe Baath (PSAB), liderado por Muhammad Arif Abd al-Salam. Abd al-Salam Arif torna-se presidente (8 de fevereiro). O governo baathista é derrubado por Arif e um grupo de oficiais (18 de novembro).

1966	Depois da morte de Arif em um acidente de helicóptero, em 13 de abril, seu irmão mais velho, Maj-Gen Abd-al-Rahman Muhammad Arif, o sucede como presidente (16 de abril). Primeiro-ministro iraquiano Abd al-Rahman al-Bazzaz aceita um cessar-fogo com os curdos do norte do Iraque, pondo fim a um conflito de seis anos (26 de junho).
1968	Um golpe de Estado liderado pelo Partido Socialista Árabe Baath expulsa Arif. O general Ahmad Hasan al-Bakr torna-se presidente e Saddam Hussein é nomeado vice-presidente (17 de julho).
1970	Governo Central e Mullah Mustafa Barzani, líder do Partido Democrático do Curdistão (KDP), assinam um acordo de paz (11 de março).
1972	Iraque nacionaliza a *Iraq Petroleum Company* (IPC).
1974	Iraque concede autonomia limitada à região curda.
1979	Al-Bakr renuncia por motivos de saúde e Saddam Hussein o sucede como presidente (16 de julho).
1980-1988	Guerra entre Irã e Iraque.
1981	Israel ataca um centro de pesquisa nuclear iraquiano em Tuwaythah, perto de Bagdá (7 de junho).
1988	O Iraque é acusado de ter usado armas químicas contra a cidade curda de Halabjah (16 de março). (Operação Al Anfal)
1990	O Iraque invade o Kuwait, provocando o que se torna conhecida como a primeira Guerra do Golfo. As forças de coalizão norte-americanas obrigam o Iraque a se retirar do território kuaitiano em fevereiro de 1991 (2 de agosto).
1991	Um plano para estabelecer um refúgio seguro das Nações Unidas no norte do Iraque para proteger os curdos é aprovado em uma reunião da União Europeia (abril). Em 10 de Abril, os EUA ordenam ao Iraque a por fim a todas as atividades militares na área.
1993	Em retaliação a uma alegada tentativa de assassinato contra o ex-presidente americano George Bush, os Estados Unidos lançam ataques aéreos contra bases do serviço secreto do Iraque (27 de junho).
1994	Assembleia Nacional Iraquiana reconhece as fronteiras do Kuwait e a sua independência (10 de novembro).
1995	Resolução 986 da UNSC permite a retomada parcial das exportações de petróleo do Iraque para comprar alimentos e remédios (o programa "Petróleo por Alimentos") (14 de abril). Saddam Hussein ganha um referendo que lhe permite permanecer presidente por mais sete anos (outubro).
1998	O Iraque encerra a cooperação com a Comissão Especial das Nações Unidas para Supervisionar a Destruição de Armas de Destruição em Massa do Iraque (UNSCOM). Em dezembro, após funcionários da ONU serem evacuados de Bagdá, os EUA e o Reino Unido lançam uma campanha de bombardeios, "Operação Raposa do Deserto", para destruir os programas de armas nucleares, químicas e biológicas do Iraque (outubro).
2000	Iraque retoma vôos domésticos de passageiros, os primeiros desde a Guerra do Golfo, em 1991 (outubro).
2000	O Iraque rejeita novas propostas de inspeções de armas (novembro).

2001	São criados acordos de livre comércio da zona com os países vizinhos. Re-inauguração da ligação ferroviária com a Turquia em Maio, pela primeira vez desde 1981. O Reino Unido e os EUA realizam ataques aéreos para tentar desativar rede de defesa aérea do Iraque (fevereiro).
2002	Pela primeira vez desde 1992, o Iraque recebe um especialista em direitos humanos da ONU. Durante os anos anteriores, a comunidade internacional documentou e relatou graves abusos de direitos humanos no Iraque, incluindo execuções sumárias, prisões arbitrárias, tortura sistemática, coerção por meio de represálias contra membros da família e discriminação em massa sobre o acesso aos alimentos e cuidados de saúde (11-15 de fevereiro). Durante um discurso do Estado da União, o presidente George Bush lista Iraque, Irã, Coréia do Norte e Síria como parte de um "Eixo do Mal" (29 de janeiro). Retorno de inspetores de armas da ONU ao Iraque (novembro).
2003	Em 17 de março, O embaixador do Reino Unido na ONU diz que o processo diplomático no Iraque terminou e o Presidente Bush dá a Saddam Hussein 48 horas para deixar o Iraque ou enfrentar a guerra. No dia 20, mísseis americanos bombardeiam alvos em Bagdá e tropas terrestres americanas e britânicas entram no Iraque. Bagdá cai diante de forças dos EUA (9 de abril). Conselho de Segurança da ONU apóia a administração norte-americana no Iraque e EUA abolem o Partido iraquiano Baath e instituições do antigo regime (maio). Saddam Hussein é capturado em Tikrit (14 de dezembro).
2004	Mais de 180 pessoas são mortas por explosões em templos xiitas em Bagdá e Karbala no festival xiita de Ashura (2 de março). Os Estados Unidos entregam a soberania ao governo interino chefiado pelo primeiro-ministro Iyad Allawi (julho).
2005	Cerca de 8.000.000 pessoas votam nas eleições para uma Assembléia Nacional de Transição. A Aliança Iraquiana Unida Xiita obtém a maioria dos assentos. Partidos curdos seguem em segundo lugar (30 de janeiro). Em meio a escalada de violência, o parlamento seleciona líder curdo Jalal Talabani como presidente. Ibrahim Jaafari, um xiita, é nomeado como primeiro-ministro (abril). Massoud Barzani é empossado como presidente regional do Curdistão iraquiano (junho). Projeto de Constituição aprovado por representantes xiitas e curdos (agosto). Os eleitores aprovam uma nova Constituição, que visa criar uma democracia islâmica federal (outubro). Os iraquianos votam para o primeiro governo e parlamento depois da nova Constituição (dezembro).

2006	Aliança Iraquiana Unida Xiita emerge como o vencedor das eleições de dezembro, mas não consegue ganhar uma maioria absoluta (janeiro). Recém-reeleito presidente Talabani pede compromisso ao candidato xiita Nouri al-Maliki para formar um novo governo, pondo fim a meses de impasse (22 de abril). O líder da Al-Qaeda no Iraque, Abu Musab al-Zarqawi, foi morto em um ataque aéreo (7 de junho). Saddam Hussein é executado por crimes contra a humanidade (dezembro).
2007	O Presidente dos EUA, George Bush, anuncia uma nova estratégia no Iraque, e milhares de tropas americanas são enviadas para reforçar a segurança em Bagdá (janeiro). O principal bloco político sunita no Iraque, a Frente do Acordo Iraquiano, retira-se após disputa sobre a partilha do poder (agosto).
2008	Visita, sem precedentes, do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Iraque (março). Parlamento aprova pacto de segurança com os Estados Unidos (Status of Force Agreement) em que todas as tropas americanas sairiam do país até o final de 2011 (novembro).
2009	O bloco político liderado pelo primeiro-ministro Nouri al-Maliki pontua grandes vitórias nas eleições provinciais (fevereiro). As tropas dos EUA se retiram das vilas e cidades iraquianas, entregando formalmente funções de segurança para novas forças iraquianas (junho).
2010	Nas eleições parlamentares, nenhuma coalizão ganha votos suficientes para uma maioria no parlamento (março). O Parlamento se reúne novamente após um longo atraso, renomeia Jalal Talabani como presidente e Nouri al-Maliki como primeiro-ministro (novembro). O Parlamento aprova um novo governo, incluindo todas as principais facções, acabando com nove meses de impasse após as eleições inconclusivas (dezembro).
2011	As últimas tropas norte-americanas deixam o território iraquiano, em cumprimento ao "status of forces agrément" firmado com o Iraque (16 de dezembro).
2013	Realizam-se eleições regionais em 12 das 18 províncias do Iraque, para composição dos Conselhos Administrativos locais (20 de abril).
2014	Realizam-se eleições parlamentares gerais para o Conselho de Representantes do Iraque (28-30 de abril). Militantes da organização "Estado Islâmico no Iraque e na Síria" invadem Ramadi e Fallujah (janeiro). Militantes da organização "Estado Islâmico no Iraque e na Síria" tomam a cidade de Mosul, no norte do Iraque (10 de junho). O líder do grupo jihadista "Estado Islâmico no Iraque e na Síria", Abu Baker Al-Baghdadi se declara califa e muda o nome da organização para "Estado Islâmico" (26 de

	junho). Fuad Masoum é eleito Presidente da República pelo Parlamento iraquiano, sendo imediatamente empossado no cargo (24 de julho). Haider Al-Abadi é nomeado Primeiro-Ministro do Iraque (11 de agosto). Os EUA formam coalizão internacional, da qual participam alguns países árabes, para lutar contra o "Estado Islâmico" (agosto). O governo central e o governo da Região Autônoma do Curdistão assinam acordo histórico sobre a exportação e divisa de receitas advindas do petróleo explorado no norte do país (dezembro).
2015	O "Estado Islâmico" destrói sítios arqueológicos assírios em Nimrud e Hatra (março).
2017	O governo regional do Curdistão iraquiano realiza consulta por referendo à população da Região Autônoma do Curdistão e localidades vizinhas acerca de sua independência da República do Iraque. A iniciativa provoca forte reação do governo central iraquiano – que a considera inconstitucional e nociva aos esforços de combate ao EI – e da comunidade internacional (25 de setembro) Forças governamentais tomam das forças curdas o controle da cidade de Kirkuk, importante centro da indústria petrolífera situado fora da região autônoma do Curdistão, mas reivindicado pelo governo regional do Curdistão (16 de outubro). O governo iraquiano anuncia a retomada da integralidade do território iraquiano antes ocupado pelo EI (9 de dezembro).
2018	Realizada a quarta eleição parlamentar geral no Iraque desde a adoção da Constituição de 2005 (12 de maio).
2019	A Zona Internacional (Green Zone) de Bagdá é alvo de foguetes, aumentando a tensão entre EUA e Irã (19 de maio).
2020	Operação militar norte-americana resulta na morte do comandante da Força Quds da Guarda Revolucionária iraniana, Qasem Soleimani, e do vice-chefe das Forças de Mobilização Popular iraquianas, Abu Mahdi Al Muhandis, em Bagdá (3 de janeiro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1935	O ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros do Reino do Iraque, Jamal Baban, envia carta ao chanceler brasileiro reconhecendo o Crescente Vermelho iraquiano como órgão oficial do governo árabe para efeitos da Convenção de Genebra para Melhoramentos da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha (1929). Trata-se da primeira correspondência oficial trocada entre os dois governos.
1939	É assinado, em 5 de julho, o primeiro acordo comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino do Iraque.
1967	Estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre Brasil e Iraque (1 de dezembro).
1968	É criada a embaixada do Brasil no Iraque, cumulativa com a embaixada em Damasco (Decreto n. 62.123, de 16/1/1968).
1971	O Iraque acredita seu primeiro embaixador residente no Brasil. Assinado, em 11 de maio, em Bagdá, Acordo de Cooperação Comercial entre o Brasil e o Iraque (expirado em 6 de julho de 1977).
1972	A embaixada do Brasil passa a ser residente em Bagdá (Decreto n. 70.775, de 28 de junho de 1972).
1977	Assinado, em maio, o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica.
1978	Assinatura de contrato para construção dos hotéis Novo Hotel em Bagdá e Baçorá pela Esusa Construtora. Primeiros contratos de fornecimento de veículos Passat e VW. Missão do ministro da Indústria e Comércio do Brasil a Bagdá. Assinatura do contrato de Construção da Ferrovia Baghdad-Al Kashat pela Construtora Mendes Júnior, no valor de US$ 1,2 bilhão.
1979	**O Vice-Presidente do Iraque, Taha Ma'rouf, visita Brasília (14 a 18 de maio).** 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá (setembro).
1981	Assinatura do contrato de construção da rodovia Express-Way n. 1 pela Mendes Júnior. 2ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Brasília (agosto).
1982	Assinatura do Programa Executivo de Cooperação Cultural, Científica e Educacional (março). Início das pendências comerciais envolvendo sobrecustos de guerra reivindicados pela Mendes Júnior ao cliente do projeto da Ferrovia. Estabelecimento do Banco Iraquiano-Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro.

	3ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá (novembro).
1983	Visita a Bagdá do então ministro das Relações Exteriores, embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro (10 e 12 de setembro). Estabelecida Comissão Mista *Ad Hoc* com o objetivo de analisar as pendências entre empresas, cujas decisões seriam apreciadas pela Comissão Mista Brasil-Iraque.
1984	4ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Brasília (janeiro). Assinada ata do acordo final estipulando o pagamento dos sobrecustos ocasionados pela guerra na construção do projeto da Ferrovia (maio).
1985	5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Bagdá (novembro).
1987	6ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Brasília (maio).
1988	Missão do então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, a Bagdá (19 de junho). Assinatura de memorando de entendimento incorporando proposta iraquiana para a solução global das pendências comerciais com a Mendes Júnior. 7ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá (dezembro).
1991	Cidadãos e empresas brasileiras deixam o Iraque em decorrência da Guerra do Golfo, acarretando a ruptura de contratos e o não pagamento de dívidas iraquianas. A embaixada brasileira em Bagdá é esvaziada de seu pessoal diplomático (12 de janeiro).
1994	O chanceler iraquiano Mohammed, Said Al Sahaf, visita Brasília para tratar da revisão do regime de sanções do CSNU contra o Iraque (5 de dezembro).
2001	Encerramento do regime de liquidação ordinária do Banco Brasileiro-Iraquiano (19 de fevereiro).
2003	Em pronunciamento, o Brasil lamenta o início da ação armada no Iraque e o recurso à força sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas (20 de março).
2004	O governo brasileiro cria um Núcleo de Assuntos Iraquianos junto à embaixada em Amã, como parte do processo de reativação gradual de sua embaixada em Bagdá (1 de agosto).
2005	Visita a Brasília do presidente do Iraque, Jalal Talabani, para participar da I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) (maio). O então chanceler Celso Amorim participa, em Bruxelas, de Conferência Internacional sobre o Iraque, organizada pelo Conselho da União Europeia e pelos Estados Unidos da América (junho).

2006	Passa a funcionar oficialmente, em Amã, nova sede provisória da embaixada do Brasil junto ao governo iraquiano, em substituição ao Núcleo de Assuntos Iraquianos da embaixada em Amã (15 de agosto).
2007	O ex-primeiro-ministro iraquiano e secretário-geral do partido Dawa, Ibrahim Al Jaafari, visita o Brasil (março).
2008	O ministro do Comércio do Iraque, Abdel Falah Al Sudani, visita o Brasil (17 de junho).
2009	O ministro do Planejamento do Iraque, Ali Ghalib Baban, visita o Brasil (6 a 10 de abril). O ministro da Indústria do Iraque, Fawzi Hariri, visita o Brasil (29 de junho a 4 de julho).
2011	O então chanceler Antonio Patriota encontra-se com seu homólogo iraquiano, Hoshyar Zebari, em Nova York, à margem da 66ª AGNU (26 de setembro). 8ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Brasília (outubro).
2012	Reativação da embaixada do Brasil residente em Bagdá, depois de 21 anos sem pessoal diplomático (1 de março). Realização de jogo de futebol amistoso entre Brasil e Iraque, na Suécia (11 de outubro). 9ª reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Bagdá (16 e 17 de dezembro).
2015	O ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque, Ibrahim Al Jaafari, visita o Brasil (31 de maio a 4 de junho). O então ministro da Defesa, Jaques Wagner, visita o Iraque (11 a 13 de agosto).
2017	Concluídas com delegação do ministério das Finanças do Iraque negociações relativas à reestruturação da dívida daquele país com a União, em Brasília (28 de agosto a 1 de setembro).
2018	O ministro dos Recursos Hídricos do Iraque, Hassan Al Janabi, visita o Brasil para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (18-23 de março). O então subsecretário-geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando Abreu, visitou o Iraque, ocasião em que foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas em Assuntos de Interesse Comum entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque (26 de junho). Assinado, em Brasília, o contrato de reestruturação da dívida do Iraque com a União (14 de setembro).

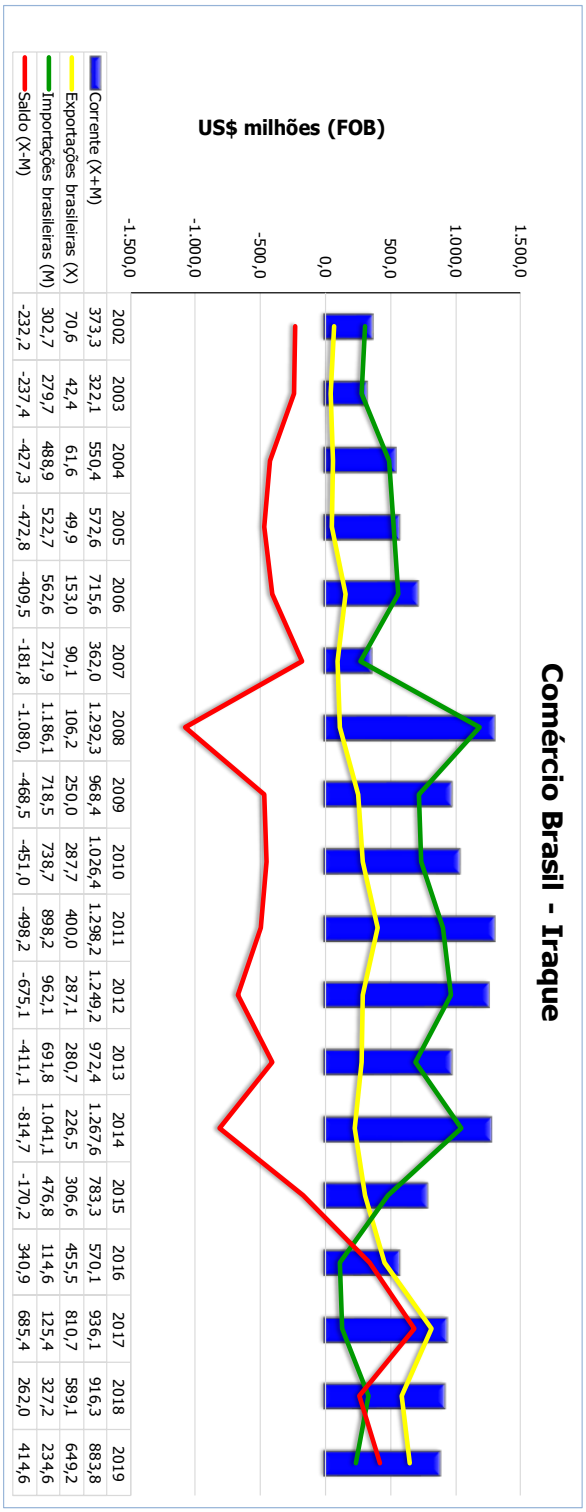
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino do Iraque.	05/7/1939	(Expirado)	19/08/1939
Acordo sobre Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.	11/05/1971	06/07/1972 (Expirado)	19/02/1973
Declarações Conjuntas	21/07/1976	21/07/1976	
Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	21/01/1977	24/08/1977	12/12/1979
Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.	11/05/1977	09/12/1977 (Expirado)	30/12/1977
Memorando de Entendimento para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	01/10/1979	01/10/1979 (Superado)	
Acordo pondo em vigor o Memorando de Entendimentos entre Autoridades Aeronáuticas da República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	06/12/1979	26/12/1979	
Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	05/01/1980	09/10/1981 (Expirado)	30/10/1981
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Council for Scientific Research - CSR entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	26/08/1981	26/08/1981	

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	25/3/1982	26/10/1983	16/11/1983
Protocolo de Intenções sobre Intercâmbio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque.	12/9/1983	12/9/1983	
Comunicado Conjunto entre República Federativa do Brasil e República do Iraque.	27/5/1986	27/5/1986	
Protocolo sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.	7/12/1987	7/12/1987 (Superado)	
Memorando de Entendimento sobre o Procedimento para Restabelecer Comissão Mista entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Negócios Estrangeiros da República do Iraque	26/10/2011	Aguarda ratificação do lado Iraque	
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas em Assuntos de Interesse Comum entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Iraque	26/06/2018	28/8/2018	3/9/2018

i)

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

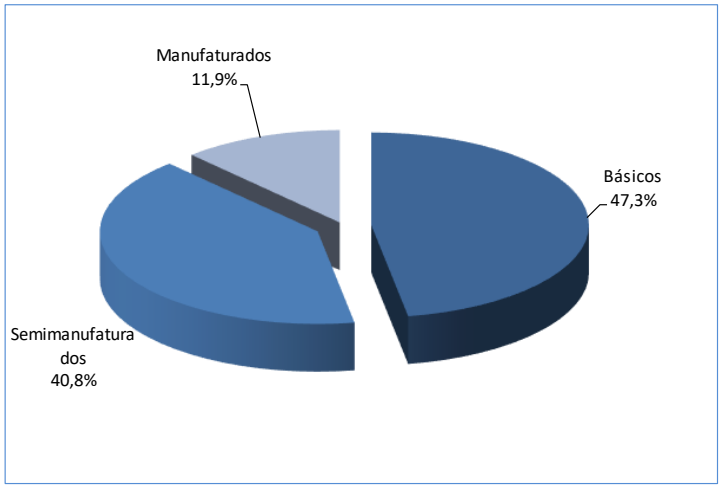


	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	373,3	322,1	550,4	572,6	715,6	362,0	1.292,3	968,4	1.026,4	1.298,2	1.249,2	972,4	1.267,6	783,3	570,1	936,1	916,3	883,8
Exportações brasileiras (X)	70,6	42,4	61,6	49,9	153,0	90,1	106,2	250,0	287,7	400,0	287,1	280,7	226,5	306,6	455,5	810,7	589,1	649,2
Importações brasileiras (M)	302,7	279,7	488,9	522,7	562,6	271,9	1.186,1	718,5	738,7	898,2	962,1	691,8	1.041,1	476,8	114,6	125,4	327,2	234,6
Saldo (X-M)	-232,2	-237,4	-427,3	-472,8	-409,5	-181,8	-1.080,	-468,5	-451,0	-498,2	-675,1	-411,1	-814,7	-170,2	340,9	685,4	262,0	414,6

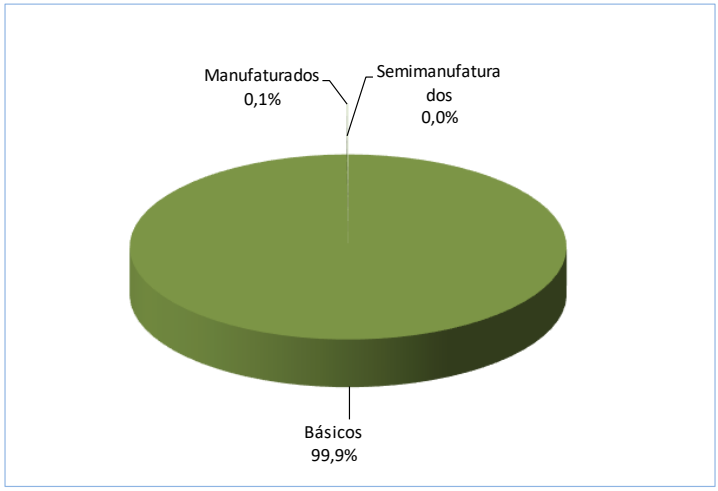
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



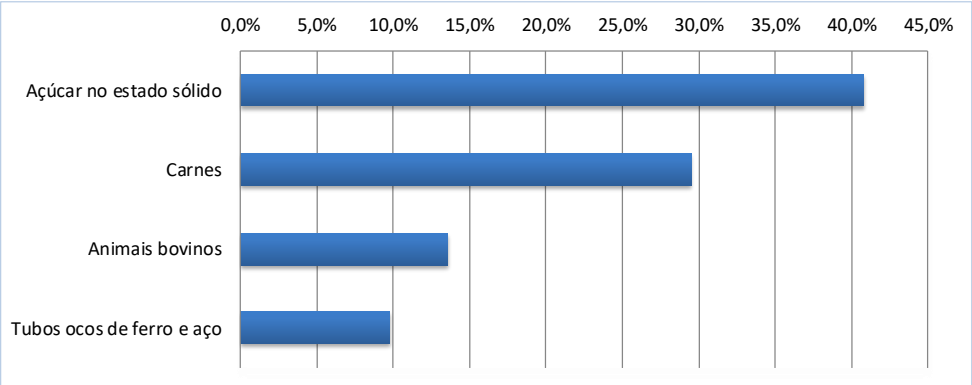
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Composição das exportações brasileiras para o Iraque
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar no estado sólido	555,4	68,5%	336,1	57,0%	264,8	40,8%
Carnes	193,7	23,9%	176,0	29,9%	191,3	29,5%
Animais bovinos	39,5	4,9%	29,5	5,0%	88,0	13,6%
Tubos ocos de ferro e aço	3,2	0,4%	35,2	6,0%	63,2	9,7%
Subtotal	**791,8**	**97,7%**	**576,7**	**97,9%**	**607,2**	**93,5%**
Outros	**19,0**	**2,3%**	**12,4**	**2,1%**	**42,0**	**6,5%**
Total	**810,7**	**100,0%**	**589,1**	**100,0%**	**649,2**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

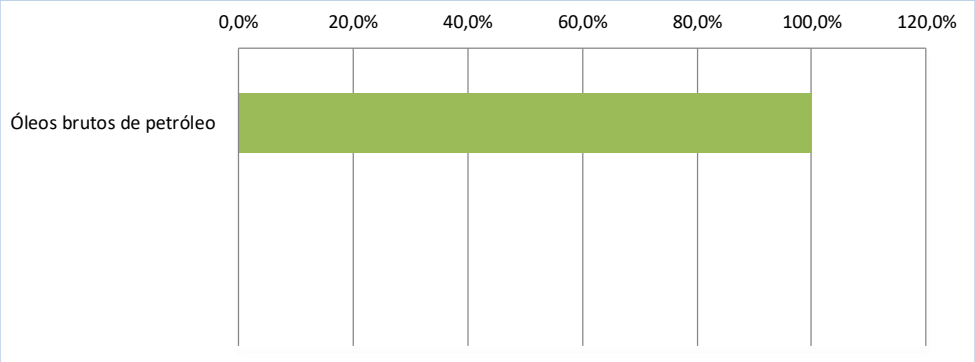


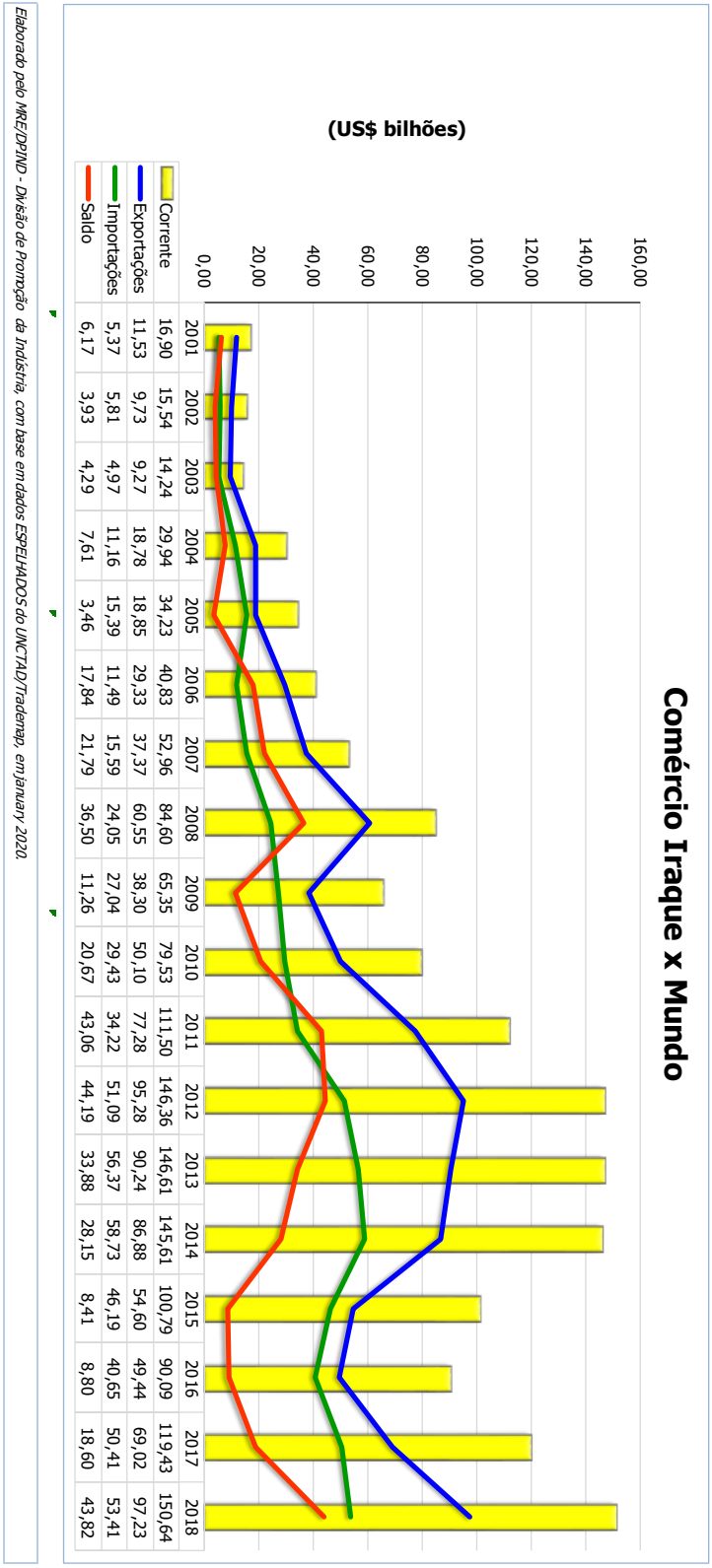
Composição das importações brasileiras originárias do Iraque
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Óleos brutos de petróleo	125,4	100,0%	327,2	100,0%	234,4	99,9%
Subtotal	**125,4**	**100,0%**	**327,2**	**100,0%**	**234,4**	**99,9%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,2**	**0,1%**
Total	**125,4**	**100,0%**	**327,2**	**100,0%**	**234,6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019





	Corrente	Exportações	Importações	Saldo
2001	16,90	11,53	5,37	6,17
2002	15,54	9,73	5,81	3,93
2003	14,24	9,27	4,97	4,29
2004	29,94	18,78	11,16	7,61
2005	34,23	18,85	15,39	3,46
2006	40,83	29,33	11,49	17,84
2007	52,96	37,37	15,59	21,79
2008	84,60	60,55	24,05	36,50
2009	65,35	38,30	27,04	11,26
2010	79,53	50,10	29,43	20,67
2011	111,50	77,28	34,22	43,06
2012	146,36	95,28	51,09	44,19
2013	146,61	90,24	56,37	33,88
2014	145,61	86,88	58,73	28,15
2015	100,79	54,60	46,19	8,41
2016	90,09	49,44	40,65	8,80
2017	119,43	69,02	50,41	18,60
2018	150,64	97,23	53,41	43,82

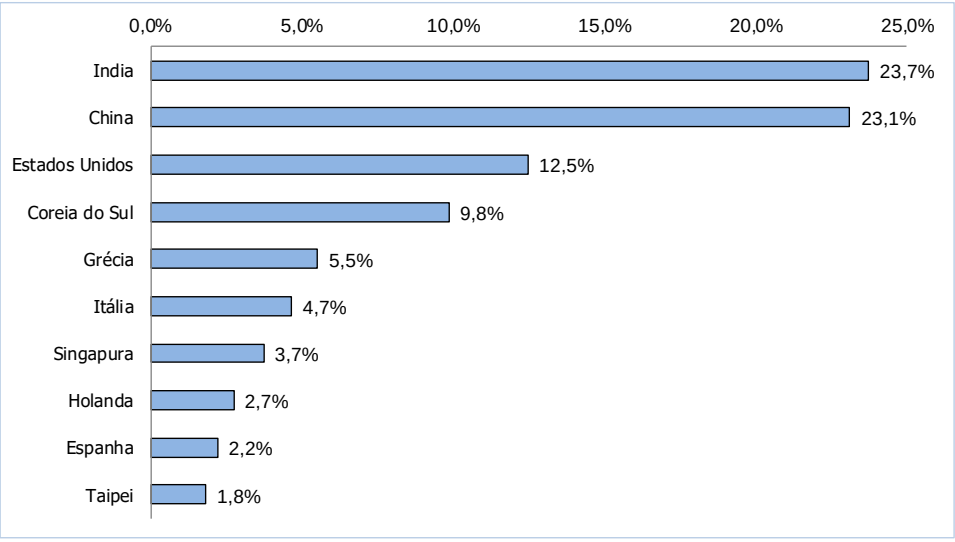
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados ESPELHADOS do UNCTAD/Trademap, em janeiro 2020.

Principais destinos das exportações do Iraque
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
India	23,06	23,7%
China	22,47	23,1%
Estados Unidos	12,13	12,5%
Coreia do Sul	9,57	9,8%
Grécia	5,37	5,5%
Itália	4,53	4,7%
Singapura	3,63	3,7%
Holanda	2,66	2,7%
Espanha	2,15	2,2%
Taipei	1,77	1,8%
...		
Brasil (21º lugar)	**0,33**	***0,3%***
Subtotal	**87,66**	**90,2%**
Outros países	**9,58**	**9,8%**
Total	**97,23**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados ESPELHADOS do UNCTAD/Trademap, em january 2020.

10 principais destinos das exportações

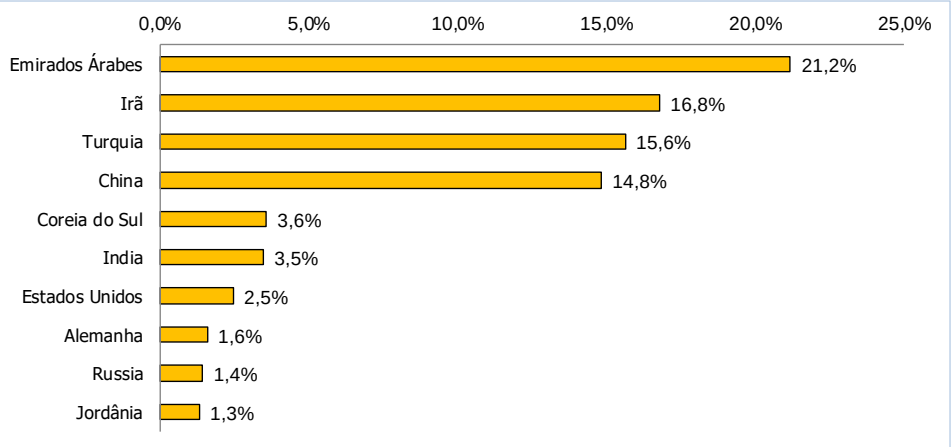


Principais origens das importações do Iraque
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Emirados Árabes	11,31	21,2%
Irã	8,96	16,8%
Turquia	8,35	15,6%
China	7,92	14,8%
Coreia do Sul	1,91	3,6%
India	1,85	3,5%
Estados Unidos	1,31	2,5%
Alemanha	0,84	1,6%
Russia	0,77	1,4%
Jordânia	0,70	1,3%
...		
Brasil (15º lugar)	***0,59***	***1,1%***
Subtotal	**44,51**	**83,3%**
Outros países	**8,90**	**16,7%**
Total	**53,41**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados ESPELHADOS do UNCTAD/Trademap, em january 2020.

10 principais origens das importações



Composição das exportações do Iraque
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	95,46	98,2%
Metais e pedras preciosas	1,39	1,4%
Subtotal	**96,84**	**99,6%**
Outros	**0,39**	**0,4%**
Total	**97,23**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Janeiro de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

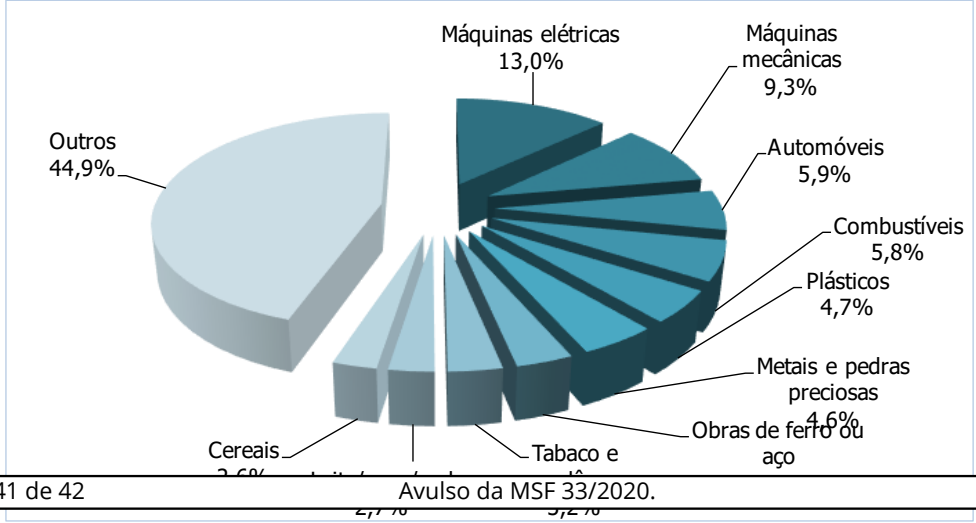


Composição das importações do Iraque
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas elétricas	6,94	13,0%
Máquinas mecânicas	4,95	9,3%
Automóveis	3,16	5,9%
Combustíveis	3,10	5,8%
Plásticos	2,53	4,7%
Metais e pedras preciosas	2,46	4,6%
Obras de ferro ou aço	1,80	3,4%
Tabaco e sucedâneos	1,70	3,2%
Leite/ovos/mel	1,42	2,7%
Cereais	1,39	2,6%
Subtotal	**29,44**	**55,1%**
Outros	**23,97**	**44,9%**
Total	**53,41**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Janeiro de 2020

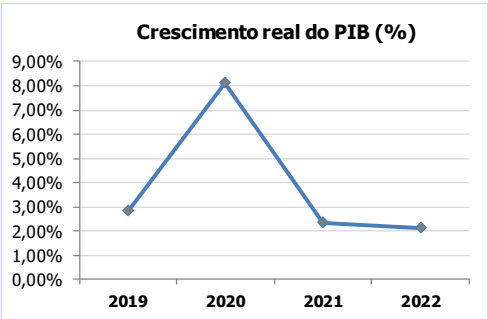
10 principais grupos de produtos importados

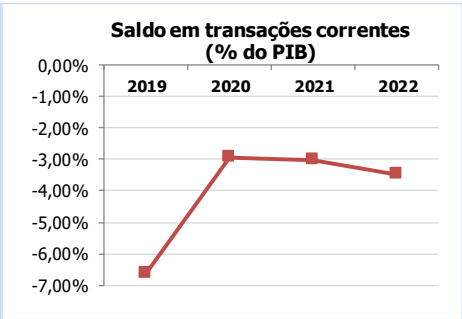


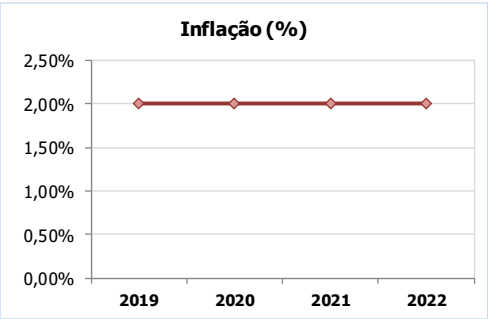
Principais indicadores socioeconômicos do Iraque

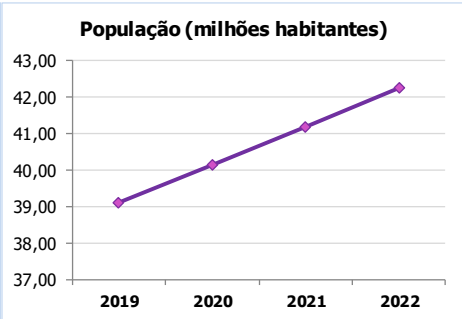
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,80%	8,12%	2,34%	2,10%
PIB nominal (US$ bilhões)	225,53	246,93	259,53	272,68
PIB nominal "per capita" (US$)	5.759	6.153	6.303	6.455
PIB PPP (US$ bilhões)	15.727,64	16.574,41	16.531,72	16.451,06
PIB PPP "per capita" (US$)	18.008	19.374	19.726	20.036
População (milhões habitantes)	39,12	40,13	41,18	42,25
Desemprego (%)	_	_	_	_
Inflação (%)[2]	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,65%	-2,95%	-3,04%	-3,47%
Dívida externa (US$ bilhões)	72,30	72,70	73,50	76,40
Câmbio (ID / US$)[2]	1.196,00	1.197,00	1.199,00	1.191,00
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		3,3%		
Indústria		51,0%		
Serviços		45,8%		

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM BAGDÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR MIGUEL JÚNIOR FRANÇA CHAVES DE MAGALHÃES

Brasil e Iraque mantêm relações diplomáticas desde 1967 e a embaixada brasileira em Bagdá foi instalada inicialmente em 1972. Em razão de conflitos armados neste país, a representação diplomática brasileira junto ao governo iraquiano, entre 1991 e 2012, foi transferida para Amã e, em 2012, o Brasil voltou a contar com embaixador residente em Bagdá.

2. O Iraque foi importante parceiro comercial do Brasil nas décadas de 70 e 80, quando as vendas de óleo cru iraquiano chegaram a representar 60% do petróleo importado pelo Brasil. A Petrobras, por meio de sua subsidiária Braspetro, descobriu e explorou como concessionária, por 8 anos, os supercampos de Majnoon e Nahr Umr, no sul do Iraque, tendo sido obrigada a sair do país com a eclosão da Guerra Irã/Iraque. Do nosso lado, exportamos principalmente, naquelas décadas, material bélico, automóveis, alimentos e serviços de engenharia. Até hoje, líderes políticos e militares lembram a presença de Urutus, Cascavéis, baterias de mísseis Astros e Passats (aqui conhecidos popularmente como Brazili).

3. Além desses produtos, as estradas e a ferrovia construídas por empresas nacionais brasileiras elevaram substancialmente a boa imagem do Brasil junto ao Iraque e ao mundo árabe em geral, tendo gerado milhares de empregos para brasileiros e substanciais rendimentos a diversas empresas nacionais. Os sucessivos conflitos armados que afligem o Iraque desde a guerra com o Irã, deflagrada pelo ditador Saddam Hussein em setembro de 1980, seguida do ataque ao Kuaite, pelo mesmo Saddam Hussein, em 1990, e a invasão e ocupação americana do Iraque entre 2003 e 2011, praticamente eliminaram a presença brasileira nos cenários político, comercial,

militar e cultural do Iraque nas últimas três décadas.

4. O PIB iraquiano atingiu US$ 234 bilhões em 2019 (crescimento de 4,4% em relação a 2018, ao passo que a média de crescimento entre os países do Oriente Médio e África Setentrional foi de 1,8%). Dentre os seus vizinhos, o Iraque tem a quarta maior economia ficando atrás da Arábia Saudita (PIB de US$ 793 bilhões), da Turquia (US$ 754 bilhões) e do Irã (US$ 445 bilhões), mas à frente do Kuaite (US$ 135 bilhões) e da Síria (US$ 40,5 bilhões). Na última década, a renda "per capita" no Iraque aumentou 58%, embora persista expressivo desequilíbrio na distribuição (Gini de 29,5). O consumo das famílias iraquianas vem, no entanto, expandindo, nesse mesmo período, a taxas anuais médias de 2,2%.

5. Os principais países exportadores para o Iraque – sem considerar o comércio triangulado via Emirados Árabes Unidos (21,2%), por onde passa a maioria dos produtos para cá exportados, inclusive os brasileiros - seguem sendo os seus vizinhos Irã (16,8%) e Turquia (15,6%), seguidos pela China (14,8%). Nesse "ranking", o Brasil ocupa atualmente a décima-quarta posição (era o vigésimo-segundo maior exportador dois anos antes), com exportações que totalizaram, em 2019, US$ 658 milhões (1,6%) correspondendo a um crescimento de 36% nos últimos 5 anos.

6. Em 2019, o Brasil teve superávit de US$ 423 milhões no comércio bilateral com o Iraque. A corrente de comércio entre os dois países chegou a US$ 1,1 bilhão. Mais uma vez, o Iraque vendeu para o Brasil exclusivamente petróleo bruto. O Brasil, por outro lado, responde por 60% do açúcar (US$ 335,2 milhões), 27% da carne de aves (US$ 155,5 milhões) e 10% da carne bovina (US$ 20,7 milhões) exportados para o mercado iraquiano. A venda de açúcar brasileiro para o Iraque mais do que duplicou nos últimos cinco anos e a de carne de aves cresceu 17%. A exportação de boi vivo brasileiro (US$ 29,5 milhões) para cá também merece destaque, respondendo por 27% do total importado.

7. As reservas de hidrocarbonetos do Iraque (145 milhões de barris de óleo, 3,7 bilhões de pés cúbicos de gás

natural) e sua extração a baixíssimo custo (4,4 milhões de barris/ano de óleo e 11 milhões de pés cúbicos de gás) asseguram a este país lugar preponderante no suprimento global de petróleo e gás natural. A recente queda do preço do petróleo no mercado internacional vem afetando o orçamento federal, dependente quase exclusivamente das exportações de petróleo.

8. Atualmente, o Iraque oferece potencial de negócios em praticamente qualquer setor econômico, já que o país, rico em petróleo, importa praticamente tudo o que consome. É certo que desafios permanecem nas áreas de segurança, tanto física quanto jurídica. No entanto, as oportunidades parecem ser bastante atrativas para que empresas coreanas, chinesas, japonesas, francesas, britânicas, alemãs, italianas, turcas, americanas e, é claro, de países árabes estejam expandindo seus negócios aqui. Em 2018, após gestões inteiramente acatadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), o posto foi autorizado a reabrir o Setor de Promoção Comercial (SECOM), cujas atividades registradas o colocaram em décimo-quarto lugar na rede global de SECOMs do Itamaraty.

9. Brasil e Iraque assinaram, em 14 de setembro de 2018, contrato de reestruturação da dívida iraquiana com o governo brasileiro (decorrência das quebras de contratos pelo ditador Saddam Husein). O montante total do débito, consolidado em US$ 430.947.465,49 ao final de negociações realizadas em 2004, foi reduzido para US$ 44.172.115,21 depois de o Brasil oferecer ao Iraque redução de suas obrigações financeiras em 89,75%. Reconhecendo os esforços empreendidos pelo lado brasileiro para o equacionamento dessa pendência, o governo iraquiano antecipou o pagamento acordado liquidando o débito imediatamente. Desde a sua chegada em 2015, o chefe do posto, embora ciente da condição de país exportador de petróleo, passou a encorajar a renegociação da dívida do Iraque por entender que se tratava de medida indispensável para a normalização das relações econômicas e comerciais entre os dois países, abrindo caminho para a retomada do financiamento de projetos bilaterais de infraestrutura e de operações de exportação e importação.

10. A reabertura da embaixada brasileira, com embaixador residente em Bagdá, em 2012, marcou o processo de retomada das relações políticas e ajudou a reativar o comércio bilateral. Historicamente, o Iraque tem sido - e continua a ser - país fundamental no Oriente Médio. Sua população de cerca de 38 milhões de pessoas - com composição étnica variada entre árabes, curdos, turcomanos, assírios, yazedis e outros professando cultos xiita, sunita, cristão, yazedi e outros - vive em território que faz fronteira com seis países (Irã, Arábia Saudita, Kuaite, Jordânia, Síria e Turquia), tornando o Iraque foco da conturbada região.

11. Os referidos conflitos armados, internos e externos, tornaram o Iraque palco de intensas e frequentemente letais disputas entre facções etnoconfessionais, controladas e financiadas pelas maiores potências globais e regionais (Estados Unidos, Irã, Turquia, Arábia Saudita, entre outras). Desde o término da ocupação americana em 2011, sucessivos governos iraquianos - em sistema de governo parlamentar, unicameral, com representação proporcional por listas partidárias – têm buscado alcançar difícil equilíbrio ante as pressões iranianas, e restrições de listas de candidatos asseguram ao Iraque posição ímpar na região, dominada por monarquias absolutas, ditaduras civil ou militar, e teocracia.

12. A mazela do terrorismo tem posto à prova a jovem democracia iraquiana. Os oito anos de ocupação americana geraram grupos de resistência armada, vários dos quais se transformaram posteriormente em instrumentos do extremismo islâmico e/ou da política externa de potências regionais. Exemplos maiores são a Al Qaeda, o autodenominado "Estado Islâmico" (EI) e as diversas milícias xiitas controladas por Teerã, tais como a "Asa'ib Ahl al-Haq" e a "Kata'ib Hezbollah". A Al Qaeda foi praticamente eliminada no Iraque. O EI, apoiado de maneira indireta por velados interesses sunitas alegadamente oriundos da Arábia Saudita, Qatar e Turquia, dominou cerca de 35% do território iraquiano entre 2016 e 2019, inclusive Mosul, a segunda maior cidade do país, e chegou a 45km de Bagdá. O EI foi derrotado por uma

combinação, pelo lado iraquiano, das forças armadas, polícia federal, diversas milícias xiitas, algumas sunitas e duas cristãs, e, também, com a decisiva ajuda de tropas e aviação da coalizão de países, liderada pelos Estados Unidos. Apesar da perda de controle territorial, o EI segue operacional e, crescentemente, vem perpetrando atos terroristas em Bagdá, Najaf, Kirkuk e áreas rurais na fronteira com a Síria.

13. As milícias sunitas e cristãs praticamente debandaram após a retomada de Mosul em julho de 2017 ou foram absorvidas pelas forças armadas regulares, mas boa parte das milícias xiitas nunca abandonou as armas e, pressionando o governo iraquiano, formaram o cerne das Forças de Mobilização Popular (PMF, em inglês), nominalmente dentro da estrutura do Ministério do Interior do Iraque. Essas milícias, fortemente armadas e experientes após anos de combate no Iraque e na Síria, executam, frequentemente, disparos de foguetes contra as instalações das cerca de 5 mil tropas americanas no Iraque. No entanto, as atividades principais das milícias xiitas consistem, atualmente, em extorsão e sequestros com fins lucrativos e, para isso, controlam grande parte das estradas, postos fronteiriços e o comércio de diversos bairros das principais cidades do Iraque.

14. O ápice da influência iraniana se deu nos oito anos do governo do PM Nouri Maliki, entre 2006 e 2014. Seu sucessor, PM Haider Abadi, embora do mesmo partido de Maliki, o "Islamic Dawa Party", buscou diversificar laços econômicos com a Arábia Saudita e países do Golfo (todos sunitas). Os cuidados iranianos recrudesceram durante a campanha eleitoral iraquiana de 2018 e motivaram a escolha de Abdul Mahdi ao posto de primeiro-ministro. A hegemonia iraniana começou a ser frontalmente questionada, no entanto, com o início de manifestações populares em outubro de 2019, em Bagdá. O movimento popular alastrou-se pelas maiores cidades do país e mantém-se até hoje como pressão sobre as autoridades constituídas, o que foi suficiente para forçar a renúncia de Al-Mahdi, em novembro de 2019, e sua substituição, em maio de 2020, por Mustafa Al-Kadhemi.

15. O controle de Teerã sobre diversas milícias no Iraque

sofreu sério revés com o assassinato do comandante da Quds Force, Qasem Soleimani, em operação americana com drones, na estrada do aeroporto de Bagdá, em 3 de janeiro de 2020. Embora tenha sido rapidamente substituído, seu carisma, domínio da língua e costumes árabes, além de dezenas de anos de atuação direta no Iraque (onde entrava e saía sem avisar as autoridades iraquianas), deixaram lacuna substancial no planejamento e execução de operações militares iranianas voltadas maiormente contra a presença de americanos nos países do Oriente Médio. O assassinato de Soleimani em Bagdá motivou o Parlamento iraquiano, no dia 6 de janeiro deste ano, a votar moção demandando a retirada das tropas americanas, mas, até agora, Washington tem conseguido convencer as chefias de Estado, de Governo e do Parlamento a não implementarem a medida. Temores de recrudescimento de violências entre sunitas e xiitas, aliados à percepção de que o apoio militar e financeiro americano ainda são indispensáveis, parecem ter sido bastantes para o governo iraquiano haver freado o impulso inicial de retaliar contra a operação militar americana.

16. Desde o final da ocupação militar, em 2011, os Estados Unidos mantêm relevante presença no Iraque. A embaixada americana em Bagdá é a maior do serviço exterior estadunidense, ocupa uma área equivalente à metade do bairro de Ipanema e já chegou a contar com 5 mil funcionários (atualmente, há cerca de 1.200). A presença de tropas americanas (estimadas em 6 mil hoje em dia) está inserida no mandato da coalizão internacional que, convidada pelo governo iraquiano, presta treinamento a unidades de elite no combate ao terrorismo, assiste as forças armadas regulares iraquianas com inteligência e planejamento de operações, e executa missões de reconhecimento e bombardeio aéreo contra alvos terroristas.

17. Ainda no plano externo, merecem registro, também, as incursões militares turcas em território iraquiano, declaradamente para combater integrantes do PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos), organização político-militar, considerada terrorista pelos EUA e União Europeia, que almeja independência para os curdos turcos. O PKK mantém bases e campos de refugiados na região fronteiriça do

Iraque com a Turquia, cujo governo também mantém pequenas bases militares dentro do território iraquiano. Respondendo aos protestos de Bagdá contra os óbvios desrespeitos à soberania do Iraque, Ancara argumenta ter o direito de "perseguir e neutralizar", fora de suas fronteiras, "terroristas que atentam contra a sua segurança".

18. Os curdos iraquianos - maior minoria do Iraque, com cerca de 5 milhões de habitantes - vivem como uma província semiautônoma, e contam com governo e forças de defesa próprios (peshmergas). Em setembro de 2017, o presidente do Governo Regional do Curdistão (KRG), Masoud Barzani, realizou referendo sobre a independência da província curda. Apesar dos quase 93% votos a favor, a inciativa foi fortemente rejeitada por Bagdá, Teerã e Âncara, que fecharam suas fronteiras com o Curdistão (até então o KRG dispunha de âlfandega própria), suspenderam voos e sumariamente asfixiaram a tentativa de independência dos curdos iraquianos. Atualmente, o tema está superado, e o maior ponto de contenção entre Bagdá e Erbil voltou a ser a remessa de 17% do orçamento federal iraquiano para o Curdistão, em troca do envio, por Erbil, da receita da exportação de, pelo menos, 250 mil barris de petróleo.

19. O governo do PM Mustafa Kadhemi, com quase três meses, tem tomado medidas para deixar claros os limites por ele considerados aceitáveis à atuação de grupos de interesses pró-Irã. Além de buscar agenda política e econômica um pouco mais liberal, vem atuando de forma firme contra as mais importantes e simbólicas milícias xiitas leais a Teerã, com invasão de suas instalações, apreensão de materiais e detenção de pessoal. Para isso, o apoio norte-americano tem sido fundamental, por meio de informações de inteligência e da presença de tropas da Coalizão Internacional contra o Estado Islâmico, que atuam como elemento dissuasório da presença iraniana. Kadhemi enfrenta outros desafios importantes, tais como a concretização da promessa de reformar a legislação eleitoral e realizar eleições (seu mandato não contou com a legitimidade das urnas, pois, tecnicamente, substitui o PM Mahdi, demissionário), o fornecimento de serviços básicos, como eletricidade, água potável e

saneamento (as notórias deficiências nesses setores se tornam letais em algumas regiões durante o verão, quando temperaturas médias oscilam entre 45 e 50 graus, à sombra) e, talvez, mais fundamentalmente, o combate à corrupção que paralisa e corrói a máquina estatal.

20. Cooperação e Acordos bilaterais:

a) Memorando de Entendimento para Consultas Políticas: O Brasil propôs, em agosto de 2017, negociação de "Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas" com o Iraque. A contraproposta iraquiana, apresentada em dezembro do mesmo ano, foi objeto de imediata reação do lado brasileiro. O memorando foi, afinal, firmado pelo chefe do posto, em 26 de junho de 2018, durante visita do então subsecretário-geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu.

b) Comissão Mista: O cumprimento, pelo governo brasileiro, dos requisitos para a entrada em vigor do "Memorando de Entendimento sobre o Procedimento para Restabelecer Comissão Mista", assinado em 26 de outubro de 2011, foi levado ao conhecimento da chancelaria iraquiana em abril de 2012. Considerando que o referido memorando de entendimento passará a ter efeito apenas depois de o Iraque se manifestar formalmente sobre o cumprimento dos requisitos também por sua parte (Artigo 8o), a Embaixada em Bagdá consultou reiteradas vezes a chancelaria iraquiana sobre o estado da tramitação do acordo sem, no entanto, ter obtido reação até este momento.

c) Cultural e Educacional: A embaixada do Iraque em Brasília solicitou à SERE, em março de 2013, informações sobre a vigência ou caducidade do "Acordo de Cooperação Cultural e Educacional" assinado entre os dois países em 25 de março de 1982. A SERE esclareceu, nesse mesmo mês, que referido acordo permanecia em vigor, nos termos do seu Artigo XVIII (NV DAI4-2013). Apesar disso, a chancelaria iraquiana, fundamentando-se no que enuncia o item IV do relatório do nono encontro da Comissão Mista Bilateral Brasil-Iraque, enviou para esta embaixada, em junho de 2013, proposta de texto de "Protocolo Executivo

de Cooperação Cultural entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura do Iraque para os Anos 2013 a 2015". Aguarda-se reação do lado brasileiro.

d) Esportiva: Brasil e Iraque concordaram, em maio de 2012, em negociar texto de "Memorando de Entendimento [ou Acordo, como preferiram os iraquianos] sobre Esportes entre o Ministério dos Esportes da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Esportes e Juventude da República do Iraque". A contraproposta brasileira foi apresentada à chancelaria local em agosto desse mesmo ano. A reação iraquiana veio em março de 2013 e, conforme alertou o posto, o texto apresentado trazia "diferenças substanciais, tanto em termos de forma como de conteúdo, em relação à última proposta brasileira".

e) Cooperação entre Academias DiplomáticaS: O Iraque apresentou, em maio de 2018, proposta de memorando de entendimento de cooperação na área de pesquisa e capacitação de pessoal diplomático entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Serviço Exterior Iraquiano. O Brasil manifestou-se favoravelmente à proposta. O último andamento refere-se a Nota Verbal da embaixada do Iraque em Brasília ao Instituto Rio Branco, manifestando o interesse iraquiano em firmar o memorando.

f) Cooperação em Defesa: As negociações bilaterais de um "Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa" tiveram início em 2015, no contexto de preparação da visita do então ministro da Defesa, Jacques Wagner, ocorrida em 11 e 12 de agosto de 2015. O ultimo andamento foi verificado em novembro de 2019, quando a embaixada em Bagdá remeteu nota à chancelaria iraquiana com nova contraproposta brasileira para o texto. O documento está, desde então, sob análise do lado iraquiano. Apesar das gestões da Embaixada, não houve respostas do governo iraquiano, que se viu envolto em manifestações populares, crise política e mudança de chefias de governo e dos ministérios da Defesa e do Interior, os dois interlocutores oficiais locais sobre o tema. Para além da assinatura do memorando, esta embaixada tomou a relevante iniciativa de solicitar e realizar reuniões

com autoridades do ministério da Defesa do Iraque responsáveis pela aquisição de toda sorte de suprimentos para suas forças regulares, de equipamentos médicos, armamentos leves, peças de reposição, veículos terrestres e aeronaves, a fim de apurar demandas e identificar possibilidades. Os diagnósticos foram informados, com destaque para o interesse iraquiano na cooperação bilateral para formação de recursos humanos e a ampla demanda por toda sorte de produtos brasileiros para a área de defesa e segurança, o que justificaria esforço brasileiro para reincluir participantes iraquianos em iniciativas como a bienal LAAD (Latin American Defence and Security Exhibition), cuja próxima edição está prevista para ocorrer em 2021.

g) Isenção de Vistos para Passaportes Diplomáticos e de Serviço: A chancelaria iraquiana, em 14 de agosto de 2018, apresentou sua proposta de "Memorando para Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais". A Nota Verbal fazia menção a tratativas anteriores entre a embaixada iraquiana em Brasília e a SERE. O assunto ainda não teve seguimento.

h) Apoio por Votos em Organismos Internacionais: O Iraque tem-se mostrado receptivo às solicitações de apoio a candidaturas brasileiras, mas, muitas vezes, talvez devido à ineficiência da sua estrutura, a chancelaria iraquiana deixa de formalizar os votos solicitados.

2

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 18, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 45, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Chico Rodrigues

21 de Setembro de 2020

PARECER Nº DE 2020

SF/20535.40943-07

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2020 (Mensagem nº 500/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RENATO SOARES MENEZES é filho de Rubens de Barros Menezes e Maria da Conceição Soares Menezes, e nasceu no Rio de

Janeiro (RJ), em 2 de maio de 1954. Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (RJ), em 1975, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976, concluiu pós-graduação em História pela Universidade de Brasília (DF) em 1980, e concluiu o mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Belgrano, Buenos Aires, Argentina, em 1986.

SF/20535.40943-07

Em 1976, ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e em 2000 concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE), do mesmo Instituto, com a tese: "CPLP Para Quê? Sua Criação, Análise de Seus Resultados e Perspectivas Para a Sua Consolidação".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1977. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1979 e a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1997 e a Ministro de Segunda Classe em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Chefe substituto da Divisão de Comunicações (1991) e de Chefe da Divisão do Pessoal (2005).

No Exterior, serviu na Embaixada em Tóquio (1981), no Consulado-Geral em Buenos Aires (Cônsul-Adjunto, em 1984), na Embaixada em Port-of-Spain (1988), na Embaixada em Lisboa (1997), Secretariado Executivo da CPLP (2001), na Embaixada em Rabat (2003), Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, 2006), Consulado Geral em Beirute (Cônsul-Geral, em 2010) e Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, em 2014).

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Ipiranga, Brasil (1981), no grau de Grande Oficial; Ordem do Tesouro Sagrado, Japão (1984), 1º grau; e Medalha Mérito Tamandaré (2012).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República do Congo e sobre a República Centro-Africana, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República do Congo tem área de 342.000 km² e população de 4.568 milhões de habitantes, em dados de 2019. Seu PIB (Produto Interno

Bruto) alcançou o montante de US$ 11,58 bilhões em 2019 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,608 no mesmo ano, colocando-o em 138º lugar entre 188 países. O país tem taxa de alfabetização da ordem de 79,3% (2019) e expectativa de vida de 64,3 anos (2019).

SF/20535.40943-07

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Congo, estas foram estabelecidas em 1980. A partir de 1984, pelos vinte anos seguintes, não houve trocas de visitas ou reuniões bilaterais em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada apenas em 2005, com visita do mandatário congolês ao Brasil. Em 2007, foi realizada a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para o apoio à produção da cana de açúcar.

No campo da cooperação educacional Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congoleses vêm se beneficiando de vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras.

Em matéria de cooperação humanitária, o Brasil vem realizando doações com vistas à segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala e de medicamentos para o tratamento de vítimas da explosão acidental de depósito de armamentos em Brazaville, em 2012.

No que se refere ao comércio bilateral, o seu recorde foi registrado em 2012, quando o intercâmbio total chegou a US$ 352 milhões. Em 2019, o fluxo de comércio foi equivalente a US$ 22 milhões, compondo-se quase totalmente de exportações brasileiras. A lista de produtos exportados pelo Brasil concentrou-se em carne de frango e bovina e álcool etílico. Apesar do decréscimo na corrente de comércio, o Brasil vem mantendo superávit nas trocas com o Congo desde 2008.

No que diz respeito a investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença naquele país da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. Ademais, tem havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo congolês. Estas empresas identificaram oportunidades relativas ao suprimento de material para as forças de segurança da República do Congo.

SF/20535.40943-07

O Congo foi beneficiado pela decisão brasileira de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. Em 2010, a dívida do país chegava a US$ 352 milhões, restando agora, em função da reestruturação e de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris, cerca de US$ 93 milhões.

O Congo mantém estreito relacionamento com a França, os Estados Unidos, China e, mais recentemente, voltou a se aproximar de Moscou.

Sobre a República Centro-Africana, sua área é de 622.984 km² e sua população, segundo dados de 2019, é de 5.181 milhões de habitantes. Em 2019, seu PIB alcançou a cifra de US$ 2,32 bilhões, seu IDH ficou em 0,381 (188º em 188 países). A expectativa de vida é de 52,8 anos e o índice de alfabetização é extremamente baixo: apenas 36,8% da população é alfabetizada, segundo dados de 2019.

No tocante às relações bilaterais com o Brasil, estas foram estabelecidas em 2010. Em duas ocasiões, 2012 e 2015, o Brasil doou arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

No que se refere ao comércio bilateral, este é ainda muito incipiente. Em 2019, as exportações brasileiras para a RCA subiram, chegando a US$ 3,1 milhões. A pauta de exportações concentrou-se em carne de aves.

Embora não haja registros de projetos de investimentos brasileiros na RCA, entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, nenhuma das variadas riquezas minerais da RDA foi, até agora, explorada.

A França, antiga metrópole, a Rússia e a China são países cujos vínculos com a RCA vêm se estreitando.

Em vista da crise iniciada em 2012, que resultou em violentos confrontos e violações de direitos humanos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na

República Centro-Africana (MINUSCA), para a qual vários países africanos têm contribuído, com destaque para Egito, Marrocos, Burundi, Cameroun e Ruanda.

As exportações da RCA estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira corresponde a mais de 50% da pauta exportadora, seguida da venda de diamante.

Cameroun, França, Índia, Bélgica e Alemanha estão entre as principais origens das importações centro-africanas. China, Burundi, Bélgica, Luxemburgo e França estão entre os principais destinos das exportações.

A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui, não se estimando haver comunidade brasileira em números significativos no país.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20535.40943-07

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 45/2020 - B.RENATO M.- CONGO

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 45/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RENATO SOARES MENEZES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CONGO E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PARECER Nº DE 2020

SF/20535.40943-07

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2020 (Mensagem nº 500/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RENATO SOARES MENEZES é filho de Rubens de Barros Menezes e Maria da Conceição Soares Menezes, e nasceu no Rio de

Janeiro (RJ), em 2 de maio de 1954. Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (RJ), em 1975, em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976, concluiu pós-graduação em História pela Universidade de Brasília (DF) em 1980, e concluiu o mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Belgrano, Buenos Aires, Argentina, em 1986.

SF/20535.40943-07

Em 1976, ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco e em 2000 concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE), do mesmo Instituto, com a tese: "CPLP Para Quê? Sua Criação, Análise de Seus Resultados e Perspectivas Para a Sua Consolidação".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1977. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1979 e a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1997 e a Ministro de Segunda Classe em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Chefe substituto da Divisão de Comunicações (1991) e de Chefe da Divisão do Pessoal (2005).

No Exterior, serviu na Embaixada em Tóquio (1981), no Consulado-Geral em Buenos Aires (Cônsul-Adjunto, em 1984), na Embaixada em Port-of-Spain (1988), na Embaixada em Lisboa (1997), Secretariado Executivo da CPLP (2001), na Embaixada em Rabat (2003), Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, 2006), Consulado Geral em Beirute (Cônsul-Geral, em 2010) e Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa (Encarregado da Missão, em 2014).

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Ipiranga, Brasil (1981), no grau de Grande Oficial; Ordem do Tesouro Sagrado, Japão (1984), 1º grau; e Medalha Mérito Tamandaré (2012).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República do Congo e sobre a República Centro-Africana, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República do Congo tem área de 342.000 km² e população de 4.568 milhões de habitantes, em dados de 2019. Seu PIB (Produto Interno

Bruto) alcançou o montante de US$ 11,58 bilhões em 2019 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,608 no mesmo ano, colocando-o em 138º lugar entre 188 países. O país tem taxa de alfabetização da ordem de 79,3% (2019) e expectativa de vida de 64,3 anos (2019).

SF/20535.40943-07

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Congo, estas foram estabelecidas em 1980. A partir de 1984, pelos vinte anos seguintes, não houve trocas de visitas ou reuniões bilaterais em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada apenas em 2005, com visita do mandatário congolês ao Brasil. Em 2007, foi realizada a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para o apoio à produção da cana de açúcar.

No campo da cooperação educacional Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congoleses vêm se beneficiando de vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras.

Em matéria de cooperação humanitária, o Brasil vem realizando doações com vistas à segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala e de medicamentos para o tratamento de vítimas da explosão acidental de depósito de armamentos em Brazaville, em 2012.

No que se refere ao comércio bilateral, o seu recorde foi registrado em 2012, quando o intercâmbio total chegou a US$ 352 milhões. Em 2019, o fluxo de comércio foi equivalente a US$ 22 milhões, compondo-se quase totalmente de exportações brasileiras. A lista de produtos exportados pelo Brasil concentrou-se em carne de frango e bovina e álcool etílico. Apesar do decréscimo na corrente de comércio, o Brasil vem mantendo superávit nas trocas com o Congo desde 2008.

No que diz respeito a investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença naquele país da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. Ademais, tem havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo congolês. Estas empresas identificaram oportunidades relativas ao suprimento de material para as forças de segurança da República do Congo.

O Congo foi beneficiado pela decisão brasileira de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. Em 2010, a dívida do país chegava a US$ 352 milhões, restando agora, em função da reestruturação e de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris, cerca de US$ 93 milhões.

SF/20535.40943-07

O Congo mantém estreito relacionamento com a França, os Estados Unidos, China e, mais recentemente, voltou a se aproximar de Moscou.

Sobre a República Centro-Africana, sua área é de 622.984 km² e sua população, segundo dados de 2019, é de 5.181 milhões de habitantes. Em 2019, seu PIB alcançou a cifra de US$ 2,32 bilhões, seu IDH ficou em 0,381 (188º em 188 países). A expectativa de vida é de 52,8 anos e o índice de alfabetização é extremamente baixo: apenas 36,8% da população é alfabetizada, segundo dados de 2019.

No tocante às relações bilaterais com o Brasil, estas foram estabelecidas em 2010. Em duas ocasiões, 2012 e 2015, o Brasil doou arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

No que se refere ao comércio bilateral, este é ainda muito incipiente. Em 2019, as exportações brasileiras para a RCA subiram, chegando a US$ 3,1 milhões. A pauta de exportações concentrou-se em carne de aves.

Embora não haja registros de projetos de investimentos brasileiros na RCA, entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, nenhuma das variadas riquezas minerais da RDA foi, até agora, explorada.

A França, antiga metrópole, a Rússia e a China são países cujos vínculos com a RCA vêm se estreitando.

Em vista da crise iniciada em 2012, que resultou em violentos confrontos e violações de direitos humanos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na

República Centro-Africana (MINUSCA), para a qual vários países africanos têm contribuído, com destaque para Egito, Marrocos, Burundi, Cameroun e Ruanda.

As exportações da RCA estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira corresponde a mais de 50% da pauta exportadora, seguida da venda de diamante.

Cameroun, França, Índia, Bélgica e Alemanha estão entre as principais origens das importações centro-africanas. China, Burundi, Bélgica, Luxemburgo e França estão entre os principais destinos das exportações.

A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui, não se estimando haver comunidade brasileira em números significativos no país.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20535.40943-07

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2020

(nº 500/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

DESPACHO: CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 500

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RENATO SOARES MENEZES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Os méritos do Senhor **RENATO SOARES MENEZES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de setembro de 2020.

EM nº 00106/2020 MRE

Brasília, 22 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RENATO SOARES MENEZES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, junto à República Centro-Africana.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RENATO SOARES MENEZES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003971/2020-53

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 521/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RENATO SOARES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/09/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2097536** e o código CRC **7F3B8ACA** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003971/2020-53 SEI nº 2097536

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *RENATO SOARES MENEZES*
CPF.: 371.585.467-72
ID.: 2972443 IFP

1954	Filho de Rubens de Barros Menezes e Maria da Conceição Soares Menezes, nasce em 02 de maio, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1975	Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense/RJ
1976	CPCD - IRBr
1976	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1980	Pós-graduação em História pela Universidade de Brasília/DF
1986	Mestre em Relações Internacionais, pela Universidade de Belgrano, Buenos Aires/AR
2000	CAE - IRBr, "CPLP Para Quê? Sua Criação, Análise de Seus Resultados e Perspectivas Para a Sua Consolidação"
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1987	Primeiro-Secretário
1997	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções	
1977	Departamento da África, Ásia e Oceania, assistente
1978	Divisão da África I, assistente
1980	Divisão da Ásia e Oceania, assistente
1981	Embaixada em Tóquio, Segundo Secretário
1984	Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Adjunto
1988	Embaixada em Port-of-Spain, Primeiro Secretário, Conselheiro, comissionado
1990	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, assessor
1991	Divisão de Comunicações, Chefe, substituto
1995	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assessor
1997	Embaixada em Lisboa, Primeiro Secretário e Conselheiro
2001	Embaixada em Lisboa, Secretariado Executivo da CPLP, Conselheiro, Assessor para Assuntos Administrativos e Jurídicos
2003	Embaixada em Rabat, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
2005	Divisão do Pessoal, Chefe
2006	Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado da Missão
2010	Consulado Geral em Beirute, Cônsul-Geral
2014	Missão do Brasil junto à CPLP, Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado da Missão
Condecorações:	
1981	Ordem do Ipiranga, Brasil, Grande Oficial
1984	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão, 1º grau
2012	Medalha Mérito Tamandaré



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 3
Cooperação humanitária 3
Comércio e investimentos 3
Assuntos consulares 3
POLÍTICA INTERNA 4
Governo François Bozizé 4
Nova crise securitária 4
Eleições presidenciais (2015-2016) 5
Governo Touadéra 5
POLÍTICA EXTERNA 6
França 6
Rússia 6
China 6
África 7
ECONOMIA 8
Comércio internacional 8
Energia 8
Recursos minerais 8
Dados macroeconômicos 8
Efeitos da crise sanitária da COVID-19 9
PERFIS BIOGRÁFICOS 10
MAPA 11
DADOS BÁSICOS 12
INTERCÂMBIO COMERCIAL 12

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com a República Centro-Africana (RCA) em 27 de abril de 2010. O governo brasileiro vem acompanhando a situação securitária centro-africana, atento a momentos que se façam eventualmente propícios e às oportunidades para o adensamento das relações bilaterais.

Atualmente, as relações bilaterais são acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Brazzaville, República do Congo.

Cooperação humanitária. O Brasil efetuou doações de arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, em novembro de 2012 (1.000 toneladas) e em junho de 2015 (250 toneladas).

Comércio e investimentos. O comércio bilateral com a República Centro-Africana ainda é incipiente. Em 2016, o Brasil exportou o equivalente a USD 6,2 milhões para a RCA. Nos anos seguintes, houve significativo decréscimo. Em 2019, as exportações brasileiras para a RCA voltaram a subir e chegaram a USD 3,1 milhões. A pauta de exportação concentrou-se em carne de aves.

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras na RCA. Contudo, entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas comprovadas e localizadas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, cuja exploração é apenas artesanal, nenhuma das variadas riquezas minerais da RCA foi, até agora, explorada.

Assuntos consulares. A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui. Não se estima haver comunidade brasileira em números significativos no país.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre o Brasil e a República Centro-Africana, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos ou em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.

POLÍTICA INTERNA

A República Centro-Africana tornou-se independente da França em 1960, sob a presidência de David Dacko, que declarou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN), do qual era integrante, o partido oficial do estado centro-africano. Em 1965, Dacko foi destituído pelo Coronel Jean-Bédel Bokassa, que dissolveu a Assembleia Nacional. Bokassa declararia a si mesmo Presidente Vitalício, em 1972, e Imperador, em 1976. Três anos mais tarde, a França organizaria uma operação militar que removeria Bokassa do poder, restituindo a Presidência do país a David Dacko.

O Presidente Dacko foi novamente destituído em 1981, pelo General André Kolingba, que governou a RCA até 1993, quando Ange-Félix Patassé foi eleito Presidente, no primeiro processo eleitoral multipartidário do país. Reeleito em 1999, Patassé acabou destituído em 2003 pelo General François Bozizé, que, em eleições realizadas em 2005, foi confirmado no cargo de Presidente.

Governo François Bozizé. Uma vez no poder, Bozizé foi contestado por inúmeros grupos oposicionistas. Teve início, em 2004, guerra civil que se encerraria em 2008, quando se assinou, em Libreville, Gabão, acordo de paz entre o Governo e os dois principais movimentos rebeldes – o Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD) e a União das Forças Democráticas pela Unidade (UFDR).

Em 2011, realizaram-se novas eleições para Presidente e para a renovação de um terço do Congresso. Em 13 de fevereiro, a Corte Constitucional publicou o resultado definitivo da votação presidencial. Após rejeitar os recursos pela anulação da eleição apresentados pelos candidatos derrotados, a Corte Constitucional declarou o General Bozizé eleito em primeiro turno, com 64% dos votos.

Nova crise securitária. Uma segunda crise securitária iniciou-se em dezembro de 2012, quando frente armada denominada Séléka (“coalizão” em sangô, língua falada por maior número de pessoas na RCA) iniciou ofensiva militar contra o governo. Em março de 2013, o grupo derrubou o Presidente Bozizé. Michel Djotodia, líder de uma das principais facções da coalizão, proclamou-se chefe de Estado.

A situação securitária, porém, permaneceu preocupante, com registro de saques e assassinatos em diferentes regiões. O fato de Djotodia ser muçulmano (entre 15 a 20% da população nacional segue o islamismo) agregou novo elemento ao já complexo cenário interno. Em quadro de contínuas violações de direitos humanos pelo país, organizaram-se diferentes milícias “anti-balaka”, ou de autodefesa, majoritariamente cristãs. Em 2013, confrontos entre milícias anti-balaka e as forças Séléka deixaram milhares de mortos e aumentaram o número de deslocados internos para cerca de 1,5 milhão de pessoas. Mais de 100 mil refugiados dirigiram-se ao Cameroun.

Em setembro de 2013, Michel Djotodia oficialmente dissolveu a Séléka, mas diversos grupos que compunham a coalizão recusaram a desmobilização. Em dezembro de 2013, a França enviou tropas ao território centro-africano, dando início à Operação Sangaris. A União Africana também enviou soldados, no âmbito da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), estabelecida no mesmo mês, com autorização das Nações Unidas.

Em janeiro de 2014, Michel Djotodia deixou o poder, como parte de um acordo para a estabilização do país, alcançado em reunião de cúpula extraordinária, em Jamena,

Chade, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da qual a RCA faz parte. Catherine Samba-Panza foi eleita Presidente de transição.

Como a crise perdurava, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a MISCA. Por sua vez, a União Europeia enviou ao país, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA).

Em julho de 2014, firmou-se em Brazzaville, República do Congo, acordo de cessação de hostilidades entre ex-membros da Séléka e milícias anti-balaka. O frágil entendimento possibilitou a realização de eleições presidenciais em 2015.

Eleições presidenciais (2015-2016). As eleições presidenciais, originalmente marcadas para 18 de outubro e 22 de novembro de 2015, foram efetivamente realizadas em 30 de dezembro de 2015 (primeiro turno) e 14 de fevereiro de 2016 (segundo turno). Os dois candidatos mais votados na primeira fase foram Anicet Georges Dologuélé, da União para a Renovação Centro-Africana (URCA), que obteve 23,8% dos votos válidos, e Faustin-Archange Touadéra, independente, que reuniu 19,4% dos votos. No segundo turno, Touadéra obteve 62,7% dos votos válidos. Imediatamente após o anúncio oficial do resultado, Dologuélé denunciou a suposta ocorrência de numerosas irregularidades, que, segundo ele, teriam sido testemunhadas pela comunidade internacional. O candidato derrotado, contudo, aceitou o resultado do pleito, também validado pela Corte Constitucional de Transição, e reconheceu Touadéra como presidente eleito.

Governo Touadéra. A despeito dos esforços conciliatórios do presidente Touadéra, o estado centro-africano controla apenas 30% do território do país. O restante é ocupado por uma constelação de grupos rebeldes mais ou menos vinculados às milícias agora conhecidas como ex-Séléka e anti-balaka.

O Presidente Touadéra vem procurando ampliar a presença militar oficial em todos os departamentos do país, sobretudo no norte, mais populoso, para tentar promover a estabilidade e pacificar o interior conflagrado. Contudo, os grupos armados resistem a se desmobilizar. Uma série de acordos de paz entre o governo e 13 ou 14 grupos rebeldes foi assinada, com nova deterioração do cenário poucos meses depois. O compromisso mais recente foi negociado em Cartum, Sudão, e firmado em Bangui, em fevereiro de 2019. Como resultado, um novo governo foi designado, com participação de alguns ministros ligados aos movimentos rebeldes. Medidas semelhantes haviam sido adotadas anteriormente, em decorrência de outros acordos de paz. Ainda ocorrem, contudo, combates entre as forças do governo e diferentes grupos, além de denúncias de massacres no interior, que teriam a participação, inclusive, de milícias signatárias dos acordos de paz.

Estão previstas novas eleições presidenciais em dezembro de 2020.

POLÍTICA EXTERNA

Na República Centro-Africana, os conflitos têm dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo. Mantém-se como prioritário, contudo, o tradicional relacionamento com a França, ao lado do qual vêm-se destacando também as relações com a Rússia.

Por sua posição estratégica, no centro do continente africano, a RCA atrai fortemente a atenção regional, tanto no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) quanto da União Africana. A situação na RCA vem sendo acompanhada de perto pelos vizinhos, como Cameroun e Sudão, entre outros.

A presença da ONU, que contribui militarmente com as tentativas de estabilização do país, e da União Europeia, principal fornecedora dos recursos para complementar o orçamento governamental, são também fundamentais.

França. Antiga metrópole, a França é o único país da União Europeia que mantém embaixada em Bangui (embora a própria UE disponha de delegação na capital centro-africana). Com tropas no país desde antes da Operação Sangaris, iniciada em 2013, a França reforçou sua presença militar na RCA no período daquela ação, que se estendeu até 2016.

O então Presidente François Hollande visitou Bangui em dezembro de 2013, fevereiro de 2014 e maio de 2016. O Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, esteve na capital centro-africana em dezembro de 2018. Por sua vez, o Presidente Touadéra viajou à França em abril de 2016, março e setembro de 2017 e março de 2018.

A França é, ao lado da Índia, uma das principais origens das importações da RCA, depois do Cameroun. É também o maior investidor externo no país, considerando o estoque de investimentos. Mantém cooperação com a RCA em diversas áreas, incluindo ajuda humanitária, governança, reforço das capacidades do estado em setores como segurança, economia e finanças e justiça, e é o principal contribuinte do Fundo Bêkou da União Europeia, destinado à estabilização e à reconstrução na República Centro-Africana.

Rússia. Desde 2017, quando o Presidente Touadéra visitou Moscou, a Rússia vem estreitando relações com a República Centro-Africana, em movimento que se inscreve na política russa de reengajamento na África. Houve encontros entre o Presidente Touadéra e o Presidente Vladimir Putin também em 2018 e 2019.

Embora a RCA esteja sob embargo no que se refere à compra de armas, a França e a Rússia foram autorizadas pelas Nações Unidas a reequipar as forças armadas centro-africanas. Além de fornecer material bélico e equipamentos, a Rússia também tem oferecido treinamento militar à RCA. Ademais, tem sido responsável pela segurança do Presidente Touadéra. Também esteve envolvida na promoção das conversas entre o governo e 14 grupos rebeldes que levaram ao Acordo de Cartum, firmado em fevereiro de 2019.

Os interesses da Rússia na República Centro-Africana, além do componente militar, incluem a possibilidade de estabelecer parcerias na área de exploração dos recursos minerais centro-africanos.

China. A China é um dos principais destinos das exportações da RCA. Os investimentos chineses no mercado centro-africano também estão crescendo. Há acordo

do governo da RCA com empresa chinesa para reabilitar a hidrelétrica de Boali II, a cerca de 100 quilômetros de Bangui.

África. No que diz respeito ao relacionamento com as nações africanas, o país, além de ser membro da União Africana, integra a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A CEMAC é organização de cunho político e econômico: os países membros compartilham moeda (o franco CFA da África Central) e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Além da República Centro-Africana, fazem parte da CEMAC Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo e Gabão.

A CEEAC, por sua vez, além de ser foro político, tem o objetivo de formar um mercado único na África Central. O bloco abarca onze países: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo.

Quanto às relações bilaterais, há grande interesse dos países vizinhos na situação da RCA. A crise securitária centro-africana tem reflexos diretos em Cameroun, Chade, República do Congo e República Democrática do Congo, que têm recebido a maior parte dos refugiados saídos da República Centro-Africana. Sudão e Sudão do Sul também recebem grande fluxo de refugiados, embora em menor número.

Os esforços dos vizinhos para conter a crise na RCA resultaram, por exemplo, no acordo que levou à renúncia de Michel Djotodia em janeiro de 2014; e no envolvimento do Sudão na promoção das conversações que levaram à assinatura do Acordo de Cartum, em fevereiro de 2019.

Vários países africanos têm-se engajado na RCA, como é o caso de Ruanda, Egito, Marrocos, Burundi, Senegal, Mauritânia e Zâmbia, entre outros, que estão entre os maiores contribuintes da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), em número de militares, policiais ou ambos. Ressalte-se que, entre os vizinhos da RCA, o Cameroun é o 8º maior contribuinte em número de soldados e o 3º em número de policiais. Ruanda é o país com mais soldados e policiais.

ECONOMIA

Com um PIB per capita próximo dos USD 440, a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do mundo. A economia do país caracteriza-se pelo predomínio do setor primário: cerca de 50% do PIB advém desse setor. A agricultura é, em geral, de subsistência. Mais de 60% da população economicamente ativa trabalha no campo. Mesmo assim, a produção de alimentos nem sempre é suficiente. O setor de serviços conheceu, nos últimos anos, relativo dinamismo, em particular na área de telefonia móvel.

Comércio internacional. As exportações do país estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira corresponde a mais de 50% da pauta exportadora – seguida da venda de diamante. As importações, por sua vez, são diversificadas, uma vez que a RCA importa quase tudo do que precisa.

Cameroun, França, Índia, Bélgica e Alemanha estão entre as principais origens das importações centro-africanas. China, Burundi, Bélgica, Luxemburgo e França estão entre os principais destinos das exportações.

Energia. Boa parte da oferta primária total de energia na República Centro-Africana corresponde à biomassa tradicional (sobretudo madeira). Quando à energia hidrelétrica, as principais usinas encontram-se em Boali, 100 quilômetros a noroeste de Bangui.

Programa de investimentos 2016-2030 da ENERCA, companhia energética centro-africana, prevê a implementação de diversos projetos de geração, a partir de usinas térmicas (30MW), hidrelétricas (372 MW) e centrais de energia fotovoltaica (130 MW), e de transmissão. O custo total do programa chegaria a USD 3,7 bilhões.

A República Centro-Africana importa 100% dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de estocagem. Sondagens intermitentes de empresas como Shell, Conoco e Chevron, iniciadas na década de 1980 e interrompidas definitivamente em 2003, não redundaram na comprovação de reservas de petróleo economicamente viáveis. A maior parte do petróleo consumido no país é importada do Cameroun.

Há estimativas oficiais sobre a existência de reservas de carvão mineral na região de Zako, onde teria sido identificado potencial equivalente a 2,9 milhões de metros cúbicos de linhito.

Recursos minerais. Estima-se que a República Centro-Africana tenha reservas importantes de ouro, diamante, ferro, titânio, sal-gema, cobalto, granito, turmalina, quartzo, chumbo, caulim, estanho, manganês, pirita, grafite, calcário, dolomita, mármore, argila, urânio, cobre, linhita, zinco, níquel, ardósia, tório e zircônio.

Nenhuma das jazidas minerais da RCA foi explorada em escala industrial até o momento. A exploração de ouro e diamante é apenas artesanal.

Dados macroeconômicos. A balança comercial da RCA apresenta déficit estrutural, decorrente do padrão de comércio exterior do país (exportação de produtos primários e importação de manufaturados). No entanto, a RCA apresenta saldo positivo na balança de transações correntes, pois as transferências unilaterais e as contribuições dos países doadores são geralmente maiores do que os déficits nas outras rubricas.

Depois da brutal recessão de 2013, resultante do conflito interno, que levou à redução do PIB em mais de 36%, a RCA voltou a registrar crescimento a partir de 2014, embora relativamente modesto no contexto africano – mantendo-se no intervalo entre 3% e 5% no período de 2015 a 2019. O déficit público reduziu-se de 69,2% do PIB em 2014 para 48,5% em 2018.

Efeitos da crise sanitária da COVID-19. O FMI estima que, devido à crise sanitária internacional da COVID-19, o crescimento na RCA reduza-se a 1% em 2020. O Fundo anunciou a suspensão do pagamento do serviço da dívida da RCA por seis meses. A França anunciou que ajudará a República Centro-Africana a enfrentar a emergência sanitária.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Faustin Archange Touadéra



Nasceu em Bangui, em 21 de abril de 1957. É doutor em Matemática Pura pela Universidade de Iaundê, no Cameroun, e doutor em Matemática Pura pela Universidade de Ciência e Tecnologia (UST) de Lile I, na França. Fez carreira como professor na Universidade de Bangui, da qual foi também reitor. Em 2003, tornou-se Vice-Presidente da União Matemática da África Central. Ocupou o cargo de Primeiro-Ministro de 2008 a 2013, no governo François Bozizé. Foi eleito Presidente em fevereiro de 2016.

Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Centro-Africanos no Exterior, Sylvie Baipo Temon



Nascida em Bangui, em 13 de junho de 1975, formou-se em Economia na Universidade de Orléans, França, em 1996. Tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas. Por mais de 20 anos, exerceu funções consultivas e outras em bancos e instituições financeiras. Foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2018.

MAPA


Lake Chad
CHAD
SUDAN
0 100 200 km
0 100 200 mi
Birao
Ndélé
CAMER.
Mont Ngaoui
Bossangoa
Bria
Bouar
Bambari
Carnot
Bangassou
Mbomou
Oubangui
Berbérati
BANGUI
Nola
Uele
Congo
DEM. REP. OF THE CONGO
Sangha
REP. OF THE CONGO
Equator

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República Centro-Africana
Gentílico:	Centro-africano
Capital:	Bangui
Área:	622.984 km²
População (FMI, 2019):	5,181 milhões
Língua oficial:	Francês e sangô
Principais religiões:	Cristianismo (50%); crenças tradicionais (35%); Islamismo (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional, com 105 membros.
Chefe de Estado:	Faustin-Archange Touadéra (desde março de 2016)
Chefe de Governo:	Firmin Ngrebada (desde fevereiro de 2019)
Chanceler:	Sylvie Baipo Temon (desde dezembro de 2018)
PIB (FMI, est. 2019):	USD 2,32 bilhões
PIB PPC (est. 2019):	USD 4,26 bilhões
PIB *per capita* (est. 2019):	USD 448
PIB PPC *per capita* (est. 2019):	USD 823
Variação do PIB (FMI):	1% (est. 2020), 3% (est. 2019), 3,8% (est. 2018), 4,5% (est. 2017), 4,7% (est. 2016), 4,3% (est. 2015), 0,1% (est. 2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,381 (188º)
IHDI (PNUD, 2019):	0.222
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	52,8 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	36,8%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	6,5%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador em Brasília	Stanislas Moussa-Kembe (não residente)
Embaixador em Bangui:	Raul de Taunay (residente em Brazzaville)
Comunidade brasileira estimada	5

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – RCA	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-abr)**
Intercâmbio	**1.916**	**2.321**	**1.779**	**6.401**	**1.024**	**1.075**	**3.112**	**667**
Exportações	1.911	2.223	1.737	6.198	1.014	1.069	3.108	666
Importações	5	98	42	203	10	6	5	0,4
Saldo	**1.906**	**2.125**	**1.695**	**5.995**	**1.004**	**1.063**	**3.103**	**666**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

REPÚBLICA DO CONGO



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 3
RELAÇÕES POLÍTICAS 3
Cooperação técnica 3
Cooperação educacional 3
Cooperação humanitária 3
RELAÇÕES ECONÔMICAS 4
Comércio bilateral 4
Investimentos 4
Produtos de defesa 4
Dívida soberana 4
ASSUNTOS CONSULARES 4
POLÍTICA INTERNA 5
Histórico 5
Forças políticas 5
Instituições 5
Cenário atual 6
Milícias opositoras no Departamento do Pool 6
POLÍTICA EXTERNA 7
Entorno regional 7
Organizações sub-regionais 8
França 8
Estados Unidos 8
China 8
Rússia 9
ECONOMIA 10
Setor mineral 10
Indústria 10
Setor madeireiro 10
Dívida externa, PIB e COVID-19 10
PERFIS BIOGRÁFICOS 11
MAPA 12
DADOS BÁSICOS 13
INTERCÂMBIO COMERCIAL 13

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês, Denis Sassou N'Guesso, visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista bilateral. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao Brasil.

Em outubro de 2007, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para apoio à produção de cana de açúcar.

A última visita de alto nível ocorreu em agosto de 2018, quando o Ministro dos Esportes e da Educação Física congolês Hugues Ngouelondele veio ao Brasil e reuniu-se com seu homólogo para discutir possibilidades de cooperação técnica.

Cooperação técnica. A cooperação técnica do Brasil com o Congo está amparada no Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural firmado pelos dois países em 1981. A República do Congo já recebeu cooperação brasileira em diferentes áreas, como produção de cacau, cultivo da palma africana e combate à AIDS, entre outras.

Atualmente, há demanda congolesa na área de combate à malária e à febre tifoide, que, no quadro da saúde pública na República do Congo, apresentam-se como as doenças mais frequentes, com incidência em todas as regiões do país. Também há pedido de apoio ao Instituto Nacional da Pesquisa Florestal (IRF) e ao Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (IRA) congoleses. Essas demandas estão sob análise da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outros possíveis parceiros brasileiros.

Cooperação educacional. Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congoleses vêm-se beneficiando das vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Até o momento, 56 alunos do Congo participaram, ou ainda participam, do PEC-G.

Cooperação humanitária. Em março de 2010, o Brasil realizou doação de USD 200 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com o fim de que este adquirisse bens considerados prioritários pelo Governo da República do Congo para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala. Em 2011, o Brasil voltou a contribuir com a segurança alimentar dos refugiados. Em 2012, foram efetuadas doações de medicamentos ao país africano, como contribuição ao tratamento das vítimas de explosão acidental de depósito de armamentos ocorrida em Brazzaville, no mês de março daquele ano.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. O recorde no comércio bilateral foi registrado em 2012, quando o intercâmbio total chegou a USD 352 milhões. Em 2019, o fluxo de comércio foi equivalente a USD 22 milhões, quase totalmente correspondente às exportações brasileiras. A lista dos produtos exportados pelo Brasil concentrou-se em carne de frango e bovina e álcool etílico. Apesar do decréscimo na corrente de comércio, o Brasil vem mantendo superávit nas trocas com o Congo desde 2008.

Investimentos. Quanto aos investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença, no país, da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. Em 2019, o Congresso de Dirigentes de Empresas do Congo (CCEC) manifestou à Embaixada do Brasil em Brazzaville o interesse em realizar parcerias com empresas brasileiras na área agrícola. No passado, construtoras brasileiras também atuaram no cenário congolês.

Produtos de defesa. Tem havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo da República do Congo. Essas empresas identificaram oportunidades relativas ao suprimento material para as forças de segurança congolesas.

Dívida soberana. O Congo foi um dos países beneficiados pela decisão do governo brasileiro de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. A dívida da República do Congo com o Brasil chegou a USD 352 milhões em 2010, tendo diminuído para USD 234 milhões pouco depois, em virtude de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris. Posteriormente, contrato de renegociação de dívida bilateral estabeleceu que o saldo remanescente seria de pouco mais de USD 118 milhões. Em outubro de 2019, a dívida consolidada da República do Congo era de cerca de USD 93 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na República do Congo é calculada em cerca de 120 pessoas. Não há registro de cidadãos brasileiros presos.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Ex-colônia da França, a República do Congo obteve sua independência em 1960. A vida política do país, em sua primeira década, foi marcada por instabilidades. Em 1968, o capitão Marien Ngouabi tomou o poder, formou um governo de esquerda apoiado no Partido Congolês do Trabalho (PCT) e inaugurou regime de partido único. Ngouabi foi assassinado em 1977 e o país passou a ser governado por uma junta militar, até que, em 1979, o coronel Denis Sassou N'Guesso, também ligado ao PCT, assumiu a Presidência da República, permanecendo no poder até 1992, quando se iniciou processo de abertura política e econômica.

No pleito realizado em 1992, elegeu-se Presidente Pascal Lissouba – com o apoio, no segundo turno, do PCT de Sassou N'Guesso, que alcançara apenas a terceira posição no primeiro turno. Em 1993 e 1994, o país viveu sua primeira guerra civil, iniciada por confronto entre forças do governo e da oposição no contexto das eleições legislativas.

Em 1997, às vésperas de novas eleições presidenciais, Sassou N'Guesso despontava como favorito. A escalada das tensões no país e as perspectivas de derrota levaram Lissouba a adiar o pleito, o que teve como consequência o início da segunda guerra civil congolesa.

Em outubro de 1997, as forças de Sassou N'Guesso tomaram o poder. Os conflitos, porém, durariam até o fim de 1999. Nova Constituição foi redigida por um Conselho Nacional de Transição e aprovada em referendo em janeiro de 2002 por 84% dos votantes. Sassou N'Guesso foi eleito logo depois, com 70% dos votos, para mandato de sete anos. Em 2009, foi reeleito com 78% dos votos. Em 2016, reelegeu-se novamente, em primeiro turno, com 60% dos votos.

Forças políticas. O Partido Congolês do Trabalho (PCT) é a principal força política do país. Com exceção de parte da década de 1990, o PCT está no poder desde sua fundação, em 1969. O Partido adotou, até a queda da União Soviética, ideologia marxista-leninista. Daí em diante, assumiu linha próxima do socialismo democrático. Com o apoio de partidos menores, o PCT forma a coalizão chamada União para a Maioria Presidencial.

A União Pan-Africana para a Democracia Social (UPADS), do ex-Presidente Pascal Lissouba, que governou entre 1992 e 1997, é o maior partido de oposição organizado. Em fevereiro de 2014, a UPADS juntou-se a outros três partidos para formar a Aliança dos Sociais-Democratas do Congo. Existem, ainda, diversos outros partidos e frentes suprapartidárias com menor capacidade de mobilização. Contudo, o Movimento Congolês pela Democracia e o Desenvolvimento Integral (MCDDI), que chegou ao segundo lugar nas eleições de 2016, vem se projetando como força opositora.

Instituições. República semipresidencialista, o Congo é um estado unitário, dividido em 12 departamentos. O Parlamento é bicameral. O Senado é formado por 72 membros, ao passo que a Assembleia Nacional conta com 139 deputados. O PCT e seus aliados dispõem de ampla maioria nas duas câmaras. O Judiciário congolês conta com uma Corte Suprema, uma Corte Constitucional e uma Alta Corte que julga crimes de traição contra o Presidente e casos envolvendo altas autoridades durante seus mandatos.

Quanto a seu financiamento, o estado congolês obtém a maior parte de seus recursos com a taxação da exploração de petróleo.

Cenário atual. As eleições presidenciais mais recentes foram realizadas em 20 de março de 2016. O Presidente Sassou N'Guesso foi reeleito para um terceiro mandato, com 60% dos votos válidos no primeiro turno.

A candidatura de Sassou N'Guesso foi possível devido à nova Constituição, que, aprovada por referendo em novembro de 2015, permitiu ao Presidente permanecer no poder por até três mandatos consecutivos, aboliu a proibição a que maiores de 70 anos disputassem a Presidência, reduziu o mandato presidencial para cinco anos (em vez de sete) e recriou o cargo de Primeiro-Ministro (hoje exercido por Clément Mouamba), entre outras medidas. Com a mudança constitucional, antecipou-se a eleição presidencial.

Em 4 de abril de 2016, pouco depois da declaração oficial dos resultados da votação, houve distúrbios em Brazzaville, que o governo atribuiu a ataque realizado por grupo miliciano. Dois dias depois, o segundo colocado nas eleições, Guy Brice Parfait Kolélas, que concorrera pelo MCDDI, anunciou que aceitava o resultado. Em 2017, eleições legislativas para a Assembleia Nacional, o Senado e os Conselhos departamentais e municipais resultaram, mais uma vez, em significativa vitória do PCT.

Atualmente, as lideranças políticas encontram-se em articulação com vistas ao pleito presidencial previsto para 2021. Tem havido, contudo, propostas, inclusive de alguns líderes opositores, de extensão do mandato presidencial até 2023, sob a condição de que o Presidente Sassou N'Guesso não se candidate novamente. Em seu mais recente Congresso Ordinário, em dezembro de 2019, o PCT recomendou nova candidatura do atual Presidente. Pierre Moussa, novo Secretário-Geral do partido, rechaçou a proposta de adiamento das eleições presidenciais.

Milícias opositoras no Departamento do Pool. Depois das eleições de 2016, intensificaram-se as atividades combativas das milícias revoltosas conhecidas como "Ninjas", inspiradas na ação insurgente do líder rebelde Frédéric Bintsamu, mais conhecido como Pastor Ntoumi. Após a ação de 4 de abril de 2016 em Brazzaville, registraram-se emboscadas e atentados em Kinkembo, Mindouli, Voulia e Siassia, no Departamento do Pool.

Em dezembro de 2017, foi anunciado acordo de cessamento das hostilidades entre o governo e os rebeldes. O Acordo de Kinkala foi progressivamente restabelecendo a normalidade no Departamento do Pool.

POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, a República do Congo implementou política externa caracterizada pelo alinhamento aos países socialistas. Na década de 1980, passou a adotar postura mais pragmática e procurou fortalecer o relacionamento com a França, principal fonte de ajuda externa e sede da maior empresa em operação no país, a Total. O colapso do comunismo no Leste Europeu reforçou essa reorientação e a aproximação, também, com os Estados Unidos.

O país também dá grande ênfase às relações com os demais países da África. Além de ser membro da União Africana, o Congo integra as organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), responsável pela gestão da moeda regional, o franco CFA central (XAF), e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Ademais, assinou em 21 de março de 2018 o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), ratificado por Brazzaville em fevereiro de 2020.

O Congo tem buscado, nos últimos anos, diversificar suas parcerias. Nesse contexto, tem-se aproximado de países como Brasil, China, Turquia, Índia e Rússia. A China, em particular, tem investido pesadamente nos setores petrolífero, florestal e mineiro no Congo.

Entorno regional. As relações com os países vizinhos ocupam importante parte da agenda externa do Congo, que se apresenta como agente promotor da paz na região.

Com **Angola**, o Congo mantém estreitos laços de amizade, que remontam ao período da luta angolana pela independência, quando muitos integrantes dos movimentos emancipacionistas buscaram refúgio em território congolês. Mais tarde, quando da guerra civil congolesa, Luanda enviou 2.500 homens ao Congo, que contribuíram para a vitória de Sassou N'Guesso no conflito. Em 2013, contudo, registrou-se incidente quando tropas angolanas chegaram a ocupar brevemente áreas do Congo próximas à fronteira. Aparentemente, a movimentação dos soldados de Angola estava relacionada a operação na província angolana de Cabinda.

O Congo compartilha fronteira de 1.500 km com a **República Democrática do Congo (RDC)**, fator que explica o grande interesse mútuo. Nos anos que se seguiram à descolonização, os dois países estiveram em lados opostos no quadro de alianças no contexto da Guerra Fria. O relacionamento experimentou relativa distensão depois do colapso do bloco soviético e das transformações regionais na África Central, na década de 1990. De todo modo, o intercâmbio entre as populações dos dois países sempre foi intenso. Nos últimos anos, a situação da diáspora da RDC no Congo ocasionalmente constitui motivo de preocupação na relação entre Brazzaville e Kinshasa. Dezenas de milhares de cidadãos da RDC vivem e trabalham atualmente na República do Congo, em muitos casos em situação irregular.

Pouco depois de tomar posse, o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, realizou visita a Brazzaville em fevereiro de 2019, encerrando um primeiro périplo africano que o levara também a Angola e ao Quênia. A viagem constituiu importante sinalização positiva para o relacionamento bilateral.

O Presidente Sassou N'Guesso tem desempenhado papel relevante no encaminhamento da crise política e securitária que afeta a **República Centro-Africana (RCA)** desde dezembro de 2012. O Congo deslocou soldados para a RCA no âmbito da Força Multinacional da África Central (FOMAC), ligada à CEEAC. Também mantém contingente de mais de cem agentes policiais na Missão Multidimensional Integrada das

Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). O cessar-fogo firmado em 2014 entre os grupos "Ex-Séléka" (coalizão de milicianos que tomaram o poder em 2013 na RCA) e as milícias "anti-balaka" (de oposição à "Séléka") foi assinado em Brazzaville.

Ressalte-se, também, que o Presidente Sassou N'Guesso tem assumido papel de destaque nas discussões, no âmbito da **União Africana**, sobre a situação na **Líbia**. Em janeiro de 2020, realizou-se em Brazzaville Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Comitê de Alto Nível da União Africana para a Líbia.

Organizações sub-regionais. O Congo é membro da CEMAC e da CEEAC. A primeira foi criada em 1994 e tem como pilar fundamental o franco CFA da África Central (XAF), moeda comum para os países integrantes do bloco. Chade, Cameroun, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro-Africana são os demais membros.

A CEEAC, por sua vez, é composta pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Em decorrência da situação interna de diferentes países membros, as atividades da organização estiveram suspensas entre 1992 e 1998. Com o relançamento do bloco, ocorreu também mudança de foco de suas atividades, as quais passaram a estar relacionadas, sobretudo, à promoção da paz.

O Congo também integra a Comissão de Florestas da África Central (COMIFAC). O organismo, estabelecido em 1999, promove a concertação regional em prol da preservação das florestas locais.

França. A França é provavelmente o principal parceiro da República do Congo no cenário internacional, sobretudo em razão dos investimentos da empresa Total no setor petrolífero congolês. A companhia comprou, no ano 2000, a também francesa Elf Aquitaine, presente no Congo desde 1968.

A França é, atualmente, o principal doador bilateral de "ajuda ao desenvolvimento" para o Congo. Sob essa rubrica, financia projetos nas áreas de transportes, infraestrutura, biodiversidade, agricultura, saúde pública e desenvolvimento institucional (principalmente no campo da justiça), além de manter importante cooperação cultural e educacional com o país africano.

O Presidente Denis Sassou N'Guesso fez visita de trabalho à França em setembro de 2019, quando se reuniu com seu homólogo francês, Emmanuel Macron. Na ocasião, firmaram acordos nas áreas de meio ambiente e educação.

Estados Unidos. Os EUA também prestam assistência ao Congo-Brazzaville nas áreas de agricultura, alimentação escolar, saúde (principalmente no combate ao HIV, à tuberculose e à malária) e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Há também uma importante colaboração norte-americana com as Forças Armadas congolesas, inclusive na área de segurança marítima e portuária. No âmbito das relações econômico-comerciais, o Congo beneficia-se do "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

China. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos maiores parceiros econômicos do Congo, ao lado de França e Estados Unidos. O mercado chinês é hoje o principal destino das exportações do Congo, absorvendo mais de 50% do total exportado pelo país. A China é também um dos maiores fornecedores de produtos para o mercado congolês.

O país asiático tem sido, ademais, importante fonte de financiamento para projetos no Congo. Em março de 2019, Brazzaville e Pequim chegaram a acordo para implementação de Zona Econômica Especial em Ponta Negra, segunda maior cidade e principal centro financeiro do Congo. A iniciativa prevê uma série de obras de infraestrutura, incluindo a construção de unidades de geração de energia.

Os projetos com financiamento chinês, contudo, agravaram o endividamento congolês. Atualmente, a China é credora de cerca de um terço da dívida externa do Congo. Em abril de 2019, chegou-se a acordo de reescalonamento da dívida congolesa com o lado chinês.

Rússia. Depois dos anos de proximidade com a antiga União Soviética, o Congo voltou, recentemente, a estreitar laços com Moscou na busca pela diversificação de suas parcerias. O Presidente Denis Sassou N'Guesso participou, em 2019, da Cúpula Rússia-África, na cidade russa de Sochi, buscando reforçar a cooperação nos setores de armamentos e energia. Também foi firmado com a Rússia, em 2019, acordo sobre a construção de um oleoduto para conectar a região petrolífera de Kouilou, no sul do território congolês, à parte norte do Congo.

ECONOMIA

A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – mais de 90% do total exportado. A maioria dos campos de petróleo está localizada *offshore*. A companhia francesa Total domina o setor. Empresas italianas e americanas também são importantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo.

Diante da perspectiva de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, no período de 20 anos, para 1/6 do atual volume), o governo tem buscado diversificar a economia do país. Uma das alternativas discutidas atualmente é a criação de zonas econômicas especiais para atrair investimentos externos. Para crescer, o país terá de superar, entre outros problemas, a ausência de infraestruturas adequadas.

Setor mineral. Além do petróleo, a República do Congo apresenta potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potassa e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Ponta Negra.

Indústria. A indústria congolesa está concentrada na produção de bens de consumo não duráveis, como cerveja, açúcar, óleo de palma, sabão, farinha e cigarros. O setor contribui com pouco mais de 10% para o PIB.

Setor madeireiro. As florestas tropicais do norte do país constituem o principal recurso para a indústria madeireira. A silvicultura, que representava a maior parcela das exportações congolesas antes da descoberta de petróleo, na década de 1970, hoje gera menos de 7% das exportações. A produção e o processamento de madeira estagnaram como decorrência das guerras civis, mas estão sendo revitalizados.

Dívida externa, PIB e COVID-19. A economia do Congo sofreu o impacto da redução dos preços do petróleo na década de 1990 e do conflito interno no país em 1997. Em 2010, diante das dificuldades do país, o Clube de Paris e o FMI perdoaram parte da dívida congolesa. Contudo, em 2017, o Fundo calculou que o endividamento do Congo chegava a 110% do PIB do país. Condicionou-se a continuidade da ajuda ao Congo à realização de uma série de reformas. Dois anos depois – e após a reestruturação da dívida com a China – o FMI concordou em liberar mais USD 449 milhões para apoiar a economia congolesa, em vários desembolsos limitados, cada um deles condicionado a nova avaliação do Fundo sobre a situação econômica local. Uma primeira parcela de USD 45 milhões foi recebida pelo governo congolês em julho de 2019.

Nesse quadro, as expectativas mais otimistas com relação ao PIB congolês para 2020 acabaram drasticamente revistas como resultado da emergência sanitária internacional da COVID-19. Com as consequências da pandemia para a economia mundial e do Congo, o FMI reviu a projeção de variação do PIB congolês para -2,3%.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Denis Sassou N'Guesso



Nasceu na cidade de Edou, em 23 de novembro de 1943. Ingressou no Exército em 1960, como estudante. Filiou-se ao Partido Congolês do Trabalho (PCT) em 1970. Em 1975, foi designado Ministro da Defesa. De 18 de março a 2 de abril de 1977, dirigiu interinamente o país, após o assassinato do Presidente Marien Ngouabi. Foi eleito Presidente do PCT em 1979, tornando-se chefe do estado congolês. Candidatou-se à reeleição em 1992, ficando em terceiro lugar na votação daquele ano. Viveu em Paris de 1994 a 1996. Retornou ao Congo em 1997 para disputar as eleições presidenciais de junho daquele ano. Após a guerra civil que se seguiu ao adiamento do pleito, tomou controle de Brazzaville e assumiu a Presidência da República em outubro de 1997.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e dos Congoleses no Exterior, Jean-Claude Gakosso



Nasceu em 25 de julho de 1957, em Inkouélé, no centro da atual República do Congo. Estudou na antiga União Soviética, onde obteve diploma de Mestrado e de Estudos Aprofundados em jornalismo na Universidade de Leningrado. Doutorou-se em ciência da informação e da comunicação, em menção honrosa, na Universidade de Paris II. Tornou-se assessor do Presidente Denis Sassou N'Guesso em 1991. De 1997 a 2002, foi Assessor Especial do Presidente e Chefe do Departamento de Comunicação, Correios e Telecomunicações do Congo. Foi nomeado Ministro da Cultura, Artes e Turismo em 1992. Elegeu-se deputado em 2007 e 2012. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 10 de agosto de 2015.

MAPA


CAMEROON
C.A.R.
EQUA. GUI.
Ouesso
Impfondo
Oubangi
Ubangi
Sangha
Congo
Equator
GABON
Owando
Oyo
Alima
Mount Berongou
Djambala
DEM. REP. OF THE CONGO
Mossendjo
Stanley Pool
Congo
Madingo-Kayes
Loubomo
Kayes
SOUTH ATLANTIC OCEAN
BRAZZAVILLE
Pointe-Noire
ANGOLA (Cabinda)
0 100 200 km
0 100 200 mi

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República do Congo
Gentílico:	Congolês
Capital:	Brazzaville
Área:	342.000 km²
População (FMI, 2019):	4,568 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Cristianismo (50%); Crenças tradicionais (48%); Islamismo (2%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Senado, com 72 membros; Assembleia Nacional, com 152 membros.
Chefe de Estado:	Presidente Denis Sassou N'Guesso
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Clément Mouamba
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Jean Claude Gakosso
PIB (FMI, est. 2019):	USD 11,58 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 32,77 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 2,53 mil
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 7,17 mil
Variação do PIB (FMI):	-2,3 (est. 2020); 4% (est. 2019); 2% (2018); -4,6% (2017); -2,8% (2016); 2,6% (2015); 6,8% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,608 (138º)
IHDI (PNUD,2019):	0,456
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	64,3 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2019):	79,3%
Índice de desemprego (BM, 2019):	10,4%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador do Congo:	Louis Sylvain-Goma
Embaixador em Brazzaville:	Raul de Taunay
Comunidade brasileira estimada:	120

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – República do Congo	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-abr)**
Intercâmbio	**86.670**	**86.552**	**66.852**	**31.095**	**28.272**	**22.120**	**22.256**	**14.005**
Exportações	86.623	86.115	66.796	31.029	18.343	22.025	22.249	13.999
Importações	46	400	32	66	9.929	95	7	6
Saldo	**86.576**	**85.752**	**66.786**	**30.963**	**8.414**	**21.930**	**22.242**	**13.993**

EMBAIXADA DO BRASIL EM BRAZZAVILLE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RAUL DE TAUNAY

Ao despedir-me de uma carreira iniciada em 1974, e agradecendo ao Itamaraty por tudo o que fui e sou, aproveito o isolamento decorrente da atual pandemia de coronavírus para apresentar apreciação das realizações que busquei levar a cabo durante a gestão que iniciei na República do Congo em fins de 2016. Em cumulatividade com a República Centro-Africana, e de acordo com os registros escritos e orais que ficaram na memória do Posto e das sociedades locais, espero ter atingido os propósitos políticos, operacionais e humanitários que se espera de um desempenho diplomático pragmático e responsável, em meio a dificuldades e carências nem sempre desprezíveis, em particular nos momentos em que me encontrei sozinho na embaixada, algumas vezes sob os efeitos das febres e malárias que tive ao longo do período, em consequência dos últimos anos de carreira vividos em território africano.

2. De modo sucinto, destacarei a visão que aprofundei sobre este país e seu entorno, de razoável potencial, confiando que o efeito de minha atuação tenha contribuído para promover o aprofundamento das relações bilaterais dentro do espírito autônomo de nossa política externa para a região. Com esse objetivo em mente, imprimi, desde o primeiro momento, efetividade ao entrosamento brasileiro não apenas com os segmentos oficiais, governamentais e provinciais que dirigem os destinos das nações congolesa e centro-africana, mas também procurei aprofundar laços com as populações no interior e nas aldeias, assim como criar vínculos sólidos com a intelectualidade literária e artística da capital.

I - AÇÕES REALIZADAS

a) Implementação de uma agenda construtiva

3. Inicialmente cumpro o dever de registrar que se tratou de uma gestão essencialmente afirmativa. Foi possível ao chefe do Posto empreender ações construtivas que firmaram em bases sólidas as estacas de um relacionamento que, no início de 2016, se mostrava morno em função das dificuldades financeiras do país, que diminuíram a intensidade dos intercâmbios comerciais, das iniciativas das duas companhias brasileiras de porte que atuavam neste país – a Asperbrás e a Andrade Gutierrez – e do próprio interesse de nossa sociedade com relação aos temas e oportunidades desta região. Diante desse quadro, busquei promover com a Chancelaria local e alguns Ministérios-chave como os da Defesa, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Educação, Meio Ambiente e Turismo, a agenda possível que refletisse a grandeza dos ideais históricos brasileiros para a África, e que atesta como, durante o período, superaram-se obstáculos para favorecer a implementação de um projeto de cooperação e assistência brasileiro para a região.

b) Cumprimento dos deveres de observar, informar, representar, cooperar, prestar assistência e proteger nossos cidadãos e os bens da União.

4. Considerado um dos países mais prósperos da África Central, a República do Congo ainda se defronta com a pobreza, as quedas prolongadas de energia elétrica, a escassez de combustíveis, a falta de água potável em bairros periféricos, a falta de segurança e carências sanitárias de toda espécie, em que pese a economia congolesa mostrar-se cada vez mais aberta ao intercâmbio de ideias e mercadorias. Com efeito, apesar da reduzida dimensão do mercado congolês, o crescimento no período se afigurou razoável, com expressivas exportações de petróleo, cobre, madeira, e importações de navios, estruturas de ferro, medicamentos e azeite de dendê. As exportações destinaram-se sobretudo à China, União Europeia (UE), Angola e Gabão, enquanto seus principais fornecedores foram a UE, a China, a Noruega e os Estados Unidos. O Brasil manteve perfil discreto nesse quadro de parcerias comerciais, assim como ainda se mostraram modestos os fluxos de comércio entre Brazzaville e seus parceiros da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e da Comunidade Econômica Monetária da África Central (CEMAC). As relações bilaterais provaram-se extremamente estreitas com a China nestes anos em que permaneci no Posto, o que colocou o gigante asiático em pé de igualdade com a França e os Estados Unidos no cenário local, à frente de países com tradição no Congo, como a Rússia e a Turquia.

5. A realidade do país permanece portanto nebulosa diante da visível dicotomia entre a retórica que enaltece a potencialidade do país face às mudanças por vir e a implementação do progresso que esbarra na burocracia. O país tem hoje consciência da necessidade de levar a cabo reformas estruturais que venham a conferir segurança aos investimentos externos, que não apenas chineses ou franceses, e agilidade no trato de questões comerciais, como a abertura de negócios, a liberação alfandegária e a obtenção de recursos para o transporte terrestre e rodoviário, que carecem de modernização e abrangência. Nesse cenário, espero haver cumprido meu papel com discrição e imparcialidade, tendo como eixo orientador os objetivos de nossa política para a África e a observância de que Estado e sociedade civil buscam hoje, nesta República congolesa, o desenvolvimento econômico, a felicidade pessoal e a universalização de direitos que lhes foram negados num passado recente de guerras, de colonialismo e de desigualdades. Com isso em mente, mantive um relacionamento profissional e respeitoso com as mais elevadas autoridades na busca constante de convergência e cooperação, desenvolvendo relações de trabalho nos vários níveis da administração governamental e junto a algumas autoridades regionais e municipais. A lista seria longa, sendo que muitos deles frequentaram eventos na embaixada, ocasião sempre propícia para "garimpar" áreas de interesse para o relacionamento bilateral e acompanhar as principais movimentações políticas em um país sob o comando do Presidente Denis Sassou N`Guesso, que encontra fôlego para impulsionar políticas de austeridade, para negociar com aliados, opositores e colaboradores meios de reduzir as despesas do Estado e de modernizar o Judiciário, para acelerar reformas na administração, nas empresas públicas e na seguridade social, e para garantir a coesão das forças armadas visando à manutenção da governabilidade e da paz, sobretudo no departamento do Pool, onde ainda sobrevive, apesar dos acordos, o espírito guerrilheiro dos Ninjas. Em termos financeiros, por outro lado, o presidente e a assembleia nacional coordenam-se hoje para priorizar a redução do déficit primário desconsiderando o petróleo, para disciplinar e racionalizar fluxos de investimentos e gastos, para controlar o endividamento e para reforçar o sistema financeiro. Nesse contexto, foi possível fortalecer a presença do Brasil em algumas áreas da atividade diplomática, contribuindo para elevar o patamar de êxitos acumulados por nossa política externa no cenário africano.

c) Defesa e cooperação militar

6. As Forças Armadas Congolesas sempre manifestaram seu interesse em estreitar vínculos de colaboração com o Brasil. Em 2017, uma delegação chefiada pelo general de divisão René Boukaka, Chefe do Estado-Maior Adjunto, participou no Rio de Janeiro da 11ª Edição da feira LAAD Defense & Security e contou com o apoio do diretor da equipe organizadora (Clarions Events Brazil). De nossa parte, a direção de vendas da EMBRAER, numa sucessão de comunicações por e-mail, manifestou sua disposição para enviar missões a Brazzaville para entrevistar-se com as altas autoridades militares congolesas. O chefe do posto manteve encontros com o Ministro da Defesa e outras autoridades, reiterando o interesse brasileiro e assegurando a boa receptividade das propostas brasileiras por parte das autoridades locais; entretanto, por questões internas e de agenda da companhia brasileira, tais visitas não se concretizaram ainda. Contudo, o terreno está bem adubado para ver florescer oportunidades futuras de negócios. Ultimamente, em coordenação com a Divisão de Produtos de Defesa do Itamaraty, a embaixada efetuou consultas às autoridades congolesas encarregadas da aquisição de produtos de defesa, visando desbravar novos nichos de oportunidade e buscando destravar o quadro temático dessa cooperação.

7. Em setembro de 2019, visitou Brazzaville missão do Comando de Operações Especiais das Forças Armadas do Brasil, chefiada pelo General de Brigada Mário Fernandes. Na ocasião, ofereci jantar que propiciou encontro entre o visitante e o Ministro da Defesa, Charles Richard Mondjo, durante o qual ampliou-se a discussão no âmbito da cooperação na área da defesa, aventando alternativas futuras de visitas recíprocas e troca de informações militares. O ministro congolês convidou as autoridades militares brasileiras a visitar áreas de treinamento militar no centro-oeste do país e a aportar a cooperação possível ao esforço de pacificação da região. Com esse e outros estímulos, informei antever bons espaços para os interesses brasileiros na área da produção militar neste país que é comandado há décadas por um chefe militar, enfronhado com as aspirações de municiamento e de modernização das forças de defesa congolesas, que são, por vezes, chamadas a intervir para levar estabilidade aos países vizinhos.

d) Intercâmbio, comércio, cooperação empresarial e turismo

8. Não é difícil vislumbrar um inevitável e gradual aumento de missões e visitas oficiais e empresariais recíprocas quando esta fase sombria de pandemia se arrefecer. Em minha gestão, esforcei-me para manter relações construtivas junto ao Ministério do Comércio Exterior no intuito de reverter o panorama que se formava entre as autoridades sanitárias congolesas para banir as nossas exportações de carne. Cito a respeito meu encontro com Alberto Samba, chefe de Gabinete do Ministro Euloge Landry Kolelas, e com Théo Joseph Senga, Diretor de Controle e de Investigações Comerciais, durante o qual prestei os esclarecimentos que já havia prestado em encontros na Chancelaria, de forma a garantir a percepção de que o Brasil jamais aprovisionou ou aprovisionaria a República do Congo com carnes danificadas, nem correria o risco de empobrecer com tal expediente relação que vem sendo construída por mim e meus antecessores com responsabilidade e elevado grau de confiança.

9. Mantive igualmente contatos frequentes e construtivos com o Ministro da Agricultura e Abastecimento, Henry Djombo, para acelerar o processo de liberação de nossas exportações de carne. Da mesma forma, foram inúmeras as ocasiões em que recebi representantes de empresas locais ou de cooperativas agrícolas interessadas em exportar ou importar produtos agrícolas especiais, tais como sementes de mamona e moringa. Também realizei visita a autoridades em Ponta Negra, maior porto do país, e a membros da sociedade local, dentre as quais o Presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Artesanato daquela região portuária. Recebi ao longo do período convites ao empresariado brasileiro para participar em eventos ou convenções, como a LISANGA, que concentra naquela localidade lideranças regionais e dirigentes empresariais. Tais eventos foram difundidos pelos canais competentes. Um deles propunha a realização de uma jornada dedicada ao Brasil, denominada "Destination Brazil", impulsionada por um polo de animação econômica e de comércio exterior instituído para difundir e coordenar projetos em contato com o empresariado brasileiro.

10. Na área do turismo, mantive encontros com a Ministra do Turismo e Lazer, Arlette Soudan Nonault, liderança respeitada e articulada, próxima ao Presidente Sassou, com o objetivo de sondar possibilidades de aprofundamento das relações bilaterais sob a ótica comercial, logística e mesmo cultural. Busquei com ela acelerar um entrosamento que pudesse abrir mais ainda as portas de entrada tanto para o Congo quanto para o Brasil, tendo em vista, sobretudo, o fato de ambos os

países possuírem as duas maiores bacias fluviais do planeta, o que tenderia a beneficiar eventuais projetos conjuntos. Participei também do Primeiro Foro Nacional do Turismo da República do Congo, em parceria com a Organização Mundial do Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que ofereceu aos presentes um "tour" de horizonte pelas principais atrações turísticas do país.

11. Ainda assim, incentivei a atuação das empresas e/ou entidades brasileiras que encontrei no país, a começar pelas empresas Asperbras e Andrade Gutierrez. Esta última transferiu recentemente seu escritório congolês para Luanda, deixando em Brazzaville apenas um funcionário para supervisionar eventuais desdobramentos dos projetos das estradas Macuá-Etombo e Mbomo-Mboco. Registre-se, igualmente, que empresários do Paraná e de Santa Catarina tentaram implementar, sem resultados práticos, uma Câmara Brasil-África de Comércio, com sede em Brazzaville. Por fim, mencione-se o apoio prestado a inúmeras outras empresas que buscavam nichos de oportunidades no mercado local.

e) Economia florestal, meio ambiente e desenvolvimento sustentável

12. Aprofundei desde o primeiro momento com a Ministra do Meio Ambiente, Rosalie Matondo, amiga do Presidente Sassou, pessoa de influência local, relações construtivas no intuito de dar seguimento às iniciativas de cooperação iniciadas com a assinatura do memorando de Oyo, nas áreas de formação de quadros, da implementação de cooperação ao programa congolês de reflorestamento e plantio, de troca de experiências visando ampliar a presença da Embrapa no Congo. Havia da parte congolesa, e ainda há, uma viva consciência do papel de ambos os países nas práticas atuais de preservação e sustentação ecológicas nos dois maiores ecossistemas terrestres e fluviais do planeta (a bacia Amazônica e a bacia Congolesa).

f) Assistência financeira e cooperação

13. Na medida das limitações do Posto, prestei o apoio possível a organizações locais ou internacionais, a entidades sanitárias e sociais diversas. Ao longo de minha gestão, recebi inúmeros pedidos de apoio de vários setores do governo e da sociedade civil, a grande maioria referente à

luta contra as endemias e doenças graves que açoitam as populações locais, tais como a AIDS, a tuberculose, a malária, a cólera, o ebola, enfim, males advindos das condições de vida locais, entre as selvas e os rios da imensa bacia. Registrem-se, igualmente, pedidos diversos visando desenvolver, em áreas urbanas ou rurais, práticas de apoio social e de pesquisa visando o melhoramento das condições de vida da população. Dentre estas, cumpre assinalar pedido da Cooperativa para a Produção de Eletricidade e Desenvolvimento de Mossendjo, no departamento de Niari, requerendo a participação de investimentos brasileiros na construção de uma central hidrelétrica de porte pequeno no rio Itsibou. Na oportunidade, encaminharam-se, por meio eletrônico, os documentos recebidos, os estudos de viabilidade, de impacto ambiental, as planilhas e os quadros informativos. O Departamento de Lekoumou, através de sua mais elevada autoridade, solicitou, igualmente, apoio financeiro, material e técnico para reforçar os projetos de mecanização agrícola da região.

14. Frente a esse repertório vasto de pedidos de assistência financeira, a embaixada filtrou os mais relevantes e os encaminhou para a avaliação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE). Ainda visando à cooperação, visitei certas regiões congolesas, no centro, no sul e no norte do país, sem quaisquer ônus para o tesouro, efetuando contatos que sedimentaram a confiança e perspectivas de cooperação em localidades mais afastadas dessa extensa área fluvial onde predominam populações dedicadas à agricultura, à pecuária, ao pastoreio e à pesca.

g) Economia e finanças

15. Em função da queda dos preços do barril de petróleo, o governo congolês precisou recriar-se e engajar-se em todos os "fronts" para obter meios de enfrentar a falta de liquidez, de crédito, a escassez, a crise que se alastrava e se infiltrava nos tecidos governamentais e sociais, trazendo instabilidade e insegurança para a nação. Nesse sentido, em abril de 2019, o Ministro do Orçamento e Finanças, Calixte Nganongo, dirigiu-se ao Ministro da Economia brasileiro para expor a atual fase de negociações do governo congolês com o FMI, a situação da dívida do Congo com relação ao Brasil e solicitar a não objeção do Brasil ao programa que se almejava junto ao Conselho de Administração do FMI. Segundo o Ministro congolês, uma vez adotado o programa

do Fundo, o Congo implementaria uma estratégia para restaurar a viabilidade em longo prazo de sua dívida externa.

h) Educação e cultura

16. Na área dos programas PEC e PEC-G, mantive estreita colaboração com a Chancelaria e o Ministério do Ensino Superior no intuito de dar prosseguimento à evolução histórica e salutar desses programas de intercâmbio, mantendo o bom nível dos estudantes congoleses e estabelecendo com nossos interlocutores um clima de confiança e fraternidade, fossem autoridades locais ou candidatos às vagas oferecidas. A embaixada realizou em suas dependências, sempre que possível, e com a presença das mais altas autoridades da área, familiares e estudantes, cerimônias de troca de votos e entrega simbólica de documentação de matrícula para as universidades brasileiras participantes dos programas. Durante toda a minha gestão, estes programas foram cumpridos, mantendo elevados os níveis de nossa contribuição aos esforços educativos do país.

17. No campo da difusão da língua portuguesa, impulsionei o que pude nossa ação ao perseguir, com algum êxito, contatos com representantes da comunidade acadêmica, linguística e jornalística que pudessem articular em favor do português algum gênero de atividade idiomática e de difusão literária. Nesse sentido, protagonizei, sem ônus, a presença brasileira em eventos de interesse com representantes da academia, do ensino e da mídia, levando a palavra brasileira a encontros culturais, a recitações, a diálogos de escritores, a salas de aula, a orfanatos e a missões religiosas, e estabelecendo um convívio estreito e fecundo com importantes personagens do universo cultural local e com uma razoável gama de escritores em geral. Dos contatos feitos nesse segmento e das atividades presenciadas, permito-me afirmar que, embora não seja prioritário, o interesse pelo idioma português tem aumentado gradualmente na República do Congo, onde múltiplas são as línguas que exprimem os pensamentos e sentimentos do povo, tais como o Lingala, o kituba, o kicongo, o munukutuba, o olari e outras derivações do banto. E, apesar da crise financeira e das dificuldades que marcam a vida nesta bacia fluvial, envidei esforços, obstinadamente, na busca de interlocutores de peso. Um dos contatos fecundos foi com o Instituto Nacional de Pesquisa e Ação Pedagógica, subordinado ao Ministério do Ensino Primário, ao qual estimulei a inserção e expansão do português brasileiro nas grades escolares e nos programas atuais de ensino, havendo

recebido, em contrapartida, pedido de materiais didáticos de ensino da língua portuguesa editados no Brasil para distribuição local. Ainda não foi possível receber todo o material requerido, assim como não me foi possível, igualmente, realizar o sonho que acalentei de erguer um Centro Cultural Brasileiro na capital deste país, conforme sugestão oficializada pelo próprio Ministro de Estado do Ensino Superior, Bruno Jean Richar Itoua. Dentro dessa dinâmica, incentivei a vinda de algum leitor brasileiro, com o apoio da CAPES, porém tais tentativas não evoluíram o suficiente, face às compreensíveis e atuais dificuldades financeiras encontradas de lado a lado. Quem sabe, em tempos futuros, menos carentes e sem pandemia, e sob nova chefia no Posto, este sonho venha a se realizar pelo bem de nossa difusão linguística no país.

18. Em termos culturais, apesar da percepção popular favorável com relação aos ingredientes culturais brasileiros, próximos aos africanos, quase nenhum interesse econômico verdadeiro emergiu para criar fluxos de difusão cultural, apesar dos esforços da embaixada nesse sentido. A pobreza do conjunto da população, a insegurança em algumas regiões, e as condicionalidades do cotidiano numa bacia fluvial difícil e insalubre, tornavam a rotina cultural precária, de parcas realizações, em espaços culturais que deixavam muito a desejar. Nesse cenário, promoveram-se eventos menores – que celebraram o Brasil por meio de encontros em que, pessoalmente, tentei projetar nosso idioma e nossa mitologia – e eventos maiores, como a Mostra Brasileira de Cinema, realizada de 3 a 7 de setembro de 2019, no Instituto Cultural Francês de Brazzaville, e que contou com uma seleção inteligente de bons filmes, com a presença de altas autoridades em sua noite inaugural e com um público expressivo em cada exibição que se sucedeu.

i) Cooperação técnica e pesquisa

19. Ao pensar no potencial dessa área para o avanço das relações entre o Brasil e o Congo, incentivei a cooperação bilateral com base nas demandas congolesas visando uma cooperação técnica construtiva nas áreas da agricultura, irrigação, recursos hídricos, agricultura familiar, saúde, biocombustíveis, hidrocarbonetos, geração de eletricidade, investimentos para a mineração, criação de "joint-ventures" em aviação civil visando uma linha aérea direta entre os dois países, ciência e tecnologia, e infraestrutura. Em algumas ocasiões, o governo congolês propôs memorandos ou textos de acordos com vistas a promover a cooperação bilateral em áreas

específicas de interesse. Cito, como exemplo, os encontros que mantive com o Ministro da Pesquisa Científica e Inovação tecnológica, Martin Parfait Aimé Coussoud-Mavoungou, interessado, reiteradamente, em fortalecer o intercâmbio científico e tecnológico com o Brasil por meio de uma ação conjunta dentro do quadro jurídico existente. Realço, a respeito, a intenção congolesa de obter métodos brasileiros de pesquisa agronômica, florestal e de inovação tecnológica durável, com vistas a possibilitar resultados no âmbito das técnicas de fertilização do solo das savanas locais e de beneficiamento de zonas montanhosas, encostas e vertentes. O Ministro Mavoungou insistiu ainda, ao longo do período, em instaurar um comitê misto com pesquisadores brasileiros para aperfeiçoar as lavouras de palma, cana de açúcar, cacau e outras, bem como para ampliar tratativas com a Embrapa visando à formação de especialistas congoleses dentro do espírito do Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural, de 1981, ainda em vigor.

20. Ainda na área da cooperação técnica, mencione-se o interesse do Laboratório de Ecologia Tropical Aplicada da Escola Normal Superior de Brazzaville de viabilizar com o Brasil estágios científicos para congoleses em centros de pesquisa brasileiros. Na área da cooperação agrícola, apoiei o encaminhamento de projetos visando revigorar Memorando de Entendimento, ainda em vigor, assinado em 2007, incentivando conversações, cooperação em treinamento, pesquisa científica, programas de irrigação, intercâmbio de técnicas de agricultura familiar, entre outras. Nesse contexto, merecem registros os encontros frequentes mantidos com o Ministro da Agricultura e Pecuária, Henri Djombo, político influente, da velha guarda dos amigos próximos ao Presidente Sassou, membro do clã do Norte, escritor e Presidente da Academia de Letras do Congo. Outrossim, em termos agropastoris, registre-se encontro mantido com o diretor do Campo Presidencial do departamento de Sangha, Coronel Claude Roger Ibara, que se aproximou da embaixada para propor cooperação no fornecimento de bolsas em formação agropastoril e jardinagem. Foram inúmeras, por outro lado, as solicitações de representantes de programas de alimentação e saúde das Nações Unidas no sentido de que o Brasil trouxesse algum tipo de apoio e/ou “expertise" para capacitar o Congo na direção da segurança alimentar ou da saúde.

j) Esportes

21. No âmbito esportivo, mantive contatos positivos com as principais autoridades locais, visando à reativação do acordo entre o Brasil e a República do Congo nessa área. De início, encontrei-me com a Diretora de Cooperação do Ministério dos Esportes e Educação Física para atualizar o mapeamento dos setores em que o acordo bilateral poderia gerar novas iniciativas. Na sequência, me encontrei com o presidente da Federação Congolesa de Voleibol que encareceu a cooperação brasileira na promoção e divulgação daquela modalidade no meio escolar. Por último, mantive encontros com o Ministro dos Esportes e da Educação Física, Hugues Ngouélondélé, o qual me expôs projetos de interesse congolês tais como instalação de academias de futebol, construção de estádios e quadras esportivas, intercâmbio de profissionais qualificados, doações de material didático e equipamento esportivo. Desses encontros, resultou: 1) a visita de trabalho desse Ministro ao Brasil, ocasião em que se reuniu com seu homólogo, Leandro Cruz, para implementar um programa de cooperação esportiva para o período de 2019 e 2020 e firmar um ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Esportiva assinado em 2007; e 2) a visita a Brazzaville do Presidente da ONG Viva Rio, para celebrar, em novembro de 2018, no âmbito do projeto "Pérolas Negras", um Acordo de Parceria com o ministério congolês dos esportes.

k) Apoio consular e às comunidades brasileiras

22. Atualizaram-se e modernizaram-se os sistemas consulares, os seus cadastros, de forma a manter a articulação possível e minimamente eficaz com a comunidade brasileira bastante cambiante e instável em suas prerrogativas de vida e trabalho. Ademais, prestou-se, em todos os momentos, apoio a essa comunidade, quando requerido. Visando ao aprimoramento dos serviços de apoio, mantive igualmente uma cooperação estreita com a Embaixada em Kinshasa e o seu destacamento militar de segurança, que em muitas ocasiões realizou missões estratégicas e de segurança em Brazzaville.

l) Cumulatividade em Bangui

23. Com relação aos contatos com a República Centro-Africana (RCA), acompanhei os desdobramentos da política local graças aos informes recebidos, quando necessário, da nossa Consulesa honorária em Bangui, senhora Sylvie Dessandé, pessoa altamente competente e

enfronhada entre os segmentos de liderança do governo do Presidente Faustin Archange Touadéra. Tanto na entrega de minhas credenciais, quanto nos eventuais assuntos que emergiam das relações modestas entre os dois países, a Senhora Dessandé comprovou sua diligência e capacidade de solucionar problemas num país em conflitos constantes, onde o governo controla menos de 30% de seu território e onde, na área consular, surgem por vezes aventureiros brasileiros ansiosos para "fazer turismo" onde é proibido e perigoso. Por outro lado, acompanhei e informei a realização das reuniões e encontros ditos de restauração da autoridade do Estado, nas quais o Presidente Touadéra apresentou resultados, solicitou apoio internacional e coordenou o redimensionamento e os desdobramentos das forças de defesa e segurança de seu país. Nessas oportunidades, encaminhei os relatórios oficiais e os resumos preparados pela senhora Dessandé. Encaminhei, igualmente, interesse uma vez formalizado pelo Ministro da Pecuária e Saúde Animal da RCA de organizar no Brasil um fórum econômico com o objetivo de apresentar a potenciais investidores brasileiros as oportunidades na área da pecuária em seu país.

24. Acompanhei e informei, por outro lado, a assinatura do Acordo Político para a Paz e a Reconciliação celebrado entre o Presidente Touadéra e representantes de grupos armados atuantes em território centro-africano. Referendado em Cartum e assinado sob a égide da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, o acordo foi o resultado de um longo processo conciliador realizado em vários lugares do globo, tais como Bouar, Libreville, Bruxelas, Nova York, Cartum, Brazzaville e outros, e selou entendimentos mais definitivos entre o governo e os 14 principais grupos armados centro-africanos, que controlam a maior fatia do território do país. Dentre os princípios norteadores desse ajuste figuram o respeito à unidade nacional, à integridade territorial, à soberania da república, a promoção da inclusão, o reconhecimento das diversidades culturais e religiosas, a assunção por parte das populações da gestão de seus negócios, a promoção de um desenvolvimento equilibrado, a rejeição da violência, a luta contra a corrupção, contra a impunidade e o respeito aos direitos humanos. Tal acordo, o último de uma lista longa de acordos do gênero, recheado de princípios e objetivos nobres que visam aumentar as chances do país de escapar minimamente do epicentro de suas várias contradições e tensões, dificilmente, a meu ver, estabelecerá a paz almejada se não for seguido de um maior entrosamento entre as instituições nacionais e um empenho financeiro e militar maior por parte das potências que estão presentes no País. Por último, registre-se, em 2019, a nomeação e o papel relevante que vem

desempenhando Firmim Ngrebada, antigo inspetor do trabalho e homem de confiança de Touadéra, responsável nos últimos tempos pelas iniciativas de aproximação com a Rússia em termos de cooperação militar e pela nova composição do governo, que acabou não agradando alguns dos aliados de Touadéra. Nesse tabuleiro, desloquei-me duas vezes a Bangui para aprofundar as relações e tomar ciência da situação política e de segurança do país.

II - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

25. As dificuldades que encontrei no posto foram de caráter puramente logístico e administrativo. Outro contratempo foi a falta de ligação aérea direta com o Brasil, sujeitando os funcionários a voos entrecortados por escalas variadas em território africano, o que nem sempre é simples ou confortável. No mais, não julgo ter tido outras dificuldades que mereçam destaque.

III – CONCLUSÃO

26. Confio ter agido na República do Congo e na República Centro Africana com eficácia, desprendimento e generosidade, em sincronia com a Secretaria de Estado, mantendo as áreas da Casa e várias embaixadas na África, e no resto do mundo, a par de meus esforços em descobrir nichos de oportunidades e espaços para os interesses brasileiros. Naquela arena disputada por franceses, chineses, americanos, russos, italianos, turcos, libaneses, alemães, belgas e tantos outros, fui assertivo ao promover eventos, participar de encontros e redigir extensos telegramas distribuídos para o maior número possível de divisões e departamentos da SERE e Postos no exterior, com a finalidade de chamar a atenção para as oportunidades existentes nesta estratégica região. Foram centenas de páginas contendo análises da situação local e, em alguns casos, sugestões para a atuação brasileira.

3

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 19, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 22, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senadora Kátia Abreu

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

SF/20789.35157-51

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2020 (Mensagem nº 352/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana*.

Relator: Senadora **KATIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR é filho de Flavio Hugo Lima da Rocha e Nair Souza Lima Rocha, e nasceu em Recife /PE, em 30 de janeiro de 1962.

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD) em 1984. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1994 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2008, ambos também do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "A questão do Saara Ocidental: subsídios para a diplomacia brasileira."

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1985. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1990 e a Primeiro -Secretário em 1997; a Conselheiro em 2004, e a Ministro de Segunda Classe em 2009. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de subchefe e chefe, substituto, da Divisão de Informática (2000-01); de chefe, substituto, da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (2001-03), e de chefe, substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação (2004-06).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Chefe do setor Cultural na Embaixada em Londres (1993-97), de chefe do setor de Promoção Comercial na Embaixada em Argel (1997-2000) e de chefe dos setores de Administração e Político na Embaixada em Paris (2006-2010). Foi Embaixador em Nouakchott, na Mauritânia, entre 2010 e 2015, tendo, no mesmo ano, assumido a chefia da Embaixada em Dacar (Senegal), cumulativamente com a Embaixada em Banjul (Gâmbia).

O diplomata em apreço fez jus às seguintes condecorações: Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Cavaleiro (1987) e Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2018).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre Botsuana, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República de Botsuana tem área um pouco menor que o estado de Minas Gerais, de 581.730 km2 e conta com 2,3 milhões de habitantes em estimativa de 2020, segundo o documento informativo encaminhado pelo Itamaraty. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US$

SF/20789.35157-51

17,38 bilhões, a expectativa de vida é de 65 (sessenta e cinco) anos e a taxa de alfabetização é de 88% (oitenta e oito por cento).

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985, mas o Brasil só abriu Embaixada residente em Gaborone em 2007. Em julho de 2009, Botsuana abriu embaixada em Brasília, a primeira daquele país na América Latina.

O impulso ao incremento das relações bilaterais foi dado em 2004, quando o então Secretário-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana, Ernest Mpofu, visitou o Brasil à frente de missão empresarial. Em 2005, o Brasil submeteu à Chancelaria botsuanesa projeto de Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Ainda em 2005, Botsuana reiterou seu acordo a que o Brasil ocupasse um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e nesse ano foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica, que constituiu o marco jurídico dos programas de trabalho conjunto futuros.

Em julho de 2006, realizou-se o segundo encontro empresarial Brasil-Botsuana, em São Paulo, ao qual compareceram cem empresários, sendo dez botsuaneses e noventa brasileiros, seguido da assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério da Agricultura de Botsuana na área de pesquisa agrícola.

Em 2008, como parte das comemorações de posse do Presidente Ian Khama, foi realizado jogo amistoso entre as seleções de Brasil e Botsuana, configurando hábil utilização, pelo Brasil, do *soft power*.

Seguiram-se outros instrumentos bilaterais de cooperação, como os Acordos de Cooperação Cultural e de Cooperação Educacional, em junho de 2009.

Importa mencionar que, em 2013, Botsuana adotou oficialmente o padrão nipo-brasileiro de televisão digital, já tendo sido instalados 50 (cinquenta) transmissores do padrão nipo-brasileiro no território botsuanês, sendo o equipamento produzido pela Hitachi do Brasil, sediada em Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais.

Na área de agricultura e segurança alimentar foram realizadas várias reuniões bilaterais, em particular a partir de 2017, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e na EMBRAPA. Foram, ainda,

SF/20789.35157-51

organizadas visitas de campo pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER/DF). Posteriormente, o então Ministro de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar de Botsuana, Patrick P. Ralotsia, acompanhado de delegação, visitou o Brasil com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral na área de agricultura. Na oportunidade, visitou também a EXPOINTER-2017, em Porto Alegre, a maior feira agropecuária da América Latina. O Ministro Ralotsia ainda retornou ao Brasil em julho de 2018, para participar do Fórum Mundial de Alimentação.

SF/20789.35157-51

Cabe assinalar que existe interesse também na cooperação Mercosul/Botsuana, havendo algumas cooperativas do setor lácteo do bloco visitado Gaborone para examinar oportunidades comerciais e de investimento no país africano.

Na área do fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural, Botsuana tem recebido visitas de delegações da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com vistas à conclusão de projeto bilateral para o aprofundamento do trabalho da cooperativa e, em especial, o auxílio ao processo de comercialização de seus produtos.

A atenção do governo de Botsuana foi atraída também pela área de biocombustíveis. Em 2019, missão da "*Botswana Energy Regulatory Authority*" (BERA) esteve no Brasil para informar-se sobre a estrutura legal e institucional brasileira no que concerne a biocombustíveis, tendo mantido contato com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O país programou também visita ao Brasil da "*Botswana Public Enterprise Evaluation and Privatisation Agency*" (PEEPA), para conhecer a experiência brasileira na área regulatória de produção e comercialização de carne bovina, com vistas a orientar o atual processo de liberalização do mercado de carne em Botsuana e a privatização da entidade governamental que monopoliza a exportação de carne do país.

Há ainda interesse por parte do governo de Botsuana em contar com a cooperação técnica brasileira na área de defesa.

No que diz respeito às trocas entre os dois países, assinale-se que a corrente de comércio é modesta, sendo que o Brasil é tradicionalmente superavitário.

Em 2019, as exportações do Brasil para Botsuana somaram US$ 1,65 milhão, registrando incremento de 68% em relação ao ano anterior.

Entre os principais produtos exportados figuram papel e cartão revestidos (25%); fumo em folha e seus desperdícios (18%); máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator (12%); produtos de confeitaria (5,3%); aparelhos para cozinhar, aquecedores de pratos e suas partes (4,9%); móveis (4,8%); motores, geradores e transformadores (4,6%); calçados (3,6%) e outros.

Importante salientar que Botsuana, por ser membro da União Aduaneira da África Austral, recebe número muito maior de produtos brasileiros, em especial alimentos processados, via África do Sul, uma vez que entram no espaço econômico integrado sem o pagamento de tarifas adicionais.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20789.35157-51

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 22/2020 - C.FLÁVIO- BOTSUANA

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 22/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO BOTSUANA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

SF/20789.35157-51

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2020 (Mensagem nº 352/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana*.

Relator: Senadora **KATIA ABREU**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR é filho de Flavio Hugo Lima da Rocha e Nair Souza Lima Rocha, e nasceu em Recife /PE, em 30 de janeiro de 1962.

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD) em 1984. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1994 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2008, ambos também do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "A questão do Saara Ocidental: subsídios para a diplomacia brasileira."

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1985. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1990 e a Primeiro -Secretário em 1997; a Conselheiro em 2004, e a Ministro de Segunda Classe em 2009. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de subchefe e chefe, substituto, da Divisão de Informática (2000-01); de chefe, substituto, da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (2001-03), e de chefe, substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação (2004-06).

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Chefe do setor Cultural na Embaixada em Londres (1993-97), de chefe do setor de Promoção Comercial na Embaixada em Argel (1997-2000) e de chefe dos setores de Administração e Político na Embaixada em Paris (2006-2010). Foi Embaixador em Nouakchott, na Mauritânia, entre 2010 e 2015, tendo, no mesmo ano, assumido a chefia da Embaixada em Dacar (Senegal), cumulativamente com a Embaixada em Banjul (Gâmbia).

O diplomata em apreço fez jus às seguintes condecorações: Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Cavaleiro (1987) e Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2018).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre Botsuana, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República de Botsuana tem área um pouco menor que o estado de Minas Gerais, de 581.730 km2 e conta com 2,3 milhões de habitantes em estimativa de 2020, segundo o documento informativo encaminhado pelo Itamaraty. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US$

SF/20789.35157-51

17,38 bilhões, a expectativa de vida é de 65 (sessenta e cinco) anos e a taxa de alfabetização é de 88% (oitenta e oito por cento).

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985, mas o Brasil só abriu Embaixada residente em Gaborone em 2007. Em julho de 2009, Botsuana abriu embaixada em Brasília, a primeira daquele país na América Latina.

O impulso ao incremento das relações bilaterais foi dado em 2004, quando o então Secretário-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana, Ernest Mpofu, visitou o Brasil à frente de missão empresarial. Em 2005, o Brasil submeteu à Chancelaria botsuanesa projeto de Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países. Ainda em 2005, Botsuana reiterou seu acordo a que o Brasil ocupasse um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e nesse ano foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica, que constituiu o marco jurídico dos programas de trabalho conjunto futuros.

Em julho de 2006, realizou-se o segundo encontro empresarial Brasil-Botsuana, em São Paulo, ao qual compareceram cem empresários, sendo dez botsuaneses e noventa brasileiros, seguido da assinatura do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Ministério da Agricultura de Botsuana na área de pesquisa agrícola.

Em 2008, como parte das comemorações de posse do Presidente Ian Khama, foi realizado jogo amistoso entre as seleções de Brasil e Botsuana, configurando hábil utilização, pelo Brasil, do *soft power*.

Seguiram-se outros instrumentos bilaterais de cooperação, como os Acordos de Cooperação Cultural e de Cooperação Educacional, em junho de 2009.

Importa mencionar que, em 2013, Botsuana adotou oficialmente o padrão nipo-brasileiro de televisão digital, já tendo sido instalados 50 (cinquenta) transmissores do padrão nipo-brasileiro no território botsuanês, sendo o equipamento produzido pela Hitachi do Brasil, sediada em Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais.

Na área de agricultura e segurança alimentar foram realizadas várias reuniões bilaterais, em particular a partir de 2017, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e na EMBRAPA. Foram, ainda,

SF/20789.35157-51

organizadas visitas de campo pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER/DF). Posteriormente, o então Ministro de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar de Botsuana, Patrick P. Ralotsia, acompanhado de delegação, visitou o Brasil com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral na área de agricultura. Na oportunidade, visitou também a EXPOINTER-2017, em Porto Alegre, a maior feira agropecuária da América Latina. O Ministro Ralotsia ainda retornou ao Brasil em julho de 2018, para participar do Fórum Mundial de Alimentação.

SF/20789.35157-51

Cabe assinalar que existe interesse também na cooperação Mercosul/Botsuana, havendo algumas cooperativas do setor lácteo do bloco visitado Gaborone para examinar oportunidades comerciais e de investimento no país africano.

Na área do fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural, Botsuana tem recebido visitas de delegações da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com vistas à conclusão de projeto bilateral para o aprofundamento do trabalho da cooperativa e, em especial, o auxílio ao processo de comercialização de seus produtos.

A atenção do governo de Botsuana foi atraída também pela área de biocombustíveis. Em 2019, missão da "*Botswana Energy Regulatory Authority*" (BERA) esteve no Brasil para informar-se sobre a estrutura legal e institucional brasileira no que concerne a biocombustíveis, tendo mantido contato com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O país programou também visita ao Brasil da "*Botswana Public Enterprise Evaluation and Privatisation Agency*" (PEEPA), para conhecer a experiência brasileira na área regulatória de produção e comercialização de carne bovina, com vistas a orientar o atual processo de liberalização do mercado de carne em Botsuana e a privatização da entidade governamental que monopoliza a exportação de carne do país.

Há ainda interesse por parte do governo de Botsuana em contar com a cooperação técnica brasileira na área de defesa.

No que diz respeito às trocas entre os dois países, assinale-se que a corrente de comércio é modesta, sendo que o Brasil é tradicionalmente superavitário.

Em 2019, as exportações do Brasil para Botsuana somaram US$ 1,65 milhão, registrando incremento de 68% em relação ao ano anterior.

Entre os principais produtos exportados figuram papel e cartão revestidos (25%); fumo em folha e seus desperdícios (18%); máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator (12%); produtos de confeitaria (5,3%); aparelhos para cozinhar, aquecedores de pratos e suas partes (4,9%); móveis (4,8%); motores, geradores e transformadores (4,6%); calçados (3,6%) e outros.

Importante salientar que Botsuana, por ser membro da União Aduaneira da África Austral, recebe número muito maior de produtos brasileiros, em especial alimentos processados, via África do Sul, uma vez que entram no espaço econômico integrado sem o pagamento de tarifas adicionais.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20789.35157-51

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2020

(nº 352/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Os méritos do Senhor **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00080/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Botsuana.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 347 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Botsuana.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR*
CPF: 817.505.877-34
ID.: 8892 MRE

1962	Filho de Flavio Hugo Lima da Rocha e Nair Souza Lima Rocha, nasce em 30 de janeiro, em Recife/PE
Dados Acadêmicos:	
1984	CPCD - IRBr
1994	CAD - IRBr
2008	CAE – IRBr "A questão do Saara Ocidental: subsídios para a diplomacia brasileira."
Cargos:	
1985	Terceiro-secretário
1990	Segundo-secretário
1997	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1986-88	Divisão de Visitas, assistente
1988-90	Departamento Econômico, assessor
1990-93	Embaixada em Varsóvia, chefe dos setores de Administração e Político
1993-97	Embaixada em Londres, chefe do setor Cultural
1997-2000	Embaixada em Argel, chefe do setor de Promoção Comercial
2000-01	Divisão de Informática, subchefe e chefe, substituto
2001-03	Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, chefe, substituto
2004-06	Departamento de Comunicações e Documentação, chefe, substituto,
2006-10	Embaixada em Paris, chefe dos setores de Administração e Político
2010-15	Embaixada em Nouakchott, embaixador
2015	Embaixada em Dacar, embaixador, em 12/10/15 Embaixador em Banjul (cumulatividade)
Condecorações:	
1987	Ordem de Mayo al Mérito, Argentina, Cavaleiro
2018	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

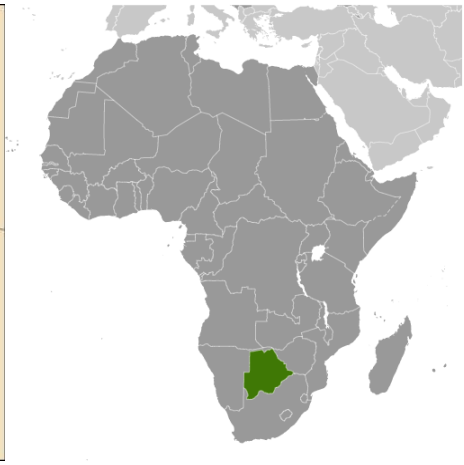
1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

BOTSUANA







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

2

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em 1985. Inicialmente sem Embaixadas residentes, as relações bilaterais eram mantidas pelas Embaixadas do Brasil em Pretória, e de Botsuana em Washington. Com o crescimento da densidade das relações, o Brasil abriu Embaixada residente em Gaborone em 2007. Em julho de 2009, Botsuana abriu embaixada em Brasília, a primeira do país na América Latina.

O impulso ao incremento das relações bilaterais foi dado em 2004, quando o então Secretário-Geral (Permanent Secretary) do Ministério de Negócios Estrangeiros de Botsuana, Ernest Mpofu, visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, à frente de missão empresarial. Em março de 2005, o Brasil enviou missão diplomática a Gaborone, que submeteu à Chancelaria botsuanesa projeto de Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e Botsuana.

Em julho de 2005, o então Presidente Festus Mogae visitou o Brasil em caráter oficial. Durante a visita, passou-se em revista a agenda bilateral, regional e internacional de interesse comum. Na oportunidade, o Presidente de Botsuana reiterou o apoio a que o Brasil integrasse o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. Ao final do encontro, foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica, que constituiu o marco jurídico dos programas de trabalho conjunto futuros.

Em 2006, foram firmados Memorando de Entendimento sobre Esporte e Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica em HIV/AIDS, que forneceram instrumentos jurídicos para cooperação bilateral nessas áreas, e realizou-se o primeiro encontro empresarial Brasil-Botsuana, com os objetivos de identificar oportunidades de investimentos brasileiros no mercado botsuanês e de elevar o intercâmbio comercial.

Em julho do mesmo ano, o então Presidente Mogae participou da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), realizada em Salvador. Um mês mais tarde, o então Chanceler Mompati Merafhe realizou visita de trabalho ao Brasil, tendo participado de dois eventos de relevo: o segundo encontro empresarial Brasil-Botsuana, realizado em São Paulo, ao qual compareceram cerca de cem empresários, sendo dez botsuaneses e 90 brasileiros; e a assinatura do Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e o Ministério de Agricultura de Botsuana na área de pesquisa agrícola.

Em abril de 2008, como parte das comemorações de posse do Presidente Ian Khama, foi realizado, em Gaborone, jogo amistoso de futebol entre as seleções de Brasília e de Botsuana. Os dois governos seguiram engajados na implementação de projetos de cooperação nas áreas de HIV/AIDS, desenvolvimento esportivo e intercâmbio educacional, entre outras áreas.

Os anos seguintes mostraram-se pródigos em missões bilaterais de alto nível. Visitaram o Brasil a então Ministra de Juventude, Esporte e Cultura, Gladys Kokorwe (setembro de 2008), o então Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Phandu Skelemani (maio de 2009), o então Ministro de Transporte e Comunicações, Frank Ramsden (novembro de 2010), o então Ministro de Assuntos Presidenciais e Administração Pública, e o então Vice-Presidente e atual Presidente Mokgweetsi Masisi (setembro de 2011).

Do lado brasileiro, visitaram Botsuana o então Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, que assinou os Acordos de Cooperação Cultural e de Cooperação Educacional (junho de 2009), e o então Subsecretário-Geral de Política-III, Embaixador Piragibe Tarragô, à frente da delegação brasileira à I Sessão da Comissão Mista Permanente Brasil-Botsuana (março de 2010). Em dezembro de 2013, realizou-se, em Gaborone, reunião de seguimento da Comissão Mista.

Em julho de 2013, Botsuana adotou oficialmente o padrão nipo-brasileiro de televisão digital (tornando-se o único país da África austral a adotá-lo). Está em fase de transição, em Botsuana, a mudança do sistema analógico para o sistema digital da televisão aberta, que deverá ser concluído até 2021. Já foram instalados 50 transmissores do padrão nipo-brasileiro no território botsuanês. O equipamento é produzido pela Hitachi do Brasil, sediada em Santa Rita do Sapucaí, MG. Adicionalmente, o governo japonês deverá oferecer gratuitamente, numa primeira fase da

mudança, 15 mil conversores de sinal para o novo sistema à população mais carente (o conversor está disponível no mercado botsuanês e custa aproximadamente US$ 60).

O então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à frente de delegação (composta pelo Senador Antonio Anastasia e por diplomatas brasileiros), visitou Gaborone no período de 8 a 10/05/2017, quando manteve encontros com a Chanceler botsuanesa e com os Ministros de Assuntos Presidenciais, da Saúde e Bem-Estar, e do Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar. Na ocasião, os Chanceleres assinaram o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre os dois países.

O então Ministro de Assuntos Presidenciais, Governança e Administração Pública, Eric Molale, chefiou missão ao Brasil, de 19 a 21/06/2017, com o objetivo de conhecer a concepção e a implementação de políticas públicas voltadas para segurança alimentar, agricultura familiar, alimentação escolar e seguridade social em geral, além de manter reuniões na área de migração de TV digital. O Ministro e a delegação tiveram reuniões nos Ministérios das Relações Exteriores e de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e na EMBRAPA. Foram, ademais, organizadas visitas de campo pela EMATER/DF.

O Secretário Permanente do Ministério de Assuntos Internacionais e Cooperação, Gaeimelwe Goitsemang, visitou Brasília em 07/07/2017 para a Primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Botsuana. Na oportunidade, o Secretário permanente manteve encontros também com o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e com o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco (IRBr).

De 28/08 a 04/09/2017, o então Ministro de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar, Patrick P. Ralotsia, acompanhado de delegação, visitou o Brasil e manteve contato com autoridades brasileiras com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral na área de agricultura. Na oportunidade, o Ministro Ralotsia visitou também a EXPOINTER-2017, em Porto Alegre, a maior feira agropecuária da América Latina. O Ministro Ralotsia retornou ao Brasil, em julho de 2018, para participar do Fórum Mundial de Alimentação.

Em junho de 2018, cooperativas do setor lácteo do Mercosul estiveram em Gaborone para examinar oportunidades comerciais e de investimento em Botsuana. Além de visita a fazenda produtora de leite nas cercanias da capital, a delegação empresarial do Mercosul participou de seminário organizado pelo "Botswana Investment and Trade Centre" (BITC), agência oficial de promoção de investimentos do governo botsuanês.

Em audiência com o Secretário Permanente do Ministério de Assuntos Internacionais e Cooperação, Gaeimelwe Goitsemang, em junho de 2019, o Embaixador do Brasil em Gaborone sugeriu a organização de uma segunda reunião de consultas no âmbito do mecanismo estabelecido pelo MdE sobre Consultas Políticas, firmado em Gaborone em 2017. Goitsemang considerou muito oportuno e conveniente dar sequência ao processo iniciado com sua ida ao Brasil em julho de 2017, tendo concordado com que a próxima edição do mecanismo se realize em Gaborone, conforme a alternância de sedes estipulada no instrumento. Ponderou que, em vista das eleições legislativas gerais em Botsuana, em outubro de 2019, e da intensa agenda de viagens do Presidente Mokgweetsi Masisi, a Chancelaria botsuanesa retomaria o assunto, com vistas a propor datas para a ocasião. Em janeiro de 2020, em encontro na Divisão de África II, diplomatas da Embaixada botsuanesa em Brasília manifestaram concordância com que a próxima rodada do mecanismo ocorra em nível de Diretores de Departamento, no decorrer de 2020.

Encontra-se em andamento projeto de cooperação na área do fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural em Botsuana, o que possibilitou a criação e a operação da Cooperativa de Horticultores de Kweneng Norte (cercanias de Gaborone). A primeira fase da iniciativa foi encerrada no final de 2017. Visitas de delegações da ABC/OCB a Gaborone, de 21 a 25/05 de 24 a 27/10/2018, examinaram com os parceiros botsuaneses a segunda fase da cooperação, de modo a permitir a assinatura de documento institucional do novo projeto, que tem por objetivo o aprofundamento do trabalho da cooperativa e, em especial, o auxílio ao processo de comercialização de seus produtos.

4

O documento com os termos da segunda fase foi encaminhado diretamente pela ABC ao Ministério do Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar em 08/01/2019, que o aprovou e submeteu, por solicitação do Ministério das Relações Internacionais e Cooperação botsuanês, ao crivo do "Attorney-General", em abril de 2019, com o pedido de, após exame, encaminhamento à Chancelaria, que coordenará o processo de assinaturas dos Ministérios envolvidos (a própria Chancelaria, o aludido Ministério da Agricultura, o Ministério de Investimento, Comércio e Indústria, e a Cooperativa de Kweneng Norte). A Embaixada do Brasil em Gaborone tem instado as autoridades botsuanesas a concluírem o processo interno de aprovação do instrumento institucional, de modo a poder garantir os recursos orçamentários do lado brasileiro para a consecução da segunda fase do projeto.

Em maio de 2019, missão da "Botswana Energy Regulatory Authority" (BERA) esteve no Brasil para informar-se sobre a estrutura legal e institucional brasileira na área de biocombustíveis, tendo mantido contato com a Agência nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e visitado plantas produtoras de etanol no estado de São Paulo. Ademais, delegação da "Botswana Public Enterprise Evaluation and Privatisation Agency" (PEEPA) programou visita ao Brasil em julho de 2019 para conhecer a experiência brasileira na área regulatória de produção e comercialização de carne bovina, com vistas a orientar o atual processo de liberalização do mercado de carne em Botsuana e a privatização da "Botswana Meat Commission", entidade governamental que monopoliza a exportação de carne do país.

O Ministro de Defesa, Justiça e Segurança, Shaw Kgathi, e delegação de altos oficiais das forças de defesa de Botsuana realizaram visita a Brasília e São José dos Campos/SP, no período de 28 a 31/05/2018, e assinaram o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa.

Há interesse das autoridades de defesa de Botsuana em poder contar com a cooperação técnica brasileira para auxiliar na definição de uma moderna política de defesa no país e, nesse contexto, conhecer a estratégia do Brasil para formar e estimular sua indústria de material bélico.

COMÉRCIO BILATERAL

A corrente de comércio entre Brasil e Botsuana é modesta, apesar do incremento das transações entre os dois países em 2015 e 2016. O Brasil é tradicionalmente superavitário.

Em 2018, as exportações para Botsuana somaram US$ 983.308,00, concentradas em máquinas e aparelhos para uso agrícola (27%); aparelhos mecânicos para pulverizar (11%); calçados (8,9%); aparelhos para cozinhar, aquecedores de pratos (8,8%); e móveis e suas partes (8,4%). As importações totalizaram US$ 4.400,00. Em 2019, as exportações brasileiras para Botsuana registraram recuperação importante e somaram US$ 1,65 milhão, um incremento de 68% frente ao ano anterior. Os fornecimentos brasileiros concentraram-se em papel e cartão revestidos (25%); fumo em folha e seus desperdícios (18%); máquinas e aparelhos para uso agrícola (exceto trator) (12%); produtos de confeitaria (5,3%); aparelhos para cozinhar, aquecedores de pratos, e suas partes (4.9%); móveis (4,8%); motores, geradores e transformadores (4,6%); calçados (3,6%); e outros.

Deve-se salientar que Botsuana, como país integrante da União Aduaneira da África Austral (união aduaneira mais antiga do mundo, estabelecida em 1910), recebe número muito superior de produtos brasileiros (especialmente alimentos processados) via África do Sul, que entram em Botsuana livremente, sem o pagamento de tarifas alfandegárias adicionais.

POLÍTICA INTERNA

A independência de Botsuana, antigo Protetorado Britânico de Bechuanalândia (desde 1885), ocorreu em 1966. Fortemente dependente da economia sul-africana, Botsuana manteve uma política de não-interferência nos assuntos internos do vizinho durante os governos minoritários brancos e recusou-se a permitir operações de guerrilha contra a África do Sul a partir de seu

5

território ─ não deixando, porém, de acolher refugiados políticos. Apenas na década de 1970 o país alinhou-se com os países opositores dos regimes segregacionistas, grupo que posteriormente originaria a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em 1980 com o objetivo de diminuir a dependência dos países da África meridional da economia da África do Sul. Com a transição sul-africana, a SADCC transformou-se na SADC em 1992, ampliando sua agenda para a integração regional *lato sensu*.

Botsuana é uma república parlamentarista. O Presidente, chefe de Estado e de Governo, é eleito pela Assembléia Nacional (61 assentos, sendo 57 eleitos pelo voto direto e 4 designados pelo partido majoritário). O mandato é de cinco anos, com possibilidade de uma reeleição. Além da Assembléia Nacional, há um Conselho Consultivo não-permanente ("House of Chiefs"), composto por quinze membros e convocado quando são debatidas normas sobre assuntos tribais ou costumes tradicionais. O Gabinete ministerial é formado por catorze Ministérios.

Botsuana ostenta uma história de estabilidade institucional. O primeiro Governo do país foi formado pelo Partido Democrático de Botsuana (*Botswana Democratic Party* - BDP), nas eleições de 1965, ano em que o país obteve a autonomia política que precedeu a sua total independência do Reino Unido. O BDP mantém-se no poder desde então. O primeiro Presidente eleito, Seretse Khama, neto de Khama III, o principal líder botsuanês no século XIX, ocupou o cargo desde 1966 até sua morte em 1980. Khama deixou legado de democracia estável e consolidada, com alto grau de institucionalização.

O BDP tem permanecido no poder desde a independência de Botsuana. Em abril de 2018, o Presidente Mogweetsi Eric Masisi assumiu a Presidência. Em 2019, o partido enfrentou a maior ameaça a sua unidade em mais de cinco décadas, quando o ex-Presidente Ian Khama juntou-se à oposição, acusando o Presidente Masisi de autoritarismo.

No entanto, os dirigentes botsuaneses demonstram apreço pelo modelo parlamentar, o que faz do regime de Botsuana a democracia pluralista mais avançada e estável do continente, além de converter o país em caso excepcional de liberdades públicas na África pós-independência. Merece destaque o elevado grau de confiabilidade internacional de que goza o país e sua boa colocação em índices de avaliação da corrupção.

Apesar de alguns aspectos preocupantes, como o longo domínio da política por um único partido, os botsuaneses continuam fortemente comprometidos com a democracia e com as eleições como o meio preferido de escolher seus líderes.

Botsuana é reconhecida por seu respeito à liberdade de expressão e à independência da mídia. A imprensa botsuanesa, sobretudo a privada, é amplamente vista como um órgão de defesa da política democrática no país. O governo de Botsuana respeita a liberdade de expressão e de imprensa e, apesar de algumas duras críticas ocasionais à mídia por representantes do governo, o país parece ter alcançado uma boa forma de coexistência entre a mídia e o governo.

Um dos maiores desafios enfrentados por Botsuana é combater a epidemia de HIV/AIDS. Apesar de ter sido o primeiro país da África a disponibilizar medicamentos retrovirais no sistema público de saúde, Botsuana ainda luta para reduzir significativamente o número de pessoas contaminadas pelos vírus.

A prevenção, no entanto, continua sendo desafio. O governo tem-se concentrado nas campanhas de conscientização da população, com enfoque no incentivo a que as pessoas realizem o teste de HIV/AIDS e evitem comportamentos de risco.

ECONOMIA

Até a recessão global de 2008, Botsuana esteve entre os países com maiores taxas de crescimento no mundo, desde sua independência, em 1966. Recuperou-se da crise em 2010, tendo apresentado, contudo, crescimento modesto até 2017, sobretudo por conta da queda no mercado mundial de diamantes, somado a cenário de escassez de água e energia. Por meio de disciplina fiscal, Botsuana transformou-se, no decorrer de cinco décadas, em país de renda média.

6

Por sua dependência da exportação de diamantes, a economia de Botsuana acompanha as tendências globais dos preços daquele produto. A extração de diamantes impulsionou a expansão econômica do país e, atualmente, corresponde a um quarto do PIB, a aproximadamente 85% das receitas de exportação e a um terço da renda governamental.

Turismo, plantação de subsistência e criação de gado também são setores de apoio da economia botsuanesa, que, no entanto, enfrenta taxa de aproximadamente 20% de desemprego, segundo dados oficiais (estimativas não-oficiais dão conta de número muito superior). Entre as ameaças ao desempenho econômico do país está o fato de que Botsuana apresenta o segundo maior índice de contágio por HIV/AIDS no mundo.

Botsuana é um líder regional em abertura econômica. A competitividade e flexibilidade do país são fundadas em ambiente regulatório sensato e na abertura ao investimento estrangeiro e ao comércio. O setor financeiro mantém-se relativamente bem desenvolvido, com um banco central independente e pouca intervenção governamental. Além do setor financeiro, a independência e transparência do poder judiciário de Botsuana e a proteção dos direitos de propriedade também são elogiados.

O aumento de investimentos estrangeiros no país tem desempenhado significativo papel no processo de privatização das empresas estatais. A regulamentação dos investimentos é transparente e os trâmites burocráticos são simplificados e abertos, embora lentos. As receitas de investimentos, tais como lucros e dividendos, serviços da dívida, ganhos de capital, receitas de propriedade intelectual, royalties, taxas de franquia e taxas de serviço podem todos ser repatriados sem limitações.

A Constituição proíbe a nacionalização da propriedade privada e prevê um sistema judicial independente, disposições que o governo respeita na prática. O sistema jurídico é suficiente para conduzir as lides comerciais, embora o crescente número de casos e o aumento de sua complexidade gerem atraso nos julgamentos. A proteção aos direitos de propriedade intelectual tem melhorado significativamente.

Botsuana faz parte da SADC e é sede de seu Secretariado. O objetivo primordial do bloco é alcançar o desenvolvimento e o crescimento econômico, diminuir a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos povos da África Austral, mediante a integração regional.

Um dos principais desafios enfrentados pelo bloco é a pouca complementaridade entre a maior parte das economias da região, que constrange a expansão das trocas comerciais no interior da SADC. Com exceção da África do Sul, cujas maiores exportações são de produtos manufaturados (máquinas, veículos e equipamentos elétricos), a pauta exportadora da maioria dos membros do bloco é concentrada em um ou dois bens primários.

Botsuana também é parte da União Aduaneira da África Austral (SACU), juntamente com África do Sul, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Pandemia de COVID-19

Botsuana encontra-se em "estado de emergência nacional" desde a última semana de março, com implementação de "lockdown' desde 01/04, com duração inicial até o final daquele mês, mas ao fim prorrogado. Aguarda-se comunicado do governo sobre eventual relaxamento. No início de abril, o Parlamento aprovou solicitação do Executivo no sentido de prorrogar o estado de emergência por período de 6 meses – portanto, até o final de setembro. Com isso o Presidente Masisi assume plenos poderes para adotar todas as medidas que julgar necessárias para conter a propagação da pandemia no país. Aparentemente, a evolução da pandemia tem sido lenta – o que daria tempo ao governo para tentar aparelhar minimamente a estrutura de saúde, muito precária e sem condição de enfrentar uma pandemia de grande magnitude.

No entanto, no médio prazo, é quase certo que haverá forte retração econômica, uma vez que a exportação de diamantes deverá diminuir sensivelmente.

DAF II, 04/05/2020

7

PERFIS BIOGRÁFICOS



Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi
Presidente da República

Nascido em 1961, graduou-se em Inglês e História pela Universidade de Botsuana, onde trabalhou em 1987 como desenvolvedor de currículos. Em 1989, obteve mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual da Flórida, nos Estados Unidos. Em 2009, elegeu-se para o Parlamento. Em 2011, exerceu o cargo de Ministro para Assuntos Presidenciais e Administração Pública. Assumiu, em 2014, o Ministério da Educação e Desenvolvimento de Habilidades. Em novembro de 2014, foi indicado como Vice-Presidente do então mandatário Ian Khama. Tornou-se Presidente de Botsuana em abril de 2018, tendo sido reeleito para o cargo em 2019.

8



Unity Dow
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

Nascida em 1959, graduou-se em Direito na "Universidade de Botsuana e Suazilândia", em 1983, o que incluiu dois anos de estudos na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Fundou a primeira organização não-governamental de combate ao HIV/AIDS em seu país, em 1991, e posteriormente tornou-se a primeira juíza da Suprema Corte botsuanesa. Exerceu o cargo de professora visitante na Escola de Direito na Universidade de Columbia, em Nova York, e na Universidade de Cincinnati, em Ohio, nos Estados Unidos. Foi nomeada Ministra de Infraestrutura e Habitação em abril de 2018 e assumiu a Chancelaria em junho do mesmo ano. Advogada, ativista dos direitos humanos e escritora, tem cinco livros publicados.



Tebogo Teko Lily Motshome
Embaixadora em Brasília

Nascida em 1967, estudou Administração Pública e Ciência Política na Universidade de Botsuana, com mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Wollongong, na Austrália. Conta com experiência profissional em representações diplomáticas de Botsuana na África (Zimbábue e Namíbia) e na Europa (Genebra e Bruxelas). Diplomata de carreira, esteve à frente do Departamento da Europa e Américas da Chancelaria botsuanesa. Desde 2018, é Embaixadora de Botsuana no Brasil.

9

MAPA DE BOTSUANA

10

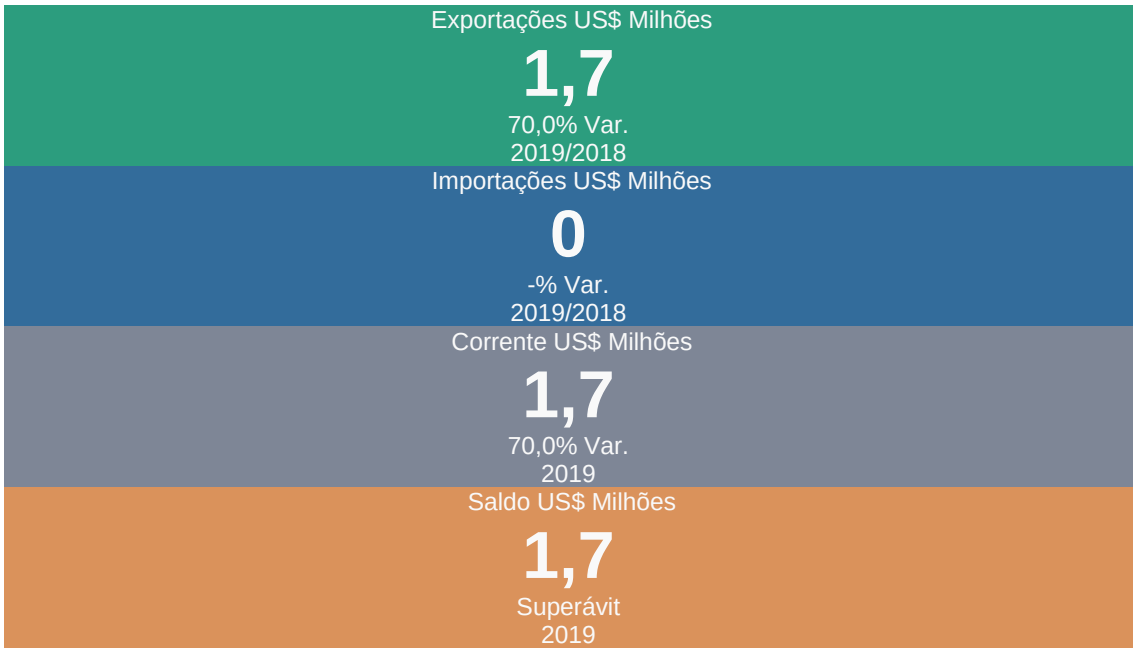

ANG.
ZAM.
Lake Kariba
Zambezi
Caprivi Strip
Zipfel (Caprivi Strip)
Kasane
Popavalle (Popa Falls)
Okavango
Linyanti
Tsodilo Hills
OKAVANGO DELTA
Maun
Makgadikgadi (salt pans)
ZIMBABWE
Boteti
NAM.
Ghanzi
Francistown
Shashe
Selebi-Phikwe
Serowe
Mamuno
Mahalapye
Limpopo
KALAHARI DESERT
Molepolole
GABORONE
Kanye
Tshabong
SOUTH AFRICA
0 50 100 km
0 50 100 mi
20
25

11

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Botsuana
CAPITAL:	Gaborone
ÁREA:	581.730 km² (pouco menor que o estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (est. 2020):	2,3 milhões
IDIOMAS:	Inglês (oficial) e Setsuana
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs e tradicionais africanas
SISTEMA DE GOVERNO:	Parlamentarismo
PRESIDENTE:	Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi (eleito em abr/2018 e reconduzido ao cargo em out/2019)
MNE	Unity Dow (jun/2018)
EMBAIXADOR EM GABORONE:	Ricardo André Vieira Diniz
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Tebogo Teko Lily Motshome (dez/2018)
PIB real:	US$ 17,38 bilhões
PIB PPP:	US$ 39 bilhões
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO:	88%
EXPECTATIVA DE VIDA:	65 anos

12

CORRENTE DE COMÉRCIO EM 2019



0,0007%
Part. nas Exportações
2019

194º
Ranking de Exportações
2019

0,00001%
Part. nas Importações
2019

191º
Ranking de Importações
2019

Fonte: Ministério da Economia

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US$):

13

BRASIL - BOTSUANA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Exportações	1.269.820	658.988	994.226	1.446.573	3.822.357	4.042.801	1.089.461	978.910	1.650.000
Importações	4.526	10.488	11.152	5.036	173.070	14.163	18.665	4.404	18.830
Corrente de Comércio	1.274.346	669.476	1.005.378	1.451.609	3.995.427	4.056.964	1.108.126	983.314	1.668.830

EMBAIXADA DO BRASIL EM GABORONE

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RICARDO ANDRÉ VIEIRA DINIZ

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Histórico

Botsuana é considerado um dos países mais bem-sucedidos do continente africano. Ao tornar-se independente, em 1967, constava da relação dos dez países mais pobres do mundo, com uma renda per capita anual que não passava de USD 100. Após quase três décadas de crescimento econômico sustentado, a taxas de 8 a 10% anuais, Botsuana é hoje um país com renda per capita anual da ordem de USD 8.300 — a quinta maior do continente africano. Não obstante, ainda apresenta necessidades típicas de um país em desenvolvimento, sobretudo no atual momento em que a geração de empregos e diversificação da economia, excessivamente dependente da exploração de diamantes, são prioridades absolutas do governo. Natural, portanto, que a atuação da embaixada em Gaborone tenha como principais vertentes: (a) a oferta de cooperação técnica pelo Brasil; e a (b) identificação de oportunidades comerciais.

2. A Embaixada do Brasil em Gaborone foi estabelecida em março de 2007, culminando um processo de aproximação bilateral que teve como principais marcos: (a) visita oficial ao Brasil pelo então presidente de Botsuana, Festus Mogae, em julho de 2005, ocasião em que foi assinado o Acordo Bilateral de Cooperação Técnica; (b) visita oficial a Botsuana pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro de 2006; (c) visita ao Brasil pelo então chanceler de Botsuana, Mompati Meraphe, em agosto de 2006. Em 2009 Botsuana inaugurou embaixada residente em Brasília, a única representação diplomática do país na América do Sul. Em 2011, o atual presidente de Botsuana, Mokgweetsi Eric Masisi (então ministro de assuntos presidenciais), realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi assinado um memorando de entendimento para cooperação em programas de erradicação de pobreza, área de grande interesse para o país.

3. Durante os primeiros anos de existência, a Embaixada atuou de forma dinâmica e construtiva para consolidar a presença do Brasil em Botsuana e lançar as bases do intercâmbio bilateral. Além de cumprir uma intensa agenda de divulgação, com a realização de inúmeros eventos culturais, foram assinados instrumentos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, combate ao HIV-AIDS, energia, televisão digital, cooperação policial, entre outros. Houve, igualmente, profícuo intercâmbio de visitas de autoridades de ambos países.

4. No início de 2010, foi assinado um Acordo-Quadro de Cooperação e Parceira entre o Brasil e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), organismo de integração regional sediado em Gaborone. Assinale-se, a propósito, que o embaixador do Brasil em Botsuana também é acreditado como representante do Governo brasileiro junto à SADC. Em outubro de 2010 realizou-se, em Gaborone, a primeira reunião da Comissão Mista Bilateral Brasil-Botsuana.

5. A partir do ano de 2011, com o progressivo agravamento do quadro de restrição orçamentária na SERE, a capacidade de atuação da Embaixada passou a ser limitada pela escassez de recursos, o que se traduziu na gradual redução das atividades de divulgação e de cooperação técnica. Assim mesmo, e coroando anos de negociações entre as partes, em julho de 2013 Botsuana adotou oficialmente o padrão nipo-brasileiro de televisão digital (sendo o único país na região da África austral a ter adotado esse sistema). Em dezembro de 2013 realizou-se, em Gaborone, reunião de seguimento da Comissão Mista realizada em 2010.

6. Dentre os temas abordados durante a referida reunião merecem destaque: (a) interesse de Botsuana na realização, no Brasil, da segunda reunião da Comissão Mista bilateral; (b) proposta brasileira para o estabelecimento de um mecanismo bilateral de consultas políticas; (c) revisão de diversos projetos de cooperação, em andamento ou por implementar. Sobre a Comissão Mista, a parte brasileira manifestou a preferência do Governo brasileiro pela realização de reunião em formato simplificado, com foco em apenas um ou dois setores específicos. Na ocasião, minuta de texto de "memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas" foi submetida às autoridades de Botsuana.

7. Em julho de 2015, a Chancelaria local convocou reunião de trabalho com o então chefe do posto, embaixador Márcio Araújo Lage, para tratar de diversas pendências: (a) realização da segunda reunião da COMISTA; (b) acordo complementar de cooperação para o treinamento de policiais de Botsuana; c) mecanismo de consultas políticas; (d)cooperação educacional; (e) cooperação técnica na área de HIV-AIDS. Na ocasião, as autoridades locais foram novamente consultadas sobre o eventual interesse de manter, em Brasília, reuniões pontuais sobre temas específicos da agenda bilateral. Foi também submetida à Chancelaria minuta de texto de memorando de entendimento sobre consultas políticas. Reiterou-se, igualmente, a disposição do governo brasileiro de dar continuidade aos diversos projetos de cooperação em andamento.

8. Ao assumir a chefia do posto, em dezembro/2015, as iniciativas relacionadas no item anterior encontravam-se em "estado de dormência", seja pela falta de recursos do provedor brasileiro, demora de reação por parte das autoridades locais, ou ambos. Apenas dois projetos encontravam-se em andamento: (a) "fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural em Botsuana"; (b) "fortalecimento da estrutura estratégica Nacional de Botsuana para HIV/AIDS". O primeiro deles, a cargo da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), contemplava o envio de missão de avaliação a Botsuana, enquanto representantes do Ministério da Saúde também deveriam enviar técnicos a Gaborone com vistas à retomada do bem sucedido projeto na área de HIV/AIDS, cuja primeira fase havia se concluído. Portanto, além do acompanhamento rotineiro da política interna e externa de Botsuana, estabeleci como prioridade de trabalho o "destravamento" desses projetos, bem como a identificação de oportunidades comerciais para empresas brasileiras.

Relações bilaterais

9. Como evento marcante de minha gestão à frente da embaixada em Gaborone, destaco a visita do então chanceler Aloysio Nunes Ferreira, de 8 a 10 de maio de 2017, durante a qual foi assinado o "memorando de entendimento para a criação de mecanismo de Consultas Políticas entre o Brasil e Botsuana". A visita, a primeira de autoridade brasileira de alto nível desde a visita

presidencial ocorrida em 2006, teve impacto muito positivo sobre o governo local, tendo elevado sobremaneira seu interesse em estreitar os laços e a colaboração com o Brasil. Demonstração inequívoca dessa disposição foram, na sequência, as visitas ao Brasil pelo então ministro para Assuntos Presidenciais, Governo e Administração Pública, Eric Molale, e do então ministro de Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar, Patrick Ralotsia. Em julho de 2017, o secretário permanente da Chancelaria local, Gailmelwe Goitsemang, participou em Brasília da primeira reunião de consultas políticas entre Brasil e Botsuana. Em maio de 2018, o então ministro da Defesa e Segurança Pública de Botsuana, Shaw Kgathi, realizou viagem oficial ao Brasil, ocasião em que foi assinado o memorando de entendimento para cooperação na área de defesa.

10. Durante todo o período de minha gestão, pude manter diálogo fluido e produtivo com todas as instâncias do governo local, em particular com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Registro, com satisfação, as inúmeras ocasiões em que as autoridades locais se desdobraram para prestar ajuda à embaixada na recepção de delegações visitantes e no encaminhamento de gestões pontuais. Nesse sentido, saliento que o governo de Botsuana tem apoiado a grande maioria dos pedidos de apoio a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.

Cooperação técnica

11. De todos os projetos de cooperação relacionados acima, apenas um prosperou: "fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural em Botsuana". Trata-se de bem-sucedida iniciativa da ABC em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que resultou na criação de uma cooperativa de produtores de hortigranjeiros na região de Kweneng (distante uma hora de Gaborone). A primeira fase do projeto concluiu-se em 2018, com a elaboração pela ABC e empresas brasileiras de uma segunda fase, mais abrangente e com orçamento inicial de USD 750 mil, cuja minuta foi submetida às autoridades locais em janeiro de 2019. Após tramitar por várias instâncias do governo local, o documento foi finalmente assinado em Gaborone, em março de 2020, por representantes do Ministério da Agricultura e da Cooperativa de Kweneng. As cópias foram posteriormente enviadas à ABC para a obtenção das assinaturas pelo lado brasileiro, após o que o projeto poderá ser finalmente implementado.

12. As demais iniciativas de cooperação permanecem no mesmo estado de dormência que se encontravam quando assumi a chefia do posto. Bem ilustrativo desse quadro seria a cooperação na área de saúde: a despeito dos esforços da Embaixada e da SERE, a área técnica responsável do ministério da Saúde e Bem-Estar de Botsuana ainda não se posicionou sobre a elaboração de parâmetros para o estabelecimento de novo projeto de cooperação na área de HIV/AIDS. Haveria também interesse do governo local na obtenção de equipamento laboratorial do Brasil e assistência no tratamento de doenças crônicas.

13. A dificuldade no encaminhamento desses projetos deriva, a meu ver, do fato de que o governo de Botsuana está habituado a um modelo de cooperação altamente assistencialista, tal como praticado por países como China, Índia Alemanha e Estados Unidos. Além da doação de recursos financeiros, ou concessão de empréstimos em termos muito generosos, a cooperação fornecida por esses países geralmente inclui a cessão de pessoal técnico na respectiva área de interesse: a China, por exemplo, regularmente fornece equipes de médicos e enfermeiros para

prestar serviço no maior hospital público de Gaborone, o Marina Princess Hospital; universidades e ONGs norte-americanas mantêm diversos programas de assistência na área de HIV/AIDS, administrando os recursos financeiros doados pelo governo dos EUA no âmbito da iniciativa "PEPFAR"; o governo indiano está financiando a construção de um hospital no interior do país.

Comércio e investimentos

14. Logo que assumi a chefia do posto, tomei conhecimento de relevante oportunidade comercial: o interesse do então presidente Ian Khama de adquirir nove aviões Supertucano para aparelhar a Força Aérea de Botsuana. Em janeiro de 2016 a Embraer chegou a realizar demonstração de voo da aeronave em Gaborone, com a presença do presidente Khama e toda a cúpula do ministério da defesa. Como ainda não havia apresentado minhas credenciais, lamentavelmente não pude participar do evento. Ao longo daquele ano, mantive vários contatos com o representante da Embraer com vistas a fazer avançar a negociação. Veladamente, as autoridades do Ministério da Defesa local condicionaram o prosseguimento das tratativas à assinatura de "memorando de entendimento para cooperação na área de defesa entre o Brasil e Botsuana". Após o intercâmbio de várias minutas do acordo, com incontáveis alterações de texto, o memorando foi finalmente assinado em maio de 2018. No entanto, nesse intervalo de praticamente dois anos, o governo de Botsuana gradualmente perdeu interesse pelo Supertucano, tendo num primeiro momento manifestado preferência pela aquisição de caças de combate a jato (modelo Grippen). Atualmente, o tema parece ter saído da pauta de prioridades do governo do presidente Eric Masisi. Com isso, o memorando de entendimento de cooperação na área de defesa entre o Brasil e Botsuana permanece inativo, sem registro de nenhuma atividade ou iniciativa. Por outro lado, em janeiro de 2019 a empresa nacional de aviação Air Botswana"recebeu uma aeronave Embraer E-170, comprada em segunda mão de operadora regional canadense.

15. O intercâmbio bilateral ainda é diminuto, com uma corrente de comércio anual que raramente ultrapassa a cifra de USD 5 milhões. As exportações brasileiras consistem de máquinas diversas, fogões, aparelhos para o preparo de rações animais, fumo, açúcar e munições. As importações limitam-se a pequeno volume de diamantes industriais, no patamar de USD 1 milhão por ano. Entretanto, como Botsuana integra a União Aduaneira da África Austral (SACU), é possível que o volume de importações do Brasil seja bem maior do que revelam as estatísticas, na medida em que produtos brasileiros podem ingressar livremente no mercado local através da África do Sul. Botsuana importa praticamente tudo o que consome – desde alimentos a bens de consumo e de capital — sendo, portanto, um mercado promissor para o exportador brasileiro (recorde-se, a propósito, o acordo de preferências tarifárias Mercosul-SACU). Nesse sentido, vale ressaltar que o governo de Botsuana tem como prioridade na área econômica promover a diversificação da economia com vistas a reduzir a extrema dependência do país com relação à África do Sul, sobretudo no setor alimentar.

16. Ciente disso, durante todo o período de minha gestão argumentei a favor da conveniência do envio de missão empresarial brasileira a Botsuana com o intuito de explorar oportunidades comerciais e de investimento. Minha sugestão foi parcialmente atendida em junho/2018 por iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Secretaria do Mercosul, com a visita a Gaborone de delegação de cooperativas de produtores de lácteos do Brasil, Uruguai e Argentina. Além de encontros com autoridades locais, a missão visitou fazenda-

modelo produtora de leite nos arredores de Gaborone. Se de uma parte o governo local sentiu-se estimulado com a visita e com a possibilidade de atrair investimentos para um setor considerado vital (produção de lácteos), de outra colhi dos integrantes da delegação avaliação de que fatores como as condições locais de clima, carência de água e insumos, bem como a dimensão reduzida do mercado local tenderiam a desestimular investimentos no setor. Mais recentemente, em março de 2020 a embaixada recebeu a visita do senhor Omar El Jamal, diretor da empresa Hydroplan-EB, sediada em São Paulo, a qual se encontra em processo avançado para a implantação de uma unidade-piloto para a produção de tomates hidropônicos em Botsuana. Segundo o empresário, o projeto deverá ser implantado até o final do corrente ano. A depender dos resultados obtidos, a empresa tenciona ampliar a produção para outras verduras/legumes que hoje são importados da África do Sul. Não há registro de outros investimentos brasileiros em Botsuana.

Divulgação cultural

17. Até a obtenção da independência, em 1976, e posterior descoberta de jazidas de diamantes no país, Botsuana era um protetorado britânico esparsamente povoado, que despertava pouco interesse por parte da metrópole. Até então, a população do país vivia em vilarejos espalhados por um território árido, sob a administração de chefes tribais (os chamados "kgosis"), dedicando-se à agricultura rudimentar e atividades pastorais. Como reflexo dessa realidade, as manifestações culturais do país tendem a exaltar esse passado idílico através da dança e recitação poética, em que a comunhão harmônica entre o homem e a natureza são rememorados.

18. Passados cinquenta anos desde a independência, Gaborone transformou-se em cidade moderna e dinâmica, centro da indústria local de beneficiamento de diamantes. Apesar disso, a capital ainda constitui verdadeiro "vazio cultural", oferecendo poucas opções além das mencionadas expressões locais de dança e recitação. Gaborone conta com apenas um museu, de acervo pobre e incompleto, poucas salas de cinema, nenhuma atividade de música erudita e limitada oferta de artes cênicas (apenas em idioma local). Tal situação explica-se, em grande parte, pelo fato de que as lideranças do país jamais tiveram influências culturais que permitissem ampliar o provincianismo regional (tribal), fortemente influenciado pela cristianização puritana. Em resumo, e excetuando-se o consumo e prática da cultura de massa importada, sobretudo pelos mais jovens, a população local demonstra pouco conhecimento ou interesse por manifestações culturais de outros países. Ao longo do período de minha gestão, constatei que todas as iniciativas de divulgação cultural promovidas por outras embaixadas (tais como eventos de dança e música erudita, apresentação de grupos folclóricos, exposições de artes visuais etc.) tinham como público quase exclusivamente a comunidade de expatriados residente em Gaborone, sendo notável a baixa frequência da elite e população locais nesses eventos.

19. No que diz respeito ao Brasil, nosso país é invariavelmente associado ao futebol e carnaval. De fato, uma das mais bem-sucedidas iniciativas de divulgação patrocinadas pela embaixada ocorreu há mais de dez anos, com a vinda de equipe de futebol de Brasília para disputar partida amistosa em Gaborone. Com a progressiva redução de recursos orçamentários da SERE a partir de 2012, juntamente com a ausência de patrocínio privado, projetos desse tipo tornaram-se inviáveis, restando apenas o eventual apoio a iniciativas de menor porte — e de menor apelo e alcance junto à sociedade local. Diante desse cenário, julguei que o elevado custo da divulgação cultural não compensaria o seu reduzido potencial de penetração junto à população local e

consequente “baixo retorno” para fazer avançar os interesses do Brasil em Botsuana. Portanto, durante minha gestão não apresentei propostas de programação cultural, limitando-me a solicitar que Botsuana fosse eventualmente incluída no roteiro de projetos culturais programados para os países vizinhos (África do Sul, Namíbia, Moçambique), o que nunca ocorreu.

Comunidade brasileira e assuntos consulares

20. A comunidade brasileira residente em Botsuana é diminuta, totalizando menos de 25 pessoas. Inclui, além dos funcionários da embaixada e seus familiares, pastores de igrejas evangélicas, missionários religiosos, e um executivo da AMBEV que se instalou em Gaborone em meados de 2019 para dirigir as operações de subsidiárias locais da empresa. Não há registro ou informação sobre o fluxo de turistas brasileiros em Botsuana, especificamente nas reservas animais situadas no delta do Okavango ou parque nacional de Chobe. Com vistas a estimular o intercâmbio de visitas por nacionais de ambos os países, logo que assumi a chefia da embaixada propus a assinatura de acordo para a eliminação da exigência de visto de turista e de negócios, sugestão que até a presente data não suscitou reação positiva por parte da Secretaria de Estado (SERE) das Relações Exteriores.

Relações com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

21. No que tange à interlocução com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja sede administrativa está situada em Gaborone, mantive os contatos de praxe com a organização, tendo participado de eventos e reuniões de trabalho para as quais fui convidado. Assinalo, a propósito, que a interlocução com a SADC, à parte do campo protocolar, tem resultados práticos limitados, de vez que a estrutura organizacional da entidade é absolutamente dependente do apoio e da gestão da União Europeia (UE), que por esse motivo acaba por determinar os programas de cooperação vinculados aos aportes da União e de seus interesses de política externa na região. Durante as gestões de meus antecessores à frente da Embaixada, o secretariado da SADC chegou a formular solicitação de apoio do Brasil para a implantação de curso de português em Gaborone para capacitar seu corpo de funcionários (o português é uma das línguas oficiais da comunidade), demanda ainda não atendida.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE BOTSUANA.

Política interna

22. Desde a independência, obtida da Grã-Bretanha em 1976, Botsuana vive em regime plenamente democrático, com a realização de eleições livres a cada cinco anos. Em abril de 2018 o presidente Ian Khama concluiu seu segundo mandato de cinco anos, tendo sido substituído na presidência pelo vice-presidente e líder do partido governista – “Botswana Democratic Party” (BDP) - Mokgweetsi Eric Masisi. Segundo a legislação eleitoral de Botsuana, entre o término de um mandato presidencial e a realização de eleições gerais há um interstício de dezoito meses, período em que o vice-presidente, de praxe líder do partido governista, é alçado à presidência da república interinamente. Nas eleições gerais realizadas em 23 outubro de 2019 o partido governista (BDP) foi vitorioso pela 12a. vez sucessiva — ou seja, está no poder desde a independência. O partido conquistou na mais recente eleição 38 dos 57 assentos disputados na Assembleia Nacional,

confirmando o presidente Masisi no cargo. Os partidos de oposição, em conjunto, conquistaram 19 assentos (um a menos que no pleito anterior). Com isso, atesta-se mais uma vez a solidez institucional deste país, que o singulariza num continente tantas vezes marcado por golpes de estado, autoritarismos de diversos matizes e tragédias humanas de grandes proporções.

23. Em seu discurso de posse, Masisi elogiou a estabilidade e continuidade democrática do país e reiterou o compromisso de sua administração com o aperfeiçoamento das instituições de modo a favorecer o investimento privado e a atração de capitais do exterior. Como metas prioritárias, ressaltou a criação de empregos, diversificação da base econômica, melhoria do sistema educacional, combate à corrupção e o apaziguamento do conflito "homem versus natureza", sem descuidar da preservação ambiental. No que diz respeito a esse último objetivo, logo nos primeiros meses de sua gestão Masisi revogou a proibição da caça no país, em medida polêmica que gerou acalorado debate entre grupos ambientalistas e as comunidades rurais no interior do país. No final de 2019 o governo autorizou o abate de elefantes por caçadores profissionais, com o objetivo de reduzir e controlar a população de paquidermes, estimada em 110 mil cabeças, que vêm se reproduzindo descontroladamente e invadindo áreas habitadas no interior do país.

Política externa

24. De modo geral, Botsuana mantém boas relações com todos os países de seu entorno regional e com a comunidade internacional, tendo participação ativa e construtiva nas instâncias multilaterais do continente — SADC, União Africana – bem como nas Nações Unidas. A política externa do país pauta-se pelos princípios de respeito à soberania, solução pacífica de controvérsias e defesa dos direitos humanos. Como prioridades de ação, o governo busca estabelecer parcerias externas que possam auxiliar Botsuana no seu progresso econômico e social, tendo como meta atingir a condição de país de renda média alta. Nesse sentido, Botsuana mantém relações estreitas com a União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia – atores dos quais Botsuana obtém ajuda financeira e cooperação em vários setores.

25. Desde que assumiu a presidência, Masisi vem procurando implementar uma política externa mais dinâmica e diplomática, bem distinta da gestão de seu antecessor, Ian Khama, conhecido não somente por sua aversão de viajar e participar de reuniões multilaterais, mas também por seus comentários e iniciativas nem sempre "diplomáticos" na área de política externa (tais como as críticas frequentes a Robert Mugabe ou o convite para que o Dalai Lama visitasse Botsuana). Logo no primeiro mês de governo, Masisi visitou todos os países vizinhos de Botsuana, além de participar de reunião de Cúpula da União Africana.

Economia

26. Botsuana tem hoje um PIB da ordem de US$ 19 bilhões, o que equivale a uma renda per capita anual na faixa de US$ 8.300. Para efeitos de comparação, trata-se do quinto maior PIB per capita do continente africano, atrás apenas da Guiné Equatorial, Seicheles, Ilhas Maurício e Gabão. No entanto, pelo critério da paridade de poder de compra (PPP) a renda per capita eleva-se a US$ 19 mil. Botsuana é o maior produtor mundial de diamantes, além de contar com grandes reservas de cobre, níquel e carvão. Ao longo dos últimos anos a economia vem registrando taxas de

crescimento na faixa de 4% anuais, desempenho que na avaliação do FMI (de novembro/2019 e portanto anterior à pandemia do COVID-19) poderá repetir-se nos próximos anos. No entanto, o Fundo considera que tal ritmo de expansão seria insuficiente para que Botsuana possa transformar-se em país de renda alta, para o que considera fundamental a diversificação do modelo econômico.

27. Em termos comerciais, Botsuana tem uma corrente de comércio anual na faixa de US$ 13 bilhões, com exportações no patamar de US$ 7 bilhões e importações de US$ 6 bilhões. A pauta de exportações consiste de diamantes (85%) — destinados sobretudo para a Bélgica, Índia, China e EUA – e carne bovina (15%) para a União Europeia. Pelo lado das importações, a África do Sul fornece cerca de 80% de tudo o que é consumido em Botsuana.

28. Apesar dos bons indicadores econômicos, Botsuana ainda convive com um elevado grau de concentração de renda (o país tem um dos cinco mais altos coeficientes de Gini do mundo), com grandes bolsões de miséria extrema, sobretudo nas regiões mais remotas do país. Além disso, a taxa de desemprego beira os 20%, o que apenas reforça a necessidade de diversificar a economia, hoje dominada pela mineração, que no caso de Botsuana é uma atividade que emprega muito capital e pouca mão de obra qualificada.

29. Desde o final de março Botsuana encontra-se em estado de emergência nacional, com duração inicial prevista de seis meses, tendo como objetivo conter a propagação da epidemia de COVID-19 neste país. As medidas adotadas até agora incluem regime de confinamento domiciliar, com distanciamento social, fechamento de fronteiras e suspensão da maioria das atividades de comércio, indústria e ensino. Desde o início do mês de junho, com registro no país de menos de 40 casos de contágio pelo novo coronavírus, o regime emergencial vem sendo gradualmente relaxado, com abertura gradual das atividades comerciais e de ensino.

PRIORIDADES DE ATUAÇÃO DA EMBAIXADA NO FUTURO

30. Tão logo a situação no país se normalize, com a esperada suspensão do estado de emergência nacional até o final de setembro próximo, a embaixada poderá retomar assuntos pendentes e continuar empreendendo esforços para estimular o intercâmbio bilateral. Dentre as pendências, seria oportuno reiniciar tratativas com a chancelaria local para a realização da segunda reunião do mecanismo bilateral de consultas políticas, a qual deveria realizar-se em Gaborone dois anos após a primeira reunião, ocorrida em Brasília em Julho/2017. Seria também importante poder finalizar a segunda fase do projeto de cooperativismo rural elaborado pela ABC/OCB, cujo documento final, encaminhado à Secretaria de Estado em março/2020, aguarda apenas a aposição de assinaturas por representantes dos órgãos brasileiros envolvidos.

31. Como ações complementares às iniciativas pontuais assinaladas acima, permito-me sugerir: (a) reconsideração de minha proposta para a assinatura de um acordo de isenção de vistos de turista entre o Brasil e Botsuana; (b) envio a Botsuana de missão empresarial com vistas a prospectar oportunidades de negócios para empresas brasileiras; (c) inclusão de Botsuana no roteiro de eventual iniciativa cultural porventura programada para a África do Sul ou país próximo; (d) convite ao Ministro da Defesa de Botsuana para realizar visita ao Brasil com objetivo de identificar áreas de interesse que possam receber cooperação brasileira no âmbito do “memorando

de entendimento na área de defesa"; (e) convite ao Ministro da Agricultura de Botsuana para visitar o Brasil e explorar modalidades de uma possível cooperação brasileira.

4

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 20, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 26, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Chico Rodrigues

21 de Setembro de 2020

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 26, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia*.

SF/20227.58895-72

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, *Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia*.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado, nascido em 16 de abril de 1955 em Santos/SP, é filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Campinas/SP em 1977. No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência".

SF/20227.58895-72

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro em 2005; Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: terceiro e segundo-secretário na Embaixada em Budapeste, de 1985 a 1990; assistente na Divisão da América Meridional I, de 1990 a 1991; chefe de gabinete do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, de 1991 a 1992; segundo e primeiro-secretário na Embaixada em Madri, de 1993 a 1997; primeiro-secretário na Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, de 1997 a 2001; assistente do Diretor do Instituto Rio Branco, de 2001 a 2003; assessor especial do Ministério da Integração Nacional, de 2003 a 2006; conselheiro na Embaixada em Montevidéu, de 2006 a 2008; conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 a 2011; Embaixador em Libreville, de 2012 a 2016; e Embaixador em Abidjã desde 2016.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre República do Senegal e a República Islâmica da Gâmbia, o qual informa acerca das relações bilaterais desses Países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O relacionamento bilateral com o Senegal iniciou-se em 1961, um ano após a independência deste País. Desde então, houve momentos de maior ou menor afinidade, mas neste século têm sido frequentes os encontros bilaterais. Por último, o atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, efetuou visita oficial ao Senegal em dezembro de 2019, mantendo contato com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Oportunidade em que foram avançados interesses quanto ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa.

SF/20227.58895-72

O panorama da cooperação com Senegal é diversificado. Com fundamento no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 1972, a cooperação bilateral evoluiu para projetos em Senegal como o de criação de unidades agroecológicas, prospecção para o aumento da produtividade do cultivo de algodão, estabelecimento de centros de referência em censos com coleta eletrônica de dados e aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de alimentação escolar, além da cooperação nas áreas de defesa, educação, cultura, tecnologia e jurídica.

Quanto às relações comerciais, há histórico superávit brasileiro, tendo o Brasil, em 2019, exportado cerca de USD 135 milhões para o Senegal, especialmente arroz (35%), ovos de aves (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). E importamos do Senegal no mesmo período produtos que totalizam USD 4,7 milhões, principalmente ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

O Senegal é exemplo de tolerância desde sua independência, com os anos governados pelo agraciado escritor Leopold Sedar Senghor, verdadeiro ícone da valorização da literatura negra africana. Distinto de outros países africanos na sua fase pós-colonial, não teve golpes e manteve eleições periódicas, bem como convivência pacífica interétnica e inter-religiosa, mesmo entre a maioria muçulmana sunita (94% da população) e as minorias xiita, cristã e animista.

Em que pese a estabilidade institucional, a independência do Poder Judiciário e a baixa criminalidade, os índices sociais são insatisfatórios. O Senegal ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com alta taxa de pobreza e elevado índice de analfabetismo (48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler; entre as mulheres, o percentual é de 60,2%).

Contudo, há boas expectativas para negócios e parceria com Senegal. Conforme o documento enviado pelo Itamaraty:

> A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um hub comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial.

> Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no ranking "Doing Business" do Banco Mundial. O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

SF/20227.58895-72

A Embaixada brasileira em Dakar também acumula a representação diplomática em relação à Gâmbia, o que se justifica por vários títulos, a começar pelo caráter territorial. Gâmbia só possui Senegal como vizinho e é bastante dependente daquele País, com o qual chegou nos anos 80 a formar uma confederação.

Politicamente, a Gâmbia passou por turbulência política recente, tendo seu Presidente atual, Adama Barrow, somente assumido em 2017 após intervenção internacional da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

Nosso relacionamento bilateral com Gâmbia teve início em 1965, ano de sua independência. Mantemos um baixo fluxo comercial, da ordem de USD 79 milhões, fruto sobretudo de nossas exportações de açúcar, arroz e carnes. Trata-se de um País com escassez de recursos, que, apesar dos esforços de restruturação econômica, deriva suas divisas do amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 26/2020 - D.BRUNO C.-SENEGAL

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 26/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO SENEGAL E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DA GÂMBIA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 26, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia*.

SF/20227.58895-72

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, *Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia*.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado, nascido em 16 de abril de 1955 em Santos/SP, é filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Campinas/SP em 1977. No Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência".

SF/20227.58895-72

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1994; Conselheiro em 2005; Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial, em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: terceiro e segundo-secretário na Embaixada em Budapeste, de 1985 a 1990; assistente na Divisão da América Meridional I, de 1990 a 1991; chefe de gabinete do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, de 1991 a 1992; segundo e primeiro-secretário na Embaixada em Madri, de 1993 a 1997; primeiro-secretário na Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, de 1997 a 2001; assistente do Diretor do Instituto Rio Branco, de 2001 a 2003; assessor especial do Ministério da Integração Nacional, de 2003 a 2006; conselheiro na Embaixada em Montevidéu, de 2006 a 2008; conselheiro na Embaixada em Paris, de 2008 a 2011; Embaixador em Libreville, de 2012 a 2016; e Embaixador em Abidjã desde 2016.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre República do Senegal e a República Islâmica da Gâmbia, o qual informa acerca das relações bilaterais desses Países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O relacionamento bilateral com o Senegal iniciou-se em 1961, um ano após a independência deste País. Desde então, houve momentos de maior ou menor afinidade, mas neste século têm sido frequentes os encontros bilaterais. Por último, o atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, efetuou visita oficial ao Senegal em dezembro de 2019, mantendo contato com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Oportunidade em que foram avançados interesses quanto ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa.

O panorama da cooperação com Senegal é diversificado. Com fundamento no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 1972, a cooperação bilateral evoluiu para projetos em Senegal como o de criação de unidades agroecológicas, prospecção para o aumento da produtividade do cultivo de algodão, estabelecimento de centros de referência em censos com coleta eletrônica de dados e aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de alimentação escolar, além da cooperação nas áreas de defesa, educação, cultura, tecnologia e jurídica.

SF/20227.58895-72

Quanto às relações comerciais, há histórico superávit brasileiro, tendo o Brasil, em 2019, exportado cerca de USD 135 milhões para o Senegal, especialmente arroz (35%), ovos de aves (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). E importamos do Senegal no mesmo período produtos que totalizam USD 4,7 milhões, principalmente ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

O Senegal é exemplo de tolerância desde sua independência, com os anos governados pelo agraciado escritor Leopold Sedar Senghor, verdadeiro ícone da valorização da literatura negra africana. Distinto de outros países africanos na sua fase pós-colonial, não teve golpes e manteve eleições periódicas, bem como convivência pacífica interétnica e inter-religiosa, mesmo entre a maioria muçulmana sunita (94% da população) e as minorias xiita, cristã e animista.

Em que pese a estabilidade institucional, a independência do Poder Judiciário e a baixa criminalidade, os índices sociais são insatisfatórios. O Senegal ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com alta taxa de pobreza e elevado índice de analfabetismo (48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler; entre as mulheres, o percentual é de 60,2%).

Contudo, há boas expectativas para negócios e parceria com Senegal. Conforme o documento enviado pelo Itamaraty:

> A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um hub comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial.

> Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no ranking "Doing Business" do Banco Mundial. O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

SF/20227.58895-72

A Embaixada brasileira em Dakar também acumula a representação diplomática em relação à Gâmbia, o que se justifica por vários títulos, a começar pelo caráter territorial. Gâmbia só possui Senegal como vizinho e é bastante dependente daquele País, com o qual chegou nos anos 80 a formar uma confederação.

Politicamente, a Gâmbia passou por turbulência política recente, tendo seu Presidente atual, Adama Barrow, somente assumido em 2017 após intervenção internacional da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

Nosso relacionamento bilateral com Gâmbia teve início em 1965, ano de sua independência. Mantemos um baixo fluxo comercial, da ordem de USD 79 milhões, fruto sobretudo de nossas exportações de açúcar, arroz e carnes. Trata-se de um País com escassez de recursos, que, apesar dos esforços de restruturação econômica, deriva suas divisas do amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2020

(nº 359/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da Mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Avulso refeito em 15/09/2020 (Por republicação)

Página da matéria

MENSAGEM Nº 359

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Os méritos do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

OFÍCIO Nº 350 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

MENSAGEM Nº 438

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a retificação da Mensagem n° 359, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020, Seção 1, página 2. Onde se lê "Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia", leia-se: "Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia".

Brasília, 7 de agosto de 2020.

EM nº 00078/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Senegal e, cumulativamente, junto à República da Gâmbia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003038/2020-86

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 452/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 16 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República retifica o texto da Mensagem nº 359, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020, para submeter à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 10/08/2020, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2049576** e o código CRC **2D13EE3C** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003038/2020-86 SEI nº 2049576

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO*
CPF: 723.080.288-15
ID.: 5947558 SSP/SP

1955	Filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, nasce em 16 de abril em Santos/SP
Dados Acadêmicos:	
1977	Economia pela Universidade de Campinas/SP
1982	CPCD – IRBr
2010	CAE – IRBr: "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência"
Cargos:	
1983	Terceiro-secretário
1987	Segundo-secretário
1994	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, do Quadro Especial
2011	Ministro de segunda classe, do Quadro Especial
Funções:	
1984	Divisão do Pessoal, assistente
1984-85	Departamento Econômico, assistente
1985-90	Embaixada em Budapeste, terceiro e segundo-secretário
1990-91	Divisão da América Meridional I, assistente
1991-92	Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, chefe de gabinete
1993-97	Embaixada em Madri, segundo e primeiro-secretário
1997-01	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, primeiro-secretário
2001-03	Instituto Rio Branco, assistente do diretor
2003-06	Ministério da Integração Nacional, assessor especial
2006-08	Embaixada em Montevidéu, conselheiro
2008-11	Embaixada em Paris, conselheiro
2012-2016	Embaixada em Libreville, embaixador
2016	Embaixada em Abidjã, embaixador
Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:	
1984	Professor assistente de Economia - IRBr
Publicações	
2010	CAE - IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

SENEGAL



Maio de 2020

ÍNDICE

ÍNDICE 2
RELAÇÕES BILATERAIS 4
RELAÇÕES POLÍTICAS 4
Cooperação Técnica 4
Cooperação em Defesa 6
Cooperação Educacional 7
Promoção Cultural 7
Cooperação Jurídica 7
Acordo de previdência social 7
Cooperação Científica e Tecnológica 8
Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas 8
Candidaturas 8
RELAÇÕES ECONÔMICAS 8
Comércio bilateral 8
Investimentos brasileiros 9
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) 9
Journée Bréslienne de Networking 9
Programa Mais Alimentos Internacional 9
Comércio de produtos de defesa 9
ASSUNTOS CONSULARES 10
Comunidade brasileira no Senegal 10
Diáspora senegalesa 10
Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19 10
POLÍTICA INTERNA 11
Panorama 11
Histórico 11
Indicadores sociais e demográficos 12
Divisão administrativa 12
Instituições 12
Partidos políticos 13
Eleições legislativas e locais 13
Eleições presidenciais de 2019 13
Segundo mandato do Presidente Macky Sall 14
Segurança 14

Casamansa....14
POLÍTICA EXTERNA 15
França....15
Estados Unidos....15
China....16
Canadá....16
Contexto regional....17
Paz e segurança na África....17
NEPAD 18
ECONOMIA.... 19
Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19....19
Plano Senegal Emergente 19
Integração regional 20
Setores da economia....20
Energia....20
Mineração 21
PERFIS BIOGRÁFICOS 22
MAPA.... 23
DADOS BÁSICOS 24

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Aberta em 1961, ano seguinte à independência senegalesa, a Embaixada do Brasil em Dacar é a primeira do país na África subsaariana. Em 1963, o governo do Senegal abriu sua embaixada no Brasil. Após certo distanciamento na década de 1990, as relações bilaterais voltaram a se revigorar na primeira década deste século.

Têm sido frequentes os encontros bilaterais. O atual presidente senegalês, Macky Sall, reuniu-se com a então Presidente da República em junho de 2012, à margem da Rio+20, e em fevereiro de 2013, à margem da Cúpula ASA, realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Ademais, enviou carta em novembro de 2016, quando da tragédia envolvendo os atletas do Chapecoense.

Em março de 2018, o Presidente Sall cancelou sua participação no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, para acompanhar investigação sobre acidente aéreo militar que mobilizou o Senegal. Contudo, fez-se representar pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, que se reuniu com o então Presidente da República à margem do evento. O próximo Fórum Mundial da Água será realizado no Senegal, em 2021.

Por sua vez, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Dacar em agosto de 2012 e foi recebido pelo Primeiro-Ministro Abdoul Mbaye e pelo secretário-geral dos Negócios Estrangeiros, Papa Omar Ndiaye. Em março de 2013, realizou-se a VIII Sessão da Comissão Mista Bilateral, em Brasília. A delegação senegalesa foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mankeur Ndiaye.

Ndiaye retornaria ao Brasil em janeiro de 2015, para a cerimônia de posse presidencial. Em setembro daquele ano, o então chanceler brasileiro visitou o Senegal e manteve encontros com o Presidente Macky Sall, o Primeiro-Ministro Mahammed Dionne e o Ministro Ndiaye, e presidiu a abertura do I Fórum Empresarial Brasil-Senegal.

O Ministro Ernesto Araújo realizou visita oficial ao Senegal em 9 de dezembro de 2019, quando se reuniu com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Foram tratados assuntos relativos ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa, entre outros.

Cooperação Técnica. O Programa de Cooperação Brasil-Senegal tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 21 de novembro de 1972. Inclui, atualmente, os seguintes projetos:

a) Projeto PAIS-Naatangué (bilateral). A principal iniciativa de cooperação técnica bilateral atualmente em curso é o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), mais conhecido no Senegal como Fazendas Naatangué. Na primeira fase, de 2011 a 2015, foram implementadas 11 unidades agroecológicas. O êxito da iniciativa resultou em grande número de demandas de produtores senegaleses junto à *Agence Nationale d'Insertion et de Développement Agricole* (ANIDA), tornando o projeto uma política do governo senegalês.

Diante do interesse do Senegal em dar seguimento à iniciativa, a Agência Brasileira da Cooperação (ABC) organizou missão de prospecção ao país em agosto de

2017 e, em julho de 2018, assinou-se o Ajuste Complementar para a segunda fase do projeto (Fortalecimento de Práticas Agroecológicas para o Estabelecimento de Sistema Participativo de Certificação no Programa de Fazendas "Naatangué" no Senegal). Entre as metas a serem atingidas na nova etapa estão a instalação de 20 novas unidades agroecológicas e organização de um sistema participativo de garantia. As instituições brasileiras executoras são a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) e a PAIS Consultoria. Ressalta-se que há compartilhamento de recursos financeiros na iniciativa: a ANIDA é responsável pela instalação da infraestrutura das unidades agroecológicas, ou seja, cerca de um terço do recurso financeiro do projeto, que está em execução.

b) Projeto Cotton Senegal (bilateral). Em fevereiro de 2019, realizou-se missão de prospecção ao Senegal para elaborar proposta de projeto de cooperação para o aumento da produtividade do cultivo de algodão no país. Como resultado, a ABC, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (AMIPA) consolidaram o projeto Cotton Senegal, assinado em 27/8/2019, em cerimônia à margem do 12° Congresso Brasileiro do Algodão, em Goiânia.

c) Projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados (trilateral). No âmbito da cooperação trilateral sul-sul estabelecida entre o Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), está em execução, desde 2017, o projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África, cujo objetivo é transformar os institutos nacionais de estatística do Senegal (*Agence Nationale Statistique et de la Démographie du Sénégal* – ANSD) e de Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística – INECV) em referências regionais no uso de tecnologias de coleta eletrônica de dados a partir da troca de experiências com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao fim do projeto, almeja-se que a ANSD e o INECV estejam preparados para compartilhar conhecimento com outros institutos de estatísticas da região. Assim, a iniciativa poderá contribuir para o desenvolvimento dos próximos censos demográficos no continente africano e para a construção de uma base de informações estatísticas de maior qualidade que fundamentem a elaboração de políticas públicas e complementem o monitoramento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e das metas previstas na Agenda 2063 da União Africana, "A África que Queremos".

d) Programa de Alimentação Escolar (trilateral). O "Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar", iniciado em outubro de 2010, visa a reforçar a capacidade e os conhecimentos em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, bem como apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em víveres de produção nacional. A iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como instituição brasileira cooperante e envolve 23 países, dentre os quais o Senegal. No âmbito do programa, realizaram-se missões de autoridades senegalesas ao Brasil para conhecer práticas relativas à alimentação escolar, além de missão de professoras e merendeiras da Rede Municipal de Ensino de São Paulo a Dacar. Recorde-se que, no nível continental, o programa levou à resolução da União Africana, na 26ª Cúpula dos Chefes de Estado, em 2016, sobre a promoção da alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares. Essa resolução está contemplada na Estratégia

Continental de Educação para a África 2016-2025.

Entre as iniciativas de cooperação já executadas, cabe registrar, ainda, os projetos "Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal", "Apoio ao Programa de luta contra a Anemia Falciforme no Senegal" (que deu apoio à implementação de sistema de triagem neonatal para anemia falciforme no país) e "Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal" (que envolveu a cessão de variedades de arroz desenvolvidas pela Embrapa). O Brasil também emprestou mais de 20 mil PDAs (computadores de mão) ao governo do Senegal em apoio ao censo nacional de 2013 e, entre 2011 e 2015, contribuiu com USD 1,5 milhão para a execução do programa PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) no Senegal, com o apoio do PMA e da FAO (o objetivo básico era auxiliar agricultores na produção e comercialização de alimentos para complementar e diversificar a dieta em programas de alimentação escolar). O grande êxito do Programa na cidade de Kedougou, onde hoje são atendidas 24 mil crianças em 180 escolas, persuadiu o governo senegalês a consolidar o projeto, estendendo-o a outras cinco regiões do país (Saint Louis, Matam, Kolda, Sédhiou e Ziguinchor).

Cooperação em Defesa. A cooperação em defesa entre Brasil e Senegal tem grande potencial de crescimento. O estreitamento dos laços nessa área resultou na negociação de um **Acordo de Cooperação em Defesa**, assinado em agosto de 2010 mas não ratificado, porque o texto, anterior à Lei de Acesso à Informação do Brasil, precisaria ser adequado ao novo marco legal brasileiro. As negociações de emenda nesse sentido foram iniciadas a partir de proposta brasileira de modificação em artigo específico.

A colaboração entre os dois países levou também à criação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica brasileira no Senegal (cumulativa com Benim e Togo), em outubro de 2013. Há potencial, ainda, para novas vertentes de entendimento, principalmente em treinamento militar e cooperação entre as marinhas.

Há interesse senegalês em **cursos de formação e aperfeiçoamento**, e o Brasil tem oferecido vagas em suas academias militares, bem como em cursos de curta duração. Segundo o Ministério da Defesa, sete militares senegaleses participaram, em 2019, de cursos de formação no Brasil. O MD também envia um oficial e um sargento para ministrarem aulas nas escolas militares senegalesas (o Brasil é o único país, além da França, que mantém instrutores nessas escolas). Ademais, dois oficiais militares brasileiros trabalham no Estado-Maior Conjunto senegalês para prestar apoio técnico à reforma do setor de engenharia militar das Forças Armadas senegalesas.

No âmbito da **cooperação naval**, o navio-patrulha oceânico Araguari visitou o porto de Dacar, em janeiro de 2017, para efetuar exercícios com a Marinha Nacional do Senegal; e o navio-patrulha oceânico APA (P121) realizou, em abril do mesmo ano, visita operativa a Dacar, onde ficou atracado na base naval da Marinha senegalesa.

Há espaço também para fortalecer a **cooperação em treinamento para operações de manutenção da paz**. O Senegal ocupa o 12º lugar entre os países contribuintes de tropas para missões da ONU, com mais de 2.000 capacetes azuis distribuídos em missões em Mali (MINUSMA), República Centro-Africana (MINUSCA), República Democrática do Congo (MONUSCO), Sudão (UNAMID) e Sudão do Sul (UNMISS). O país também contribui com tropas para operações da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Por sua vez, o Brasil tem buscado incrementar sua contribuição às operações de manutenção da paz, com envio de missões de treinamento e recepção de militares estrangeiros, incluindo africanos, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

(Mais informação sobre o relacionamento bilateral na área de produtos de defesa encontra-se na seção "Relações Econômicas").

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Senegal está amparada pelo Acordo Cultural firmado entre os dois países em 1964 e em vigor desde 1967.

De 2000 a 2019, foram selecionados 64 estudantes senegaleses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e 10 para o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). As áreas apontadas pelo governo senegalês como prioritárias para a concessão de vagas foram Medicina e Ciências da Saúde; Engenharia; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias e Ciências do Meio-Ambiente. Os PECs oferecem a estudantes de países em desenvolvimento a oportunidade de realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, não havendo cotas de vagas por país. Os candidatos à graduação devem custear suas despesas no Brasil (somente pequeno número de participantes é contemplado com bolsas). Os de pós-graduação recebem bolsa mensal CAPES ou CNPq no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros. Para candidatos de países onde não há aplicação do exame CELPE-BRAS, de proficiência em português, como é o caso do Senegal, é permitida a realização do teste no Brasil, ao fim da conclusão do curso de Português para Estrangeiros (cerca de sete meses de duração).

O Instituto Rio Branco, por sua vez, recebeu, no âmbito de seu programa de bolsistas estrangeiros, existente desde 1976, um aluno do Senegal, em 1995.

Promoção Cultural. Desde a assinatura do Acordo-Quadro Cultural entre Brasil e Senegal (1964), as relações culturais entre os países vêm-se adensando. Em 1972, foi firmado o Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural. Em 1973, 1984 e 2005, foram celebrados Programas Executivos Culturais (PECs). O de 2005 balizou as ações das partes em busca da ampliação do conhecimento mútuo e do incremento dos laços culturais até 2008.

O Senegal apresenta rico panorama cultural. Um dos destaques em seu calendário de atividades é a Bienal de Arte Africana Contemporânea de Dacar (*Dak'Art*), tradicional exposição no país, que costuma contar com participação de artistas brasileiros. Em 2016, com o apoio do Departamento Cultural/MRE, cinco artistas brasileiros apresentaram suas obras na exposição. Em maio de 2018, também com apoio do Departamento Cultural/MRE e da Embaixada em Dacar, a artista brasileira Rose Mara da Silva participou da 13ª edição do evento, com o vídeo "*Une nouvelle humanité*", sobre a dança contemporânea afro-brasileira.

Cooperação Jurídica. O governo senegalês apresentou modelo de convenção relativo à **transferência de pessoas condenadas**, que foi encaminhado pela DCJI/MRE ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em outubro de 2019.

Atualmente, não há acordos bilaterais de cooperação jurídica em vigor entre Brasil e Senegal, o que não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam partes.

Acordo de Previdência Social. Em fins de 2017, a Embaixadora do Senegal em Brasília expressou o interesse de seu governo em celebrar acordo bilateral de seguridade social. Em 2018, a Coordenadoria-Geral de Cooperação e Acordos Internacionais da Secretaria de Previdência do antigo Ministério da Fazenda demonstrou disposição para

iniciar negociação de Acordo de Previdência Social entre o Brasil e o Senegal. Propôs, ademais, versão zero do texto. No mesmo ano, a parte senegalesa apresentou contraproposta e, em fins de 2019, houve reunião de negociação presencial em Brasília.

Cooperação Científica e Tecnológica. Em junho de 2017, o Senado Federal aprovou o texto do Acordo entre Brasil e Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010. O documento, no entanto, ainda não foi ratificado pela parte senegalesa.

Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas. A Comissão Mista bilateral foi criada em 1964 no âmbito do Acordo Cultural entre Brasil e Senegal, e convocada pela primeira vez em 1972. Desde então, reuniu-se oito vezes. Em 2002, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Políticas, em nível a definir em comum acordo entre as partes.

Candidaturas. O Senegal tem apoiado com regularidade as candidaturas brasileiras em organismos multilaterais. Recentemente, o país votou a favor da reeleição do Brasil no **Conselho de Direitos Humanos** (CDH) da ONU (mandato 2020-2022), nas eleições de outubro de 2019. Houve apoio brasileiro à exitosa candidatura de Hameth Saloum Dikhate ao **Subcomitê de Prevenção à Tortura** (mandato 2019-2022). O Brasil também votou favoravelmente à candidatura do senegalês Cheikh Ahmed Tidiane Coulibaly ao **Comitê contra Desaparecimentos Forçados** (CED), mandato 2019-2023, nas eleições de junho de 2019 (pleito não competitivo; não houve apoios recíprocos). Brasil e Senegal também se apoiaram mutuamente no **Conselho Executivo da UNESCO** (ambas candidaturas para mandato no período 2019-2023) em eleição realizada em novembro de 2019.

Em 2018, o Senegal também apoiou a candidatura do senhor Renato Zerbini Ribeiro Leão ao **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC)** da ONU. Em 2017, votou a favor da reeleição do conselheiro Fernando de Oliveira Sena como membro do **Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ)**, da reeleição do professor Antônio Augusto Cançado Trindade como juiz da **Corte Internacional de Justiça (CIJ)** e da candidatura do embaixador Silvio José Albuquerque e Silva ao **Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD)**. O Brasil apoiou a candidatura do Senegal ao **Conselho de Direitos Humanos** no período 2018-2020.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. O Brasil é o principal parceiro comercial do Senegal na América do Sul. Em 2018, ocupou a 15ª posição entre os principais países de origem das importações senegalesas e foi o 46º destino das exportações do país africano. No contexto africano, o Senegal é o 14º maior parceiro comercial do Brasil.

Historicamente, verifica-se superávit brasileiro nas relações comerciais, cujo fluxo tem sido majoritariamente composto por exportações brasileiras. Em 2019, o Brasil exportou o equivalente a USD 135 milhões para o Senegal e importou USD 4,7 milhões em produtos daquele país.

Os principais itens da pauta de exportação brasileira foram arroz (35%), ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). Vale destacar que o

Senegal é o terceiro maior comprador do arroz brasileiro no mundo e a principal porta de entrada do produto no continente africano.

As importações de produtos senegaleses pelo Brasil em 2019 concentraram-se em insumos industriais: ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

Investimentos brasileiros. De acordo com o Banco Central, não há registro de fluxo ou de estoque de investimentos brasileiros no Senegal, tampouco de investimentos senegaleses no Brasil. De todo modo, representantes do governo senegalês vêm manifestando interesse na atração de investimentos brasileiros, sobretudo no âmbito do "Plano Senegal Emergente", estratégia de desenvolvimento adotada em 2012 e que, a princípio, visa a conferir ao Senegal a condição de "país emergente" até 2035. Autoridades senegalesas destacam oportunidades em infraestrutura, moradias populares, energia e eletrificação rural, agroindústria, exploração mineral e turismo.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Em visita a Dacar, em setembro de 2015, o então chanceler brasileiro sugeriu à contraparte senegalesa que fosse iniciada negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O Brasil apresentou proposta de texto em dezembro de daquele ano.

Em maio de 2016, o lado senegalês designou ponto focal do Ministério da Promoção de Investimentos, das Parcerias e dos Tele-Serviços para a negociação do acordo. Em seguida, o governo senegalês iniciou processo de análise de seu próprio marco regulatório para investimentos, especialmente em razão das perspectivas de investimentos estrangeiros no setor de petróleo e gás.

Journée Brésilienne de Networking. Em 6 de novembro de 2019, realizou-se a 2ª edição da *Journée Bréslienne de Networking*, iniciativa do Setor Comercial da Embaixada do Brasil em Dacar que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras, senegalesas e de outros países da região. Nesta edição, estiveram presentes 250 participantes, entre os quais empresários de Cabo Verde, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Conacri e Marrocos, além dos senegaleses. O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. A Embaixada contou com o apoio da "Afrochamber" e da EMBRATUR.

Programa Mais Alimentos Internacional. O Senegal beneficiou-se do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), de desenvolvimento da segurança alimentar dos países beneficiados por meio de exportações de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e projetos de cooperação técnica.

O primeiro Memorando de Entendimento com Senegal sobre o tema foi assinado em 29/08/2013. No âmbito do PMAI, o Senegal obteve financiamento cuja primeira tranche, no valor de USD 28,333, teve seu desembolso aprovado em 2014. Em 2018, foi aprovada a segunda tranche do PMAI para o Senegal, no mesmo valor, com execução durante o ano de 2019.

Comércio de produtos de defesa. Na área de produtos de defesa, o comércio entre Brasil e Senegal ainda é incipiente, mas tem grande potencial e já apresenta alguns resultados concretos nas áreas de armas leves e não-letais.

ASSUNTOS CONSULARES

Comunidade brasileira no Senegal. A comunidade brasileira, atualmente estimada em cerca de 200 pessoas, é atendida pela Embaixada em Dacar. A maior parte dos nacionais que vivem no Senegal são missionários cristãos. Há também nacionais brasileiros, muitas vezes com dupla ou tripla nacionalidade, entre os integrantes da comunidade libanesa no Senegal. Não há registro de brasileiros presos no país. Existe acordo sobre isenção de vistos para passaporte diplomático e passaporte oficial, em vigor desde 2005. Passaportes comuns estão isentos de visto para permanência de até 30 dias.

Diáspora senegalesa. Ao decretar seis novas jurisdições eleitorais no exterior, em 2018, o governo senegalês indicou o Brasil como uma delas, juntamente com Argentina, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Japão e China. A diáspora senegalesa no Brasil é significativa. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal indicam que, em 2018, 1794 senegaleses entraram com pedido de cadastro para a emissão de Registro de Nacional Migratório (RNM) como residentes. A maioria desses imigrantes são homens (97,5%) com residência nos estados do Rio Grande do Sul (55,9%), São Paulo (19,6%) e Paraná (8,3%). Desde 2017, senegaleses são os que mais receberam autorizações de residência pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19. Em 3 de abril de 2020, embarcaram em aeronave procedente de Frankfurt, com destino a Guarulhos, 23 missionários brasileiros que se encontravam retidos em Dacar devido ao cancelamento de voos e ao fechamento das fronteiras do Senegal, resultantes da emergência sanitária internacional da COVID-19. Por gestões do Itamaraty e da ANAC, o voo foi desviado especialmente para recolhê-los na capital senegalesa e, em Dacar, permitiu somente o embarque de 23 passageiros, cujos assentos foram bloqueados na partida de Frankfurt. Antes, em 25 de março, outros 15 missionários conseguiram embarcar, com apoio da Embaixada em Dacar, em voo especial de repatriação de nacionais espanhóis, com destino a Madri, de onde seguiram viagem para o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, em 1960, o Senegal tem sido caso exemplar de democracia representativa na África, com eleições regulares, alternância política e inexistência de golpes de Estado. O país é conhecido por sua cultura de tolerância e, ao contrário do que ocorre com alguns outros Estados da região, não há registro de movimentos religiosos radicais atuando em seu território. A maioria muçulmana sunita (94% da população) convive pacificamente com as minorias xiita, cristã e animista, assim como os cinco principais grupos étnicos (uólofe, fula, serer, mandinga e diola) coexistem lado a lado, sendo comuns os casamentos inter-religiosos e interétnicos.

Eleito em 2012, o Presidente Macky Sall reelegeu-se em 2019, já no primeiro turno, para um mandato de cinco anos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais.

Histórico. O território que hoje corresponde ao Senegal abrigou diferentes reinos – como o uólofe e reinos mandingas – e foi parte de grandes impérios africanos, incluindo os de Gana, do Mali e Songai. Comerciantes árabes introduziram o Islamismo na região no século XI. Os franceses chegariam àquela área no século XVII, e a transformariam em colônia em 1854.

Em setembro de 1958, o Senegal tornou-se uma República Autônoma no âmbito da Comunidade Francesa (proposta pelo General De Gaulle no marco da V República). Em 4 de abril do ano seguinte, sob o patrocínio da França, o país uniu-se ao Sudão Francês (atual Mali) para formar a Federação do Mali, que se tornaria independente em junho de 1960. Em agosto do mesmo ano, o Senegal romperia o vínculo com a Federação, declarando-se independente e elegendo como presidente o escritor e poeta Léopold Sédar Senghor.

Nos 20 anos do governo de Senghor, que se reelegeu diversas vezes com o Partido Socialista Senegalês (PS, única agremiação política legal no país até 1974), o Senegal adotou política econômica de orientação socialista moderada. Em dezembro de 1980, Senghor anunciaria sua aposentadoria e, em conformidade com a Constituição, indicou como sucessor o então primeiro-ministro Abdou Diouf (no cargo desde 1970).

Diouf deu seguimento ao processo de consolidação do pluralismo político e da abertura democrática, além de reduzir a intervenção estatal na economia. Vitorioso nas eleições de 1983, aumentaria seus poderes ao abolir o cargo de primeiro-ministro. Foi reeleito em 1988 e 1993.

Nas eleições presidenciais de 2000, Abdoulaye Wade, do Partido Democrático Senegalês (PDS) derrotou Diouf e deu início a reformas econômicas de cunho liberal, bem como maior aproximação com a China e os países árabes, a fim de contrabalançar as estreitas relações econômico-financeiras com a França. Nova Constituição foi aprovada em 2001. Nas eleições presidenciais de 2007, Wade foi reeleito com 55,9% dos votos.

Nas eleições presidenciais de 2012, Wade foi derrotado por **Macky Sall**, da Aliança pela República (APR), que obteve 67% dos votos válidos no segundo turno e foi eleito para mandato de sete anos. Em julho do mesmo ano, no pleito parlamentar, a coalizão de Macky Sall assegurou ampla maioria na Assembleia Nacional.

Em 2014, após o resultado negativo da coalizão governista nas eleições locais realizadas em junho, Sall realizou ampla reforma ministerial. A primeira-ministra Aminata (“Mimi”) Touré, cuja administração se caracterizara pela ênfase nas políticas

sociais, foi substituída por **Mahammed Dionne**, que se concentrou na execução do Plano Senegal Emergente, estratégia de desenvolvimento, adotada em 2012, que visa a conferir ao Senegal a condição de "país emergente" até 2035.

Em fevereiro de 2019, foram realizadas novas eleições presidenciais, nas quais Macky Sall reelegeu-se já no primeiro turno, com 58% dos votos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais. O segundo mandato terá duração de cinco anos em vez de sete, em razão da reforma constitucional referendada em 2016.

Indicadores sociais e demográficos. Apesar do histórico de estabilidade política e adoção de políticas públicas voltadas ao combate à fome e à miséria, o Senegal ainda conta com altos índices de pobreza. Em 2017, 63,2% dos senegaleses viviam com menos de USD 3,10 por dia, e 38% viviam em extrema pobreza (menos de USD 1,90 por dia). Em 2019, a ONU (PNUD) classificou o país na 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice de analfabetismo é elevado: 48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler (entre as mulheres, o percentual é de 60,2%). A expectativa de vida é de 67,5 anos. Mais da metade da população (54%) de 15,9 milhões de habitantes tem entre 15 e 64 anos, e a maioria (53,3%) ainda vive no campo. Em 2018, apenas 25,7% da população tinham acesso à internet.

Do ponto de vista étnico, os principais grupos são os uólofes (41,6% da população), os fulas ou fulanis (28,1%), os sererês (15,3%), os mandingas (5,4%) e os diola (3,4%). Do ponto de vista religioso, a maioria da população senegalesa é muçulmana sunita (94%), havendo minorias xiita, cristã e animista. Além do francês, língua oficial, são falados no país pelo menos outros seis idiomas: uólofe, fulani, sererê, diola, malinqué e soninquê.

Divisão administrativa. O Senegal é um Estado unitário, composto por 14 regiões administrativas: Dacar (menor região administrativa e a mais populosa, abriga a capital), Diourbel, Fatick, Kaffrine, Kaolack, Kédougou, Kolda, Louga, Matam, Saint-Louis, Sédhiou, Thiès, Tambacounda e Ziguinchor. Essas regiões subdividem-se em 45 departamentos, que compreendem 133 *arrondissements*.



Instituições. Reforma constitucional eliminou o cargo de Primeiro-Ministro em maio de 2019. Atualmente, o Gabinete de Ministros compreende 32 pastas. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal direto, por maioria absoluta dos votos, em dois turnos se necessário, e pode reeleger-se uma única vez. A redução do mandato presidencial, de sete para cinco anos, resultou de proposta de reforma de iniciativa do próprio Presidente. Em caso de demissão, impedimento ou morte, o substituto é o Presidente da Assembleia Nacional.

O legislativo (*Assemblée Nationale*) é unicameral, com 165 deputados, eleitos por voto universal para mandatos de cinco anos. Desses, 105 são eleitos em sistema de maioria simples (inclusive 15 representantes da diáspora senegalesa), e os 60 restantes são eleitos a partir de uma lista nacional, em sistema de voto proporcional.

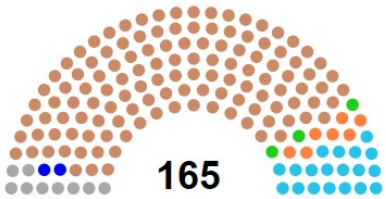
O Judiciário é independente. As mais altas instâncias são a Corte Suprema (organizada em câmaras criminal, administrativa, social, comercial e civil) e o Conselho Constitucional (que conta com sete membros, sendo cinco indicados pelo presidente e dois pela Assembleia Nacional). O Judiciário compreende, ainda, a Alta Corte de Justiça (para crimes de alta traição), Tribunais de Apelação, Tribunal de Contas, Tribunais de Segunda Instância, tribunais regionais e distritais e Tribunal do Trabalho.

Em abril de 2018, o governo Macky Sall conseguiu aprovar projeto de reforma da legislação eleitoral (válida para o pleito presidencial ocorrido em 2019) que determinava a *parrainage* ("patrocínio" ou "apadrinhamento") para a homologação de candidaturas. Assim, para serem consideradas válidas, candidaturas presidenciais precisam ser endossadas por no mínimo 0,8% do eleitorado (cerca de 52 mil eleitores), de pelo menos sete das 14 regiões do país (para postulantes parlamentares, exige-se endosso de 0,5% do registro, correspondente a 32,5 mil votantes). O governo afirmou que seu objetivo era pôr fim à discriminação praticada contra candidaturas independentes (únicas para as quais esses requisitos se aplicavam) e evitar multiplicidade de candidaturas irrelevantes.

Partidos políticos. A coalizão governista *Benno Bokk Yakaar* (BBY) reúne em suas fileiras três dos maiores e mais representativos partidos políticos do país, com presença nacional: a *Alliance pour la République* (APR), agremiação de centro criada pelo presidente Macky Sall em 2008, após sua saída do *Parti Démocratique Sénégalais* (PDS), vinculado ao ex-presidente Wade e que atualmente é o principal partido de oposição; a *Alliance des Forces de Progrès* (AFP), agremiação de centro-esquerda do veterano Moustapha Niasse, atual presidente da Assembleia Nacional; e o *Parti Socialiste* (PS), que governou o país de 1960 até a derrota nas eleições presidenciais em 2000 (e que se vincula à figura de Léopold Senghor).

Eleições legislativas e locais. Nas últimas eleições legislativas, realizadas em julho de 2017, a coligação governista (BBY) conquistou 125 dos 165 assentos da Assembleia Nacional (veja-se o gráfico). O presidente da Assembleia, segundo na hierarquia de poder senegalesa, é Moustapha Niasse. As próximas eleições legislativas estão previstas para 2022.

As eleições locais, nas quais são escolhidos os conselheiros departamentais e municipais eleitos, realizaram-se pela última vez em 2014. Novas eleições estavam previstas para junho de 2019, mas foram postergadas duas vezes desde então.





Eleições presidenciais de 2019. As últimas eleições presidenciais foram realizadas em fevereiro de 2019. As próximas estão previstas para fevereiro de 2024. No pleito de 2019, em que concorreram cinco candidatos, o Presidente Macky Sall reelegeu-se no primeiro turno, com 58% dos votos (taxa de comparecimento de 66,23%). As eleições realizaram-se de forma pacífica. Houve missões de observação da UE e da CEDEAO, esta última chefiada pelo ex-presidente Boni Yayi, do Benim.

O primeiro discurso do presidente reeleito teve tom conciliador. Macky Sall convidou para participar do "diálogo republicano" todas as "forças vivas" da nação, inclusive seus predecessores.

Segundo mandato do Presidente Macky Sall. Após tomar posse, em abril de 2019, o Presidente reconduziu Mahammed Dionne ao cargo de Primeiro-Ministro. Este indicou a nova equipe de ministros, cuja composição buscou promover renovação do quadro (cerca de 50%), aumento da presença feminina (25% do gabinete, contra 20% no anterior) e maior representatividade regional (todas as 14 regiões do país foram agraciadas). O jovem economista Amadou Ba, anteriormente Ministro das Finanças, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta até então ocupada por Sidiki Kaba, remanejado para as Forças Armadas. Houve redução de 39 para 32 ministérios.

Dionne também foi incumbido de articular reforma constitucional visando a abolir o cargo de Primeiro-Ministro. A mudança foi aprovada pela Assembleia Nacional em maio de 2019. Mahammed Dionne manteve o cargo de Secretário-Geral da Presidência, que acumulava desde o início do novo mandato de Macky Sall.

Segurança. Desde a independência, o Senegal tem-se mantido ao largo dos maiores problemas políticos internos que ocorrem em países vizinhos. Não há na história do país registro de revoltas armadas ou levantes militares. A criminalidade é baixa.

Não há registro de atentado terrorista no Senegal. Com o apoio dos parceiros europeus e norte-americanos, o Senegal investiu pesadamente no equipamento e treinamento de suas forças de segurança.

Casamansa. O principal desafio de ordem interna é o movimento separatista da região de Casamansa, área situada ao sul da Gâmbia e ao norte da Guiné-Bissau e que possui grande potencial turístico, agrícola e mineral (zircônio). Fundado em 1982, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) é o principal grupo que atua pela independência da área, dispondo de uma ala armada.

Em 2004, o presidente Wade assinou acordo com os rebeldes. Setores do MFDC, entretanto, não reconheceram as negociações e continuaram a realizar atos de violência. A partir da posse de Macky Sall, em 2012, teve início novo processo de negociação, com apoio da Comunidade de Sant'Egídio, ligada ao Vaticano, com vistas a uma paz definitiva. O presidente senegalês lançou, em 2014, o projeto "Polo de Desenvolvimento da Casamansa", que prevê investimentos em transportes, agricultura e saúde, entre outros, invertendo o discurso (prevalecente até então) de que seria preciso primeiro pacificar aquela área para depois desenvolvê-la.

Mais recentemente, com a construção da ponte sobre o Rio Gâmbia, que facilita o contato entre Dacar e a região sul do Senegal, o separatismo arrefeceu.

POLÍTICA EXTERNA

O Senegal goza de boa reputação internacional e mantém 48 representações diplomáticas no exterior. A embaixada em Brasília é a única do país na América Latina. O país tem participação ativa em fóruns regionais, como a União Africana (UA) e a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e internacionais, como a ONU. Dacar é sede do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel e de diversos escritórios regionais e sub-regionais de organizações internacionais e ONGs. As medidas que o presidente Macky Sall tem tomado em prol da boa governança (auditorias internas, combate à corrupção) são bem vistas pela comunidade internacional e facilitam o diálogo com países doadores e organizações internacionais.

Sem descuidar de seus aliados tradicionais, como França e Estados Unidos, o Senegal tem buscado diversificar suas parcerias, ampliando os laços de cooperação com países como China, Brasil, Índia, Turquia, Marrocos, Israel, Arábia Saudita e Canadá.

França. Desde a independência, a política externa senegalesa tem conferido peso especial à ex-metrópole. A França é importante parceiro comercial e detém o maior estoque de investimento estrangeiro no Senegal, sendo responsável pela geração de 15 mil empregos diretos no país. Logo após chegar ao poder, em 2012, o presidente Macky Sall realizou visita a Paris, onde obteve empréstimo de 130 milhões de euros e assinou acordo de defesa. Em junho de 2017, o ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Dacar, onde se reuniu com o então chanceler senegalês Mankeur Ndiaye. Em fevereiro de 2018, Emmanuel Macron visitou o país para promover dois dos eixos prioritários de seu governo para o continente africano: educação e mitigação das mudanças climáticas. Macron assinou com Macky Sall acordos de venda de dois Airbus A330neo à Air Senegal e de criação de campus universitário franco-senegalês. Os dois mandatários abriram e presidiram o segmento de alto nível da 3ª Conferência da Parceria Mundial para a Educação (PME), com a presença de sete outros chefes de estado africanos (Chade, Níger, República Centro-Africana, Gana, Burkina Faso, Togo e Mali). O Presidente francês anunciou que a França aumentaria para USD 250 milhões (contra USD 21 milhões no período 2014-2017) sua contribuição ao PME, tornando-se o quarto maior doador europeu do programa.

Estados Unidos. Outro importante parceiro tradicional do Senegal são os Estados Unidos. Os dois países assinaram, em maio de 2016, acordo de defesa que abre a possibilidade do estabelecimento de "presença permanente" de militares norte-americanos em áreas do território senegalês. Em coletiva à imprensa após a assinatura do documento, o então chanceler Mankeur Ndiaye e o embaixador norte-americano no país ressaltaram "os interesses de segurança compartilhados pelos dois países, atendidos por uma cooperação estreita, na forma de exercícios militares conjuntos e da formação regular de indivíduos". O novo acordo aumentaria o escopo dessa colaboração, com dispositivos para facilitar repostas imediatas a situações de crise, como a eclosão de surtos de doenças, catástrofes naturais ou ainda a contenção de atentados terroristas.

Em 16 de fevereiro de 2020, o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, visitou Dacar, cumprindo agenda que incluiu audiência com o Presidente Macky Sall, encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Amadou Ba e participação em encontro de negócios. Durante os encontros, houve ênfase nos aspectos

econômico-comerciais do relacionamento bilateral e de segurança. Foram firmados cinco memorandos de entendimento para financiamento e desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, energia e infraestrutura, entre agências do governo senegalês e os grupos Bechtel Corporation (construção de autoestrada de 170km entre Dacar e Saint-Louis), ABD Group (infraestrutura social), Weldy Lamont (eletrificação rural) e General Electric (construção de central elétrica de 300MW e fornecimento de equipamentos de diagnóstico médico).

China. A presença chinesa no Senegal intensificou-se desde o restabelecimento dos laços diplomáticos, em 2005 (o rompimento ocorrera em 1996, quando o Presidente Abdou Diouf reconheceu Taipé; seu sucessor, Abdoulaye Wade, reverteu o processo). Segundo dados do governo senegalês, o volume de investimentos chineses desde 2005 atingiria USD 2,15 bilhões, dos quais USD 1,7 bilhão aplicado durante a gestão de Macky Sall. Assim, a China é atualmente o país que mais investe no Senegal. É também seu segundo maior parceiro comercial, atrás apenas da França. Em 2018, por exemplo, o Senegal importou da China USD 896 milhões e exportou para aquele país USD 135 milhões. Entre as grandes obras realizadas pelos chineses, destacam-se o Grande Teatro Nacional, o Museu das Civilizações Negras e a Arena Nacional de Lutas, bem como a renovação de 11 estádios de futebol. A China é também responsável pela maior obra de infraestrutura atualmente em desenvolvimento, a autoestrada ligando Dacar à cidade religiosa de Touba, orçada em USD 818 milhões.

No âmbito da educação, a Universidade de Dacar (UCAD), a principal do país, mantém convênios com quatro homólogas chinesas, que oferecem 50 bolsas de estudo por ano. O Instituto Confúcio, na UCAD, oferece aulas de mandarim, somando, desde 2013, 100 mil estudantes senegaleses. A cooperação é também tradicional na área médica, com médicos chineses realizando estágios no hospital de Pikine (departamento de Dacar) desde 2007. Destaca-se também a doação de um hospital pediátrico em Diamniado, inaugurado em 2014. No plano cultural, firmou-se, em 2018, convênio para exibição pela rede pública RTS de filmes e seriados chineses dublados em francês.

Após sua reeleição à Presidência da China, em março de 2018, Xi Jinping incluiu Dacar como destino em sua primeira viagem oficial. A visita, em julho de 2018, foi também sua primeira como Presidente a um país da África Ocidental. Na ocasião, Xi Jinping participou da cerimônia de inauguração da Arena Nacional de Lutas, no distrito de Pikine, quando fez entrega simbólica das chaves do estádio ao Presidente Macky Sall. O estádio para 25 mil pessoas foi financiado pela China e construído em 28 meses, ao custo de 48,7 milhões de euros. Foram firmados acordos de cooperação nas áreas de justiça, aviação civil, infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos, todos no âmbito da iniciativa chinesa *"Belt and Road"*.

Canadá. O Primeiro-Ministro canadense Justin Trudeau realizou visita oficial ao Senegal em 12 e 13 de fevereiro de 2020. Em entrevista à imprensa após se reunirem, o Presidente Macky Sall e o Primeiro-Ministro Trudeau expressaram o desejo comum de intensificar o intercâmbio comercial bilateral. Nesse contexto, Macky Sall disse que o "ano do Canadá no Senegal" colocará em evidência novas oportunidades de negócios e investimentos entre os dois países, ampliadas à luz do advento da Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Acrescentou que a cooperação entre os dois países experimenta "fase ascendente", com novas frentes a serem exploradas nos setores de agricultura, economia verde, petróleo e gás, além da mineração, já tradicional. O Canadá ofereceu-se para capacitar quadros senegaleses na área de petróleo e gás.

Canadá e Senegal mantêm, desde 1962, estreitas relações alicerçadas na francofonia e no respeito às liberdades e ao estado de direito, e laços econômicos com perspectivas de crescimento nas áreas de mineração, agricultura, petróleo e gás, energia limpa e economia digital. Cerca de 60 empresas canadenses estão instaladas no Senegal, em setores estratégicos como o da extração aurífera. De acordo com estatísticas senegalesas, as trocas comerciais atingiram em 2018 USD 46 milhões, e os investimentos canadenses ultrapassariam em 2020 USD 757 milhões, conforme estimativas anteriores à emergência sanitária internacional da COVID-19.

A ajuda ao desenvolvimento recebida do Canadá pelo Senegal desde 1962 é estimada em USD 984 milhões, tendo alcançado, em 2017 e 2018, USD 66,5 milhões. Conforme esses números, o Canadá é o terceiro maior parceiro bilateral em ajuda ao desenvolvimento do Senegal, atrás de França e EUA, e o Senegal, por sua vez, é o maior beneficiário da ajuda canadense na África Ocidental.

Os dois países desenvolvem cooperação nas áreas militar, cultural e educacional, com pouco mais de 1,4 mil estudantes senegaleses em universidades canadenses. Canadá e Senegal firmaram em 2013 Acordo-Quadro de Responsabilidades Mútuas em Matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, definindo bases de cooperação sustentável.

Contexto regional. O contexto regional também é prioritário para a diplomacia do Senegal. A chancelaria senegalesa confere grande importância ao relacionamento com os vizinhos Gâmbia, Mauritânia, República da Guiné, Guiné-Bissau e Mali.

O país tem importantes interesses securitários e econômicos na Guiné-Bissau. O Senegal tem apoiado ativamente a atuação da CEDEAO na mediação da crise no país lusófono, tendo enviado tropas para participar da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB). Os dois países dividem área marítima que foi objeto de disputa ao longo das décadas de 1970 e 1980, em controvérsia solucionada em 1993, quando foi assinado acordo de gestão compartilhada. O acordo garante ao Senegal 85% de toda a produção de hidrocarbonetos que, eventualmente, venha a ocorrer na região.

No que diz respeito ao Mali, preocupa o Senegal a ameaça de propagação de ideias e grupos religiosos radicais oriundos do país vizinho. Nesse contexto, o governo senegalês apoiou a cooperação francesa no Mali e contribui com tropas para as operações de manutenção da paz no país, com participação na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA).

O Senegal foi ator fundamental na transição do governo Yahya Jammeh para o governo Adama Barrow nas eleições presidenciais de 2017 na Gâmbia, quando o primeiro, a princípio, recusou-se a reconhecer a vitória do segundo no pleito. Em janeiro de 2019, cerca de um mês antes das eleições presidenciais em que Macky Sall foi reeleito no Senegal, inaugurou-se a ponte Senegâmbia (construída sobre o ponto mais estreito do rio Gâmbia, entre as localidades de Farafenni e Soma, no território gambiano). Além de facilitar a locomoção e o comércio entre Senegal e Gâmbia, a nova via abreviou em cerca de 4 horas a comunicação entre Dacar e a região de Casamansa (antes, era necessário contornar a Gâmbia, passando pela cidade oriental de Tambacounda, ou fazer a travessia por barcas em estado precário, com espera de dias). A obra contou com financiamento de USD 47 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Paz e Segurança na África. O Senegal tem envidado esforços para manter posição de liderança nas discussões de temas de paz e segurança na África. Desde 2014, o país organiza, anualmente, com financiamento francês, japonês e da União Europeia, o

prestigiado Fórum Internacional sobre a Paz e a Segurança na África, ou, simplesmente, Fórum de Dacar. Além disso, o Senegal é um tradicional contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz e fornece, atualmente, o 12º maior contingente (2279 militares e policiais) à Organização das Nações Unidas. O país concentra a maioria de seus efetivos em missões na África, em particular no Mali (1.401 militares na MINUSMA), em Darfur, no Sudão (951 na UNAMID) e na República Centro-Africana (404 na MINUSCA). O general senegalês Balla Keita é o comandante militar da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) desde fevereiro de 2016.

NEPAD. O Senegal tem buscado projetar sua influência no continente africano não apenas em questões de paz e segurança, mas também em temas econômicos. Nesse sentido, vale mencionar que o presidente Macky Sall ocupou o cargo de presidente do Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) por três mandatos consecutivos, de 2013 a 2020. O Senegal é país fundador da NEPAD, que funciona como arcabouço estratégico de políticas de desenvolvimento econômico do continente africano.

ECONOMIA

A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub* comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146ª posição, em 2015, para a 140ª, em 2017, e para a 123ª, em 2019, no ranking "*Doing Business*" do Banco Mundial.

O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19. No contexto do combate à pandemia do novo coronavírus, o Presidente Macky Sall vem protagonizando a defesa do perdão da dívida externa dos países africanos. Tal agenda foi discutida em videoconferência entre chefes de estado da União Africana, no início de abril de 2020, e vem sendo denominada "L'Appel de Dakar". As linhas principais da iniciativa estão em manifesto de autoria de Macky Sall, divulgado na página eletrônica do governo senegalês (http://www.big.gouv.sn/index.php/2020/04/08/lafrique-et-le-monde-face-au-covid-19-point-de-vue-dun-africain-par-macky-sall-president-de-la-republique-du-senegal/). No artigo, além de fazer apelo à comunidade internacional em prol do perdão da dívida, o Presidente defende que, nos casos em que o perdão total não for possível, os pagamentos sejam reestruturados, ante as dificuldades impostas às frágeis economias africanas pela crise sanitária global. Nesse sentido, o Presidente senegalês saudou iniciativas e manifestações como o comunicado conjunto do Banco Mundial e do FMI divulgado no fim de março de 2020 (pelo qual as duas instituições propuseram aos credores internacionais suspender o pagamento das divídas dos países apoiados pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), para que estes possam fazer frente aos desafios da pandemia) e o pronunciamento do Presidente da França, Emmanuel Macron, em 13 de abril, urgindo auxiliar os africanos em seus esforços contra a COVID-19 mediante moratória ou perdão de suas dívidas.

Plano Senegal Emergente. A fim de estimular e desenvolver a economia do Senegal, o presidente Macky Sall lançou o "Plano Senegal Emergente", pelo qual o país se propõe a atingir a condição de "emergente" até 2035. O plano assenta-se em três eixos: transformação estrutural da economia, fortalecimento das capacidades humanas e reforma das práticas de governança. Nesse quadro, modernizar a agricultura, estimular a indústria, investir no setor de transportes e explorar o turismo são prioridades. Antes da crise sanitária da COVID-19, a expectativa era de que a economia crescesse 8% ao ano a partir de 2020.

Como parte da iniciativa, realizaram-se reformas tributárias, que incluíram suspensão ou isenção de alguns impostos para o setor agrícola. No setor de energia, várias reformas e investimentos duplicaram a capacidade instalada entre 2012 e 2018 para 1.250 MW. O plano de energia mista aumentou a produção e reduziu o preço da

eletricidade em 10%. A operacionalização das zonas econômicas e dos projetos industriais proporcionou às companhias instalações ao nível dos padrões internacionais.

Integração regional. O Senegal foi o primeiro país a adotar e implementar a Tarifa Externa Comum da União Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e um dos primeiros a assinar o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA). O país implementou reformas de incentivo portuário para tornar o porto de Dacar mais atrativo e seguro e está implementando regulamentação regional relevante com essa finalidade. Na mesma linha, construiu estradas e pontes de ligação com Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali e Mauritânia, de modo a incrementar o comércio com os membros da CEDEAO e da UEMOA.

Como membro da UEMOA, o Senegal tem política monetária administrada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), cujos principais objetivos são controle da inflação e manutenção da paridade entre o franco CFA e o euro.

Setores da economia. O setor primário, que tem como principais atividades o cultivo de amendoim, algodão e milho, bem como a pesca, responde por cerca de 16% do PIB e constitui fonte de emprego para a maioria da população economicamente ativa (54%). A agricultura do país é altamente vulnerável a variações nos níveis de chuva (apenas 5% das terras cultivadas são irrigadas), bem como a flutuações nos preços das *commodities*. A região de Casamansa, praticamente isolada do restante do território senegalês pela Gâmbia, é importante área de produção agrícola, mas não dispõe de infraestrutura que permita explorar com eficiência seu potencial. O setor pesqueiro é importante fonte de divisas, embora a pesca artesanal predomine. As exportações de produtos do mar, cujo principal mercado é a União Europeia, representam aproximadamente 15% do valor que o país exporta anualmente. A pesca também tem papel importante na geração de empregos formais e informais. Estima-se que o setor empregue mais de 200 mil pessoas. A indústria, responsável por pouco mais de 24% do PIB, compreende o processamento de produtos agrícolas, as refinarias de petróleo e a mineração de fosfato, que constitui importante fonte de divisas para o país. O setor de serviços (cerca de 60% do PIB) engloba as atividades comerciais – bastante desenvolvidas – e a relevante indústria do turismo.

Energia. As fontes renováveis de energia representam pouco mais de 51% da energia primária consumida no Senegal. Contudo, 49% correspondem à biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), cabendo participação de 1,5% à bioenergia moderna e de menos de 1% à hidroeletricidade. A geração elétrica é amplamente dependente de combustíveis fósseis (89%), especialmente de petróleo e carvão importados.

O Senegal não produz petróleo e importa, normalmente, cerca de 40 mil barris diários para seu consumo. Embora o país, atualmente, não seja produtor, diversas empresas vêm manifestando interesse no potencial do Senegal, sobretudo após a descoberta, em 2014, de jazidas de petróleo em águas profundas na região de Rufisque, adjacente a Dacar. A descoberta foi realizada em bloco cuja exploração foi concedida a consórcio do qual fazem parte a escocesa Cairn Energy (40%), a norte-americana ConocoPhilips (35%), a australiana FAR (15%) e a senegalesa Petrosen (10%). O país possui reservas de gás natural, majoritariamente terrestres, de 3 bilhões de m³. A produção gasífera é da ordem de 40 milhões de m³ anuais, consumida internamente em sua totalidade.

Mineração. Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, a indústria da mineração é responsável por cerca de 13% das exportações senegalesas. O setor mineral do país compreende a produção de rocha de fosfato, fosfato de alumínio e a extração aurífera de aluvião. Embora o Governo busque incentivar os investimentos no setor e o país possua jazidas expressivas de minério de ferro, urânio, serpentina e outros minerais, o Senegal ainda não está entre os principais destinos de exploração buscados por empresas internacionais. Em 2014, o Governo senegalês anunciou a intenção de conduzir reformas para atrair maiores investimentos ao setor de mineração nacional.

Em 2018, o Senegal tornou-se o primeiro país africano e o quarto no mundo (após Filipinas, Mongólia e Timor Leste) a atingir "progresso satisfatório" (que corresponde ao mais elevado grau) na implementação da norma ITIE 2016 - Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, que estipula diretrizes para conferir publicidade a contratos e receitas resultantes da exploração de recursos minerais, petrolíferos e de gás natural.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Macky Sall
Presidente da República



Nasceu em Fatick, Senegal, em 11/12/1961. Geólogo, estudou no Instituto de Ciências da Terra de Dacar e no Instituto Francês do Petróleo, em Paris. Ocupou diversos cargos no governo de Abdoulaye Wade (2000-2012), inclusive a direção da Petrosen, a estatal do setor de petróleo, e foi presidente da Assembleia Nacional (2007-2008). Desligou-se em 2008 do Partido Democrático Senegalês (PDS), então no poder, para fundar a Aliança pela República (APR). Foi eleito presidente em março de 2012, derrotando por larga margem, no segundo turno, o Presidente Wade, seu ex-aliado, e se reelegeu em fevereiro de 2019, já no primeiro turno (58% dos votos). Muçulmano, casado desde 1992 com Marieme Faye Sall (importante conselheira política), é pai de três filhos.

Amadou Ba
Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior



Nasceu em Dacar, em 17/5/1961. É mestre em Administração de Empresas pela Escola Nacional de Administração do Senegal (1988), com especializações em Paris, Baltimore e Clermont-Ferrand. Começou sua carreira na administração pública tributária em 1989, como fiscal na cidade de Diourbel (um dos centros de produção de amendoim no país, a 150km de Dacar). No mesmo ano, foi lotado na Direção-Geral de Impostos e Patrimônio (DGIP), onde passou a exercer cargos de gerência. Em paralelo, lecionou na ENA e no centro de formação em estudos bancários do Banco Central do Estados da África Ocidental (BCEAO). Em 2002, assumiu a direção da Secretaria de Grandes Empresas e, em 2004, a de Impostos. Em 2006, foi designado diretor-geral do DGIP, sob cuja gestão foi elaborado um novo Código de Impostos, em vigor desde 2013. Nomeado ministro da Economia e Finanças pela então primeira-ministra Aminata Touré, em setembro de 2013, foi mantido no cargo no gabinete formado pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, em julho de 2014, quando a pasta passou a abranger a área de planejamento. Sob sua gestão, o país alcançou forte crescimento econômico. Assumiu a chancelaria senegalesa em abril de 2019. Casado, tem três filhos.

MAPA


MAURITANIA
NORTH ATLANTIC OCEAN
Richard-Toll
Saint-Louis
Matam
Louga
Sénégal
Thiès
Touba
DAKAR
Diourbel
Mbour
Kaolack
Tambacounda
MALI
THE GAMBIA
CASAMANCE
Gambia
Ziguinchor
Kolda
Kédougou
GUINEA-BISSAU
unnamed elevation
GUINEA
0 50 100 km
0 50 100 mi
15
12

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Senegal
Gentílico	Senegalês, senegalesa
Capital	Dacar (Dakar)
Área	196.722 km²
População (FMI, 2019)	16,7 milhões de habitantes
Idioma oficial	Francês (oficial), Wolof, Pular, Jola, Mandinka, Serer, Soninke
Principais religiões	Islamismo (96%); Cristianismo (3%); Outras (1%)
Sistema de governo	República presidencialista (desde maio de 2019)
Poder legislativo	Unicameral: Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*), com 165 membros
Chefe de Estado	Macky Sall (eleito em 2012, reeleito em 2019)
Chanceler	Amadou Ba (desde abril de 2019)
Produto Interno Bruto (PIB) nominal (FMI, est. 2019)	USD 23,94 bilhões
PIB – Paridade de Poder de Compra (PPP) (FMI, est. 2019)	USD 64,6 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019)	USD 1,43 mil
PIB PPP *per capita* (FMI, est. 2019)	USD 3,85 mil
Variação do PIB (FMI)	3% (est. 2020); 6,0% (est. 2019), 6,7% (2018); 7,1% (2017); 6,4% (2016); 6,4% (2015).
IDH (PNUD, 2019)	0,514 (166º)
IHDI (PNUD, 2019)	0,347
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	67,7 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2018)	51,9%
Índice de desemprego (BM, 2019)	6,5%

Unidade monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador em Brasília:	Fatoumata Binetou Rassoul Correa
Embaixador em Dacar:	Flávio Lima Rocha
Comunidade brasileira estimada:	210 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(USD mil, FOB) – Fonte: ComexStat/MEcon

Brasil – Senegal	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-abr)**
Intercâmbio	**133.905**	**102.106**	**137.900**	**90.868**	**136.567**	**110.236**	**140.182**	**34.187**
Exportações	129.171	96.043	131.900	86.361	133.460	105.664	135.419	34.020
Importações	4.734	6.064	6.001	4.507	3.108	4.572	4.763	167
Saldo	**124.436**	**89.980**	**125.900**	**81.854**	**130.352**	**110.092**	**130.656**	**33.853**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GÂMBIA



Maio de 2020

Sumário

Comércio bilateral 3
Promoção comercial e de investimentos 3
Cooperação Técnica 4
Assuntos consulares 4
Intervenção militar da CEDEAO 5
Governo Adama Barrow 6
Instituições políticas 7
Indicadores sociais e demográficos 7
Participações em missões de paz 9
Senegal 9
Comunidade Britânica 10
Reino Unido e outros países europeus 10
Estados Unidos 11
China 11
Índia 11
Situação macroeconômica 12
Apoio internacional 12
Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021 13
Agricultura 13
Turismo 13
Indústria 13

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com a Gâmbia foram estabelecidas em 1965, ano da independência daquele país, e vêm sendo acompanhadas pela Embaixada em Dacar, Senegal, uma vez que o Brasil não mantém embaixador residente em Banjul.

A representação da Gâmbia junto ao governo brasileiro foi historicamente cumulativa com a Embaixada gambiana em Washington. Em 2009, o governo da Gâmbia comunicou sua intenção de transferir a jurisdição diplomática sobre o Brasil para sua Embaixada em Caracas, mas não há, atualmente, embaixador gambiano acreditado.

Brasil e Gâmbia mantêm acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação Esportiva e sobre Criação de Comissão Mista, assinados em 2005, por ocasião da visita do então Presidente gambiano, Yahya Jammeh, ao Brasil. Em maio de 2010, o Ministro do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial da Gâmbia veio ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Comércio bilateral. Em 2011, ano em que o intercâmbio bilateral alcançou valor recorde, as trocas comerciais entre Brasil e Gâmbia alcançaram o total de USD 101 milhões, em crescimento considerável desde o início dos anos 2000, quando a cifra girava em torno de USD 25 milhões. Em 2019, as trocas somaram USD 79 milhões, que corresponderam quase totalmente às exportações brasileiras para o mercado gambiano. Responsável por volume entre 6,15% e 7,8% do total importado pela Gâmbia (número que varia conforme a fonte da estimativa), o Brasil é a terceira ou quarta principal origem das importações gambianas, cujo comércio internacional é fortemente concentrado na China, no Senegal e na Índia. Os exportadores brasileiros vendem para o país africano principalmente açúcar, arroz e carnes.

Promoção comercial e de investimentos. Em novembro passado, a Embaixada do Brasil em Dacar realizou, na capital senegalesa, a segunda edição do evento "Journée Brésilienne de Networking", iniciativa que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras e de vários países da África Ocidental.

O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. Empresas da Gâmbia enviaram representantes ao evento.

Cooperação Técnica. Brasil e Gâmbia estão em contato para examinar as possibilidades de cooperação que atendam aos interesses gambianos, de modo a dar início a programa de cooperação técnica bilateral. Pelo lado do Brasil, o programa ficará a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No momento, aguarda-se resposta da chancelaria gambiana a consulta brasileira sobre os interesses daquele país. Pelos contatos já realizados, avalia-se que os eventuais projetos de cooperação devam concentrar-se na área de agricultura.

Assuntos consulares. Não há estimativas precisas de brasileiros residindo na Gâmbia. Não há acordos entre Brasil e Gâmbia sobre isenção de vistos, nem acordos bilaterais de cooperação jurídica, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

POLÍTICA INTERNA

A Gâmbia tornou-se parte do Império Britânico no século XIX. O país conquistou autonomia total em 1962 e chegou à independência em 1965, mantendo a rainha Elizabeth II como chefe de estado. Após a emancipação formal, Dawda Jawara, fundador do Partido Progressista Popular (PPP), manteve-se no cargo de Primeiro-Ministro, que ocupava desde 1962. Em 1970, chegaria à Presidência, depois de declarada a república como consequência de referendo popular realizado naquele ano.

Depois da tentativa de golpe de 1981 e em resposta aos crescentes desafios enfrentados pelo país no início dos anos 1980, o governo Jawara iniciou, em 1985, ambicioso programa de reformas voltado a dinamizar a economia gambiana. Apesar dos resultados positivos colhidos inicialmente, as expectativas acabariam frustradas e, em 1992, a Gâmbia continuaria sendo um dos países mais pobres da África. Frente à persistência da crise, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) naquele mesmo ano. Em 1994, o presidente Jawara acabou deposto pelo tenente Yahya Jammeh.

Yahya Jammeh foi chefe do conselho de governo provisório entre 1994 e 1996, quando foi declarado vencedor das eleições realizadas naquele ano e assumiu formalmente a Presidência do país. Seu partido, a APRC, tornou-se a força majoritária na Assembleia Nacional a partir de 1997. Jammeh seria reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2013, retirou o país da Comunidade (*Commonwealth*) britânica. Em 2015, transformou a Gâmbia, oficialmente, em uma república islâmica.

Em dezembro de 2016, Jammeh foi derrotado nas eleições presidenciais por Adama Barrow, que se candidatou por uma coalizão de sete partidos de oposição. Inicialmente, o Presidente Jammeh reconheceu a derrota, mas, pouco depois, denunciou irregularidades na votação e anunciou que não deixaria o poder.

Intervenção militar da CEDEAO. Ainda em dezembro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou representantes a Banjul para tentar solucionar a crise. Com o fracasso da missão, a organização anunciou que enviaria tropas à Gâmbia caso o Presidente Jammeh não deixasse o poder até 19 de janeiro de 2017. Em 17 de janeiro, Jammeh declarou estado de emergência no país. Dois dias depois, as tropas da CEDEAO foram posicionadas nas fronteiras da Gâmbia.

Em 19 de janeiro de 2017, realizou-se uma cerimônia de posse de Adama Barrow no exílio, em Dacar. As forças da CEDEAO ingressaram no território gambiano e submeteram o país a um bloqueio naval. Em 20 de janeiro, Jammeh concordou em deixar o governo. Partiu para o exílio em 21 de janeiro, inicialmente para a Guiné e, depois, para a Guiné Equatorial. Adama Barrow regressou à Gambia em 26 de janeiro de 2017. As forças da Missão da CEDEAO na Gâmbia (ECOMIG, na sigla em inglês) permaneceram no território gambiano para garantir a estabilidade do país.

Governo Adama Barrow. Ao retornar a Banjul, o Presidente Adama Barrow iniciou processo de reinserção internacional da Gâmbia e de restabelecimento da normalidade institucional, política e econômica do país.

Nas eleições legislativas de abril de 2017, o United Democratic Party (UDP), partido do presidente Adama Barrow, obteve 31 dos 53 assentos em disputa, o que deu ao mandatário boa margem de manobra para levar adiante as reformas que prometera. A APRC, do ex-presidente Jammeh, conquistou somente cinco assentos.

Apesar do fortalecimento político do presidente Adama Barrow nas eleições de 2017, persiste, entre atores locais e regionais, temor de uma possível desestabilização da Gâmbia. Com efeito, em 26 de janeiro de 2020, a capital gambiana foi cenário de protesto contra o governo Barrow, organizado pelo movimento “Three Years Jotna” (3YJ). O movimento conta com partidários do ex-presidente Jammeh e exige que Adama Barrow cumpra promessa de campanha, encerrando seu governo ao cumprir três anos de mandato.

De fato, enquanto ainda concorria à Presidência, Barrow assumira compromisso de exercer um governo de transição, retirando-se após cumprir três dos cinco anos do mandato para o qual seria eleito e convocando novas eleições, às quais não concorreria. Mais recentemente, com o apoio de algumas das correntes da coalizão pela qual se elegeu, propôs-se a cumprir a integralidade de seu mandato, declarando que só deixaria a presidência em 2021.

Entre as medidas implementadas por Barrow estão a reversão da decisão do Presidente Jammeh de transformar a Gâmbia em república islâmica; o retorno do país à Comunidade britânica (concluído em fevereiro de 2018); e a adoção de uma série de compromissos na área de direitos humanos, entre outros.

Instituições políticas. A atual Constituição da Gâmbia foi adotada em 1996. Embora o documento estabeleça uma separação clara entre os Poderes e haja uma série de instituições independentes, como a Comissão Eleitoral e o Conselho Nacional de Educação Cívica, o Executivo tem perfil preponderante.

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal (a idade mínima dos eleitores é 18 anos) para um mandato de 5 anos. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, com 53 membros, sendo 48 eleitos e 5 nomeados pelo Executivo. Elege-se apenas um parlamentar por circunscrição eleitoral, em sistema de maioria simples.

O sistema legal baseia-se na "Common Law" britânica. Alguns aspectos da sharia (lei islâmica) foram incorporados ao ordenamento jurídico local, ainda que não possam ser aplicados aos cidadãos não-muçulmanos sem seu consentimento.

Indicadores sociais e demográficos. O maior grupo étnico da Gâmbia são os mandingas (que correspondem a 44% da população), seguidos dos uólofes, fulas, sererês e diolas, entre outros. A religião predominante é o islamismo (adotado por 90% da população), seguida do Cristianismo (9%). Em 2019, a Gâmbia ocupava a 174ª posição (entre 187) na lista de países ordenados conforme o índice de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD. Ainda de acordo com o PNUD, a expectativa de vida de é de 61,7 anos. Conforme números do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização da população gambiana é de 42%.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa gambiana tradicionalmente voltou-se à obtenção de assistência econômica internacional. Laços históricos com a Europa e religiosos com o Oriente Médio (religião islâmica) contribuíram para que o país buscasse no exterior recursos para o desenvolvimento interno. A Gâmbia também procurou, desde a independência (1965) integrar organizações internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ao longo do governo de Dawda Jawara (1965-1994), o país adotou postura de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, mas manteve boas relações com os principais parceiros ocidentais, como o Reino Unido. Contudo, houve retraimento do perfil internacional da Gâmbia após a derrubada de Jawara por Yahya Jammeh, em 1994. Para compensar o relativo isolamento, a Gâmbia buscou reforçar suas relações com países africanos como Egito, Nigéria, Serra Leoa e Libéria e, fora do continente, com parceiros como Cuba.

Com a Constituição de 1996, o Presidente Jammeh logrou superar em boa medida o isolamento inicial, para o que contribuiu também o protagonismo que procurou exercer no plano regional. No governo Jammeh, a Gâmbia assumiu papel ativo na promoção da paz na África Ocidental e chegou a ser membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio de 1998-1999 (coincidindo com a participação do Brasil no mesmo órgão).

Em 2013, Jammeh determinou a saída da Gâmbia da Comunidade britânica, bloco a que o país pertencia desde 1965. O mandatário gambiano justificou o ato afirmando que a Comunidade tinha caráter neocolonial.

A retirada da Gâmbia da *Commonwealth* britânica foi revertida no governo Adama Barrow. Anunciado em fevereiro de 2017, durante visita a Banjul do então Secretário de Estado do Reino Unido para os Assuntos Externos e a Comunidade britânica, Boris Johnson, o processo de reincorporação à *Commonwealth* foi concluído em fevereiro de 2018. A visita de Boris Johnson em 2017 foi a primeira de um Secretário de Estado para Assuntos Externos do Reino Unido à Gâmbia.

Participações em missões de paz. Membros das forças armadas gambianas participaram da força enviada por países da África Ocidental à Libéria, durante a primeira guerra civil liberiana, na década de 1990. Forças gambianas participaram, posteriormente, em diversas outras operações de paz, como, por exemplo, na Bósnia, no Kosovo, na República Democrática do Congo (RDC), em Serra Leoa, na Eritréia e no Timor Leste.

Já no século XXI, a Gâmbia contribuiu com 150 soldados para a força da África Ocidental que atuou no contexto da segunda guerra civil liberiana. Em 2004, enviou um contingente de 196 homens à Força de Paz das Nações Unidas em Darfur, Sudão. Atualmente, o país contribui com pessoal militar e civil para a UNAMID (Darfur), a UNAMISS (Sudão do Sul), MINUSCA (República Centro-Africana), a MINUSMA (Mali), a MONUSCO (RDC), a UNTSO (Oriente Médio) e a UNMHA (Iêmen).

Senegal. As relações com o Senegal constituem o principal eixo da política externa gambiana. À exceção de sua parte litorânea, a Gâmbia é totalmente cercada pelo território senegalês. Mais de 350 mil senegaleses vivem em território gambiano. Entre 1982 e 1989, os dois países formaram a Senegâmbia, confederação estabelecida com o intuito de criar instituições comuns e de promover a integração das Forças Armadas dos dois países.

Gâmbia e Senegal mantêm acordos de cooperação em diferentes áreas, como cultura, economia e comércio, segurança e mobilidade humana, entre outras. Em 21 de janeiro de 2019, foi aberta ao tráfego a Ponte Senegâmbia ou Ponte Trans-Gâmbia, ligando as localidades de Banba Tenda e Yelitenda, ambas em território gambiano, às margens do Rio Gâmbia. Inaugurada conjuntamente pelo Presidentes Adama Barrow e seu homólogo senegalês, Macky Sall, a ponte é considerada estratégica também para o governo do Senegal, uma vez que facilita a conexão entre Dacar e a região de Casamansa, no sul daquele país. Anteriormente, a viagem entre Dacar e Casamansa requeria que se contornasse o território gambiano ou que se atravessasse o Rio Gâmbia em balsas. No contexto da construção da ponte, Gâmbia e Senegal estabeleceram acordos tanto sobre a obra e seu financiamento quanto para regular o tráfego entre os dois países naquela área.

Comunidade Britânica. Em cumprimento a promessa feita pelo Presidente Adama Barrow quando de sua eleição, em dezembro de 2016, a Gâmbia voltou a fazer parte da Comunidade britânica em fevereiro de 2018. O Embaixador da Gâmbia no Reino Unido, Francis Blain, participou, ao lado da Secretária-Geral da *Commonwealth*, Patricia Scotland, da cerimônia de retorno, na qual a bandeira gambiana foi novamente içada da sede da organização.

Com o retorno à Comunidade, da qual havia participado desde sua independência (1965) até 2013, a Gâmbia pôde voltar a contar com a participação em programas de cooperação educacional e técnica mantidos no âmbito da *Commonwealth*. Ademais, pode beneficiar-se de maior inserção internacional e contato com doadores de cooperação e, eventualmente, de ajuda econômica. Também voltou a desfrutar de regras mais favoráveis de imigração para o Reino Unido.

Reino Unido e outros países europeus. Em fevereiro de 2017, Boris Johnson tornou-se o primeiro Secretário para Assuntos Externos do **Reino Unido** a visitar a Gâmbia. A viagem a Banjul ocorreu menos de um mês depois da volta de Adama Barrow ao país, que se seguiu à partida de Yahya Jammeh para o exílio.

A visita de Johnson não apenas marcou o início do processo de retorno gambiano à *Commonwealth*, mas também foi ocasião para que se anunciasse a intenção de reaproximar a Gâmbia e o Reino Unido. Desde então, a diplomacia britânica mostrou-se disposta a promover a cooperação visando às reformas político-institucionais na Gâmbia.

As relações com a **França** também têm se intensificado no governo Barrow. Em março de 2017, o Presidente gambiano fez visita oficial à França, quando se reuniu com o então Presidente francês, François Hollande. Na ocasião, tratou-se de cooperação nas áreas de segurança e justiça. Por sua vez, em novembro de 2018, o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Banjul em novembro de 2018, quando anunciou uma ajuda de 50 milhões de euros de seu país à Gambia, em desembolsos sucessivos ao longo de quatro anos, além de firmar acordos com as autoridades gambianas nas áreas de agricultura e acesso à água potável.

O governo Barrow também negociou uma série de desembolsos por parte da **União Europeia** para a Gâmbia a título de ajuda ao desenvolvimento, para financiar

projetos em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, fornecimento de energia e apoio aos jovens, entre outras.

Estados Unidos. A relação com os Estados Unidos tem-se concentrado sobretudo na obtenção de cooperação norte-americana em diversas áreas, incluindo agricultura e desenvolvimento rural, saúde pública, educação, combate ao tráfico de pessoas, transparência fiscal, formação profissional, treinamento de pessoal, reforma eleitoral e segurança, entre outras. Em 2018, a Gâmbia passou a ter acesso aos benefícios da Lei de Oportunidade e Crescimento Africano (AGOA), que prevê a isenção de taxas aduaneiras para produtos de uma série de países africanos no mercado norte-americano.

China. A Gâmbia estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 17 de março de 2016. O estabelecimento dos laços bilaterais foi acompanhado do anúncio chinês de que Pequim se dispunha a apoiar o governo gambiano em áreas como infraestrutura, turismo e agricultura. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Gâmbia, sendo o destino de mais de 50% das exportações gambianas e origem de cerca de 35% das importações.

Índia. As relações entre a Gâmbia e a Índia têm se intensificado notavelmente nos anos 2000. Em especial, a Índia tem sido fonte de crédito para projetos diversos do governo gambiano, incluindo iniciativas nas áreas de construção civil, eletrificação rural e expansão do porto de Banjul. Também tem havido cooperação indiana nas áreas de saúde, educação e formação profissional.

A Índia é o terceiro maior parceiro comercial da Gâmbia (atrás de China e Senegal), sendo o segundo principal destino das exportações gambianas (pouco mais de 30% dos produtos vendidos pela Gâmbia no mercado internacional vão para o mercado indiano) e a quarta principal origem das importações (correspondente a cerca de 9% do total importado pela Gâmbia).

ECONOMIA

A Gâmbia é país pobre em recursos naturais, e seus principais setores econômicos são a agricultura, o turismo e o comércio, principalmente o de reexportação.

De 2017 a 2019, o país registrou aumento no índice de crescimento, que chegou a 6,5% no ano passado. Contudo, para 2020, espera-se um crescimento notavelmente menor do PIB, de 2,5%, devido, sobretudo, à emergência sanitária internacional da COVID-19.

O essencial das divisas provém da exportação de amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados. O país importa boa parte de suas necessidades alimentares, a totalidade do combustível e dos bens de equipamento e quase todos os manufaturados que consome. A balança comercial gambiana apresenta déficit estrutural. A renda per capita é de USD 775, e o produto interno bruto somou USD 1,77 bilhão em 2019. A inflação passou de 6,5% em 2018 para 7% em 2019, de acordo com o Banco Mundial.

Situação macroeconômica. O Governo tem mantido compromisso com a estabilidade macroeconômica. Em 2019, reduziu o déficit fiscal em quase 3,5 pontos percentuais, para 2,6% do PIB, sobretudo por melhor desempenho na arrecadação. Igualmente, reduziu o percentual do endividamento público, de 86,7% do PIB em 2018 para 82,5% em 2019, de acordo com dados do Banco Mundial.

O desempenho gambiano tem garantido ao país a manutenção do auxílio do FMI, por meio da Linha de Crédito Ampliado (ECF) do Fundo, que visa ao apoio de médio prazo a países de baixa renda com problemas prolongados do balanço de pagamentos. Em 2019, o FMI aprovou empréstimo de cerca de USD 48 milhões para a Gâmbia, sob as condições da ECF.

Apoio internacional. A economia da Gâmbia é altamente dependente da ajuda financeira externa. Além dos empréstimos do FMI, o país recebeu, ao longo dos anos, sólida ajuda de outros organismos internacionais – em especial da União Europeia, que apoia setores como os de agricultura, educação e construção de estradas.

Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021. Introduzido pelo governo em 2018, o Plano Nacional de Desenvolvimento engloba 41 projetos em cinco áreas consideradas estratégicas: (i) governança, respeito pelos direitos humanos, segurança jurídica e valorização dos cidadãos por meio da descentralização e da governança local, (ii) estabilização econômica, estímulo ao crescimento e transformação econômica, (iii) modernização da agricultura e da pesca visando ao crescimento sustentável, à segurança alimentar e nutricional e à redução da pobreza, (iv) investimento nos cidadãos, por meio da educação e da melhora dos serviços de saúde e (v) construção da infraestrutura e estabelecimento dos serviços de energia necessários para desenvolver a economia.

O programa baseia-se fortemente na atração de investimentos e ajuda internacional.

Agricultura. A agricultura contribui com mais de 20% do PIB e emprega mais de 75% da força de trabalho. Os solos do país, porém, são pobres (apenas 1/6 da terra é arável). Ademais, a produção agrícola permanece muito vulnerável a variações climáticas. Em 2019, por exemplo, a escassez de chuvas fez com que a produção no campo sofresse contração de cerca de 10%. De toda forma, há potencial no setor, dado que menos da metade da terra arável é cultivada e que os produtores carecem de maquinário moderno.

Turismo. As atrações naturais do país e sua proximidade com a Europa impulsionaram o turismo, que chegou a representar 60% do PIB, em 1994, mas sofreu queda devido à situação política no país e apenas recentemente voltou a se recuperar. Melhorias nas infraestruturas do país (hotéis, estradas etc.) poderiam estimular ainda mais a ida de turistas para a Gâmbia.

Indústria. A atividade industrial é limitada, centrada no processamento do amendoim e dos produtos da pesca. Em menor escala, inclui também atividades como processamento de plásticos, produção de bebidas e processamento de alimentos em geral. Responde por cerca de 12% do PIB.

MAPA


SENEGAL
Gambia
North Atlantic Ocean
Bakau
Banjul
Kotu Beach
Serekunda
River Gambia
Tendaba Camp
Farafenni
Mansa Konko
Sukuta
Georgetown
Gambia
Basse Santa Su
Brikama
SENEGAL
Gambia
Casamance
GUINEA-BISSAU
0 25 50 km
0 25 50 mi

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Gâmbia
Gentílico:	Gambiano
Capital:	Banjul
Área:	11.295 km²
População (FMI, 2019):	2,349 milhões de habitantes
Língua oficial:	Inglês
Principais religiões:	Islamismo (90%); Cristianismo (9%); crenças tradicionais (1%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (*National Assembly*); Parlamento unicameral composto por 53 membros (48 eleitos por sufrágio universal e 5 indicados pelo Presidente); mandatos de 5 anos
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Adama Barrow
Chanceler:	Mamadou Tangara
PIB (FMI, est. 2019):	USD 1,77 bilhão
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 6,45 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 755,05
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 2,75 mil
Variação do PIB (FMI):	2,5% (est. 2020); 6,5% (est. 2019); 5,4% (est. 2018); 3,5% (2017); 2,2% (2016); 4,3% (2015); 0,9% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,293
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,7 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	42%
Índice de desemprego (BM, 2019):	8,9%

Unidade Monetária:	Dalasi
Embaixador da Gâmbia (residente em Washington)	Dawda D. Fadera (*agrément* concedido, mas ainda não apresentou cartas credenciais)
Embaixador em Dacar (cumulativo com Banjul):	Flávio Hugo Lima Rocha Junior
Comunidade brasileira estimada:	1

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(USD mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Gâmbia	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan – abr)**
Intercâmbio	**84.805**	**96.315**	**78.897**	**82.134**	**90.637**	**89.164**	**79.127**	**22.728**
Exportações	83.756	96.281	78.890	82.098	90.635	89.160	79.006	22.723
Importações	1.049	34	7	36	2	3	122	5
Saldo	**82.707**	**96.247**	**78.883**	**82.062**	**90.633**	**89.157**	**78.884**	**22.718**

EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO SENEGAL E À REPÚBLICA DA GÂMBIA

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO

EMBAIXADOR FLÁVIO HUGO LIMA ROCHA JUNIOR

Apresenta versão simplificada do relatório de gestão do chefe do posto no período de outubro de 2015 a 2020, primeiramente em relação ao Senegal, sede da embaixada, e depois em relação à Gâmbia, sua cumulatividade.

PARTE 1 – SENEGAL

Política interna

Desde sua independência, o Senegal vem consolidando uma imagem de estabilidade política e democrática, sem que se tenha registrado episódio de ruptura. Ao contrário, realizando eleições regulares, multipartidárias, livres e transparentes, o país já registrou duas alternâncias políticas pacíficas. O importante estamento militar senegalês parece compreender e aceitar seu papel de subordinação ao poder político civil, motivo pelo qual tampouco houve registro de revoltas armadas ou levantes militares no país.

2. Com a reintrodução do multipartidarismo em 1976, ainda sob o governo do presidente Léopold Senghor, o país conta hoje com cerca de duas centenas de partidos registrados, das mais variadas vertentes políticas. O histórico de mandatários hábeis e ilustrados (Senghor, Abdou Diouf, Abdoulaye Wade e Macky Sall), partilhando semelhantes visões de abertura ao mundo e de multilateralismo, contribuiu para tal estabilidade e reputação, cabendo registrar, igualmente, a importância da cultura Sufi como instrumento de coesão social, política e cultural, que confere ao país sua característica de tolerância e harmonia étnica e religiosa. Com efeito, o sistema de governo é laico, mas nenhum governante pode prescindir do bom relacionamento com as principais irmandades muçulmanas, em especial a "Mouride".

3. A imprensa é livre e a oposição é aguerrida, mas sempre consciente do legado democrático. Ademais, apesar das diferenças programáticas, as principais lideranças políticas compartilham um mesmo "background" político, frequentemente participando do governo da vez para posteriormente postulá-lo como oposição. Eventuais extremismos são contidos no funcionamento desse sistema.

4. Esse quadro foi novamente posto à prova nas últimas eleições presidenciais, em fevereiro de 2019, quando Macky Sall reelegeu-se em primeiro turno com 58% dos votos, em pleito considerado ordeiro e transparente pelas missões observadoras da União Europeia (UE) e da União

Africana (UA). Em seu novo mandato, Macky Sall vem desenvolvendo iniciativa de diálogo nacional com a sociedade civil e as diversas forças políticas e avançando na segunda etapa do Projeto Senegal Emergente, de reformas estruturais.

Política externa

5. A diplomacia senegalesa goza de prestígio e é atuante no cenário internacional. O presidente Macky Sall desempenha papel central na formulação e execução da política externa, tendo realizado visitas oficiais aos principais países parceiros. Participa, assiduamente, de reuniões internacionais, onde tem procurado obter apoio para os projetos de desenvolvimento do continente africano. Com efeito, o presidente ocupou até poucos meses atrás a direção da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), o que lhe permitiu defender suas posições em reuniões do G-7 e G-20.

6. O Senegal é visto como parceiro confiável que, nos últimos anos, se tornou indispensável no trato de questões de interesse direto para a Europa e Estados Unidos, tais como a imigração ilegal e o terrorismo no Sahel e África Ocidental. Desde então, Dacar se tornou parada obrigatória para chefes de estado e de governo em seus périplos pela África. Em curto espaço de tempo, o Senegal recebeu as visitas dos líderes da Alemanha, Bélgica, Canadá, China, França, Luxemburgo, Portugal, Turquia, entre outros.

7. No plano regional, o Senegal teve participação decisiva na posse do presidente Adama Barrow na Gâmbia, em contexto marcado pela recusa do ex-presidente Yahia Jammeh em reconhecer os resultados da eleição em dezembro de 2016. Mais recentemente, o Senegal apoiou a posse do presidente Umaro Sissoko na Guiné Bissau, em conturbado período pós-eleitoral.

Relações políticas bilaterais

8. Brasil e Senegal celebram, em 2020, sessenta anos de relações diplomáticas. Ao longo desse período, os dois países estabeleceram relacionamento sólido de amizade e cooperação. Este relacionamento se baseia em princípios compartilhados, tais como a defesa da democracia, a busca pela paz e o apoio ao multilateralismo.

9. No campo politico, o bom relacionamento se reflete na troca de visitas de alto nível e no diálogo permanente em organismos internacionais. Em setembro de 2015, um mês antes mesmo de minha chegada ao posto, fiz parte da comitiva do então chanceler Mauro Vieira em sua visita oficial ao Senegal. Pude testemunhar o bom entendimento sobre amplo leque de temas tratados pelas duas delegações. Na ocasião foi realizado também encontro de negócios que despertou renovado interesse na ampliação do intercâmbio comercial bilateral.

10. Seguiram-se as visitas do ministro senegalês da Educação ao Brasil, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA-ONU), para examinar ‘in loco’ o programa nacional de merenda escolar, e da ministra senegalesa da Pecuária ao Triângulo Mineiro, para identificar possíveis fornecedores de gado em pé para o Senegal.

11. Em março de 2018, o então primeiro-ministro Mahammed Dionne chefiou numerosa delegação senegalesa ao 8° Fórum Mundial da Água, em Brasília, onde manteve encontro com o então presidente Michel Temer e também presidiu encontro empresarial organizado pela embaixada do Senegal em Brasília.

12. A visita do atual ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, a Dacar, em dezembro de 2019, deu novo impulso às relações bilaterais. Recorda-se que na ocasião foi entregue carta do presidente Jair Bolsonaro endereçada ao presidente Macky Sall, pela qual se transmitiu convite ao chefe de estado senegalês para realizar visita ao Brasil em 2020, como forma de celebrar a passagem do 60° aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Ficou acordado que a próxima reunião da Comissão Mista Bilateral, restrita a assuntos prioritários, será realizada em Dacar, no decorrer deste ano.

13. Como indiquei acima, o diálogo bilateral nas diversas organizações multilaterais tem sido de grande valia. Vale assinalar que a diplomacia senegalesa goza de prestígio na esfera internacional, de modo geral, e possui peso regional e continental. Os dois países têm apoiado reciprocamente suas respectivas candidaturas em diferentes fóruns internacionais.

Relações econômico-comerciais bilaterais

14. A reabertura do setor comercial da embaixada, em janeiro de 2019, deu novo dinamismo às atividades de promoção comercial no Senegal. Em junho e novembro de 2019, foram realizadas, por iniciativa da embaixada, a 1ª e 2ª edições da "Journée Brésilienne de Networking", encontro entre empresários do Brasil, do Senegal e de outros países da região, com o objetivo de aproximar homens de negócios dos dois lados do Atlântico. Os dois eventos atingiram plenamente seus objetivos e elevaram o perfil do setor exportador brasileiro na região, contando com a participação de cerca de 250 empresários em cada edição. Foi possível, igualmente, estreitar os laços da embaixada com as principais entidades senegalesas na área empresarial.

15. Em atividade paralela à 2ª edição da "Journée Brésilienne de Networking" e com o apoio da Adidância de Defesa do Brasil no Senegal, foi organizada reunião entre empresas brasileiras da área de defesa e grupo de oficiais senegaleses de alta patente. O encontro despertou grande interesse no lado senegalês pelos bens e serviços oferecidos pela indústria brasileira.

16. Em que pese o aumento do intercâmbio comercial bilateral em 2019, que atingiu patamar de USD 140 milhões, com um saldo positivo para o Brasil de USD 135 milhões, verifica-se que a pauta exportadora brasileira é pouco diversificada e se concentra em poucos produtos básicos ou semi-industrializados como arroz trincado, açúcar refinado, papel e cartão, ovos para encubação, óleo combustível e outros. Há ainda muito a ser feito nesse campo.

17. Ao amparo do programa "Mais Alimentos Internacional", linha de crédito do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, o Senegal adquiriu quantidade considerável de bens, com impacto positivo no saldo comercial brasileiro. No entanto, o Senegal abriu mão da terceira e última fatia do financiamento.

18. A eclosão da crise do coronavírus adiou para o segundo semestre do ano em curso a realização da 3ª edição da "Journée Brésilienne de Networking", bem como a organização de jornada de degustação da carne brasileira, em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC).

19. Ainda na esfera econômica, não prosperaram os esforços da embaixada no sentido de trazer o lado senegalês à mesa de negociações para examinar a eventual conclusão de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. Todavia, em desdobramento recente, o novo chanceler senegalês, Amadou Ba, ex-Ministro da Economia, mostrou interesse pela matéria e propôs a inclusão do tema na agenda da próxima reunião da Comissão Mista Bilateral.

20. Encontra-se pendente de ratificação pelo lado senegalês o acordo bilateral sobre serviços aéreos.

Cooperação técnica bilateral

21. A cooperação técnica é a pedra angular do relacionamento bilateral. O Brasil tem prestado cooperação em áreas diversas como saúde, agricultura, segurança alimentar e políticas sociais, em linha com as prioridades estabelecidas pelas autoridades senegalesas.

22. Quando assumi minhas funções em Dacar, em outubro de 2015, encontrava-se em fase final de execução o projeto "Purchase from Africans for Africa", na região de Kédougou, no sul do Senegal (e também em quatro outros países como Níger, Malawi, Etiópia e Moçambique), financiado pelos governos brasileiro e britânico. Tratava-se de estabelecimento de esquema de compra da produção agrícola de pequenos produtores para utilização na merenda escolar. O projeto baseou-se na experiência brasileira sobre o tema e recebeu avaliação positiva de todos os parceiros envolvidos.

23. Também encontrei em execução o projeto piloto "Produção Agrícola Integrada e Sustentável", cujo objetivo era de formar pequenos proprietários em matéria de agricultura ecológica e sustentável. O êxito da iniciativa levou a ABC e o lado senegalês a lançarem uma segunda fase do projeto, com um maior número de propriedades envolvidas, e com a ambição de desenvolver um sistema local de certificação verde. Segundo a "Agence Nationale d'Insertion et Développement Agricole", órgão parceiro do governo senegalês, é o projeto mais importante, do ponto de vista estratégico, na área de agricultura, em curso no Senegal.

24. Outra atividade de importância estratégica para o Senegal é o projeto de cooperação sul-sul trilateral "Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados", iniciativa do governo brasileiro, do Fundo das Nações Unidas para a População, do Senegal e de Cabo Verde. Tal projeto visa a prover capacitação aos técnicos de agências estatísticas dos dois países africanos na concepção de censos com a utilização de equipamentos para a coleta eletrônica de dados. A capacitação deverá permitir, no futuro, que os técnicos formados possam replicar o conhecimento adquirido em benefício de outros países parceiros do continente.

25. Foi assinado recentemente projeto na área do algodão, que visa aumentar e melhorar a capacidade de produção do Senegal. O início das atividades previstas foi suspenso temporariamente, em razão da pandemia do coronavírus.

26. Importa assinalar, por fim, outras iniciativas de cooperação que contam com o pleno apoio da embaixada. Nesse contexto, cito as conversações em curso sobre projeto de criação de centro de formação na área de agricultura e outro na área da pecuária, com o reconhecido 'know-how' da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e financiamento externo. A iniciativa poderá ter impacto positivo na exportação de bens e serviços do Brasil. Encontra-se, ainda, em exame projeto de capacitação na área de petróleo e gás, em parceria com a FGV, tendo em vista o início, em futuro próximo, da exploração de importantes reservas 'off-shore' na região.

27. Em desenvolvimento recente, o Instituto Brasil-África assinou um memorando de entendimento com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar do Senegal (SECNSA). A iniciativa prevê a capacitação de jovens senegaleses em temas como: uso de tecnologias de informação e comunicação na agricultura, modelos de agricultura familiar viável e administração técnica e financeira de companhias agrícolas. As temáticas estão em sintonia com o programa "Nouveaux Terroirs Resilients", executado pela SECNSA.

Cooperação em matéria de defesa

28. Trata-se de uma das vertentes mais dinâmicas do relacionamento bilateral. Pude observar e apoiar o excelente trabalho realizado por sucessivos adidos de defesa. O principal eixo da cooperação tem como foco a área de formação profissional. Existem hoje 15 senegaleses sendo formados nas academias militares no Brasil: seis na Escola Naval, cinco na Academia Militar das

Agulhas Negras (AMAN), um no Instituto Militar de Engenharia (IME) e quatro na Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga. O Brasil oferece, igualmente, cursos de capacitação de curta duração.

29. O Brasil é o único país, além da França, a dispor de oficial na Escola Nacional de Oficiais da Ativa, em Thiés, e de sargento na Escola de Suboficiais da Ativa em Kaolak, onde ministram cursos para os alunos senegaleses. Sublinhe-se, ainda, a importância da cooperação no domínio da engenharia militar, a cargo de dois oficiais brasileiros – um coronel e um major – no Comando do Estado-Maior Conjunto do Senegal.

30. Nos anos de 2018 e 2019, Dacar recebeu a visita de três navios de patrulha oceânica da Marinha brasileira. Nas três ocasiões, foram realizados exercícios conjuntos de treinamento.

31. Dada a importância das atividades em curso entre as Forças Armadas dos dois países, tenho procurado incentivar a troca de visitas de altas autoridades militares de forma a aprofundar e diversificar a cooperação bilateral.

32. Encontra-se pendente de ratificação o acordo de cooperação bilateral em matéria de defesa. O texto do acordo assinado deverá ser alterado para se adaptar à nova legislação brasileira de classificação de documentos. No final do mês de maio último, o Brasil propôs a negociação de acordo sobre troca e proteção mútua de informações classificadas.

Setor consular

33. A comunidade brasileira no Senegal é da ordem de 200 pessoas, em sua maioria ligada a igrejas evangélicas que prestam assistência à população carente. É comunidade pacata e trabalhadora. Em cinco anos de chefia do posto, houve apenas um caso de brasileira desvalida procedente da Europa. Registre-se, igualmente, o caso de uma disputa entre empresário brasileiro residente e seu parceiro comercial, tendo a justiça senegalesa dado ganho de causa ao brasileiro.

34. Por ocasião das eleições presidenciais de 2018, o setor consular da embaixada montou seção eleitoral para cerca de 100 eleitores inscritos no Senegal. A votação em dois turnos transcorreu de forma pacifica, sem registro de incidentes.

35. A pandemia do coronavírus trouxe um grande desafio para o setor em termos de assistência a brasileiros de passagem pelo Senegal. Com efeito, muitos brasileiros se viram bloqueados, em razão do cancelamento de voos. Cito, como exemplo, grupo de 43 missionários que prestava assistência humanitária em Guiné Bissau e que se deslocou até Dacar em busca de voo de regresso ao Brasil. Vinte membros do grupo puderam, com o apoio da embaixada, ser encaixados nos últimos voos comerciais disponíveis. Os demais 23 missionários foram repatriados,

posteriormente, em voo da Latam com destino a São Paulo e escala especial em Dacar. A embaixada custeou também alimentação e alojamento a outros brasileiros bloqueados na capital.

36. Em tempos normais, são os pedidos de visto que tomam a maior parte do tempo dos dois auxiliares locais lotados no Setor. De maneira geral, são jovens senegaleses que, sob pretextos diversos, tentam imigrar ilegalmente para o Brasil. Utilizam muitas vezes documentos falsos. Nos dois últimos anos, aumentaram os pedidos de visto com base no princípio da reunião familiar. Observa-se, igualmente, um grande número de documentos falsificados.

Cooperação cultural e educacional

37. O Senegal apresenta cenário cultural dos mais vibrantes no continente, com eventos nas áreas de música, artes plásticas, cinema, moda e arte urbana. Algumas manifestações culturais atraem grande numero de artistas de outros países da região e gozam de prestígio internacional. Todavia, o Brasil tem estado ausente desse cenário, sem meios para divulgar e promover sua língua e cultura.

38. A área cultural é, sem dúvida, a mais afetada pelos sucessivos cortes orçamentários. A embaixada procurou, nessas condições, identificar parceiros, públicos e privados, de forma a compartilhar custos e buscar sinergias. Apoiou, assim, a participação de artistas brasileiros nas bienais de Dacar de 2016 e 2018 (a edição de 2020 foi adiada ‘sine die’). Da mesma maneira, apoiou a organização de exposição individual do artista franco-brasileiro Alexis Peskine, em 2016, em colaboração com o Instituto Francês de Dacar.

39. A despeito da grande demanda pelo ensino do português do Brasil, não foi possível reabrir o leitorado brasileiro junto ao "Institut Supérieur de Management", instituição privada de ensino superior de grande renome no Senegal. Tampouco foi possível retomar as aulas de português do Brasil nas dependências do setor cultural da embaixada.

40. Mais recentemente, a embaixada se viu obrigada a cancelar o projeto "A Hora do Brasil", programa semanal de música popular brasileira de grande sucesso, em horário nobre, em estação de radio da capital, por falta de recursos.

41. A embaixada apoia a iniciativa do "Instituto Pierre Verger", na Bahia, de estabelecer parceria com o "Institut Fondamental de l'Afrique Noire" (IFAN), instituição da Universidade Cheikh Anta Diop de Dacar, com vistas à recuperação e divulgação de fotografias de autoria de Pierre Verger da coleção da universidade. O fotógrafo realizou alguns projetos na região da África Ocidental, a pedido do IFAN, e deixou importante acervo fotográfico em Dacar.

42. Cabe ao setor educacional receber e orientar os candidatos senegaleses a vagas de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras ao amparo dos programas PEC-G e PEC-PG. A cada

ano, são selecionados, em média, oito alunos senegaleses para darem continuidade a seus estudos no Brasil.

PARTE 2 – GÂMBIA

Política interna

43. A Gâmbia vem reencontrando progressivamente a estabilidade política a partir da assunção do presidente Adama Barrow em janeiro de 2017, superada a crise provocada pela recusa de Yahya Jammeh em reconhecer sua derrota nas eleições presidenciais de 2016, para o que foi necessária intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com predomínio de tropas senegalesas.

44. A vitória majoritária nas eleições parlamentares em abril de 2017 e nas eleições locais de abril de 2018 serviram para consolidar o novo governo e afastar o temor de reações extremistas às medidas de restabelecimento do caráter laico do país (Jammeh, em busca do apoio de governos menos suscetíveis às violações de direitos humanos perpetradas durante seu regime, rebatizara a Gâmbia como "República Islâmica" em 2015).

45. Contribuiram igualmente para a normalização do país a instalação de comissões para apurar crimes e violações cometidos no período anterior ("Truth, Reconciliation and Reparations Comission", TRRC) e para revisar a Constituição, ambos os processos ainda em curso.

46. Não obstante, no início desde ano, registraram-se protestos violentos, motivados pela quebra do compromisso assumido por Barrow durante a campanha presidencial, a fim de aglutinar a oposição a Jammeh, de realizar governo de transição, retirando-se após cumprir três dos cinco anos do mandato para o qual seria eleito e convocando novas eleições, às quais não concorreria. Barrow mostra-se agora disposto a cumprir a integralidade de seu mandato, declarando que só deixará a presidência em 2021 (caso não busque a reeleição).

Política externa

47. Paralelamente, a Gâmbia passa por processo delicado de reinserção internacional, com o governo pregando a boa governança, o respeito aos direitos humanos e a observância dos instrumentos internacionais aos quais o país está vinculado, de modo a restabelecer a confiança e atrair investimentos. Como exemplo desse esforço, ratificou em 2018 a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT).

48. Nessa retomada, encerrado o ciclo de isolamento, o país contou com a boa vontade da comunidade internacional, beneficiando-se com doações e empréstimos vantajosos, principalmente da União Europeia, em apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-21. No entanto, o país é dos mais pobres do continente, e as dificuldades são imensas.

49. O relacionamento com a China vem se fortalecendo rapidamente, com o restabelecimento dos laços em 2017, após o rompimento com Taipé. O presidente Adama Barrow participou da III Cúpula do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em setembro de 2018, encontrando-se com seu homólogo chinês, e o chanceler Wang Yi visitou Banjul em janeiro de 2019, ocasião em que reafirmou o respaldo chinês às iniciativas gambianas de reforço da paz e segurança no país, a promessa de investimentos em infraestrutura, no contexto da "Belt and Road Initiative".

50. Ganharam novo impulso, igualmente, as relações com a Índia e a Turquia, tendo os presidentes Ram Nath Kovind e Tayyip Erdogan visitado o país em julho de 2019 e em janeiro último, respectivamente.

51. Estremecidos durante o período Jammeh, os laços entre Gâmbia e Senegal foram normalizados, processo que se beneficiou do bom relacionamento entre os presidentes Barrow e Macky Sall, adensando-se principalmente a cooperação nas áreas econômica e securitária. Destacam-se, nesse contexto, a inauguração em janeiro de 2019 da ponte sobre o rio Gâmbia, beneficiando a integração entre os dois países e entre as regiões norte e sul do Senegal, bem como a realização das duas edições do Conselho Presidencial Senegalo-Gambiano, em março de 2018 e 2020, respectivamente, ocasiões em que foi reiterado o desejo de fazer do espaço "senegambiano" um motor de integração regional.

Relações políticas bilaterais

52. Brasil e Gâmbia estabeleceram relações diplomáticas em 1965, ano em que o país africano obteve sua independência. O relacionamento tem sido, desde então, cordial, mas distante. Em 2005, o então presidente Yahya Jammeh realizou visita oficial ao Brasil, ocasião em que foi assinado acordo de cooperação técnica, dentre outros, de forma a intensificar as relações bilaterais. Seguiu-se a visita, em 2010, do ministro gambiano do Planejamento Econômico e Industrial. Tal esforço diplomático não rendeu, entretanto, os resultados esperados. No meu entender, dois obstáculos de monta dificultavam uma maior aproximação: o caráter autocrático do regime de Jammeh e a fragilidade das instituições gambianas.

53. Com efeito, após minha chegada a Dacar em outubro de 2015, a embaixada buscou intensificar os contatos com o lado gambiano com vistas à fixação de data para apresentação de minhas cartas credenciais. Sem embaixador nomeado em Dacar por longo período, o diálogo com Banjul era precário e as gestões da embaixada pareciam se perder no labirinto da burocracia gambiana.

54. A situação política da Gâmbia conheceu reviravolta, em dezembro de 2016, com a eleição do presidente Adama Barrow e o fim do regime de Jammeh, para a surpresa não só de observadores internacionais, mas da própria sociedade civil gambiana. Em meio à crise política subsequente, Adama Barrow se viu obrigado a buscar refúgio em Dacar, onde assumiu as novas funções em fevereiro de 2017. Na ocasião, fui apresentado ao récem-empossado chefe de estado e ao novo chanceler, na qualidade de embaixador designado. A data para a apresentação de minhas cartas credenciais foi fixada apenas um ano depois, em março de 2018.

55. Os encontros que mantive em Banjul foram cercados de extrema cordialidade. O lado gambiano demonstrou interesse em contar com a cooperação técnica do Brasil.

56. Com a eleição de Barrow, caiu um dos obstáculos à intensificação das relações bilaterais. Persiste, entretanto, a extrema precariedade das instituições gambianas, que não dispõem dos recursos humanos necessários para tratar das questões de interesse dos dois países.

Relações econômico-comerciais bilaterais

57. Com a reabertura do setor comercial da embaixada em Dacar, foi possível ampliar os contatos comerciais com empresas gambianas e manter contato mais frequente com a câmara de comércio de Banjul. Os pedidos de informação sobre oportunidades comerciais, de parte a parte, têm crescido nos últimos anos.

58. O intercâmbio comercial bilateral, em 2019, atingiu o patamar de US$ 79,1 milhões, com um saldo para o Brasil de US$ 78,9 milhões. A pauta de exportação se concentra em dois produtos principais: açúcar e arroz.

59. Os encontros empresariais promovidos em Dacar têm contado com uma pequena, mas crescente participação de homens de negócios da Gâmbia. Verifica-se que há grande interesse em estabelecer parcerias com empresas brasileiras.

Cooperação técnica bilateral

60. Em abril de 2018, em passagem por Brasília, entrevistei-me com o então diretor da ABC para examinar as perspectivas de estabelecer programa de cooperação com a Gâmbia, em que pese o quadro de sérias restrições orçamentárias. Na oportunidade, defendi que o Brasil se juntasse à comunidade internacional no esforço de reconstrução do país após quase 22 anos de regime autoritário e de relativo isolamento. Ficou acordado que o Brasil poderia examinar projeto na área de agricultura, conforme prioridade estabelecida por Banjul, desde que fosse indicado um tema específico e delimitado. Desde então, tenho procurado obter resposta do governo gambiano.

Assuntos consulares

61. A comunidade brasileira em Banjul é pequena e composta, em grande parte, por missionários. Nem todos se preocupam em fazer registro junto ao setor consular em Dacar ou manter os dados atualizados.

62. Não há registro recente de casos em que o serviço consular foi chamado a prestar assistência. Durante a crise do coronavírus, muitos membros da comunidade residente efetuaram consultas sobre eventuais voos de repatriação. De uma maneira geral, os brasileiros se encontram bem instalados e optaram por permanecer na Gâmbia.

63. O empresário Amadou Samba tem exercido, informalmente, a função de cônsul honorário do Brasil em Banjul. Não encontrei registro de que tenha sido nomeado, formalmente, pelo governo brasileiro no passado. O fato é que a embaixada em Dacar não precisou recorrer a sua ajuda nesses últimos anos. Caberá avaliar a conveniência de nomeá-lo para a função.

5

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 30, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senadora Eliziane Gama

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20580.43098-92

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 30, de 2020 (Mensagem nº 384, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola*.

Relatora: Senadora **ELIZIANE GAMA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

O Senhor Rafael de Mello Vidal, filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasceu em Montevidéu, Uruguai, em 1964, sendo brasileiro nato conforme o art. 12, letra b, da Constituição de 1946.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal desde 1987 e iniciou sua carreira diplomática em 1991.

Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco defendendo a tese "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções, foi Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul de 2003 a 2005.

No exterior, foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova Iorque, Estados Unidos, de 1995 a 1998; Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, Colômbia, de 1998 a 2002; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, Uruguai, em 2002; Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami, Estados Unidos, de 2005 a 2008; Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, Paraguai, de 2010 a 2012; Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, Paraguai, em 2012; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, Dinamarca, de 2013 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri, Espanha, de 2016 a 2019.

É o Embaixador do Brasil no Mali desde o ano passado.

Foi agraciado com a Medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador em 2010, e no grau de Grande Oficial em 2019; e com a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, em 2012.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Angola, do qual destacamos as informações seguintes.

Angola é um país do litoral sudoeste da África, com cerca de 1,2 milhão de km² e 30 milhões de habitantes, cujo idioma oficial é o português. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* é da ordem de 3 mil dólares. O PIB em Paridade de Poder de Compra (PPP) *per capita* é da ordem de 6 mil dólares.

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).

Em 1995, o Brasil participou da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III, sigla em inglês), que monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e consolidar a paz.

As relações diplomáticas entre Brasil e Angola possuem caráter estratégico e pautam-se na cooperação técnica, na articulação política e na integração econômica.

O idioma em comum, os laços culturais e históricos, a vizinhança atlântica e os desafios semelhantes entre as sociedades brasileira e angolana facilitam o diálogo bilateral com Angola.

A economia angolana baseia-se na exploração de petróleo. Com a queda do preço do petróleo desde 2015, o intercâmbio comercial e os investimentos bilaterais caíram sensivelmente.

Em 2018, 57,5% das exportações de Angola foram para a China. Quanto às importações, 14,1% vieram da China, 13,3%, de Portugal e 11,1% de Singapura. Os combustíveis representaram 92,4% das exportações. Os principais itens importados foram combustíveis, máquinas mecânicas e embarcações.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

Em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Angola totalizou 585 milhões de dólares. As exportações do Brasil para Angola somaram 445 milhões de dólares, e as importações, 140 milhões de dólares, acarretando um saldo de 305 milhões de dólares favorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil exporta açúcar e carnes e importa combustíveis.

Cabe alertar, por fim, que, desde março deste ano, aguarda aprovação pelo Senado o Acordo de Cooperação de Defesa entre Brasil e Angola, assinado em 2010.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 30/2020 - E.RAFAEL V.-ANGOLA

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 30/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RAFAEL DE MELLO VIDAL, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE ANGOLA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20580.43098-92

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 30, de 2020 (Mensagem nº 384, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola*.

Relatora: Senadora **ELIZIANE GAMA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

O Senhor Rafael de Mello Vidal, filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasceu em Montevidéu, Uruguai, em 1964, sendo brasileiro nato conforme o art. 12, letra b, da Constituição de 1946.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal desde 1987 e iniciou sua carreira diplomática em 1991.

Em 2011, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco defendendo a tese "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".

Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2011, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções, foi Subchefe da Divisão do Mercado Comum do Sul de 2003 a 2005.

No exterior, foi Cônsul-Adjunto do Consulado-Geral em Nova Iorque, Estados Unidos, de 1995 a 1998; Segundo-Secretário na Embaixada em Bogotá, Colômbia, de 1998 a 2002; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, Uruguai, em 2002; Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami, Estados Unidos, de 2005 a 2008; Conselheiro comissionado Ministro-Conselheiro na Embaixada em Caracas, Venezuela, de 2008 a 2010; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Assunção, Paraguai, de 2010 a 2012; Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção, Paraguai, em 2012; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Copenhague, Dinamarca, de 2013 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Madri, Espanha, de 2016 a 2019.

É o Embaixador do Brasil no Mali desde o ano passado.

Foi agraciado com a Medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Comendador em 2010, e no grau de Grande Oficial em 2019; e com a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, em 2012.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Angola, do qual destacamos as informações seguintes.

Angola é um país do litoral sudoeste da África, com cerca de 1,2 milhão de km² e 30 milhões de habitantes, cujo idioma oficial é o português. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* é da ordem de 3 mil dólares. O PIB em Paridade de Poder de Compra (PPP) *per capita* é da ordem de 6 mil dólares.

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).

Em 1995, o Brasil participou da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III, sigla em inglês), que monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e consolidar a paz.

As relações diplomáticas entre Brasil e Angola possuem caráter estratégico e pautam-se na cooperação técnica, na articulação política e na integração econômica.

O idioma em comum, os laços culturais e históricos, a vizinhança atlântica e os desafios semelhantes entre as sociedades brasileira e angolana facilitam o diálogo bilateral com Angola.

A economia angolana baseia-se na exploração de petróleo. Com a queda do preço do petróleo desde 2015, o intercâmbio comercial e os investimentos bilaterais caíram sensivelmente.

Em 2018, 57,5% das exportações de Angola foram para a China. Quanto às importações, 14,1% vieram da China, 13,3%, de Portugal e 11,1% de Singapura. Os combustíveis representaram 92,4% das exportações. Os principais itens importados foram combustíveis, máquinas mecânicas e embarcações.

SENADO FEDERAL

SF/20580.43098-92

Em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Angola totalizou 585 milhões de dólares. As exportações do Brasil para Angola somaram 445 milhões de dólares, e as importações, 140 milhões de dólares, acarretando um saldo de 305 milhões de dólares favorável ao Brasil. Basicamente, o Brasil exporta açúcar e carnes e importa combustíveis.

Cabe alertar, por fim, que, desde março deste ano, aguarda aprovação pelo Senado o Acordo de Cooperação de Defesa entre Brasil e Angola, assinado em 2010.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 30, DE 2020

(nº 384/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 384/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Os méritos do Senhor **RAFAEL DE MELLO VIDAL** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

EM nº 00094/2020 MRE

Brasília, 18 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de RAFAEL DE MELLO VIDAL, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Angola.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de RAFAEL DE MELLO VIDAL para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 380/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAFAEL DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RAFAEL DE MELLO VIDAL*
CPF: 296.009.441-72
ID.: 7676 MRE

1964	Filho de Paulo Padilha Vidal e Nair de Mello Vidal, nasce em Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato, conforme o Art. 12, letra b, da Constituição de 1946).
Dados Acadêmicos:	
1987	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal
1991	CPCD IRBr
1996	CAD IRBr
2011	LVI Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com apresentação de tese sobre "A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do Mercosul".
Cargos:	
1991	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1991	Assistente na Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (DAEX)
1992	Assessor na Secretaria de Orçamento e Finanças
1995	Consulado-Geral em Nova Iorque, cônsul-adjunto
1998	Embaixada em Bogotá, segundo-secretário
2002	Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário
2002	Assessor na Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD), Gabinete do Ministro de Estado
2003	Assessor na Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado (AIG)
2003	Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC), subchefe
2005	Cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Miami
2008	Conselheiro comissionado ministro-conselheiro na Embaixada em Caracas
2010	Ministro-conselheiro na Embaixada em Assunção
2012	Encarregado de negócios na Embaixada em Assunção de julho a novembro
2013	Ministro-conselheiro na Embaixada em Copenhague
2016	Ministro-conselheiro na Embaixada em Madri
2019	Embaixada em Bamako Mali, embaixador
Publicações:	
2010	"A Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Processo Negociador do MERCOSUL", FUNAG, Brasília

Condecorações:

2010	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador
2012	Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador
2019	Medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial



JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ANGOLA







OSTENSIVO

Divisão de África II - DAF II

Maio de 2020

2

RELAÇÕES BILATERAIS

Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, realizada sob a égide do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA). O País empenhou apoio diplomático ao governo angolano mesmo durante o período mais agudo da Guerra Fria.

A partir dos anos 1980, foram instaladas operações de paz das Nações Unidas em Angola: a UNAVEM I (1989) fiscalizou a saída das tropas cubanas; a UNAVEM II (1991) facilitou a realização das eleições, determinadas pelos Acordos de Bicesse; e a UNAVEM III (1995), da qual participou o Brasil, monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca (1994), com o intuito de desarmar a UNITA e consolidar a paz.

As relações diplomáticas Brasil-Angola possuem, há dez anos, caráter estratégico e pautam-se em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica.

Nos últimos dois anos, têm sido realizados inúmeros encontros de alto nível entre representantes dos dois países. O então Ministro das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto, esteve em Brasília por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro e manteve reunião bilateral com o Ministro Ernesto Araújo.

Em dezembro de 2019, o Ministro Ernesto Araújo encerrou seu primeiro périplo africano em Angola, após passar por Cabo Verde, Senegal e Nigéria. Na ocasião, o Ministro Araújo entregou ao Presidente João Lourenço carta na qual este foi convidado a visitar o Brasil em 2020.

O Presidente Jair Bolsonaro, acompanhado do Ministro de Estado, fez escalas técnicas em Luanda na ida (23/01) e no retorno (28/01) da visita à Índia, realizada entre os dias 25 e 27/01/2020. Nas duas ocasiões, a comitiva presidencial foi recepcionada pelo então Chanceler Manuel Augusto e pela então Diretora de América do MIREX, Embaixadora Esmeralda Bravo Mendonça. Na primeira escala, o Presidente da República recebeu ligação do Presidente João Lourenço, ocasião em que manifestou disposição de realizar visita a Angola.

Em março de 2020, o Embaixador Manuel Augusto voltou ao Brasil, onde cumpriu substantiva agenda de reuniões com o Ministro Ernesto Araújo e com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, de modo a avançar a extensa pauta de temas bilaterais.

As vantagens do idioma, dos laços culturais e históricos e da vizinhança atlântica, ademais dos desafios comuns entre as sociedades brasileira e angolana, facilitam sobremaneira o diálogo bilateral com Angola.

COMÉRCIO BILATERAL

Desde meados de 2014, período que coincide com a queda sistemática do preço do petróleo, houve declínio na corrente de comércio bilateral, que permaneceu abaixo de US$ 1 bilhão nos últimos cinco anos.

Em 2019, as exportações brasileiras a Angola somaram US$ 441,52 milhões (-3,48% em relação a 2018) – o pior resultado desde 2005 –, e as importações, US$ 140,50 milhões (-33,38%). Houve, por outro lado, aumento do superávit brasileiro, que atingiu o valor de US$ 301 milhões (+22,08%). Nesse

ano, o valor acumulado pelos embarques do agronegócio foi de US$ 355 milhões, cerca de 80% das exportações totais do Brasil para Angola.

Os principais produtos exportados foram açúcar (US$ 132,08 milhões; +28,76%); carne de aves (US$ 65,73 milhões; -18,12%); e embutidos de carne (US$ 29,76 milhões; -0,63%). Angola é, desde 2012, o principal destino das exportações brasileiras de embutidos de carne no mundo.

As importações com origem em Angola têm oscilado bastante nos últimos dez anos. No período 2014-2019, as importações brasileiras de produtos angolanos reduziram-se do pico de US$ 1,11 bilhão a US$ 140,50 milhões (-87,34%), concentradas, em mais de 80%, em petróleo e derivados (naftas para a indústria petroquímica e gás liquefeito). A partir de 2015, o petróleo bruto deixou de ser importado e foi substituído por naftas para a indústria petroquímica. As importações de gás natural liquefeito tiveram início em 2013, somando-se a embarques de butano e propano liquefeito.

São números modestos se comparados ao nível recorde registrado em 2008 (US$ 4 bilhões).

COMÉRCIO AGROPECUÁRIO

Angola já é importante mercado para as exportações brasileiras de proteína animal (carne bovina congelada, suína e de aves). Entretanto, soma-se a um grupo importante de países da África e do Oriente Médio, como Egito, África do Sul e Arábia Saudita, que impuseram barreiras às importações de produtos agrícolas como medida de fomento à economia nacional.

O governo angolano promulgou o decreto presidencial 23/19, de 14/01/2019, no contexto do "Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações" (PRODESI). A lei regulamenta a importação de 54 produtos considerados "da cesta básica e prioritários de origem nacional", definindo condições para a concessão de licenças e prevendo restrições quantitativas a partir de 2022. A medida tem como objetivo a substituição de importações e o estímulo da produção nacional, com reflexos sobre os exportadores brasileiros de carne e milho.

O tema reveste-se de aguda sensibilidade política e econômica em Angola, uma vez que a substituição de importações, sobretudo no caso de produtos da cesta básica, é considerada pelo governo local instrumento essencial para reduzir a dependência do setor petrolífero e estimular a agricultura.

A oferta de cooperação técnica na área agrícola e a promoção de investimentos brasileiros têm sido objeto de solicitações do governo angolano.

COMÉRCIO DE AVIÕES

A Embraer tem oferecido suas aeronaves a Angola, ressaltando a ampla experiência da empresa com o segmento da aviação regional.

INVESTIMENTOS

Atualmente, da perspectiva angolana, um dos principais interesses é atrair novos investimentos brasileiros, considerados fundamentais para promover a diversificação da economia e para o sucesso dos programas de privatizações e concessões em curso.

O Ministro Ernesto Araújo sinalizou a seus interlocutores angolanos que interessaria, neste momento, reconfigurar a presença econômica brasileira em Angola, deixando de lado um modelo dependente de crédito público e ingerência estatal e substituindo-o por novo paradigma em que investimentos produtivos possam ser atraídos segundo uma lógica de mercado, valendo-se do compromisso do governo do Presidente João Lourenço com a desburocratização e a transparência, bem como do novo marco jurídico angolano para investimento privado e parcerias público-privadas.

O Acordo para evitar a Dupla Tributação (ADT) no transporte aéreo, em fase final de revisão para assinatura, e o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos **(**ACFI) poderão contribuir para estimular novos investimentos. A divulgação pelo governo angolano, junto ao empresariado brasileiro, das reformas já empreendidas e das oportunidades que surgirem em novos setores, com o programa de privatizações, e, especialmente, na agropecuária, considerado setor prioritário para diversificação da economia e para garantir a segurança alimentar de país ainda largamente dependente de importações de alimentos, também poderá estimular investimentos.

Mencione-se, ainda, a presença de investimentos angolanos no Brasil. Em abril de 2019, foi inaugurado centro de processamento de dados da empresa Angola Cables, em Fortaleza, o "Angonap Data Center Fortaleza". O "Angonap" é hoje o principal ponto de conexão da América do Sul, diretamente ligado a dois cabos submarinos intercontinentais: o "SACS" (South Atlantic Cables System, entre a cidade angolana de Sangano e Fortaleza) e o "Monet" (entre São Paulo e Miami), ambos instalados e mantidos pela Angola Cables. O Banco de Desenvolvimento de Angola financiou o investimento, incluindo a rede submarina e a construção do centro.

ANTECIPAÇÃO DE DÉBITOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL E AO BNDES

Em 03/12/2019, Angola efetuou o pagamento integral, e de forma antecipada, de seu saldo devedor junto ao governo brasileiro, no valor de US$ 589,3 milhões (581 milhões relativos ao BNDES e 8,3 milhões ao BB-PROEX). A dívida referia-se a contratos firmados antes de 2015. Angola sempre honrou seus compromissos com o Brasil e nunca atrasou pagamentos das parcelas devidas, observando os cronogramas estabelecidos nos contratos de financiamento.

A quitação do saldo devedor representa prova do compromisso angolano com reformas estruturais que lançarão bases mais sólidas para futuro crescimento econômico, além de gesto de boa vontade e confiança nas relações bilaterais.

ACORDO DE SERVIÇOS AÉREOS

As relações aerocomerciais entre Brasil e Angola são regidas pelo Acordo de Serviços Aéreos (ASA), assinado em 16/12/1983, e por Memorando de Entendimento, firmado pelas autoridades aeronáuticas dos dois países em 11/04/2017. Novo ASA bilateral foi assinado em 24/09/2019, em Montreal, à margem da 40ª Assembleia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

A fim de evitar que os transtornos relativos a cobranças fiscais de que a

empresa angolana TAAG foi objeto se repitam no futuro, o lado brasileiro propôs, em 2005, a negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional (ADT aéreo). O instrumento servirá como incentivo para que outras empresas, brasileiras ou estrangeiras, ofereçam frequências diretas de cargas e passageiros, complementando, assim, o recém-assinado Acordo de Serviços Aéreos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS (ACFI)

O ACFI com Angola foi assinado em 01/04/2015. Em 28/07/2017, o ACFI entrou em vigor para ambas as Partes.

A primeira reunião do Comitê Conjunto do ACFI realizou-se em 28/02/2020, em Brasília. O Comitê Conjunto, entre outras atribuições, encarrega-se do monitoramento da implementação do Acordo, do compartilhamento de oportunidades de investimentos e, sobretudo, da atuação para a prevenção de controvérsias e para a solução amigável de eventuais disputas envolvendo os investimentos bilaterais.

TEMAS ENERGÉTICOS

Petróleo. A produção de petróleo corresponde a mais de um terço do PIB (cerca de 34%) angolano. O setor de hidrocarbonetos sofre, desde 2014, com a queda dos preços do petróleo. Uma das principais metas do Estado angolano é criar condições para viabilizar a diversificação de sua economia, cuja produção petrolífera, a segunda do continente, dá mostras de estagnar-se aos poucos, o que se deve sobretudo à falta de investimentos em anos anteriores e não propriamente por esgotamento das reservas petrolíferas, cuja maior parte se encontra em águas profundas ou ultra profundas.

No tocante aos incentivos para a retomada dos investimentos, foram publicados vários decretos presidenciais visando a regular a atividade petrolífera e a conferir maior segurança jurídica e rentabilidade aos investidores. Entre 2018 e os primeiros meses de 2019, o marco regulatório do setor de combustíveis fósseis foi amplamente revisto, tarefa realizada pelo governo angolano em consultas com as principais multinacionais atuantes no país.

Gás Natural. O novo marco regulatório para gás natural, introduzido por decreto presidencial de 18/05/18, estabelece regime fiscal e normas para prospecção, pesquisa e produção. Angola é um pequeno produtor de gás natural, e grande parte do gás associado ao petróleo é queimado pelas empresas por falta de estrutura que torne o aproveitamento econômico viável.

O governo busca transformar essa situação desde 2013, quando a então recém-inaugurada usina de gás liquefeito (Angola LNG ou ALNG), situada no porto de Soyo, na foz do rio Congo, fez sua primeira exportação (para o Brasil). O empreendimento, orçado em US$ 10 bilhões, teve suas operações interrompidas um ano depois, por dificuldades de manutenção, sendo reativado em 2016. A usina foi construída com capacidade para produzir 5,2 milhões de toneladas por ano, mas permanece em grande parte ociosa. A ALNG tem como acionistas a Chevron (36,4%), a Sonangol (22,8%), a BP (13,6%), a Eni (13,6%) e a Total (13,6%).

6

Mineração. O governo do Presidente João Lourenço vem introduzindo algumas mudanças no marco jurídico do setor de mineração. Aprovou-se, por exemplo, legislação que acabou com o monopólio da comercialização de diamantes pela estatal "Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola" (Sodiam) e criaram-se incentivos ao investimento privado nas áreas de prospecção, exploração e lapidação.

A reestruturação em curso do setor de recursos minerais prevê, igualmente, a criação de uma Agência Nacional de Recursos Minerais. O lado angolano também já externou propósito de inteirar-se do histórico de criação da Agência Nacional de Mineração no Brasil, bem como da alteração do Código de Mineração e do aprimoramento da legislação brasileira relativa a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

O setor de defesa é de grande importância bilateral e há grande interação e convergência de opiniões entre os dois países em diversos fóruns.

Por parte do Brasil, há interesse em que a cooperação no setor de defesa com Angola seja intensificada, inclusive na seara da indústria.

Temas de defesa e segurança tendem a merecer atenção especial no âmbito da nova administração angolana, uma vez que tanto o Presidente (Ministro da Defesa Nacional entre 2014 e 2017) quanto o Vice-Presidente do país são generais das Forças Armadas Angolanas (FAA).

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

Em 2012, houve interrupção da tramitação do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, para verificação de sua compatibilidade com a LAI. Em 2017, avaliação conjunta do MRE e do MD constatou que não havia óbice jurídico à aprovação parlamentar. O Acordo foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 12/03/2020, e seguiu para análise do Senado Federal.

ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

Visitas de altas autoridades dos Ministérios da Defesa de ambos os países são constantes e demonstram a intensidade das relações bilaterais nessa área. As principais demandas das Forças Armadas Angolanas têm envolvido a formação e o aperfeiçoamento de militares.

Em março de 2020, o navio-patrulha oceânico Amazonas participou, em Luanda, de exercícios de simulação e adestramento para oficiais angolanos e santomenses da operação marítima multinacional Obangame Express, destinada a treinamento para combate a ilícitos transnacionais no Golfo da Guiné. O exercício teve formato reduzido em razão da crise de COVID-19.

COOPERAÇÃO EM DEFESA NA CPLP

A CPLP também constitui importante fórum em que Brasil e Angola promovem cooperação na área de defesa. Os Estados Membros têm buscado, entre outros temas, contribuir para o reforço das capacidades nacionais em matéria de defesa e explorar possibilidades de cooperação no âmbito de missões

de paz. Devotam, ainda, crescente atenção aos desafios de segurança do Atlântico Sul.

GOLFO DA GUINÉ

Angola é membro fundador da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), organismo regional instituído em 2001, em Libreville, capital do Gabão, e cuja missão é, *inter alia*, criar condições de confiança mútua, paz e segurança propícias ao desenvolvimento harmônico dos Estados Partes. O Acordo entrou em vigor em agosto de 2008. Angola dispôs-se a abrigar, na capital do país, a sede da CGG, tendo também abrigado a II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da CGG, em novembro de 2008.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o País tem buscado colaborar para o enfrentamento do problema, com o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e a participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente.

O caráter estratégico do engajamento brasileiro no Golfo da Guiné refletiu-se na criação, em 23/05/2019, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné. O objetivo do referido GTI é "acompanhar, planejar e debater questões relacionadas ao Golfo da Guiné, de maneira a prover informações e orientações para que a atuação dos órgãos relacionados com o assunto esteja de acordo com os interesses do Estado brasileiro". O colegiado é composto por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, bem como da Marinha do Brasil.

Foi também objeto de análise, no âmbito do GTI, a participação do Brasil no Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), fórum multinacional de concertação política voltado à coordenação de ações nacionais e multinacionais de combate à pirataria, ao roubo à mão armada no mar e a outras atividades marítimas ilegais na região do Golfo. O grupo inclui os membros do G7, os Estados da costa ocidental da África (Angola, Benim, Cabo Verde, Cameroun, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, República do Congo, República da Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo), bem como Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suíça. O Brasil, que, assim como a Austrália, participava na condição de observador, comunicou, por ocasião da última reunião plenária do agrupamento, em novembro de 2019, sua intenção de tornar-se membro pleno.

COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL

A cooperação técnica oferecida pelo Brasil a Angola privilegia o desenvolvimento de capacidades locais, bem como o compartilhamento de conhecimentos e experiências para a formulação e a implementação de políticas públicas e ações mais específicas de treinamento e capacitação profissional.

O Programa de Cooperação Brasil-Angola possui como marco jurídico o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, firmado em junho de 1980 e promulgado em outubro de 1990.

Atualmente, a pauta de cooperação bilateral com o país é prioritariamente focada no setor de saúde e conta com três projetos em execução – dois deles recém-assinados durante a visita do então Ministro da Saúde brasileiro a Luanda, em 18/11/2019, para a implementação de medidas para prevenção e controle do câncer, e para a atenção integral a pessoas com doença falciforme. Na ocasião, foi inaugurado o primeiro banco de leite humano no país. Há, ademais, interesse angolano em receber cooperação brasileira na área de ações voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência (Programa "Escola de Todos").

COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA

Durante a visita do então Chanceler angolano a Brasília, em março de 2020, foi realizada uma reunião na EMBRAPA e outra no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para discutir possível apoio da empresa brasileira na cooperação agrícola. O foco da demanda angolana seria a formação de quadros, a assistência técnica e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento das culturas prioritárias: milho, feijão, sorgo, mandioca, abacate e algodão. Com exceção da mandioca, Angola importa as demais *commodities* que compõem a base alimentar de sua população.

Nas conversas no MAPA, ressaltou-se o importante papel a ser desempenhado pelos setores privados de ambos os países no tema. Acordou-se que o tema avançaria com a realização de missão de especialistas da EMBRAPA e da ABC a Angola, em data a ser acordada pelas partes.

COOPERAÇÃO TÉCNICA MULTILATERAL – CPLP

São três os projetos de cooperação em execução com Angola no âmbito da CPLP: Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP; e Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, implementado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A principal iniciativa bilateral de cooperação educacional diz respeito ao intercâmbio de estudantes universitários. Parcela expressiva da elite angolana foi e continua a ser formada em universidades brasileiras.

Angola é um dos principais países africanos beneficiados pelo Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), ocupando a 4ª posição em número de selecionados, atrás de Cabo Verde, Guiné Bissau e Paraguai, desde 2000. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) recebe estudantes dos países de língua portuguesa da África e do Timor Leste. Atualmente, 325 angolanos estão realizando estudos de graduação na universidade.

LEITORADO

Em cerimônia no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), em janeiro de 2020, o Embaixador do Brasil em Luanda, em conjunto com o Reitor da Universidade Agostinho Neto (UAN), Dr. Pedro Magalhães, assinou Memorando de Entendimento para o estabelecimento do programa de Leitorado. O/A profissional selecionado ministrará aulas em nível de graduação e pós, além de contribuir para a realização de eventos, nas áreas de literatura brasileira, literatura comparada, estudos culturais afro-brasileiros, teoria e crítica literárias.

COOPERAÇÃO CULTURAL

O Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) foi inaugurado em novembro de 2003. Como resultado de Memorando de Entendimento bilateral, assinado em 2009, houve cessão recíproca de imóveis históricos, com vistas a abrigar o Centro Cultural de Angola no Brasil, que já funciona em edifício cedido pelo governo da Bahia no Pelourinho, e do Brasil em Angola.

A nova sede do Centro Cultural Brasil-Angola foi instalada onde se localizava o antigo "Hotel Luanda", que teve a fachada restaurada e o interior reconstruído. É um dos principais espaços culturais da capital angolana. O centro foi palco de 112 eventos culturais e educacionais ao longo de 2019, nas áreas de teatro, cinema, literatura, música, dança, artes plásticas, gastronomia, capoeira, entre outras.

ACORDO ORTOGRÁFICO: DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Persiste, entre autoridades e acadêmicos angolanos, a postura de "retificar para ratificar" o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que não coincide com a ótica brasileira. De forma geral, as resistências adviriam de dificuldades na definição do Vocabulário Ortográfico Nacional (VON) angolano, no que se refere ao aportuguesamento das palavras com origem nas línguas autóctones.

COMBATE À CORRUPÇÃO

O novo governo angolano tem buscado apoio brasileiro para aprimorar suas instituições de combate à corrupção. Trata-se da busca, pelos governos de Brasil e Angola, por abrir frentes inovadoras nas relações bilaterais.

A Inspeção Geral da Administração do Estado de Angola (IGAE) realizou, em agosto de 2019, missão a órgãos públicos brasileiros com o intuito de aprimorar o combate à corrupção. A IGAE foi recebida à época pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, pelo Ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União, pelo Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e pela então Procuradora-Geral da República.

A missão da IGAE repercutiu positivamente na imprensa e junto às autoridades angolanas. O Ministério Público local já sinalizou interesse em conhecer melhor o instituto da delação premiada aplicado no Brasil.

10

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

Durante a visita a Luanda, em dezembro de 2019, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro do Interior de Angola, Eugénio César Laborinho, assinaram o Acordo em Matéria de Segurança e Ordem Interna. O Acordo busca fomentar a cooperação, sobretudo em áreas como terrorismo, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, sequestro, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, crimes contra a vida, corrupção e crimes contra propriedade.

TEMAS CONSULARES, MIGRATÓRIOS E CRISE DA COVID-19

É pequeno o número de brasileiros que visita Angola a turismo, predominando objetivos como negócios e a visita a parentes que residem no país. Os principais destinos são Luanda e a cidade de Benguela, no sul do país.

Brasil e Angola possuem dois acordos bilaterais sobre vistos em vigor: Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios (2014) e Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (1999). Exigem-se vistos para todo tipo de viagem em passaportes comuns.

O número de solicitantes angolanos de refúgio no Brasil continua elevado: atualmente, há 4.983 pedidos aguardando decisão do CONARE. Outros 564 nacionais angolanos já são detentores de refúgio no Brasil.

No contexto da crise da COVID-19, desde 20/03, estão sendo aplicadas medidas de distanciamento social em Angola. No momento, aplica-se alto grau de restrição à movimentação das pessoas. A violação da quarentena domiciliar constitui crime de desobediência e pode dar ensejo a sua transformação em quarentena institucional.

Em apoio aos cidadãos brasileiros retidos em Angola, em 24/04, foi realizado voo de repatriação que partiu de Maputo e fez escala em Luanda, onde embarcaram 192 nacionais.

POLÍTICA INTERNA

PANORAMA GERAL

Em 2017, Angola comemorou quinze anos de paz. O fim da guerra civil, em 2002, após a morte do líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, propiciou a pacificação do país, que esteve mergulhado em mais de 40 anos de conflitos: quinze anos de luta anticolonial e 27 anos de embates internos. Em 2012, de forma ordeira e tranquila, realizaram-se, já sob a égide da primeira Constituição de Angola (promulgada em 2010), as primeiras eleições gerais desde o fim da Guerra Civil (em 2008, houve apenas eleições legislativas). Naquele ano, como esperado, o MPLA elegeu o Presidente José Eduardo dos Santos, com 72% dos votos válidos.

A grande novidade no cenário político angolano foi a decisão de José Eduardo dos Santos, que permaneceu no poder por quase quatro décadas, de não se apresentar como cabeça de lista do MPLA para as eleições de 2017 e de, consequentemente, afastar-se da presidência angolana. O fato de comemorar 78

anos em 2018, somado ao seu estado de saúde, pesou na decisão. Santos, contudo, não abandonou, de imediato, a vida política, tendo permanecido como Presidente do partido governista até setembro de 2018, quando João Lourenço assumiu, também, a presidência do MPLA.

CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO DE JOÃO LOURENÇO

Nas eleições de 2017, o então Ministro da Defesa João Lourenço, cabeça de lista do MPLA, foi eleito Presidente da República, tendo o MPLA angariado 61% dos votos, contra 26% para a UNITA.

O afastamento de familiares de José Eduardo dos Santos de posições estratégicas em empresas estatais reforçou a posição do novo governo de apresentar-se como independente no que se refere à lisura da gestão pública, um dos eixos do programa de governo de Lourenço.

Em abril de 2020, o Presidente Lourenço realizou ampla reforma ministerial, reduzindo de 28 para 21 as pastas ministeriais e afastando quadros ainda associados a gestão anterior. Os novos nomes, como o do novo titular da Pasta de Relações Exteriores, Embaixador Téte António, revelam valorização de personalidades mais jovens do MPLA e a continuidade do projeto reformista.

GRADUAL DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER

O MPLA é o único partido presente nos 164 municípios das 18 províncias angolanas. Sua estrutura e capilaridade superam em complexidade as do Estado, uma vez que está presente não apenas no meio urbano, mas também no campo, onde é representado por seus comitês de ação.

O governo central e o MPLA se dispuseram a dar início ao processo de preparação das inéditas "eleições autárquicas", a partir de 2020, para fortalecer a autonomia das províncias e dos municípios, e contemplar maior participação de outras forças políticas – passo adicional rumo ao fortalecimento da democracia angolana.

OPOSIÇÃO

Após 16 anos de gestão de Isaías Samakuva, Adalberto Costa Júnior foi eleito novo Presidente da UNITA, a mais importante agremiação partidária oposicionista de Angola. Em sinal de ambiente político republicano e conciliador, o PR João Lourenço cumprimentou Costa Júnior pela vitória. Dos atuais 220 deputados da Assembleia Nacional, 150 são do MPLA, e 51, da UNITA. Os poucos assentos remanescentes estão distribuídos entre partidos menores (FNLA, etc.).

ECONOMIA

PANORAMA GERAL

A economia angolana vincula-se estreitamente às receitas do petróleo, setor que responde por 95% das exportações do país, por mais da metade de suas receitas totais e por cerca de um terço do PIB. Essa dependência expõe o país às

oscilações do preço do petróleo, de modo que o governo angolano se mostra cada vez mais consciente da necessidade de diversificação econômica. Apesar da queda na produção, por falta de novos investimentos, o país é o segundo maior produtor africano, atrás apenas da Nigéria, e um dos dez maiores exportadores no mundo.

O Presidente João Lourenço, na metade de seu mandato, tem logrado criar ambiente de maior liberdade econômica e aprovar uma série de medidas conducentes à implementação gradativa de reformas estruturais, ao amparo de acordos firmados com o FMI e o Banco Mundial, não obstante o persistente quadro recessivo. A prioridade é aumentar a produção doméstica de bens e serviços para gerar emprego e renda localmente, diversificando a economia.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

O baixo preço do petróleo, desde 2014, representa um dos mais importantes desafios políticos e econômicos do país, com desdobramentos variados: revisão do orçamento nacional, desvalorização cambial, taxa de inflação, e adoção de política monetária e fiscal restritiva. A diminuição das receitas de exportação de petróleo condicionou a redução dos investimentos públicos (um dos pilares do crescimento econômico de Angola), o que contribuiu para o arrefecimento da economia.

A baixa dos preços do petróleo, ao reduzir a entrada de dólares no país, exerce pressão sobre as reservas nacionais. A desvalorização do kwanza frente ao dólar fez subir os preços dos produtos importados e, em consequência, a inflação, com impacto sobre as camadas mais pobres, o que agrava a já acentuada desigualdade de renda.

Na proposta orçamentária para 2020, aprovada em novembro corrente pela Assembleia Nacional, o governo angolano confirma recessão em 2019 pelo quarto ano seguido, com queda de 1,1% do PIB.

Para 2020, antes da crise da COVID-19, o governo previa crescimento de 1,8% (1,2% para o FMI). Com a eclosão da pandemia, contudo, projeta-se a contração do PIB angolano entre -1,2% e -3,3% para este ano.

INFLAÇÃO, TAXA DE JUROS E DESEMPREGO

O governo prevê inflação de 17,7% em 2019 (acima da meta inicial de 15%) e 25% em 2020, revertendo a tendência de desaceleração do nível de preços que se registrava desde o início do governo João Lourenço. O controle da inflação e o sucesso do ajuste fiscal vêm permitindo a paulatina redução dos juros e a expansão do crédito, essenciais para estimular a atividade econômica.

No final de 2019, o Comitê de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu baixar a taxa básica de juros de 16,5% para 15,75%, contrariando expectativa de que a taxa seria mantida, e anunciou regime de câmbio livre.

As reservas internacionais líquidas, que se mantiveram acima de US$ 20 bilhões até 2016, estão hoje em torno de US$ 10 bilhões (Banco Nacional de Angola – BNA). O país tem, tradicionalmente, déficits em conta corrente, uma vez que os superávits comerciais são insuficientes para cobrir os déficits em serviços e transferências.

Ao fim do terceiro trimestre de 2019, o desemprego atingiu 30,7% (Instituto Nacional de Estatística – INE).

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior representa cerca de 52% do PIB do país (Banco Mundial). Angola é membro de mecanismos regionais de comércio, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central, CEEAC), e assinou o Acordo de Livre Comércio Continental Africano em março de 2018.

O petróleo compõe mais de 95% das exportações totais. Angola é grande exportador de diamantes e também envia café, sisal e pescado. Importa principalmente maquinaria, veículos, sobressalentes, medicamentos, alimentos e têxteis. Os principais parceiros comerciais de Angola são China, Índia, União Europeia (Espanha e Portugal) e os EUA. Em 2018, registraram-se exportações totais de bens de US$ 42,12 bilhões (+22% sobre 2017) e importações de US$ 15,44 bilhões (+7%).

ACORDO COM O FMI

Em dezembro de 2018, Angola firmou com o FMI programa que prevê empréstimo de US$ 3,7 bilhões até 2021. Ao fim da primeira revisão, em junho de 2019, o Fundo desembolsara US$ 1,24 bilhão. Com o fim da segunda avaliação, em dezembro, foi autorizada a terceira parcela do empréstimo, no valor de aproximadamente US$ 250 milhões, o que elevou a US$ 1,48 bilhão o montante desembolsado pelo Fundo.

COMÉRCIO INTRARREGIONAL

O comércio intra-africano de Angola é limitado pelo próprio peso das exportações de petróleo, destinadas em sua maior parte à China (60,3% segundo o INE). No ano passado, apenas 3,7% das exportações e 11,8% das importações angolanas corresponderam ao intercâmbio com a África, de modo que o comércio intrarregional equivaleu a somente 6% das trocas do país, cifra duas a três vezes menor que a média dos países do continente.

O maior parceiro regional é a África do Sul. Os maiores desafios que Angola enfrenta para o crescimento de seu comércio intrarregional estão relacionados à baixa complementariedade econômica com os países do continente; à restrita capacidade exportadora e produtiva do setor não-petrolífero; e às deficiências de integração viária.

Por essa razão, o principal interesse do governo angolano ao ingressar na Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA) e na Zona de Livre Comércio da SADC é a atração de investimentos estrangeiros, de modo a superar esses gargalos de infraestrutura.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO CONTINENTAL AFRICANA (ZLCCA)

O Presidente João Lourenço assinou, em Kigali, durante a X Reunião de Cúpula Extraordinária da União Africana (21/03/2018), o acordo comercial que cria uma zona de livre comércio em toda a África. Quarenta e quatro países do

continente assinaram, naquela ocasião, o instrumento, que entrou em vigor em 30/05/2019, após a 22ª ratificação (Angola ainda não ratificou).

Espera-se que o ZLCCA crie um mercado de mais de um bilhão de pessoas, com PIB de mais de US$ 3 trilhões. Uma vez em vigor, a ZLCCA tem a ambição de aumentar o comércio intra-africano em 52% até o ano de 2022, remover tarifas de 90% das mercadorias, liberalizar serviços e combater outras barreiras ao comércio intra-bloco, como os sempre mencionados longos atrasos nos postos fronteiriços.

O governo de João Lourenço tem demonstrado interesse em promover a integração comercial de Angola em seu entorno, tradicionalmente limitada. Deverá, em breve, apresentar sua primeira oferta de preferências tarifárias à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O principal objetivo é atrair investimentos estrangeiros que contribuam para a diversificação da economia.

As entidades representativas do setor privado angolano, contudo, externaram preocupação com provável aumento da concorrência de produtos importados no mercado local, já muito dependente de importações.

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Angola é um dos poucos países membros da SADC que ainda não integram plenamente a zona de livre comércio do bloco (ZLC), vigente desde 2008. Embora tenha ratificado o Protocolo Comercial em 2003, Angola nunca o implementou e, somente a partir de maio de 2018, já na administração de João Lourenço, passou a adotar medidas para efetivamente aderir à ZLC.

Em mais de uma ocasião, porém, representantes do Ministério do Comércio indicaram à imprensa que o processo de adesão à ZLC da SADC deverá concretizar-se de forma gradual, e pode durar mais de uma década.

AGENDA DE REFORMAS

Além das medidas de ajuste fiscal, a agenda de reformas econômicas contempla a modernização do arcabouço legislativo em prol da melhora do ambiente de negócios no país. Foram propostas novas regras para facilitação do investimento privado, defesa da concorrência e repatriação de capitais, e está em curso a reestruturação de empresas públicas, como a Sonangol.

A persistência do governo de João Lourenço em observar os compromissos assumidos com o FMI demonstra a crença no novo paradigma de reformas econômicas ortodoxas e liberalizantes que o Presidente tem procurado construir desde o início de seu mandato.

Diante da insuficiência da poupança doméstica, historicamente deslocada pelo Estado, a atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) tornou-se fator crucial para o sucesso das novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver sobretudo o turismo e a agricultura.

DAF II, 05/05/2020

15

PERFIS BIOGRÁFICOS



João Manuel Gonçalves Lourenço
Presidente da República

Nascido em 05/03/1954, na cidade do Lobito, província de Benguela. Após a queda do regime salazarista em Portugal, juntou-se à luta de libertação, tendo integrado o primeiro grupo de combatentes que entraram em território angolano. Tem formação militar (artilharia pesada). Entre 1978 e 1982, estudou na União Soviética, onde, além da formação militar, obteve o título de mestre em Ciências Históricas. Já ocupou diversas posições de relevo dentro do partido e no Estado angolano, entre as quais a de Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA entre 1993 e 1998; Secretário-Geral do MPLA e Presidente da Comissão Constitucional entre 1998 e 2003; 1º Vice-Presidente da Assembleia Nacional entre 2003 e 2014. Era Ministro da Defesa Nacional até 24/07/2017, quando se desvinculou para disputar as eleições presidenciais. Assumiu a Presidência da República de Angola em setembro de 2017, em substituição ao ex-Presidente José Eduardo dos Santos, que exerceu o cargo por quase quatro décadas (1979-2017). É tido como homem público isento de acusações de corrupção, inclusive pelos representantes da oposição.



Téte Antônio
Ministro das Relações Exteriores

Nascido em 22/01/1955, no município do Bembe, província do Uíge. Imediatamente antes de tornar-se Ministro, o Embaixador Téte Antônio exercia a função da Secretário de Estado para as Relações Exteriores, no Ministério das Relações das Relações Exteriores de Angola (MIREX), desde outubro de 2017. Iniciou sua carreira no MIREX no Departamento da União Africana e Instituições Especializadas da Direção África e Médio Oriente, de onde foi trabalhar na Missão Permanente junto da União Africana, em Adis Abeba (1993-1997). Posteriormente,

16

tornou-se Chefe de Gabinete do Vice-Ministro das Relações Exteriores (1999-2002) e, em seguida, foi membro da delegação angolana no Conselho de Segurança (2003-2004) e Assessor do Presidente da 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (2004-2005). Exerceu outras importantes funções diplomáticas, como Observador Político da União Africana junto à Missão da ONU para a Organização de um Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO); Perito Principal durante a Presidência Angolana da Comissão de Consolidação da Paz da ONU; representante da União Africana Junto à ONU; Conselheiro Diplomático do Presidente da Comissão da União Africana; e Ministro Conselheiro na Missão Permanente da República de Angola junto às Nações Unidas.

17

MAPA DE ANGOLA



18

DADOS BÁSICOS

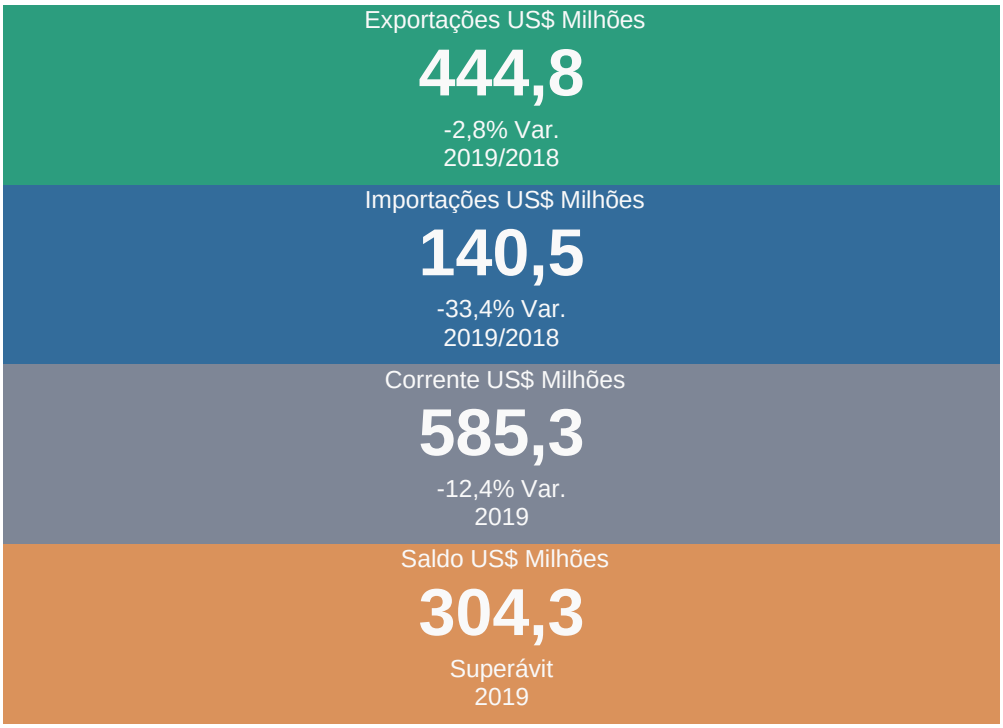
NOME OFICIAL	República de Angola
CAPITAL	Luanda
ÁREA	1.246.700 Km²
POPULAÇÃO	30,809 milhões (último censo – 2018)
IDIOMA OFICIAL	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Africanas (47%), católica (38%), protestante (15%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	João Manuel Gonçalves Lourenço (desde 26/9/2017)
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Téte Antônio (desde 06/03/2020)
PIB nominal (BM, 2018)	US$ 105,751 bilhões
PIB PPP (BM, 2018)	US$ 176,396 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (BM)	-2,13% (2018), -0,14% (2017); -2,58% (2016); 0,94% (2015)
PIB nominal *per capita* (BM, 2018)	US$ 3.229
PIB PPP *per capita* (BM, 2018)	**US$ 5.725**
IDH (PNUD, 2015)	0,532 (149ª posição entre 188 países)
EMBAIXADOR EM LUANDA	Paulino Franco de Carvalho Neto
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Florêncio Mariano da Conceição de Almeida

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões FOB) – *MDIC*

BRASIL➔ ANGOLA	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Intercâmbio	**1.440,80**	**1.512**	**1.190**	**1.998**	**2.372**	**679,83**	**611,7**	**936,1**	**668,3**	**582**
Exportações	947,1	1.074	1.144	1.271	1.262	647,98	539,7	670,4	457,5	441,5
Importações	494,75	438	45,92	727	1.110	31,84	72	265,7	210,9	140,5
Saldo	**453,4**	**636**	**1.098**	**544**	**152**	**616**	**467,7**	**404,7**	**246,6**	**301**

19

CORRENTE DE COMÉRCIO EM 2019



0,2%
Part. nas Exportações
2019

54º
Ranking de Exportações
2019

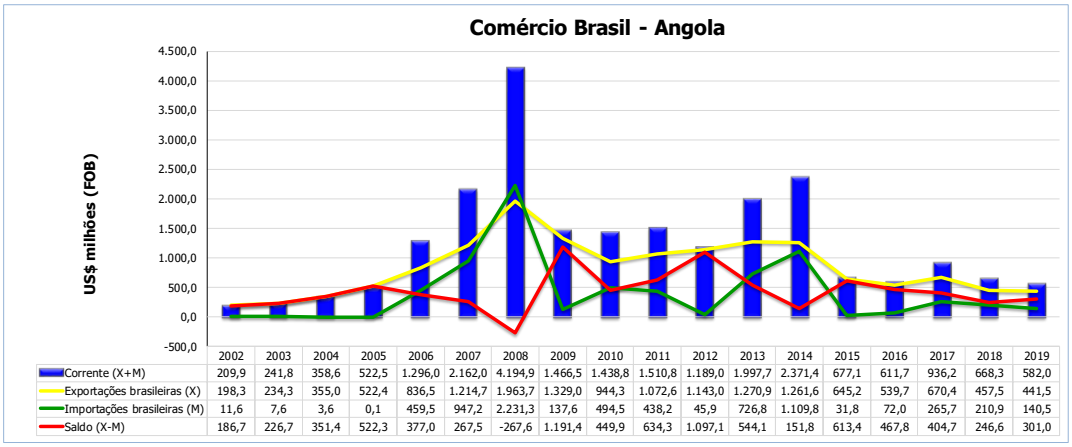
0,08%
Part. nas Importações
2019

64º
Ranking de Importações
2019

Fonte: Ministério da Economia

20

ANEXO ESTATÍSTICO



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	209,9	241,8	358,6	522,5	1.296,0	2.162,0	4.194,9	1.466,5	1.438,8	1.510,8	1.189,0	1.997,7	2.371,4	677,1	611,7	936,2	668,3	582,0
Exportações brasileiras (X)	198,3	234,3	355,0	522,4	836,5	1.214,7	1.963,7	1.329,0	944,3	1.072,6	1.143,0	1.270,9	1.261,6	645,2	539,7	670,4	457,5	441,5
Importações brasileiras (M)	11,6	7,6	3,6	0,1	459,5	947,2	2.231,3	137,6	494,5	438,2	45,9	726,8	1.109,8	31,8	72,0	265,7	210,9	140,5
Saldo (X-M)	186,7	226,7	351,4	522,3	377,0	267,5	-267,6	1.191,4	449,9	634,3	1.097,1	544,1	151,8	613,4	467,8	404,7	246,6	301,0

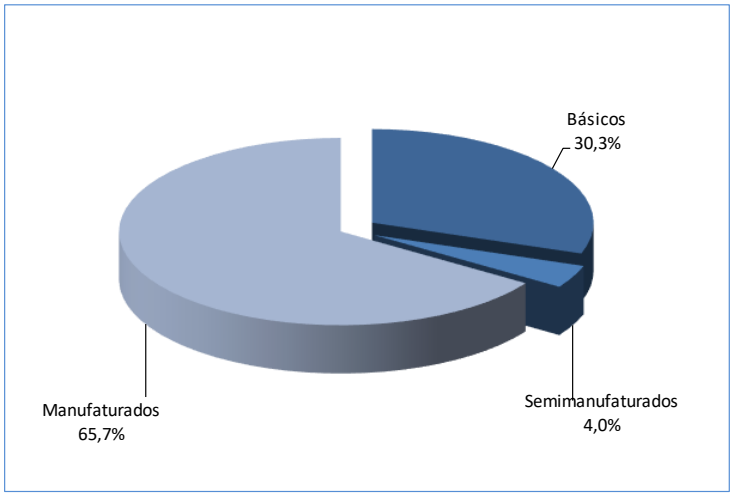
2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (janeiro)	27,1	0,04	27,2	27,1
2020 (janeiro)	23,9	0,04	24,0	23,9

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

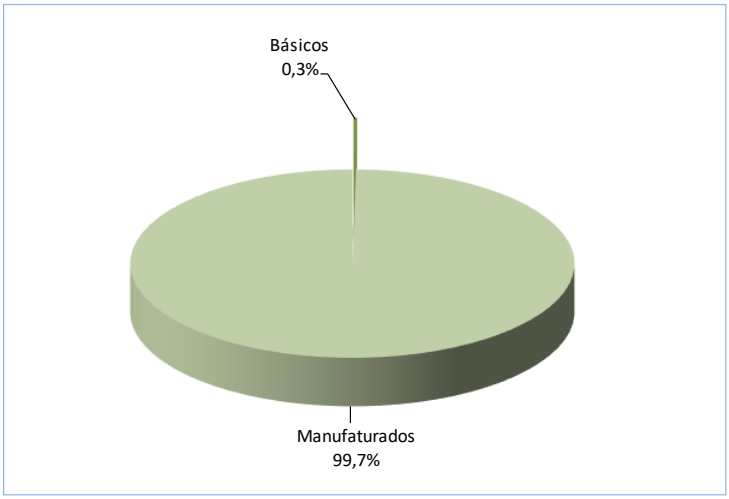
21

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

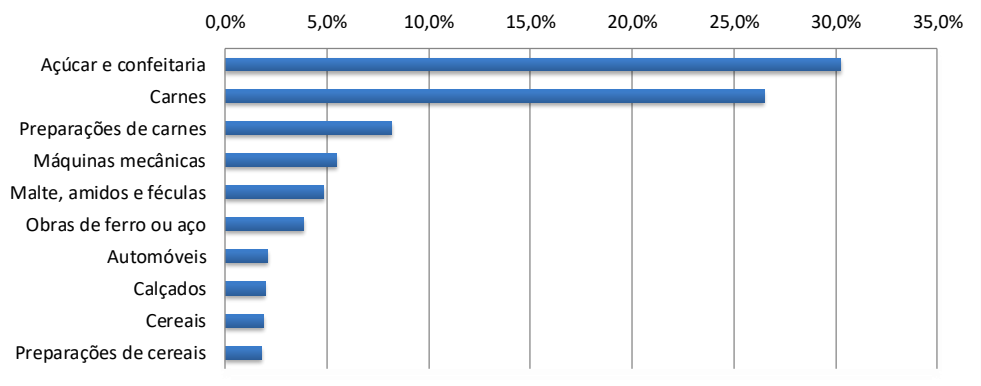
22

Composição das exportações brasileiras para Angola
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar e confeitaria	195,0	29,1%	104,9	22,9%	133,4	30,2%
Carnes	184,8	27,6%	150,2	32,8%	117,0	26,5%
Preparações de carnes	39,7	5,9%	32,6	7,1%	36,1	8,2%
Máquinas mecânicas	24,5	3,7%	14,8	3,2%	24,2	5,5%
Malte, amidos e féculas	53,3	8,0%	28,2	6,2%	21,3	4,8%
Obras de ferro ou aço	27,1	4,0%	2,7	0,6%	16,9	3,8%
Automóveis	17,8	2,7%	43,9	9,6%	9,1	2,1%
Calçados	7,3	1,1%	7,0	1,5%	8,6	1,9%
Cereais	5,5	0,8%	5,4	1,2%	8,4	1,9%
Preparações de cereais	7,9	1,2%	7,7	1,7%	7,7	1,8%
Subtotal	**562,9**	**84,0%**	**397,4**	**86,9%**	**382,8**	**86,7%**
Outros	**107,6**	**16,0%**	**60,1**	**13,1%**	**58,7**	**13,3%**
Total	**670,4**	**100,0%**	**457,5**	**100,0%**	**441,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019



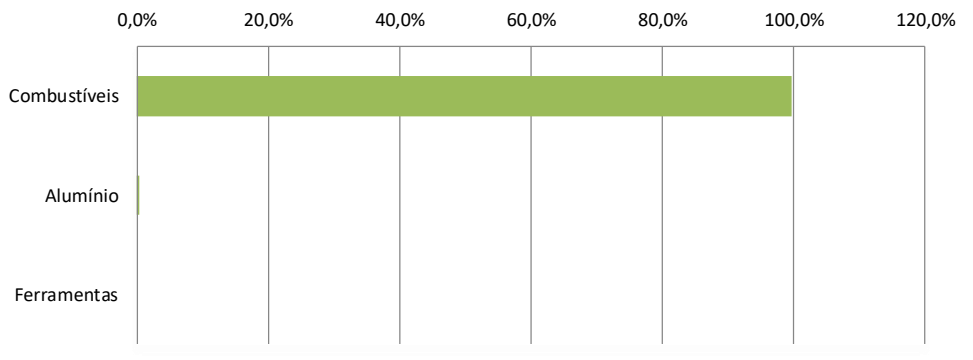
23

Composição das importações brasileiras originárias de Angola
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	265,5	99,9%	209,7	99,5%	140,1	99,7%
Alumínio	0,2	0,1%	1,1	0,5%	0,4	0,3%
Ferramentas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**265,7**	**100,0%**	**210,9**	**100,0%**	**140,5**	**100,0%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**265,7**	**100,0%**	**210,9**	**100,0%**	**140,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019

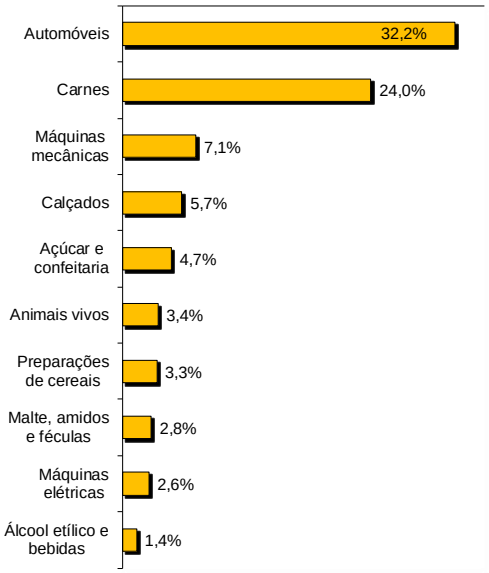


24

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

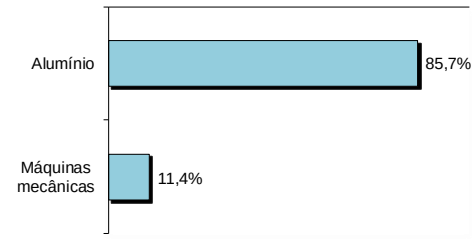
Grupos de produtos (SH2)	2019 (janeiro)	Part. % no total	2020 (janeiro)	Part. % no total
Exportações				
Automóveis	0,2	0,7%	7,7	32,2%
Carnes	9,1	33,6%	5,7	24,0%
Máquinas mecânicas	0,9	3,4%	1,7	7,1%
Calçados	0,7	2,4%	1,4	5,7%
Açúcar e confeitaria	3,9	14,3%	1,1	4,7%
Animais vivos	4,4	16,2%	0,8	3,4%
Preparações de cereais	0,5	1,8%	0,8	3,3%
Malte, amidos e féculas	0,4	1,4%	0,7	2,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,1%	0,6	2,6%
Álcool etílico e bebidas	0,1	0,4%	0,3	1,4%
Subtotal	**20,2**	**74,4%**	**20,8**	**87,1%**
Outros	**6,9**	**25,6%**	**3,1**	**12,9%**
Total	**27,1**	**100,0%**	**23,9**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020



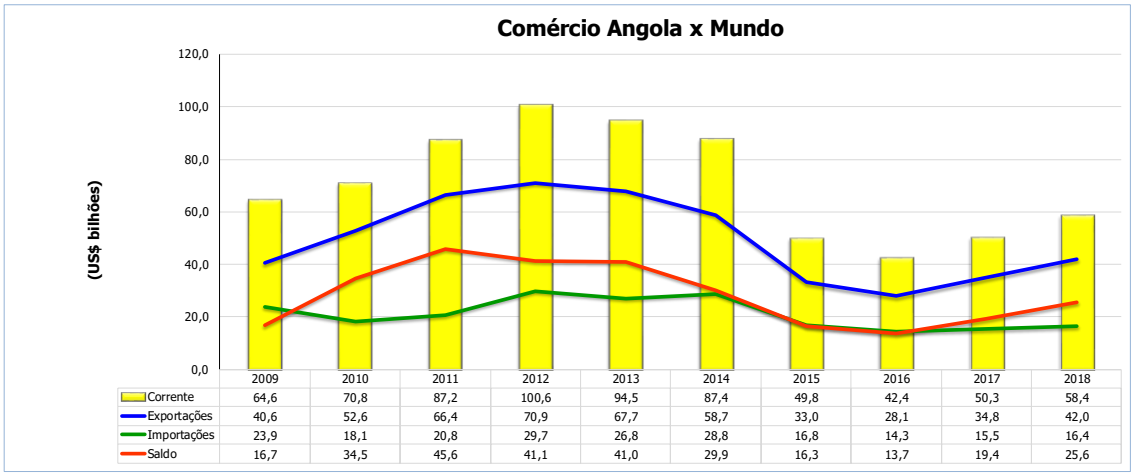
Grupos de produtos (SH2)	2019 (janeiro)	Part. % no total	2020 (janeiro)	Part. % no total
Importações				
Alumínio	0,04	97,4%	0,03	85,7%
Máquinas mecânicas	0,00	0,0%	0,00	11,4%
Subtotal	**0,04**	**97,4%**	**0,03**	**97,1%**
Outros produtos	**0,00**	**2,6%**	**0,00**	**2,9%**
Total	**0,04**	**100,0%**	**0,04**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro de 2020

25



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Corrente	64,6	70,8	87,2	100,6	94,5	87,4	49,8	42,4	50,3	58,4
Exportações	40,6	52,6	66,4	70,9	67,7	58,7	33,0	28,1	34,8	42,0
Importações	23,9	18,1	20,8	29,7	26,8	28,8	16,8	14,3	15,5	16,4
Saldo	16,7	34,5	45,6	41,1	41,0	29,9	16,3	13,7	19,4	25,6

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

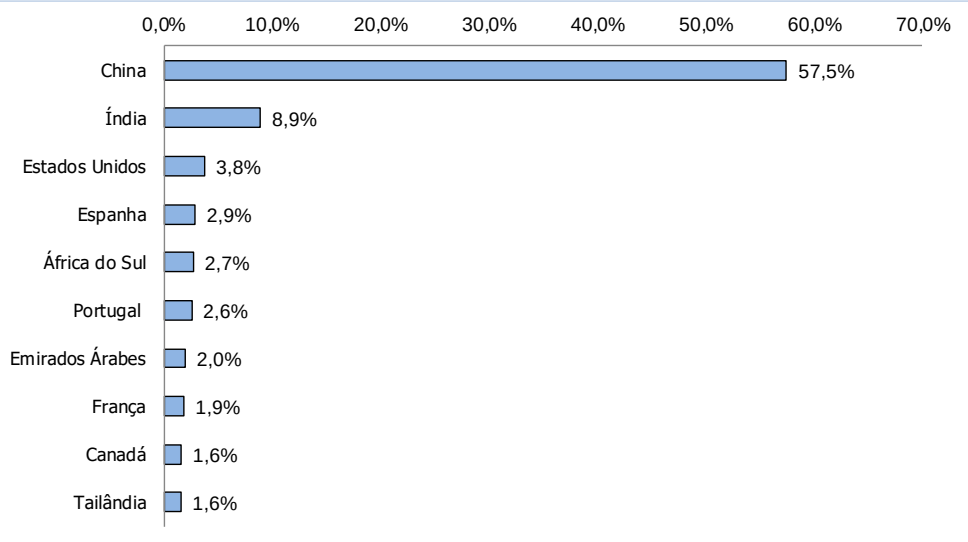
26

Principais destinos das exportações da Angola
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	24,15	57,5%
Índia	3,75	8,9%
Estados Unidos	1,58	3,8%
Espanha	1,22	2,9%
África do Sul	1,14	2,7%
Portugal	1,08	2,6%
Emirados Árabes	0,83	2,0%
França	0,79	1,9%
Canadá	0,69	1,6%
Tailândia	0,67	1,6%
...		0,0%
Brasil (25º lugar)	**0,15**	***0,3%***
Subtotal	**36,05**	**85,8%**
Outros países	**5,97**	**14,2%**
Total	**42,02**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

10 principais destinos das exportações



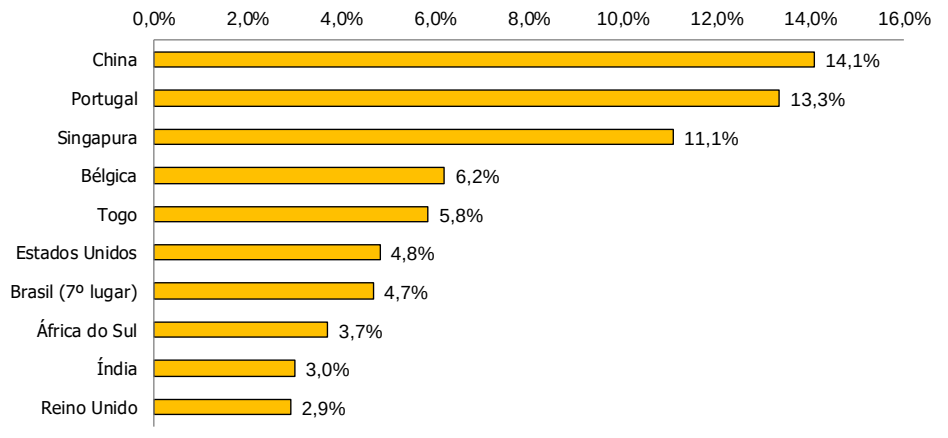
27

Principais origens das importações da Angola
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	2,31	14,1%
Portugal	2,19	13,3%
Singapura	1,81	11,1%
Bélgica	1,02	6,2%
Togo	0,96	5,8%
Estados Unidos	0,79	4,8%
Brasil (7º lugar)	**0,77**	**4,7%**
África do Sul	0,61	3,7%
Índia	0,49	3,0%
Reino Unido	0,48	2,9%
...		
Subtotal	**11,41**	**69,6%**
Outros países	**4,98**	**30,4%**
Total	**16,39**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

10 principais origens das importações



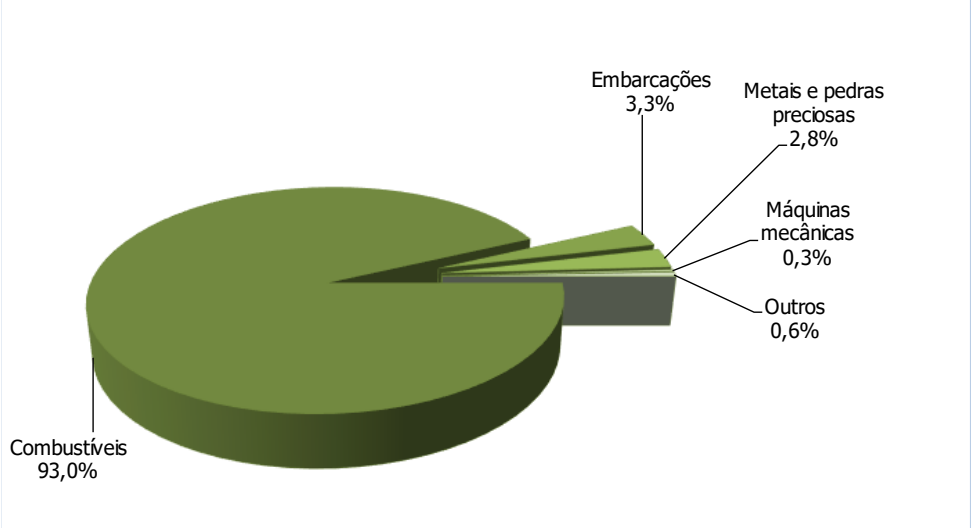
28

Composição das exportações da Angola
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	38,83	92,4%
Embarcações	1,38	3,3%
Metais e pedras preciosas	1,15	2,7%
Máquinas mecânicas	0,13	0,3%
Subtotal	**41,76**	**99,4%**
Outros	**0,26**	**0,6%**
Total	**42,02**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados



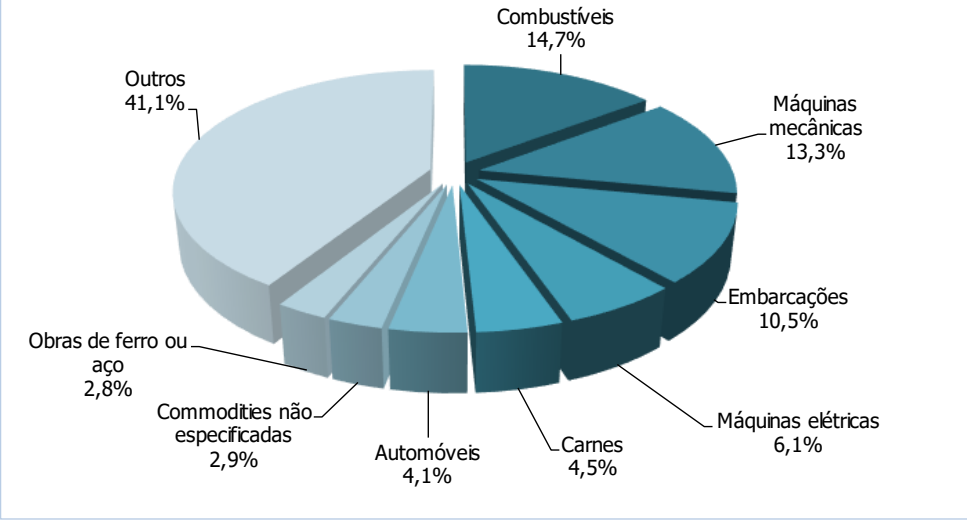
29

Composição das importações da Angola
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	2,41	14,7%
Máquinas mecânicas	2,18	13,3%
Embarcações	1,72	10,5%
Máquinas elétricas	1,01	6,1%
Carnes	0,74	4,5%
Automóveis	0,67	4,1%
Commodities não especificadas	0,47	2,9%
Obras de ferro ou aço	0,45	2,8%
Subtotal	**9,65**	**58,9%**
Outros	**6,73**	**41,1%**
Total	**16,39**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



30

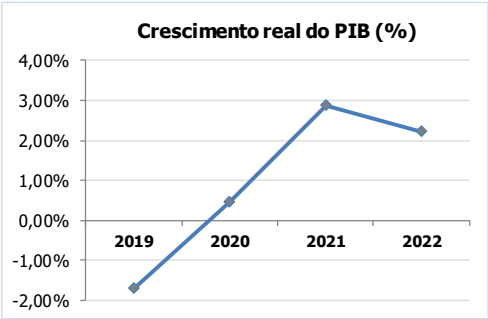
Principais indicadores socioeconômicos da Angola

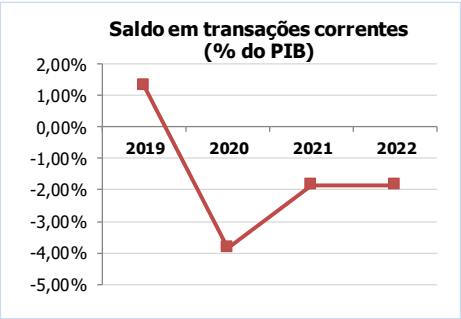
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-1,70%	0,44%	2,88%	2,22%
PIB nominal (US$ bilhões)	107,32	92,19	96,43	100,36
PIB nominal "per capita" (US$)	3.668	3.060	3.107	3.139
PIB PPP (US$)	6.057,00	5.906,00	5.900,00	5.855,00
PIB PPP "per capita" (US$)	6.814	6.763	6.896	6.986
População (milhões habitantes)	29,25	30,13	31,03	31,96
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%)[2]	18,60%	15,00%	9,00%	7,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,31%	-3,85%	-1,87%	-1,87%
Dívida externa (US$ bilhões)	39,20	42,10	38,40	38,50
Câmbio (Kz / US$)[2]	422,30	411,50	421,00	431,20
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		10,2%		
Indústria		61,4%		
Serviços		28,4%		

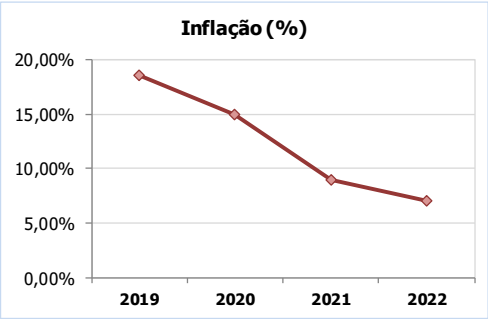
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

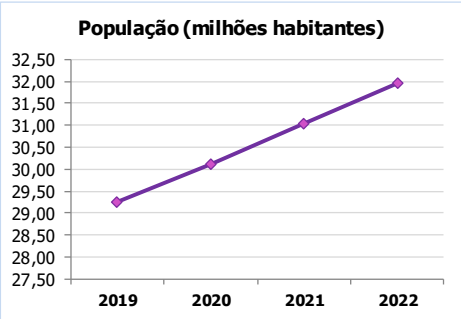
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

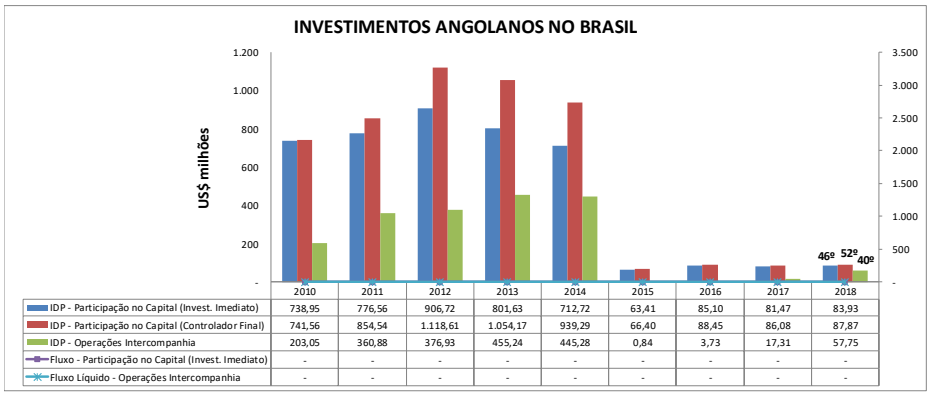








31



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)	738,95	776,56	906,72	801,63	712,72	63,41	85,10	81,47	83,93
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	741,56	854,54	1.118,61	1.054,17	939,29	66,40	88,45	86,08	87,87
IDP - Operações Intercompanhia	203,05	360,88	376,93	455,24	445,28	0,84	3,73	17,31	57,75
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IDP - Quantidade de Investidores ***(>= 10% capital acionário)***		
	2010	**2015**
Investidor Imediato	24	45 (38º)
Controlador Final	24	43 (40º)

Fontes:

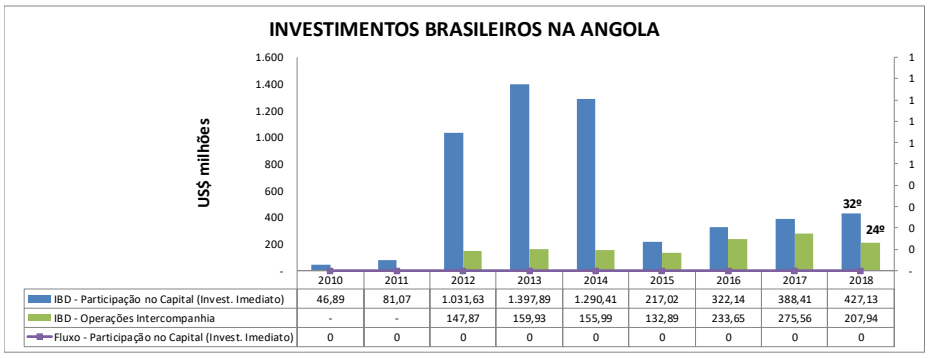
Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

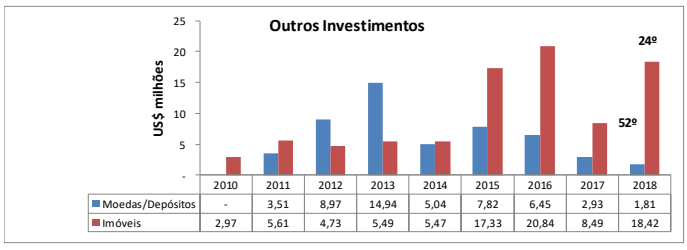
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DINV/MRE

31

32





IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2010	**2018**
14	30

Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DINV/MRE

32

EMBAIXADA DO BRASIL EM LUANDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

Introdução

De antemão, nunca é demais salientar a importância singular de Angola para o Brasil do ângulo não só da política externa como da inter-relação entre nações. Os laços históricos, culturais, linguísticos e consanguíneos são marcantes e se renovam constantemente. É notório que parcela considerável de nossa identidade e formação nacional se deve ao influxo de levas de angolanos escravizados ao longo de três séculos de tráfico negreiro. Em tempos recentes, o Brasil é saudado pelas autoridades locais como o primeiro país a ter reconhecido a independência de Angola, em 11/11/1975. Apesar deste marco, há expectativa de que o Brasil não se acomode com o registro histórico e continue a apostar em Angola e nela ocupar o espaço que lhe é devido como o maior país lusófono.

2. Atualmente, o acrescido papel estabilizador exercido na África por Angola, país que soube apaziguar seus conflitos internos, bem como a contribuição para a proteção do Atlântico Sul e, em particular, da região do golfo da Guiné, refletem interesses estratégicos convergentes com os do Brasil. Tal afinidade geoestratégica sustenta a avaliação de que é necessário buscar sempre maior articulação entre os dois países, conforme procurei fazer durante minha gestão.

3. Angola concentra hoje a maior comunidade brasileira em todo o continente africano, estimada em torno de vinte mil compatriotas, que colaboram de modo significativo para o desenvolvimento socioeconômico local. A projeção do Brasil se faz sentir no cotidiano. O Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA) desponta como referência da vida cultural de Luanda. Trata-se de 'soft power' a ser aproveitado para impulsionar interesses econômicos e comerciais, de maneira mutuamente vantajosa, valendo-se de naturais complementaridades entre os dois países.

4. Por se tratar de país em longa fase de reconstrução institucional e de infraestrutura física, no qual há muito por fazer, multiplicam-se oportunidades facilitadas agora por reformas recentes para atração de investimentos, inclusive em setores de alto valor agregado. Aliás, nesse e em outros nichos, interessa reconfigurar a presença econômica brasileira em Angola, com menos ênfase em modelo de outrora dependente de crédito público e com foco maior doravante em paradigma em que investimentos produtivos possam ser atraídos com aportes do setor privado e do sistema financeiro internacional. Esse pano de fundo preliminar serve para sublinhar o quanto os vínculos entre Brasil e Angola são profundos e transcendem, há séculos, o aspecto meramente formal do relacionamento entre Estados.

Contexto Político Interno (fins de 2016 a meados de 2020)

5. Em novembro de 2016, quando assumi a embaixada, as dificuldades socioeconômicas em Angola ganhavam contornos mais visíveis como consequência do impacto da trajetória de queda da cotação internacional do petróleo, base da economia, em processo iniciado em 2014. Isso após o país ter experimentado uma das maiores taxas de crescimento na África e no mundo em anos pregressos, desde o fim da guerra civil, em 2002, até os idos de 2012-2013. Graças à recuperação econômica no primeiro decênio do século, com o 'boom' da commodity, Angola havia deixado de integrar o rol de países mais pobres e passou a exibir renda per capita de países em desenvolvimento.

6. No plano político, em fins de 2016, o país começava a vivenciar a efervescência dos preparativos para a realização das históricas eleições gerais, que ocorreriam em agosto de 2017, para escolher novos presidente e vice-presidente, além de 220 deputados à Assembleia Nacional (unicameral), 130 pelo círculo nacional e 90 pelas províncias. Coube aos eleitores, recadastrados, votar em uma das seis siglas concorrentes (MPLA, UNITA, CASA-CE, FNLA, PRS e APN), sendo presidenciáveis os cabeças de lista dos respectivos partidos na disputa. Nesse histórico pleito, o então presidente José Eduardo dos Santos (JES), do partido situacionista Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), decidiu não mais concorrer, após 38 anos no poder.

7. Em fevereiro de 2017, o Comitê Central do MPLA, partido cuja presidência era igualmente exercida por José Eduardo dos Santos, oficializou como cabeça de lista o então ministro da Defesa Nacional, João Manuel Gonçalves Lourenço, que acabou se sagrando vencedor nas eleições de agosto daquele ano. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a maior força opositora, liderada por Isaias Samakuva, obteve 26,67% dos votos; a Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), de Abel Chivukuvuku, 9,44%; o MPLA, 61,07%. A vitória do MPLA traduziu-se em 150 deputados na Assembleia Nacional contra 51 da UNITA e 16 da CASA-CE suficientes para garantir maioria qualificada no parlamento.

8. Os resultados das eleições de agosto de 2017 corroboraram o continuado predomínio do MPLA na política interna angolana, em se tratando da única legenda a estar no poder desde a independência do país. A liderança do MPLA passou às mãos do presidente João Lourenço por ocasião do 6º congresso extraordinário da agremiação, em setembro de 2018, dando termo à fase de "bicefalia" na chefia partidária. Como sinal de concessão a pressões sociais, o poder executivo angolano e o MPLA - cujas lideranças muitas vezes se confundem - se dispuseram a dar início ao processo de preparação das inéditas "eleições autárquicas", originalmente previstas para 2020, adiadas por conta da pandemia. O objetivo das eleições autárquicas é fortalecer a autonomia das províncias e dos municípios e contemplar maior participação de outras forças políticas. Na correlação interna de forças políticas, pôde-se notar movimento paulatino em que o atual titular do poder executivo angolano destituiu de altos cargos governamentais ocupantes até então associados ao regime do ex-presidente José Eduardo dos Santos.

9. Outra tendência que passou a despontar na gestão João Lourenço diz respeito a uma atuação reputada mais vigorosa do judiciário angolano, reflexo do contínuo fortalecimento de suas instituições. De igual modo, a Assembleia Nacional tem exercido papel de ainda maior relevo na

apreciação substantiva de propostas emanadas do poder executivo, bem como na apresentação de iniciativas próprias, com veiculação adicional de suas deliberações junto à população, em contraste com um funcionamento tido como recluso em legislaturas anteriores.

10. Em abril de 2020, o presidente João Lourenço decidiu efetuar a maior reforma ministerial desde que assumiu a chefia de governo, tendo dado posse a 16 novos titulares de pastas e a 24 secretários de estado, sem deixar, contudo, de manter a coesão e a continuidade administrativa.

Política Externa de Angola

11. Desde que João Lourenço foi eleito presidente, a política externa de Angola vem sendo caracterizada por significativo "ativismo", o que, de todo modo, já era uma marca da ação internacional do país, ao ter ocupado por duas vezes assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (biênios 2003-2004 e 2015-2016). Essa dinâmica parece ter adquirido impulso adicional a partir de 2017. A ação diplomática angolana tem buscado mostrar à comunidade internacional o quanto a gestão João Lourenço está engajada na melhoria de indicadores macroeconômicos e na elevação de padrões de transparência, de responsabilização na prestação de contas (‘compliance’) e de combate à corrupção em todas as esferas.

12. O comprometimento do governo João Lourenço com a implementação de medidas “saneadoras” parece derivar de apreciação pragmática da cúpula decisória local quanto à necessidade de forjar uma burocracia diplomática destinada à obtenção de resultados concretos, com base no seguinte diagnóstico: ou Angola se dispõe, de fato, a consolidar instituições credíveis ou o país não logrará atrair os investimentos internacionais de que tanto necessita.

13. Para além da ênfase na diplomacia econômica, a ação externa angolana vem primando pela estabilização de seu entorno geopolítico para evitar eventual “transbordamento” de conflitos na vizinhança, a exemplo dos originados na República Democrática do Congo (RDC) em 2017, com subsequente influxo de refugiados no território angolano por contendas sectárias na RDC. Chegou-se a contabilizar ingresso de mais de 35 mil refugiados RD congoleses, a maioria dos quais já retornou voluntariamente a suas regiões de origem.

14. Em outra seara, a diplomacia parlamentar angolana tem-se mostrado igualmente atuante. Dentre numerosas missões ao exterior, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, esteve em Windhoek, em dezembro de 2017, para participar da 42ª sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Na oportunidade, foi amadurecida a ideia de evolução do mecanismo para parlamento regional, com função consultiva e deliberações com caráter de recomendação.

15. Nesse ínterim, Luanda manifestou interesse, ainda, em diversificar parcerias com organismos plurilaterais, com anúncio de sua eventual associação futura à “Commonweath” britânica e à Organização Internacional da Francofonia. Tal passo, caso se concretize, não seria em nada incompatível com seu pleno engajamento na CPLP, cuja próxima presidência de turno estará a cargo de Angola, que propôs adiar a cúpula prevista originalmente para setembro de 2020, em

razão da pandemia, com o objetivo de permitir encontro presencial com deliberações mais profícuas.

16. O país desempenha papel ativo em organismos regionais, além da União Africana (UA) e da SADC, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), cujo secretariado-executivo é sediado em Luanda. Angola tem ajudado a mediar conflitos entre Ruanda e Uganda, esforço reconhecido pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. Sobre temas de paz e segurança, o presidente João Lourenço tem defendido melhor estruturação da Marinha de Guerra Angolana para estar apta a dar contribuição adicional na tarefa de proteção internacional da região do golfo da Guiné. Angola tem-se mostrado interessada em capacitar-se para participar de futuras missões de paz da ONU e da UA.

17. O começo de 2020 vinha sendo prolífico em atividades diplomáticas (as quais vêm sendo retomadas por meio de videoconferências), com realce para as visitas a Luanda da primeira-ministra alemã Angela Merkel e do secretário de estado americano Mike Pompeo, ambas em fevereiro. Aliás, já estavam confirmadas as vindas do presidente francês Emmanuel Macron para a última semana de maio e do presidente Jair Bolsonaro (para a cúpula da CPLP) para setembro próximo, ambas proteladas em razão da pandemia.

18. O exame da política externa deste país estaria incompleto sem menção particular à China, maior parceiro comercial e investidor em Angola. A RPC se distingue como potência engajada em investir cada vez mais em Angola, lançando-se em obras de infraestrutura e na ocupação de novos nichos estratégicos. Em abril de 2020, o titular da pasta do Interior, Eugénio César Laborinho, manteve encontro de trabalho com delegação da RPC, que fez doações da empresa Huawei de meios informáticos para reforçar a capacidade angolana de inclusão digital. Em maio de 2020, o chanceler Téte António manteve contato telefônico com o homólogo chinês, Wang Yi, para discorrer sobre a cooperação bilateral na área médica no contexto da luta contra a pandemia e acerca da sustentabilidade da dívida soberana com a RPC, maior credora de Angola. A propósito, estudo da Universidade Johns Hopkins aponta ter sido Angola a maior receptora de empréstimos chineses na África entre 2000 e 2017. Consta que a RPC teria construído em Angola cerca de 2.800 quilômetros de linhas férreas, 20 mil quilômetros de estradas, 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas. Parcela expressiva da produção futura do petróleo angolano poderia estar, até certo ponto, "comprometida" ao ter sido dada como garantia de empréstimos previamente contraídos com a China.

19. Em suma, o presidente João Lourenço realizou visitas oficiais aos seguintes países: África do Sul, Namíbia, Zâmbia, França, Bélgica, Alemanha, Portugal, China, Rússia, Emirados Árabes Unidos, Cuba e Catar. Participou de reuniões em foros multilaterais e plurilaterais, como ONU, UA, SADC, CPLP, além de encontros em Davos, no BRICS (cúpula de Joanesburgo, em 2018), no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), na Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (TICAD) e na I Cúpula Rússia-África, em Sochi, em outubro de 2019.

Contexto Econômico / Combate à COVID-19

20. A queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2014 impôs severas dificuldades econômicas a Angola, onde o setor responde por cerca de 32% do PIB, 64% das receitas fiscais e 90% das exportações. Apesar do decréscimo na produção, em parte por falta de novos investimentos, o país continuou a ser o segundo maior produtor africano. Os efeitos da pandemia agravaram o persistente quadro recessivo em Angola, que deverá ingressar em seu quinto ano consecutivo de queda do PIB: -2,6% (2016); -0,1% (2017); -1,2% (2018); e -0,9% (2019). Não obstante a gravidade da situação, o governo João Lourenço tem sido reconhecido por adotar medidas adequadas e tempestivas para conter a pandemia e tentar aliviar, tanto quanto possível, seus efeitos deletérios na economia, mediante aprovação de uma série de ações, como a utilização de ativos do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para obtenção de recursos financeiros adicionais para o Tesouro Nacional, no valor de U$S 1,5 bilhão.

21. Em outra frente, Angola firmou com o FMI, no final de 2018, o programa "Extended Fund Facility" (EFF), com duração até 2021. Trata-se do maior programa do Fundo concedido a país da África subsaariana e um dos maiores em proporção ao tamanho da economia. São U$S 3,7 bilhões, dos quais mais de 1 bilhão já disponibilizado. A observância de compromissos assumidos com o FMI constitui demonstração adicional do novo paradigma de reformas econômicas que o presidente angolano tem procurado construir desde o início de seu mandato. O mandatário logrou aprovar rol de marcos jurídicos que visam restringir o dirigismo estatal e estimular o livre mercado, como as leis do investimento privado, da concorrência e das parcerias público-privadas.

22. Em 20/03/2020, o governo local mandou suspender todos os voos comerciais internacionais de/para Angola, em ação enaltecida por especialistas da OMS. A normativa adotada instituiu o fechamento das fronteiras, seja por via terrestre, seja por meio marítimo, com exceções para voos de caráter humanitário e de transporte de cargas. O presidente João Lourenço decretou, uma semana depois, o denominado "estado de emergência", que passou a vigorar desde 27/03/2020, tendo sido renovado três vezes consecutivas, com graus diferenciados de isolamento social e de restrição de atividades econômicas. Em 26/05/2020, o presidente João Lourenço decretou "situação de calamidade pública", em substituição ao "estado de emergência". O novo decreto já era esperado, tendo em vista o imperativo da retomada paulatina dos serviços públicos e da atividade econômica, afora o número ainda relativamente baixo dos casos notificados de covid-19 no país. A situação de calamidade pública, prevista na recém-aprovada lei da proteção civil, vigorará por tempo indeterminado, enquanto persistirem as causas que lhe deram origem. Diferencia-se do "estado de emergência" em particular pela não suspensão de direitos civis.

Ações Realizadas / Relações Bilaterais (Relações Políticas)

23. Em meu período à frente do posto, houve alternância de governos tanto no Brasil quanto em Angola, sem descontinuidade de esforços, de lado a lado, para o fortalecimento das relações bilaterais, tradicionalmente marcadas pelo entendimento, respeito mútuo e elevado nível de diálogo. Tal orientação foi reforçada por importantes visitas em nível de chanceler, que tive a oportunidade de acompanhar: as visitas a Luanda do então ministro Aloysio Nunes Ferreira, em

fevereiro de 2018, e do ministro Ernesto Araújo, em dezembro de 2019. No sentido inverso, houve visita a Brasília, em março de 2020, do então chanceler angolano Manuel Domingos Augusto. Este também se fez presente, em nome do governo angolano, na posse do presidente da República Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. A propósito, Manuel Augusto foi o primeiro chanceler estrangeiro a ter sido recebido em encontro bilateral com o ministro Ernesto Araújo, em 02/01/2019.

24. Não ocorreram, no período, visitas presidenciais, as quais, de todo modo, vinham sendo e continuam a ser programadas, não obstante a eclosão da pandemia de convid-19. Inicialmente, havia expectativa de visita do presidente João Lourenço ao Brasil até o final do primeiro semestre de 2020, como consequência de entendimentos alinhavados durante as mencionadas visitas dos chanceleres Ernesto Araújo e Manuel Augusto. Por sua vez, esperava-se (e ainda se espera) visita a Luanda, pendente de confirmação, do presidente da República Jair Bolsonaro para participar da próxima cúpula da CPLP, originalmente prevista para setembro de 2020 e postergada para data a ser acordada pelos estados membros daquele organismo lusófono.

25. A visita do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo (11-13/12/2019) foi considerada muito proveitosa pelo lado angolano. O chanceler brasileiro foi recebido pelo presidente João Lourenço, a quem fez entrega de convite do presidente Jair Bolsonaro para realizar visita oficial ao Brasil ao longo de 2020, fato que repercutiu de forma positiva no noticiário local. Na ocasião, nosso ministro pôde interagir e trocar apreciações com quatro titulares de pastas: Relações Exteriores, Interior, Cultura e Defesa. Participou de seminário para promoção de produtos de defesa nacionais, intitulado "Base Industrial de Defesa do Brasil". No auditório da chancelaria angolana, deu palestra para jovens diplomatas e ao corpo diplomático local, com foco nos representantes de países africanos acreditados em Luanda.

26. O ministro Ernesto Araújo fez avançar temas da agenda bilateral, tais como: (i) entendimento para a célere implementação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (AFCI); (ii) acerto para convocatória do "mecanismo bilateral sobre questões migratórias e consulares", em data a ser oportunamente acordada; e (iii) compromisso de organização de reuniões técnicas para superar eventuais dificuldades nas exportações de produtos agrícolas brasileiros ao mercado angolano. O chanceler brasileiro procedeu à assinatura, juntamente com o ministro do Interior de Angola, do acordo bilateral em matéria de segurança e ordem interna, de propositura inicial da parte angolana e cujo texto levou quatro anos de negociação.

27. Em suas tratativas, o ministro Ernesto Araújo e suas contrapartes angolanas concordaram quanto à necessidade de incremento da participação do setor privado na cooperação bilateral econômico-financeira, tendo em conta a limitada capacidade fiscal nos dois países, circunstância que desaconselharia perspectiva de financiamento público, ao menos não nos moldes de outrora.

28. A caminho e no regresso de viagem oficial à Índia, a aeronave que transportava o presidente da República Jair Bolsonaro e comitiva realizou paradas técnicas em Luanda, nos dias 23 e 28 de janeiro de 2020. Nas entrevistas que concedeu naqueles breves períodos, quando foi recepcionado pelo então chanceler angolano Manuel Augusto, o mandatário brasileiro expressou o amparo do Brasil às reformas em curso em Angola, em particular no que diz respeito ao combate à corrupção e à impunidade. Qualificou Angola como um dos países na África com os quais o Brasil mantém

relação especialmente densa, além do fato de a nação angolana ter contribuído de forma significativa para a formação e a identidade do povo brasileiro, "o que faz dos angolanos nossos irmãos".

29. A visita ao Brasil, no período de 02-04/03/2020, do ex-ministro angolano Manuel Augusto (substituído em abril de 2020), foi intensa: foi recebido em audiência pelo presidente Jair Bolsonaro, manteve reuniões de trabalho com o ministro Ernesto Araújo e com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, e visitou o Congresso Nacional. Essa Casa, aliás, se mostrou sensível à importância de levar adiante o exame do acordo de cooperação na área de defesa, cuja tramitação avançou em decorrência da visita.

30. Dentre os tópicos tratados entre os chanceleres, estiveram na pauta (i) importância de reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS); (ii) apoio de Angola para aumentar a presença do Brasil em mecanismos africanos de concertação política e de integração econômica, como no caso da União Africana e da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCAA); (iii) fortalecimento da CPLP; e (iv) atuação conjunta para preservação da ordem constitucional, em referência à situação na Guiné-Bissau. Também foram tratados assuntos como a cooperação bilateral na área de combate à corrupção (recuperação de ativos, formação de integrantes do judiciário e do ministério público angolanos); acesso de produtos brasileiros ao mercado angolano; demanda angolana para recuperação de aeronaves adquiridas do Brasil, atualmente paradas em solo; e aceleração do exame de instrumentos bilaterais em negociação, como o Acordo para Evitar Dupla Tributação no Setor Aéreo e Marítimo (ADT).

31. No período, houve outras visitas oficiais dignas de nota. Por ocasião da posse do presidente João Lourenço, em 26/09/2017, o governo brasileiro se fez representar pelo então ministro de estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, acompanhado, entre outros, do deputado federal Márcio Marinho. Em maio de 2019, houve encontro, em Luanda, entre o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e seu então homólogo angolano, Salviano Sequeira, à margem de reunião de ministros da Defesa da CPLP.

32. Por seu turno, houve missão a Brasília, em agosto de 2019, da Inspeção Geral da Administração do Estado de Angola (IGAE), cujo titular Sebastião Gunza e equipe se reuniram com autoridades brasileiras, como o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro Filho. Naquele mesmo mês, a ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recebeu comitiva chefiada pelo então vice-procurador-geral da República de Angola, Adão Adriano António.

33. Em novembro de 2019, houve missão a Luanda do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que se fez acompanhar, inter alia, da presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima. Na oportunidade, foi inaugurado o primeiro banco de leite humano em Angola.

34. Em outra seara, convém enaltecer o inestimável apoio – bilateral e para viabilizar endossos comunitários da CPLP – do governo angolano às candidaturas brasileiras em organismos internacionais. No período de minha gestão, o lado angolano confirmou amparo aos seguintes pleitos brasileiros: (i) reeleição do Brasil para o Conselho Executivo da UNESCO, para o mandato

de 2019-2023; (ii) reeleição do Brasil à categoria "B" do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), para o mandato 2020-2021; (iii) eleição do professor Rodrigo Fernandes More a uma das duas vagas reservadas ao GRULAC de juiz do Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar, para o mandato 2020-2029; (iv) reeleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para o período 2020-2022; e (v) eleição a assento não permanente no CSNU, para o biênio 2022-2023.

Relações Econômicas, Comerciais e Financeiras entre Brasil e Angola

35. Em Angola, a atração de investimentos estrangeiros diretos tornou-se fator crucial para o sucesso de novas concessões em energias renováveis, telecomunicações, mineração, petróleo, refinarias, além dos projetos de diversificação da economia, que buscam desenvolver o turismo e a agricultura. A aprovação, em novembro de 2019, de nova lei contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo abriu caminho para gradual normalização das relações de correspondência bancária com os Estados Unidos, interrompidas desde fins de 2015, o que tornava as transferências em dólares com destino ou origem em Angola complicadas e onerosas.

36. Em 2019, as exportações brasileiras para Angola somaram U$S 441,5 milhões e as importações U$S 140,5 milhões, perfazendo corrente de comércio de U$S 582 milhões. São números que continuam a ser expressivos, embora aquém do ideal. O volume de comércio entre Brasil e Angola chegou a registar 4 bilhões de dólares em 2008, mas, assim como o comércio exterior de Angola com o resto do mundo, tem sofrido considerável queda desde 2015. A queda nas exportações brasileiras de fubá de milho e de carne deve-se sobretudo à debilidade da demanda em Angola, mas também pode refletir, em parte, a introdução de requisitos para licenciamento de importações pelo decreto presidencial 23/19, de 14/01/2019, no contexto do "Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações" (PRODESI).

37. Do lado das importações angolanas, a maior parte dos produtos destinados a Angola são agrícolas (cerca de 80,42% do valor total). No que diz respeito aos investimentos, embora não haja dados estatísticos precisos, sabe-se que muitas empresas brasileiras investiram em Angola para prestar serviços associados a projetos de infraestrutura no passado. Hoje, assiste-se a início de nova era, em que empresários demonstram interesse em atuar em novos setores.

38. Sob meu comando, o setor de promoção comercial e de investimentos (SECOM) da embaixada buscou equilibrar a proteção dos interesses brasileiros já estabelecidos com a prospecção de novas oportunidades. A tradicional participação brasileira na Feira Internacional de Luanda (FILDA), maior evento multissetorial em Angola, sofreu revés com restrições orçamentárias da APEX. Talvez se devesse reconsiderar a participação brasileira na feira, dada sua importância particular para prospecção de oportunidades nos mercados angolano e regional, afora a expectativa de importadores e autoridades locais de "ver o Brasil mais presente em Angola" para fazer jus aos estreitos contatos entre os dois países. A despeito de restrições orçamentárias, o SECOM-Luanda logrou realizar em outubro de 2019, com repercussão positiva na imprensa angolana, o chamado "Dia da Carne Brasileira", com objetivo de divulgar as exportações brasileiras de carne bovina, suína e de aves no mercado angolano.

39. Houve considerável retração dos investimentos brasileiros nos últimos anos, resultado de três fatores: (i) crise econômica angolana; (ii) período de baixo crescimento ou mesmo de recessão no Brasil (sobretudo em 2015 e 2016); e (iii) interrupção das linhas de crédito do BNDES para grandes projetos de infraestrutura neste país. Ao longo de minha gestão, procurei ressaltar que a mudança do paradigma que prevaleceu até o passado recente, ancorado no financiamento público de grandes projetos de infraestrutura, pode representar o início de nova era para a presença econômica brasileira em Angola, desde que haja disposição do setor privado para explorar outras oportunidades de investimento, especialmente no setor agrícola, ao qual o governo angolano atribui prioridade.

40. As reformas do governo João Lourenço no sentido de promover a desestatização e diversificação da economia, atraindo investimentos estrangeiros, poderiam ser aproveitadas em setores em que o Brasil possui reconhecida competitividade, como o agronegócio. Com acesso a crédito de bancos comerciais, sem garantia soberana, mas contando com o apoio e orientação do governo local, não seria despropositado projetar essa "nova Angola", mais aberta e mais transparente, como "nova fronteira agrícola brasileira".

41. Doravante, o redesenho de linhas de crédito e garantia a exportações acessíveis a pequenas e médias empresas de setores diversos, com o concurso agora de agentes privados, poderia impulsionar a conquista de maior espaço brasileiro em Angola, mesmo em face da crise econômica. Nesse contexto, a decisão angolana de efetuar o pagamento antecipado do valor integral de seu saldo devedor, de U$S 589,3 milhões, junto às instituições financeiras brasileiras, em dezembro de 2019, no contexto do ajuste do país com o FMI com vistas à redução de seu endividamento garantido por carregamentos de petróleo, foi um primeiro passo indispensável, que merece reconhecimento do governo brasileiro. Angola jamais inadimpliu os prazos de pagamento de juros e amortizações.

42. A reconfiguração da presença brasileira em Angola é hoje, portanto, um interesse partilhado por ambos os países. É possível adotar medidas que catalisem esse processo ainda diante da ausência de financiamento público e garantias soberanas. Além das reformas levadas a cabo pelo governo João Lourenço, ressaltem-se dois instrumentos bilaterais que poderão sustentar em marco institucional mais claro e objetivo novos empreendimentos brasileiros em Angola: o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em vigor desde julho de 2017, e o Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros dos Serviços Aéreos e Marítimos (ADT), negociado durante o período de minha gestão à frente da embaixada.

Cooperação Bilateral em Defesa

43. A cooperação bilateral em matéria de defesa é um dos pilares da Parceria Estratégica entre Brasil e Angola, cujo documento-base foi firmado em junho de 2010. O Exército Brasileiro mantém há cinco anos missões de assessoria militar em Angola: na Escola Superior de Guerra de Angola (concluída no final de 2019); no Comando da Polícia Militar; e no Estado Maior General, esta última voltada a capacitação para operações de paz. Além disso, oficiais angolanos vêm participando regularmente de cursos no Brasil. No contexto da pandemia, a Marinha do Brasil tem

coordenado curso à distância ‘online’, disponibilizado com êxito a militares angolanos, sobre “estágio de qualificação técnica especial de atuação contra a proliferação da covid-19”.

44. Há considerável interesse das Forças Armadas Angolanas (FAA) na formação e especialização de seus quadros em escolas e centros de instrução das forças armadas brasileiras. A perspectiva de recuperação da frota de Super Tucanos da Força Aérea Nacional de Angola (FANA), à luz de demanda formalizada em maio de 2020, poderá desencadear dinâmica para cursos de treinamento de pilotos e mecânicos oferecidos pela Força Aérea Brasileira (FAB).

45. A realização em Angola, na localidade de Cabo Ledo, entre 09-27/09/2019, de exercícios militares combinados dos países membros da CPLP (‘Operação Felino’) concorreu para o estreitamento da cooperação entre as forças armadas de ambos os países também no plano bilateral. Outro exercício militar coordenado, do qual participam Brasil e Angola, é a operação marítima multinacional ‘Obangame Express’, integrada por cerca de 30 países da África, América e Europa. O propósito é reforçar o treinamento comum por meio de simulações de cenários de combate a ilícitos transnacionais que incidem na região do golfo da Guiné, como atos de pirataria, sequestro de passageiros e tripulantes e tráfico de drogas, a fim de proporcionar ganhos de interoperabilidade entre as forças navais e agências de segurança dos países envolvidos.

46. Por ocasião de missões da Embraer Defesa e Segurança, em 2019, autoridades angolanas manifestaram interesse em negociar contrato para recuperação e suporte logístico de seis aeronaves turboélice A-29 Super Tucano, encomendadas junto à Embraer em 2012 ao custo total de U$S 96 milhões, de 10 Emb-312 Tucano (adquiridos em 1998) e de um Legacy-600 (incorporado em 2007), que se encontram inoperantes por falta de manutenção.

47. A Marinha de Guerra Angolana, a menos aquinhoada das três forças armadas, necessita há tempos de reestruturação. Esta permitirá que Angola adquira capacidade consentânea com seu peso geopolítico para melhor proteger suas águas jurisdicionais. Consoante já se vinha suscitando, o governo local formalizou, em 30/04/2020, demanda de cooperação brasileira para construção de base e academia naval, proposta cujo seguimento requererá exame detido.

48. Nos contatos mantidos pelo posto com os ministérios das Relações Exteriores e Defesa Nacional de Angola, assim como com o Secretariado-Executivo da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), sediado em Luanda, ficou patente o interesse das autoridades locais em conhecer melhor a avaliação brasileira sobre o papel da ZOPACAS e suas perspectivas futuras. O Brasil chegou a participar de seminário realizado pela CGG em 2018. Há campo para cooperação acrescida com a CGG, o que parece depender também da capacidade de iniciativa daquele organismo, cujo dinamismo teria deixado a desejar nos últimos anos.

Cooperação Técnica

49. A cooperação técnica oferecida pelo Brasil é apreciada pelas autoridades e pela opinião pública angolanas, na medida em que privilegia o desenvolvimento de capacidades locais, bem como o compartilhamento de conhecimento e experiências para a formulação e implementação de políticas públicas e ações específicas de capacitação profissional.

50. A pandemia de covid-19 veio obstar, ao menos por ora, momento virtuoso da agenda de cooperação técnica Brasil-Angola. Exemplos dessa dinamização incluem: (i) visita oficial do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em novembro de 2019, no âmbito da qual foi inaugurado o primeiro banco de leite humano de Angola, com assinatura igualmente de projetos nas áreas de controle do câncer e de anemia falciforme; (ii) visita a Luanda, em dezembro de 2019, do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, a qual reforçou iniciativas de cooperação técnica em curso; (iii) realização, na capital angolana, da primeira reunião do comitê gestor do projeto de prevenção e controle do câncer, em janeiro de 2020; (iv) manifestação de interesse da Embrapa, em fevereiro de 2020, em resposta a pedido angolano, para dar início a projeto de reestruturação do sistema de pesquisa agrícola de Angola; e (v) projetos trilaterais, em áreas como atenção humanizada ao parto, capacitação de gestores de formação profissional, sistemas de distribuição de água, em colaboração com a agência de cooperação japonesa (JICA), bem como nas áreas do desporto e do direito de pessoas com deficiência, em colaboração com a CPLP.

51. O projeto de banco de leite humano (BLH) é encarado hoje como a principal iniciativa de cooperação técnica bilateral. Firmado em outubro de 2017, após anos de negociação (o início das tratativas data de 2010/2011), tem por objetivo contribuir para a redução da mortalidade infantil em Angola, com ênfase na componente neonatal, por meio da instalação do primeiro BLH do país, na Maternidade Lucrécia Paim, inaugurado em 18/11/2019. Por seu turno, o projeto na área de oncologia tem por objetivo contribuir para a estruturação de ações de prevenção e controle do câncer em Angola, bem como para a melhoria de serviços prestados aos pacientes pelo 'Instituto Angolano de Controlo do Câncer' (IACC).

52. Já a cooperação com a Embrapa para o desenvolvimento agropecuário de Angola é projeto com potencial de gerar expressivo impacto na produtividade do setor e de abrir espaço a investimentos brasileiros. Trata-se de tema em que o Brasil tem reconhecida excelência e Angola, grandes necessidades. O país africano apresenta abundantes terras férteis e recursos hídricos, mas ainda importa a maior parte dos alimentos que consome. Missão ao Brasil de representantes do antigo Ministério da Agricultura e Florestas de Angola (atual Ministério da Agricultura e Pescas) deveria ter ocorrido em abril de 2020, não fosse a pandemia. O objetivo da missão era viabilizar apoio da Embrapa ao processo de reestruturação do sistema de pesquisa agrícola de Angola.

53. Tratativas em curso para o desenvolvimento de outros projetos de cooperação, com potencial promissor, poderão ser avaliadas pela próxima gestão do posto. Entre essas possibilidades, destaco: (i) cooperação na área de transmissão vertical de HIV/AIDS, à luz de solicitação da primeira-dama de Angola, Ana Dias Lourenço, para parceria no âmbito do Plano Operacional para Prevenção da Transmissão Vertical do HIV 2019-2021, apoiado pela União Africana; (ii) cooperação para formação em administração pública, com envolvimento da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas de Angola (ENAPP) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); (iii) pedido do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola de reforço da cooperação na esfera do Acordo de Cooperação no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros, firmado em 2010; e (iv) perspectiva de implementação da terceira fase do projeto Escola de Todos, após conclusão da segunda fase em dezembro de 2015, que resultou na elaboração da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar.

Cooperação Educacional

54. Desde 2016, primeiro ano de minha gestão, 58 angolanos iniciaram estudos em universidades públicas e privadas no Brasil: 44 alunos por intermédio do Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e 14 alunos pelo Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). No mesmo período, 499 alunos deste país foram matriculados na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Angola é o segundo país, após Guiné-Bissau, em número de estudantes na UNILAB. Mais de uma centena de outros alunos angolanos se dirigiram ao Brasil por meio de iniciativas acadêmicas independentes.

55. O estabelecimento de programa de leitorado brasileiro em Angola foi outro tema inovador na área de cooperação educacional que marcou minha gestão. Em janeiro de 2020, firmei convênio com a Universidade Agostinho Neto, principal instituição de ensino superior do país, para recepção de professor-leitor brasileiro na área de língua portuguesa, a ser selecionado pela CAPES, com início de atividades inicialmente previsto para o segundo semestre de 2020, por prazo mínimo de dois anos.

Difusão Cultural

56. Uma das áreas de dinamismo no período de minha gestão foi a de difusão cultural, com empenho para manter a estrutura do Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA), cuja nova sede foi inaugurada em 07/09/2015. Situado no prédio do antigo Grande Hotel Luanda, edifício histórico do início do século XX, restaurado, o CCBA conta com 1600m² de área construída e mais 300 m² de área externa. A cessão do espaço pelo governo angolano resulta de acordo bilateral, assinado em 2009, pelo qual foi oferecido, em contrapartida, prédio histórico no centro de Salvador, onde hoje se situa a Casa de Angola na Bahia.

57. Mantive contatos frequentes com autoridades do Ministério da Cultura angolano. As três ministras da Cultura coincidentes com meu período na embaixada têm em comum especial apreço pela cultura brasileira e o compromisso de apoiar iniciativas de intercâmbio. Pude dar atenção à demanda de autoridades angolanas por apoio à qualificação de quadros, com oferecimento de variadas oficinas gratuitas, sempre procuradas e valorizadas no contexto local. Essas oficinas têm sido ministradas, entre outros, por artistas, técnicos e acadêmicos brasileiros.

58. Dentre os eventos culturais organizados no CCBA pela embaixada no período de minha gestão, ressalto, a seguir, os mais significativos, que contaram com maior frequência de público e que atingiram maior repercussão nos meios locais: (i) o Festival Literário Luso-Afro Brasileiro (FESTLAB), com edições em 2017 e 2018, que ensejou participação de escritores e acadêmicos representativos da literatura contemporânea em português; (ii) a mostra itinerante do Museu da Língua Portuguesa de São Paulo; (iii) a Bienal de Luanda (2019), organizada pela UNESCO, União Africana e governo de Angola, em que o CCBA disponibilizou sua estrutura para diversos eventos de artistas brasileiros e de outras nacionalidades. A qualidade das instalações e da programação desenvolvida pelo CCBA motivou, entre outras razões, a decisão do Itamaraty de

incluí-lo na lista de sedes-piloto do Instituto Guimarães Rosa (IGR), iniciativa inspirada em modelos como a Aliança Francesa e os institutos Goethe e Camões.

Comunicação Social

59. Durante o período de minha gestão, foram mantidos contatos regulares com os principais veículos da imprensa angolana. Concedi entrevistas aos meios locais, nas quais tratei de temas da agenda bilateral e de interesse comum. Foram duas entrevistas ao 'Jornal de Angola' (2018 e 2020); duas ao semanário econômico 'Expansão' (2017 e 2019); ao jornal angolano 'Valor Econômico' (2017); e ao periódico 'O País' (2018); além da agência Lusa (2018).

60. A embaixada vem adotando estratégia de atuação permanente em mídias sociais. O perfil institucional no Facebook passou a divulgar mais temas de interesse da diplomacia pública brasileira em todas as áreas, além de funcionar como plataforma de contato com o público no atendimento dos setores consular e de cooperação. Como resultado, já conta com mais de 25 mil afiliados ("curtidas") e fluxo constante de publicações. A página da embaixada na Internet mantém informações de contatos do posto, notícias recentes e dados que facilitam o atendimento ao público. Complementam a atuação digital da embaixada a manutenção de perfil no Twitter, criado em 2019, e de grupos de WhatsApp focados na comunicação direta com a comunidade brasileira.

Questões Migratórias e Consulares

61. O setor consular da embaixada em Luanda é considerado um dos mais movimentados da rede consular brasileira na África e até no mundo, se levada em conta a proporção entre o número de funcionários e a carga de trabalho. A intensa atividade do setor consular decorre do expressivo contingente de nacionais brasileiros que aqui residem ou trabalham por períodos mais ou menos prolongados, estimados em torno de 20 mil, embora o número já tenha sido muito maior em anos anteriores, ressalvadas as dificuldades de obtenção de dados precisos. A isso deve-se acrescer a permanente demanda de cidadãos angolanos que almejam ir ao Brasil a turismo, para formação acadêmica, a negócios ou para reunião familiar. Como se sabe, há ligação aérea direta entre Luanda e São Paulo, com cerca de cinco voos semanais oferecidos pela companhia TAAG. Seus preços competitivos para outras localidades na África subsaariana têm atraído passageiros brasileiros e transformado o aeroporto internacional de Luanda em 'hub' para conexões a destinos variados na sub-região, sobretudo para a África do Sul.

62. Com a devida autorização do Itamaraty, foi realizado processo de licitação, concluído em setembro de 2017, para a contratação de empresa terceirizada (VFS Global), operacional em outros postos, para o recebimento e o processamento inicial dos pedidos de visto, bem como responsável pela devolução dos passaportes aos requerentes. Tal iniciativa tem contribuído para atenuar a sobrecarga de trabalho do setor consular, ao qual compete, de todo modo, a apreciação e a concessão de vistos de visita. Em média, o setor consular tem emitido de 700 a 900 vistos por mês. Um dos maiores desafios na concessão de vistos é a comprovação da autenticidade de documentos que instruem os processos. No caso de solicitações de vistos de estudantes, cabe às áreas

competentes em Brasília examinar as demandas processadas pelo setor consular da embaixada, a fim de autorizá-los ou não.

63. Conquanto haja reciprocidade genérica entre as políticas de concessão de vistos do Brasil e de Angola, existem assimetrias pontuais decorrentes de diferentes regras e práticas observadas pelas autoridades consulares e migratórias de cada país. Os dois países firmaram um Protocolo sobre Facilitação de Vistos de Negócios (2014), cuja aplicação por ambos é dissimilar.

64. Atualmente, onze brasileiros estão presos na jurisdição do posto (dez por tráfico de drogas e um por falsificação de dólares). Em sentido inverso, constam 24 angolanos presos no Brasil, praticamente todos detidos por tráfico de drogas. De forma recorrente, o lado angolano tem-se mostrado preocupado com perspectiva de atuação de redes de tráfico de crianças, com possíveis ramificações em ambos os países. Por seu turno, a parte brasileira tem chamado a atenção para a necessidade de tramitação mais ágil de cartas rogatórias. Outro aspecto intrigante refere-se ao elevado número de solicitantes angolanos de refúgio no Brasil. Consta haver atualmente 4.980 pedidos que aguardam decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Outros 564 nacionais angolanos já são detentores de refúgio no Brasil. À luz da conjuntura angolana, não parece haver razões plausíveis que justifiquem a continuidade de solicitações de refúgio, dada a inexistência aqui de condições de perseguição de qualquer espécie. Aliás, a nacionalidade angolana é aquela cujas solicitações de refúgio têm a maior proporção de indeferimento. Essas e outras questões reforçam a premência de reativar o mecanismo bilateral sobre questões migratórias e consulares, que não se reúne há tempos, embora sempre tenha havido interlocução fluida entre órgãos competentes dos dois países.

Voo de Repatriação

65. Quando se deflagrou a pandemia, um dos principais desafios do posto foi mobilizar meios para dar assistência adequada a cidadãos brasileiros, sobretudo aqueles que se encontravam aqui de passagem e foram inesperada e involuntariamente retidos em Angola com o fechamento repentino das fronteiras e a suspensão de voos comerciais de e para Angola, desde 20/03/2020. Em coordenação com outros postos, os voos fretados pelo governo brasileiro para os percursos Windhoek-Luanda (operado pela Bay Air Aviation) e Maputo-Luanda-Guarulhos (conduzido pela Ethiopian Airlines) ocorreram em 24/04/2020, após ingentes negociações, nas quais me envolvi diretamente com autoridades angolanas. Na escala realizada em Luanda, juntaram-se aos 37 passageiros vindos de Maputo 196 viajantes, inclusive três procedentes da capital namibiana (total de 233 pessoas). A iniciativa de repatriação encarnou o firme compromisso do governo brasileiro de repatriar milhares de concidadãos retidos mundo afora, em decorrência de restrições implementadas no contexto da pandemia, tendo contribuído para projetar imagem positiva do Brasil nos meios locais.

Conclusão

66. As relações entre Brasil e Angola se distinguem por sua densidade e transcendência. Não à toa o chanceler Téte António, no encontro que com ele mantive em maio de 2020, qualificou as relações entre Brasil e Angola de "coincidência de almas". Ao longo de minha gestão à frente do posto, empenhei-me para que as condições indutoras da cooperação bilateral se tornassem mais favoráveis e tivessem resultados concretos, como acabou se verificando, de fato, em diversas frentes, a despeito das crises econômica e pandêmica. Para o Brasil, além dos interesses comerciais imediatos, há outros de natureza estratégica a serem geridos a longo prazo. A população angolana é uma das que mais crescem no mundo, a 3,3% ao ano, e poderá, até 2100, ultrapassar a brasileira. Angola é ponto de irradiação de negócios e influência brasileira no continente africano.

67. Vários setores locais são demandantes de 'expertise' brasileira (agropecuária, mineração, piscicultura, indústria madeireira, tecnologia da informação, economia criativa, entre outros). A incipiência empresarial em vários domínios representa nichos com potencial de serem ocupados por brasileiros. Se o Brasil não se dispuser, de alguma forma, a explorar tais setores em estado latente de desenvolvimento, em benefício mútuo, outros o farão e já estão fazendo. Para além das presenças de parceiros tradicionais, países menos evidentes começam a apostar cada vez mais em Angola.

68. Da perspectiva angolana, um dos principais interesses pragmáticos é atrair novos investimentos brasileiros, considerados fundamentais para promover a necessária e urgente diversificação de sua economia, por demasiado dependente do setor petrolífero. Muito se fez nesse período e muito mais haverá de ser feito para continuar adensando a parceria estratégica e multifacetada entre as duas nações.

69. Em suma, salta aos olhos o anseio do governo e da sociedade angolanos de ver em seu país atuação acrescida do Brasil em todas as vertentes, seja pelas afinidades históricas, culturais e linguísticas, seja pela exata noção que têm sobre o quanto o Brasil já contribuiu e poderá vir a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Angola.

6

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 42, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Mecias de Jesus

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 42, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger*.

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Dessa forma, o Itamaraty, em conformidade com os preceitos regimentais desta Casa, elaborou o currículo da diplomata e enviou sumário executivo sobre ambos os países. O documento oferece informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do Benim e do Níger.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

Sobre a diplomata indicada, ela nasceu em 28 de junho de 1955, em Alagoinhas/BA, e é filha de Renato Vasconcelos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ em 1978. Iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) em 1982, no Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e o Curso de Altos Estudos em 2011, quando defendeu tese intitulada "A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil".

Começou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1983. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987. Chegou a Primeira-Secretária em 1997; a Conselheira em 2004; a Conselheira do Quadro Especial em 2013; e a Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial também em 2013.

Entre as atividades que exerceu em sua carreira profissional, ressaltamos as seguintes: Cônsul-Adjunta do Consulado-Geral em Miami (1998/2001); Subchefe da Divisão de Temas Sociais (2001/03); Assessora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2003/05); Ministra-Conselheira, comissionada, na Embaixada em Manágua (2005/08); Conselheira na Embaixada em Londres (2008/11); Ministra-Conselheira, comissionada, na Embaixada em Port of Spain (2011/14); Embaixadora em Uagadugu (2014/até o momento).

No tocante ao Benim, cuida-se de pequeno país localizado no oeste da África, às margens do golfo da Guiné. Chamado de Daomé até 1975, ele se tornou independente da França no ano de 1960. Foi importante entreposto de escravos entre o século XVII e o XIX. Dessa forma, muitos negros escravizados foram trazidos para o Brasil. Verifica-se, assim, forte vínculo cultural entre nosso país, particularmente a Bahia, e a república beninense.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1961. Entretanto, ele se intensificou nos últimos 15 anos. Desse modo, realizou-se visita presidencial brasileira ao Benim em 2006, oportunidade em que se anunciou a criação da Embaixada do Brasil em Cotonou. Essa iniciativa foi retribuída pelo Presidente Boni Yayi, que veio ao Brasil e inaugurou oficialmente a Embaixada do Benim em Brasília, em 2007.

Os encontros oficiais impulsionaram a cooperação técnica bilateral. Nesse domínio, a pauta abrange projetos nas áreas de saúde, cultura, agricultura, educação, portos marítimos, defesa e esportes. Particularmente promissora tem se revelado a cooperação no campo da defesa. Nesse campo, a principal solicitação beninense ao Brasil se refere à assistência técnica para reforço das capacidades das Forças Armadas locais na luta contra o terrorismo, a cibercriminalidade e a pirataria marítima no Golfo da Guiné.

Em relação ao comércio bilateral, seus resultados são francamente positivos para o lado brasileiro. Os valores têm flutuado ao longo do tempo. Em 2019, o valor total das exportações ficou em US$ 98 milhões contra US$ 145 milhões em 2018. Os destaques são itens do agronegócio, de modo especial açúcar e carnes de aves. Verifica-se, ainda, presença de produtos industrializados com destaque para maquinário agrícola e veículos automotivos (particularmente ônibus) na nossa pauta exportadora.

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo em solo beninês, ela é estimada em 43 indivíduos.

Sobre o Níger, trata-se de país localizado no centro-oeste da África, sem saída para o mar. O território nigerino tem dois terços de sua área ocupada pelo deserto do Saara. O restante está situado na zona semidesértica do Sahel. A economia é dependente da exploração de vastas reservas de urânio situadas no norte do país, onde ocorre, por igual, atividades de rebeldes tuaregues e de militantes ligados à Al Qaeda.

As relações diplomáticas entre Brasil e Níger foram estabelecidas em 1975. Desde o romper de 2011, os assuntos relativos a



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus



esse país estão a cargo da embaixada brasileira em Cotonou. O comércio bilateral é bastante modesto, mas tem possibilidade de incremento, que se relaciona com o início das importações de urânio pelo Brasil em 2018, bem como a exportação brasileira de itens do nosso agronegócio.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 42/2020 - F.REGINA B.- BENIM

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 42/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL REPÚBLICA DO BENIM E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DO NÍGER, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 42, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger*.

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Dessa forma, o Itamaraty, em conformidade com os preceitos regimentais desta Casa, elaborou o currículo da diplomata e enviou sumário executivo sobre ambos os países. O documento oferece informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do Benim e do Níger.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

Sobre a diplomata indicada, ela nasceu em 28 de junho de 1955, em Alagoinhas/BA, e é filha de Renato Vasconcelos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ em 1978. Iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) em 1982, no Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e o Curso de Altos Estudos em 2011, quando defendeu tese intitulada "A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil".

Começou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1983. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987. Chegou a Primeira-Secretária em 1997; a Conselheira em 2004; a Conselheira do Quadro Especial em 2013; e a Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial também em 2013.

Entre as atividades que exerceu em sua carreira profissional, ressaltamos as seguintes: Cônsul-Adjunta do Consulado-Geral em Miami (1998/2001); Subchefe da Divisão de Temas Sociais (2001/03); Assessora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2003/05); Ministra-Conselheira, comissionada, na Embaixada em Manágua (2005/08); Conselheira na Embaixada em Londres (2008/11); Ministra-Conselheira, comissionada, na Embaixada em Port of Spain (2011/14); Embaixadora em Uagadugu (2014/até o momento).

No tocante ao Benim, cuida-se de pequeno país localizado no oeste da África, às margens do golfo da Guiné. Chamado de Daomé até 1975, ele se tornou independente da França no ano de 1960. Foi importante entreposto de escravos entre o século XVII e o XIX. Dessa forma, muitos negros escravizados foram trazidos para o Brasil. Verifica-se, assim, forte vínculo cultural entre nosso país, particularmente a Bahia, e a república beninense.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1961. Entretanto, ele se intensificou nos últimos 15 anos. Desse modo, realizou-se visita presidencial brasileira ao Benim em 2006, oportunidade em que se anunciou a criação da Embaixada do Brasil em Cotonou. Essa iniciativa foi retribuída pelo Presidente Boni Yayi, que veio ao Brasil e inaugurou oficialmente a Embaixada do Benim em Brasília, em 2007.

Os encontros oficiais impulsionaram a cooperação técnica bilateral. Nesse domínio, a pauta abrange projetos nas áreas de saúde, cultura, agricultura, educação, portos marítimos, defesa e esportes. Particularmente promissora tem se revelado a cooperação no campo da defesa. Nesse campo, a principal solicitação beninense ao Brasil se refere à assistência técnica para reforço das capacidades das Forças Armadas locais na luta contra o terrorismo, a cibercriminalidade e a pirataria marítima no Golfo da Guiné.

Em relação ao comércio bilateral, seus resultados são francamente positivos para o lado brasileiro. Os valores têm flutuado ao longo do tempo. Em 2019, o valor total das exportações ficou em US$ 98 milhões contra US$ 145 milhões em 2018. Os destaques são itens do agronegócio, de modo especial açúcar e carnes de aves. Verifica-se, ainda, presença de produtos industrializados com destaque para maquinário agrícola e veículos automotivos (particularmente ônibus) na nossa pauta exportadora.

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo em solo beninês, ela é estimada em 43 indivíduos.

Sobre o Níger, trata-se de país localizado no centro-oeste da África, sem saída para o mar. O território nigerino tem dois terços de sua área ocupada pelo deserto do Saara. O restante está situado na zona semidesértica do Sahel. A economia é dependente da exploração de vastas reservas de urânio situadas no norte do país, onde ocorre, por igual, atividades de rebeldes tuaregues e de militantes ligados à Al Qaeda.

As relações diplomáticas entre Brasil e Níger foram estabelecidas em 1975. Desde o romper de 2011, os assuntos relativos a

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20139.52331-02

esse país estão a cargo da embaixada brasileira em Cotonou. O comércio bilateral é bastante modesto, mas tem possibilidade de incremento, que se relaciona com o início das importações de urânio pelo Brasil em 2018, bem como a exportação brasileira de itens do nosso agronegócio.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2020

(nº 435/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

DESPACHO: CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 435

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Os méritos da Senhora **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de agosto de 2020.

EM nº 00102/2020 MRE

Brasília, 15 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, junto à República do Níger.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.003850/2020-10

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 434/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 29 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Benim e, cumulativamente, na República do Níger.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/07/2020, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2029590** e o código CRC **8D9BC358** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003850/2020-10 SEI nº 2029590

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

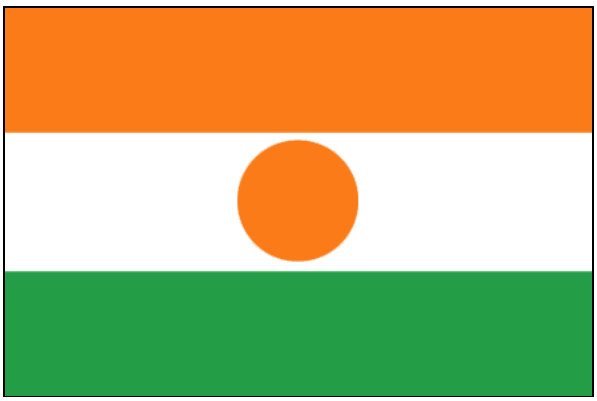
MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT*
CPF.: 548.430.067-34
ID.: 8299 MRE

1955	Filha de Renato Vasconcellos Bittencourt e Josepha Celia de Oliveira Bittencourt, nasce em 28 de junho, em Alagoinhas/BA
Dados Acadêmicos:	
1978	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1982	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBr, "A transição democrática na Nicarágua: perspectivas para o relacionamento com o Brasil"
Cargos:	
1983	Terceira-Secretária
1987	Segunda-Secretária
1997	Primeira-Secretária
2004	Conselheira
2013	Conselheira do Quadro Especial
2013	Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial
Funções:	
1984-1985	Divisão da África II, assistente
1985-1987	Divisão da Europa II, assistente
1987-1990	Embaixada em Copenhague, Terceira-Secretária e Segunda Secretária
1990-1993	Embaixada em La Paz, Segunda-Secretária
1993-1995	Embaixada em Budapeste, Segunda-Secretária
1995	Divisão das Nações Unidas, assistente
1995-1998	Divisão de Privilégios e Imunidades, Subchefe
1998-2001	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Adjunta
2001-2003	Divisão de Temas Sociais, Subchefe
2003-2005	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Assessora
2005-2008	Embaixada em Manágua, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada
2008-2011	Embaixada em Londres, Conselheira
2011-2014	Embaixada em Port of Spain, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada
2014	Embaixada em Uagadugu, Embaixadora
Publicações:	
2003	A Conquista da Cidadania, in Um Brasil com Necessidades Especiais: Projetos Inovadores, Publicação do Departamento Cultural e de Divulgação/MRE

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

NÍGER



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 4
RELAÇÕES POLÍTICAS 4
Cooperação técnica 4
Cooperação em defesa 4
RELAÇÕES ECONÔMICAS 4
Comércio 4
POLÍTICA INTERNA 5
Período 1960-2010 5
Governo Mahamadou Issoufou 5
Ataques terroristas 6
Eleições de 2021 6
Instituições 6
ECONOMIA 7
Setores tradicionais 7
Urânio e outros minerais 7
Petróleo 7
Obras públicas 8
Programas de desenvolvimento 8
Dados macroeconômicos 8
Comércio 9
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) 9
Moeda comum “eco” 9
Perspectivas 9
POLÍTICA EXTERNA 10
França 10
Força-Tarefa “Takuba” 10
Estados Unidos 11
Entorno regional 11
G5 Sahel 11
China 12
Índia 12

Outros países 12
Clima no Sahel 12
PERFIS BIOGRÁFICOS 13
MAPA 14
DADOS BÁSICOS 15
INTERCÂMBIO COMERCIAL 15

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Níger foram estabelecidas em 24 de outubro de 1975. Em agosto de 2013, o Ministro dos Negócios Estrangeiros nigerino, Mohamed Bazoum, realizou visita ao Brasil. Foi assinado, na ocasião, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.

A visita sinalizou a intenção do Níger de diversificar suas relações e estreitar os laços com o Brasil. Em outra ocasião, o próprio Presidente do país, Issoufou Mahamadou, afirmou que o Níger poderia beneficiar-se do modelo de desenvolvimento brasileiro e expressou o desejo de adensar o relacionamento bilateral, sobretudo na área agrícola.

Desde o início de 2011, os assuntos relativos ao Níger estão a cargo da Embaixada do Brasil em Cotonou, Benim (anteriormente, a cumulatividade recaía sobre a Embaixada brasileira em Abuja, Nigéria). O Governo nigerino tem demonstrado interesse em abrir Embaixada residente em Brasília e deixa implícito que o processo seria facilitado caso o Brasil fizesse o mesmo.

Cooperação técnica. Embora não haja acordo bilateral de cooperação técnica, já existem atividades nessa área, como o diálogo que os dois países têm conduzido na área de alimentação escolar. Em 2013, o Brasil enviou a Niamei consultor para auxiliar no desenvolvimento de programas locais nesse sentido. O Governo nigerino também vê o Brasil como parceiro em potencial para seu objetivo de mecanizar a agricultura.

Cooperação em defesa. O Níger tem manifestado interesse em cooperar com o Brasil na área de defesa, especialmente no que se refere à formação de militares e a aquisições de produtos de defesa. Empresas brasileiras do setor têm realizado contatos com autoridades nigerinas, a exemplo de dois dos vizinhos do Níger: o Mali e o Burkina Faso, que enfrentam desafios de segurança semelhantes aos que hoje preocupam Niamei.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. O comércio bilateral cresceu significativamente em 2018, devido a dois fatores. Por um lado, o Brasil passou a importar urânio do Níger. Por outro, verificou-se avanço das exportações brasileiras do agronegócio, especialmente de carnes e açúcar. O novo patamar de intercâmbio confirmou-se em 2019, quando o fluxo comercial total foi de USD 27 milhões, sendo mais de USD 24 milhões correspondentes às vendas brasileiras para o Níger.

Como a maior parte das importações do Níger é de alimentos – e levando em conta, também, o alto crescimento demográfico previsto para os próximos anos – o país pode se tornar um mercado importante para produtos brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

O Níger é um país da África Ocidental sem saída para o mar, com território de mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, e população de aproximadamente 23 milhões. Faz fronteira com Líbia e Argélia ao norte, Mali e Burkina Faso a oeste, Benim e Nigéria ao sul, e Chade a leste. Ex-colônia da França, é marcado por grande diversidade étnica e religiosa. Geograficamente, divide-se entre o norte e o centro, ocupados pelo deserto do Saara, e o sul dominado pelo Sahel, com duas áreas um pouco menos secas, uma no extremo oeste, nas imediações do rio Níger, e outra, no extremo leste, na área do lago Chade. Etnicamente, mais da metade da população é hauçá (53%, concentrados no centro-sul e também presentes na Nigéria), mas há contingentes populacionais significativos de songais e zarmas (20%, concentrados nas imediações do rio Níger e também presentes no Mali), tuaregues (10%, correspondentes a populações seminômades que circulam também no Mali e no sul da Argélia), fulas ou fulanis (7%, pastores nômades dispersos pelo país) e os canúris (aproximadamente 10%, concentrados no leste do Sahel nigerino e também presentes no Chade, na Nigéria e no Cameroun). A maioria da população é mulçumana sunita (90%), mas há também muçulmanos xiitas, adeptos de cultos animistas e católicos. A população é majoritariamente jovem e deve triplicar em 30 anos. Apenas 15% do nigerinos vivem em zonas urbanas e a única cidade com mais de 500 mil habitantes é a capital, Niamei. O Níger tornou-se independente em 1960.

Período 1960-2010. Entre 1960 e 1993, três presidentes da etnia zarma sucederam-se em governos de partido único.

A década de 1990 foi marcada pelas primeiras eleições multipartidárias, em 1993, nas quais Mahamane Ousmane, da maioria hauçá, elegeu-se Presidente; e pelos conflitos com os tuaregues, que buscavam a independência.

Após uma série de conflitos, os militares tomaram o poder, em 1996, sob a liderança do Coronel Ibrahim Baré Maïnassara. Com o assassinato de Maïnassara, em 1999, o Major Daouda Malam Wanké assumiu o governo e conduziu processo que levou à realização de eleições no mesmo ano.

Mamadou Tandja, do Movimento Nacional pela Sociedade do Desenvolvimento (MNSD), foi eleito no pleito de 1999 para mandato de cinco anos. Em 2004, obteve a reeleição. Tandja foi o primeiro Presidente de origem fula e canúri. Em 2009, o Presidente Tandja decidiu realizar referendo constitucional que lhe permitisse concorrer a um terceiro mandato. A Corte Constitucional declarou o referendo ilegal e acabou dissolvida. Seguiu-se período de instabilidade, com Tandja à frente de um governo interino, que acabou interrompido por militares liderados pelo Coronel Salou Djibo.

Governo Mahamadou Issoufou. Depois da adoção, em 2010, de uma nova Constituição, as eleições presidenciais foram marcadas para 2011. Ex-Primeiro-Ministro do governo Ousmane, Mahamadou Issoufou, do Partido Nigerino para o Socialismo e a Democracia (PNSD), disputou o segundo turno com o ex-Primeiro-Ministro de Tandja, Seine Oumarou, do MNSD. Issoufou venceu o pleito com aproximadamente 58% dos votos. Somando os parlamentares eleitos pelos partidos aliados, a coalizão de apoio ao governo conseguiu 78 das 113 cadeiras da Assembleia Nacional, uma maioria de quase 70%. Em julho de 2011, militares, supostamente partidários do

ex-presidente Tandja, tentaram tomar o poder, em iniciativa fracassada, que resultou na prisão de dez conspiradores.

O governo Issoufou apresentou seu "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social" (PDES), focados no enfrentamento dos desafios da extrema pobreza e das mudanças climáticas, sobretudo por meio de iniciativas inspiradas em programas brasileiros.

Ataques terroristas. No último ano, foram registrados pelo menos seis ataques terroristas de grande repercussão no Níger. O mais letal deles foi o mais recente, em 9 de janeiro de 2020, cujo objetivo foi a base militar de Chinegodrar, na fronteira com o Mali. A ação terrorista deixou 89 soldados nigerinos mortos (na mesma região foram realizados outros dois ataques, com mais 46 mortos). Em 10 de dezembro, investida contra a base de Inates, também próxima à fronteira com o Mali, deixou 71 soldados mortos (na capital houve, ainda, ataque que matou duas pessoas). Finalmente, houve ataque na região de Diffa, na região dos lagos, com 12 mortos.

A derrubada do governo Muammar Gaddafi na Líbia, em 2011, abriu nova frente para a disseminação do radicalismo islâmico armado transnacional. A situação tornou-se ainda mais complexa depois do início da guerra civil no Mali, em 2012, visto que diferentes grupos terroristas se concentraram no território daquele país para, de lá, disseminar-se pela região. A partir de 2013, os ataques no Níger se tornaram frequentes, com a consolidação de alguns grupos em certas áreas, além da mobilização de rivalidades étnicas.

No oeste, na região de fronteira com Burkina Faso e Mali, atuam a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine e o Katiba Macina. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também atua nessa região. A maioria desses grupos deriva seus recursos da prática de sequestros, tráfico de drogas e de armas, além dos tributos cobrados às populações das comunidades por eles ocupadas. Há, ainda, apoio financeiro internacional de indivíduos e entidades extremistas do Oriente Médio.

O Boko Haram, por sua vez, foi criado em 2002 no norte da Nigéria. O grupo se notabilizou pelo sequestro de quase 300 meninas em 2014 e por ataques violentos à população civil e desarmada. No oeste do Níger, os ataques do Boko Haram começaram em 2015.

Eleições de 2021. O governo Issoufou propiciou ao país crescimento médio de mais de 5% ao ano, a despeito da queda dos preços internacionais do urânio a partir de 2012. No campo político, não apenas anunciou que deixaria a Presidência no prazo constitucional, como também indicou, com dois anos de antecedência, seu candidato às eleições de 2021: seu Ministro do Interior e ex-Ministro de Relações Exteriores, Mohamed Bazoum.

Instituições. O Níger é uma república semipresidencialista. O estado é unitário e dividido em oito regiões. A chefia do estado cabe ao Presidente, eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. A chefia do governo corresponde ao Primeiro-Ministro, indicado pelo Presidente. O legislativo é unicameral, composto por 113 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos. O judiciário conta com Corte Constitucional (sete juízes indicados pelo Presidente para mandato de seis anos), Corte de Cassação (instância superior para assuntos judiciais), Conselho de Estado (instância superior para assuntos administrativos) e Corte de Finanças (instância superior para contas públicas).

ECONOMIA

A economia do Níger é dominada pela agropecuária tradicional, pelo comércio informal e por atividades extrativistas. O governo depende de ajuda internacional, não apenas financeiramente, mas também para quadros técnicos. Urânio, petróleo e ouro são os principais produtos de exportação. O país tem o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (189º) do mundo. A expectativa de vida ao nascer é de 62 anos e o PIB per capita, de USD 400.

Setores tradicionais. Mesmo sendo responsável por mais de 15% das exportações e de 40% do PIB, a atividade agropecuária, em decorrência da baixa capitalização do campo e das condições naturais adversas, não produz o suficiente para a população local. Grande parte das plantações agrícolas concentram-se no sul do país, próximas ao rio Níger. Nas áreas menos secas do Sahel, algumas culturas dividem o espaço com o pastoreio de animais, principalmente de ovelhas e camelos. O centro e o norte do país, por sua vez, caracterizam-se por clima seco e solos pobres.

Em decorrência da relevância desses setores, o reflexo do clima no bem estar socioeconômico do país é direto e imediato. Anos de sacas maiores do que as normais causam impacto no PIB.

Urânio e outros minerais. A extração de urânio no norte do país é realizada por empresas multinacionais, principalmente francesas (AREVA), e o mineral corresponde a aproximadamente 55% das exportações nigerinas. O país é o quarto maior produtor mundial. Embora importante para as receitas fiscais e para a geração de divisas, o setor gera número relativamente reduzido de empregos.

Desde 2012, o preço do urânio vem apresentando tendência geral de queda. Tendo em vista a concentração da pauta exportadora nesse produto, a baixa nos preços repercutiu negativamente na balança comercial nigerina, já normalmente deficitária.

Outro item importante da pauta de exportação do Níger é o ouro, responsável por aproximadamente 5% das exportações. Boa parte da produção é realizada de maneira artesanal. Há, ainda, reservas pouco exploradas de cobre, minério de ferro, zinco, fosfato e titânio.

Petróleo. O Níger produz petróleo desde a década de 1970. Com descobertas de novas reservas no país, os hidrocarbonetos se tornaram o segundo item de exportação e há a expectativa de que a produção cresça o suficiente nos próximos anos para reduzir o déficit comercial. O grande gargalo da produção nigerina era a falta de infraestrutura de escoamento da produção. Com acordo entre Benim e Níger assinado em 2018, iniciou-se a construção de oleoduto que levará a produção de petróleo até o golfo da Guiné. A obra, orçada em aproximadamente USD 4,5 bilhões, será realizada pela "West African Oil Pipeline Company Niger" e pela "West African Oil Pipeline Benin", filiais nos dois países da "China National Oil and Gas Exploration and Development Company", tendo sua conclusão prevista para novembro de 2021 e entrada em operação em janeiro de 2022.

De 2011 a 2018, o setor petrolífero respondeu, em média, por 4% do PIB do Níger, 19% das receitas fiscais e 16% das exportações. Com a expansão da produção dos atuais 20 mil barris diários para 110 mil e o início da utilização do oleoduto, estima-se que em 2022 o setor gerará

24% do PIB, 45% das receitas fiscais, 68% das exportações e de 8 a 12% dos empregos formais. O projeto deverá também produzir impacto econômico significativo no Benim, tendo o ministro beninês da Água e das Minas, Samou Séidou Adambi, declarado que o país deverá arrecadar mais de 300 bilhões de francos CFA (cerca de USD 500 milhões) de direitos de trânsito durante os primeiros 20 anos de operação do oleoduto.

Obras públicas. Como o setor empresarial nacional mobiliza poucos recursos, o estado acaba sendo um dos principais atores econômicos do país. Obras de infraestrutura relacionadas à Cúpula da União Africana em 2019 tiveram impacto positivo no PIB naquele ano. Há, ainda, projetos de infraestrutura significativos previstos para os próximos dois anos, como a construção de uma represa e o oleoduto Níger-Benim. Cabe notar que aproximadamente 40% do orçamento estatal do Níger são cobertos por recursos de ajuda oficial ao desenvolvimento oferecidos por agências de apoio estrangeiras. O governo local também recebe apoio de técnicos internacionais, ligados ao FMI ou a agências da ONU, na gestão pública.

Programas de desenvolvimento. Desde sua eleição, o Presidente Issoufou procura reformar a estrutura econômica do país. O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social 2017-20 prevê numerosos projetos de infraestrutura, notadamente o anel ferroviário Cotonou-Niamei-Uagadugu-Abidjã (que envolve negociação com Benim, Burkina Faso e Côte d'Ivoire), o oleoduto Níger-Benim e a represa de Kandadji, com a dupla finalidade de produzir energia e fornecer água para irrigação.

A agricultura recebe grande atenção na estratégia nacional para fortalecer a economia. O plano de ação quinquenal da iniciativa 3N ("*les Nigériens Nourrissent les Nigérien*s", nigerinos alimentam nigerinos) tem apresentado resultados na gestão de recursos hídricos e no aumento da produtividade e do valor agregado da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca. O Níger também efetuou consideráveis reformas almejando a melhora do ambiente de negócios e galgou 44 posições em sete anos na classificação de países no relatório "Doing Business" do Banco Mundial (encontra-se na 132ª posição no relatório de 2019). Apesar dos avanços da economia, o índice de pobreza permanece elevado (por volta de 40% da população) e o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, continua sendo um grande desafio.

Dados macroeconômicos. As contas externas do Níger refletem a estrutura produtiva deficiente do país, com exportações pouco diversificadas e vulneráveis a variações de preço internacional. O Níger, ademais, tem de importar, em quantidades consideráveis, bens de capital, combustíveis e alimentos – praticamente tudo de que necessita. Os déficits comerciais são estruturais. Por sua vez, as transações correntes são impactadas também pela transferência de lucros das empresas multinacionais e pelo pagamento dos serviços da dívida, que, nos últimos anos, têm sido apenas parcialmente compensados pelas remessas enviadas por nigerinos que vivem no exterior e pelas doações de outros países.

A política monetária nigerina, por sua vez, é determinada pelo banco central regional (Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO), o qual prioriza a manutenção da paridade fixa da moeda regional (o franco CFA da África Ocidental, também utilizado pelos outros sete países do bloco) com o euro e o combate à inflação. O Níger tem apresentado baixo índice de inflação.

Comércio. Os principais itens de exportação do Níger são: urânio (55%); petróleo (16%); sementes e oleaginosas (15%); e ouro (5%). A pauta de importação, por sua vez, é diversificada, com destaque para alimentos, medicamentos, petróleo, cimento e eletroeletrônicos. Os principais destinos das exportações do Níger são França, China, Coreia do Sul e Mali. As importações nigerinas são, na maioria, provenientes da França, Índia, China, Gana, Bélgica, Nigéria e Togo.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). O acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) foi lançado na Cúpula da União Africana realizada em Niamei, o que sinaliza a importância que o Níger atribui à iniciativa como forma de melhorar seu desempenho econômico. Até o momento, 54 membros da União Africana assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia) e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio na ZLCCA.

Moeda comum "eco". Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), realizada em 29 de junho de 2019 em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Níger, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco poderá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a União Econômica e Monetária do Oeste Africano, UEMOA) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de início do projeto por meio da UEMOA e, apenas em um segundo momento, incluir os demais países.

Consequências da emergência sanitária da COVID-19. Apesar das dificuldades que enfrenta, o país vinha apresentando um desempenho econômico positivo nos últimos anos. Em 2018, o bom desempenho da agricultura e da construção civil deram mais dinamismo ao crescimento do PIB. O Banco Africano de Desenvolvimento estimava crescimento do PIB em 2020 na ordem de 6%, mas as perspectivas favoráveis deram lugar à preocupação causada pela desaceleração global causada pela COVID-19.

Medidas oficias de isolamento social foram adotadas pelo governo nigerino para conter a pandemia no país. No início de maio, contudo, registraram-se protestos de rua contrários às restrições de movimento. Embora a demanda pelo urânio e pelo ouro não devam ser afetadas pela crise da COVID-19, os altos investimentos no setor de infraestrutura e de petróleo deverão sofrer impactos negativos. As projeções apontam para queda no crescimento do PIB, dependendo da escala da recessão global e do impacto da doença na população local. Nesse contexto de incerteza, o FMI concedeu, no dia 14 de abril de 2020, empréstimo de USD 115 milhões. A França vem defendendo que haja moratória das dívidas de países da África Subsaariana.

POLÍTICA EXTERNA

O Níger pauta sua política externa pela busca do desenvolvimento econômico e pela concertação com os estados vizinhos. O país tem adotado postura moderada no cenário internacional, evitando conflitos com seu entorno e com as grandes potências. Tendo em conta a disseminação de grupos islâmicos radicais armados no Sahel nos últimos anos, as questões de segurança também têm pautado o relacionamento do Níger com os vizinhos, a França e os Estados Unidos, entre outros países.

França. Desde a independência, em 1960, o relacionamento privilegiado com a França tem sido o eixo central da inserção nigerina. A França é o maior destino das exportações do Níger e o maior provedor das importações. Um terço do urânio utilizado pelo país europeu para abastecer suas usinas nucleares é de origem nigerina. Ademais, a França abriga as reservas nacionais do país, uma vez que o Banco Central do franco CFA, moeda regional adotada pelo Níger, deposita grande parte de suas reservas no Banco Central francês, como contrapartida à garantia de convertibilidade da moeda para o euro, dada pela França.

A presença militar francesa na região também tem sido notável. Em 2014, a França lançou a Operação Barkhane, em substituição à operação Serval (iniciada em 2013), com o objetivo de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação fica em Jamena, Chade, mas também há base francesa em Niamei e militares desdobrados em outras áreas do Níger. Em vista do aumento dos ataques entre 2019 e 2020, o efetivo foi reforçado uma segunda vez em menos de um ano, alcançando a cifra de 5 mil integrantes. Cabe notar que a base de francesa em Madama, na fronteira com a Líbia, foi desmobilizada em meados de 2019.

O Presidente Emmanuel Macron realizou visita de algumas horas ao Níger, em 22 de dezembro de 2019, no regresso de viagem à Côte d'Ivoire. O chefe de estado francês, na companhia de Mahamadou Issoufou, participou de homenagem aos 71 militares mortos no ataque terrorista à base militar de Inates, seguida de reunião entre os dois mandatários.

Em 13 de janeiro de 2020, o Presidente Macron recebeu os chefes de estado dos países do G5 Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade) na cidade Pau, nos Pireneus franceses. Na Cúpula de Pau, os presidentes africanos reiteraram o interesse em contar com o apoio francês no combate ao terrorismo no Sahel. Os participantes acordaram nova iniciativa política e militar para a região, denominada "Coalizão Sahel". A coalizão tem como objetivo intensificar o combate ao terrorismo a partir de perspectiva que não se limite à esfera militar. A iniciativa tem quatro eixos: luta contra o terrorismo (por meio de tropas de combate); fortalecimento dos recursos militares dos países da região; controle territorial e oferta de serviços públicos nas regiões conflagradas; e assistência ao desenvolvimento.

Força-Tarefa "Takuba". No contexto da Coalizão Sahel, a França coordenou reunião de Ministros de Defesa dos países do G5 Sahel e com países europeus que apoiam a iniciativa. O encontro virtual foi realizado em 27 de março. Participaram as chefias dos ministérios da defesa de Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Mali, Níger, Noruega, Países Baixos, Portugal, República Tcheca, Reino Unido e Suécia. Na reunião, mencionou-se a nova força militar a ser empregada na região, a Força-Tarefa Takuba, anunciada em fins de 2019 como

iniciativa de diferentes países europeus. Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Países Baixos, Portugal e Suécia já se comprometeram a enviar soldados, mas ainda não está claro qual será o efetivo total da força-tarefa. A expectativa é de chegada das tropas ainda em 2020. Em 2021, a força estaria em plena capacidade de operar.

Estados Unidos. Os Estados Unidos são um dos maiores provedores de ajuda externa ao Níger, destinada, segundo o Departamento de Estado dos EUA, a "reforçar a segurança alimentar, desenvolver recursos para a manutenção da paz e a luta contra o terrorismo, apoiar a reforma do setor de segurança, apoiar empreendimentos produtivos agrícolas, promover a democracia e a boa governança, apoiar a reforma penitenciária e da justiça criminal e fortalecer a formação e o treinamento na área de segurança". Foi anunciado em 2018, no âmbito da "Millenium Challenge Corporation", iniciativa de ajuda externa norte-americana, um programa de USD 437 milhões para o Níger, a serem investidos em diferentes áreas. O Níger também participa da "Security Governance Initiative", parceria dos Estados Unidos com seis países africanos na área de segurança, e tem acesso a recursos do "Counterterrorism Partnerships Fund", de apoio e assistência a forças de segurança no combate ao terrorismo e em atividades de resposta a crises.

Desde 2018 o Departamento de Defesa norte-americano vem indicando a intenção de reduzir sua presença militar na África e, em particular, no Sahel, o que representa preocupação para o governo do Níger, diante de seus esforços para combater o terrorismo.

Entorno regional. O Níger cultiva boas relações com os países vizinhos. A Nigéria, em especial, além de ser um dos principais parceiros comerciais, exerce grande influência sobre a economia informal nigerina. A atuação em organismos regionais é vista pelas autoridades nigerinas como forma de contribuir para a superação de entraves ao crescimento e aumentar a visibilidade do país. Além de integrar a União Africana, o Níger é membro da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne os países cuja moeda é o franco CFA da África Ocidental.

Em junho de 2019, o Níger foi eleito para a Presidência Pro Tempore da CEDEAO. Em abril de 2020, coordenou a realização de cúpula da CEDEAO para discutir ações conjuntas de reação à crise da COVID-19. A realização bem sucedida da Cúpula Extraordinária da União Africana, em Niamei, em julho de 2019, também contribuiu para o prestígio regional do Níger e do Presidente Issoufou. O evento gerou grande expectativa, com obras de infraestrutura e forte esquema de segurança. O sucesso logístico ecoou os êxitos políticos da reunião, que envolveram o lançamento oficial da Zona de Livre Comércio do Continente Africano (ZLCCA) e outras decisões importantes (criação da Agência de Cooperação Africana, aprovação do orçamento de 2020 e novas contribuições do Fundo pela Paz da União Africana).

G5 Sahel. Criada em 2014, a iniciativa G5 Sahel reúne Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Com sede na capital da Mauritânia, surgiu com o propósito de coordenar esforços militares de contenção do terrorismo na região, além de promover o desenvolvimento. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com 5 mil efetivos e sete batalhões (dois de Mali e dois do Níger, além de um batalhão de cada um dos demais). O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante da deterioração da situação na área de segurança na fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel em setembro de 2019, na qual os líderes do grupo lançaram apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os

esforços regionais de reação contra o terrorismo. Posteriormente, no âmbito da CEDEAO, alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa ocidental africana, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Em fevereiro de 2020, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas do Sahel a fim de reagir aos avanços terroristas na região.

China. Em 2019, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Níger. Encontra-se também entre os principais destinos das exportações nigerinas. Ademais, está se transformando em alternativa às opções europeias, norte-americana e árabes para a ajuda ao desenvolvimento. Nos últimos anos, a China tem acumulado importante carteira de investimentos no Níger, incluindo projetos nas áreas de petróleo e gás (entre os quais encontra-se a construção de oleoduto ligando o Níger ao Benim), urânio e infraestrutura.

O Presidente Issoufou visitou a China algumas vezes. A primeira visita realizou-se em 2012, no contexto do encontro do Foro de Cooperação África-China. O mandatário nigerino Participou do mesmo encontro em 2018, além de ter realizado visita de estado em maio de 2019.

Índia. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Subrahmaniyam Jaishankar Hamad, realizou visita ao Níger em 20 e 21 de janeiro de 2020, tendo sido recebido pelo Presidente Mahamadou Issoufou e pelo Primeiro-Ministro Brigi Rafini. O ponto central da visita foi a inauguração em Niamei do Centro Internacional de Conferências Mahatma Gandhi, para até 2.500 visitantes, construído pela Índia ao custo de aproximadamente USD 50 milhões. Foram celebrados dois acordos: um, instituindo comissão mista bilateral, e outro, estabelecendo mecanismo de cooperação entre as duas chancelarias. O Ministro dos Negócios Estrangeiros nigerino também destacou o intuito de reforçar a concertação com a Índia quanto aos temas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual o Níger participa na qualidade de membro não-permanente no biênio 2020-2021.

Outros países. Realizou-se, em outubro de 2019, em Sochi, a I Cúpula Rússia-África. O Níger percebe a Rússia como eventual parceiro em questões de segurança e defesa, embora o país não seja parceiro comercial ou de investimentos relevante. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Qatar observam com atenção os desdobramentos dos conflitos no Níger.

Clima no Sahel. Realizou-se em Niamei, em 25 de fevereiro último, a Primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Clima para a Região do Sahel, sob a presidência do chefe de estado nigerino. Participaram os presidentes do Burkina Faso, do Chade, da Guiné e da República do Congo. Participaram, ainda, o Vice-Presidente do Sudão, o Primeiro-Ministro do Mali e o Ministro da Transição Ecológica e Solidária da França. Adotou-se Plano de Investimentos do Clima para a Região do Sahel (PIC-RS), no período 2019-2030, com custo global estimado em USD 392 bilhões, e o Programa Regional Prioritário, voltado a promover investimentos em projetos ambientais, no período 2020-2025 e orçado em USD 1,32 bilhão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

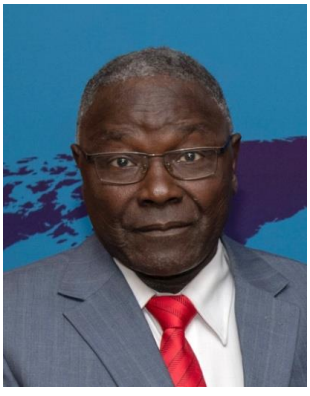
Presidente Mahamadou Issoufou



Nascido em 1º de janeiro de 1952 na cidade de Dandadji, Mahamadou Issoufou é graduado em Matemática pela Universidade de Niamei (1975) e tem mestrado em Matemática e Aplicações Fundamentais pela Universidade de Montpellier, na França (1976). Possui também diploma de Estudos Avançados em Probabilidade e Estatística pela Universidade de Paris VI Jussieu (1977) e um Diploma de Engenheiro Civil em Minas pela École Nationale Supérieure des Mines de Saint-Étienne (1979).

De 1980 a 1992, atuou no setor de mineração, trabalhando para a Société des Mines de l'Aïr (SOMAÏR). Criou em dezembro de 1990, junto a vários de seus ex-companheiros de movimento estudantil, o Partido do Níger para a Democracia e o Socialismo (PNDS), que dirigiu até março de 2011. Foi eleito deputado nacional em 1993, 1995, 1999, 2004 e 2011. Concorreu, sem êxito, nas primeiras eleições multipartidárias do Níger, em 1993. Foi Primeiro-Ministro no governo Mahamane Ousmane. Presidiu a Assembleia Nacional de 18 de fevereiro de 1995 a 27 de janeiro de 1996. Disputou novas eleições presidenciais em 1996, 1999 e 2004. Elegeu-se Presidente em 2011, com quase 58% dos votos. Foi reeleito em 2016.

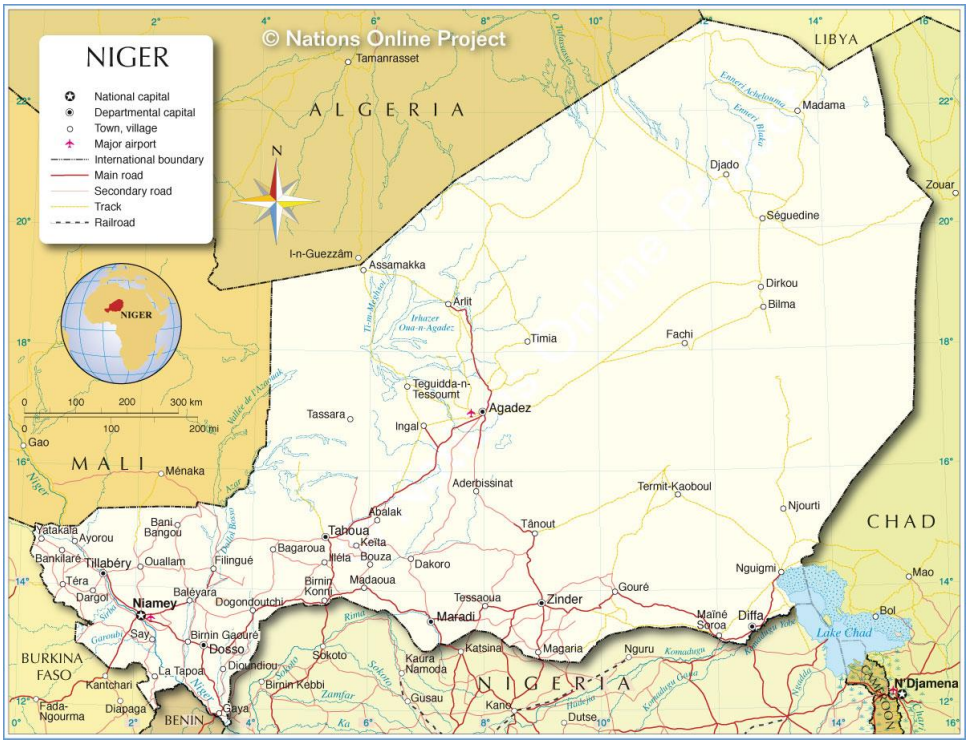
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior, Kalla Ankourao



Nascido em 1946 (74 anos), em Dakoro, Kalla Ankourao é engenheiro de obras públicas e ex-chefe do grupo parlamentar do PNDS. Desde abril de 2018, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior.

Nos anos 1980, Ankourao trabalhou no Ministério de Obras Públicas e Planejamento Urbano como Diretor de Planejamento Urbano. Foi eleito para a Assembleia Nacional em 1993. Em 1995, foi nomeado Ministro da Saúde Pública no governo Mahamane Ousmane. Em 2004, foi eleito deputado novamente e se tornou presidente do Grupo Parlamentar do PNDS. Com a vitória de Mahamadou Issoufou nas eleições presidenciais de 2011, foi nomeado Ministro de Equipamento em abril de 2011, deixando o cargo em abril de 2012. Foi eleito novamente deputados em fevereiro de 2016. Na metade do segundo mandato de Issoufou, foi chamado para chefiar a pasta dos Negócios Estrangeiros, Cooperação, Integração Africana e dos Nigerinos no Exterior.

MAPA


© Nations Online Project
NIGER
National capital
Departmental capital
Town, village
Major airport
International boundary
Main road
Secondary road
Track
Railroad
ALGERIA
LIBYA
MALI
BURKINA FASO
BENIN
NIGERIA
CHAD
CAMEROON
Tamanrasset
Madama
Djado
Zouar
Séguedine
I-n-Guezzâm
Assamakka
Dirkou
Bilma
Arlit
Timia
Fachi
Teguidda-n-Tessoumt
Agadez
Tassara
Ingal
Gao
Ménaka
Aderbissinat
Termit-Kaoboul
Njourti
Abalak
Tânout
Tahoua
Keita
Bagaroua
Illéla
Bouza
Dakoro
Nguigmi
Mao
Yatakala
Bani Bangou
Ayorou
Bankilaré
Tillabéry
Ouallam
Filingué
Téra
Dargol
Niamey
Balèyara
Dogondoutchi
Birnin Konni
Madaoua
Tessaoua
Zinder
Gouré
Maradi
Maïné Soroa
Diffa
Bol
Lake Chad
Say
Birnin Gaouré
Boboso
Sokoto
Katsina
Magaria
Nguru
Kaura Namoda
Kantchari
La Tapoa
Dioundiou
Birnin Kebbi
Gusau
Kano
Dutse
N'Djamena
Fada-Ngourma
Diapaga
Gaya
0 100 200 300 km
0 100 200 mi

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República do Níger
Gentílico:	Nigerino
Capital:	Niamei
Área:	1,27 milhão de km²
População (FMI, 2019):	23,311 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (95%); crenças tradicionais (3%); Cristianismo (1%); outras (1%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral (Assembleia Nacional, com 113 membros)
Chefe de Estado:	Presidente Mahamadou Issoufou
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Brigi Rafini
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Kalla Ankourao
PIB (FMI, est. 2019):	USD 9,44 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 25,78 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 405,09
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 1,1 mil
Variação do PIB (FMI):	1% (est. 2020); 5,4% (est. 2019); 5,3% (2018); 5,2% (2017); 5% (2016); 4% (2015); 7,5% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,377 (189º)
IHDI (PNUD, 2019):	0.272
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	62 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2019):	30,6%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	0,3%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Níger:	Não há embaixador designado
Embaixador em Cotonou (cumulativo com Niamei):	Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Níger	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan – abr)**
Intercâmbio	**1.435**	**1.148**	**848**	**523**	**816**	**30.107**	**27.166**	**452**
Exportações	1.288	1.038	754	485	784	27.641	24.576	446
Importações	147	110	94	38	32	2.466	2.590	6
Saldo	**1.141**	**928**	**660**	**447**	**752**	**25.176**	**21.986**	**440**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

BENIM



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 4
RELAÇÕES POLÍTICAS 4
Laços históricos 4
Cooperação técnica 4
Defesa 5
Serviços aéreos 6
Cooperação educacional 7
Energia 7
RELAÇÕES ECONÔMICAS 7
Comércio bilateral 7
Rodovia Kétou-Savè 7
Oportunidades setoriais 8
ASSUNTOS CONSULARES 8
POLÍTICA INTERNA 9
Histórico 9
Indicadores sociais 9
Divisão administrativa 9
Instituições 10
Partidos políticos 10
Governo Patrice Talon 10
Eleições de 2019 11
Reforma constitucional 11
Segurança 12
POLÍTICA EXTERNA 13
África Ocidental 13
França, Estados Unidos e União Europeia 13
China 14
Índia 14
ECONOMIA 15
Comércio 15
Setores econômicos 16

Energia 16
Moeda comum “eco” 16
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) 16
Impactos da emergência sanitária da COVID-19 17
PERFIS BIOGRÁFICOS 18
MAPA 19
DADOS BÁSICOS 20
INTERCÂMBIO COMERCIAL 20

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do Daomé (que adotaria o nome "Benim" em 1975) em 13 de agosto de 1960. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1961. Nos últimos 15 anos, as relações bilaterais ganharam mais densidade. Em 2005, foram assinados os acordos de cooperação técnica e de estabelecimento de Comissão Mista. Realizou-se visita presidencial brasileira ao Benim em 2006, ocasião em que foi anunciada a criação da Embaixada do Brasil em Cotonou. A visita do presidente Boni Yayi, por sua vez, marcou a inauguração oficial da Embaixada do Benim em Brasília, em 2007.

O mandatário beninês também esteve no Brasil em março de 2012 e, em junho do mesmo ano, chefiou a delegação do seu país por ocasião da Conferência Rio+20. Houve duas sessões da Comissão Mista Brasil-Benim, realizadas em 2009 (Cotonou) e 2011 (Brasília), e a Semana Cultural do Benim na Bahia, realizada em 2009.

Em 2017, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou o Benim. Na ocasião, reuniu-se com o Presidente Patrice Talon e com seu homólogo beninês, Aurélien Agbénonci, com quem passou em revista os principais temas da densa agenda bilateral de cooperação. Em 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Benim visitou o Brasil acompanhado do Ministro da Economia e das Finanças e do Ministro da Infraestrutura e dos Transportes.

Laços históricos. Desde o fim do século XVIII, mas, sobretudo, a partir de 1830, muitos escravos brasileiros alforriados começaram a retornar à África Ocidental, em especial ao Benim e à Nigéria. O grupo de ex-escravos brasileiros retornados – ou "agudás", como são chamados – que se instalou no Reino do Daomé constituiu importante elite intelectual, econômica e profissional. Quando o território passou a ser colônia da França, em 1893, os retornados constituíram relevante parcela da classe média colonial, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, viriam a se tornar líderes pró-independência.

A maioria dos agudás estabeleceu-se em Porto Novo e Uidá, onde até hoje se faz presente a influência cultural brasileira. Comemoram a festa de Nosso Senhor do Bonfim e a "festa da burrinha", versão do "bumba-meu-boi" brasileiro. Foram assimilados ainda pratos brasileiros como a feijoada e o mocotó.

Cooperação técnica. A pauta de cooperação técnica com o Benim abrange projetos nas áreas de saúde, cultura, agricultura, educação, portos marítimos e esportes, ao abrigo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica assinado pelos dois países em 2005. Entre as principais iniciativas estão:

i) "Cotton4 + Togo": Um dos maiores projetos de cooperação do Brasil na África Ocidental, a iniciativa beneficia, além do Benim, o Burkina Faso, o Chade, o Mali e, desde 2015, o Togo. Sua meta é fortalecer a produção cotonífera nesses cinco países africanos por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima regionais. A primeira fase encerrou-se em 2013, com avaliação positiva dos resultados. A segunda etapa foi assinada em dezembro de 2014 e está em fase final de implementação. Incluiu em suas

atividades a questão da segurança alimentar, promovendo o aumento não apenas da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas. No âmbito do projeto, houve entrega de camionete e cinco motocicletas ao Benim em 2020.

ii) Agroecologia: Outra iniciativa voltada ao desenvolvimento do setor agrícola beninês é o projeto "Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benim nas áreas de Agroecologia e Cooperativismo", assinado em 2011. A iniciativa organizou-se em torno de dois eixos de atuação: a formação profissional e tecnológica de docentes e a implantação de incubadora de cooperativas agrícolas. Em março de 2017, a incubadora foi inaugurada no Liceu Agrícola Mèdji de Sétou (LAMS), com equipamentos fornecidos pelo governo brasileiro. Nesse mesmo ano, foram finalizados todos os módulos do curso de especialização em Agroecologia. O bom funcionamento da incubadora levou à proposta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) de incluir novas atividades de treinamento, ministradas por especialistas do Instituto Federal da Bahia em janeiro de 2018.

iii) Escoamento dos subprodutos do algodão: No mesmo contexto de projetos relacionados ao agronegócio, há iniciativa sobre "Alternativas de Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Acessórias na África", em execução ao abrigo da parceria estabelecida entre o governo brasileiro e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). Realizou-se, em 2019, missão de prospecção ao Benin, organizada pela ABC, pelo Centro de Excelência contra a Fome do PMA (CdE/PMA) em Brasília e pelo escritório do PMA no Benin. Houve missão de campo da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e do PMA a regiões produtoras próximas de Parakou, no Benim, para discutir os territórios de atuação do futuro projeto-país.

iv) Fibra de algodão: Em março de 2020, em Cotonou, foi assinado projeto "Fortalecimento do Setor Algodoeiro Utilizando as Melhores Práticas de Classificação da Fibra de Algodão no Mercado Internacional". O setor de produção algodoeira no Benim vem conhecendo resultados excepcionais, passando de uma produção de 451 mil toneladas, na campanha agrícola 2016-2017, a 678 mil toneladas, durante a campanha 2018-2019, com a perspectiva de ultrapassar o nível de 850 mil toneladas em 2021. Apesar desse desempenho, permanecem desafios, entre os quais a melhoria da classificação da fibra de algodão no mercado internacional. Nesse sentido, elaborou-se projeto envolvendo cursos de formação e instalação de equipamentos modernos de avaliação e classificação da fibra de algodão, de modo a contribuir para melhorar a qualidade das exportações beninesas. O projeto envolverá a ABC e a Associação Mineira de Produtores de Algodão (AMIPA), pelo lado brasileiro.

v) Cultura. Em 2009, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica bilateral para implementação do projeto "Gestão de Patrimônio Material e Imaterial no Benim". No âmbito desse acordo, e como resultado da troca de experiências entre técnicos da área, foi elaborado o livro bilíngue "Architecture Agouda au Benin et au Togo/Arquitetura Agudá no Benim e no Togo", de autoria do antropólogo Milton Guran e do professor Roberto Conduru, sobre a arquitetura agudá, estilo de construção utilizado pelos afrodescendentes brasileiros retornados ao Togo e ao Benim no século XIX.

Cooperação em defesa. A principal solicitação beninense ao Brasil na área de cooperação em defesa refere-se à assistência técnica para reforço das capacidades operacionais das Forças Armadas locais na luta contra o terrorismo, a cibercriminalidade e a pirataria marítima. Também

foi solicitado apoio em programas de instrução e educação militar, operações, equipamento médico, além de eventual doação de materiais.

Há interesse de ambas as partes no tema do combate à pirataria no **Golfo da Guiné.** O assunto vem sendo acompanhado com atenção pelo Governo brasileiro. As atividades criminosas em ambiente marítimo na região do Golfo da Guiné vêm aumentando rapidamente desde 2010. Em 2012, o número de casos de sequestros de navios na costa oeste da África superou os da costa leste. A fim de reagir de forma coletiva, Presidentes dos países da região assumiram, em 2013, em Iaundê, Cameroun, compromisso coletivo de combate à pirataria, com o estabelecimento de procedimentos comuns e a criação do Centro Interregional de Coordenação (CIC) da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné, com sede na capital camerounesa.

Em 2018 e 2019, registraram-se incidentes de roubo à mão armada em águas beninesas. O presidente Patrice Talon adotou uma série de medidas para reforçar a segurança marítima, incluindo envio de equipe de proteção às embarcações na zona de espera do Porto de Cotonou.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o país vem envidando esforços para o enfrentamento do problema, entre os quais se destacam o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e o reforço da presença brasileira no Golfo da Guiné, inclusive por meio da participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente. Nesse contexto, o Benim se apresenta como parceiro importante.

Destaca-se a participação brasileira no exercício marítimo multinacional "Obangame Express", realizado anualmente. Participam, além dos 16 países do Golfo da Guiné, parceiros internacionais como Brasil, Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus. O exercício é patrocinado pelo Comando Militar dos EUA para África (AFRICOM) e objetiva capacitar forças de defesa locais para enfrentar desafios como pirataria, pesca ilegal, narcotráfico, contrabando de armas e tráfico de pessoas. O Brasil já participou seis vezes do "Obangame Express". Além do envio para a edição de 2019 do Navio Patrulha "Araguari" e, em anos anteriores, dos navios "APA" e "Amazonas", o Brasil tem contribuído com os exercícios mediante destacamento de equipe de militares brasileiros para atuação no Centro de Operações Marítimas, baseado em Luanda, e em grupos de controle localizados em outros países da costa ocidental africana.

Ademais, desde 2009, o Brasil colabora com o Centro de Aperfeiçoamento para Ações de Desminagem Humanitária (CPADD), centro franco-belga de formação de especialistas em **desminagem humanitária** em situação pós-conflito. O CPADD foi inaugurado em 2003 e tem sede em Uidá, Benim. As Forças Armadas brasileiras têm contribuído com o reforço do corpo de instrutores, por meio do envio de especialistas em reconhecimento, identificação, neutralização de minas e restos explosivos de guerra.

Serviços aéreos. Em 2016, delegação brasileira da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil reuniu-se com delegação beninesa e finalizou negociação dos termos do Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA), cujo texto foi rubricado pelas autoridades aeronáuticas dos dois países. Nessa ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) bilateral com dispositivos que preveem livre determinação de capacidade, quadro de rotas aberto, possibilidade de múltipla designação de companhias aéreas, liberdade tarifária e também direitos da quinta liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro

estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do estado de nacionalidade da aeronave). Finalmente, durante a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Aurélien Agbénonci ao Brasil, em abril de 2018, foi assinado o ASA Brasil-Benim. O PDL 467/2019, que trata do acordo, está pronto para entrar na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, seguirá para a análise do Senado Federal.

Cooperação educacional. A cooperação educacional com o Benim está amparada no Acordo de Cooperação Cultural, em vigor desde abril de 1974. O Benim passou a enviar candidaturas aos Programas Estudantes-Convênio (PEC) a partir de 2008. Até o momento, 487 estudantes benineses foram selecionados para o PEC-G (graduação) – o que faz do país um dos maiores beneficiários do programa – e treze participaram do PEC-PG (pós-graduação).

Energia. O Benim, que depende energeticamente dos vizinhos, tem demonstrado interesse em cooperar no setor de energia com o Brasil. Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Biocombustíveis foi assinado em agosto de 2007. Em 2010, no âmbito do Pro-Renova (Programa Estruturado de Apoio aos demais Países em Desenvolvimento na área de Energias Renováveis), realizou-se, em Cotonou, Seminário sobre Políticas Públicas na Área de Biocombustíveis.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Com ambiente favorável, disposição do governo para receber investimento estrangeiro e contando com porto de águas profundas, o Benim pode representar importante plataforma para empreendedores brasileiros na África Ocidental. Registra-se a presença de empresas brasileiras da área de alimentos no Benim.

Comércio bilateral. Desde 2001, a balança comercial bilateral tem registrado resultados positivos para o lado brasileiro, atingindo ponto máximo em 2013, quando o superávit somou USD 164 milhões. A corrente de comércio é majoritariamente composta pelo valor das exportações brasileiras. Em 2018, o total exportado para o Benim foi de USD 145 milhões. Em 2019, o valor total das exportações ficou em USD 98 milhões.

Os itens do agronegócio são os destaques do comércio, especialmente açúcar e carnes de aves. Há, contudo, presença significativa e constante produtos industrializados, especialmente maquinário agrícola e veículos automotivos (especialmente ônibus), na pauta exportadora brasileira para o Benim. O Brasil é o principal parceiro comercial daquele país na América do Sul e se encontra entre os 20 países com os quais o Benim tem volumes mais significativos em seu intercâmbio comercial global (hoje o Brasil oferece cerca de 3% do total das importações beninesas, figurando entre as 10 principais origens das importações daquele país).

Rodovia Kétou-Savè. Em julho de 2019, foi inaugurada, pelo Ministro das Infraestruturas e dos Transportes, a obra da rodovia que ligará as cidades de Kétou e Savè. A obra está sendo executada por consórcio de empresas brasileiras. Os trabalhos consistem na terraplenagem e asfaltamento dos trechos Kétou-Idigny-Igbodja-Savè (85,8km), Omou-Illadji-Mossoukagbé-Ayékotonyan (26,6 km) e Savè-Oké-Owo-fronteira com a Nigéria (27,5 km).

Oportunidades setoriais. Em diferentes estudos, verificou-se haver oportunidades para ampliação da presença brasileira no mercado beninês de carnes de frango, de maquinário agrícola e de arroz (cabe recordar que a África é um dos maiores importadores do cereal no mundo e um ator importante em sua comercialização).

ASSUNTOS CONSULARES

Há atualmente 43 brasileiros matriculados na Embaixada do Brasil em Cotonou, embora o número efetivo de brasileiros no país possa ser maior. Registram-se presenças pontuais de brasileiros integrados à grande comunidade libanesa de Cotonou, grupos de missionários religiosos (católicos e evangélicos), funcionários de empresas brasileiras e imigrantes eventuais. Os viajantes temporários brasileiros no Benim são, em sua maioria, empresários em prospecção ou execução de negócios, pesquisadores da cultura africana relacionada ao Brasil, turistas interessados em religiões tradicionais e técnicos de projetos de cooperação. Não há registro de brasileiros presos no Benim.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Benim, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e de pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos.

POLÍTICA INTERNA

Os maiores desafios do Benim encontram-se no campo econômico. Eleito em 2016, o presidente Patrice Talon tem ressaltado, em diversas ocasiões, a necessidade de promover a competitividade e a racionalização dos gastos públicos, bem como ativa diplomacia econômica, como forma de propiciar o desenvolvimento econômico do país e combater a pobreza. Registrou-se crise política em 2019, solucionada com reforma da Constituição de 1990.

Histórico. Antes da chegada dos portugueses, em 1484, o território do atual Benim era dominado pelo Reino de Alada, de origem iorubá, instalado no século XII. Um conflito de sucessão, no século XVII, deu origem aos reinos de Daomé (ao norte, onde predominava o dialeto fon) e de Hogbonu (ao sudeste, mais tarde denominado Porto-Novo). No fim do século XIX, ambos foram dominados pela França, que os converteu no protetorado de Daomé.

Após sua independência da França, em 1º de agosto de 1960, o Daomé viveu período de intensa instabilidade política. Entre 1963 e 1972, houve uma série de transferências de poder fora das regras constitucionais, mas sem registro de violência ou conflitos civis generalizados. Com a chegada de Mathieu Kérékou ao poder, instalou-se governo de orientação marxista-leninista que se estendeu até 1990. Nesse período, companhias estrangeiras foram nacionalizadas, grandes empresas foram estatizadas e o país passou a se chamar República Popular do Benim, em referência ao reino que floresceu, nos séculos XV a XVII, na região que hoje corresponde ao sudoeste da Nigéria. Mais tarde, o nome passaria a ser somente República do Benim.

Em 1991, Nicéphore Soglo, chefe do governo de transição criado em 1990, foi eleito em pleito multipartidário. Em 1996, Kérékou retornaria ao poder pela via eleitoral, sendo reeleito em 2001. Limites à reeleição impediram-no de se candidatar novamente. Em 2006, foi eleito Presidente o economista Thomas Boni Yayi, à época sem filiação partidária. Yayi lograria reeleger-se em 2011 já no primeiro turno, com 53,1% dos votos. Foi a primeira ocasião, desde a redemocratização do país, que um presidente foi eleito em primeiro turno. Em 2016, o empresário Patrice Talon tornou-se o quarto presidente da República do Benim desde a redemocratização, eleito em segundo turno.



Indicadores sociais. O Benim ocupa a 163ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2019) da ONU, que avalia indicadores como saúde, educação e renda per capita. O índice de analfabetismo é de cerca de 68% entre a população com mais de 15 anos. A expectativa de vida é de 61,5 anos.

O país é caracterizado pela heterogeneidade étnica: somam-se mais de 40 grupos étnicos no território beninês, entre os quais se destacam os iorubás (no sudeste), os fulanis ou fulas (no nordeste) e os ajas (na costa). Além do francês, língua oficial, quatro outros idiomas são falados por parcelas significativas dos benineses: fon, fulani, bariba e iorubá. A maior parte da população, estimada em quase 12 milhões de habitantes, concentra-se no sul do país.

Divisão administrativa. O Benim se divide em 12 departamentos: Alibori (maior departamento do país), Atakora, Atlantique (o mais

populoso, abriga a cidade de Ouidá), Borgou, Collines, Donga, Kouffo, Littoral (menor departamento do Benim, foi separado de Atlantique em 1999 e abriga a maior cidade do país, Cotonou), Mono, Ouémé (onde fica a capital oficial do país, Porto-Novo), Plateau e Zou. Os 12 departamentos compreendem 77 "comunas" ou cidades.

Instituições. O Benim é uma República presidencialista (a figura do primeiro-ministro foi abolida em agosto de 2013, durante o segundo governo Boni Yayi). De acordo com a Constituição de 1990, o presidente é eleito para mandato de cinco anos e pode se reeleger uma única vez. O sufrágio universal e o multipartidarismo são assegurados.

O poder legislativo é unicameral. A Assembleia Nacional compõe-se de 83 deputados, eleitos por sistema de representação proporcional para um mandato de quatro anos. A adoção de emendas constitucionais exige o voto favorável de três quartos da Assembleia e posterior aprovação por referendo popular, ou o apoio de quatro quintos dos deputados.

O judiciário é independente e compreende a Corte Constitucional, a Suprema Corte (mais alta corte para questões judiciais e administrativas) e a Alta Corte de Justiça (responsável por acolher casos contra o presidente da República ou outras autoridades do governo em questões relativas a crimes cometidos no exercício de suas funções ou alta traição).

No Benim, diferentemente de outros países da região, líderes hereditários de entidades políticas pré-coloniais (reis e chefes tradicionais), apesar de possuírem grande prestígio social, não gozam de qualquer estatuto oficial.

Partidos políticos. Com a redemocratização e a aprovação da Carta dos Partidos Políticos (lei 23 de 16/8/1990) e da nova Constituição (20/12/1990), verificou-se rápida multiplicação de partidos no Benim. No ano 2000, contavam-se 125 partidos registrados junto ao Ministério do Interior.

Em 2003, foi publicada nova versão da Carta dos Partidos, estabelecendo critérios mais rígidos para a sua criação. Apesar disso, o cenário político permaneceu marcado pelo elevado número de agremiações: em 2018, somavam-se 250 partidos. Nesse contexto, tanto Boni Yaiy, em 2006, quanto Patrice Talon, em 2016, elegeram-se presidentes sem filiação partidária à época das eleições.

Governo Patrice Talon. Um dos mais importantes empresários do país, Patrice Talon elegeu-se em 2016 defendendo a urgência de reformas nos campos político, econômico e social e da despolitização da máquina administrativa.

Em seu discurso de posse, Talon prometeu modernizar a máquina pública, descentralizar a administração, assegurar a liberdade de imprensa e promover a iniciativa privada. Manifestou também a intenção de mobilizar recursos externos para desenvolver o país, proporcionar acesso a água e energia às populações carentes e reconstruir os sistemas de saúde e educação. Anunciou a adoção de medidas para explorar o potencial turístico e agrícola do Benim e afirmou a importância de combater a corrupção. Ademais, apontou a necessidade de aperfeiçoar o sistema partidário beninês.

Em 2018, mudanças na Carta dos Partidos Políticos e no código eleitoral introduziram medidas voltadas ao "saneamento" do número de agremiações partidárias no país. Determinou-se que a criação de um partido passaria a exigir a adesão de pelo menos 15 membros fundadores em cada uma das 77 comunas do país, configurando um mínimo de 1.155 membros no conjunto do território nacional (antes, eram necessários apenas 10 fundadores em cada um dos 12 departamentos, num total de 120 pessoas). Ademais, decidiu-se que apenas candidatos de

partidos ou coalizões que recebessem pelo menos 10% dos votos no âmbito nacional poderiam ter assento no parlamento.

Em função das novas regras, a perspectiva era de que várias agremiações partidárias se aglutinassem. A maior parte dos partidos de situação constituiu duas grandes agremiações, a *Union Progressiste* (UP) e o *Bloc Républicain* (BR). Do lado da oposição, esboçava-se a criação de bloco ancorado pelos ex-presidentes Boni Yayi e Nicéphore Soglo. Em janeiro de 2018, a oposição chegou a divulgar que apresentaria lista única nas eleições legislativas.

Eleições de 2019. Em fevereiro de 2019, a Corte Constitucional decidiu que os partidos deveriam apresentar à Comissão Eleitoral Nacional Autônoma (CENA) um certificado de conformidade com a nova Carta dos Partidos Políticos, para participar das eleições legislativas em abril. Nenhum dos partidos de oposição logrou recebê-lo em tempo hábil: das sete agremiações que apresentaram dossiês para realizar inscrição no pleito, apenas duas foram julgadas aptas a concorrer, o *Bloc Républicain* (BR) e a *Union Progressiste* (UP), ambos da base de apoio do governo.

As eleições legislativas realizaram-se em 28 de abril de 2019. Dos 83 assentos da Assembleia Nacional, 47 couberam à UP e 36 ao BR. A taxa de participação dos eleitores teria sido de 27%.

A oposição manifestou inconformidade com o processo eleitoral. Realizaram-se protestos em abril, maio e junho, no departamento de Couffo (centro-sul do país), em Cotonou e em Porto Novo. Foram registrados incidentes violentos. O ex-presidente Boni Yayi, na qualidade de líder opositor, foi confinado em casa e cercado por aparato policial. O Presidente nigeriano Muhammadu Buhari, na presidência de turno da CEDEAO, enviou seu Ministro dos Negócios Estrangeiros a Cotonou para reunir-se com o Presidente Talon. Houve declaração conjunta da CEDEAO e do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS), e a União Africana emitiu apelo, em 2 de maio, em prol do apaziguamento das tensões. Houve declarações também do Presidente da Côte d'Ivoire, Alassane Ouattara, e dos ex-presidentes John Kufuor, de Gana, e Olusegun Obasanjo, da Nigéria, no sentido de que se promovesse o retorno à normalidade. Em 22 de junho, foi levantado o cerco policial à residência do ex-presidente Boni Yayi, que partiu em seguida para Paris, para submeter-se a tratamento médico.

Reforma constitucional. Entre julho e outubro, foram realizados encontros de reaproximação entre o governo e a oposição. Concluídas as conversações, o Conselho de Ministros, em 16 de outubro de 2019, acolheu o relatório do diálogo e decidiu que o governo executaria prontamente as ações que lhe cabiam. Em 31 de outubro de 2019, os 83 membros da Assembleia Nacional aprovaram unanimemente a Lei n° 2019-40, modificando a Constituição de 1990.

A reforma constitucional trouxe uma série de mudanças: aprovou-se o financiamento público de partidos políticos; foi extinta a pena de morte (elevando à qualidade de norma constitucional disposição já adotada por lei ordinária); estabeleceu-se mecanismo de favorecimento da participação feminina nos cargos eletivos; foi criado o cargo de Vice-Presidente; foi estabelecido limite absoluto de dois mandatos presidenciais; os mandatos de deputados passaram a ser de cinco anos, renováveis duas vezes; a partir de 2026, as eleições presidenciais, legislativas e comunais terão lugar a cada cinco anos. As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2021.

A Assembleia Nacional aprovou também a anistia a todos os crimes e contravenções relacionados às eleições legislativas de 2019.

Segurança. Embora faça fronteira com países afetados por ações de terrorismo (Níger, Nigéria, Burkina Faso), não há registro de ataques terroristas no Benim. Em 2019, houve sequestro de turistas franceses, levados para o Burkina Faso por grupos terroristas e recuperados por soldados da Operação Barkhane, que a França mantém nos países da região do Sahel. As autoridades do Benim demonstram preocupação com a possibilidade de atuação de grupos terroristas no país, nas fronteiras ao norte. Há preocupação também com o crescimento da pirataria no Golfo da Guiné.

POLÍTICA EXTERNA

Após ter seguido, até o início da década de 1990, política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, o Benim passou a se inserir pragmaticamente na esfera ocidental, dedicando especial atenção às relações com a França e demais países da União Europeia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benim também recorre a parceiros internacionais (União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Estados Unidos) para cobrir despesas correntes e promover investimentos sociais e em infraestrutura. A Nigéria e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) são interlocutores fundamentais para o país. As crescentes presenças de China e Índia são percebidas como alternativas financeira, comercial e política aos parceiros mais tradicionais (a China é o maior exportador para o Benim, enquanto a Índía é o maior importador).

África e África Ocidental. O Benim foi um dos fundadores, em 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana; em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); e, em 1994, da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Nas últimas décadas, vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com o Níger e a Nigéria, principais mercados para produtos reexportados pelo Benim. Ressalte-se também que o país importa a maior parte da energia elétrica que consome de Côte d'Ivoire, Gana e Nigéria, o que torna fundamentais as relações com esses parceiros. Há litígios de fronteira com Nigéria, Níger, Burkina Faso e Togo, sem maiores repercussões nos últimos anos.

Notadamente, tem-se estreitado o diálogo bilateral com o Níger. O Presidente Patrice Talon visitou Niamei em outubro de 2019, menos de três meses depois de os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Benim e do Níger assinarem, em Cotonou, acordo de cooperação transfronteiriça. Há projetos de construção de oleoduto e ferrovia entre os dois países.

O Benim também vem se engajando em iniciativas de combate ao terrorismo na África Ocidental. Em fevereiro de 2015, em reunião em Iaundê, autoridades de Benim, Nigéria, Cameroun, Chade e Níger decidiram criar Força-Tarefa Multinacional Conjunta com o objetivo de desmantelar células do Boko Haram e localizar os reféns mantidos pelo grupo, bem como compartilhar informações de inteligência, em especial sobre tráfico de armas e as fontes de financiamento do grupo terrorista.

Ademais, juntamente com Burkina Faso, Côte d`Ivoire, Gana e Togo, o Benim integra a "Iniciativa de Acra", estabelecida em novembro de 2017 com o objetivo de aperfeiçoar a coordenação entre os respectivos órgãos de segurança para o enfrentamento de ameaças transfronteiriças. Tiveram lugar em Cotonou, em janeiro de 2019, a quarta reunião ministerial e a oitava reunião de chefes de serviços de inteligência e segurança da iniciativa.

França, Estados Unidos e União Europeia. Houve visita presidencial francesa ao Benim em 2015, e visitas presidenciais beninesas à França em 2016 (em três ocasiões) e 2018. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países também se encontraram em Cotonou, em 2016, e em Paris, em 2017. Mais de 40 empresas francesas estão presentes no Benim, notadamente nas áreas agroalimentar, de logística, de construção civil e bancária.

França e Estados Unidos são os principais provedores de ajuda internacional ao desenvolvimento ao Benim. Os recursos destinam-se a projetos de desenvolvimento econômico, criação de empregos e consolidação da governança. No caso dos Estados Unidos, há também financiamento a projetos de combate à malária e de fortalecimento do setor de saúde em geral, bem como de fortalecimento da capacidade militar beninesa. O Benim também se beneficia do "African Growth and Opportunity Act" (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

Com a União Europeia, há também diversos projetos de ajuda ao desenvolvimento, principalmente nas áreas de governança, desenvolvimento sustentável em agricultura e acesso à energia sustentável. A UE participa, ainda, de iniciativas de promoção da segurança marítima no Golfo da Guiné.

China. A China está envolvida na construção de oleoduto para permitir o escoamento da produção de petróleo do Níger por meio do Porto de Cotonou, no Benim. Trata-se de investimento importante para o governo beninês, que espera, com isso aumentar significativamente a atividade e a arrecadação no Porto de Cotonou.

Índia. O presidente da Índia, Ram Nath Kovind, realizou visita oficial ao Benim em julho de 2019, a primeira de um chefe de Estado indiano ao país africano. Kovind manteve encontro com o presidente Patrice Talon no dia 29, ocasião em que os mandatários assinalaram a vontade comum de aprofundar as relações de amizade e cooperação entre os povos beninês e indiano e expandir os fluxos bilaterais de comércio e investimento. Na sequência do encontro, foi anunciada a abertura pela Índia de linha de crédito no montante de USD 100 milhões para apoiar projetos prioritários de desenvolvimento no Benim, a oferta de capacitação em língua inglesa para quadros da administração local e a inclusão do país no sistema indiano de concessão de vistos de turismo e de negócios *on line*. Os presidentes determinaram a realização, em futuro próximo, em Nova Delhi, da segunda reunião da Comissão Mista Benim-Índia, em nível ministerial. A Índia é um dos maiores parceiros comerciais do Benim, o que se explica por ser o algodão bruto, destinado principalmente à indústria têxtil asiática, o principal produto de exportação beninês; e o arroz, majoritariamente reexportado para a Nigéria, o principal produto de importação.

ECONOMIA

A economia beninesa tem crescido a taxas significativas nos últimos anos, chegando a 6,7% em 2018 e 6,4% em 2019. As perspectivas são de crescimento importante, mesmo com a atual crise internacional da COVID-19 (embora as previsões para 2020 ainda possam ser revistas). O país tem mantido um consistente incremento no PIB, mesmo sob o impacto negativo da crise econômica na vizinha Nigéria, com a qual a economia beninesa mantém elevado nível de conexão. O crescimento da atividade econômica no Benim tem sido alimentado nomeadamente por: i) aumento na produção agrícola, devido a incentivos aos agricultores e ao reforço do quadro institucional (o setor agropecuário emprega cerca de 50% da população e representa 25% do PIB); e ii) aumento no tráfego marítimo devido à modernização do Porto de Cotonou (o setor de serviços representa 50% do PIB).

Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Benim compartilha com os demais países da organização a moeda comum regional, o franco CFA, e aplica a política monetária estabelecida pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), que tem como objetivo precípuo o controle da inflação e a manutenção da taxa de câmbio com relação ao euro.

Devido aos limitados recursos de capital, o Governo beninês tem procurado financiar os projetos de desenvolvimento – como a modernização do Porto de Cotonou, a ampliação da produtividade no campo e a exploração de petróleo – por meio de investimentos estrangeiros diretos, empréstimos e doações. O Benim vem recebendo somas significativas em forma de empréstimos concessionais ou doações da China e do Banco Mundial, além de importantes aportes da União Europeia e de países como França, Alemanha, Holanda e Dinamarca. O país também recebe cooperação de Estados Unidos e Japão, entre outros.

Embora tenha apresentado crescimento razoável nos últimos anos, a economia beninesa enfrenta problemas estruturais para se desenvolver no longo prazo, como a baixa complexidade econômica e a precariedade da infraestrutura de transporte e de energia. A concentração em poucos produtos primários (principalmente o algodão) torna a economia do Benim suscetível às flutuações dos preços internacionais dessas *commodities*.

Comércio. A balança comercial do Benim mostra resultados estruturalmente deficitários, em decorrência do padrão de exportação de bens primários e matérias-primas, de baixo valor agregado, e importação de bens manufaturados, de alto valor agregado. De todo modo, registrou-se redução do déficit de 10,2% em 2017 para 8,5% em 2018, tanto devido ao incremento nas exportações quanto à queda das compras de produtos alimentícios no mercado externo.

A pauta exportadora do Benim é pouco diversificada e concentrada em produtos básicos, sobretudo algodão, castanha de caju e frutas (principalmente abacaxi). A reexportação de mercadorias para os países vizinhos, a partir do Porto de Cotonou, também tem sido importante fonte de divisas. Entre os principais destinos das exportações beninesas encontram-se Índia, China, Mali e Líbano. As principais origens das importações beninesas são China, Índia, e Malásia. A pauta de importação do Benim é diversificada, incluindo, entre os principais produtos, óleos vegetais, arroz e combustíveis, para citar alguns.

Setores econômicos. O setor primário é central na economia beninesa, não apenas por responder por cerca de um quarto do PIB, mas também por empregar metade da população economicamente ativa do Benim. Os principais produtos agrícolas benineses são o algodão e a castanha de caju, que representam, juntos, metade das exportações do país. Destaca-se também a produção de frutas, principalmente o abacaxi.

O setor secundário restringe-se, basicamente, à indústria têxtil e ao processamento de produtos agrícolas. Por sua vez, o setor de serviços desenvolveu-se significativamente nos últimos anos e o comércio experimentou importante crescimento, impulsionado pela modernização do Porto de Cotonou, que foi realizada por meio de financiamentos externos e concessões operacionais a empresas estrangeiras. O governo beninês espera que a construção de oleoduto entre Niamei, no Níger, e Cotonou – para a exportação do petróleo nigerino – intensifique ainda mais as atividades no porto.

Energia. A biomassa tradicional, especialmente lenha e carvão vegetal, constitui a principal fonte de energia do Benim (entre 50% e 60%). O país apresenta baixo índice de acesso à energia elétrica (aproximadamente 32 %), concentrado nas áreas urbanas (onde 56% da população teriam acesso, em comparação com 11% nas regiões rurais). Boa parte da energia elétrica fornecida no país é proveniente de Gana, Côte d'Ivoire e Nigéria. A diminuição da dependência energética é percebida como prioritária pelo governo beninês. Há exploração *offshore* de petróleo, em volumes ainda modestos.

Moeda comum "eco". Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Burkina Faso, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco deverá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA, incluindo o Benim) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de iniciar o projeto por meio da UEMOA e apenas em um segundo momento incluir os demais países da CEDEAO.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Até o momento, 54 países africanos assinaram o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) – a única exceção é a Eritreia – e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio.

Em que pese ter-se sempre declarado favorável ao projeto, o Benim foi o 54º (e por enquanto último) país a assinar o acordo de criação da ZLCCA, logo após a Nigéria (53º a aderir). O governo beninês estava claramente aguardando a definição nigeriana, o que ilustra a conexão da economia do Benim com a do vizinho.

O Benim ambiciona tornar-se uma plataforma logística sub-regional, oferecendo privilegiada via de acesso ao mar para os países mediterrâneos próximos, como o Burkina Faso, o Mali e o Níger, bem como para o noroeste da Nigéria. A implementação da ZLCCA poderia facilitar esse objetivo. De todo modo, a China já tem sido gestionada no sentido de financiar a

construção de ligação ferroviária entre Cotonou e Niamei e de oleoduto permitindo o escoamento da produção petrolífera nigerina por terminal na costa beninesa.

Impactos da emergência sanitária da COVID-19. Mesmo no quadro das dificuldades econômicas esperadas como resultado da crise internacional da COVID-19, o FMI estima que o crescimento do PIB beninês em 2020 será de aproximadamente 4,5%. De todo modo, trata-se de importante redução nas expectativas de crescimento para o ano, antes projetadas em quase 7%.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE PATRICE TALON



Nascido em 1º de maio de 1958 (62 anos), em Abomey, Benin, Patrice Talon tornou-se um dos maiores empresários benineses antes de chegar à Presidência do país. Ingressou na Faculdade de Ciências da Universidade de Dacar, Senegal, para cursar Matemática e Ciências Físicas. No segundo ano de sua graduação, foi aprovado em etapa preliminar de processo de seleção de pilotos da Air Afrique. Enviado à França para o restante dos exames, Talon não foi selecionado, mas permaneceu em Paris, onde ingressou no negócio de embalagens e insumos agrícolas em 1983. Em 1985, criou no Benin a Société de Distribution Intercontinentale (SDI). Candidato às eleições presidenciais de 2016 no Benin, Patrice Talon propôs um mandato de recuperação econômica e reformas políticas. Foi eleito com 65,37% dos votos no segundo turno e tomou posse em abril de 2016.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO, AURELIÉN AGBÉNONCI



Nascido em 1958, é casado e pai de dois filhos. Formou-se em Direito Comercial Internacional pela Universidade de Paris X Nanterre e em Desenvolvimento Institucional, Governança e Ciências Ambientais pela Universidade de Dacar. Possuir diploma de mestrado em Direito Comercial pela Universidade de Dacar. Trabalhou na Faculdade de Direito da Universidade de Nanterre, França, e em um escritório de advocacia em Dacar. Ocupou diferentes posições na Organização das Nações Unidas, incluindo as de Representante Residente Adjunto do PNUD no Burundi (1993 a 1996), Representante Residente Adjunto e, em seguida, interino para a Côte d'Ivoire (1999 a 2003) e Coordenador Residente das Nações Unidas e Representante Residente do PNUD no Congo (2003 a 2008), em Ruanda (2008 a 2011) e no Mali (2012 a 2013). Foi Representante Especial Adjunto da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), no período 2014-2016. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em abril de 2016.

MAPA


BENIN
© 2009 Ezilon.com All Right Reserved
National Capital (100,000 to 92)
over 600,000
over 100,000
over 50,000
over 10,000
other city
NIGER
BURKINA
Diapaga
Gaya
Malanville
Pama
Banikoara
Kandi
Ségbana
Kérou
Malèlé
Tanguiéta
Kobli
Natitingou
Boukoumbé
Kouandé
Péhonko
Sinendé
Bembèrèkè
Kalalé
Nikki
Kopargo
Djougou
Parakou
Niamtougou
Kara
Bassar
Sokodé
Bassila
Tchaourou
TOGO
Sotouboua
Shaki
Iseyin
Savé
Savalou
Glazoué
Dassa
Atakpamé
Aboméy
Za-Kpota
Bohicon
Abeokuta
Ibadan
Notsé
Kpalimé
Aplahoué
Klouékanmé
Pobé
Djakotomé
Dogbo-Tota
Lokossa
Allada
Sakété
Adjara
Ifangni
PORTO-NOVO
Aguégué
Tsévié
Comé
Ouidah
Cotonou
Lomé
Dzodze
Chaîne de l'Atakora
Monts Kouffé
ezilon.com

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Benim
Gentílico:	Beninês
Capital:	Porto Novo é a capital oficial; Cotonou é a capital administrativa (sede do Governo)
Área:	112.620 km²
População (FMI, 2019):	11,814 milhões de habitantes
Idiomas:	Francês
Principais religiões (2006):	Crenças tradicionais (50%), cristianismo (30%) e islamismo (20%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Sistema unicameral (Assembleia Nacional), com 83 deputados
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Patrice Talon
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Aurélien Agbénonci
PIB (FMI, est. 2019):	US$ 14,37 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US$ 40,72 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	US$ 1,22 mil
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	US$ 3,45 mil
Variação do PIB (FMI):	4,5% (est. 2020); 6,6% (est. 2019); 6% (2018); 5,59% (2017); 4% (2016); 2,1% (2015); 6,4% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0.520 (163º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,327
Expectativa de Vida (PNUD, 2019):	61,5 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	32,9%
Índice de desemprego (BM, 2019):	2%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Benim no Brasil:	Boniface Vignon
Embaixador em Cotonou:	Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
Comunidade brasileira estimada:	46

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Benim	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan – abr)**
Intercâmbio	**164.712**	**120.522**	**109.899**	**71.095**	**130.796**	**147.782**	**98.987**	**23.238**
Exportações	164.452	119.610	109.899	71.095	130.784	145.300	98.987	23.238
Importações	260	911	-	0,4	12	2.482	-	-
Saldo	**164.192**	**118.699**	**109.899**	**71.094**	**130.772**	**142.818**	**98.987**	**23.238**

EMBAIXADA DO BRASIL EM COTONOU

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUÍS IVALDO VILLAFAÑE GOMES SANTOS

O Benim obteve sua independência da França em primeiro de agosto de 1960, sob o nome de República do Daomé. O nome atual do país, referente à enseada do Golfo da Guiné que o banha ao sul, foi adotado em 1975.

2. Em 1990, o Benim tornou-se o pioneiro no processo de redemocratização do continente africano. A partir de 1991, foram realizadas eleições presidenciais regularmente a cada cinco anos. O atual presidente, Patrice Talon, tomou posse em 06/04/2016. As últimas eleições legislativas ocorreram em 28/04/2019. Em 17/05/2020, foram realizadas eleições comunais/municipais, para a escolha de 1815 conselheiros municipais, distribuídos por 546 “arrondissements" nas 77 comunas em que se divide o Benim.

3. No plano externo, o Benim tem um histórico de relacionamento pacífico com seus vizinhos, não havendo diferendos de monta a registrar. A diplomacia beninesa tem se focado na captação de investimentos estrangeiros. Os principais parceiros externos são França, Nigéria e China. Em julho de 2020, por razões de economia, teve lugar redução da rede diplomática beninesa, doravante restringida a onze embaixadas (Abuja, Doha, Havana, Kuaite, Moscou, Paris, Pequim, Rabat, Riade, Tóquio e Washington) e um consulado geral (Lagos).

4. As Forças Armadas possuem efetivo de cerca de onze mil homens e mulheres, sendo que o único oficial general da ativa é o chefe do Estado-Maior Geral. O Exército corresponde a aproximadamente dois terços do total, não havendo unidades acima do escalão de batalhão. Dispõe de algumas dezenas de veículos blindados de reconhecimento e transporte. A Marinha possui algumas lanchas de patrulha armadas com metralhadoras. A Força Aérea não conta, no momento, com aeronaves em condições de voo.

5. O convívio entre grupos étnicos e confissões religiosas (cristãos, muçulmanos e voduns) é via de regra harmonioso, o que constitui motivo de orgulho para os benineses. Exceção a esse quadro é a migração anual de pastores de gado da etnia Peul, que ingressam no Benim a partir do Níger, quando da época da seca no país vizinho. O governo beninês tem procurado solucionar o problema canalizando a migração para corredores pré estabelecidos.

6. O Benim participa da Força Multinacional Mista da Bacia do Lago Chade, ainda que de forma simbólica, mediante o desdobramento do equivalente a uma companhia de infantaria, que se ocupa da segurança do quartel-general da Força em NDjamena. Essa participação tem gerado inquietação quanto a

possíveis retaliações por parte do Boko Haram, mas nada ocorreu até o presente. Não há notícia da existência de grupos terroristas nativos, mas existe a preocupação quanto à possibilidade da ocorrência de atentados perpetrados por elementos vindos do exterior.

7. Nesse contexto, o Benim participa da "Iniciativa de Acra", junto com Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gana e Togo, com vistas a aperfeiçoar a coordenação dos órgãos de segurança dos países participantes no combate à ameaça do radicalismo islâmico.

8. O PIB beninês tem aumentado de forma robusta no último quadriênio (2016 4,0%, 2017 5,8%, 2018 6,7%, 2019 6,4%). O Banco Mundial elevou o Benim, em julho de 2020, à categoria de país de renda intermediária inferior. A gestão das finanças governamentais tem contado com a aprovação das instituições financeiras internacionais. Em seu último relatório de avaliação de risco relativo ao Benim, de dezembro de 2018, a agência Standard & Poors manteve a classificação “B+/B", com viés estável.

9. O Benim tem economia baseada no comércio de reexportação, em particular para o mercado nigeriano, e na produção de algodão. O país tornou-se o primeiro produtor cotonífero na África Ocidental, com colheita recorde de 678 mil toneladas na safra de 2018-2019, aumento de 123% em relação a 2015-2016.

10. Esforços vêm sendo envidados para transformar o Benim, tradicional rota de comércio entre a costa atlântica e o vale médio do Rio Níger, em plataforma logística regional. O país é cortado em sua faixa litorânea no sentido Leste-Oeste pelo corredor rodoviário Abidjan-Lagos, que une Côte d'Ivoire, Gana, Togo, Benim e Nigéria, e participa de projeto sub-regional para a construção de anel ferroviário Abidjan-Uagadugu-Niamey-Cotonou, criando saídas para o mar para os mediterrâneos Burkina Faso e Níger. Estão sendo realizadas obras de expansão do porto de Cotonou. Em janeiro de 2019, os governos beninês e nigerino acordaram, ademais, a construção de oleoduto entre a bacia petrolífera de Agadem, no Níger, e o terminal marítimo em Sèmè Podji, no Benim, obra a ser realizada com capitais chineses.

11. Em dezembro de 2016, foi adotado o Plano de Ação Governamental 2016-2021, o qual pretende promover uma transformação qualitativa da estrutura econômica do Benim mediante grandes investimentos nos setores de transportes, turismo, agricultura e agroindústria e da tecnologia da informação, privilegiando as parcerias público-privadas e a atração do capital estrangeiro.

12. O então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita de trabalho ao Benim de 13 a 15/10/2017. Foi recebido em audiência pelo presidente Patrice Talon, a quem transmitiu convite para visita oficial ao Brasil. Realizou-se, na sequência, reunião interministerial com a

participação dos titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, dos Esportes, do Ensino Superior e da Pesquisa Científica, da Energia, da Água e das Minas e do Turismo e da Cultura, em que foi avaliado o estado da cooperação bilateral e analisadas demandas de novos projetos. O ministro Nunes Ferreira também visitou Ouidah, principal ponto de partida de escravos da África Ocidental para o Brasil. A visita foi concluída pela assinatura de comunicado conjunto pelos dois chanceleres.

13. De 25 a 27/04/2018, visitou o Brasil delegação beninesa chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Aurélien Agbénonci, e integrada pelos ministros da Economia e das Finanças, Romuald Wadagni, e o então ministro das Infraestruturas e dos Transportes, Cyr Koty. Em reunião de trabalho no Itamaraty, presidida pelo então ministro Nunes Ferreira, foi retomado o diálogo sobre cooperação entabulado durante a anterior visita ministerial ao Benim. Seguiu-se a firma, pelos chanceleres, de acordo bilateral sobre serviços aéreos. Durante o curso da visita, o ministro Wadagni manteve encontro com o então ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o ministro Koty com o então secretário executivo do Ministério dos Transportes, Herbert Drummond, na ausência de Brasília do titular da pasta.

14. O ministro da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Benim, Gaston Dossouhoui, reuniu-se com a senhora ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Tereza Cristina da Costa Dias, à margem da XLI Conferência da FAO, em Roma, em 23/06/2019. Dossouhoui manifestou a satisfação de seu governo pela qualidade da cooperação técnica recebida e aventou novas áreas de atuação. O ministro manifestou, em várias ocasiões, seu interesse em visitar o Brasil, mas não foi ainda possível concretizar esse projeto.

15. Dois instrumentos bilaterais estão ora em fase de negociação: um acordo de transferência de pessoas condenadas e um acordo de cooperação em matéria de defesa.

16. A Assembleia Nacional mantém Grupo Interparlamentar de Amizade Benim-Brasil, comandado pelo presidente da instituição, Louis Vlavonou, que conta com a participação de 21 do total de 83 deputados.

17. A Embaixada concentrou esforços em três áreas prioritárias: a promoção comercial e de investimentos, a cooperação técnica e a difusão cultural e divulgação. Ressalte-se que, embora esses três eixos de atuação não se confundam, apresentam importantes sinergias, funcionando a cooperação e a difusão cultural como importantes vitrines do Brasil, potencializando as parcerias de negócios.

18. O Benim não deve ser encarado como um mercado final para os produtos brasileiros, mas como uma porta de entrada para o conjunto da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em particular para a vizinha Nigéria. Estima-se que entre 60% e 80% por cento das mercadorias que ingressam no país são reexportadas. Cabe mencionar, a esse respeito, o

estabelecimento, em Cotonou, de escritório e centro de armazenagem para a África Ocidental pela PMI Foods, grande exportadora de carnes, associação entre a empresa brasileira Meridional e a estadunidense Parker.

19. O comércio bilateral é praticamente unidirecional a partir do Brasil, sendo as importações originárias do Benim irrisórias. Os dados relativos às exportações brasileiras, segundo o Ministério da Economia, são os seguintes : 2015 US$ 109.898.815; 2016 US$ 71.094.635; 2017 US$ 130.784.522; 2018 US$ 145.297.611; 2019 US$ 98.986.595; e, no primeiro semestre de 2020, US$ 48.537.288. A redução das exportações em 2016, ficando abaixo do patamar de US$ 100 milhões pela primeira vez desde 2007, explica-se pela queda dos preços mundiais do petróleo à época e consequente desvalorização do naira em relação ao franco CFA, atrelado ao euro. A nova redução em 2019 resulta da decisão do governo da Nigéria, em 20/08/2019, de vedar o ingresso de mercadorias provenientes de países vizinhos, sob o pretexto do combate ao contrabando. Ambos os casos ilustram o papel do Benim como canal de ingresso de produtos brasileiros no mercado nigeriano.

20. Os principais produtos de exportação brasileiros são açúcar, carnes, outros produtos alimentícios e máquinas e equipamentos. Na ausência de setor de promoção comercial, a Embaixada tem procurado atender, da melhor forma possível, frequentes demandas de informação de potenciais exportadores brasileiros. Informações sobre concorrências públicas internacionais são regularmente transmitidas ao Brasil para divulgação.

21. Em 16/07/2019, realizou-se cerimônia de inauguração da construção de rodovia entre as cidades de Kétou e Savè. A obra está sendo executada pela empresa Consórcio Construtor de Estradas, sediada em Recife/PE e conta com financiamento de US$ 188 milhões do Programa de Financiamento das Exportações (PROEX) do Banco do Brasil. Os trabalhos consistem na terraplanagem e asfaltamento dos trechos Kétou-Idigny-Igbodja-Savè (85,8 km), Omou-Illadji-Mossoukagbé-Ayékotonyan (26,6 km) e Savè-Oké-Owo fronteira com a Nigéria (27,5 km).

22. O Brasil e o Benim mantêm ampla agenda de cooperação. Durante a atual gestão, chegaram a seu termo projetos bilaterais nas áreas de gestão portuária e de agroecologia e cooperativismo e está para concluir-se o projeto Cotton 4 mais Togo, sobre o desenvolvimento da cotonicultura, que engloba o Benim e outros quatro países africanos. Projeto sobre diagnóstico e tratamento da doença falciforme foi oficialmente encerrado, por motivos administrativos, mas deverá ser retomado sob novo formato. Foi inaugurado novo projeto para a montagem de laboratório para a classificação da fibra de algodão, com o fornecimento de equipamentos modernos e capacitação de técnicos benineses pela parte brasileira.

23. Estão em estudos outras demandas de cooperação, na área esportiva, de apoio ao programa de merenda escolar promovido pelo governo beninês e de capacitação profissional do pessoal da Chancelaria beninesa. Foi também solicitada assistência técnica brasileira, no âmbito do projeto de criação de

infraestrutura turística no Benim, para a restauração de imóveis históricos em Ouidah, dando seguimento a projeto anteriormente realizado por peritos do IPHAN de elaboração de inventário do patrimônio arquitetônico afrobrasileiro naquela cidade e em Porto Novo, capital oficial do país. Boa parte dos edifícios remanescentes do Século XIX foram construídos no estilo e com as técnicas então empregadas no Brasil por retornados de nosso país.

24. Cabe destacar, no contexto da cooperação acima descrita, a atuação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que organizou numerosas missões ao Benim no período da atual gestão, conquistando o respeito e a estima de suas contrapartes beninesas. Assinale-se a realização em Cotonou, de 27 a 31/05/2019, de missão multidisciplinar, que, em evento copresidido pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e pelo chefe do posto, abordou o conjunto dos projetos de cooperação em andamento ou em perspectiva.

25. A Universidade Federal de Roraima e a Universidade Nacional de Agricultura do Benim assinaram, em outubro de 2019, memorando de entendimento visando a promover o desenvolvimento da cooperação científica entre essas instituições de ensino superior, inclusive mediante o treinamento colaborativo de alunos de intercâmbio de mestrado e doutorado e a realização de pesquisas conjuntas ou colaborativas.

26. Quanto ao Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), há os seguintes números de estudantes benineses selecionados : 2016 - 38, 2017 - 76, 2018 - 44, 2019 - 93 e 2020 - 88. Nas duas últimas edições, o Benim foi o país que mais apresentou candidatos e que teve o maior número deles selecionado.

27. Nos períodos colonial e monárquico, os portos brasileiros no Rio de Janeiro e em Salvador foram o destino de milhões de escravos provenientes do Golfo da Guiné, inclusive da Baía de Benim, notadamente partidos de Ouidah, que aportaram contribuição significativa à formação de nosso povo e de nossa cultura. Em sentido inverso, comerciantes brasileiros aqui radicados e ex-escravos retornados deram origem à comunidade agudá, os “brasileiros" do Benim, cuja identidade social está vinculada aos laços ancestrais com nosso país. Estima-se que esta comunidade representaria ao menos 5% da população beninesa, o que corresponde a cerca de meio milhão de pessoas. A Embaixada mantém estreito contato com as organizações da comunidade, sendo convidada a participar de seus festejos e, reciprocamente, acolhendo manifestação cultural agudá quando da celebração do Sete de Setembro.

28. Existe grande interesse por intercâmbios culturais com o Brasil. A imagem de nosso país é aqui amplamente favorável. A sociedade beninesa atribui grande valor à educação e à cultura, o que levou o Benim a ser outrora conhecido, no âmbito da francofonia, como "le Quartier Latin de lAfrique". Existe no país vibrante atividade artística, sobretudo no domínio das artes plásticas. Há um fluxo regular de visitas, em ambos os sentidos, de pesquisadores acadêmicos, empreendedores culturais e autoridades religiosas de cultos tradicionais e afrobrasileiros. A Embaixada tem contribuído para a organização de tais visitas, mediante a identificação de interlocutores e a promoção de encontros.

29. A Embaixada apoiou a realização dos seguintes eventos no domínio cultural : a) Segundo Festival Internacional de Capoeira , de 23 a 29/05/2017 ; b) lançamento do livro "Architecture Agouda au Bénin e au Togo", edição bilíngue em Português e Francês, de autoria de Milton Guran e Roberto Conduru, com a vinda do professor Guran ao Benim em 06 e 07/12/2017; c) Festival Cultural Afrobrasileiro, de 08 a 14/04/2019, com a participação do sociólogo Luiz Renato Vieira, consultor legislativo do Senado Federal na área de Cultura.

30. Tem sido mantida estreita colaboração com a "Association Capoeira Bénin", que participou de vários dos eventos acima mencionados, bem como da celebração da data nacional brasileira. A associação é liderada pelo mestre Mamoudou Fassassi, agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de cavaleiro, por seus esforços em prol da divulgação da capoeira e outros aspectos da cultura brasileira no Benim. Está atualmente sendo gestionada junto ao Ministério dos Esportes a criação de federação nacional, que seria a primeira do gênero na África Ocidental.

31. A Embaixada também tem recebido numerosas demandas relativas ao ensino de Português no Benim. Entre 2009 e 2012, foi mantido Leitorado nas Universidades de Abomey-Calavi e Porto Novo, que infelizmente foi interrompido. Por nota verbal de 09/04/2019, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação comunicou o interesse do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa Científica no relançamento do Leitorado, prontificando-se a Universidade de Abomey-Calavi a fornecer acomodação mobiliada adequada e seguro de saúde a professor brasileiro que venha a lecionar a língua portuguesa naquela instituição de ensino, com salário e despesas de transporte custeadas pelo governo brasileiro.

7

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 46, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Marcio Bittar
RELATOR ADHOC: Senadora Eliziane Gama

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 46, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO é filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, e nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1954.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Ingressou na carreira diplomática em 1976, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Nesse mesmo ano graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também se tornou Mestre em Direito Público, em 1981. No âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1983 e pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2003, quando defendeu a tese intitulada "A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico".

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1988; a Conselheiro, em 1996; e a Ministro de Segunda Classe, em 2004. Em 2014, passou para o Quadro Especial.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Conselheiro na Embaixada no Vaticano, de 1999 a 2003; assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência República, de 2003 a 2006; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 2006 a 2009; Subsecretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 2009 a 2011; Embaixador em São Tomé, entre 2012 e 2017; e Embaixador em Praia, de 2017 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial, em 2004.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Costa do Marfim, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência da Costa do Marfim em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu Embaixada em Abidjã em 1969. Em março de 1971, a Costa do Marfim abriu Embaixada em Brasília.

As perspectivas positivas da economia marfinense contrastam com os resultados do país em termos de desenvolvimento.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Classificada na 165ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2019, a Costa do Marfim apresenta expectativa de vida de 57,4 anos e índice de alfabetização de 43,9%. A população da Costa do Marfim em 2019 era de cerca de 26 milhões de habitantes.

Em 2012, o governo brasileiro tomou diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Costa do Marfim. O Brasil realizou contribuição de 200 mil dólares, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a projeto de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que afetou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de 50 mil dólares, por meio do ACNUR, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país. O governo brasileiro também efetuou doação de 2.700 kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Costa do Marfim e à Organização Caritas para o combate à úlcera burili, endemia que afetou as regiões oeste e centro-oeste daquele país.

Há entre os dois países Acordo Cultural e Educacional, em vigor desde 1973. Desde o ano 2000, 57 estudantes da Costa do Marfim participaram do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) mantido pelo Brasil.

Nos últimos cinco anos, a balança comercial entre o Brasil e a Costa do Marfim registrou variações consideráveis, embora tenha prevalecido o déficit brasileiro. Os principais produtos exportados pela Costa do Marfim são cacau, caju e borracha. A pauta de exportação brasileira é mais diversificada, envolvendo mais de 300 produtos, tendo como principais destaques os açúcares, as carnes e maquinário agrícola e automotivo.

Em 2015, a balança comercial representou déficit de US$ 16,5 milhões para o Brasil. Em 2016, o superávit do Brasil foi de US$ 837 mil. Em 2017, a Costa do Marfim obteve superávit de US$ 18 milhões e, em 2018, o Brasil alcançou superávit de US$ 11 milhões. Em 2019, a liberação da importação do cacau marfinense pelo Brasil repercutiu na balança comercial. As exportações da Costa do Marfim para o Brasil registraram aumento de quase 300%.

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II – Subsolo - Ala Afonso Arinos – Gabinete 12 - CEP 70165-900 - Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2115 / 2111 – 2119 – 1652 - e-mail: sen.marciobittar@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Como as exportações brasileiras mantiveram-se no patamar dos anos anteriores, houve significativo crescimento do déficit brasileiro, que alcançou US$ 91 milhões. Como a Costa do Marfim é uma das mais dinâmicas economias da África ocidental, há, contudo, potencial para aumento das exportações brasileiras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II – Subsolo - Ala Afonso Arinos – Gabinete 12 - CEP 70165-900 - Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2115 / 2111 – 2119 – 1652 - e-mail: sen.marciobittar@senado.leg.br

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 46/2020 - G.JOSÉ L.-C.MARFIM

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 46/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADA RELATORA "AD HOC" A SENADORA ELIZIANE GAMA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 46, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO é filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, e nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1954.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Ingressou na carreira diplomática em 1976, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Nesse mesmo ano graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também se tornou Mestre em Direito Público, em 1981. No âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1983 e pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2003, quando defendeu a tese intitulada "A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico".

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1988; a Conselheiro, em 1996; e a Ministro de Segunda Classe, em 2004. Em 2014, passou para o Quadro Especial.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Conselheiro na Embaixada no Vaticano, de 1999 a 2003; assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência República, de 2003 a 2006; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 2006 a 2009; Subsecretário de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 2009 a 2011; Embaixador em São Tomé, entre 2012 e 2017; e Embaixador em Praia, de 2017 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial, em 2004.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Costa do Marfim, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência da Costa do Marfim em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu Embaixada em Abidjã em 1969. Em março de 1971, a Costa do Marfim abriu Embaixada em Brasília.

As perspectivas positivas da economia marfinense contrastam com os resultados do país em termos de desenvolvimento.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Classificada na 165ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2019, a Costa do Marfim apresenta expectativa de vida de 57,4 anos e índice de alfabetização de 43,9%. A população da Costa do Marfim em 2019 era de cerca de 26 milhões de habitantes.

Em 2012, o governo brasileiro tomou diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Costa do Marfim. O Brasil realizou contribuição de 200 mil dólares, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a projeto de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que afetou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de 50 mil dólares, por meio do ACNUR, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país. O governo brasileiro também efetuou doação de 2.700 kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Costa do Marfim e à Organização Caritas para o combate à úlcera burili, endemia que afetou as regiões oeste e centro-oeste daquele país.

Há entre os dois países Acordo Cultural e Educacional, em vigor desde 1973. Desde o ano 2000, 57 estudantes da Costa do Marfim participaram do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) mantido pelo Brasil.

Nos últimos cinco anos, a balança comercial entre o Brasil e a Costa do Marfim registrou variações consideráveis, embora tenha prevalecido o déficit brasileiro. Os principais produtos exportados pela Costa do Marfim são cacau, caju e borracha. A pauta de exportação brasileira é mais diversificada, envolvendo mais de 300 produtos, tendo como principais destaques os açúcares, as carnes e maquinário agrícola e automotivo.

Em 2015, a balança comercial representou déficit de US$ 16,5 milhões para o Brasil. Em 2016, o superávit do Brasil foi de US$ 837 mil. Em 2017, a Costa do Marfim obteve superávit de US$ 18 milhões e, em 2018, o Brasil alcançou superávit de US$ 11 milhões. Em 2019, a liberação da importação do cacau marfinense pelo Brasil repercutiu na balança comercial. As exportações da Costa do Marfim para o Brasil registraram aumento de quase 300%.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20344.64917-69

Como as exportações brasileiras mantiveram-se no patamar dos anos anteriores, houve significativo crescimento do déficit brasileiro, que alcançou US$ 91 milhões. Como a Costa do Marfim é uma das mais dinâmicas economias da África ocidental, há, contudo, potencial para aumento das exportações brasileiras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2020

(nº 507/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 507

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Os méritos do Senhor **JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2020.

EM nº 00133/2020 MRE

Brasília, 1 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004832/2020-47

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 540/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa do Marfim.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 09/09/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2105868** e o código CRC **6F950070** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004832/2020-47 SEI nº 2105868

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO*
CPF: 373.065.537-04
ID.: 6227 MRE

1954	Filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, nasce em 17 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1975	CPCD - IRBr
1976	Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1981	Mestrado em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1983	CAD-IRBr
2003	CAE - IRBr, A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico
Cargos:	
1976	Terceiro-secretário
1979	Segundo-secretário
1988	Primeiro-secretário, por merecimento
1996	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de segunda classe, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe do Quadro Especial
Funções:	
1976-79	Divisão de Difusão Cultural, assistente
1981-86	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Cerimonial, assistente
1986-89	Embaixada em Sófia, segundo-secretário e primeiro-secretário
1989-93	Missão junto à CEE, Bruxelas, primeiro-secretário
1993-96	Embaixada em La Paz, primeiro-secretário
1996-99	Divisão da América Meridional II, assessor
1999-2003	Embaixada no Vaticano, conselheiro
2003-06	Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, assessor
2006-09	Embaixada em Lisboa, ministro-conselheiro
2009	Escritório de Representação no Rio de Janeiro
2009-11	Governo do Estado do Rio de Janeiro, subsecretário de Relações Internacionais
2012-17	Embaixada em São Tomé, embaixador
2017-	Embaixada em Praia, embaixador

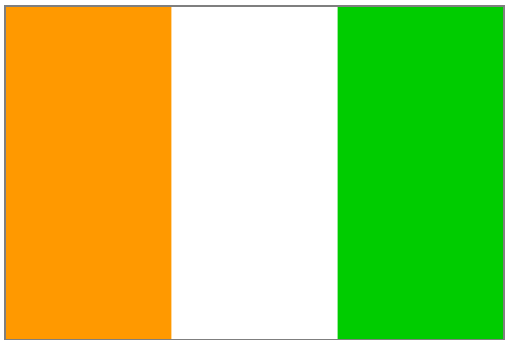
Condecorações:

2004 Ordem do Rio Branco, grau de Oficial

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

CÔTE D'IVOIRE



Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO **2**
RELAÇÕES BILATERAIS **4**
RELAÇÕES POLÍTICAS **4**
Cooperação humanitária 4
Cooperação educacional 5
Cooperação entre academias diplomáticas 5
Cooperação em defesa 5
Acordo de serviços aéreos 5
RELAÇÕES ECONÔMICAS **6**
Comércio 6
Importações de cacau marfinense 6
Empréstimos e financiamentos oficiais 6
ASSUNTOS CONSULARES **7**
POLÍTICA INTERNA **8**
História 8
Sucessão de Houphouët-Boigny 9
Primeira guerra civil (2002-2007) 9
Eleições presidenciais de 2010 e a segunda guerra civil (2010-2011) 10
Governo Ouattara 11
Eleições de 2020 11
Indicadores sociodemográficos 12
Divisão administrativa 12
Instituições 12
POLÍTICA EXTERNA **14**
Relações com EUA e França 14
Relações no contexto africano 14
Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) 15
ECONOMIA **16**
Agricultura 16
Petróleo e gás natural 16
Mineração 16

Investimentos estrangeiros 16
Impactos da COVID-19 17
MAPA 18
DADOS BÁSICOS 19
INTERCÂMBIO COMERCIAL 19

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência da Côte d'Ivoire em 13 de agosto de 1960 e estabeleceu Embaixada em Abidjã em 1969. Em março de 1971, a Côte d'Ivoire abriu Embaixada em Brasília. A partir de então, registraram-se visitas de alto nível e o relacionamento bilateral se intensificou. Contudo, a crise econômica que afetou ambos os países na década de 1980 e a deflagração de conflitos militares no país africano representaram desafios para a continuidade do estreitamento dos laços bilaterais.

O Brasil manteve aberta sua representação diplomática em Abidjã mesmo nos momentos mais dramáticos das crises marfinenses. Ademais, participou, entre 2008 e 2010, como observador, das reuniões do Comitê de Avaliação e Acompanhamento do Acordo Político de Uagadugu, que buscou solucionar a instabilidade no país africano. A Côte d'Ivoire, por sua vez, participou da Conferência Rio+20, em 2012, com delegação chefiada pelo então Primeiro-Ministro Jeannot Ahoussou Kouadio. Em fevereiro de 2013, à margem da 3ª Cúpula América do Sul-África, em Malabo, houve reunião entre os presidentes dos dois países. Em 2014, visitou o Brasil o então Ministro dos Negócios Estrangeiros e Integração Africana marfinense, Charles Koffi Diby.

Em outubro de 2017, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores esteve na Côte d'Ivoire, na primeira visita de um chanceler brasileiro ao país desde 1983. Na ocasião, reuniu-se com o Presidente Alassane Ouattara e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh. Foram passados em revista todos os temas da agenda bilateral, com destaque para a questão das restrições brasileiras às importações do cacau marfinense, e foi assinado Acordo de Serviços Aéreos. Dois meses depois, o Vice-Presidente marfinense, Daniel Kablan Duncan, visitou o Brasil.

Em março de 2018, teve fim o embargo brasileiro às importações de cacau marfinense, questão que constituía, desde 2012, o principal entrave à intensificação das relações bilaterais. No mesmo mês, foi assinado em Brasília contrato de reestruturação da dívida da Côte d'Ivoire com o Brasil, por meio do qual o governo brasileiro concedeu perdão de 86% do valor total devido (a dívida marfinense somava cerca de USD 10 milhões). Em março de 2019, foi inaugurado em Abidjã o Centro de Excelência contra a Fome e a Malnutrição na África do Oeste e Central. Fruto de um memorando de entendimento entre o governo marfinense e o Programa Mundial de Alimentos da ONU, a nova instituição tem como modelo a experiência bem-sucedida de cooperação Sul-Sul do Centro de Excelência contra a Fome baseado no Brasil.

Em 13 de dezembro de 2019, o Ministro Ernesto Araújo esteve no país em escala técnica, no contexto de seu primeiro périplo africano, e reuniu-se com o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Diabaté Daouda, e o Diretor Adjunto do Gabinete do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh, Embaixador Vacaba Diaby. Conversou-se sobre a situação nos dois países e o atual estado das relações internacionais. Esse primeiro contato demonstrou a grande convergência de interesses existente entre o Brasil e a Côte d'Ivoire.

Cooperação humanitária. Em 2012, o governo brasileiro tomou diversas iniciativas de cooperação humanitária em favor da Côte d'Ivoire. O Brasil realizou contribuição de USD 200

mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a projeto de reconstrução de 180 casas para famílias de deslocados internos na região de Duékoué, uma das mais afetadas pela guerra civil que afetou o país em 2010 e 2011. Outra contribuição, de USD 50 mil, por meio do ACNUR, foi empenhada para a assistência a refugiados liberianos no país. O governo brasileiro também efetuou doação de 2.700 kg de medicamentos e insumos hospitalares, em apoio emergencial ao Ministério de Saúde Pública da Côte d'Ivoire e à Organização Caritas para o combate à úlcera burili, endemia que afetou as regiões oeste e centro-oeste daquele país.

Cooperação educacional. Há entre os dois países Acordo Cultural e Educacional, em vigor desde 1973. Desde o ano 2000, 57 estudantes da Côte d'Ivoire participaram do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) mantido pelo Brasil.

Cooperação entre academias diplomáticas. Embora não haja acordo de cooperação ou memorando de entendimento para a cooperação na formação de diplomatas entre o Brasil e a Côte d'Ivoire, tem-se registrado a presença de diplomatas marfinenses no Instituto Rio Branco (IRBr) há pelo menos quatro décadas. Desde 1976, seis diplomatas da Côte d'Ivoire foram bolsistas do Curso de Formação do Instituto Rio Branco. Em 2014, o então chanceler Charles Koffi Diby proferiu palestra no Instituto, quando de sua visita oficial ao Brasil. O Presidente Alassane Ouattara expressou o interesse do governo marfinense em estabelecer programa de trabalho com o governo brasileiro com vistas a reproduzir a experiência do IRBr no processo de criação de academia diplomática no país africano.

Cooperação em Defesa. Com o fim da guerra civil na Côte d'Ivoire, em 2011, as possibilidades de cooperação em defesa aumentaram. Em 2016, o Conselho de Segurança da ONU – pela Resolução 2283 de 28/04/2016 - levantou o embargo de venda de material militar à Côte d'Ivoire que vigorava desde 2004. Como consequência da referida resolução, o governo marfinense implementou lei de planejamento militar 2016-2020, com previsão de compra de equipamento de defesa para o país, o que abriu espaço para o fornecimento de produtos de defesa brasileiros para a Côte d'Ivoire.

Além da área de produtos de defesa, o diálogo bilateral em matéria de defesa apresenta perspectivas promissoras também no que se refere à cooperação para a formação de pessoal militar e à colaboração para intensificar a segurança no Golfo da Guiné e no Atlântico Sul como um todo, área considerada estratégica para o Brasil, por fazer parte do entorno imediato do país. Nesse contexto, em 2017, a Marinha do Brasil participou da Operação "Obangame Express", cujo comando operacional foi sediado na Côte d'Ivoire. Ademais, em 28 de maio de 2019, o Ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, foi recebido pelo General Diarrassouba Bakary, Diretor de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da Côte d'Ivoire, durante escala técnica no aeroporto internacional de Adibjã.

Acordo sobre Serviços Aéreos. Em dezembro de 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e da Côte d'Ivoire concluíram negociações e rubricaram texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, também foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) entre as Agências de Aviação Civil, que previu a implementação imediata das cláusulas operacionais do ASA rubricado. O MdE estabeleceu livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há ainda previsão de direitos da quinta liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre

o território do outro Estado contratante e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave). Permitem-se também operações em código compartilhado ("code share") bilateral e com terceiros países. Atualmente, não há rotas aéreas diretas em operação entre Brasil e Côte d'Ivoire. O acordo propriamente dito foi assinado na visita do chanceler brasileiro a Abidjã em outubro de 2017. Ainda no que tange à aviação, a Côte d'Ivoire declarou apoio unilateral ao Brasil nas eleições para o Conselho da OACI realizadas em outubro de 2016. O ASA entre os dois países está tramitando na Câmara dos Deputados e tinha avaliação prevista no plenário ainda em 2020.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

A Côte d'Ivoire vem recuperando rapidamente sua relevância diplomática, estratégica e econômico-comercial no cenário africano, tornando-se atraente para diversos empreendedores como mercado para seus produtos e destino de investimentos. Em grande medida, o retorno para Abidjã da sede do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento – que compreende o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o Nigeria Trust Fund – bem como a transferência da sede da Organização Internacional do Cacau (OICACAU) para a capital marfinense contribuíram para esse cenário.

Comércio. Nos últimos cinco anos, a balança comercial entre o Brasil e a Côte d'Ivoire registrou variações consideráveis, embora tenha prevalecido o déficit brasileiro. Os principais produtos exportados pela Côte D'Ivoire são cacau, caju e borracha. A pauta de exportação brasileira é mais diversificada, envolvendo mais de 300 produtos, tendo como principais destaques os açúcares, as carnes e maquinário agrícola e automotivo.

Em 2015, a balança comercial representou déficit de USD 16,5 milhões para o Brasil. Em 2016, o superávit do Brasil foi de USD 837 mil. Em 2017, a Côte d'Ivoire obteve superávit de USD 18 milhões e, em 2018, o Brasil alcançou superávit de USD 11 milhões. Em 2019, a liberação da importação do cacau marfinense pelo Brasil repercutiu na balança comercial. As exportações de Côte d'Ivoire para o Brasil registraram aumento de quase 300%. Como as exportações brasileiras mantiveram-se no patamar dos anos anteriores, houve significativo crescimento do déficit brasileiro, que alcançou USD 91 milhões. Como a Côte d'Ivoire é uma das mais dinâmicas economias da África ocidental, há, contudo, potencial para aumento das exportações brasileiras.

Importações de cacau marfinense. A Côte d'Ivoire é o maior produtor mundial de grãos de cacau (aproximadamente 2 milhões de toneladas de grãos por safra), seguido de Gana (800 mil toneladas). O Brasil, sétimo maior produtor mundial (cerca de 200 mil toneladas), é importador líquido, devido ao expressivo consumo interno. As importações de grão de cacau provenientes da Côte d'Ivoire tinham sido suspensas em 2012, por questões fitossanitárias. As reservas do MAPA foram superadas em 2018, quando as importações foram retomadas.

Empréstimos e financiamentos oficiais. A dívida da Côte d'Ivoire com o Brasil era de cerca de USD 10 milhões. Durante reunião bilateral de renegociação dos pagamentos, em novembro de 2012, acertou-se o perdão de 86% do montante total. O restante, USD 1,26 milhão, seria pago em quatro parcelas semestrais de USD 315,7 mil. O acordo foi enviado para apreciação do Senado Federal, em maio de 2013, e foi aprovado, por meio da Resolução nº 41, em setembro de 2016, pelo plenário daquela casa legislativa.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Côte d'Ivoire, atendida pelo setor consular da Embaixada em Abidjã, é de cerca de 220 brasileiros. A maioria é composta por missionários de diversas ordens religiosas. Não há registro de cidadãos brasileiros detidos no país. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Côte d'Ivoire, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em acordos multilaterais de que ambos os países sejam parte. Durante a crise da COVID-19, quatro turistas brasileiros foram repatriados com o apoio da Embaixada em Abidjã.

POLÍTICA INTERNA

Após a morte de Félix Houphouët-Boigny (1993), que governava o país desde a independência, em 1960, a Côte d'Ivoire atravessou fase de grande instabilidade, que culminou em guerra civil em 2002. A paz foi firmada em 2007, mas houve nova crise por ocasião das eleições presidenciais de 2010, quando se opuseram as forças dos candidatos Laurent Gbagbo (Presidente entre 2000-2010) e Alassane Ouattara, atual Presidente, eleito naquele ano e reeleito em 2015. Desde o fim dos conflitos em 2011, verifica-se relativa estabilização política ancorada em colaboração com a ONU, com a União Africana e com a Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO). O processo de reconciliação nacional segue em curso e há novas eleições presidenciais previstas para 31 de outubro de 2020.

A relativa estabilização política permitiu que a economia marfinense voltasse a prosperar, firmando-se como a terceira maior entre os países da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO). O país tem crescido, em média, cerca de 8% ao ano. Em 2019, a Côte d'Ivoire foi uma das mais dinâmicas economias do mundo. Contudo, a epidemia da COVID-19 poderá prejudicar tanto a prosperidade econômica quanto a realização das eleições.

História. Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar, no século XVI, à região que hoje corresponde ao território da Côte d'Ivoire, inaugurando o comércio de marfim. No século XVII, os franceses iniciariam a instalação de entrepostos comerciais na região, que, em 1893, foi convertida em protetorado francês.

O processo de independência em relação à França teria início em 1946, com a fundação do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), primeiro partido anticolonial do continente, liderado por Félix Houphouët-Boigny, e concluiu-se em 7 de agosto de 1960. Houphouët-Boigny seria eleito Presidente, sendo o *Parti Démocratique de Côte d'Ivoire-RDA* (PDCI-RDA) a única agremiação política do país até os anos de 1990. De 1960 até meados dos anos de 1980, a Côte d'Ivoire experimentou crescimento econômico excepcional no setor agrícola, especialmente nos cultivos de cacau e café. A prosperidade daqueles anos valeu ao país o título de "milagre econômico da África", ensejando grandes investimentos em infraestrutura, surgimento de uma classe média local e desenvolvimento urbano. Também contribuiu para atrair levas de imigrantes dos países vizinhos, principalmente do Burkina Faso e do Mali – fenômeno favorecido pela política de ocupação do território adotada por Houphouët-Boigny nos anos de 1970, sintetizada em sua declaração de que "a terra pertence àqueles que a cultivam". Essa política resultou em forte competição entre diferentes grupos étnicos, tanto nacionais quanto imigrantes, pelo controle das terras e áreas florestais cultiváveis.

Nos anos de 1980, a queda dos preços internacionais dos principais produtos agrícolas exportados pela Côte d'Ivoire levaria ao rápido declínio da renda nacional, elevados níveis de endividamento público e privado e grave crise financeira. A situação econômica e a crescente pressão popular por abertura política levariam Houphouët-Boigny a implementar o sistema multipartidário em maio de 1990. Ainda assim, nas eleições de outubro daquele ano, o Presidente conseguiria reeleger-se pela sétima vez, com 81% dos votos, e o PDCI levaria 163 dos 175 assentos na Assembleia Nacional. Os votos da oposição se concentrariam no candidato Laurent Gbagbo**,** historiador e líder sindical, e em seu partido, o *Front Populaire Ivoirien* (FPI).

Sucessão de Houphouët-Boigny. Com a morte de Houphouët Boigny, em dezembro de 1993, o Presidente da Assembleia Nacional, Aimé Henri Konan Bédié, assumiria interinamente a presidência até a realização de eleições em 1995. O primeiro-ministro Alassane Dramane Ouattara, economista, seria indicado para assumir a vice-presidência do FMI, e deixaria o país para morar em Washington. Poasteriormente, formaria novo partido, o *Rassemblement des Républicains de Côte d'Ivoire* (RDR).

Às vésperas das eleições presidenciais de 1995, ganhou ímpeto o debate nacional em torno da definição da *ivoirité* ("marfinidade"). Originalmente forjado para designar a identidade cultural marfinense, o termo levou à ideia de que apenas marfinenses "puros", sem ascendentes originários de países vizinhos, poderiam ser considerados cidadãos legítimos. Com isso, a reforma do código eleitoral de 1994 acabou determinando que os candidatos à Presidência deveriam provar ascendência marfinense. Assim, Alassane Ouattara foi excluído do pleito, uma vez que seu pai seria natural do Burkina Faso. Laurent Gbagbo boicotou as eleições em apoio a Ouattara, seu futuro rival. Sem concorrentes de peso, Bédié seria eleito com 96,16% dos votos.

A situação econômica continuaria a se deteriorar nos anos de 1990 e, em 1999, realizaram-se grandes manifestações em Abidjã. Em 24 de dezembro daquele ano, o general Robert Guéï tomaria o poder, liderando a junta militar que assumiu temporariamente a Presidência. A constituição de 2000 manteve a determinação de que, para ser candidato à presidência, era necessário ser marfinense de origem, com pai e mãe marfinenses de origem – o que supostamente impedia a candidatura de Ouattara. Os principais concorrentes nas eleições presidenciais de outubro de 2000 foram o próprio general Guéï e Laurent Gbagbo, que obteria 59,36% dos votos já no primeiro turno. A recusa do general Guéï de reconhecer o resultado geraria manifestações em todo o país, que levariam a sua saída do poder em poucos dias.

Após a chegada de Laurent Gbagbo à Presidência, houve confrontos violentos entre partidários do FPI e do RDR, que exigia a realização de novas eleições. Gbagbo, católico, contava com forte respaldo no centro-sul do país, de maioria cristã; Ouattara, muçulmano, tinha apoio na região norte, de maioria islâmica. Em 2001, os chamados "quatro grandes" (Bédié, Gbagbo, Ouattara e Guéï) iniciariam um diálogo (*Forum de la Réconciliation Nationale*) para buscar uma solução política para a crise. Antes que o processo de reconciliação nacional pudesse ser concluído, porém, haveria nova tentativa de golpe, que falharia em derrubar Gbagbo mas precipitaria a divisão entre o norte e o sul do país.

Primeira guerra civil (2002-2007). Em 19 de setembro de 2002, rebeldes originários do norte realizaram ataques em várias cidades, inclusive Abidjã, e tomaram o controle de parte do país, desafiando o poder de Gbabo. Iniciava-se a primeira guerra civil da Côte d'Ivoire. Robert Guéï e toda a sua família foram mortos nos conflitos. Acusado de apoiar os rebeldes, Alassane Ouattara buscou asilo na embaixada da França em Abidjã.

A França interveio, por meio da *Opération Licorne*: em outubro de 2002, forças francesas estacionadas em Abidjã desde a independência (em conformidade com o acordo bilateral de defesa de 1961) ocupariam, juntamente com tropas da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), uma linha de armistício que dividiu o país entre norte (dominado pelos rebeldes) e sul (controlado pelo governo).

Em janeiro de 2003, as forças políticas marfinenses se reuniram na França para buscar uma solução para a crise, de onde resultam os Acordos de Linas-Marcoussis. O documento previa a manutenção de Gbagbo como Presidente, um governo de conciliação nacional integrando as principais forças políticas (inclusive líderes rebeldes, como Guillaume Soro) e um programa para solucionar as causas fundamentais da crise (leis de definição da nacionalidade, elegibilidade e acesso à propriedade rural), além da reestruturação das forças armadas e desarmamento dos rebeldes.



Linha de armistício ocupada por tropas francesas e da CEDEAO

Os acordos de paz não foram bem recebidos pelos apoiadores de Gbagbo em Abidjã, gerando protestos violentos. Em fevereiro, resolução do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) autorizou o envio de tropas da França e da CEDEAO ao país. Em maio, outra resolução estabeleceu a Missão das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (MINUCI) para facilitar a implementação dos Acordos de Linas-Marcoussis. Em setembro de 2003 as *Forces Nouvelles*, principal grupo armado de oposição, abandonaram o governo de reconciliação nacional. A instabilidade no país levou o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a mudar sua sede de Abidjã para Túnis, no mesmo mês.

Em abril de 2004, em nova resolução do CSNU, a MINUCI foi substituída pela Operação de Paz da ONU na Côte d'Ivoire (ONUCI). Em julho, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, realizou nova reunião das partes em conflito em Acra, Gana, quando novo acordo foi celebrado. Nele, o Presidente Gbagbo se comprometeu a modificar artigo da constituição sobre a obrigatoriedade de ser descendente de marfinenses originários para concorrer à Presidência, e os grupos rebeldes aceitaram retornar ao governo e iniciar o desarmamento. Apesar dos esforços, a situação continuaria a se deteriorar. Em novembro, o governo realizou ataque aéreo contra posições rebeldes, atingindo base francesa em Bouaké. Em retaliação, a França executou ataque aéreo que destruiria a frota aeronáutica marfinense e patrocinou resolução estabelecendo embargo à venda de material militar à Côte d'Ivoire.

Em 2005, a mediação do Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, ensejou novo acordo de paz, celebrado em Pretória, no qual os rebeldes se comprometeram com o desarmamento em troca de novas regras de elegibilidade. Como o acordo não foi cumprido, as eleições previstas para outubro de 2005 foram postergadas. Em dezembro, nova resolução do CSNU proibiu o comércio de diamantes da Côte d'Ivoire para evitar seu uso para financiar o conflito.

Em outubro de 2006, as eleições presidenciais voltariam a ser adiadas. Em janeiro do ano seguinte, o Presidente Gbagbo reiniciaria as negociações com líderes rebeldes. Finalmente, em março de 2007, Gbagbo e Guillaume Soro assinariam o Acordo Político de Uagadugu, marcando o fim da primeira guerra civil. Soro seria indicado Primeiro-Ministro.

Eleições presidenciais de 2010 e a segunda guerra civil (2010-2011). Como resultado da primeira guerra civil, as eleições presidenciais seriam adiadas diversas vezes, voltando a se

realizar somente em 2010. O primeiro turno ocorreria sem grandes incidentes, com participação de 83,7% do eleitorado. Gabgbo obteve 38% dos votos, Alassane Ouattara, 32% e Konan Bédié, 25,2%. Quando os resultados do segundo turno foram anunciados (Ouattara seria o vencedor, com 54% dos votos), Gbagbo resistiria à ideia de deixar poder. Nesse contexto, o Conselho Constitucional invalidaria 570 mil votos de redutos do RDR, alegando fraude, e mudaria o resultado, dando vitória a Gbagbo.

No dia 4 de dezembro, ambos os candidatos se autoproclamaram Presidentes. O impasse levou ao início da segunda guerra civil na Côte d'Ivoire**,** que segundo a ONU teria deixado 3 mil mortos e mais de 500 mil deslocados internos. Após a escalada da violência e da pressão internacional (com sanções contra Gbagbo e seus apoiadores, a suspensão da Côte d'Ivoire na União Africana e na CEDEAO e um embargo ao cacau marfinense liderado pelos Estados Unidos), o conflito chegou ao fim em abril de 2011, com a prisão de Laurent Gbagbo pelos rebeldes, apoiados por tropas da ONU e da França. A Corte Constitucional reconheceu a vitória de Ouattara, que tomou posse em 6 de maio de 2011. O embargo às exportações de cacau e outras sanções econômicas contra a Côte d'Ivoire foram suspensos.

Em outubro de 2011, o Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu investigação sobre crimes de guerra cometidos pelos dois lados da disputa. Gbagbo foi o primeiro ex-chefe de Estado a ser entregue ao tribunal, sob acusação de crimes de guerra. Charles Blé Goudé (um de seus principais apoiadores, líder da milícia pró-FPI *Jeunes Patriotes*) também seria entregue ao TPI pouco depois.

Governo Ouattara. Nas eleições para a Assembleia Nacional, realizadas em dezembro de 2011, e boicotadas pelo FPI de Gbagbo, o RDR obteve metade dos assentos e o PDCI – partido que integrava com o RDR a coalizão de oposição a Gbagbo – conquistou mais um terço. A situação confortável na Assembleia permitiria a Ouattara aprovar, em agosto de 2013, reformas como a regulamentação das propriedades rurais e os critérios para concessão da nacionalidade marfinense a estrangeiros e seus descendentes.

Em abril de 2013, foram realizadas eleições locais, marcadas igualmente pelo boicote do FPI, além de distúrbios e elevada abstenção (de cerca de 70% do eleitorado).

Em outubro de 2015, Ouattara foi reeleito com 83,7% dos votos, contra os 9,3% obtidos por Pascal Affi N'Guessan, do FPI. Cerca de um ano depois, o Presidente Ouattara obteve, em plebiscito realizado no dia 30 de outubro, a vitória de sua proposta de nova Constituição. A nova carta introduziu uma série de modificações em relação à Constituição de 2000, com destaque para a criação do Senado, da figura do Vice-Presidente e de novas regras sobre elegibilidade (ver item *"Instituições"*). Em dezembro daquele ano, a coalizão governista RHDP alcançaria a maioria absoluta dos assentos nas eleições legislativas.

Foram encerradas em junho de 2017 as atividades da ONUCI, "em vista do progresso alcançado pela Côte d'Ivoire na busca de paz duradoura, estabilidade e prosperidade econômica".

Eleiçoes de 2020. Em janeiro de 2019, Laurent Gbabo e Blé Goudé foram declarados inocentes pelo TPI. Os juízes autorizaram a libertação de ambos, contanto que os dois não voltassem à Côte d'Ivoire até que fossem julgados todos os recursos. Em fevereiro de 2020, os advogados submeteram ao TPI pedido de derrubada das condicionalidades.

Em março de 2020, o Presidente Ouattara anunciou que não concorrerá a um terceiro mandato nas eleições presidenciais deste ano. Declarou, ainda, que gostaria de "garantir a

transferência de poderes de um presidente eleito democraticamente para outro eleito democraticamente pela primeira vez na história do país".

Indicadores sociais e demográficos. As perspectivas positivas da economia marfinense contrastam com os resultados do país em termos de desenvolvimento. Classificada na 165ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2019, a Côte d'Ivoire apresenta expectativa de vida de 57,4 e índice de alfabetização de 43,9%.

A população de Côte D`Ivoire em 2019 era de cerca de 26 milhões de habitantes. A maior parte se concentra na porção sul do território. Metade encontra-se nas cidades, sendo que 20% vivem no distrito autônomo de Abidjã. A maioria (54,7%) tem entre 15 e 64 anos. Há grande número de imigrantes no país (24,2% da população em 2014), sobretudo burkinabés e malianos, mas também guineenses, togoleses e benineses. Além do francês, língua oficial, falam-se os idiomas diula e baulê.

Os principais grupos étnicos são os akans, os gurs (voltaïques), os mandés (do norte e do sul) e os krous. Do ponto de vista religioso, os maiores grupos são muçulmanos (42,9%), cristãos (33,9%), sendo a maioria católica, e pessoas sem religião (19%). Há um predomínio do islamismo na porção norte do território, próxima ao Sahel, e das religiões cristãs e animistas na porção sul, próxima à costa atlântica. A maioria dos não-marfinenses é muçulmana (72,7%).

Divisão administrativa. O primeiro nível de divisão administrativa da Côte d'Ivoire corresponde aos distritos, criados em 2011 como forma de descentralizar o estado marfinense. São 14 ao todo, sendo que dois deles são distritos autônomos em torno das cidades de Yamoussoukro (capital oficial desde 1983) e Abidjã (ex-capital e cidade mais importante até os dias atuais). Os outros 12 distritos são subdivididos em 31 regiões. O terceiro nível administrativo corresponde aos departamentos (108 no total), que se dividem, por seu turno, em 510 subprefeituras. O quarto nível corresponde às comunas. Embora não sejam subdivididos em regiões, os distritos autônomos abrangem departamentos, subprefeituras e comunas.



Instituições. A Constituição aprovada em outubro de 2016 trouxe mudanças importantes em relação à Constituição de 2000, sobretudo quanto aos critérios para elegibilidade à presidência: desapareceu a imposição de idade máxima para se candidatar (antes fixada em 75 anos) e reduziu-se a idade mínima para 35 anos; a determinação de que o candidato deveria ser marfinense "nascido de *pai e mãe* originários da Côte d'Ivoire" foi substituída por "nascido de *pai ou mãe* originário da Côte d'Ivoire".

Ainda no âmbito do Executivo, a nova Carta criou o posto de Vice-Presidente. Tanto o Presidente quanto o Vice são eleitos na mesma chapa por voto direto, para mandatos de cinco

anos, e só podem se reeleger uma vez. Permaneceu, ainda, a figura do Primeiro-Ministro, que é indicado pelo Presidente e que pode assumir o poder em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente.

No âmbito Poder Legislativo, a mudança mais significativa foi a criação de um Senado. Dois terços dos senadores são eleitos por voto indireto (a escolha é feita pelos conselheiros municipais, regionais e distritais, e pelos membros da Assembleia Nacional) e os demais são escolhidos pelo Presidente da República. O número de senadores foi fixado em 99, três por unidade administrativa (31 regiões, mais os dois distritos autônomos de Abidjã e Yamoussoukro), com mandato de cinco anos. A Assembleia Geral, por seu turno, é composta por 255 deputados, eleitos por voto direto para mandato de cinco anos.

A mais alta corte de justiça é a Corte Suprema, constituída por um presidente, três vice-presidentes e nove magistrados. Os juízes são indicados pelo Conselho Superior da Magistratura (órgão formado por sete membros).

POLÍTICA EXTERNA

Relações com EUA e França. Logo após a independência, a Côte d'Ivoire estabeleceu relação estreita com as potências ocidentais, especialmente os Estados Unidos e a França.

Mesmo com a procura de novos parceiros a partir da década de 1990 e o relativo distanciamento ocorrido durante o governo Laurent Gbagbo (2000-2010), a França é até hoje a principal fonte de ajuda financeira e de investimentos da Côte d'Ivoire: a ex-metrópole é o principal credor marfinense, com oferta de doações em torno de 250 milhões de euros por ano; e a participação econômica das cerca de 800 empresas francesas instaladas no país corresponde a cerca de 30% do PIB. Abidjã abriga base militar francesa com mais de mil soldados. O governo de Alassane Ouattara promoveu reaproximação com Paris. As relações bilaterais pautam-se, atualmente, por dois grandes eixos: combate ao terrorismo e desenvolvimento econômico.

Em junho de 2017, o Presidente Ouattara entrevistou-se em Paris com o recém-empossado Presidente francês, Emmanuel Macron, reafirmando a disposição da Côte d'Ivoire de manter "relações privilegiadas" com a França. Durante o encontro, os dois Presidentes acordaram intensificar a cooperação militar. Na mesma ocasião, Emmanuel Macron confirmou o interesse francês em financiar a construção do metrô de Abidjã, cuja obra, orçada em 1,2 bilhão de euros, deverá ser outorgada a empresas francesas.

Em sua mais recente visita à Côte d'Ivoire, em dezembro de 2019, o Presidente francês foi à base militar localizada no município de Port-Bouet, reforçando o compromisso com o combate ao terrorismo e a estabilidade do país. Durante a viagem foram anunciados diversos acordos com a Côte d'Ivoire na área militar e em ajuda oficial ao desenvolvimento. A visita serviu para reafirmar a boa relação entre Macron e Ouattara.

Relações no contexto africano. A Côte d'Ivoire engajou-se tradicionalmente nas iniciativas de **integração regional**, defendendo um pan-africanismo moderado e liberal. O país foi um dos grandes fiadores da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), instituição regional que possui moeda única (o franco CFA da África Ocidental), hoje atrelada ao euro. A Côte d'Ivoire também integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana.

Nos últimos anos, com o retorno da estabilidade política e econômica, o país viu a volta da sede do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a Abidjã e novamente se engajou nos projetos de integração, apoiando a Zona de Livre Comércio Continental Africana, por exemplo.

A ascensão do terrorismo na **região do Sahel** trouxe novo foco de preocupação para a Côte d'Ivoire, que apoia a Operação Barkhane, iniciativa francesa de cooperação com os países do chamado G5-Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) por meio da presença militar para combater os grupos terroristas. Ressalte-se que a Côte d'Ivoire faz fronteira com dois desses países: Mali e Burkina Faso.

Com **Gana**, outro de seus vizinhos, a Côte d'Ivoire competiu, durante décadas, por mercado para suas produções de cacau. Contudo, em reunião em Acra, em junho de 2019, produtores dos dois países, que, juntos, são responsáveis por cerca de 65% da exportação mundial, anunciaram política de controle da produção, visando à manutenção de piso de USD 2.600 por tonelada. A conferência contou com a participação do Vice-Presidente ganense Mahamudu Bawumia e de representantes de indústrias multinacionais de chocolate (incluindo Nestlé, Mars Wrigley Confectionery, Mondelèz, Ferrero e Lindt&Sprüngli). O acordo foi fruto

de aproximação entre Gana e Côte d'Ivoire por iniciativa dos presidentes ganense, Nana Akufo-Addo, e marfinense, Alassane Ouattara, em 2017. O controle de produção associado à alta de 7,5% na demanda asiática levou o preço internacional do cacau a subir mais de 40% desde os meses finais de 2019, chegando a USD 2.900 por tonelada em fevereiro de 2020. Recentemente, a sede da Organização Internacional do Cacau (OICACAU) foi transferida de Londres para Abidjã, reforçando o perfil marfinense como ator de peso nesse mercado.

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A Côte d'Ivoire foi eleita para assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU, para o biênio 2018-2019, nas eleições realizadas em junho de 2017, tendo contado com o apoio brasileiro. O país concentrou suas atenções no estímulo à reconstrução e à consolidação da paz em países em situação de pós-conflito. Também acompanhou de perto os debates sobre o terrorismo no Sahel.

ECONOMIA

Após sofrer retração de 4,4% em 2011, refletindo os efeitos dos conflitos pós-eleitorais de 2010, a economia da Côte d'Ivoire recuperou-se rapidamente e atingiu notável expansão de 10,6% em 2012. Os anos seguintes continuaram sendo caracterizados por forte ritmo de expansão econômica, tendo o PIB crescido a taxa média de 8% ao ano: 8,7% em 2013; 8,8% em 2014; 8,8% em 2015; 8,3% em 2016; 7,8% em 2017; 7,4% em 2018; 7,5% em 2019. O FMI atribui o crescimento à recuperação pós-conflito e aos investimentos de infraestrutura viária, aeroportuária e de abastecimento e tratamento de água. Alguns setores são responsáveis pelo dinamismo marfinense: mineração, produção energética, telecomunicações e construção civil. A economia de Côte d'Ivoire mantém, no entanto, vulnerabilidades importantes. O país tém déficits anuais no orçamento (de cerca de 4%) e na balança de transações correntes (cerca de 3%), com consequente endividamento.

Agricultura. O setor agrícola, que emprega mais de 60% da população economicamente ativa, posiciona-se como o mais importante segmento da economia marfinense, sendo o país o maior produtor e exportador mundial de cacau bruto. A Côte d'Ivoire também é produtora internacional importante de caju e café.

Petróleo e gás natural. A Côte d'Ivoire possui limitada capacidade de produção e refino de petróleo, mas suficiente para cobrir quase todo o consumo interno e gerar excedentes exportáveis. Suas reservas estão estimadas em 100 milhões de barris, a maior parte *offshore*. Há expectativa de descoberta de novas reservas em águas profundas, uma vez que foram feitas grandes descobertas em áreas vizinhas de Gana, país vizinho.

Existe, em operação, uma refinaria em Abidjã, com uma planta de betume adjacente, ambas estatais. A refinaria é abastecida pela produção local, complementada por importações da Nigéria. O país é autossuficiente na produção de produtos petrolíferos refinados e é também um dos principais fornecedores para a região oeste do continente africano. A companhia estatal de gás e petróleo (PETROCI) revelou planos de construir uma segunda refinaria, com capacidade para processar 60 mil barris por dia, a fim de incrementar o abastecimento no mercado de derivados do oeste africano.

Mineração. O ouro é o foco dos investimentos estrangeiros no setor de mineração da Côte d'Ivoire. Há larga presença de garimpos artesanais de ouro e diamante no país. A Côte d'Ivoire também teria potencial para a exploração de ferro, bauxita, níquel, manganês e tantalita.

Investimentos estrangeiros. Em decorrência dos laços históricos, a França detém o maior estoque de investimentos na Côte d'Ivoire. As inversões francesas totalizam cerca de USD 800 milhões, em setores como bancos e finanças, eletricidade e gás, construção e obras públicas, agroindústria, armazenamento, transportes, comércio de veículos e telecomunicações. A China ocupa o segundo lugar, com pelo menos USD 555 milhões investidos no país africano. Entre os investimentos chineses estão a construção de represa hidrelétrica em Soubré (USD 428 milhões), e da rodovia Abidjã-Bassam (USD 88 milhões). Outros grandes investidores na Côte d'Ivoire são o Reino Unido, a Índia e Cingapura.

Impactos da COVID-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, no dia 17/4/2020, um fundo de emergência de USD 886,2 milhões de para ajudar o país a combater o COVID-19. Foram colocados à disposição da Costa do Marfim 100% da sua quota-parte na instituição, a uma taxa de juros de 0,25%. Em comunicado oficial, o diretor-geral adjunto do FMI Mitsuhiro Furusawa sublinhou que "o impacto econômico da COVID-19 na economia da Côte d'Ivoire será considerável" e que "as perspectivas de curto prazo do país já começam a dar sinais de rápida deterioração" não somente por problemas internos, mas também pela desaceleração das economias dos principais parceiros comerciais, como a China, os EUA e a União Europeia, entre outros. Nesse sentido, o governo marfinense anunciou, em 31 de março, esperar uma taxa de crescimento econômico de 3,6%, em 2020, contra os 7,2% inicialmente previstos. As estimativas mais atualizadas já projetam crescimento de cerca de 2,0%. O Presidente da França, Emmanuel Macron, defendeu, em reunião do G20, que fosse implementada moratória das dívidas de países africanos, sugerindo o cancelamento em casos como o dos países de menor desenvolvimento relativo.

A Côte d'Ivoire fechou as fronteiras em março, impondo restrições de circulação, medidas de distanciamento social e uso obrigatório de máscara, além de recomendação de teletrabalho e isolamento da região de Abidjã (epicentro local do vírus) do resto do país.

MAPA


MALI
BURKINA FASO
GUI.
LIBERIA
GHANA
Odienné
Korhogo
Touba
Séguéla
Katiola
Bondoukou
Bouaké
Man
Monts Nimba
Lac de Kossou
YAMOUSSOUKRO
Daloa
Lac de Buyo
Abengourou
Dimbokro
Sinfra
Gagnoa
Adzopé
Agboville
Divo
Aboisso
Dabou
Abidjan
San-Pédro
Gulf of Guinea
Black Volta
Komoé
Bandama
Sassandra
0 50 100 km
0 50 100 mi

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República da Côte d'Ivoire
Gentílico:	Marfinense
Capital:	Yamoussoukro (capital oficial) e Abidjã (sede do Governo)
Área:	322.462 km²
População (FMI, 2019):	26,275 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (40%), cristianismo (30%) e crenças tradicionais (30%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional (225 membros)
Chefe de Estado:	Presidente Alassane Ouattara
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Amadou Gon Coulibaly
Chanceler:	Ally Coulibaly
PIB (FMI, est. 2019):	US$ 44,44 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US$ 117,11 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	US$ 1,69 mil
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	US$ 4,46 mil
Variação do PIB (FMI):	2,7% (est. 2020); 7,5% (est. 2019); 7,4% (est. 2018); 7,8% (2017); 8,3% (2016); 8,8% (2015); 8,8% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,516 (165º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,331
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	57,4 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	43,9%
Índice de desemprego (BM, 2019):	2,4%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador da Côte d'Ivoire:	Sylvestre Aka Amon Kassi
Embaixador em Abidjã:	Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
Comunidade brasileira estimada:	220

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Côte d'Ivoire	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan – abr)**
Intercâmbio	**99.480**	**102.411**	**110.675**	**93.226**	**127.403**	**121.357**	**213.894**	**75.807**
Exportações	65.033	55.660	47.075	47.032	54.779	66.093	61.020	9.566
Importações	34.446	46.750	63.600	46.194	72.624	55.264	152.874	66.241
Saldo	**30.587**	**8.911**	**-16.526**	**837**	**-17.845**	**10.829**	**-91.854**	**-56.675**

EMBAIXADA DO BRASIL EM ABDIJÃ

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Os laços de amizade que caracterizam a história das relações entre o Brasil e a Costa do Marfim são antigos e apreciáveis. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecerem a independência do país, em 13 de agosto de 1960, e estabeleceu sua embaixada em Abidjã em abril de 1969. A Costa do Marfim, por sua vez, foi um dos primeiros países a abrirem embaixada em Brasília. Não seria exagero, portanto, afirmar que os dois países sempre estiveram muito próximos. O histórico das relações diplomáticas e de cooperação entre os países é muito rico e o potencial de complementaridade entre ambas economias, extremamente grande.

2. As relações são cordiais. Não existe qualquer problema ou atrito na agenda bilateral, o que não ocorria quando aqui cheguei no início de 2017 (ver abaixo item relativo ao embargo brasileiro ao cacau marfinense). O volume das trocas não é tampouco pequeno (entre 150 e 200 milhões de dólares nos dois sentidos nos últimos três anos), mas poderia ser muito maior à luz do grande potencial das duas economias.

3. A verdade é que, em função das sucessivas crises políticas e econômicas vividas por ambos países nas últimas décadas, as relações bilaterais são caracterizadas por uma relativa atonia e falta de dinamismo. Essa situação inercial deriva da pouca expressividade da presença empresarial brasileira neste país e do fato de a cooperação técnica brasileira ter-se reduzido substancialmente. Todos esses problemas têm feito com que o Brasil – em contraste com diversos países desenvolvidos ou emergentes (notadamente França, EUA, Japão, Itália, China, Marrocos, Índia, Turquia e Coréia do Sul), que têm explorado, com êxito, as oportunidades de negócios e investimentos existentes na economia marfinense – seja percebido aqui como o "grande ausente" do cenário diplomático e empresarial marfinense, ocupando um lugar marginal em relação à sua real dimensão diplomática, econômica e comercial.

4. A presença brasileira na Costa do Marfim já foi, no passado, muito maior que hoje. No final dos anos 60 e, sobretudo, durante toda a década dos 70, havia aqui agências do Banco do Brasil e do Banco Real, voo direto entre Abidjã e São Paulo/Rio, vendíamos bens de alto valor agregado como automóveis, tratores, aviões, equipamentos militares etc. Infelizmente, pelos motivos apontados, as relações bilaterais foram caminhando para uma situação de letargia.

5. O término da Guerra Civil em 2011 permitiu o início de um longo processo de normalização da vida política e econômica da Costa do Marfim e a colocação em prática de um plano estratégico com o objetivo de alcançar a condição de país emergente até o ano de 2020.

Efetivamente, o país conheceu altas taxas de crescimento econômico nesse período (superiores a 7%), mas esse projeto, para se concretizar, requererá esforços substanciais em prol da transformação do perfil da economia marfinense, ainda muito dependente da exportação de 'commodities' (cacau, café e castanha de caju, entre outras) e, portanto, vulnerável à alta volatilidade dos preços internacionais desses produtos. Vale dizer, dependerá de uma mudança estrutural da economia, de forma a assegurar maior valor agregado a seus produtos de exportação, mediante o máximo possível de processamento industrial 'in loco'.

6. Como uma das principais potências agrícolas e industriais do mundo tropical, se não a maior, o Brasil tem condições objetivas de muito contribuir para o esforço da Costa do Marfim em busca da emergência. O crescimento expressivo e sustentado da economia do país nos últimos anos demonstra que o potencial do país é expressivo. Poderíamos, desse modo, estabelecer parcerias para explorar de forma mutuamente vantajosa os diversos nichos de oportunidade existentes na economia marfinense.

7. Ao longo desses anos em que estive à frente da embaixada em Abidjã, pude testemunhar o crescente interesse do setor empresarial brasileiro pelas oportunidades de negócios oferecidas pela economia marfinense. Alguns importantes contratos de exportação de bens industriais (ônibus, carretas e material de transporte em geral), em valor superior a US$ 100 milhões, foram assinados em 2019 e seus resultados começarão a ser computados neste ano.

8. As perspectivas de incremento de nosso intercâmbio bilateral são, portanto, promissoras. Mas é necessário que o esforço exportador brasileiro seja persistente no tempo e que não se dilua diante da primeira dificuldade.

9. Ao longo do período em que exerci as funções de chefe da missão diplomática do Brasil em Abidjan, a Embaixada logrou cumprir relevante agenda de trabalho, como se verá a seguir.

Embargo brasileiro às importações de cacau da Costa do Marfim

10. A suspensão das importações brasileiras de cacau da Costa do Marfim, imposta no segundo semestre de 2012 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em razão de problemas fitossanitários encontrados em um carregamento de cacau marfinense entregue no Brasil, era o principal problema das relações bilaterais quando cheguei em Abidjã.

11. Efetivamente, a falta de respostas concretas de nossa parte para superar esse problema criava grande irritação nas autoridades da Costa do Marfim que, na condição de maior produtor mundial dessa matéria-prima, exportava normalmente cacau para todos os grandes mercados consumidores (EUA, União Europeia, Japão, China etc.), onde não encontrava restrições de natureza fitossanitária para vendas. Porém, desde 2012 não conseguia acesso ao mercado brasileiro.

12. À luz da frustração da parte marfinense com esse tema, havia o receio de que a persistência da suspensão do embargo às importações de cacau do país poderia vir a constituir fator prejudicial para o acesso de bens e serviços brasileiros ao mercado local. Adicionalmente, temia-se que o governo marfinense viesse a suscitar o assunto no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

13. Em suma, a persistência dessa situação gerava mal-estar e prejudicava a interlocução com o governo marfinense, o que poderia inviabilizar, na prática, a expansão e diversificação das relações bilaterais, tanto em sua vertente político-diplomática como em sua dimensão econômico-comercial. Poderia também prejudicar as perspectivas de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

14. Após um longo trabalho desta embaixada e do Itamaraty, o levantamento da suspensão às exportações de amêndoas de cacau marfinense ao Brasil foi finalmente decidido pelo MAPA em 27/03/2018. Para tal, muito contribuiu a visita do então chanceler brasileiro a Abidjã em 2017.

Visita do chanceler Aloysio Nunes Ferreira Filho, em outubro de 2017

15. No âmbito de sua visita a Abidjã, em 13/10/2017, o chanceler Nunes foi recebido em audiência pelo presidente Alassane Ouattara e manteve encontro de trabalho com o ministro dos Negócios Estrangeiros Marcel Amon-Tanoh. Ambos os encontros se deram em atmosfera de grande cordialidade.

16. Durante a audiência, o então chanceler Nunes expressou ao mandatário marfinense a especial importância de que se reveste a África em geral e a Costa do Marfim em particular para a política externa brasileira. Nesse sentido, assegurou a disposição da parte brasileira de continuar a trabalhar conjuntamente com vistas a possibilitar o mais rapidamente possível o levantamento da suspensão de importações de cacau marfinense pelo Brasil, tendo formulado convite, em nome do então presidente Michel Temer, para que o presidente Ouattara visitasse o Brasil. Outros temas discutidos:

Reativação da Comissão Mista

17. Em visita a Brasília do chanceler Charles Koffi Diby, realizada em 04/02/2014, foi assinado Memorando de Entendimento para a Reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Costa do Marfim. Seu sucessor, o chanceler Marcel Amon Tanoh voltou a tocar no assunto por ocasião da entrega das minhas cartas figuradas e expressou o interesse da parte marfinense em realizar a primeira reunião da Comissão Mista bilateral.

18. Em minhas comunicações com o Itamaraty, sempre expressei ser favorável a essa proposta de reativação, considerando-a oportuna e pertinente, visto que poderia contribuir muito positivamente para o relançamento das relações bilaterais. Em outros termos, esse exercício poderia permitir passar em revista os diversos aspectos das relações entre ambos países, com o objetivo mais amplo de identificar oportunidades e adotar medidas conducentes ao aprofundamento e expansão do relacionamento bilateral.

19. O memorando de entendimento que convencionou reativar a Comissão Mista estipula, em seu artigo terceiro, que a mesma será presidida pelos ministros das Relações Exteriores ou quaisquer autoridades designadas para esse fim. Para além dos aspectos puramente político-diplomáticos, a realização da I Reunião da Comissão Mista bilateral propiciaria condições para ampliar os níveis de comércio e investimentos entre ambos países. Ressalto que a economia marfinense tem crescido nos últimos anos a altas taxas médias e constitui a segunda maior

economia da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), o mecanismo de integração regional sob a forma de união aduaneira que congrega 15 países com economias dinâmicas, população expressiva (da ordem de 350 milhões de indivíduos) e com poder aquisitivo crescente.

20. Desde a minha chegada ao posto, em janeiro de 2017, sempre foi-me ressaltado, pelas autoridades locais, o interesse do governo marfinense em diversificar e adensar as relações bilaterais via, particularmente, a mencionada retomada das consultas políticas entre os nossos dois países por meio da Comissão Mista, cuja última reunião foi realizada em fevereiro de 2014.

Estabelecimento de conexão aérea direta entre Brasil e Costa do Marfim

21. O chanceler marfinense manifestou haver interesse de seu governo no estabelecimento de conexão aérea direta entre Abidjã e São Paulo. Precisou que essa conexão deveria ser assegurada por empresa brasileira, pois a Air Côte d'Ivoire, companhia estatal marfinense, é pequena e não teria condições de operar esses voos. Foi-lhe indicado que, segundo a prática brasileira, a concretização desse projeto dependeria do interesse das companhias aéreas brasileiras em operar essa rota.

22. O estabelecimento de conexão aérea direta entre a Costa do Marfim e o Brasil seria oportuno e conveniente para a expansão e diversificação das relações bilaterais. Essa medida, caso implementada, tenderia a produzir impacto positivo no fluxo de comércio entre os dois países.

Cooperação do Brasil para a formação de diplomatas marfinenses

23. Em audiência que me concedeu em março de 2017, o PR Ouattara havia enfatizado o interesse do governo marfinense em estabelecer programa de trabalho com o governo brasileiro com vistas a reproduzir a experiência do Instituto Rio Branco para a criação de academia diplomática neste país, salientando que a Costa do Marfim tem muito a aprender com o Brasil nessa matéria. Em setembro de 2017, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitou-me o exame da possibilidade da outorga de bolsas para a formação de diplomatas marfinenses no IRBr.

24. Esse tema constou, assim, das conversações entre o ministro Nunes e o PR Ouattara, tendo sido a este assegurada a disposição da parte brasileira de acolher favoravelmente essa demanda. Em função dos respectivos calendários políticos internos (eleições presidenciais no Brasil e aceleração da campanha para eleições presidenciais igualmente na Costa do Marfim), a maior parte desses temas continua, contudo, em aberto.

25. Apesar disso, é inegável que a visita de um chanceler brasileiro à Costa do Marfim depois de 34 anos (a última tinha ocorrido em 1983, com Ramiro Saraiva Guerreiro) teve impacto altamente positivo, sendo muito bem recebida pelas autoridades marfinenses que nela viram uma prova concreta do interesse do Brasil em relançar as relações bilaterais.

Comércio bilateral – Características e principais desafios

26. Em 2019, as exportações brasileiras para o mercado marfinense totalizaram US$ 61 milhões, contra US$ 66,09 milhões em 2018 e US$ 72,62 milhões em 2017. Esse decréscimo de US$ 11,62 milhões (-16%) nos últimos três anos mostra que nossas exportações são pouco

dinâmicas, o que nos coloca numa posição secundária no mercado local, no qual somos ultrapassados mesmo por países menos competitivos, como o Marrocos e a Turquia. Os dados revelam, ademais, ao se analisar o seu perfil, que os principais produtos exportados têm sido basicamente bens agrícolas de baixo valor agregado: açúcar e carnes bovina, suína e de frango. Apenas uma pequena parte tem sido de bens industriais: papel e cartão, máquinas para terraplanagem e, em 2019, veículos rodoviários (14% do total).

27. No ano passado, as exportações da Costa do Marfim para o mercado brasileiro alcançaram US$ 152,9 milhões, contra US$ 55,26 milhões em 2018, e US$ 72,62 milhões em 2017. Ou seja, o total das vendas marfinenses para o Brasil quase que dobrou no período em questão, tendo ocorrido um acréscimo de US$ 80,28 milhões (+ 90%) entre 2017 e 2019. Os principais produtos exportados pela Costa do Marfim foram cacau em bruto ou torrado, látex e borracha natural, e castanha de caju.

28. Os últimos dados do comércio bilateral revelam que com o fim, em 27 de março de 2018, do embargo às importações de amêndoas de cacau originárias da Costa do Marfim, as indústrias processadoras brasileiras retomaram as suas compras no mercado local, que atingiram US$ 10,88 milhões em 2018 (20% do total importado) e US$ 119 milhões em 2019 (78%), devolvendo a essa matéria prima a sua tradicional posição de principal produto na pauta de exportações marfinenses para Brasil.

29. As principais conclusões a serem tiradas desses dados estatísticos sobre o comércio bilateral nos últimos três anos são: a) as exportações da Costa do Marfim para o mercado brasileiro tiveram grande dinamismo em termos de valor (+ 90%), como também apresentaram sinais positivos em termos de diversificação, com o aparecimento de dois novos produtos (borracha e castanha de caju), que tendem a ganhar cada vez mais importância relativa na pauta exportadora local; b) pelo lado das exportações brasileiras para a Costa do Marfim, nota-se infelizmente tendência de estancamento na faixa dos US$ 50-70 milhões anuais.

30. Essa falta de dinamismo e fôlego é notória. Em anos favoráveis, o total exportado sobe um pouco e, em anos menos propícios, volta a regredir a patamares pouco compatíveis com o potencial global da nossa economia e das nossas exportações, tanto de produtos primários quanto de bens industriais (países como Marrocos e Turquia chegam a exportar anualmente para a Costa do Marfim cinco vezes mais do que o Brasil). Em meados dos anos 2000, nossas exportações para a Costa do Marfim alcançavam uma média de US$ 70 milhões (US$72,2 milhões em 2006). Nos anos de crise política no país africano retrocederam com força e nos anos recentes voltaram a subir, mas nunca atingiram valores substantivos, sempre ficando na faixa entre 50 e 70 milhões de dólares.

31. As causas desse torpor inercial são múltiplas: aversão ao "risco" africano por parte dos nossos exportadores, falta de fontes de financiamento, inexistência de revendedores e representantes locais para os bens industriais que poderiam interessar os compradores marfinenses (sobretudo tratores e máquinas agrícolas para o beneficiamento de produtos como cacau, café, castanha de caju etc), inexistência de vôo direto entre Abidjã e São Paulo/Rio de Janeiro,

exportações brasileiras nas mãos de poucos ‘traders’, presença pouco expressiva e concreta do setor empresarial brasileiro no mercado local.

32. É bem verdade, por outro lado, que o total das nossas exportações para a Costa do Marfim é “enganoso” em decorrência da existência de operações triangulares praticadas por grandes grupos multinacionais com presença no país. Assim, vê-se comumente na prateleira dos principais supermercados locais – geralmente pertencentes a empresas francesas (Carrefour, Casino) e a outras de capital local controlada por libaneses (Cap Sud e Nord) – produtos brasileiros como carne bovina e de frango, toalhas e roupas de cama, tesouras, facas e talheres em geral (Tramontina).

33. Estes, contudo, não são contabilizados nos dados oficiais do comércio bilateral, pois possivelmente entram no país como sendo de origem francesa ou libanesa. De todo modo, se fossem registrados como brasileiros, representariam alguns poucos milhões de dólares a mais e não mudariam significativamente o quadro de sonolência das nossas exportações. Para tal, seria necessário persistência, restabelecimento de fontes seguras de financiamento e uma aposta de mais longo prazo por parte dos nossos exportadores no potencial da economia local. Esta é uma das mais promissoras e diversificadas do continente africano (a Costa do Marfim é a primeira produtora mundial de cacau e de castanha de caju, a sétima do mundo em termos de produção de borracha), apresentando ano a ano taxas “asiáticas” de crescimento econômico, com a constituição de uma classe média com bom poder aquisitivo. Oportunidades existem para os nossos investimentos e exportações. Cabe agora concretizá-las e trabalhar com afinco para “recolocar o Brasil no mapa da Costa do Marfim”.

34. Já fomos aqui importantes. Como mencionado anteriormente, na década de 1970, imediatamente após o estabelecimento da nossa embaixada em Abidjã, durante o Governo Costa e Silva, a presença do Brasil era significativa. Existiam agências do Banco do Brasil e do Banco Real, escritório da Petrobrás, voo direto da Varig para Rio/São Paulo (eram 2 voos semanais, sempre lotados, sobretudo por sacoleiros marfinenses que iam ao Brasil para comprar roupas, sapatos, eletrodomésticos etc). Segundo relato dos funcionários mais antigos da embaixada, em Abidjã havia uma infinidade de lojas especializadas na revenda desses produtos brasileiros. Hoje, os sacoleiros locais somente trabalham com produtos “made in China” ou “made in Turkey”. Também exportávamos automóveis, caminhões, tratores e máquinas agrícolas para o beneficiamento de cacau e café – havia uma empresa local, a Brasivoire, que trabalhava somente com maquinaria agrícola brasileira. Vendíamos aviões, tanques e material militar dos mais variados tipos.

35. Temos um enorme capital de simpatia junto às populações locais. Apesar de o futebol brasileiro estar em baixa, é enorme a quantidade de pessoas que circulam alegremente pelas ruas de Abidjã vestindo a camisa amarelinha da Seleção. Quando falamos que somos brasileiros, abrem-se imediatamente os sorrisos. Somos (ainda) vistos como um exemplo a ser seguido pela Costa do Marfim (e países africanos em geral) no seu esforço para alcançar a “emergência”.

36. Todos esses atributos positivos não são, entretanto, aproveitados como deveriam. O fato concreto é que, hoje, as nossas exportações são ínfimas em relação ao potencial da economia brasileira e às boas oportunidades existentes no mercado local.

37. Os exportadores brasileiros interessados no continente africano devem sim ousar mais. Mas para tal precisam, antes, contar com um ambiente político-econômico propício (tanto a nível interno como externo) e, sobretudo, com fontes privadas e estatais de financiamento que sejam ao mesmo tempo abundantes e seguras. Ou seja, que reduzam ao máximo os riscos de não-pagamento.

38. Apesar desse relativo torpor, negociações promissoras foram travadas, em 2019, por empresas brasileiras de bens industriais de alto valor agregado, tais como a Embraer para a venda de aviões comerciais para a Air Côte d'Ivoire e de material de defesa. Algumas das quais, inclusive, já resultaram na assinatura de importantes contratos de exportação.

39. A empresa brasileira Randon exportou para a Costa do Marfim, em julho de 2019, tanque para transporte de diesel (via caminhão). Segundo a fabricante de implementos rodoviários, trata-se de uma transação inicial de US$ 60 mil que abre negociações futuras para até 150 unidades por ano. Ainda de acordo com a Randon, a estratégia adotada é a de iniciar o relacionamento com a empresa local Lassire, instalada em Abidjã, com volumes menores e com produtos já montados. No futuro, a operação deve evoluir para a modalidade CKD, ou seja, com o envio dos implementos desmontados para posterior montagem e comercialização locais.

40. A fabricante brasileira de ônibus Marcopolo forneceu, em agosto de 2019, 30 veículos para a UTB (Union des Transports de Bouaké) e AVS Transport, duas das maiores companhias de transporte da Costa do Marfim. Trata-se de transação de aproximadamente US$ 3,6 milhões. As unidades serão destinadas para serviços interurbanos. Os veículos, todos do modelo Viaggio 1050, equipados com chassis Volvo, são capazes de transportar 62 passageiros e possuem vários itens de conforto. Segundo representantes da empresa brasileira existe possibilidade de investimento direto brasileiro para a montagem posterior de veículos "in loco" no futuro.

41. A montadora sueca Scania assinou, em dezembro de 2019, acordo comercial com o Ministério de Transportes da Costa do Marfim e a Société de Transport d'Abidjan (SOTRA) para a entrega de 450 veículos que serão produzidos Scania-Brasil (motor e chassi) e Marcopolo (carroceria). A entrega será constituída por 400 ônibus de 13 metros movidos à gasolina, de valor unitário de 199.300 euros, e por 50 ônibus articulados movidos a gás natural comprimido, de valor unitário de: 336.600 euros. Em adição aos 450 ônibus, serão igualmente entregues pela Scania 25 micro-ônibus da Volkswagen Caminhões do Brasil para transporte do pessoal da SOTRA.

42. Uma vez concluído a negociação financeira – ainda em andamento, 10 ônibus deverão ser entregues antes de 31 de outubro de 2020 e os demais até o final de 2021. Essas operações comerciais, que atingem quase 120 milhões de euros, são as mais importantes dos últimos tempos, demonstrando que a pauta exportadora brasileira tem potencial para dar, a curto e médio prazos, um grande salto qualitativo e quantitativo.

Visita do vice-presidente Duncan ao Brasil e criação do Centro de Excelência contra a Fome

43. O vice-presidente da Costa do Marfim, Daniel Kablan Duncan, visitou o Brasil no período de 13 a 16 de dezembro de 2017, no contexto da candidatura marfinense para sediar o Centro de Excelência para o Combate a Fome na África Ocidental. O objetivo foi o de familiarizar-se "in loco" com as boas práticas brasileiras em matéria de políticas de inclusão social e no campo do fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

44. O governo marfinense, ciente da necessidade premente de melhorar os indicadores de desenvolvimento humano de sua população, como condição essencial para a elevação da Costa do Marfim à condição de país emergente, sempre viu o Brasil como modelo a ser copiado. Nesse contexto, lançou, no início desse mesmo ano, a iniciativa intitulada "Fome Zero", programa de transferência condicionada de renda à semelhança do "Bolsa Família" brasileiro, e anunciou a sua candidatura para sediar centro de excelência contra a Fome que estava em vias de ser criado na África Ocidental.

45. Em sua visita ao Brasil, Duncan visitou o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, baseado em Brasília, visto como modelo para a criação do centro em Abidjã. A candidatura marfinense prosperou e, no dia 25 de março de 2019, foi inaugurado, nesta capital, o Centro de Excelência contra a Fome e a Má-nutrição na África do Oeste e Central. Fruto de um memorando de entendimento entre o Governo da Costa do Marfim e o PMA, a nova instituição teve como modelo a experiência bem-sucedida de cooperação Sul-Sul do centro brasileiro.

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD-FAD)

46. Em setembro de 2014, o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento — que compreende, ademais do BAD, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e o "Nigeria Trust Fund" — voltou a instalar sua sede em Abidjã. Vale recordar que, em 2003, o BAD havia transferido temporariamente suas instalações para Túnis, em decorrência da deterioração das condições de segurança na Costa do Marfim. Desde a reinstalação do Grupo BAD na capital marfinense, esta embaixada tem trabalhado ativamente no acompanhamento de assuntos de interesse para o governo brasileiro junto àquela instituição.

Organização Internacional do Cacau (OICACAU)

47. Uma das atribuições desta embaixada é acompanhar os trabalhos da Organização Mundial de Cacau, cuja sede foi transferida, em abril de 2017, de Londres para Abidjã. Dentro desse contexto, nestes últimos três anos e meio chefiei várias delegações brasileiras que participaram de reuniões do Conselho Internacional do Cacau e órgãos subsidiários. Em todas elas, além da definição de estratégias para proteger o setor cacaueiro e, acima de tudo, a adoção de medidas apropriadas para melhorar o preço deste produto em benefício dos produtores, a preocupação foi sempre a de buscar que o Brasil assuma lugar de destaque na organização. Por ser ao mesmo tempo grande produtor e consumidor de cacau, o Brasil — único país no mundo que cultiva e processa cacau em grande quantidade, além de ser produtor e grande mercado consumidor de chocolate —

pode e deve ocupar uma posição de maior liderança. A longa tradição brasileira no domínio da tecnologia de processamento do cacau pode ser de enorme valia para os países africanos que buscam agregar mais valor à sua produção de cacau.

48. Importante vitória foi conquistada na 100a. Reunião do Conselho Internacional de Cacau e na 8a Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Revisão ao Acordo Internacional do Cacau de 2010, realizadas em Abidjã, de 9 a 12 de setembro de 2019, com a inclusão do Brasil no "Anexo C" do referido acordo como "País Produtor e Exportador de Cacau Fino ou de Aroma", o que abre perspectivas promissoras para o cacau brasileiro no mercado internacional. O cacau fino e de aroma é identificado por apresentar sabores diferenciados, desde frutados, florais, amadeirado, entre outros. A definição leva em consideração as características genéticas (origem), local ('terroir') e o tratamento das amêndoas pós-colheita.

49. O comércio mundial de cacau e chocolate fino atende a um mercado de nicho e representa menos de 5% do total comercializado entre os países. Contudo, o produto tem preço elevado, podendo custar até três vezes mais do que o cacau comum ou a granel, conhecido como 'bulk'. A inclusão do Brasil no Anexo C do referido Acordo como "País Produtor e Exportador de Cacau Fino" recompensou as boas práticas agrícolas da cacauicultura brasileira, respeitosa do meio ambiente e guiada pelos princípios da sustentabilidade. Foi, ademais, um reconhecimento da grande qualidade do nosso produto, que passou a ganhar posição de destaque no mercado internacional.

Cooperação Educacional

50. No plano cultural e educacional, continuam em andamento os programas de PEC-G e PEC-PG. Foram 66 estudantes (63 do PEC-G e 3 do PEC-PG) que se beneficiaram das bolsas brasileiras de 2013 a 2020 — os quais têm sido muito construtivos para criar vínculos entre os dois países e, sobretudo, gerar localmente uma massa importante de futuros formadores de opinião que falam português, conhecem o Brasil e são nossos amigos. Muitos desses marfinenses que estudaram no nosso país ocupam hoje lugar de destaque na sociedade e no governo local.

Situação política interna e regional

51. Durante os anos em que aqui estive, acompanhei com muita atenção o complexo processo de pacificação política levado a cabo pelo presidente Ouattara desde o final da guerra civil, em 2011. Em 2020, ano de eleições presidenciais na Costa do Marfim, um de nossos principais trabalhos tem sido acompanhar e informar o Brasil sobre todos os desdobramentos desse processo. Em meus contatos com as autoridades locais tenho transmitido o desejo do governo brasileiro de que as eleições sejam democráticas, livres, transparentes e pacíficas.

52. A Costa do Marfim é um país importante na África, com atuação destacada em todas as grandes iniciativas que visam reforçar a integração política e econômica africana. Nesse sentido, a Embaixada tem acompanhado e informado sobre a participação do país no processo de criação da

nova moeda da africana ocidental, o ECO, bem como da Zona de Livre Comércio Continental Africana.

Visita ministerial - escala técnica em dezembro de 2019

53. Por fim, destaco o encontro do ministro das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, com o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, embaixador Diabaté Daouda, e o diretor-adjunto do gabinete do hanceler Marcel Amon-Tanoh, embaixador Vacaba Diaby, no dia 13 de dezembro de 2019, durante escala técnica em Abidjã. Ainda que rápida, a visita possibilitou uma troca de informações muito interessante sobre o processo político e econômico em curso nos dois países, bem como sobre o atual estado das relações internacionais. Esse primeiro contato demonstrou a grande convergência de interesses existente entre os dois países. Caberá agora aprofundá-lo, para que a Costa do Marfim também seja peça importante na política externa para a África do atual governo.

8

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 24, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 23, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercera cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Humberto Costa

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20627.07769-74

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20627.07769-74

O diplomata indicado é filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte. Nasceu em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Sussex, no Reino Unido, em 1980. No Instituto Rio Branco, em 1982, finalizou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2002, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear."

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1999; Ministro de Segunda Classe em 2004 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (1995-1998); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (1999-2001); Chefe da Divisão das Nações Unidas (2003-2004); Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (2004-2007); Diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2007-2011); Embaixador em Nova Delhi (2011-2015); Embaixador (Representante Permanente Alterno) na Missão junto às Nações Unidas (2015-2017); e Embaixador em Santiago (desde 2017).

Foi agraciado com as seguintes condecorações nacionais: Ordem de Rio Branco, em 2001, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2002, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Naval, em 2008, no grau de Comendador; e Ordem do Mérito da Defesa, em 2010, no grau de Comendador.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cuja sede é em Viena, tendo sido estabelecida no ano de 1957.

Cuida-se de organização internacional independente que, no entanto, está relacionada com o sistema das Nações Unidas (ONU). Diante disso, apresenta

SF/20627.07769-74

relatórios anuais à Assembleia Geral da ONU e informa o Conselho de Segurança acerca do descumprimento pelos Estados de suas obrigações no que diz respeito a salvaguardas nucleares e sobre questões de sua competência relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

Nos termos de seu Estatuto, o objetivo da AIEA é "acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais" e "assegurar, na medida de suas capacidades, que a assistência prestada pela Agência, ou a seu pedido, ou ainda sob sua supervisão e controle, não seja utilizada de maneira a promover qualquer finalidade militar".

Assim, as principais áreas de atuação da AIEA são: i) energia nuclear (apoio a programas nucleares nacionais em suas vertentes de planejamento, análise, operação conhecimento na área nuclear); ii) salvaguardas (fornecimento de comprovação crível de que material nuclear declarado pelos países não foi desviado para a fabricação de explosivos nucleares); iii) segurança técnica (operação segura de materiais e instalações nucleares) e segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares); iv) aplicações e ciências nucleares (atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como agricultura, alimentação e saúde); e v) cooperação técnica (capacitação, treinamento disseminação de conhecimentos e técnicas no campo nuclear).

O Brasil é membro fundador da AIEA e detém histórico de participação ativa nos trabalhos da Agência, seja pelo uso pacífico da energia nuclear e seja por sua importante contribuição ao desenvolvimento de atividades nucleares. Essa participação tomou ainda mais corpo na década de 90, com o domínio do ciclo do combustível nuclear e com a entrada em operação do Centro Experimental Aramar (Iperó-SP) e da Planta de Enriquecimento Isotópico de Urânio (Resende-RJ).

Desse modo, por meio do Decreto n° 5.582, de 16 de novembro de 2005, criou-se a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20627.07769-74

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 23/2020 - H. CARLOS D.- AIEA

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 23/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, PARA EXERCER O CARGO DE REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA - AIEA E ORGANISMOS INTERNACIONAIS CONEXOS, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20627.07769-74

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 23, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

SF/20627.07769-74

O diplomata indicado é filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte. Nasceu em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ.

Concluiu o curso de Economia pela Universidade de Sussex, no Reino Unido, em 1980. No Instituto Rio Branco, em 1982, finalizou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; e, em 2002, o Curso de Altos Estudos, no qual apresentou a tese intitulada "O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear."

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1999; Ministro de Segunda Classe em 2004 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (1995-1998); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (1999-2001); Chefe da Divisão das Nações Unidas (2003-2004); Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (2004-2007); Diretor do Departamento de Organismos Internacionais (2007-2011); Embaixador em Nova Delhi (2011-2015); Embaixador (Representante Permanente Alterno) na Missão junto às Nações Unidas (2015-2017); e Embaixador em Santiago (desde 2017).

Foi agraciado com as seguintes condecorações nacionais: Ordem de Rio Branco, em 2001, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2002, no grau de Oficial; Ordem do Mérito Naval, em 2008, no grau de Comendador; e Ordem do Mérito da Defesa, em 2010, no grau de Comendador.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cuja sede é em Viena, tendo sido estabelecida no ano de 1957.

Cuida-se de organização internacional independente que, no entanto, está relacionada com o sistema das Nações Unidas (ONU). Diante disso, apresenta

SF/20627.07769-74

relatórios anuais à Assembleia Geral da ONU e informa o Conselho de Segurança acerca do descumprimento pelos Estados de suas obrigações no que diz respeito a salvaguardas nucleares e sobre questões de sua competência relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

Nos termos de seu Estatuto, o objetivo da AIEA é "acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais" e "assegurar, na medida de suas capacidades, que a assistência prestada pela Agência, ou a seu pedido, ou ainda sob sua supervisão e controle, não seja utilizada de maneira a promover qualquer finalidade militar".

Assim, as principais áreas de atuação da AIEA são: i) energia nuclear (apoio a programas nucleares nacionais em suas vertentes de planejamento, análise, operação conhecimento na área nuclear); ii) salvaguardas (fornecimento de comprovação crível de que material nuclear declarado pelos países não foi desviado para a fabricação de explosivos nucleares); iii) segurança técnica (operação segura de materiais e instalações nucleares) e segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares); iv) aplicações e ciências nucleares (atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como agricultura, alimentação e saúde); e v) cooperação técnica (capacitação, treinamento disseminação de conhecimentos e técnicas no campo nuclear).

O Brasil é membro fundador da AIEA e detém histórico de participação ativa nos trabalhos da Agência, seja pelo uso pacífico da energia nuclear e seja por sua importante contribuição ao desenvolvimento de atividades nucleares. Essa participação tomou ainda mais corpo na década de 90, com o domínio do ciclo do combustível nuclear e com a entrada em operação do Centro Experimental Aramar (Iperó-SP) e da Planta de Enriquecimento Isotópico de Urânio (Resende-RJ).

Desse modo, por meio do Decreto n° 5.582, de 16 de novembro de 2005, criou-se a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20627.07769-74

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2020

(nº 273/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercera cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 273

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

Os méritos do Senhor **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de maio de 2020.

EM nº 00059/2020 MRE

Brasília, 29 de Abril de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 258 /2020/SG/PR

Brasília, 18 de maio de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena, Áustria.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE*
CPF.: 150.739.801-82
ID.: 5818 MRE

1959	Filho de Sérgio de Queiroz Duarte e Lucia Maria Sobral Duarte nasce em 27 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1980	Economia pela Universidade de Sussex, Reino Unido
2002	CAE - IRBr, O Brasil Estado-Parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) - implicações para a política externa brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear
Cargos:	
1982	CPCD - IRBr
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1993	Primeiro-Secretário, por merecimento
1999	Conselheiro, por merecimento
2004	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2010	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1984-85	Divisão das Nações Unidas, assistente
1985-87	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1987-90	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-93	Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1993-95	Presidência da República, Assessoria Diplomática, assessor
1995-98	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário
1999-2001	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001-03	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2003-04	Divisão das Nações Unidas, Chefe
2004-07	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Ministro-Conselheiro
2007-11	Departamento de Organismos Internacionais, Diretor
2011-15	Embaixada em Nova Delhi, Embaixador
2015-17	Missão junto às Nações Unidas, Embaixador (Representante Permanente Alterno)
2017	Embaixada em Santiago, Embaixador
Condecorações:	
2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2008	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2010	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

Publicações:	
1997	Desarmamento nuclear: desafio para o século XXI, in Revista Política Externa, Vol.6, No.2, Setembro 1997
1998	A adesão do Brasil ao TNP e o novo cenário internacional, in Carta Internacional, NUPRI/USP, No. 65, Ano VI, julho 1998
2008	Por um mundo livre de armas de destruição em massa: desarmamento e não-proliferação, in O Brasil e a ONU, Funag, 2008

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania

Departamento de Defesa

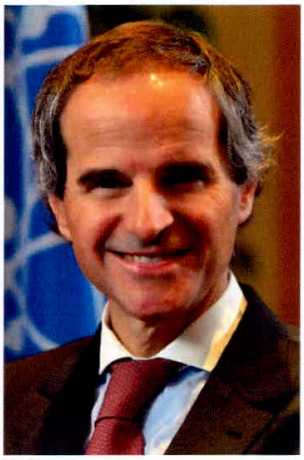
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2020

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Número de Estados partes:	171 Estados[1]
Data de fundação:	29/7/1957
Ano de adesão do Brasil:	1957 (membro fundador)
Sede:	Viena (Áustria)
Principais órgãos:	Conferência Geral (todos os Estados-membros), Junta de Governadores (35 países, entre os quais o Brasil) e Secretariado (chefiado pelo Diretor-Geral)
Principal chefia:	Rafael Mariano Grossi (Argentina), Diretor-Geral

[1] Afeganistão; África do Sul; Albânia; Alemanha; Angola; Antígua e Barbuda; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Armênia; Austrália; Áustria; Azerbaijão; Bahamas; Bangladesh; Barbados; Bareine; Belarus; Bélgica; Belize; Benin; Bolívia; Bósnia e Herzegovina; Botsuana; Brasil; Brunei Darussalam; Bulgária; Burkina Faso; Burundi; Cabo Verde; Camarões; Camboja; Canadá; Cazaquistão; Chade; Chile; China; Chipre; Colômbia; Comores; Congo; Costa do Marfim; Costa Rica; Croácia; Cuba; Dinamarca; Djibuti; Dominica; Egito; El Salvador; Emirados Árabes Unidos; Equador; Eritreia; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estados Unidos da América; Estônia; Etiópia; Federação Fiji; Filipinas; Finlândia; França; Gabão; Gâmbia; Gana; Geórgia; Granada; Grécia; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Hungria; Iêmen; Ilhas Marshall; Índia; Indonésia; Irã; Iraque; Irlanda; Islândia; Israel; Itália; Iugoslávia; Jamaica; Japão; Jordânia; Kuwait; Lesoto; Letônia; Líbano; Libéria; Líbia; Liechtenstein; Lituânia; Luxemburgo; Macedônia; Madagascar; Malásia; Maláui; Mali; Malta; Marrocos; Maurício; Mauritânia; México; Moçambique; Moldova; Mônaco; Mongólia; Montenegro; Myanmar; Namíbia; Nepal; Nicarágua; Níger; Nigéria; Noruega; Nova Zelândia; Omã; Países Baixos; Palau; Panamá; Papua Nova Guiné; Paquistão; Paraguai; Peru; Polônia; Portugal; Qatar; Quênia; Quirguistão; Reino Unido; República Centro-Africana; República da Coreia; República Democrática do Congo; República Democrática Popular do Laos; República Dominicana; República Tcheca; Romênia; Ruanda; Rússia; San Marino; Santa Lúcia; Santa Sé; Senegal; Serra Leoa; Sérvia; Seychelles; Cingapura; Síria; Sri Lanka; Suazilândia; Sudão; Suécia; Suíça; Tadjiquistão; Tailândia; Tanzânia; Togo; Tonga; Trinidad e Tobago; Tunísia; Turcomenistão; Turquia; Ucrânia; Uganda; Uruguai; Uzbequistão; Vanuatu; Venezuela; Vietnã; Zâmbia; Zimbábue

PERFIL BIOGRÁFICO



Rafael Mariano Grossi
Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica
(Mandato 2019 - 2023)

Rafael Mariano Grossi assumiu o cargo de Diretor-Geral da AIEA em 3 de dezembro de 2019, em candidatura que contou com o expresso apoio do Brasil. De nacionalidade argentina e diplomata de carreira, Grossi tem larga experiência em temas relativos a não proliferação e desarmamento. Desde 2013, era o embaixador da Argentina na Áustria, representante argentino na AIEA e em outras organizações internacionais com sede em Viena. Em 2019, Rafael Grossi atuou como Presidente Designado da Conferência de Exame de 2020 das Partes no Tratado sobre Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), e de 2014 a 2016, atuou como presidente do Grupo de Supridores Nucleares, no qual foi o primeiro presidente a servir dois mandatos sucessivos.

Entre 2010 e 2013, atuou como diretor-geral assistente da Política e Chefe de Gabinete na AEIA. Entre 2002 e 2007 foi chefe de Gabinete na Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), na Haia. Na chancelaria argentina, onde ingressou em 1985, exerceu cargos elevados como diretor-geral de Assuntos Políticos, entre 2007 e 2009. Nascido em 1961, Rafael Grossi é casado e tem oito filhos.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foi estabelecida em 29/07/1957 e tem sede em Viena. Segundo seu Estatuto, a Agência tem como objetivo "acelerar e ampliar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade mundiais", bem como "assegurar, na medida de suas capacidades, que a assistência prestada pela Agência, ou a seu pedido, ou ainda sob sua supervisão e controle, não seja utilizada de maneira a promover qualquer finalidade militar".

As principais áreas de atuação da AIEA são: (1) energia nuclear (apoio a programas nucleares nacionais em suas vertentes de planejamento, análise, operação e conhecimento na área nuclear); (2) salvaguardas (fornecimento de comprovação crível de que material nuclear declarado pelos países não foi desviado para a fabricação de explosivos nucleares); (3) segurança técnica (operação segura de materiais e instalações nucleares) e segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares); (4) aplicações e ciências nucleares (atividades voltadas ao desenvolvimento econômico e social, como agricultura, alimentação e saúde); e (5) cooperação técnica (capacitação, treinamento e disseminação de conhecimentos e técnicas no campo nuclear).

A AIEA é uma organização internacional independente, mas relacionada com o sistema das Nações Unidas. A Agência apresenta anualmente relatório sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, informa o Conselho de Segurança sobre o descumprimento, por parte de Estados, de suas obrigações no tocante a salvaguardas nucleares, bem como sobre questões de sua competência relacionadas com a paz e a segurança internacionais.

O Secretariado da Agência é composto por cerca de 2300 profissionais e funcionários de apoio, provenientes de mais de 90 países, e é conduzido pelo Diretor-Geral Rafael Grossi (Argentina) e por seis Diretores-Gerais Adjuntos, responsáveis pelos Departamentos de Administração; Aplicações e Ciências Nucleares; Cooperação Técnica; Energia Nuclear; Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares, e Salvaguardas Nucleares (verificação).

O Brasil contribuiu ativamente para a eleição do embaixador Rafael Mariano Grossi a Diretor-Geral da AIEA em 2019, tendo sido o primeiro país a apoiar oficialmente seu pleito. Ademais do reconhecimento das sólidas credenciais do embaixador Grossi, o apoio brasileiro à candidatura argentina se inscreve no âmbito de tradicional parceria bilateral na área nuclear, cuja expressão mais eloquente é a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criada há 25 anos. Rafael Grossi é o primeiro latino-americano a ocupar o cargo, tendo sido antecedido pelo japonês Yukiya Amano (2009 - 2019).

Os programas e o orçamento da AIEA são definidos por seus órgãos políticos: a Junta de Governadores, integrada por 35 Estados Membros, entre os quais

o Brasil, e a Conferência Geral, composta por todos os Estados Membros. A Junta de Governadores reúne-se cinco vezes ao ano; a Conferência Geral, uma vez.

As atividades da AIEA são financiadas pelas contribuições dos Estados Membros ao orçamento regular e por contribuições voluntárias. O orçamento regular em 2019 foi de USD 428 milhões, suplementados por cerca de USD 91 milhões em contribuições extraorçamentárias.

A Agência tem papel fundamental no fomento aos usos pacíficos da energia nuclear, bem como na discussão, elaboração e aprimoramento dos padrões globais de segurança nuclear. Esse papel torna-se mais importante na medida em que se renova, em determinados países, como no Brasil, o interesse pela energia nuclear, com a avaliação de que ela pode constituir alternativa vantajosa ao uso de combustíveis fósseis.

As atividades de cooperação técnica da AIEA são desenvolvidas principalmente com os recursos de fundo específico, o Fundo de Cooperação Técnica (FCT). Apesar de as contribuições para o Fundo serem classificadas como voluntárias, os Estados Membros têm o compromisso político de prover recursos suficientes para que as atividades de cooperação técnica possam ser implementadas. Os recursos do FCT montam a aproximadamente USD 99 milhões.

Salvaguardas e Protocolo Adicional

A implementação dos acordos de salvaguardas assinados pela AIEA com seus Estados membros permite à Agência fiscalizar o uso pacífico das instalações e do material nuclear físsil por esses países, com o objetivo de identificar eventuais desvios para programas bélicos, proibidos para todos os signatários do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), à exceção dos cinco países nuclearmente armados reconhecidos pelo Tratado (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia).

Efetivamente, a existência de acordos de salvaguardas com a AIEA constitui condição necessária para a operação legal, por um Estado não nuclearmente armado que seja parte do TNP, de qualquer instalação em que se utilize ou transforme material nuclear. As salvaguardas implicam o monitoramento permanente, inclusive em tempo real, por meios informatizados, da circulação e do processamento de material nuclear em um Estado. Esse monitoramento é reforçado por sistema de inspeções "in loco", em que os Estados-membros provêm acesso à AIEA, a qualquer tempo, a quaisquer das suas instalações nucleares, as quais devem ser declaradas à Agência desde o estágio de planejamento inicial.

A descoberta, em 1992, de que o Iraque, embora sujeito ao mecanismo de salvaguardas da AIEA, vinha desenvolvendo programa nuclear clandestino, contribuiu para que alguns países passassem a insistir na necessidade de reforçar o sistema de salvaguardas da Agência, de forma que esse deixasse de ter por base a estrita contabilidade do material nuclear, e passasse a centrar-se na análise mais

ampla de informações sobre atividades ligadas ao ciclo de combustível nuclear, independentemente da existência de material nuclear. O resultado desse processo foi a aprovação de um modelo suplementar de verificação chamado Protocolo Adicional, em 1997, de caráter voluntário.

Enquanto os acordos abrangentes de salvaguardas, obrigatórios a todos os países não nuclearmente armados partes no TNP, têm seu foco na fiscalização e contabilidade de material nuclear, o Protocolo Adicional introduz medidas de verificação relacionadas a toda e qualquer atividade, inclusive de pesquisa/teórica, que envolva a energia nuclear. Pelos termos do referido instrumento, nos casos dos países que possuem um Protocolo Adicional em vigor, o mandato da AIEA é ampliado para permitir o acesso dos inspetores a todas as instalações onde são realizadas atividades relacionadas ao ciclo do combustível, inclusive aquelas que não operam com material físsil (por exemplo, fábrica de centrífugas e/ou de partes e peças para as mesmas, entre outras). O Estado é obrigado também a informar sobre toda pesquisa em andamento no campo do ciclo do combustível, inclusive as que se referem a projetos que não utilizem material nuclear.

Irã

Entre os principais temas tratados pela AIEA nos últimos anos encontra-se o dossiê nuclear iraniano. O histórico da questão remonta a setembro de 2002, quando fontes alegaram que o Irã conduzia programa não declarado que incluía instalações de enriquecimento de urânio. Após três anos de intensas discussões no âmbito da AIEA, esta decidiu, em 2006, encaminhar o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. No Conselho, foram adotadas quatro rodadas de sanções referentes ao Irã (a mais recente em 2010).

Em 2015, após sucessivas rodadas de negociações, foi adotada a Resolução 2231 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que avalizou o Plano de Ação Conjunto Abrangente ("Joint Comprehensive Plan of Action"/JCPoA, em inglês), negociado entre o P5+1 (EUA, Rússia, China, França, Reino Unido mais a Alemanha), o Irã e a AIEA. O Plano estabelecia limitações e medidas de verificação *sui generis* ao programa nuclear iraniano em troca do levantamento de sanções aplicadas ao país. Na sequência, a AIEA passou a divulgar relatórios trimestrais de medidas de verificação e monitoramento dos compromissos assumidos pelo Irã sob acordo.

A retirada dos Estados Unidos do JCPoA, a partir de maio de 2018; as medidas de flexibilização de alguns compromissos do acordo, anunciadas em janeiro deste ano pelo Irã, bem como a iniciativa europeia de ativar mecanismo de solução de controvérsias do acordo representam significativos desafios à sua continuidade. Não obstante, a AIEA tem levado a cabo seu papel precípuo de monitoramento e verificação das atividades nucleares no país. Os relatórios trimestrais sobre a

implementação do JCPoA continuam a ser publicados, sendo registrados pormenores técnicos e nível de atividade de verificação da AIEA no país.

Cabe assinalar que, na eventualidade de abandono do JCPoA, a AIEA deverá continuar com suas tarefas de monitoramento do programa nuclear iraniano por força do acordo bilateral de salvaguardas com o Irã, anterior ao Plano de Ação.

Coreia do Norte

A AIEA não tem conduzido atividades de verificação em solo na República Popular Democrática da Coreia (RPDC) desde abril de 2009, quando seus inspetores foram expulsos do país. O item "Aplicação de Salvaguardas na República Democrática Popular da Coreia" consta da agenda das sessões da Junta de Governadores da AIEA e da Conferência Geral. A AIEA, contudo, monitora o programa nuclear norte-coreano com base em informações de fontes abertas e de satélites e já declarou estar pronta a retomar atividades de verificação caso compromisso político seja obtido nesse sentido.

Desde janeiro de 2003, quando se retirou do TNP, a RPDC realizou seis testes com explosivos nucleares e dezenas de testes com mísseis balísticos.

Segurança técnica e física nuclear

O tema da segurança técnica ("safety") nuclear adquiriu importância renovada após os acidentes na usina de Fukushima-Daichii, em março de 2011. Como principal organismo multilateral nessa área, a AIEA tem envidado esforços para prover assessoria técnica de forma a minimizar o risco de acidentes por falha operacional ou técnica. Conforme mencionado, a Agência tem papel fundamental na discussão, elaboração e aprimoramento dos padrões globais de segurança nuclear.

No que diz respeito à segurança física (impedimento de acesso de agentes não autorizados a materiais ou instalações nucleares), o tema adquiriu relevo após os ataques terroristas de 11 de setembro nos EUA e em decorrência de iniciativa americana, em 2010, de realizar Cúpulas sobre Segurança Física Nuclear. A primeira Cúpula, em Washington em 2010, definiu o terrorismo nuclear como uma das "principais ameaças à segurança internacional". O Brasil apoiou a iniciativa por reconhecer a necessidade de que a operação das instalações nucleares e o manejo do material nuclear sejam realizados da forma mais segura possível. Outras três Cúpulas sobre Segurança Física Nuclear foram realizadas em Seul (2012), na Haia (2014) e em Washington (2016). A AIEA, única instituição multilateral de âmbito universal com competência e *expertise* no assunto, realiza desde 2013, em sua sede, em Viena, conferências internacionais ("International Conference on Nuclear Security" ou ICONS) com segmento ministerial sobre o tema. O Brasil participou da III ICONS, em fevereiro deste ano, com delegação de alto nível, liderada pelo Secretário-Executivo do GSI, General-de-Divisão Douglas Bassoli.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

Agência Internacional de Energia Atômica

Membro fundador da AIEA, o Brasil tem histórico de ativa participação nos trabalhos da Agência, especialmente à luz de seu relevante papel no campo da utilização pacífica da energia nuclear e por sua importante contribuição ao desenvolvimento de atividades nucleares. A participação brasileira ganhou relevo e intensidade nos anos 90, com o domínio do ciclo do combustível nuclear e, subsequentemente, a partir da entrada em operação do Centro Experimental Aramar (Iperó-SP) e da Planta de Enriquecimento Isotópico de Urânio (Resende-RJ).

Nesse contexto, foi criada pelo Decreto Nº 5.582, de 16 de novembro de 2005, a Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena. A Missão tem como função principal o acompanhamento dos temas constantes da agenda da AIEA, bem como os da Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom/CTBTO) e os do Grupo de Supridores Nucleares, cujo secretariado é exercido pela missão do Japão em Viena.

Desde a criação da AIEA, o Brasil tem ocupado ininterruptamente assento na Junta de Governadores da Agência (órgão político que, conforme mencionado, reúne 35 dos 162 países membros da Agência, boa parte dos quais em caráter rotativo).

Como Estado Membro da AIEA e integrante da Junta de Governadores, o Brasil tem atuado no sentido de ampliar o uso pacífico da energia nuclear como ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Nesse sentido, o País defende que se reforcem as atividades de cooperação técnica da AIEA, em particular com os países em desenvolvimento.

O Brasil também apoia as atividades de verificação e aplicação de salvaguardas pela Agência, defendendo que sejam desempenhadas de maneira imparcial, independente, objetiva e profissional, e em plena conformidade com os acordos de salvaguardas firmados entre a AIEA e seus Estados membros.

Está em vigor para o Brasil, desde 1994, Acordo com a Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas (o chamado "Acordo Quadripartite"). Trata-se de acordo de salvaguardas abrangentes, pelo qual o Brasil e a Argentina, ademais das salvaguardas estabelecidas pela ABACC, submeteram-se ao sistema de salvaguardas da AIEA tal como previsto no Tratado sobre Não Proliferação Nuclear.

O Brasil recebeu visitas de Diretores-Gerais da AIEA em dezembro de 2007 (Mohammad El Baradei), março de 2010 e novembro de 2016 (Yukiya Amano). A visita do atual Diretor-Geral, Rafael Grossi, prevista para março último, teve de ser postergada em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares

Conforme mencionado, a Missão do Brasil também acompanha os temas referentes à Comissão Preparatória da futura Organização para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom/CTBTO).

O Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), que proscreve testes explosivos nucleares na atmosfera, sob o solo e sob a água, foi adotado em 1996 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, ocasião em que o Brasil o firmou, tendo procedido à sua ratificação dois anos depois. A entrada em vigor do CTBT depende da adesão e ratificação por parte de 44 Estados detentores de capacidades nucleares relevantes, dos quais oito ainda não cumpriram integralmente aquelas formalidades: China, Egito, Estados Unidos, Irã e Israel assinaram, mas não ratificaram; ao passo que Índia, Paquistão e Coreia do Norte se mantêm ao largo do tratado. Convencido dos longevos danos à saúde humana e ao meio-ambiente decorrentes de testes nucleares e da contribuição do tratado para o avanço do desarmamento nuclear, ao constranger o desenvolvimento de novos artefatos, o Brasil tem sido um dois principais vocais sobre a especial importância da entrada em vigor do CTBT.

A Comissão Preparatória à Organização do CTBT (CTBTO) é a instituição responsável pelo estabelecimento e capacitação do sistema de monitoramento internacional (SIM, na sigla em inglês), necessário para a verificação do cumprimento do CTBT. Dentre as 337 estações previstas pelo SIM, 282 estações sismológicas, de detecção de infrassom e de radionuclídeos encontram-se hoje em funcionamento, sendo 5 no Brasil. O SIM foi capaz de detectar os seis testes nucleares realizados pela República Popular Democrática da Coreia do Norte entre 2006 e 2017. A delegação do Brasil junto à AIEA representa o País na Comissão Preparatória, tendo como principais objetivos promover a entrada em vigor do tratado, garantir a eficiência do sistema de monitoramento, promover a cooperação científica e o treinamento de pessoal especializado nas tecnologias de detecção de explosões nucleares e evitar que sejam impostas restrições aos usos pacíficos da energia nuclear. A falta de perspectiva quanto à entrada em vigor do CTBT e os relativamente elevados custos de manutenção de seu regime de verificação são os principais desafios enfrentados pela PrepCom-CTBTO.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Data	Evento
26/10/1956	Abertura para assinaturas do Estatuto da AIEA
29/7/1957	Entrada em vigor do Estatuto da AIEA entra em vigor no plano internacional
27/8/1957	Promulgação no Brasil do Decreto 42.155, que incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro o Estatuto da AIEA
30/3/1961	Estabelecimento pela AIEA de seu primeiro sistema de salvaguardas
21/5/1963	Abertura para assinaturas da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares
1/7/1968	Abertura para assinaturas do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O instrumento entra em vigor em 5/3/1970
1/6/1972	Adoção pela Junta de Governadores da AIEA do modelo de acordo de salvaguardas abrangentes previsto no TNP
26/10/1979	Adoção da Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
16/4/1991	promulgação no Brasil do Decreto 95, que incorpora a Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
13/12/1991	Assinatura do "Acordo Quadripartite" entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, para a aplicação de salvaguardas nucleares
1992	Descoberta de programa nuclear não declarado no Iraque

3/9/1993	Promulgação no Brasil do Decreto 911, que incorpora a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares
24/2/1994	Promulgação no Brasil do Decreto 1.065, que incorpora o "Acordo Quadripartite" entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, para a aplicação de salvaguardas nucleares
20/9/1994	Abertura para assinaturas da Convenção de Segurança Nuclear
17/4-12/5/1995	Durante Conferência de Revisão, a vigência do TNP é estendida indefinidamente (o prazo inicial era de 25 anos, com possibilidade de extensão)
16/5/1997	Aprovação pela Junta de Governadores da AIEA do modelo de Protocolo Adicional aos acordos de salvaguardas
1/7/1998	Promulgação no Brasil do Decreto 2.648, que incorpora a Convenção de Segurança Nuclear
7/12/1998	Promulgação no Brasil do Decreto 2.864, que incorpora o Tratado para a Não Proliferação de Armas Nucleares
8/7/2005	Assinatura (inclusive pelo Brasil) da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear
7/7/2017	Adoção do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares (TPAN)

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor (no Brasil)	Publicação
Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	26/10/1956	29/7/1957	27/8/1957
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/5/1963	3/9/1993	3/9/1993
Acordo para Aplicação de Salvaguardas (entre Brasil, Estados Unidos da América e Agência Internacional de Energia Atômica)	10/3/1967	31/10/1968	29/11/1968
Emenda ao Artigo VI do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica	28/9/1970	1/6/1973	26/12/1973
Emenda ao Acordo entre a Agência Internacional de Energia Atômica, o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil para a Aplicação de Salvaguardas	27/7/1972	20/9/1972	5/10/1972

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Federativa da Alemanha e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a Aplicação de Salvaguardas	26/2/1976	26/2/1976	
Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear	26/10/1979	8/2/1987	16/4/1991
Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear	26/9/1986	4/1/1991	15/1/1991
Convenção sobre Assistência no Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica	26/9/1986	4/1/1991	15/1/1991
Acordo entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas	13/12/1991	4/3/1994	24/2/1994
Convenção de Segurança Nuclear	20/9/1994	2/6/1997	1/7/1998

Protocolo para a Suspensão de Aplicação de Salvaguardas Relativas ao Acordo de 10 de Março de 1967, entre a Agência, Brasil e os Estados Unidos da América à Luz das Providências para a Aplicação de Salvaguardas Relativas ao Acordo Quadripartite de Salvaguardas	27/3/1996	22/10/1996	
Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro do Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos	29/9/1997	19/10/2006	19/10/2006

Protocolo para Suspender a Aplicação de Salvaguardas Decorrentes do Acordo de 26 de fevereiro de 1976 entre a Agência, o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha à Luz dos Dispositivos para a Aplicação de Salvaguardas conforme o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre a Argentina, o Brasil, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a AIEA	16/10/1998	21/10/1999	15/3/1999
Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear	8/7/2005		Encontra-se no Congresso Nacional, para apreciação

MISSÃO JUNTO À AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA EM VIENA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR MARCEL FORTUNA BIATO

Transmito, a seguir, versão simplificada do relatório de gestão do Posto. O relatório está dividido em cinco seções, que abarcam as áreas de atuação da Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena (DELBRASAIEA): (I) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); (II) Comissão Preparatória da Organização do Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO); (III) Grupo de Supridores Nucleares (NSG); (IV) Outras instâncias; e (V) Conclusão.

I) Agência Internacional de Energia Atômica

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) foi criada em 1957 e está localizada em Viena, Áustria. Atualmente, a Agência tem 171 Estados Membros.

A AIEA é uma organização internacional independente, porém relacionada ao sistema das Nações Unidas. Os programas e o orçamento da Agência são definidos pelos seus órgãos de decisão política: a Junta de Governadores e a Conferência Geral. A AIEA apresenta anualmente relatório sobre suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e, quando necessário, informa o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sobre o descumprimento, por parte de Estados, de suas obrigações no tocante a salvaguardas, bem como sobre questões afetas à paz e segurança internacionais.

De acordo com o Estatuto da AIEA, em cuja elaboração o Brasil teve participação ativa na década de 1950, a AIEA tem três áreas principais de atuação: estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à aplicação prática da energia nuclear para fins pacíficos; aplicar salvaguardas nucleares; e desenvolver padrões de segurança técnica nuclear. O Secretariado da Agência é conduzido pelo seu Diretor-Geral (atualmente, o DG é o argentino Rafael Grossi) e por seis Diretores-Gerais Adjuntos (DDGs), responsáveis pelos Departamentos de Administração, Aplicações e Ciências Nucleares, Cooperação Técnica, Energia Nuclear, Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares, Salvaguardas e Verificação.

O Brasil mantém relacionamento fluido e aberto com o atual DG, sendo por ele consultado com frequência por ocasião da consideração dos temas mais relevantes. Rafael Grossi foi eleito em outubro de 2019, com decidido apoio brasileiro. A primeira visita do DG-AIEA ao Brasil, organizada pelo Itamaraty, em coordenação com os demais órgãos do governo brasileiro com atribuições na área nuclear e a

própria AIEA, e prevista para março último, foi adiada em razão da pandemia do Covid-19.

1. Órgãos de decisão política da AIEA

A Junta de Governadores da AIEA é integrada por 35 Estados Membros, que são eleitos ou designados. Estes últimos são escolhidos segundo critérios estabelecidos no Estatuto da AIEA com base no seu nível de desenvolvimento nacional na área nuclear. Brasil e Argentina, os dois países com os programas nucleares mais desenvolvidos na América Latina e Caribe, integram a Junta de Governadores ininterruptamente (o Brasil desde a criação da Agência, e a Argentina a partir de 1961). Cada um dos dois países integra o órgão por dois anos como membro designado e, no biênio seguinte, como eleito. Outros países da região são eleitos para as demais quatro vagas correspondentes à região, com mandatos de dois anos.

2. O Brasil na AIEA

O Brasil é membro fundador da Agência e tem exercido papel de destaque no organismo, seja nas discussões envolvendo os Estados Membros, seja no tocante à atuação de funcionários brasileiros do Secretariado. Há representantes do Brasil nos principais comitês, comissões e grupos técnicos de alto nível da Agência, nas mais variadas áreas.

Há 20 funcionários brasileiros no Secretariado, vários dos quais de alto nível, entre eles dois diretores de divisão e cinco funcionários de nível P5. O cargo mais elevado exercido por brasileiro foi o de Diretor-Geral Adjunto (DDG) de Aplicações e Ciências Nucleares (ocupado por Aldo Malavasi, entre 2014 e 2019).

O orçamento regular total da AIEA para o ano de 2020 é de EUR 329.517.825,00 e USD 53.467.887,00. A contribuição alocada ao Brasil é, atualmente, de EUR 9.348.421,00 e USD 1.516.884,00 (2,837% em relação ao total dos aportes dos Estados Membros). Em 2020, o Brasil foi o oitavo maior contribuinte ao orçamento regular da AIEA. O país é, também, o maior devedor da Agência, com débitos totalizando EUR 12.181.771,00 e USD 1.822.431,00. Caso a dívida não seja quitada, ao menos parcialmente, o Brasil perderá o direito de voto na Agência a partir de 1º de janeiro de 2021.

Recomendação: Envidar esforços para superar a prolongada situação de falta de pagamento, que tem causado crescentes constrangimentos políticos à atuação do Brasil na Agência e à defesa das posições brasileiras no tocante aos temas nucleares no âmbito internacional.

3. Principais áreas de atuação da AIEA

3(a) Verificação Nuclear

Por meio da implementação de medidas de verificação, a AIEA busca assegurar que as instalações e materiais nucleares nos países que

concluíram acordos de salvaguardas abrangentes sejam utilizados apenas com propósitos pacíficos.

O Brasil assumiu compromisso inequívoco com a aplicação exclusivamente pacífica da energia nuclear, consubstanciado na Constituição Federal de 1988. Somos Parte no TNP e no Tratado de Tlatelolco, o qual estabeleceu uma zona livre de armas nucleares na América Latina e no Caribe. Juntamente com a Argentina, criamos, há 25 anos, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que, por força do Acordo Quadripartite, aplica salvaguardas aos programas nucleares dos dois países de maneira independente, porém complementar às atividades de verificação da AIEA.

O Brasil apoia as atividades de verificação e aplicação de salvaguardas pela Agência e avalia que devem continuar a ser desempenhadas de maneira imparcial, independente, objetiva e profissional. O País ressalva, no entanto, que essas atividades devem ser implementadas em modalidades que atendam aos interesses nacionais quanto à preservação dos segredos tecnológicos e das informações estratégicas e comerciais relevantes.

O Brasil acredita que o fortalecimento do regime de verificação da Agência passa, sobretudo, pela universalização dos acordos de salvaguardas abrangentes ("Comprehensive Safeguards Agreements"), antes de que se cogite solicitar aos países não nuclearmente armados que já concluíram tais acordos que aceitem a obrigatoriedade de novas medidas na área da não proliferação nuclear.

Recomendação: Acompanhar atentamente a evolução das medidas de salvaguardas da AIEA, atuando para evitar que sejam criados ou adotados mecanismos ou procedimentos que possam ser danosos aos interesses nacionais.

Transmito, a seguir, informações sobre os principais temas relacionados com as atividades de verificação nuclear:

3(a)(i) Protocolo Adicional

O Protocolo Adicional (PA) Modelo foi aprovado pela Junta de Governadores da AIEA, em 1997, como instrumento de caráter voluntário, em boa medida em decorrência das fragilidades atribuídas ao regime tradicional de salvaguardas, na esteira da descoberta do programa clandestino do Irã. O PA permite que os inspetores tenham maior acesso a informações e aos locais das instalações nucleares, a fim de procurar detectar eventuais materiais e atividades nucleares não declarados.

Com a aprovação do PA, iniciou-se movimentação com vistas a caracterizá-lo como instrumento de natureza obrigatória, alguns Estados Membros reiterando a defesa de sua universalização e procurando caracterizá-lo instrumento inerente aos procedimentos de salvaguardas aplicados pela AIEA. Na década de 2000, essa

movimentação deu-se principalmente no âmbito do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), nas Conferências de Exame do TNP e na Conferência Geral da AIEA, por ocasião da discussão da resolução anual sobre salvaguardas. A discussão no NSG foi suspensa a partir da Plenária de Brasília, em 2006. A Conferência de Exame do TNP de 2010 aprovou documento final pelo qual a conclusão de um PA constitui "decisão soberana" do Estado, a qual passou a integrar a resolução de salvaguardas da AIEA a partir de 2010.

A declaração interpretativa emitida pelo Congresso Nacional, quando da adesão do País ao TNP (1998), e a Estratégia Nacional de Defesa (2008) condicionam a consideração de novas obrigações no campo da não proliferação a avanços concretos no tocante ao desarmamento nuclear.

Recomendação: Seguir ressaltando as credenciais impecáveis do Brasil no campo da não proliferação, sublinhando que o País não tenciona, no momento, concluir um PA com a Agência. Destacar que o Brasil fornece à comunidade internacional todas as garantias de que suas atividades nucleares têm fins exclusivamente pacíficos.

3(a)(ii) "Joint Comprehensive Plan of Action" - JCPOA

Em 2002, tornaram-se públicas informações dando conta de que o Irã estava desenvolvendo atividades nucleares não declaradas à AIEA. A partir de 2003, a aplicação de salvaguardas no Irã passou a integrar a agenda da Junta de Governadores, e a AIEA intensificou as atividades de verificação no país. Em 2006, a Junta decidiu transmitir o dossiê nuclear iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2015, em Viena, foi assinado o "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA) entre o E3/UE+3 (grupo formado por aqueles seis países e representante da União Europeia) e o Irã. O acordo representa limitação significativa das atividades que compõem o programa iraniano, inclusive enriquecimento de urânio e a produção de água pesada. Por meio da Resolução 2231, adotada em 20 de julho de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas endossou o JCPOA.

Em paralelo ao JCPOA, em dezembro de 2015, o Diretor-Geral da AIEA divulgou relatório que conclui que atividades nucleares passadas no Irã incluíram a aquisição de certas competências e capacidades técnicas, mas não haveria indicações críveis de atividades, no Irã, relevantes para o desenvolvimento de um artefato explosivo nuclear após 2009. Com base nessa avaliação, a Junta aprovou resolução que marcou a alteração da natureza do tratamento da questão nuclear iraniana no âmbito da Junta de Governadores: o dossiê iraniano deixou de ser considerado do ponto de vista estrito da aplicação de salvaguardas, como ocorria desde 2003, e passou a ser debatido no contexto da aplicação do JCPoA.

Amostras ambientais coletadas pela Agência em instalação não declarada pelo Irã, a partir de 2018, teriam identificado partículas

de urânio antropogênico, o que levantaria dúvidas sobre se estariam completas as informações submetidas pelo Irã com relação aos materiais e atividades nucleares existentes no país. Em consequência, a Agência passou a debruçar-se igualmente sobre questões relacionadas à implementação, pelo Irã, de compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Salvaguardas Abrangentes e do PA, e que não se confundem com a implementação do JCPoA. Embora a Agência reconheça que as amostras ambientais revelaram traços de material nuclear produzido em período anterior a 2004, o tema contribui para manter as atenções da Agência voltadas para as evidências de atividades clandestinas do programa nuclear iraniano em período anterior à assinatura do JCPoA. A recalcitrância iraniana em fornecer as informações solicitadas pela Agência daria margem a dúvidas quanto à completude ("completeness") da declaração do Irã a respeito das atividades e materiais nucleares existentes no país.

Recomendação: O Brasil deverá seguir buscando certificar-se de que não se avance eventual interpretação segundo a qual o quadro de medidas contido no JCPoA - como a limitação de atividades, verificação mais intrusiva e a adoção do Protocolo Adicional - deveria constituir novo paradigma a ser seguido em relação aos demais países com acordos de salvaguardas abrangentes.

3(a)(iii) "State-Level Concept"

Para aqueles países que adotaram o PA, a AIEA deu início à aplicação das chamadas "salvaguardas integradas", ou seja, salvaguardas abrangentes reforçadas pelo PA, o que permite à Agência concluir inexistiriam materiais e atividades não declarados naqueles países. Sempre dentro do objetivo de aprimorar a capacidade de avaliar a eficácia do sistema de salvaguardas, o Secretariado passou, em seguida, a adotar o conceito de "State-Level Concept" (SLC), metodologia baseada na avaliação da conduta do Estado como um todo, e não apenas nos materiais e instalações nucleares por ele declarados. Para tanto, avaliam-se de "fatores específicos do Estado" ("State-specific factors"), tais como o nível de cooperação estendido pelo país à Agência e as características de seu programa nuclear. O Secretariado leva em conta, ademais, informações inclusive de fontes abertas e terceiras partes. Diferentemente das "salvaguardas integradas", contudo, o desenvolvimento e a aplicação do SLC não se baseia em documento conceitual aprovado pela Junta de Governadores.

Recomendação: A implementação do SLC teve início naqueles Estados em que a Agência aplica "salvaguardas integradas", mas deverá estender-se nos próximos anos a outros países, inclusive o Brasil. O País deverá reiterar que esse processo deve ser balizado estritamente pelas obrigações assumidas por cada Estado Membro de conformidade com seus respectivos acordos de salvaguardas.

3(a)(vi) Desarmamento nuclear

Os esforços de não proliferação devem servir ao objetivo maior de se alcançar um mundo livre de armas nucleares. O progresso na área da não proliferação deve portanto ser concomitante a avanços no desarmamento. Não é admissível que os países que já dão garantias suficientes de seu compromisso com a não proliferação sejam exortados a assumir obrigações suplementares, ao passo que as obrigações em matéria de desarmamento nuclear continuam a não ser implementadas de maneira satisfatória.

Embora o desarmamento nuclear seja tratado mais diretamente em outros foros, o Brasil envidou, também no âmbito da AIEA, esforços em prol de avanços nessa área, em que pese a resistência de países relutantes em apoiar o desarmamento nuclear. Exemplo disso é o tratamento do Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TPAN). O Brasil, como membro do "core group", desempenha relevante papel de coordenação, em Viena, dos países apoiadores do TPAN. Os países que não favorecem o acordo estimulam a tese que supõe uma dicotomia entre o TPAN e o TNP. Entre as críticas ao TPAN, alega-se a suposta incompatibilidade com o TNP, sua "ineficácia" para implementar e verificar medidas concretas de desarmamento e seu "caráter divisivo e nocivo ao regime internacional".

Na visão brasileira, como a não-proliferação e o desarmamento nucleares são objetivos interdependentes e que se reforçam mutuamente, trata-se de defender enfoque abrangente sobre o papel da AIEA frente aos múltiplos desafios existentes na área nuclear.

Recomendação: Continuar a defender o papel da AIEA em matéria de verificação do desarmamento, à luz da experiência já adquirida pela Agência em casos específicos (África do Sul, Iraque e Líbia) e de exercícios passados como a Iniciativa Trilateral EUA-Rússia-AIEA para a verificação de material sensível extraído das armas nucleares.

3(a)(v) ABACC e salvaguardas no Brasil

Fundada em 1991, a Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) é a expressão do entendimento entre o Brasil e a Argentina na área nuclear, e constitui um dos fundamentos históricos do processo de integração bilateral entre Brasil e Argentina. Seu objetivo estatutário é contribuir para uma parceria bilateral mais forte na área nuclear permanece no centro das prioridades de ambos os países. Esse esforço de fortalecimento da ABACC será tanto mais relevante à medida que avancem os entendimentos com relação à abordagem de salvaguardas para o combustível do submarino com propulsão nuclear. No intuito de favorecer a fluidez do diálogo sobre o tema, a Marinha tem franqueado às autoridades da Agência acesso irrestrito às instalações relevantes. Em visita a Itaguaí, em outubro de 2019, o DDG para Salvaguardas, Massimo Aparo, foi apresentado aos diferentes aspectos do submarino com propulsão nuclear, permitindo-lhe melhor apreciação do avanço tecnológico alcançado pelo programa brasileiro. Aguarda-se para breve o início das tratativas com a Agência relativas à abordagem de salvaguardas do reator em terra (LABGENE). As

atividades de verificação em Iperó não devem, em princípio, representar desafio de maior complexidade, e servirão de "campo de testes" para alternativas quanto à verificação do combustível embarcado.

Recomendação: A ABACC é uma entidade sui generis dentro do regime multilateral de salvaguardas. O Brasil deve seguir empenhado em fortalecer sua eficácia e, portanto, sua credibilidade junto à AIEA.

3(b) Promoção dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear

A AIEA promove os usos pacíficos da energia nuclear por meio de inúmeras atividades desenvolvidas pelos Departamentos de Cooperação Técnica, Aplicações e Ciências Nucleares, Energia Nuclear, e Segurança Técnica e Segurança Física Nucleares. Os projetos de cooperação técnica constituem o principal veículo utilizado pela AIEA para a promoção desses usos. A maior parte dos recursos para o financiamento dos projetos vem do Fundo de Cooperação Técnica (FCT) da Agência.

No âmbito do Programa de Cooperação Técnica, os cientistas e especialistas da Agência trabalham juntamente com especialistas nos Estados Membros para atender às necessidades dos países em setores como saúde, medicina, alimentação, agricultura, recursos hídricos, meio ambiente, indústria e geração de eletricidade. Por intermédio do Programa, desenvolvem-se projetos no Brasil, assim como na América Latina e no Caribe de que o País igualmente participa. O Programa constitui excelente instrumento para a formação e o aprimoramento de recursos humanos especializados nas diferentes áreas de aplicação da energia nuclear. O País sempre sublinhou a importância de se assegurar o exercício desimpedido do direito inalienável de todas as Partes no Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de desenvolverem a pesquisa, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, sem discriminação, conforme consignado no Artigo IV do instrumento.

No esforço de ampliar sua capacidade de oferecer apoio aos Estados Membros nessa área, a Agência desenvolveu projeto de reabilitação de seus laboratórios em Seibersdorf. A um custo de EUR 35 milhões, arrecadados a partir de contribuições nacionais voluntárias, inclusive do Brasil, a Agência hoje dispõe de equipamentos de estado da arte. Foi determinante nesse sentido o papel desempenhado pelo Dr. Aldo Malavasi como diretor geral adjunto à frente do Departamento de Aplicações Nucleares entre 2015 e 2018. O DG-AIEA tem-se empenhado para redirecionar o foco para projetos estruturantes, em áreas como agricultura e saúde, além de promover maior transparência na gestão de projetos e programas. Tem aprofundado esforços para mobilização de recursos, buscando parcerias com instituições de fomento.

O Brasil mantém importante carteira de projetos de cooperação técnica com a Agência. Encontram-se em execução projetos nas seguintes áreas: (a) capacitação: desenvolvimento de recursos humanos em tecnologia nuclear, com o objetivo de proporcionar apoio abrangente na área de

aplicação de ciência e tecnologias nucleares; (b) segurança técnica: fortalecimento da infraestrutura nacional de segurança técnica e segurança física radiológicas; (c) aplicações industriais: estabelecimento de unidade móvel para tratamento de efluentes; (d) saúde humana: assegurar produção de alta qualidade de fontes de braquiterapia para o tratamento de câncer; aperfeiçoar protocolos nos serviços de medicina nuclear e no desenvolvimento de novos radiofármacos; e fortalecer recursos humanos em imagem molecular e terapia de radionuclídeos. Destaca-se, no que respeita a projetos na área de saúde humana, a parceria com o Hospital das Clínicas, em São Paulo, considerado pelos representantes da Agência não apenas como centro de excelência, mas também como importante parceiro na multiplicação de capacitação nacional e regional. Também com o apoio da Agência, a MOSCAMED Brasil está pesquisando novas técnicas de insetos estéreis para tratamento de doenças tropicais negligenciadas que afetam populações vulneráveis em países em desenvolvimento.

Em exemplo da capacidade da AIEA de promover a expansão do acesso à assistência médica para populações de baixa renda, a Agência doou dois mamógrafos para instalação em navios hospitalares da Marinha para assistência médica a comunidades isoladas na região amazônica.

O Brasil explora as perspectivas de cooperação entre a Agência e a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), iniciativa que tem o potencial de enriquecer as bases de dados mantidas pelos laboratórios ambientais da Agência, agregando elementos de análise oriundos de região a respeito da qual são escassas as informações disponíveis. Ressalta o potencial da cooperação com a EACF em áreas como o levantamento de dados sobre radioatividade marinha, acidificação oceânica e rastreio de resíduos de materiais retardantes e anti-chamas. Existe ainda a possibilidade de realização de pesquisas a respeito do comportamento de organismos em resposta à alteração do equilíbrio químico dos oceanos causada pelo aumento do gás carbônico atmosférico.

Fundo de Cooperação Técnica

As contribuições dos Estados Membros ao FCT não são, oficialmente, consideradas obrigatórias. Em termos práticos, porém, os Estados Membros têm o compromisso político de fazer contribuições ao FCT, de modo que a Agência conte com recursos suficientes e previsíveis para financiar os projetos por meio dos quais promove os usos pacíficos da energia nuclear, de acordo com o que estabelece seu Estatuto.

O Brasil acumula dívida de EUR 4.485.515,00 com o FCT, com efeitos negativos sobre nossa defesa da cooperação técnica como um dos vetores centrais da atuação da AIEA. Os persistentes atrasos no pagamento da contribuição brasileira ao FCT podem impactar a carteira de projetos de cooperação técnica do Brasil.

O Brasil é detentor do maior programa nacional de cooperação técnica da América Latina (atualmente com oito projetos) e participa de 20

projetos no âmbito regional. Em termos orçamentários, isso significa que o Brasil recebe cerca de 3 milhões de euros em projetos de cooperação técnica com a Agência (entre os nacionais e regionais), valor semelhante à contribuição do país ao Fundo de Cooperação Técnica (TCF).

Recomendação: Sem desconsiderar as severas restrições fiscais que o País enfrenta, avalio que seria de grande importância buscar saldar, tão prontamente quanto possível, as dívidas do Brasil em relação ao orçamento regular da AIEA e ao FCT.

Transmito, a seguir, informações sobre as principais atividades desenvolvidas atualmente na AIEA na promoção dos usos pacíficos da energia nuclear:

3(b)(i) Energia nuclear

O empenho em impedir que se adotem normas e procedimentos que dificultem na prática o exercício desimpedido do direito a produzir e utilizar a energia nuclear para fins pacíficos reveste-se de maior importância com a decisão do governo brasileiro, em anos recentes, de retomar o programa nuclear brasileiro e ampliar o parque de geração nuclear no País, que detém o domínio da tecnologia e do ciclo completo do combustível nuclear.

Além de contribuir para o fortalecimento da energia de base e servir de lastro para as fontes intermitentes, um parque de geração nucleoelétrica comercialmente robusto e tecnologicamente competitivo permitirá o aprimoramento dos múltiplos empregos da tecnologia nuclear em amplo leque de aplicações prioritárias, desde industriais até médicas, o que vai ao encontro dos interesses nacionais. Por isso, o Brasil tem sublinhado a necessidade de atração de investimentos no setor energético, destacando, inclusive, a importância da conclusão da usina de Angra 3, o que agregará escala à toda a cadeia produtiva do setor, desde a produção de combustível à geração de energia.

Em razão da expectativa de progressos no programa nuclear doméstico, o Brasil tem procurado, no âmbito internacional, evitar que se aprovem medidas nos foros multilaterais que possam eventualmente limitar atividades nucleares legítimas desenvolvidas pelos países. O Brasil opõe-se, por exemplo, a propostas voltadas à proibição do uso de urânio altamente enriquecido (HEU, na sigla em inglês), embora não tencione produzi-lo a curto prazo.

Recomendação: Assegurar que propostas para o fortalecimento de diretrizes de segurança e salvaguardas não venham a constituir óbice ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro para geração de energia elétrica e aprimoramento da tecnologia nuclear.

3(b)(ii) Mudança do clima

O DG-AIEA tem-se empenhado em destacar o papel da energia nuclear na mitigação do aquecimento global, à luz da constatação de que a demanda por energia sobretudo elétrica - continuará a crescer em ritmo acelerado nas próximas décadas, sem que tenha havido avanço significativo na descarbonização de sua matriz. Há consenso técnico no sentido de que a energia nuclear representa opção incontornável no redesenho de uma matriz energética global capaz diminuir e mitigar as emissões de CO2.

Entre outras inovações tecnológicas, destaca-se a perspectiva do desenvolvimento de reatores mais eficientes de alta temperatura. De igual modo, os "reatores rápidos" em desenvolvimento terão queima mais eficiente, de modo a reduzir o volume de combustível irradiado gasto, que requer armazenamento custoso e por tempo indefinido. Ademais, reduzirão a demanda por combustível novo e, portanto, também a necessidade de mineração do urânio e seu considerável impacto ambiental. Não menos importante, reduzirão a demanda por urânio enriquecido e portanto os riscos de proliferação. De mais curto prazo, ressalta ainda o potencial de pequenos reatores modulares. Seu tamanho reduzido e a possibilidade de produção em série oferece vantagens em termos de custos e padronização de produção e facilitação do processo de descomissionamento. Por fim, de grande relevância, apresentam reduzido risco de acidentes, uma vez que a limitada quantidade de material nuclear envolvida não favorece que alcance uma criticalidade autônoma.

A energia nuclear é fonte energética de base, ou seja, de geração contínua, sem interrupção ou flutuação. Apresenta, assim, condições favoráveis para integrar sistemas enérgicos híbridos, que aliam tecnologias nucleares inovadoras com as fontes intermitentes renováveis, seja para a produção de energia elétrica seja para aquecimento industrial. Como consequência, tem o potencial de contribuir para a desejável flexibilidade da matriz energética, aliado à segurança de fornecimento e viabilidade comercial.

3(b)(iii) Combate ao câncer

Atenta às oportunidades que técnicas nucleares oferecem no diagnóstico e tratamento médico do câncer de colo, assim como iniciativas nacionais para reduzir a incidência da doença, a AIEA tem procurado apoiar esforços para controlar o câncer em países em desenvolvimento, com ênfase em melhor acesso aos serviços de medicina nuclear, radioterapia e dosimetria. Foi lançado, em parceria com o UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, para expandir o atendimento abrangente ao câncer para mulheres afetadas pelo câncer do colo do útero. A Agência a ajuda a desenvolver planos nacionais abrangentes de controle da enfermidade, de modo a facilitar também a obtenção de financiamento de doadores para projetos relacionados ao câncer.

3(b)(iv) Cooperação Angola e Moçambique

Em setembro de 2019, foi firmado plano de ação trilateral para o biênio 2020-2021 entre Brasil, Angola e Moçambique para atividades de cooperação técnica no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), com o objetivo de estimular uma maior coordenação entre os oficiais da Agência envolvidos na implementação dos programas de cooperação técnica no Brasil e naqueles países, bem como encorajar continuidade e eficácia no emprego dos recursos humanos e financeiros dedicados à implementação de projetos de cooperação técnica naqueles países africanos. No caso angolano, os projetos envolvem iniciativas no campo de radioterapia, segurança de elementos radioativos, dosimetria e de análises de radioatividade ambiental; bem como estabelecimento de plano nacional de resposta a emergências radiológicas. No caso moçambicano, no campo de infraestrutura regulatória radiológica e segurança, dosimetria, emergências radiológicas; detecção, diagnóstico e controle de zoonoses e enfermidades animais transfronteiriças.

Recomendação: Acompanhar a implementação desses programas, a partir de visitas técnicas àqueles países previstas para 2020.

3(b)(v) Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologias Nucleares na América Latina e no Caribe - ARCAL

Por meio do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologias Nucleares na América Latina e no Caribe (ARCAL), a AIEA implementa projetos de cooperação regional na área nuclear, respondendo a necessidades comuns dos países latino-americanos e caribenhos. Tendo em conta o elevado nível de desenvolvimento do programa nuclear brasileiro, a participação de técnicos e instituições do País no ARCAL traz benefícios a outros países da região e contribui para o estreitamento do relacionamento com nações latino-americanas e caribenhas nessa área.

3(c) Segurança técnica nuclear ("nuclear safety")

A segurança técnica nuclear ("nuclear safety") visa à manutenção de condições adequadas de exploração do material nuclear, à prevenção de acidentes radiológicos e à mitigação das consequências caso um acidente venha a ocorrer, com vistas à proteção de trabalhadores, do público em geral e do meio ambiente contra os riscos da radiação. Uma das atividades de apoio da AIEA a esforços voltados à segurança técnica nuclear é a elaboração de três grupos de documentos que, interligados, fornecem padrões de segurança técnica aos Estados Membros. Os referidos padrões não são de aplicação obrigatória, constituindo apenas orientação para os países. Sobretudo no contexto dos planos de ampliação do parque de geração nucleoelétrica, a segurança nuclear é prioridade para a proteção das pessoas e do meio ambiente e para a aceitação pública da energia nuclear. Nesse sentido, o País assinou e ratificou todas as convenções internacionais referentes à segurança técnica nuclear e utiliza os padrões de segurança da AIEA como base para o estabelecimento da normativa nacional.

O Brasil tem apoiado a adoção de medidas para fortalecer a segurança técnica nuclear em nível internacional, de modo a viabilizar a atração de investimentos estrangeiros. Deverá continuar a sublinhar, ao mesmo tempo, que considerações relacionadas ao assunto não podem servir como pretexto para dificultar o acesso aos bens e tecnologias nucleares para fins pacíficos. Ao participar das discussões multilaterais sobre segurança técnica nuclear, o Brasil tem chamado a atenção para áreas de interesse estratégico para o país, como a atualização das normativas de segurança técnica sobre reatores de pequeno e médio porte (SMR) que poderá ter impactos diretos no reator multipropósito brasileiro e no futuro submarino com propulsão nuclear. Mais recentemente, têm ganhado destaque questões envolvendo denegação e atraso de embarque de material radioativo, problema que tem afetado negativamente a indústria nacional.

Menciono, a seguir, os principais temas tratados no âmbito das atividades de segurança técnica nuclear:

i) Convenção de Segurança Nuclear

A Convenção sobre Segurança Técnica Nuclear ("Convention on Nuclear Safety" - CNS) é o principal instrumento na área de segurança técnica. Todos os Estados que possuem ou têm planos para construção de usinas nucleares, à exceção do Irã, são parte da CNS, que define uma estrutura de segurança a ser voluntariamente adotada pelos países, como design apropriado das usinas, padrões de construção, operação, disponibilidade de recursos financeiros e humanos, verificações periódicas de segurança, estabelecimento de padrão de qualidade e mecanismo de resposta a emergências. Periodicamente são realizadas reuniões de exame para verificar a implementação das diretrizes da Convenção pelas partes contratantes.

ii) Segurança técnica nuclear pós-Fukushima

Na esteira do acidente nuclear de Fukushima (março de 2011), a AIEA passou a adotar uma série de medidas para promover o fortalecimento da segurança técnica nuclear nos Estados Membros, com destaque para ações de preparo e resposta a emergências ("emergency preparedness and response" - EPR). Na sequência de sua participação, em 2018, na Hungria, na ConvEx-3, o maior exercício de resposta global a um acidente nuclear simulado, o Brasil atualizou o plano do estado do Rio de Janeiro sobre emergências em usinas nucleares e realizou duas simulações internas de situação de emergência nuclear. Nenhum acidente de grandes proporções jamais foi reportado nos reatores do complexo nuclear em Angra dos Reis. Em maio de 2018, a AIEA conduziu uma revisão da segurança operacional de longo prazo ("long term operational" - LTO) da usina nuclear de Angra, a pedido da Eletronuclear. A equipe da Agência concentrou-se em Angra 1, que começou a operar em 1985. A planta possui licença operacional padrão válida por 40 anos - para prolongar a vida útil da usina até 2045, a Eletronuclear deverá solicitar nova licença à CNEN. A AIEA concluiu que a planta havia implementado medidas apropriadas para combater eventual fadiga de componentes significativos para a segurança da

usina. Ao mesmo tempo, recomendou várias medidas para melhorar a segurança técnica, como garantir que o envelhecimento de estruturas seja avaliado e gerenciado adequadamente, implementar programa abrangente de qualificação ambiental e conduzir revisões periódicas de segurança.

iii) Convenção Conjunta

O Brasil aderiu à Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radiativos, tema de interesse por lidar com a gestão de resíduos (o combustível usado é atualmente mantido em piscinas de resfriamento, que podem começar a atingir, futuramente, nível crítico de armazenagem). Nas Reuniões de Exame das Partes Contratantes da Convenção, o Brasil apresentou relatório nacional e respondeu às perguntas recebidas de outras partes contratantes, inclusive sobre novas medidas implementadas pelo país após Fukushima, sobre o processo (atualmente em curso) de estabelecimento de agência regulatória e sobre estratégias de descomissionamento, inclusive no que respeita à gestão do impacto ambiental da antiga mina de urânio em Poços de Caldas/MG, explorada de 1982 a 1995.

3(d) Segurança física nuclear ("nuclear security")

A segurança física nuclear ("nuclear security") compreende as atividades voltadas a prevenir, impedir e detectar a ocorrência de furto, sabotagem, acesso não autorizado, transferência ilegal ou outros atos mal-intencionados envolvendo material nuclear, substâncias radioativas e as instalações em que se encontram, bem como as atividades que visam a dar respostas a essas situações. A temática da segurança física nuclear ou proteção física nuclear tem tido importância crescente no âmbito da AIEA. Os atentados terroristas perpetrados em setembro de 2001, em Nova York e Washington, ensejaram atenção renovada para as potenciais ameaças à integridade física e operacional das instalações nucleares.

O principal instrumento jurídico internacional vinculante relativo à segurança física nuclear é a Convenção sobre Proteção Física do Material Nuclear (CPPNM, na sigla em inglês), em vigor desde 1987. Enquanto a CPPNM, em vigor desde 2016, trata de proteção física no transporte internacional, a Emenda à CPPNM, em vigor desde 2016, amplia a proteção às instalações nucleares e ao transporte interno.

A Junta de Governadores aprova, a cada quatro anos, Plano de Segurança Física Nuclear, com base em consultas aos Estados Membros. Questões de segurança física nuclear têm papel relevante na proteção do material e das instalações nucleares e também na manutenção da confiança pública na energia nuclear, mas podem, assim como acorre com respeito à segurança técnica, dificultar o uso da tecnologia pelos países em desenvolvimento, em razão dos significativos custos envolvidos.

A Conferência Internacional sobre Segurança Física Nuclear (ICONS, na sigla em inglês) é o principal foro internacional para o tema. A terceira edição, realizada em 2020, contou com a participação de expressivo número de autoridades nacionais, que aproveitaram a oportunidade para realizar consultas bilaterais e contatos com funcionários do Secretariado e representantes estrangeiros.

A principal dificuldade enfrentada pelo Brasil nesse campo deriva de não ter ainda ratificado a Emenda à CPPNM. Com vistas à Conferência de Revisão da CPPNM, em 2021, a missão tem envidado esforços para garantir a mais ampla participação possível nos eventos preparatórios e na Conferência de Revisão. Enfrenta a resistência de grupo majoritário para o qual o Brasil e demais países que ratificaram apenas a CPPNM deveriam participar como meros "observadores", limitando a atuação da delegação brasileira, sobretudo em caso de decisões por meio de voto.

Recomendação: Lograr a aprovação do texto da Emenda à CPPNM, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados. O texto da Emenda está em conformidade com as normas e políticas nacionais de segurança física nuclear, pelo que sua ratificação não teria implicações negativas. Pelo contrário, permitirá ao País unir-se aos mais de 130 outros países que já ratificaram o instrumento, confirmando o compromisso nacional com a segurança nuclear.

II) Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares - PrepCom-CTBTO

1. O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares - CTBT

O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares ("Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty" - CTBT), adotado em 1996 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), é um elemento central do regime internacional de desarmamento e não proliferação nucleares. Conta com 183 Estados Signatários, dos quais 164 já o ratificaram, incluindo o Brasil. Ao proibir a realização de explosões nucleares de qualquer tipo e em qualquer lugar, o instrumento, quando entrar em vigor, contribuirá para reduzir a assimetria de direitos e obrigações cristalizada no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Tal proibição, completa e verificável, limitará a possibilidade de que Estados venham a desenvolver armas nucleares, constituindo, igualmente, medida efetiva no campo do desarmamento nuclear, ao obstaculizar o desenvolvimento de novos tipos de armamentos.

A entrada em vigor está pendente da ratificação por um conjunto de países (China, Coreia do Norte, Egito, EUA, Índia, Irã, Israel e Paquistão, sendo que Coreia do Norte, Índia e Paquistão sequer assinaram o instrumento), que não demonstra clara disposição nesse sentido. Menciono, a seguir, os principais temas relativos ao CTBT:

a) Estabelecimento da Comissão Preparatória

A Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (PrepCom-CTBTO), estabelecida em 1986, em Viena, possui um Secretariado Técnico Provisório (STP), cuja principal tarefa, além de promover a entrada em vigor do Tratado, é iniciar os preparativos para o estabelecimento do regime de verificação.

A Comissão é o órgão decisório máximo e se reúne, pelo menos, em duas sessões por ano. Os outros órgãos gestores da Comissão Preparatória são os Grupo de Trabalho A (GTA), que trata de temas administrativos e orçamentários, o Grupo de Trabalho B (GTB), que trata de temas técnicos. Ademais, o Grupo Consultivo (GC) assessora a Comissão e o GTA em questões financeiras, orçamentárias e administrativas.

b) Regime de verificação

O regime de verificação do CTBT é composto, ademais de um Centro de Dados (CID), de:

a) Sistema Internacional de Monitoramento (SIM), quando finalizado, contará com rede de 321 estações e 16 laboratórios capazes de detectar explosões nucleares em qualquer ponto do planeta, seja na atmosfera, no subsolo ou em ambiente submarino, bem como determinar, com razoável grau de precisão, o local em que se realizaram. Até 30 de junho de 2016, 286 estações e 16 laboratórios haviam sido instalados.

b) Inspeções "in situ" (IIS), que, com a entrada em vigor do Tratado, poderão ser solicitadas por qualquer Estado Parte em casos de suspeita justificada de realização de um teste nuclear por outro Estado. A PrepCom-CTBTO tem realizado simulações das IIS, inclusive com participação de oficiais do Exército brasileiro.

As tecnologias utilizadas para o monitoramento de testes nucleares também têm aplicação civil. Dá-se especial atenção à cooperação com organizações internacionais (OMM, OACI, UNESCO e outras) para a notificação de tsunamis e de erupções vulcânicas. Embora reconheça a utilidade das tecnologias previstas no Tratado para a prevenção de desastres naturais, o Brasil ressalta os objetivos primordiais do CTBT no âmbito do regime de desarmamento e não-proliferação nucleares.

Recomendação: Expandir a presença de especialistas do Brasil em atividades de capacitação e treinamento, de forma a auxiliar na formação de corpo técnico nacional envolvido com o regime de verificação do CTBT.

c) O Brasil e o CTBT

O Brasil participa nos esforços voltados à entrada em vigor e universalização do CTBT. Atua de forma a ressaltar a importância do Tratado como instrumento essencial do regime de não proliferação e desarmamento nucleares, bem como a necessidade de manter sua credibilidade e relevância. Em 2019, o Brasil, para quitar (parcialmente) sua dívida acumulada com a CTBTO, contribuiu cerca de US$5 milhões para a organização.

Do ponto de vista operacional e técnico, o Brasil tem sido beneficiário do SIM. Ademais de aplicação civil na notificação de desastres naturais, sobretudo tsunamis e erupções vulcânicas, ressalta a importância estratégica dessa tecnologia quando de seu emprego nas diligências para localizar o submarino argentino ARA San Juan naufragado, em 2017, no Atlântico Sul. O Ministério da Defesa enviou, em março de 2018, missão com o intuito de analisar as condições para o estabelecimento de um Centro Nacional de Dados (CND) brasileiro. As discussões sobre o CND brasileiro buscam identificar instituição a sediar e operar o centro, bem como os aspectos técnicos práticos da instalação. O tema foi tratado por ocasião de reunião entre o SE Lassina Zerbo e o Secretário Executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General Douglas Bassoli, em fevereiro de 2020, em Viena.

Seis estações e um laboratório do SIM deverão localizar-se em território brasileiro. Ainda que a PrepCom-CTBTO seja responsável pelo financiamento da construção, operação e manutenção das estações do SIM (exceto as sísmicas auxiliares), a execução direta de tais tarefas compete a diversas instituições nacionais responsáveis, em particular o Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (SIS-UnB), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e o Departamento de Geofísica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Do previsto, cinco estações já foram certificadas e estão plenamente operacionais e o laboratório, já operacional, segue em fase de certificação.

Recomendação: Fazer avançar definições sobre a criação do CND e dar início a construção de estação de radionuclídeos a ser localizada em Pernambuco (RN-12).

d) Dívida do Brasil

O orçamento total da PrepCom-CTBTO para o ano de 2020 é de USD 56.275.800,00 e EUR 67.210.100,00 (dos quais USD 66.710.100,00 deverão ser financiados por contribuições e os USD 500.000,00 restantes por receitas diversas). A contribuição alocada ao Brasil é, atualmente, de USD 2.011.977,00 e EUR 1.697.278,00 (3,016% em relação ao total dos aportes dos Estados signatários). Em 2020, o Brasil foi o oitavo maior contribuinte ao orçamento regular da Comissão. O país é, também, o maior devedor, atrás apenas do Irã, que não quita suas dívidas há cerca de duas décadas, e da Venezuela. Os débitos brasileiros com o orçamento regular da PrepCom-CTBTO totalizam USD 6.489.640,00 e EUR 1.697.288,00. Em razão do atraso

no pagamento das contribuições, o direito de voto do Brasil na PrepCom-CTBTO está suspenso desde 01/01/2019.

A inadimplência brasileira não se coaduna com o tradicional protagonismo nacional, reduz a capacidade de influência do Brasil nas discussões e decisões da Comissão Preparatória e prejudica as credenciais nacionais relacionadas à defesa dos esforços internacionais para fortalecimento do regime de desarmamento e não proliferação nucleares. Em 2020, haverá votação para escolha do novo Secretário Executivo da Comissão Preparatória e o Brasil não poderá participar do processo de eleição. Ademais, a dívida do País dificulta os esforços para lograr maior participação de brasileiros no STP.

Recomendação: Avaliar a possibilidade de concretizar convite estendido pelo Ministro Marcos Pontes (MCTIC), em junho de 2019, ao Secretário-Executivo, Lassina Zerbo, para visitar o Brasil. O convite foi reiterado pelo SE-GSI, Douglas Bassoli, em fevereiro de 2020. Zerbo já consultou sobre a possibilidade de realizar visita no final de 2020.

III) Grupo de Supridores Nucleares (NSG)

1. Estabelecimento e Funcionamento do NSG

O Grupo de Supridores Nucleares (NSG, na sigla em inglês) é um dos principais mecanismos internacionais de controle de exportações de materiais, equipamentos e tecnologias sensíveis. Formado após a detonação de artefato nuclear explosivo pela Índia, em 1974, e consoante o disposto no Artigo III.2 do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o Grupo adota Diretrizes ("Guidelines") não vinculantes, que são atualizadas periodicamente e encaminhadas, desde 1978, a cada três anos, para a AIEA. As Diretrizes tratam das políticas e práticas de exportação dos Governos Participantes (GPs) do NSG com relação a transferências para Estados Não Nuclearmente Armados, para fins pacíficos, de material, equipamento e tecnologia nucleares, e de equipamentos, materiais, software e tecnologia de uso dual.

As Diretrizes estão divididas em duas partes. A Parte 1 contém diretrizes para transferências nucleares e uma "Lista de Gatilho" (Trigger List), que inclui material fonte e material físsil especial, bem como reatores nucleares e certos tipos de plantas nucleares (por exemplo, plantas de enriquecimento e reprocessamento), equipamentos "especialmente projetados ou preparados" (EDP) para essas plantas e tecnologia associada. Essas diretrizes exigem, como condições para suprimento, que o Estado importador tenha Acordo de Salvaguardas Abrangentes em vigor com a AIEA, bem como proteção física e controles sobre a retransferência desses itens.

A Parte 2 contém diretrizes para transferência de equipamentos, materiais, software e tecnologia nuclear de uso dual, e inclui uma

lista que especifica esses itens de uso dual que podem contribuir para a produção de dispositivo explosivo nuclear ou outra atividade do ciclo do combustível nuclear não submetidas a salvaguardas, a Lista de Uso Dual. O princípio básico acordado pelos Governos Participantes é de que não se devem autorizar transferências dos itens de uso dual "para emprego em Estados Não Nuclearmente Armados em atividade nuclear explosiva ou em atividade não salvaguardada do ciclo de combustível, ou [...] quando houver risco inaceitável de desvio para tal atividade". As Diretrizes estipulam que os supridores, ao considerar a transferência de itens de uso dual, devem observar, entre outros aspectos, se o Estado destinatário "tem acordo de salvaguardas com a Agência em vigor aplicável a todas as suas atividades nucleares pacíficas". Além da Reunião Plenária anual, realizada no país que assume a Presidência do Grupo, o NSG mantém reuniões semestrais do Grupo Consultivo e do Grupo de Especialistas Técnicos (TEG, na sigla em inglês).

A eventual inclusão de itens nas listas de controle do NSG pode impactar a indústria nacional brasileira, ao potencialmente inviabilizar a aquisição, no exterior, de materiais, equipamentos e tecnologias por parte da indústria brasileira. A atuação eficiente do País nesses exercícios depende de acesso a informações precisas e atualizadas sobre o verdadeiro impacto na indústria nacional das propostas de outros países para alteração das listas de controle do NSG. Os Governos Participantes podem pedir reservas para estudos sempre que uma proposta requeira mais tempo para análise.

Recomendação: Reforçar a estrutura do TEG Brasil - responsável pela coordenação da posição brasileira -, de forma que a delegação brasileira tenha à disposição informações precisas e atualizadas sobre eventual impacto de medidas propostas no âmbito do NSG sobre a indústria nacional.

IV) Outras Instâncias

1) Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR)

O Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atômica (UNSCEAR), criado em 1955 com o mandato de analisar as fontes e os efeitos da exposição à radiação ionizante e elaborar relatórios sobre o assunto. O Comitê conta com a participação de 27 países, inclusive do Brasil, que é membro fundador. Os participantes do Comitê são cientistas e técnicos com experiência na área. As análises e os dados produzidos pelo UNSCEAR sobre fontes e os efeitos da radiação ionizante na saúde humana e no ambiente são usados como base científica por governos, agências das Nações Unidas, e outras organizações para formular padrões e programas de proteção contra possíveis efeitos nocivos da radiação ionizante. Nos últimos anos, o Comitê realizou análises e estudos, entre outros temas, sobre os efeitos da exposição à radiação decorrente do acidente nuclear de Fukushima.

2) Foro Ibero-americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares (FORO)

O Foro Ibero-americano de Organismos Reguladores Radiológicos e Nucleares (FORO) é uma entidade que congrega as entidades reguladoras de alguns países ibero-americanos para promover a segurança radiológica e nuclear na região por meio da cooperação e de projetos técnicos conjuntos. A AIEA e o FORO organizam reuniões do comitê de entidades reguladoras ibero-americanas.

V) Conclusão

O lançamento da Política Nuclear Brasileira (PNB – Decreto nº 9.600, de 5 de dezembro de 2018) consolida a retomada do programa nuclear do País. Esforço conjugado de restruturação entre as instâncias do setor nuclear liderado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR), a nova PNB busca, em sua essência, impulsionar várias frentes de maneira simultânea, em iniciativas que, embora possam à primeira vista parecer estanques, conformam um conjunto sistêmico, integrado e interdependente.

Nesse contexto, ganha especial relevo a participação da Marinha, cuja agenda de cooperação com a Agência vem-se avolumando e intensificando de forma notável. A Marinha tem exercido papel catalisador para o renovado ímpeto que o setor nuclear brasileiro como um todo vem ganhando, demonstrando capacidade de coordenar iniciativas e exercer uma visão estratégica de longo prazo. Ambicioso e de vasto alcance, o programa nuclear brasileiro esteve em estado de semi-hibernação por mais de duas décadas, enfrentando desafios tecnológicos, como restrições à importação de insumos de uso dual, e desgastes políticos.

Em linhas gerais, poderiam ser listadas entre as principais vertentes do programa nuclear brasileiro: a construção de submarino com propulsão nuclear, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); a retomada da construção de Angra 3 e as perspectivas de expansão adicional do parque de geração nucleoelétrica; a autossuficiência na produção de radiofármacos, com a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB); e a consolidação do domínio do ciclo do combustível nuclear, com a produção de urânio enriquecido em escala comercialmente viável.

A AIEA e a PrepCom-CTBTO são interlocutores indispensáveis para que se possa lograr avanços nessa agenda brasileira emergente, não apenas por oferecerem instrumentos e ferramentas relevantes para a consecução desses objetivos, mas também por atuarem como garantes do caráter exclusivamente pacífico dos esforços do País na área nuclear. A AIEA desempenha, de um lado, papel de fiscalização de compromissos internacionais na área de não proliferação; de outro, atua como órgão de fomento à expansão do acesso aos benefícios da energia nuclear, em suas diferentes aplicações, inclusive com padrões e recomendações sobre proteção radiológica e segurança nuclear. A PrepCom-CTBTO, por seu turno, oferece ampla gama de

serviços e dados relevantes para a consecução de objetivos nacionais nessa área.

No momento em que o Programa Nuclear Brasileiro (PNB) se dinamiza, torna-se ainda mais premente maximizar o aproveitamento dos múltiplos foros e plataformas que a AIEA e a PrepCom-CTBTO oferecem para treinamento, capacitação e informação dos países membros sobre temas afetos à tecnologia nuclear e seu emprego. Nesse intuito, em complemento às sugestões pontuais já indicadas, recomenda-se:

a) Desenvolver estratégia visando ampliar a presença de funcionários de nacionalidade brasileira na AIEA e na PrepCom-CTBTO.

O número de funcionários brasileiros nesses organismos internacionais vem diminuindo em meses recentes, com a perda de numerosos quadros em funções técnicas e de gestão superior em ambas as organizações. Caberia explorar ainda fórmulas inovadoras de contratação, de modo a atender necessidades brasileiras específicas, caso do "Cost Free Expert" na Agência e potencialmente na PrepCom-CTBTO.

b) Maximizar oportunidades oferecidas pela eleição, com apoio decisivo brasileiro, de um Diretor Geral da Agência claramente comprometido com a modernização da instituição.

Entre as áreas de interesse estratégico do Brasil que se beneficiariam de maior coordenação com a agenda do novo DG-AIEA, destaco:

(b)(i) Cooperação técnica: o Brasil é grande receptor e doador desses serviços, ajudando a projetar interesses de política externa no campo político-bilateral e estratégico multilateral;

(b)(ii) Segurança nuclear: retomada de Angra 3 e lançamento de novas plantas exigem atualização do Brasil no campo regulatório e normativo;

(b)(iii) Salvaguardas: acompanhar a evolução do debate multilateral sobre o reforço dos mecanismos de salvaguardas, sobretudo à luz dos potenciais impactos para o programa do submarino com propulsão nuclear e para a ampliação do parque nuclear brasileiro como um todo;

Além da AIEA, também a PrepCom-CTBT está em fase de renovação de comando. Será importante acompanhamento estreito do processo de eleição do novo Secretário Executivo de CTBTO, prevista para ocorrer em outubro de 2020, especialmente em momento em que aumenta a consciência no Brasil (Defesa/MCTIC) da relevância estratégia dos dados e serviços fornecidos pela organização.

c) Reforçar o papel do MRE como instância privilegiada de coordenação com atores chave no Brasil (GSI, Marinha, CNEN) da agenda nuclear internacional do país, incentivando em particular a participação em eventos promovidos pela AIEA e CTBTO.

O Programa Nuclear Brasileiro é vasto, diversificado e, depois de muitos anos de relativa paralisia, ainda em processo de rearticulação, sobretudo os componentes não governamentais. Assim, cumpre promover maior diálogo com as entidades de classe do setor nuclear no Brasil (ABDAN, ABDEN, SBMN, entre outras), sobretudo com vistas a incentivar a indústria nacional e a contribuir para informar o debate sobre o futuro da energia nuclear no país, divulgando as realizações e potencialidades da tecnologia nuclear.

d) Acompanhar e apoiar tratativas relativas ao projeto em curso de reformulação da CNEN, mediante a separação de seu componente regulatório.

Trata-se da mais importante e prioritária pendência no processo de dinamização do Programa Nuclear Brasileiro como um todo.

e) Incentivar diálogo com o Congresso Nacional de modo a agilizar a tramitação da agenda legislativa de interesse direto do setor nuclear brasileiro, em particular a adoção e ratificação de instrumentos internacionais pendentes; e assegurar o pagamento da contribuição brasileira aos organismos multilaterais envolvidos.

9

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 35, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Fernando Collor
RELATOR: Senador Nelsinho Trad

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2020

SF/20026.06858-17

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 35, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/20026.06858-17

A Sra. ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS é filha de Linton Ferreira de Barros e Aída Osthoff Ferreira de Barros e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 19 de dezembro de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1980, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2018, quando defendeu a tese intitulada "Gestão consular brasileira no exterior: diagnóstico, formação de pessoal e propostas".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceira-Secretária, em 1980, ascendeu a Primeira-Secretária em 1990; a Conselheira, em 2000; e a Conselheira do Quadro Especial, em 2015.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Embaixada em Tóquio (1991); Embaixada em Buenos Aires (1992); Secretaria de Planejamento Diplomático (1995); Embaixada em Madri (1997); Embaixada em La Paz (2000); Consulado-Geral em Chicago (2003); Secretaria de Estado (2010); Embaixada em Basseterre (2012); Consulado-Geral em Los Angeles (2014); e Consulado-Geral em Montevidéu (2018).

Foi galardoada com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2015.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Burkina Faso, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em 1960. Em 1975, estabeleceu relações diplomáticas com o país, que adotaria o nome Burkina Faso em 4 de agosto de 1984. O relacionamento bilateral intensificou-se na década de 2000, especialmente após a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2007) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/20026.06858-17

A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado "Cotton 4", grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, responsáveis por distorções significativas no mercado internacional. O projeto de cooperação "Cotton 4 + Togo", que, além do Burkina Faso, beneficia Benin, Chade, Mali e Togo, tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses países por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

Embora não haja histórico de investimentos brasileiros no Burkina Faso, as relações comerciais passaram por um período de diversificação nos últimos anos, com a exportação de produtos brasileiros com maior valor agregado. As exportações burkinabés têm sido menos significativas, exceto em 2014, quando o Brasil importou quantidade maior de algodão, levando ao único superávit burkinabé na balança comercial bilateral nos últimos 15 anos.

O comércio bilateral, embora reduzido, é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil. De 2005 e 2010, as exportações brasileiras eram dominadas por produtos primários (principalmente açúcar, além de café, pimenta, chocolate e papelão) e alguns poucos produtos industrializados (maquinário agrícola e geradores elétricos). Em 2011, a venda aviões Super Tucano da Embraer foi responsável pelo maior fluxo de comércio dos últimos 15 anos, alcançando quase 50 milhões de dólares. Entre 2011 e 2019, a pauta exportadora passou a ser dominada por itens industrializados (aviões, tratores agrícolas, maquinário para mineração, ônibus, armas e pneus), ainda que tenham sido relevantes o petróleo e produtos agropecuários (arroz, pimenta, chocolate e carnes). Em 2019, a pauta exportadora brasileira para o Burkina Faso incluiu, principalmente, petróleo, pneumáticos, espingardas e carabinas, ônibus e veículos para transporte de mercadorias, entre outros itens. As exportações brasileiras totalizaram 7,3 milhões de dólares.

A Força Aérea do Burkina Faso utiliza três aviões Super Tucano, entregues pela Embraer em 2011. A compra das aeronaves criou oportunidades para empresas brasileiras do setor de defesa que, desde então, vêm estabelecendo canais de contato com o governo burkinabé, a fim de aproveitar oportunidades que possam surgir nessa área.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Senador NELSINHO TRAD.

SF/20026.06858-17

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 35/2020 - I. ELLEN-BURKINA F

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Fernando Collor
Presidente Eventual

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 35/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL EM BURKINA FASO, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador FERNANDO COLLOR

Presidiu a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2020

SF/20026.06858-17

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 35, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

SF/20026.06858-17

A Sra. ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS é filha de Linton Ferreira de Barros e Aída Osthoff Ferreira de Barros e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 19 de dezembro de 1957.

Ingressou na carreira diplomática em 1980, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2018, quando defendeu a tese intitulada "Gestão consular brasileira no exterior: diagnóstico, formação de pessoal e propostas".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceira-Secretária, em 1980, ascendeu a Primeira-Secretária em 1990; a Conselheira, em 2000; e a Conselheira do Quadro Especial, em 2015.

Na carreira, exerceu funções nos seguintes lugares, entre outros: Embaixada em Tóquio (1991); Embaixada em Buenos Aires (1992); Secretaria de Planejamento Diplomático (1995); Embaixada em Madri (1997); Embaixada em La Paz (2000); Consulado-Geral em Chicago (2003); Secretaria de Estado (2010); Embaixada em Basseterre (2012); Consulado-Geral em Los Angeles (2014); e Consulado-Geral em Montevidéu (2018).

Foi galardoada com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2015.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Burkina Faso, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em 1960. Em 1975, estabeleceu relações diplomáticas com o país, que adotaria o nome Burkina Faso em 4 de agosto de 1984. O relacionamento bilateral intensificou-se na década de 2000, especialmente após a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2007) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009).

SF/20026.06858-17

A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado "Cotton 4", grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, responsáveis por distorções significativas no mercado internacional. O projeto de cooperação "Cotton 4 + Togo", que, além do Burkina Faso, beneficia Benin, Chade, Mali e Togo, tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses países por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

Embora não haja histórico de investimentos brasileiros no Burkina Faso, as relações comerciais passaram por um período de diversificação nos últimos anos, com a exportação de produtos brasileiros com maior valor agregado. As exportações burkinabés têm sido menos significativas, exceto em 2014, quando o Brasil importou quantidade maior de algodão, levando ao único superávit burkinabé na balança comercial bilateral nos últimos 15 anos.

O comércio bilateral, embora reduzido, é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil. De 2005 e 2010, as exportações brasileiras eram dominadas por produtos primários (principalmente açúcar, além de café, pimenta, chocolate e papelão) e alguns poucos produtos industrializados (maquinário agrícola e geradores elétricos). Em 2011, a venda aviões Super Tucano da Embraer foi responsável pelo maior fluxo de comércio dos últimos 15 anos, alcançando quase 50 milhões de dólares. Entre 2011 e 2019, a pauta exportadora passou a ser dominada por itens industrializados (aviões, tratores agrícolas, maquinário para mineração, ônibus, armas e pneus), ainda que tenham sido relevantes o petróleo e produtos agropecuários (arroz, pimenta, chocolate e carnes). Em 2019, a pauta exportadora brasileira para o Burkina Faso incluiu, principalmente, petróleo, pneumáticos, espingardas e carabinas, ônibus e veículos para transporte de mercadorias, entre outros itens. As exportações brasileiras totalizaram 7,3 milhões de dólares.

A Força Aérea do Burkina Faso utiliza três aviões Super Tucano, entregues pela Embraer em 2011. A compra das aeronaves criou oportunidades para empresas brasileiras do setor de defesa que, desde então, vêm estabelecendo canais de contato com o governo burkinabé, a fim de aproveitar oportunidades que possam surgir nessa área.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Senador NELSINHO TRAD.

SF/20026.06858-17

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 35, DE 2020

(nº 445/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

DESPACHO: À CRE.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS**, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Os méritos da Senhora **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00114/2020 MRE

Brasília, 31 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS**, conselheira do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República do Burkina Faso.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004168/2020-36

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 465/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS, Conselheira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Burkina Faso.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 14/08/2020, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2062592** e o código CRC **F2738C10** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004168/2020-36 SEI nº 2062592

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRA DO QUADRO ESPECIAL *ELLEN OSTHOFF FERREIRA DE BARROS*
CPF.: 221.082.891-00
ID.: 7734 MRE

1957	Filha de Linton Ferreira de Barros e Aida Osthoff Ferreira de Barros, nasce em 19 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1978	Ciências Econômicas/UERJ
1988	CAD - IRBr
2018	CAE - IRBr: Gestão consular brasileira no exterior: diagnóstico, formação de pessoal e propostas
Cargos:	
1980	Terceira-secretária
1982	Segunda-secretária
1990	Primeira-secretária
2000	Conselheira
2015	Conselheira do Quadro Especial
Funções:	
1980	Divisão de Privilégios e Imunidades
1982	Divisão de Energia e Recursos Minerais
1985	Consulado-Geral em Los Angeles
1986	Divisão de Cooperação Intelectual
1990	Departamento Cultural
1991	Embaixada em Tóquio
1992	Embaixada em Buenos Aires
1995	Secretaria de Planejamento Diplomático
1997	Embaixada em Madri
2000	Embaixada em La Paz
2003	Consulado-Geral em Chicago
2006	Licença Extraordinária
2010	Secretaria de Estado
2012	Embaixada em Basseterre
2014	Consulado-Geral em Los Angeles
2018	Consulado-Geral em Montevidéu
Condecorações:	
2015	Ordem de Rio Branco, grau de Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

BURKINA FASO



Maio de 2020

SUMÁRIO

RELAÇÕES POLÍTICAS 3
Cooperação técnica 3
RELAÇÕES ECONÔMICAS 4
Comércio 4
Produtos de defesa 4
ASSUNTOS CONSULARES 4
Presidências de Sankara e Compaoré (1983-2014) 5
Renúncia de Compaoré (2014) 5
Eleições gerais de 2015 6
Início da Presidência de Roch Kaboré 6
Grupos radicais islâmicos armados 6
Conflitos interétnicos 7
Novo Gabinete 7
Eleições 2020 7
Instituições 7
África ocidental 8
G5 Sahel e combate ao terrorismo 8
França 9
Europa 9
Estados Unidos 9
China 10
Ouro 11
Algodão 11
Finanças 11
Políticas fiscal e monetária 12
Moeda comum “eco” 12
Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) 12
Efeitos da crise da COVID-19 12

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta em 1960. Em 1975, estabeleceu relações diplomáticas com o país, que adotaria o nome Burkina Faso em 4 de agosto de 1984. O relacionamento bilateral intensificou-se na década de 2000, especialmente após a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2007) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009). A I Reunião da Comissão Mista Bilateral teve lugar em Brasília, em junho de 2010. Em junho de 2013, realizou-se, também em Brasília, reunião do Comitê de Acompanhamento da I Sessão da Comissão Mista.

O Presidente burkinabé veio ao Brasil em setembro de 2003. O Presidente do Brasil, por sua vez, visitou Uagadugu em outubro de 2007. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burkina Faso fez visita ao Brasil em 2008 e 2009. Nas duas ocasiões, reuniu-se em diferentes Ministérios e conheceu a sede da Embrapa.

Cooperação técnica. A iniciativa brasileira de maior relevo na área de cooperação técnica ocorre no âmbito do chamado "Cotton 4", grupo de países africanos produtores de algodão que se organizaram para pressionar os Estados Unidos a reduzirem os subsídios a sua produção cotonífera, responsáveis por distorções significativas no mercado internacional.

O projeto de cooperação **"Cotton 4 + Togo"**, que, além do Burkina Faso, beneficia Benin, Chade, Mali e Togo, tem como meta fortalecer a produção cotonífera nesses países por intermédio de investimentos em sementes e capacitação profissional, bem como pela adaptação das variedades de algodão desenvolvidas pela Embrapa às condições de solo e clima africanos.

A primeira etapa do projeto encerrou-se em 2013. Uma segunda etapa do projeto foi assinada em dezembro de 2014 e está em fase final de implementação. A segunda etapa incluiu em suas atividades a questão da segurança alimentar, promovendo o aumento não apenas da qualidade e da quantidade do algodão, mas também da produção de alimentos, por meio da rotação de culturas.

Mais recentemente, o governo burkinabé solicitou **cooperação para o combate a doença que afeta as plantações de manga**, cultura da qual dependem 17 mil pequenos agricultores e que fornece um dos principais produtos de exportação do Burkina Faso. A manga é importante complemento à alimentação de parcela expressiva da população e seu cultivo gera empregos em sua cadeia produtiva direta e na agroindústria. As seis províncias produtoras de manga registram incidência (variando de 42% a 86% da área cultivada, a depender da província) da seca da mangueira. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coordenou, em junho de 2019, visita ao país de pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa, com a finalidade de identificar e isolar o vírus que provoca a seca da mangueira no Burkina Faso, com técnica semelhante à desenvolvida no Brasil. O projeto segue em curso e também houve missão burkinabé ao Brasil, em dezembro de 2019, para agenda de campo nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Embora não haja histórico de investimentos brasileiros no Burkina Faso, as relações comerciais passaram por um período de diversificação nos últimos anos, com a exportação de produtos brasileiros com maior valor agregado. As exportações burkinabés têm sido menos significativas, exceto em 2014, quando o Brasil importou quantidade maior de algodão, levando ao único superávit burkinabé na balança comercial bilateral nos últimos 15 anos.

Comércio. O comércio bilateral, embora reduzido, é caracterizado por amplo saldo favorável ao Brasil. De 2005 e 2010, as exportações brasileiras eram dominadas por produtos primários (principalmente açúcar, além de café, pimenta, chocolate e papelão) e alguns poucos produtos industrializados (maquinário agrícola e geradores elétricos).

Em 2011, a venda aviões Super Tucano da Embraer foi responsável pelo maior fluxo de comércio dos últimos 15 anos, alcançando quase USD 50 milhões de dólares. Entre 2011 e 2019, a pauta exportadora passou a ser dominada por itens industrializados (aviões, tratores agrícolas, maquinário para mineração, ônibus, armas e pneus), ainda que tenham sido relevantes o petróleo e produtos agropecuários (arroz, pimenta, chocolate e carnes).

Em 2019, a pauta exportadora brasileira para o Burkina Faso incluiu, principalmente, petróleo, pneumáticos, espingardas e carabinas, ônibus e veículos para transporte de mercadorias, entre outros itens. As exportações brasileiras totalizaram USD 7,3 milhões.

Produtos de defesa. A Força Aérea do Burkina Faso utiliza três aviões Super Tucano, entregues pela Embraer em 2011. A compra das aeronaves criou oportunidades para empresas brasileiras do setor de defesa que, desde então, vêm estabelecendo canais de contato com o governo burkinabé, a fim de aproveitar oportunidades que possam surgir nessa área.

ASSUNTOS CONSULARES

Os cerca de 50 brasileiros residentes no Burkina Faso são, em sua grande maioria, missionários cristãos acompanhados de suas famílias. Com a deterioração da segurança no país, alguns missionários baseados em povoados no interior passaram a se concentrar nas duas principais cidades: Uagadugu e Bobo Dioulasso. Vários deles partiram ao Brasil ainda antes da eclosão da crise sanitária da COVID-19.

POLÍTICA INTERNA

O Burkina Faso é habitado por maioria étnica mossi, com grupos significativos de fulanis (também chamados de fulas) e outras etnias (gurma, bobo, gurunsi, senufo e bissa, para citar algumas). O país tem maioria mulçumana sunita (cerca de 60% da população), mas também conta com parcelas significativas de católicos (20%) e animistas (15%).

O norte do território burkinabé é caracterizado por clima mais seco e paisagem dominada pelas estepes do Sahel, enquanto o centro e o sul são marcados por savana úmida entrecortada por quatro afluentes do rio Volta (Mouhoun, Nazinon, Nakambé e o Oti). Os franceses conquistaram o então território mossi em 1896. A região integrou a administração colonial sob a denominação "Alto Volta". Ao se tornar independente, em 1960, o país manteve o nome colonial, mudado em 1984 para Burkina Faso (cujo significado é "terra do povo íntegro", com elementos de três das línguas mais importantes do país, mossi, diula e fula).

O primeiro presidente do Alto Volta independente foi Maurice Yaméogo, destituído pelo Coronel Sangoulé Lamizana em 1966. Lamizana permaneceu no poder até 1980, quando foi também destituído pelo Coronel Saye Zerbo, que, por sua vez, foi substituído dois anos depois pelo Major Jean-Baptiste Ouédraogo, removido do poder em 1983 pelo Capitão Thomas Sankara.

Presidências de Sankara e Compaoré (1983-2014). Em 1983, Thomas Sankara e Blaise Compaoré fizeram parte do movimento que assumiu o poder e mudou o nome do país. Entre 1983 e 1987, Sankara presidiu o Burkina Faso e adotou política interna que denominou revolucionária e anti-imperialista. No âmbito externo, defendeu o pan-africanismo e aderiu ao movimento dos não-alinhados.

Em 1987, novo movimento terminou com a morte de Sankara e a ascensão de Blaise Compaoré à Presidência. Nos 27 anos em que foi chefe de estado, Compaoré adotou reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial e pelo FMI, além de política externa alinhada às potências ocidentais.

Depois de assumir em 1987, Compaoré venceu as eleições presidenciais de 1991, 1998, 2005 e 2010. Em 2000, dispositivo constitucional passou a estabelecer limite de dois mandatos presidenciais sucessivos de cinco anos. A Corte Constitucional burkinabé considerou que o novo regulamento não poderia ser aplicado retroativamente e autorizou Compaoré a apresentar candidatura nas eleições de 2005 e de 2010.

Renúncia de Compaoré (2014). Em outubro de 2014, Compaoré encaminhou à Assembleia Nacional do Burkina Faso projeto de emenda constitucional que reformaria o dispositivo aprovado em 2000 e passaria a permitir novas reeleições presidenciais. Reações sociais adversas, que incluíram protestos maciços, provocaram a renúncia de Blaise Compaoré em 31/10/2014.

O Tenente-Coronel Yacouba Isaac Zida, segundo na hierarquia do Regimento de Segurança Presidencial (RSP), foi reconhecido pelos militares como Presidente interino em 1º de novembro. Em 17 de novembro, um civil, Michel Kafando, diplomata de carreira, foi escolhido para substituir Zida no cargo de Presidente interino e, empossado no dia seguinte, nomeou o Tenente-Coronel Primeiro-Ministro.

Em setembro de 2015, soldados do RSP tomaram como reféns, no Palácio Presidencial, o Presidente Michel Kafando e o Primeiro-Ministro Isaac Zida. O *putsch* foi desbaratado devido à

intensa mobilização da população burkinabé e à enérgica condenação da comunidade internacional, à qual se juntou o Brasil. Em outubro, o Presidente Kafando, por ocasião da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, agradeceu enfaticamente aos Estados-Membros da ONU, organizações da sociedade civil e jornalistas o apoio recebido durante os momentos de tensão. Afirmou que o povo do Burkina Faso estaria profundamente grato e pediu o apoio continuado da comunidade internacional à consolidação da democracia em seu país.

Eleições gerais de 2015. Em 5 de novembro de 2015, na sessão do Conselho Nacional de Transição que versou sobre a reforma constitucional, foram tomadas medidas como a abolição do Senado (cuja criação, nunca implementada, fora decidida no governo Compaoré), a possibilidade de os cidadãos de recorrerem ao Conselho Constitucional e a aceitação de candidatos independentes para todas as eleições.

Nas eleições gerais de 29 de novembro de 2015, Roch Kaboré, do Movimento do Povo pelo Progresso (MPP), sagrou-se vitorioso na disputa pela Presidência da República, ainda no primeiro turno, com 53,5% dos votos. Em declaração à imprensa, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, saudou a realização pacífica das eleições burkinabés, sublinhando a elevada participação popular no processo eleitoral, sobretudo de mulheres. Em 30 de dezembro do mesmo ano, foi instalada a nova Assembleia Nacional, com a consequente extinção do Conselho Nacional de Transição. Na ocasião, o MPP anunciou a formação de uma coalizão parlamentar ("Burkindlim") de sete partidos, garantindo maioria ao bloco presidencial no legislativo.

Início da Presidência de Roch Kaboré. O Presidente Kaboré tomou posse em 29/12/2015, com a promessa de retomar o desenvolvimento social e promover a estabilização democrática do país. Em janeiro de 2016, o economista Paul Kaba Thieba foi nomeado Primeiro-Ministro. Thieba acumulava experiência em bancos de fomento ao desenvolvimento e propôs o Programa Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PNDES). Thieba seria substituído por Christophe Joseph Marie Dabiré em janeiro de 2019.

Grupos radicais islâmicos armados. A queda de Muammar Gaddafi na Líbia, em 2011, causou onda de instabilidade e expansão da área de atuação de movimentos islâmicos radicais no continente africano, especialmente na área do Sahel. O Burkina Faso foi um dos países que passaram a sofrer com atentados terroristas organizados por esses grupos, que chegaram através das fronteiras com o Mali e o Níger.

Os primeiros ataques em solo burkinabé ocorreram em 2015, na região saheliana do país. Em janeiro de 2016, terroristas invadiram o Hotel Splendid, no centro de Uagadugu, em ação que acabou com 30 mortos e 71 feridos. O ataque na capital ocorreu apenas duas semanas depois da posse do Presidente Kaboré. Soldados burkinabés cedidos a missões da ONU foram repatriados. Também em 2016, foi fundado "Ansar-ul-Islam lil-Ichad wal Jihad" (IRSAD), primeiro grupo radical armado de orientação islâmica burkinabé, liderado pelo clérigo mulçumano Boureima Dicko, cuja proposta era expulsar os estrangeiros do país e estabelecer reino fula. O grupo, radicado na região de Soum (fronteira com o Mali) e ligado à organização Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, realizou pelo menos 78 ataques desde 2016.

Atuam no Burkina Faso grupos radicais armados como a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), o Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine e o Katiba Macina, a maioria originada em países vizinhos ou em outras regiões. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao

Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também atua na região. A maioria desses grupos deriva seus recursos da prática de sequestros, do tráfico de drogas e de armas e dos tributos cobrados às populações das comunidades por eles dominadas, além de receber apoio financeiro internacional de indivíduos e entidades extremistas.

Os ataques no país têm como característica peculiar a frequente ausência de reivindicação de autoria ou motivação, diferentemente de outros locais, em que grupos terroristas organizados assumem as ações. Esse fato vem gerando não apenas dificuldades no combate à ameaça terrorista, mas também conflitos étnicos e suspeitas de que, além de terroristas, haja outros grupos criminosos que tentam tirar proveito da crise securitária.

Em 2017, o governo lançou importante contraofensiva militar, com apoio de soldados da Operação Barkhane, da França. O IRSAD foi atingido e forçado a se dispersar, especialmente com a morte de Boureima Dicko. A estratégia militar teve sucesso imediato, mas, em resposta, os terroristas organizaram duas ações armadas em Uagadugu: em agosto de 2017, o alvo foi um café frequentado por estrangeiros; em março de 2018, a Embaixada da França foi atacada.

A partir de setembro de 2018, os ataques, antes limitados a algumas regiões do país e a alvos civis em Uagadugu, espalharam-se pelo norte e pelo leste, atingindo alvos militares. Registraram-se atentados à bomba e ações envolvendo comboios de carros e camionetes fortemente armados.

Conflitos interétnicos. Em meio aos conflitos, emergiram também hostilidades entre os fulas ou fulanis (etnia de pastores nômades) e outras etnias camponesas, principalmente os fulses, os mossis, os songais e os gurmas, grupos agricultores sedentários. Em Yirgou, na noite de Ano Novo de 2018-2019, houve massacre atribuído aos fulas em aldeia mossi. Seguiu-se retaliação por milícia de autodefesa rural mossi contra grupos fulanis. Como consequência, milhares de pessoas deixaram a região, no leste do país, com medo de novos conflitos. Outros episódios semelhantes foram registrados ao longo de 2019.

Novo Gabinete. Em janeiro de 2019, em meio à crise securitária e à emergência dos conflitos interétnicos, o Presidente Kaoboré nomeou Christophe Dabiré Primeiro-Ministro. Dabiré fora Ministro da Saúde (1992-1997) e do Ensino Secundário, Superior e da Pesquisa Científica (1997-2002), além de deputado (1997-2007), tendo presidido a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional na legislatura 2002-2007. Foi também Comissário do Burkina Faso na Comissão da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), no período 2007-2017.

Eleições 2020. As próximas eleições gerais – incluindo o pleito presidencial e as votações para a Assembleia Nacional – estão previstas para novembro de 2020.

Instituições. O Burkina Faso é uma república semipresidencialista unitária. Desde a aprovação de dispositivo constitucional específico no ano 2000, o Presidente é eleito para mandato de cinco anos e pode se reeleger uma única vez. A Carta de 1991 assegura o sufrágio universal e o multipartidarismo. O Parlamento é unicameral. Os 127 parlamentares que o compõem são eleitos por um sistema de representação proporcional para um período de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

O Burkina Faso é membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), onde tem se destacado como importante mediador político, e da União Africana. Integra também a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), com sede em Uagadugu e cujos participantes adotam o franco CFA como moeda comum. Tendo em vista a importância da ajuda externa no contexto burkinabé, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista técnico, o país também dedica especial atenção ao relacionamento com entidades e países doadores de recursos.

África Ocidental. O Burkina Faso cultiva boas relações com os vizinhos. Disputa de fronteira com o Mali foi solucionada na década de 1980. Côte d'Ivoire, Togo e Gana estão entre os principais parceiros comerciais e alguns milhões de burkinabés vivem e trabalham no território marfinense, especialmente em plantações de cacau.

Além de integrar a União Africana, o Burkina Faso é membro da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne os países cuja moeda é o franco CFA da África Ocidental. No âmbito da CEDEAO, o país tem-se destacado como mediador em conflitos internos nos demais países membros. Atuou, por exemplo, em crises observadas em Níger, Mali e Togo, entre outros. Desempenhou importante papel também no desfecho da primeira guerra civil da Côte d'Ivoire, encerrada com a assinatura do Acordo Político de Uagadugu, em março de 2007.

G5 Sahel e combate ao terrorismo. Criada em 2014, a iniciativa G5 Sahel reúne Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. Com sede na capital da Mauritânia, surgiu com o propósito de coordenar esforços de contenção do terrorismo na região e promover o desenvolvimento. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com 5 mil efetivos e sete batalhões (dois do Mali e dois do Níger, além de um batalhão de cada um dos demais). O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante da deterioração da situação na área de segurança na fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel em setembro de 2019, na qual os líderes do grupo lançaram apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os esforços regionais de reação contra o terrorismo.

Posteriormente, no âmbito da CEDEAO, alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa ocidental africana, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Em setembro de 2019, pouco depois do encontro do G5 Sahel, realizou-se em Uagadugu Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado da CEDEAO sobre Terrorismo. Na ocasião, os chefes de estado expressaram a necessidade de que a Comunidade demonstre liderança na luta contra o terrorismo na África Ocidental.

Em fevereiro de 2020, diante da deterioração das condições de segurança na região do Sahel, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas naquela área a fim de reagir aos avanços terroristas.

No contexto da atual crise securitária no Sahel, a tríplice fronteira entre Burkina Faso, Mali e Níger transformou-se num grande foco de atuação terrorista no continente africano. Cabe

ressaltar que o Burkina Faso possui minas de ouro situadas a poucos quilômetros da fronteira malinesa.

França. A presença francesa no Burkina Faso é notável e diversa. Há aproximadamente 45 filiais de empresas francesas no país em setores variados, como o agrícola, o agroindustrial, de transportes e de serviços (bancos, seguradoras etc.). Aproximadamente 3.500 franceses vivem em território burkinabé e mais de 250 ONGs francesas atuam no país africano. Destaca-se também número significativo de escolas francesas no país e a cooperação prestada no campo educacional: cerca de 100 bolsas de estudo são concedidas anualmente a estudantes burkinabés. Os dois países mantêm iniciativas de cooperação nas áreas cultural e científica. A França é um dos principais parceiros comerciais e mantém programas de assistência técnica ao Burkina Faso. As reservas internacionais burkinabés são, em grande medida, depositadas no banco central francês, devido à política pela qual o banco central do franco CFA, com sede em Dacar, Senegal, mantém as reservas regionais na França, que, por sua vez, garante a convertibilidade da moeda comum da África Ocidental em euros.

O Burkina Faso constitui parceiro de importância estratégica da França na África. Ao lado dos demais países do G5 Sahel, acolhe uma das bases descentralizadas da Operação Barkhane, lançada pelo governo francês em agosto de 2014 para colaborar com o combate ao terrorismo no Sahel.

Em 13 de janeiro de 2020, o Presidente da França, Emmanuel Macron, recebeu os chefes de estado dos países do G5 Sahel na cidade Pau, nos Pireneus franceses. Na Cúpula de Pau, os presidentes africanos reiteraram o interesse em contar com o apoio francês no combate ao terrorismo no Sahel. Os participantes acordaram nova iniciativa política e militar para a região, denominada "Coalizão Sahel". A coalizão tem como objetivo intensificar o combate ao terrorismo a partir de perspectiva que não se limite à esfera militar. A iniciativa tem quatro eixos: luta contra o terrorismo (por meio de tropas de combate); fortalecimento dos recursos militares dos países da região; controle territorial e oferta de serviços públicos nas regiões conflagradas; e assistência ao desenvolvimento.

Outros países europeus. Recentemente, autoridades de diferentes países europeus reiteraram a notícia de que enviarão nova força militar ao Sahel, a Força-Tarefa Takuba. Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estônia, França, Países Baixos, Portugal e Suécia já se comprometeram a enviar soldados, mas ainda não está claro qual será o efetivo total da força-tarefa. A expectativa é de chegada das tropas ainda em 2020. Em 2021, a força estaria em plena capacidade de operar.

A Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, visitou Uagadugu em 1º de maio de 2019 e anunciou ajuda de 46 milhões de euros (USD 51,4 milhões) ao Burkina Faso, para projetos relativos à segurança no norte e no leste do país e diferentes ações para beneficiar as populações nessas regiões. Foi a primeira visita de um chanceler alemão ao Burkina Faso. A viagem ocorreu no contexto de um périplo de Merkel pelos países do G5 Sahel. O governo alemão também se comprometeu a apoiar o Burkina Faso no treinamento e no fornecimento de equipamentos para as forças de defesa e segurança burkinabés.

Estados Unidos. O Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) mantém base permanente em Uagadugu desde o início da década. Em fevereiro de 2020, realizou o exercício militar multinacional Flintlock, do qual participou o Burkina Faso. A operação visava a fortalecer as capacidades operacionais dos países africanos na luta contra o terrorismo.

China. Em 24 de maio de 2018, o Burkina Faso decidiu pelo restabelecimento de relações com Pequim, cortando os laços que mantinha com Taipé. Em abril de 2020, o governo chinês anunciou que enviaria equipe médica ao Burkina Faso, entre outros países, para ajudar no combate à emergência sanitária internacional relativa à COVID-19.

ECONOMIA

O setor primário é responsável por 35% do PIB do Burkina Faso. Manganês, calcário, mármore sal e ouro são os principais recursos minerais de que o país dispõe. A mineração aurífera, em particular, tem experimentado crescimento significativo e é encarada pelo governo como alternativa ao setor algodoeiro. O setor secundário contribui com 25% do PIB e consiste basicamente em indústrias de processamento de minérios e manufaturas simples. Comércio e transportes são os principais segmentos da área de serviços no país. Em seu conjunto, o setor terciário é responsável por cerca de 40% das riquezas produzidas.

Cerca de 65% da população têm menos de 25 anos e apenas um terço é alfabetizado. A renda per capita é de pouco mais de US$ 700. Aproximadamente 80% da população sobrevivem da agricultura de subsistência ou da venda de algodão e gado. Estima-se que somente 26% dos habitantes do país vivam em áreas urbanas.

O crescimento econômico sob a Presidência de Kaboré foi de cerca de 6% ao ano nos primeiros quatro anos de mandato. Apesar de o país enfrentar desafios na área de segurança, a atividade econômica foi impulsionada pelo setor de serviços, particularmente nas áreas de telecomunicações e serviços financeiros e devido à organização de eventos internacionais, como o Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Uagadugu (FESPACO na sigla em francês), a Feira Internacional de Artes e Artesanato (SIAO) e o "Tour du Faso", competição de ciclismo. O crescimento econômico também foi apoiado pelo dinamismo contínuo no setor de mineração e a recuperação da produção agrícola. No entanto, a economia burkinabé sofre com as oscilações do mercado mundial de produtos primários. O país não conta com acesso ao mar e dispõe de infraestrutura limitada, o que faz com que o transporte represente até 60% do custo das mercadorias.

Ouro. A produção de ouro, com grande número de produtores individuais e artesanais, passou a liderar a pauta de exportação do país, correspondendo a 80% do valor total exportado. A alta na produção nos últimos anos mudou o perfil da balança comercial, que passou a ser levemente superavitária, e Suíça e Índia passaram a figurar como os principais importadores.

Algodão. O Burkina Faso é um dos maiores produtores de algodão ao sul do Saara, com um recorde de cerca de 700 mil toneladas produzidas em 2006. A maior parte da produção destina-se a mercados externos. Safras ruins em anos recentes (média de 400 mil toneladas anuais) tiveram grande impacto na economia burkinabé. O país ressente-se da falta de sistemas de irrigação, os quais poderiam evitar ou ao menos mitigar os problemas decorrentes das secas.

Finanças. O pequeno setor financeiro do país consiste, principalmente, em bancos comerciais e instituições microfinanceiras. Devido aos limitados recursos de capital, o governo burkinabé tem procurado atrair investimento estrangeiro direto. A maior parte dos investimentos é de origem francesa, mas pode-se perceber o aumento da presença de outros sócios no país. Por exemplo, o Burkina Faso é o terceiro maior destino dos investimentos canadenses no continente africano – sobretudo no setor mineral –, atrás apenas de África do Sul e Gana.

Política fiscal e monetária. O Governo Kaboré investiu na modernização da administração aduaneira e tributária, com vistas a poder aumentar seus gastos em programas de redução de pobreza e segurança.

O país integra a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), que reúne outros sete países cuja moeda comum é o franco CFA da África Ocidental (Benin, Côte d'Ivoire, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau). A política monetária do grupo é determinada pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO, com sede em Dacar), que prioriza o combate à inflação e mantém fixa a taxa de câmbio do franco CFA com relação ao euro.

O Burkina Faso depende da ajuda internacional para manter seu orçamento. Cerca de 40% do orçamento do Estado são financiados com recursos provenientes da chamada "ajuda ao desenvolvimento" oriunda dos países industrializados.

Moeda comum "eco". Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização, incluindo o Burkina Faso, reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020. Caso seja de fato implementado, o eco deverá substituir o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar. Alguns países defendem a adoção de regime cambial fixo, enquanto outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de iniciar o projeto por meio da UEMOA e apenas em um segundo momento incluir os demais países da CEDEAO.

Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Até o momento, 54 países africanos assinaram o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA) – a única exceção é a Eritreia – e 28 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA poderá criar um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Contudo, ainda não foram decididas as modalidades para a liberalização do comércio.

O Burkina Faso assinou o Acordo para a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África (ZLCCA) em 21 de março de 2018 e depositou o instrumento de ratificação em 29 de maio de 2019. A economia burkinabé depende fortemente das exportações de ouro e algodão. A dinamização do comércio regional poderia proporcionar melhora nas conexões logísticas para exportações e importações, com diminuição do preço do frete, algo fundamental para país sem acesso ao mar,

Efeitos da crise da COVID-19. Não há clareza, ainda, a respeito do impacto econômico da emergência sanitária internacional da COVID-19 sobre o Burkina Faso. É possível que a demanda mundial por ouro não diminua, o que garantiria boa parte das exportações burkinabés. Ainda assim, as instituições financeiras internacionais preveem redução do crescimento para patamar em torno de 2% este ano. O FMI ofereceu empréstimo de USD 115 milhões ao Burkina Faso em abril de 2020.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ROCH KABORÉ



Nascido em Uagadugu em 25 de abril de 1957 (63 anos), casado e pai de três filhos, o atual Presidente burkinabé graduou-se em Economia da Universidade de Dijon, na França. Obteve, em 1979, mestrado em Ciências Econômicas e, em 1980, diploma de estudos superiores especializados em Administração. Voltou ao país e dirigiu, de 1984 a 1989, o Banco Internacional do Volta (BIV), posteriormente Banco Internacional do Burkina Faso (BIB). Em setembro de 1989, sob a Presidência de Blaise Compaoré, foi nomeado Ministro dos Transportes e Comunicações. Foi eleito deputado em 1992, sendo reeleito em 1997, 2002 e 2007. De junho de 1992 a setembro de 1993, foi Ministro das Finanças e do Planejamento e, de setembro de 1993 a março de 1994, foi Ministro das Relações com as Instituições. Em 20 de março de 1994, foi nomeado Primeiro-Ministro, cargo que deixou em 6 de fevereiro de 1996, tornando-se Consultor Especial do Presidente Compaoré. Em julho de 1997, foi eleito Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional, ocupando o cargo por meio de reeleição até junho de 2002. Em agosto de 1999, Kaboré foi eleito Secretário Nacional do Congresso para Democracia e Progresso (CDP), sendo nomeado Presidente do partido em 2003. Foi eleito Presidente da Assembleia Nacional em 2002 e reeleito em 2007. Em janeiro de 2014, ingressou no Movimento Popular para o Progresso (MPP), sendo então eleito presidente do partido. Concorreu a eleição presidencial de 2015 pelo MPP. Foi eleito Presidente em 1º de dezembro de 2015, com 53,49% dos votos.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, ALPHA BARRY



Nascido em 1º de janeiro de 1970 (50 anos) na Costa do Marfim, Alpha Mamadou Barry é formado em jornalismo e desde 12 de janeiro de 2016 ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Enquanto atuava como jornalista, foi correspondente da "Radio France Internationale" (RFI) no Burkina Faso, Níger, Costa do Marfim e Nigéria, correspondente do jornal France 24 e da Reuters Television, além de colaborador da revista Jeune Afrique.

MAPA


Argélia
Mali
Mauritânia
África
Níger
Senegal
BURKINA FASO
Guiné
Nígéria
Costa do Marfim
Libéria
Gana
Camarões
Oceano Atlântico
Equador
Gabão
MALI
Niger
NIGER
Ouahigouya
Kaya
Dédougou
OUAGADOUGOU
Koudougou
Fada-Ngourma
Tenkodogo
Mouhoun
Bobo-Dioulasso
Tena Kourou
Banfora
GANA
BENIN

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Burkina Faso
Gentílico:	Burkinabé
Capital:	Uagadugu
Área:	274.200 km²
População (FMI, 2019):	20,326 milhões de habitantes
Idiomas:	Francês (oficial) e línguas regionais (Jula e Morê são as principais)
Principais religiões (2006):	Islamismo (60%); Catolicismo (20%); Religiões africanas (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (unicameral - 127 assentos)
Chefe de Estado:	Presidente Roch Marc Christian Kaboré
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Christophe Joseph Marie Dabiré
Chanceler:	Alpha Barry
PIB (FMI, est. 2019):	US$ 14,59 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US$ 42,22 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	US$ 717,96
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	US$ 2,08 mil
Variação do PIB (FMI):	2% (est. 2020); 6% (est. 2019); 5,9% (2018); 6,4% (2017); 5,9% (2016); 3,9% (2015); 4,3% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0.434 (182º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,303
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,2 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	34,6%
Índice de desemprego (BM, 2019):	6,1%

Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixadora do Burkina Faso:	Aminata Congo Sana
Embaixadora em Uagadugu:	Regina Célia de Oliveira Bittencourt
Comunidade brasileira estimada	50

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Burkina Faso	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan – abr)**
Intercâmbio	**5.620**	**21.536**	**909**	**1.262**	**9.943**	**10.941**	**7.311**	1.197
Exportações	5.607	3.371	893	1.262	9.895	10.941	7.306	1.187
Importações	13	18.164	16	0	48	-	4	9
Saldo	**5.595**	**-14.893**	**877**	**1.262**	**9.847**	**10.941**	**7.302**	**1.178**

EMBAIXADA DO BRASIL EM UAGADUGU

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA BITTENCOURT

O Burkina Faso (antigo Alto Volta) conquistou a independência da França em 5 de agosto de 1960. Durante os anos 1970 e 1980, o país passou por um período de instabilidade, com repetidos golpes militares. No início dos anos 1990, a situação muda, com a realização de eleições multipartidárias. O Burkina Faso é um país sem acesso ao mar, de escassos recursos naturais, porém de importância estratégica no contexto da sub-região da África Ocidental. Faz fronteira com o Mali no Noroeste, Níger no Nordeste, Benin no Sudeste, Togo no Sudeste, Gana no Sul e Côte d'Ivoire no Sudoeste. Nos últimos cinco anos, observou-se o transbordamento da crise do Mali para este país, com o aumento progressivo das atividades dos terroristas e o alastramento para outros países da região.

2. Blaise Compaoré tomou o poder em 15 de outubro de 1987, e é suspeito de ter mandado assassinar seu antecessor e irmão de armas, Thomas Sankara, que, por sua vez, havia ascendido ao poder mediante a revolução de 1983. Sankara se definia como marxista e realizou mudanças estruturais no país. Ele foi o responsável por alterar o nome de Alto Volta para Burkina Faso, composto de duas palavras dos idiomas moré e dioula, expressão que significa "terra dos homens honestos". A memória de Sankara permanece viva na juventude burkinabé, mas também de modo geral na África, o que o tornou um ícone, um "Che Guevara africano".

3. O ano de 2014, que coincide com minha chegada ao país, constitui ponto de inflexão na história recente do Burkina Faso, ocasião em que o então Presidente Blaise Compaoré, há 27 anos no poder, inicia manobras para concorrer a mais uma reeleição. O que veio a seguir foi uma insurreição popular, que iniciou-se em 28 de outubro de 2014 com uma série de protestos, manifestações e tumultos que se espalharam por várias cidades de todo o país. Essas manifestações tiveram início em resposta à apresentação de emenda constitucional que permitiria que o presidente Blaise Compaoré concorresse a um quinto mandato. A Assembleia Nacional é incendiada e Blaise Compaoré se vê forçado a renunciar e refugiar-se na

Costa do Marfim com o apoio da França e do presidente marfinense Alassane Ouattara.

4. Houve, então, um vazio de poder, pois seu sucessor legal, o Presidente da Assembléia Nacional, Adolphe Luc Tiao, também havia deixado o país. Inicialmente, o general Honoré Traoré, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tenta assumir as funções de Chefe de Estado, com a promessa de realizar eleições o mais breve possível. No entanto, é rejeitado por parte da população que o considera muito próximo ao governo anterior. Em 1º de novembro de 2014, o Tenente-Coronel Yacouba Isaac Zida, número 2 do Regimento de Segurança da Presidência (RSP) se autoproclama Chefe de Estado durante discurso na Praça da Nação. Não obstante, as pressões da comunidade internacional para a formação de um governo civil fez com que em 17 de novembro de 2014, o diplomata aposentado Michel Kafando fosse nomeado presidente. Kafando nomeia então Yacouba Isaac Zida como Primeiro-Ministro.

5. O ano de 2015 marcou o turbulento período do governo de transição, cuja principal missão era organizar as eleições gerais, previstas para 11 de outubro daquele ano. A constante interferência do RSP, atuando como uma espécie de guarda pretoriana de Blaise Compaoré, e cujo quartel se encontrava dentro do complexo do Palácio Presidencial de Kossyam, foi causa de várias crises. O regimento composto de 1.300 homens era uma tropa de elite bem treinada, detentora de melhores salários e modernos armamentos do que as forças regulares. Com Zida no poder, tinham a expectativa de ter seus interesses assegurados. Isso não ocorreu, pois Zida tinha ambições próprias.

6. Em 17 de setembro de 2015, durante reunião do Conselho de Ministros, oficiais do RSP invadiram o Palácio e mantiveram como reféns o Presidente Michel Kafando, o Primeiro Ministro Yacouba Isaac Zida e os ministros da Função Pública, Augustin Loada, e do Urbanismo, René Bogoro. Ademais, declararam a dissolução do governo de transição. O General Gilbert Dienderé, antigo homem de confiança de Blaise Compaoré, apresentou-se como líder dos golpistas e presidente do "Conselho Nacional pela Democracia". O “putsch” provocou a condenação unânime da comunidade internacional, o Conselho de Segurança da ONU, a União Africana, a União Europeia e a Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), que exigiram a libertação de Kafando e de seu gabinete. O incidente ocorre duas semanas antes das eleições presidenciais e legislativas no país, marcadas para 11 de outubro.

7. Após cerca de duas semanas de intensas negociações, o golpe de Estado foi abortado. O Comandante do Estado Maior das Forças Armadas, Pingrenoma Zagré, na ocasião recusou-se a se posicionar firmemente contra os golpistas. No entanto, jovens oficiais das forças das províncias decidiram reagir e dirigiram-se à capital para combater os golpistas. Finalmente, o Comando de Uagadugu decidiu dar um ultimato aos golpistas e bombardearam o quartel do RSP. Advertidos pelo general Dienderé do ataque iminente, fugiram. O episódio encerrou-se com a prisão do General Dienderé e de Djibril Bassolet (ex-Chanceler do governo Compaoré), entre outros, tidos como responsáveis pelo golpe. O primeiro Conselho de Ministros após o restabelecimento do governo de transição decreta a dissolução do RSP e a integração de seus efetivos nas forças regulares.

8. Em razão do "putsch" de setembro, as eleições gerais foram postergadas de 11 de outubro para 29 de novembro de 2015. O governo de transição, mediante dispositivo legal, interditou a participação no pleito do antigo partido no poder, o Congresso para a Democracia e o Progresso (CDP). Roch Marc Christian Kaboré (ex-presidente do CDP, e que havia ocupado vários cargos importantes no governo anterior), chegou a ser considerado eventual sucessor de Blaise Compaoré, rompeu com o ex-presidente, e, em janeiro de 2014, junto com Salif Diallo e Simon Compaoré, dois experientes políticos, todos afastados do núcleo de poder, fundou o partido Movimento do Povo pelo Progresso (MPP). Kaboré foi eleito Presidente no primeiro turno, com 53,49% dos votos. O segundo colocado foi Zéphirin Diabré, ex-líder da oposição no governo Compaoré, pelo partido União pelo Progresso e a Mudança ("Unión pour le progrès et le changement-UPC), com 29,65% dos votos.

9. Roch Marc Christian Kaboré tomou posse em 29 de dezembro de 2015 e, em 6 de janeiro de 2016, escolheu para Primeiro Ministro Paul Kaba Thieba, um economista que ocupou postos importantes no Banco Central dos Estados da África do Oueste (BCEAO), tendo residido muitos anos no exterior. Thiéba foi escolhido pelas suas qualificações para ser o encarregado do Plano nacional de desenvolvimento econômico e social (PNDES), ambicioso programa de desenvolvimento do governo de Roch Kaboré.

10. Não obstante, a questão securitária impôs-se desde o início do novo governo, com o ataque ao Splendid Hôtel, o bar Taxi Brousse, e o Café Cappuccino, todos na Avenida Kwame Nkrumah, Centro de Ouagadougou, em 15 de janeiro de 2016,

reivindicado pela Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, que causou 30 mortos e 150 feridos, pouco mais de uma semana após a nomeação do novo governo. O terrorismo se tornaria um problema recorrente ao longo do mandato do Primeiro-Ministro de Thiéba. Em 15 de agosto de 2017, ocorre outro ataque, dessa feita ao Café Aziz Istanbul, na mesma Avenida central de Ouagadougou, com o saldo de 19 mortos. Em 2 de março de 2018, ocorreram dois ataques terroristas coordenados, também na zona central de Uagadugu: 1) ao Estado Maior das Forças Armadas, onde se realizaria uma reunião dos comandantes da forças armadas do G5 Sahel; e 2) Embaixada de França. Foram abatidos sete atacantes.

11. Além dos atentados na capital, tornaram-se regulares a tomada de reféns pelos terroristas. Ao norte e a leste do país, os ataques passaram a ocorrer com frequência. Ademais, as tensões étnicas e represálias por ataques jihadistas resultaram em violência adicional, cujo caso emblemático foi o Massacre de Yirgou, em que a morte de seis civis da etnia mossi, atribuídas a jihadistas fulani, em 1º de janeiro de 2019, desencadeou represálias de milicianos mossi com o massacre de 43 civis fulani em 2 de janeiro de 2019 (números oficiais conservadores, pois fala-se de pelo menos cem pessoas mortas no incidente).

12. O Global Power Index (GPI) 2020, que classifica o poder militar das forças armadas de países no mundo, publicado anualmente pela Global Fire Power (GFP), é um website dos EUA especializado em questões de defesa, e informa este ano sobre o poder militar de 138 países ao redor do mundo, incluindo 35 na África. De acordo com essa fonte, o Burkina Faso encontra-se na 18ª posição na África e 97ª no mundo, à frente de países como a Côte d'Ivoire e Ghana, segundo os critérios da GFP. O Burkina Faso conta com um efetivo 11.200 militares e um orçamento de USD 130 milhões. As forças armadas de Burkina Faso compreendem o exército, a força aérea, a gendarmeria, o corpo de bombeiros nacional, e o Estado Maior das Forças Armadas. O Burkina Faso não tem acesso ao mar, e não possui marinha.

13. A política externa burkinabé caracteriza-se por forte pragmatismo e por ações que visam a ganhos econômicos. Exemplo ilustrativo disso foi o rompimento com Taiwan, em 2018, e o restabelecimento de relações com a República Popular da China que, na avaliação do governo, traria maiores benefícios ao país. Burkina Faso conta, ainda, com um grupo de países que são "parceiros econômicos e financeiros (PTFs)" tendo como um de seus maiores doadores a União Europeia (EU).

Preocupa de modo especial aos europeus o fato de o Burkina Faso ser um dos principais países de trânsito da região na rota dos migrantes que chegam à costa europeia pela rota do Mediterrâneo Central. Além disso, há uma estreita cooperação militar com a França e com os Estados Unidos, países com grande interesse no combate ao terrorismo. O Burkina Faso mantém estreitas relações com os países africanos, em especial os vizinhos. Na questão das votações em eleições nas organizações multilaterais, buscam coordenar-se com os outros países do continente.

14. No plano interno, houve importante mudança no governo, em janeiro de 2019, quando Paul Kaba Thieba pediu demissão do governo e Christophe Marie-Joseph Dabiré foi escolhido pelo Presidente para assumir o cargo. Com 71 anos, o novo Primeiro-Ministro é um político experiente, ex-membro do CDP e que participou do governo de Blaise Compaoré como Ministro da Saúde (1992-1997), depois do Ensino Secundário e Superior e da Investigação Científica (1997-2000). Posteriormente, tornou-se o comissário de Burkina-Faso na Comissão da UEMOA (2007-2017). Dabiré tem sido mais bem sucedido que seu predecessor, sobretudo nas negociações com os sindicatos que estavam tumultuando o país com suas constantes greves e reivindicações.

15. Fenômeno relativamente recente é a questão dos deslocados internos ("deplacés"), que atualmente atingiu a cifra de um milhão de pessoas. Menos visíveis que os fluxos migratórios clássicos, esses movimentos de população têm repercussões importantes sobre o meio ambiente social e econômico local. Os deslocados internos muitas vezes encontram-se em uma situação ainda mais crítica do que os expatriados, porque, ao contrário desses, não podem ter acesso ao "status" de refugiados, e, portanto, não são protegidos pelo direito internacional, recebendo pouca atenção da mídia. Além da falta de recursos e de autonomia, essas populações encontram-se muitas vezes socialmente excluídas nos territórios onde pretendem instalar-se e são particularmente destituídas, em face das desigualdades e das injustiças de que podem ser vítimas

16. Em 9 de março de 2020, ocorreram os primeiros casos de COVID-19 no Burkina Faso, o quarto país da África Ocidental a ter sido afetado pelo novo coronavírus. O governo não tardou a tomar medidas para conter a pandemia: fecharam-se fronteiras, assim como escolas, mercados, cinemas, restaurantes, bares e lugares concorridos; impôs-se um toque de recolher das 19 às 5 horas; o transporte público no

interior do país foi suspenso; e restringiu-se a circulação entre cidades com casos confirmados de COVID-19. Igualmente, foram proibidas aglomerações com mais de 50 pessoas. Paralelamente, o sistema de saúde foi reforçado. As medidas tomadas lograram frear o avanço da pandemia do COVID-19 no país. O governo também preocupou-se em tomar medidas com vistas a preservar a atividade econômica do país

17. Segundo previsões do Ministério da Economia, o COVID-19 deverá custar quatro pontos de crescimento ao Burkina Faso para o ano de 2020. As consequências esperadas da pandemia sobre a economia do país são a redução da taxa de crescimento de 6% para 2% em 2020, a baixa das receitas públicas estimada em F CFA 306 bilhões (equivalentes a USD 533,1 milhões), ou seja, um déficit orçamentário de 5% e uma desaceleração geral das atividades econômicas em todos os setores. O Presidente Kaboré criou um fundo de emergência de F CFA 100 bilhões (equivalentes a USD 174,2 milhões).

18. O Burkina Faso, como a maior parte dos países do espaço União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), goza de um ambiente macroeconômico estável. O país é razoavelmente bem dotado de recursos minerais, notadamente ouro, manganês, zinco, calcário, mármore, fosfato, pedra-pome e sal. No entanto, carece de petróleo, e, portanto, deve importar a totalidade do que consome, o que constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento. Além disso, seus recursos hídricos são limitados, assim como outras fontes de energia.

19. Nos últimos anos, o Burkina Faso vem investindo na energia solar, com grande potencial para impulsionar o desenvolvimento do país, sobretudo na medida em que a tecnologia evolui e a exploração dessa fonte energética se torna mais acessível. Além do uso individual de placas solares nas residências, cumpre ressaltar projetos de centrais solares em maior escala, tais como as Centrais de energia solar Ziga de 1,1 MW e Zagtouli de 33 MW. Essa última foi inaugurada em 29 de novembro de 2017 pelo Presidente do Faso, Roch Marc Chritian Kaboré, e seu homólogo francês, Emmanuel Macron. Segundo especialistas, é considerada a maior usina solar fotovoltaica da África Ocidental, e é resultado de uma parceria entre o Burkina Faso, a União Europeia (UE) e a França, por meio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

20. A população do Burkina Faso está atualmente estimada em cerca de 20 milhões de habitantes. A maior parte concentra-se nas regiões centro e sul do país. A capital e maior cidade

é Uagadugu (Uaga), com 1,8 milhão de habitantes. A população burkinabé é sobretudo rural (71%) e cerca de 31% é urbana. O Burkina Faso tem uma estrutura de idade jovem, resultado do declínio da mortalidade combinado com uma fertilidade elevada e estável. O país continua com um rápido crescimento populacional, o que coloca uma pressão crescente sobre as limitadas terras aráveis do país. Mais de 65% da população tem menos de 25 anos e o crescimento populacional é de 3% ao ano. As taxas de mortalidade diminuíram devido à melhoria dos cuidados de saúde e de higiene, mas as mulheres continuam a ter uma média de seis filhos.

21. A economia burkinabé não logra gerar suficientes empregos para a crescente população jovem, havendo um percentual de desempregados de cerca de 70%. O Burkina Faso é um país em desenvolvimento, em que a agricultura representa 32% do produto interno bruto e emprega 80% da população ativa. A criação de gado, e plantações como algodão, sorgo, milhete, milho, amendoim, arroz, manga e caju, constituem as principais atividades. O país foi o segundo produtor africano de algodão depois do Egito, apesar da aridez do solo. Não obstante, hoje ocupa a terceira posição na África Ocidental, em que o Benim é o primeiro produtor, e o segundo, o Mali. Outro importante produto de exportação é o ouro. O Burkina Faso produzia menos de uma tonelada por ano no início de 2000, mas, atualmente, a produção do país continua a crescer: de 32 t em 2014, aumentou para 35 t em 2015, 38,5 t em 2016, 45,6 t em 2017 e 52,66 t em 2018 (sem contar a produção artesanal que, segundo as autoridades, ascende a cerca de 10 t). Trata-se na atualidade do primeiro produto de exportação burkinabé, sendo o país o terceiro produtor na África, depois de Gana e da África do Sul. Há vários investimentos estrangeiros no setor, no qual se destacam os canadenses.

22. O Burkina Faso conta com uma diáspora significativa: três milhões de burkinabé vivem em Gana, quatro milhões na Costa do Marfim e 1,5 milhão no Sudão (números estimados). De acordo com o Banco Central dos Estados da África Ocidental, esses migrantes enviam dezenas de bilhões de francos CFA para o Burkina Faso a cada ano. A Costa do Marfim continua sendo o principal destino da imigração burkinabé. Por outro lado, o Burkina Faso atrai migrantes da Costa do Marfim, Gana e Mali, países com os quais, muitas vezes, compartilham origens étnicas comuns. Apesar da escassez de alimentos e da alta taxa de pobreza, o Burkina Faso tornou-se um destino para refugiados nos últimos anos e, em maio de 2017, abrigava cerca de 33.500 malineses. Recentemente, no

entanto, com o aumento dos ataques terroristas ao norte, vários refugiados malinenses estão deixando o país.

23. No que tange às relações bilaterais, o Brasil reconheceu a independência do antigo Alto Volta (atual Burkina Faso) em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas em 1975. Essas relações, no entanto intensificaram-se apenas a partir da década de 2000, com a abertura da Embaixada do Brasil em Uagadugu (2008) e da Embaixada do Burkina Faso em Brasília (2009).

24. O Burkina Faso é um país extremamente dependente da ajuda externa. O Brasil, no âmbito da sua Cooperação Sul-Sul prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tem assistido o país através de projetos de promoção da segurança alimentar e de combate à pobreza, tais como o "Fortalecimento Institucional do Laboratório Nacional de Saúde Pública de Burkina Faso" e o "Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burkina Faso", ambos encerrados em 2017. Em dezembro de 2019, o Brasil atendeu à demanda do governo burkinabé, feita por carta a mim dirigida pelo Ministro do Ensino Superior, da Pesquisa Científica e da Inovação, Alkassoum Maiga, datada de dezembro de 2017, pela qual solicitou apoio técnico brasileiro ao combate à doença da seca da mangueira. Nesse contexto, foi realizada missão de técnicos e pesquisadores deste país à Universidade Federal de Viçosa, custeada pelo governo brasileiro. No plano regional, o Burkina Faso, juntamente com Mali, Benim, Chade, e Togo, foi um dos beneficiários do Projeto Cotton-4+Togo de cooperação técnica com a finalidade de melhorar e aumentar a produção algodoeira nesses países (em fase de conclusão).

25. O comércio bilateral entre o Brasil e o Burkina Faso apresenta fluxo irregular, com períodos de trocas mais expressivas e épocas de baixa movimentação, mas sempre com superávit brasileiro. Em 2019, esse superávit comercial foi de USD 7,3 milhões. As importações representam parcela pequena das trocas comerciais e têm perfil variável. Em 2019, foram importados, principalmente, produtos primários e manufaturados, como artigos confeccionados a partir de materiais têxteis, e obras de ferro, ou de outros metais; já em 2020, as importações se têm concentrado, principalmente, na compra de ácidos carboxilícos e seus anidridos, peróxidos, perácidos e derivados.

26. As exportações apresentam valores mais expressivos e há potencial para expansão. O auge das exportações para o Burkina Faso nos últimos cinco anos ocorreu em 2018, com um

total de USD 10,9 milhões em vendas, de acordo com dados do ComexStat; em 2020, as exportações somam, até o momento, USD 3,5 milhões. A pauta de vendas tem sido composta, sobretudo, por equipamentos e instalações de engenharia civil, óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) e armas e munições, cujas vendas representam, porém, apenas cerca de 10% a 15% das exportações. A porcentagem pode ser considerada baixa, pois, em razão da luta contra a expansão do terrorismo no Burkina Faso, há potencial para crescimento da participação desse setor no comércio bilateral.

27. As possibilidades de aumento das exportações no setor de defesa são notáveis pela observação das principais vendas feitas pelo Brasil ao Burkina Faso nos últimos anos. Após a compra dos três Super Tucanos por este país em 2012, foram vendidos, ainda, foguetes da Avibras Indústria Aeroespacial S/A e estão em curso negociações pela ATECH, empresa do Grupo Embraer, para a venda de radares.

28. No plano da diplomacia cultural, importante elemento de "soft power", as restrições orçamentárias, e falta de recursos humanos, impossibilitou a realização de atividades de divulgação da cultura brasileira por muitos anos. Esse quadro mudou nos últimos anos, em que foi possível o desenvolvimento de projetos como a exibição, em 5 de novembro de 2019, Dia Nacional da Língua Portuguesa, em telão instalado nos jardins da Residência, do documentário "Língua: vidas em português", seguido de coquetel para um grupo de pessoas que falam o idioma português neste país (diplomatas estrangeiros, funcionários da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), de Guiné Bissau, e, evidentemente, membros da comunidade brasileira). Nos dias 6, 7 e 9 de novembro, a Embaixada do Brasil promoveu festival de cinema intitulado "Panorama do Cinema Brasileiro", no Instituto Francês de Uagadugu, em que foram exibidos cinco filmes do acervo da Chefe do Posto. No próximo dia 18 de setembro corrente, na galeria do Instituto Francês, será inaugurada a exposição de fotografias de Pierre Verger, de quando visitou este país (então Alto Volta) em 1936. Há a expectativa de que a exposição organizada pela Embaixada seja um dos grandes eventos do calendário cultural de Uagadugu em 2020, sendo, inclusive, a capa da programação cultural do Instituto Francês para o segundo semestre.

29. O Burkina Faso ressente-se da falta de um acordo de cooperação educacional com o Brasil, pois há um grande interesse de alguns burkinabé em realizar seus estudos no

Brasil, sobretudo no setor da agricultura e pecuária. Em 2010, tiveram início negociações para a celebração de um Acordo de Cooperação Educacional no campo do Ensino Superior entre o Brasil e o Burkina Faso. Em 2015, fui informada de que o texto base das negociações estava com a Chancelaria burkinabé para análise e eventuais contrapropostas. Solicitei entrevista com o setor competente, que dias depois enviou à Embaixada o texto com as modificações sugeridas pelos burkinabé. A contraproposta burkinabé foi então enviada ao Itamaraty que, por sua vez, encaminhou-a ao Ministério da Educação.

30. A falta de acordo educacional dificulta, mas não impede, que alguns poucos burkinabé logrem estudar no Brasil. Tive contato com grupo de professores da Universidade Federal de Pernambuco que estudaram na França e visitaram a Embaixada em companhia de alguns franceses. Graças a essa cooperação acadêmica, estudantes burkinabé em nível de doutorado foram enviados ao Brasil, com financiamento do governo francês, para desenvolver pesquisas relacionadas a teses de doutorado. Por outro lado, um grupo de 10 alunos, em 2017, recebeu bolsa de estudo da UNILAGOS, mediante convênio entre essa Instituição de Ensino Superior e o Centro de Assistência e Formação Integral (CAFI), entidade missionária que atua em Bobo Dioulasso. Os oito alunos que permaneceram no programa (houve duas desistências) estarão concluindo seus estudos de graduação em 2021 e deverão regressar ao Burkina Faso.

31. Seria de todo interessante se o Burkina Faso pudesse participar do Programa de Estudante Convênio (Graduação e Pos-Graduação), no sentido da "promoção do Brasil como destino acadêmico" e de "atração de estudantes estrangeiros", para atender ao desejo do MEC de incluir novos participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), o que, ademais, vem a "colaborar com os esforços de internacionalização do ensino superior brasileiro" e ocupar vagas ociosas no âmbito do Programa.

32. O Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Ouagadougou (Festival Panafricain du Cinéma et de la Télévision de Ouagadougou - FESPACO) é o festival de cinema mais importante da África Ocidental e tem lugar a cada dois anos. O prêmio principal é a famosa estatueta de Yennenga, a princesa que fundou a nação mossi. Atores e cineastas brasileiros assistiram ao evento em diferentes ocasiões. Na 26ª edição (2019), esteve presente o diretor Joel Zito Araújo, que, com seu documentário "Meu amigo Fella", mereceu o prêmio de melhor documentário longa metragem da diáspora. O FESPACO

representa oportunidade de divulgação do cinema brasileiro no continente africano e mereceria maior apoio no sentido de promover a participação de cineastas brasileiros, sobretudo afrodescendentes.

33. Na minha gestão, fiz questão de conhecer e manter contato com a grande maioria dos brasileiros residentes. A comunidade brasileira radicada no Burkina Faso tem sido a prioridade do atendimento da Embaixada, que, embora sem muitos recursos, tem-se desdobrado para prover a melhor assistência possível. O grupo de brasileiros no Burkina Faso é, em sua maioria, composto de missionários cristãos e suas famílias. Em 2017, eram cerca de 70 pessoas, atualmente reduzido a pouco mais de 20. Vários fatores induziram a essa drástica redução: o aumento dos ataques terroristas e seu avanço ao norte e leste do território burkinabé, inicialmente, fez com que alguns dos missionários baseados em povoados no interior do país se deslocassem para as duas principais cidades (Uagadugu e sobretudo Bobo Dioulasso). Alguns mudaram-se para países vizinhos. Mas, com o início da crise do COVID-19, algumas famílias tiraram férias prolongadas no Brasil ou foram repatriadas. Esses últimos pretendem retornar ao Burkina Faso, ao final deste ano (após as eleições) ou no início de 2021.

34. Ao longo dos seis anos como Embaixadora em Uagadugu, por várias vezes, mencionou-se a hipótese de fechamento de embaixadas que supostamente não proporcionassem retornos financeiros ao País, possivelmente resultando em prejuízos intangíveis a médio e longo prazo, pois relações diplomáticas são medidas por meio de outros resultados: a obtenção de apoio em negociações cruciais para o país, a obtenção de um contrato numa licitação internacional, conquistar votos em uma eleição de cargo em organismo internacional, defesa e proteção de cidadãos brasileiros, entre outros. O Brasil chegou a ser o quinto país em presença (embaixadas) na África. Hoje, com atraso, Índia e Turquia avançam no continente africano e conquistam mercados e projeção internacional. Estaríamos, caso vença o argumento do fechamento de embaixadas, não apenas destruindo um patrimônio construído ao longo dos anos, mas, evidentemente, caminhando na contramão.

35. Concluo o meu relatório com três recomendações: i) Ampliar a cooperação com o Burkina Faso, que, ao longo dos anos, foi-se reduzindo consideravelmente até chegar à situação atual, em que é inexistente. A cooperação implica não apenas em transferir conhecimento, em alguns casos tem

possibilitado o aprendizado sobre pragas que também existem no Brasil; ii) É preciso fazer conhecer a África. Há um grande desconhecimento deste continente e de suas potencialidades. Muitas pessoas se recusam a vir à África simplesmente por não estarem familiarizados com a realidade local, a riqueza cultural deste continente; e iii) O Brasil precisa realizar maiores esforços de acercamento dos países africanos: em recente consulta feita à Embaixada, verificou-se, por exemplo, a inexistência de um grupo parlamentar de amizade entre o Burkina Faso e o Brasil. É preciso, também, promover visitas de autoridades em nível adequado.

10

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 44, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Antonio Anastasia

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20393.81338-36

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SF/20393.81338-36

Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasceu a 26 de junho de 1960 em Nitéroi, no Estado do Rio de Janeiro.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1982, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991 e o Curso de Altos Estudos em 2005, cujo trabalho final foi intitulado "O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil". Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2015.

No Brasil, exerceu diversos cargos, entre eles, o de Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, de 2013 a 2017.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas do Brasil: em Moscou, de 1986 a 1989; em Madri, de 1989 a 1991; em Paris, duas vezes, de 1995 a 1998 e de 2008 a 2011; em Montevidéu, de 1998 a 2001; e em Londres, de 2003 a 2008. É o Embaixador do Brasil no Suriname desde 2017.

Foi agraciado com cinco condecorações nacionais e duas estrangeiras.

Sobre o Irã, destacamos as seguintes informações.

A República Islâmica do Irã, cuja capital é Teerã, possui área de 1,648 milhão de quilômetros quadrados e população de 84 milhões de habitantes. O idioma oficial é o *farsi* (persa) e a religião de 89% dos iranianos é o islamismo xiita.

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi de 458,5 bilhões de dólares e o PIB em paridade de poder de compra *per capita* foi de 17.662 dólares.

Também em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Irã totalizou 2,326 bilhões de dólares. As exportações brasileiras somaram 2,210 bilhões de dólares, e as importações brasileiras, 116 milhões de dólares, resultando em um saldo amplamente favorável ao Brasil de 2,094 bilhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou milho, soja e carne e importou adubos.

Em 2018, o Governo dos Estados Unidos retirou-se do acordo nuclear com o Irã e reimpôs duras sanções econômicas ao país, que prejudicam seu comércio exterior e dificultam, inclusive, as transferências bancárias realizadas por empresas e bancos brasileiros que fazem negócios com os iranianos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20393.81338-36

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 5

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 44/2020 - J. LAUDEMAR A.-IRÃ

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 44/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20393.81338-36

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 44, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SF/20393.81338-36

Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasceu a 26 de junho de 1960 em Nitéroi, no Estado do Rio de Janeiro.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1982, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991 e o Curso de Altos Estudos em 2005, cujo trabalho final foi intitulado "O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil". Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2015.

No Brasil, exerceu diversos cargos, entre eles, o de Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, de 2013 a 2017.

No exterior, serviu nas seguintes Embaixadas do Brasil: em Moscou, de 1986 a 1989; em Madri, de 1989 a 1991; em Paris, duas vezes, de 1995 a 1998 e de 2008 a 2011; em Montevidéu, de 1998 a 2001; e em Londres, de 2003 a 2008. É o Embaixador do Brasil no Suriname desde 2017.

Foi agraciado com cinco condecorações nacionais e duas estrangeiras.

Sobre o Irã, destacamos as seguintes informações.

A República Islâmica do Irã, cuja capital é Teerã, possui área de 1,648 milhão de quilômetros quadrados e população de 84 milhões de habitantes. O idioma oficial é o *farsi* (persa) e a religião de 89% dos iranianos é o islamismo xiita.

Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi de 458,5 bilhões de dólares e o PIB em paridade de poder de compra *per capita* foi de 17.662 dólares.

Também em 2019, o intercâmbio comercial entre Brasil e Irã totalizou 2,326 bilhões de dólares. As exportações brasileiras somaram 2,210 bilhões de dólares, e as importações brasileiras, 116 milhões de dólares, resultando em um saldo amplamente favorável ao Brasil de 2,094 bilhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou milho, soja e carne e importou adubos.

Em 2018, o Governo dos Estados Unidos retirou-se do acordo nuclear com o Irã e reimpôs duras sanções econômicas ao país, que prejudicam seu comércio exterior e dificultam, inclusive, as transferências bancárias realizadas por empresas e bancos brasileiros que fazem negócios com os iranianos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20393.81338-36

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2020

(nº 499/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

DESPACHO: CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 499

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de setembro de 2020.

EM nº 00111/2020 MRE

Brasília, 28 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004086/2020-91

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 520/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/09/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2097518** e o código CRC **ABBB146D** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004086/2020-91 SEI nº 2097518

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO*
CPF.: 627.606.027-53
ID.: 8278 MRE

1960	Filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasce em 26 de junho, em Nitéroi/RJ
Dados Acadêmicos:	
1991	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr: O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil
Cargos:	
1982	CPCD - IRBr
1983	Terceiro-secretário
1987	Segundo-secretário
1994	Primeiro-secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de segunda classe, por merecimento
2015	Ministro de primeira classe
Funções:	
1984-86	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
1986-89	Embaixada em Moscou, terceiro e segundo-secretário
1989-91	Embaixada em Madri, segundo-secretário
1991-93	Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor
1993-94	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1994-95	Divisão de Organismos Internacionais, chefe, Substituto
1995-98	Embaixada em Paris, primeiro-secretário
1998-01	Embaixada em Montevidéu, primeiro-Secretário
2001	Secretaria-Geral, adjunto do Gabinete
2001-03	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, chefe de gabinete
2003-08	Embaixada em Londres, conselheiro e ministro-conselheiro
2008-11	Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2011-13	Comitê Nacional da Rio+20 (CNORIO20)
2013-17	Prefeitura do Rio de Janeiro, Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito
2017-	Embaixada em Paramaribo, embaixador
Condecorações:	
1991	Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial
2010	Medalha Mérito Santos Dumont
2013	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2014	Ordem de Leopoldo, Bélgica, Oficial
2019	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II

IRÃ





MAÇO INFORMATIVO
Maio de 2020

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Islâmica do Irã
CAPITAL:	Teerã
ÁREA:	1.648.000 km²
POPULAÇÃO:	84 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Farsi (persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã xiita (89%); islã sunita (9%); baha'ismo (0,5%); cristianismo (0,17%); zoroastrismo (0,07%); judaísmo (0,04%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Consultiva Islâmica Unicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO:	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Hassan Rouhani (desde 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Mohammad Javad Zarif (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US$ 458,5 bilhões

(2019):	
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 1,47 trilhão
PIB *PER CAPITA* (2019):	US$ 5,506
PIB PPP *PER CAPITA* (2019):	US$ 17,662
VARIAÇÃO DO PIB:	-3,61% (2019), -1,48% (2018); 4,3% (2017); 13,4% (2016); -1,3% (2015); 4,3% (2014); -1,9% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO — IDH (2018):	0,798 (60ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	76,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	84,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018):	14,28 %
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iraniano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM TEERÃ:	Embaixador Rodrigo Azeredo dos Santos (desde janeiro de 2017)
EMBAIXADOR DO IRÃ EM BRASÍLIA:	Embaixador Houssein Gharibi (desde março de 2020)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 180

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ US$ milhões (fonte: MDIC)											
Brasil → Irã	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Intercâmbio	883	971	1.849	1.237	2.367	1.618	1.669	2.311	2.600	2.298	2.326
Exportações	869	968	1.838	1.218	2.332	1.609	1.666	2.232	2.559	2.258	2.210
Importações	13	3	11	19	35	9	3	79	41	40	116
Saldo	855	965	1.827	1.199	2.297	1.601	1.663	2.153	2.518	2.218	2.094

APRESENTAÇÃO

O Irã tem fronteiras, ao norte, com Armênia, Azerbaijão e Turcomenistão; a leste, com Afeganistão e Paquistão; e a oeste, com Iraque e Turquia. São, portanto, sete vizinhos imediatos, sem contar aqueles que dividem com a nação iraniana o espaço do Mar Cáspio e do Golfo.

Orgulhoso de sua rica história milenar, incluindo a formação de, ao menos, quatro grandes impérios (Aquemênida, Parto, Sassânida e Safávida), o Irã vê-se como herdeiro e representante da sofisticada civilização persa, bem como o principal expoente do islã xiita.

O país tem 35% de sua população composta por minorias étnicas (curdos, azeris, árabes e balúchis, entre outros), relativamente bem integradas na sociedade. A Constituição do Irã reconhece como minorias religiosas os judeus, os cristãos e os zoroastras, aos quais é concedida ampla liberdade de culto. O idioma nacional é o farsi, herdado de seu passado persa, mas escrito em caracteres árabes, fruto da islamização do país há quatorze séculos.

O território atualmente ocupado pelo Irã é habitado desde os tempos pré-históricos. Em 1.500 a.C, aproximadamente, fixaram-se no planalto iraniano vários tribos arianas de origem indo-europeia, provenientes da Ásia Central, entre as quais se destacavam os medos e os persas.

Em 555 a.C., Ciro, deu início à insurreição contra o rei dos medos, vencendo-o e reunindo sob sua soberania a Pérsia e a Média. O conquistador persa foi o primeiro rei aquemênida e adotou ambiciosa política expansionista. Como resultado dessas conquistas, os aquemênidas passaram a dominar vasta área, que ia do Vale do Indo ao Mar Negro, incluindo a Palestina e o Egito. Tratou-se do maior império da época.

Alexandre, o Grande, conquistou a Pérsia, em 331 a.C., acrescentando-a a seu vasto império. Após sua morte, o território persa foi dividido entre seus generais. Essa partilha, que envolveu disputas e litígios, enfraqueceu progressivamente a Pérsia, deixando-a vulnerável e preparando terreno para invasões que ocorreriam mais tarde, inclusive romanas. Nascia, assim, o Império Sassânida, terceira grande dinastia iraniana, considerada a "era de ouro" dos persas, uma vez que o período teve papel determinante na consolidação da identidade nacional.

Os sassânidas falavam o idioma pahlavi, ancestral do farsi moderno, e promoveram um modelo de governo baseado no zoroastrismo, uma das mais antigas religiões monoteístas da humanidade. Os imperadores sassânidas fizeram uso de seu poder absoluto para criar uma hierarquia clerical a serviço do Estado, em um modelo bastante semelhante ao adotado pela atual República Islâmica.

A conquista da Pérsia por árabes muçulmanos, entre 641 e 651, levaria à sua integração, como província, ao califado Omíada, com sede em Damasco, e, a partir de 750, ao califado Abássida, com sede em Bagdá. Apesar da dominação árabe, houve frutífero intercâmbio entre as duas culturas. No século X, registrou-se, inclusive, renascimento da literatura persa, especialmente poesia. Nessa época, surgiu a escrita farsi, misto de letras e gramática árabes, com resquícios consistentes do milenar idioma pahlavi.

Entre os séculos XV e XVIII, a Pérsia passou a ser dominada pelos safávidas. O fundador dessa dinastia, Ismail I, adotou o título de Xá (1501), iniciando a reunificação dos pequenos Estados persas. Os safávidas proclamaram o islã xiita como a religião oficial e, através do proselitismo e da força, converteram a população a essa confissão religiosa.

Ao longo do século XVIII, diversas dinastias dominaram a Pérsia, terminando pelo estabelecimento da dinastia Qajar, que permaneceria no poder até 1925. A modernização do Irã, iniciado pelo qajares, levou à criação de escolas, à abertura de estradas, à introdução do telégrafo e do sistema postal. Para executar esses projetos, entretanto, o país tomou empréstimos vultosos no exterior e vendeu a concessão de serviços essenciais a potências estrangeiras, o que arruinou as finanças nacionais. A situação financeira do país viu-se agravada pelo estilo de vida da corte, baseado na ostentação e no luxo exacerbado.

A aparente corrupção da dinastia Qajar e submissão à exploração de potências estrangeiras levou a população às ruas, o que culminou na Revolução Constitucional (1905-1911). A Revolução Constitucional levou ao estabelecimento de um parlamento (Majlis) na Pérsia e promoveu a elaboração de uma constituição (1906) que limitava os poderes do soberano.

Em 1925, tem início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder, autoritário e centralizador, solicitou formalmente à comunidade internacional, representada à época pela Liga das Nações, que o nome do país passasse a ser Irã ("terra dos arianos"). Durante o governo de Reza Pahlavi, foi criado o primeiro exército nacional iraniano.

A afinidade ideológica de Reza Pahlavi com a Alemanha Nazista durante a II Guerra Mundial fez com que o Reino Unido e a União Soviética invadissem o Irã em 1941, com o objetivo de assegurar o acesso aos recursos petrolíferos locais. Os então aliados forçaram o xá a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi ("o último xá"), que era visto como um governante que lhes seria mais favorável.

No final dos anos 40, o movimento nacionalista ganha força entre a população e no parlamento iraniano, que começam a exigir uma divisão mais igualitária dos lucros da extração do petróleo nacional. O político Mohammad Mosaddegh se destaca nesse período. Jurista, escritor e parlamentar, Mosaddegh se torna Primeiro Ministro em 1951.

Um dos eventos mais emblemáticos da história moderna do Irã se dá quando, em 1951, o movimento liderado por Mohammad Mosaddegh nacionaliza a indústria do petróleo. Incapazes de negociar uma solução de compromisso, o governo britânico embarca em uma guerra comercial contra o Irã, impondo sanções e boicotes internacionais ao país. Incapazes de demover Mosaddegh, o Reino Unido pede apoio aos EUA, que patrocinam, em 1953, o primeiro golpe de Estado em país estrangeiro por meio da CIA (Central Intelligence Agency). O golpe remove Mosaddegh do poder (Operação Ajax).

Em 1963, o xá lançou um programa de reformas e modernização no país que ficou conhecido como Revolução Branca. O clérigo Khomeini, então exilado, e outros teólogos islâmicos denunciaram essas reformas como uma "ocidentalização" do Irã por um líder despótico, especialmente no que se referia aos direitos concedidos às mulheres iranianas, como o direito a ocuparem cargos públicos e políticos e a trabalharem como juízas de direito. O reinado do xá torna-se progressivamente ditatorial.

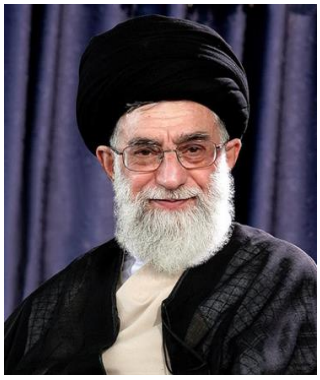
Em 1979, o aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio, para dar início à Revolução Islâmica. Apoiada, na sua fase inicial, pela maioria da população e por diferentes facções ideológicas, a revolução provocou a fuga do xá Mohammad Reza Pahlavi para os EUA e a instalação do aiatolá Khomeini como líder supremo do país. Estabeleceu-se, em seguida, uma república islâmica, com leis conservadoras inspiradas na xaria, o rígido código legal e moral do Islã, sob controle do clero xiita ortodoxo. Os governos iranianos pós-revolucionários passaram a criticar abertamente o ocidente e os EUA. Qualquer oposição interna ao regime conservador dos aiatolás passou a ser duramente reprimida, o que causou desilusão em parcelas da população inicialmente engajadas nessa nova alternativa política, sobretudo a intelectualidade.

O regime de Teerã passou a apoiar grupos militantes antiocidente, com base no conceito de "exportação da revolução". Entre 1980 e 1988, o Irã e o Iraque enfrentaram-se em guerra desgastante e cruel provocada pelos iraquianos, decididos a combater a expansão da revolução e convencidos de que a República islâmica estava vulnerável. Bagdá contou com apoio ocidental.

No plano interno, as crescentes diferenças entre o estamento clerical ortodoxo e as facções ideológicas de vanguarda, que inicialmente apoiaram a revolução islâmica, deram origem ao atual embate entre reformistas e conservadores, que passaram a se enfrentar na esfera política, sobretudo após a morte do aiatolá Khomeini, em 1989.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AIATOLÁ ALI-HOSEINI KHAMENEI
LÍDER SUPREMO



Nascido em Mashhad, em 1939. Em 1957, ingressou no seminário islâmico de Najaf (Iraque). De 1958 a 1964, cursou jurisprudência e filosofia no seminário islâmico da cidade iraniana de Qom, principal centro de estudos religiosos do xiismo persa, e teve como professor e mentor intelectual o Aiatolá Ruhollah Khomeini, futuro líder da Revolução Islâmica de 1979. Em 1962, Khamenei juntou-se ao Movimento Islâmico de Khomeini, que se opunha às políticas pró-americanas e ocidentalizantes do Xá Mohammad Reza Pahlavi.

Khamenei tornou-se, por decreto de Khomeini, membro do Conselho Revolucionário Islâmico, composto por importantes personalidades, entre elas Shahid ("mártir") Mottahari, Shahid Beheshti e Hashemi Rafsanjani. Após a Revolução Islâmica, foi Vice-Ministro da Defesa e supervisor da Guarda Revolucionária Islâmica por breve período.

Ocupou os cargos de deputado eleito pelo distrito de Teerã (1980); representante de Khomeini no Conselho Supremo de Segurança Nacional (1981); presidente eleito da República Islâmica e Presidente do Departamento Cultural do Conselho Supremo da Revolução (1982); presidente do Conselho de Discernimento (1988); chefe do Comitê de Revisão Constitucional (1989); e Líder Supremo da República Islâmica do Irã, por escolha da Assembleia dos Sábios, após a morte do Aiatolá Khomeini (1989).

HASSAN ROUHANI
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em 1948, na vila de Sorkheh, província de Semnan. Político da ala reformista, formou-se em direito pela Universidade de Teerã (1972). É mestre (1995) e doutor (1999) em direito pela Universidade Caledoniana de Glasgow. Detém o título de "hojatoleslam" (“autoridade no islã”, título imediatamente inferior ao de aiatolá – “sinal de Deus”) e é um "mujtahid" (estudioso do islã capaz de interpretar a sharia). Participou de manifestações contra o xá e, por volta de 1978, juntou-se ao grupo de Khomeini, em Paris.

Após a Revolução Islâmica, foi eleito para o Parlamento (1980-84) e reeleito quatro vezes (1984-2000). Em seus últimos dois mandatos, foi vice-presidente do Parlamento. Na sequência da ascensão de Ali Khamenei ao cargo de líder supremo (1989), passou a integrar o Conselho Supremo de Segurança Nacional (CSSN), como secretário e representante do líder, cargo ao qual renunciou em 2005, após a eleição de Mahmoud Ahmadinejad. Na condição de secretário do CSSN, esteve por mais de uma década e meia incumbido da formulação da política nucelar iraniana, e entre outubro de 2003 e agosto de 2005 ocupou o posto de alto negociador para o dossiê nuclear.

Em 1991, foi nomeado para o Conselho de Discernimento. Desde 1992, preside o Centro de Pesquisas Estratégicas, "think-tank" subordinado ao Conselho de Discernimento, que realiza estudos sobre política externa, relações internacionais, economia e cultura. É membro da Assembleia dos Sábios desde 2000 (foi reeleito em 2006 e em 2016). A Assembleia é formada por 88 "mujtahids", cuja função é avaliar o desempenho do líder supremo e, em caso de falta, escolher seu substituto.

Elegeu-se presidente do Irã em 14 de junho de 2013 e obteve a reeleição em 19 de maio de 2017. Mesmo em acirrada disputa com o campo conservador, venceu ambos os pleitos no primeiro turno.

MOHAMMAD JAVAD ZARIF
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Nascido em 1960, em Teerã. Graduou-se em Relações Internacionais na Universidade Estadual de São Francisco, tendo vivido durante muitos anos nos Estados Unidos. Concluiu Doutorado em Direito Internacional e Política pela Universidade de Denver. Foi professor de direito internacional na Universidade de Teerã e é autor de diversos artigos sobre desarmamento, direitos humanos, direito internacional e conflitos regionais.

Foi Representante Permanente Alterno de seu país junto à ONU, entre 1989 e 1992, e, entre 1992 e 2000, ocupou o cargo de Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros para Assuntos Jurídicos e Internacionais. Em 2000, atuou como Presidente da Reunião Preparatória Asiática para a Conferência Mundial sobre o Racismo e também como Presidente da Comissão das Nações Unidas para o Desarmamento. De 2002 a 2007, foi Representante Permanente junto à ONU.

É considerado experiente negociador. Foi Vice-Presidente da Universidade Islâmica Azad (2010-2012) e, até sua nomeação como Chanceler, em agosto de 2013, lecionava na Escola de Relações Internacionais de Teerã.

ESMAIL QAANI

COMANDANTE DA  **FORÇA QUDS**

Nascido em 1957, na cidade sagrada de Mashhad, onde fica o túmulo do oitavo imã (Ali al-Reza). Em 1980, Qaani ingressou na Guarda Revolucionária Islâmica do Irã e foi enviado ao Curdistão iraniano para reprimir um movimento pela autonomia curda. Na década de 1980, serviu, ainda, na guerra Irã-Iraque (1980-1988), comandando as divisões Nasr-5 e Imã Reza-21, ambas da Guarda Revolucionária.

Após a guerra Irã-Iraque, Qaani ingressou na Força Quds (unidade da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã especializada em operações e inteligência militar no exterior), considerada de elite, e foi enviado para a província de Khorasan, perto da fronteira com o Afeganistão e o Turcomenistão. Qaani serviu, ademais, na área de inteligência da Guarda Revolucionária (não está claro durante qual período), onde provavelmente pôde familiarizar-se com o tema de segurança cibernética.

Em 1997, ao mesmo tempo em que Qasem Soleimani foi nomeado comandante da Força Quds, Qaani foi nomeado seu vice, o que reforça a declarada intenção do Irã de manter inalterada sua estratégia militar extraterritorial. Qaani não é figura de aparição frequente na imprensa iraniana. As poucas citações conhecidas centram-se, majoritariamente, em ataques retóricos aos Estados Unidos e em críticas à atuação norte-americana no Oriente Médio.

Tornou-se comandante da Força Quds após a morte de Qasem Soleimani, em janeiro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As **relações diplomáticas** entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903. Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados na década de 1950 e o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília (1960).

Em 1965, o xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, na primeira visita de chefe de Estado iraniano ao país. As **visitas** de mais alto nível mais recentes foram então do Presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad a Brasília, em 2009, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã, em 2010.

Em abril de 2018, o Chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília, onde avistou-se com o então Ministro das Relações Exteriores, fez visita de cortesia ao então Presidente da República e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. Zarif também discursou na abertura de Seminário sobre as relações econômico-comerciais entre Brasil e Irã, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O **mecanismo bilateral de Consultas Políticas** reuniu-se pela primeira vez em 2000. A última reunião teve lugar em Teerã, em abril de 2016, após hiato de quase 5 anos.

O **comércio bilateral** é acentuadamente assimétrico em favor do Brasil. Em 2019, o fluxo do comércio foi de US$ 2,326 bilhões: as exportações totalizaram US$ 2,210 bilhões; as importações, US$ 116 milhões; e o saldo positivo para o Brasil foi de US$ 2,094 bilhões. Tradicionalmente, o país persa é responsável por um dos maiores superávits comerciais brasileiros, tendo representado, em 2019, o 4º maior saldo positivo do Brasil (US$ 2,09 bilhões).

O Irã tornou-se, nos últimos anos, o principal comprador de produtos agropecuários brasileiros na região do Oriente Médio, adquirindo sobretudo milho, soja e carne bovina. O Irã é, atualmente, o segundo maior importador de milho (13%), quinto maior importador de soja (2%) e quarto maior importador de carnes bovinas congeladas (4%) do Brasil.

Produtos agrícolas configuram um dos setores em que o governo iraniano busca alcançar autossuficiência nos próximos anos, no âmbito da chamada "economia de resiliência", que visa a aumentar a produção e a produtividade da economia, tornando o país menos exposto a choques internacionais. O Brasil é hoje importante fonte de alimentos para o país persa.

Após a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã, em maio de 2018, o governo norte-americano reimpôs sanções contra a República Islâmica, o que incluiu o retorno das sanções secundárias (contra empresas de outros países que mantenham negócios com o Irã em setores sancionados). O regime de sanções não recai sobre commodities agrícolas, alimentos, medicamentos e veículos prontos (mas sim sobre autopeças). Todavia, o Irã encontra dificuldades em obter divisas para pagar suas importações.

Para evitar o risco de incidência de sanções econômicas norte-americanas sobre as demais operações com o Irã (de itens sancionados ou transacionados com entidades ou pessoas sancionadas), é necessário solicitar "*waiver*" ao *Office of Foreign Assets Control* (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA. A política da administração Trump para o Irã tem sido a de exercer "pressão máxima" contra o país persa, incluindo o objetivo de "zerar" as exportações iranianas de petróleo.

O receio de que pudesse ser afetada por sanções secundárias levou a que a Petrobras se recusasse, em 2019, a abastecer dois navios iranianos que trouxeram ureia ao Brasil e transportariam milho de volta o Irã. O caso chegou até o STF, que, em julho daquele ano, determinou o abastecimento com base no direito brasileiro, expressando ainda o entendimento de que o contrato de fornecimento de

combustível da Petrobras não era com entidade iraniana sancionada, mas com empresa brasileira não incluída na lista de sanções.

Os produtos agropecuários brasileiros exportados para o Irã não estão sujeitos às sanções norte-americanas. A principal dificuldade que empresas brasileiras enfrentam no comércio com aquele país diz respeito à realização de transferências bancárias. Grandes empresas e bancos comerciais brasileiros, apesar de seu interesse no mercado iraniano, movimentam-se com cautela, motivados, sobretudo, pelo temor das sanções norte-americanas.

A maior parte dos muitos bancos estrangeiros que operam transações financeiras com o Irã adota medidas de "compliance" específicas e/ou trabalha apenas com bens humanitários (alimentos e remédios).

Em anos anteriores, o interesse mútuo na adoção de medidas de facilitação do comércio bilateral levou à assinatura, em novembro de 2016, de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento. Diálogo para a negociação de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos havia sido iniciado em janeiro daquele ano, mas não pôde então prosperar, já que o Irã tradicionalmente celebra acordos de investimento bilateral nos moldes da OCDE (com 53 países), modelo que contém cláusulas inaceitáveis ao Brasil frente a dispositivos constitucionais.

Após vários anos sem ser convocada, a Comissão Econômico-Comercial retomaria atividades em Brasília, em novembro de 2016, por ocasião da visita do então Ministro da Economia e Finanças do Irã, Ali Tayebnia. Foi a 4ª reunião da Comissão, que permitiu delinear o desenvolvimento da agenda bilateral em comércio, investimentos, assuntos financeiros, energia, mineração, agricultura, ciência, tecnologia e inovação.

Durante a 4ª Reunião da Comissão Econômico-Comercial, foi criado um Comitê Consultivo Agrícola (CCA). Em setembro de 2017, realizou-se, em Teerã, reunião preparatória ao CCA, com a participação do então Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novack. Durante a 1ª Reunião do CCA, ocorrida em novembro de 2017, em Brasília, abordaram-se temas sanitários, diversificação do comércio agrícola, cooperação e investimentos mútuos. Desde então, o CCA ainda não voltou a reunir-se.

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Irã desenvolve-se sob a égide de Memorando de Entendimento firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Vice-Presidência para Ciência e Tecnologia do Irã, em 2009, e renovado, por mais cinco anos, em 2014. O instrumento criou o Grupo de Trabalho de Cooperação em Ciência e Tecnologia, prevendo o aprofundamento do diálogo bilateral em pesquisa agrícola e tecnologia de alimentos; biotecnologia, saúde e ciências médicas; neurociência; TICs; e na área de inovação. A I reunião do GT em C&T ocorreu em abril de 2018, por ocasião da visita ao Brasil do chanceler Zarif, e privilegiou, por interesse de ambas as partes, as discussões sobre a cooperação em nanotecnologia, setor no qual o Irã é reconhecidamente competitivo.

Em 2015, o Conselho Iraniano de Ciência e Tecnologia Cognitiva (CSTC) assinou Memorando de Entendimento com o CNPq e com a FAPESP, a fim de apoiar projetos conjuntos de pesquisa.

Durante a 70ª Assembleia Mundial de Saúde (Genebra, maio de 2017), os Ministros da Saúde brasileiro e iraniano assinaram Memorando de Entendimento para Cooperação em Saúde. Com base nesse instrumento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil (ANVISA) e a Agência Reguladora de Alimentos e Medicamentos do Irã (IFDA) assinaram, em abril de 2018, memorando de entendimento sobre o intercâmbio de informações relativas à área de regulação de produtos para a saúde. Em outubro de

2017, às margens da Conferência Global sobre Doenças Não Transmissíveis da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Montevidéu, foi assinado, ainda, Marco de Ação em Promoção de Saúde e Nutrição.

Durante a visita do chanceler Javad Zarif ao Brasil, em abril de 2018, foram assinados quatro acordos de cooperação jurídica: Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil; de Extradição; e de Transferência de Pessoas Condenadas.

Ainda por ocasião da visita de Zarif, assinou-se Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Escola de Relações Internacionais do Irã.

O Irã foi incluído, em 2016, nos Programas brasileiros de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Autoridades iranianas manifestam maior interesse no intercâmbio de estudantes de pós-graduação, mas a exigência de fluência em português tem inviabilizado inscrições de estudantes iranianos.

Teerã concentra 70% da comunidade brasileira no Irã, que totaliza cerca de 180 cidadãos. É composta predominantemente de mulheres brasileiras que se casaram com iranianos em terceiros países, além de cônjuges iranianos que, em alguns casos, adotaram nacionalidade brasileira (sem prejuízo da nacionalidade iraniana), e seus filhos.

Verifica-se também no país, com relativa frequência, a presença de atletas brasileiros, que cumprem contratos de trabalho temporários em clubes locais, mormente jogadores e técnicos de futebol e vôlei.

POLÍTICA INTERNA

A República Islâmica do Irã tem um dos sistemas políticos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias. No espectro político local, sobressaem três núcleos de poder – líderes religiosos, Guarda Revolucionária e autoridades civis – com prioridades nem sempre convergentes, moderados pelo Líder Supremo.

A Constituição da República Islâmica do Irã, de 1979, consagrou o princípio da "tutela do jurisconsulto islâmico", que fundamenta a noção de autoridade absoluta do Líder Supremo em assuntos religiosos e políticos. A Constituição incorpora também noções democráticas, prevendo eleições diretas para presidente, parlamentares e membros da Assembleia dos Sábios. A participação popular em eleições no Irã, em contraste com as dinastias reinantes em países vizinhos, é celebrada como sinal de força do modelo político iraniano.

O Líder Supremo (atualmente, o Aiatolá Ali Khamenei) tem atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos três Poderes e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da República Islâmica. É também o responsável pela elaboração das políticas gerais do regime. O Líder Supremo nomeia o Chefe do Poder Judiciário, os membros do Conselho de Discernimento, metade dos membros do Conselho dos Guardiões, os comandantes das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o comandante da Polícia, os chefes dos Serviços de Inteligência e Contrainteligência, os imãs das mesquitas de todas as capitais provinciais do país e o chefe da Fundação de Mártires e Veteranos (um dos maiores conglomerados econômicos do país), além de empossar o Presidente da República. É ainda o responsável por declarar a guerra e celebrar a paz, determinar a mobilização das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária, convocar referendos e formalizar a convocação de eleições presidenciais.

Os líderes religiosos são a força menos objetivamente tangível e, contudo, a mais tradicional do Irã. É tradição histórica no país o recurso aos clérigos como liderança política quando a autoridade secular é questionada. São, reconhecidamente, influência mais conservadora e, por vezes, tendentes a

posturas mais combativas com relação a potências ocidentais e rivais regionais. Os principais centros de poder religioso são as cidades de Qom e Mashhad.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) é um ramo das forças armadas iranianas, criada após a Revolução Iraniana de 1979 por ordem do aiatolá Ruhollah Khomeini. Enquanto o Exército iraniano defende as fronteiras iranianas e mantém a ordem interna do país, a Guarda Revolucionária se destina a proteger o sistema político da república islâmica e a prevenir interferências estrangeiras. A IRGC é formada por cerca de 125 mil militares, incluindo forças terrestres, aéreas e navais. Suas forças navais são hoje as principais forças encarregadas do controle operacional do Golfo Pérsico. Ela também controla a milícia paramilitar Basij, que tem cerca de 90 mil soldados.

Desde sua origem, a IRGC assumiu um papel significativo em diversos aspectos da sociedade iraniana. O comandante-chefe da IRGC, desde 2019, é Hossein Salami.

O Presidente da República, ao chefiar o Poder Executivo, é responsável por elaborar e executar as políticas públicas e de relações exteriores e defesa, nos limites das diretrizes impostas pelo Líder Supremo. Exerce a chefia do Gabinete de Governo, do Conselho Supremo de Segurança Nacional e do Conselho Supremo da Revolução Cultural.

O Parlamento iraniano (Majlis) é unicameral e composto por 290 deputados. As eleições para o Majlis ocorrem a cada quatro anos e, do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastras, 2 cristãos armênios e cristãos caldeus). Toda candidatura ao Majlis é submetida ao crivo do Conselho dos Guardiães, órgão com poder de veto. O Majilis possui funções típicas de parlamento de uma democracia participativa – proposição legislativa, voto de confiança aos membros do Gabinete de Governo, impedimento do Presidente, aprovação de acordos internacionais – sujeitas, não obstante, à ratificação ou ao veto do Conselho dos Guardiões.

O Conselho de Guardiões acumula as funções de órgão legislativo, judiciário e eleitoral, sendo composto por seis faqihs (especialistas em jurisprudência islâmica), nomeados pelo Líder Supremo, e seis juristas, nomeados pelo chefe do Poder Judiciário (ele próprio, apontado pelo Líder Supremo), para mandato de seis anos. O órgão ratifica ou veta qualquer projeto de lei aprovado pelo Parlamento, interpreta a Constituição, supervisiona as eleições no país e aprova ou veta candidatos à Presidência da República, à Assembleia dos Sábios e ao Parlamento.

A Assembleia dos Sábios constitui órgão deliberativo formado por 88 sábios, ou especialistas islâmicos, eleitos por voto direto para mandatos de oito anos, a partir de uma lista de candidatos aprovada pelo Conselho de Guardiões. Encarrega-se de eleger, supervisionar e remover, por eventual descumprimento de suas atribuições, o Líder Supremo. Reúne-se a cada seis meses e, desde sua criação, em 1983, jamais questionou publicamente nenhuma decisão dos Líderes Supremos que encabeçaram o regime iraniano, Ruhollah Khomeini (1979-1989) e Ali Khamenei (1989-atualidade).

O Conselho de Discernimento constitui órgão consultivo com a incumbência de assessorar diretamente o Líder Supremo em seu planejamento estratégico, incluindo a definição das grandes linhas de atuação doméstica e a elaboração de diretrizes de política externa da República Islâmica. Também atua como órgão de arbitragem e conciliação em caso de divergência entre o Parlamento e o Conselho de Guardiões. É composto atualmente por 38 membros, apontados pelo Líder Supremo, para mandatos de cinco anos.

O Chefe do Poder Judiciário, nomeado pelo Líder Supremo, indica o presidente da Corte Suprema e o Procurador-Geral. Há diversos tipos de juizados, desde os que julgam casos cíveis e criminais comuns até as cortes revolucionárias, que apreciam crimes contra a segurança nacional e cujas decisões são inapeláveis.

No tocante à conjuntura política recente, o presidente Hassan Rouhani foi eleito, em 2013, com base em uma plataforma que contemplava a recuperação da economia, a promoção do desenvolvimento social e econômico e avanços na questão dos direitos humanos, com o propósito de reabrir caminho para o desenvolvimento do país. Em paralelo, a agenda externa foi voltada para a reinserção do Irã na comunidade internacional mediante o equacionamento do dossiê nuclear.

Em seu primeiro governo (2013-2017), Rouhani enfrentou oposição de conservadores, bem posicionados no Majlis, no Judiciário e no establishment religioso. A assinatura do "*Joint Comprehensive Plan of Action*" (JCPoA), acordo que permitiu o levantamento de sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano, representou não só vitória da diplomacia de Rouhani, como também alterou o equilíbrio de forças políticas internas. Eleições parlamentares e para a Assembleia dos Sábios, realizadas em fevereiro de 2016, confirmaram essa tendência e fortaleceram seu governo.

O Presidente Rouhani reelegeu-se com 57% dos votos, em maio de 2017, superando a oposição principalista-conservadora que, pela primeira vez nos últimos 20 anos, unificou suas diferentes facções, apoiando o clérigo Ebrahim Raisi, que contava com a simpatia do Líder Supremo. A seu favor, Rouhani ressaltou ter cumprido a promessa de concluir acordo nuclear com as grandes potências e reinserir o Irã no diálogo com a comunidade internacional.

O tema dos direitos humanos ocupou espaço considerável na campanha de reeleição do presidente Rouhani, que contou com expressivo apoio de mulheres, minorias étnicas e religiosas, intelectuais e artistas. Durante a campanha, Rouhani defendeu a ampliação de liberdades de imprensa e de expressão artística e cultural; as políticas para minorias étnicas e para o empoderamento de mulheres; e o fim de detenções por motivos políticos. Entre os principais avanços, citam-se a aprovação da Carta dos Direitos do Cidadão – concluída após anos de debate entre governo, acadêmicos e membros da sociedade civil – e da emenda à lei de combate ao narcotráfico, que restringiu a aplicação da pena de morte aos crimes mais graves.

A reeleição de Rouhani sinalizou importante apoio popular à sua agenda de engajamento com o resto do mundo, mesmo no contexto da política de isolamento do Irã, favorecida pela administração Trump e por aliados árabes dos EUA no Golfo, especialmente, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. A participação popular nas eleições de 2017 foi recorde desde a Revolução Islâmica de 1979 (41 milhões de eleitores, ou 73% do eleitorado).

O início de 2018 foi marcado pela realização de manifestações populares em várias cidades do Irã, que vocalizaram, em grande medida, a insatisfação de parte da sociedade com os reduzidos resultados socioeconômicos obtidos desde o início da implementação do acordo nuclear, em janeiro de 2016. Apesar do foco inicial em aspectos econômicos, os protestos multiplicaram-se e serviram de válvula de escape para ampla gama de frustrações e ressentimentos de grupos diversos, incluindo críticas aos fundamentos da República Islâmica. Novos protestos ocorreram no final de 2018 e 2019, desgastando o governo.

Originalmente pacíficos, os protestos tornaram-se violentos em 2019, tendo resultado em atos de vandalismo, com registro de mortes. A atuação das forças policiais foi decisiva para controlar as manifestações, que acabaram arrefecendo. O governo iraniano, que alega ter evidências da interferência externa de países rivais com vistas a incitar o caos, acusou grupos de oposição de explorar politicamente a frustação popular.

Os conservadores criaram novo agrupamento, chamado Conselho da Unidade, com a proposta de ser não apenas uma associação com finalidade eleitoral, mas de coordenação política da ala conservadora, com vistas ao estabelecimento de estratégias de longo prazo. Entre as figuras participantes

das reuniões em andamento, destacam-se Ebrahim Raisi, atual chefe do Poder Judiciário e suposto sucessor do Líder Supremo, derrotado em 2017; Mohammad Bagher Ghalibaf, ex-prefeito de Teerã, que renunciou à sua candidatura à presidência; Mohsen Rezaie, candidato à presidência por três vezes; e Saeed Jalili, ex-negociador do acordo nuclear iraniano. É possível que um deles seja o candidato à presidência, em 2021, pelo Conselho da Unidade. O grupo aposta que será fortalecido pelas dificuldades econômicas pelas quais vem passando a população, atribuídas às sanções norte-americanas.

Nas eleições para o Majlis, realizadas em fevereiro de 2020, grande parte dos candidatos reformistas tiveram suas candidaturas desqualificadas pelo Conselho de Guardiões, havendo, assim, ganho de capital político pelos conservadores.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa iraniana se caracteriza, desde 1979, pelos eixos i) da defesa da "revolução islâmica" e ii) da oposição à política externa dos **EUA** – que davam apoio ao xá e são ainda considerados fonte de "intervenção nefasta" nos assuntos médio-orientais –, bem como pelo forte antagonismo a **Israel**, cuja existência não reconhece. Nesse contexto, o Irã conta com o apoio e a simpatia de **comunidades xiitas em nações árabes vizinhas**, as quais também influencia de formas e extensão variadas, especialmente em países como Iraque, Síria, Líbano e Iêmen. O país persa busca consolidar-se, assim, como polo regional relevante e uma das referências de liderança do mundo islâmico. Para tanto, vê-se no direito de defender-se do que considera ações de interferência e isolamento ilegítimas impostas pelos EUA e seus aliados, utilizando-se de postura mais ou menos hostil, conforme suas ações externas sejam orientadas, respectivamente, ora pela Chancelaria ora pela Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC).

Os objetivos oficiais manifestos de política externa iraniana englobam, no **contexto regional**, (i) promover o fim de conflitos armados na região, a fim de preparar o terreno para (ii) maior cooperação entre os vizinhos, com vistas a assegurar (iii) a não interferência extrarregional na região do Golfo, em referência, principalmente, a tropas norte-americanas no Oriente Médio. Com os aliados de fora da região, o Irã procura construir base de apoio para evitar o isolamento político em âmbito multilateral.

O Irã é um país peculiar pela posição de transição que ocupa **entre o Oriente Médio e a Ásia Central**, pelo nacionalismo e cultura persas e por adotar oficialmente o xiismo, confissão minoritária no islã. Diversos países muçulmanos do Oriente Médio contam com comunidades xiitas, as quais frequentemente reconhecem no Irã seu líder natural, conformando o assim denominado "**arco xiita**", ou seja, a zona de influência de Teerã no âmbito médio-oriental, que se opõe à expressiva maioria sunita no mundo islâmico. Essa situação está no cerne das disputas regionais.

Em linha com o tom moderado de seu governo, o presidente Hassan Rouhani defende uma política de aproximação e cooperação com os países médio-orientais. Contudo, a normalização das relações do Irã com a comunidade internacional foi acompanhada do recrudescimento das tensões com a **Arábia Saudita**, afetando também as relações com países árabes próximos a Riade (Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito, por exemplo).

Efetivamente, a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita constitui dinâmica essencial para a compreensão do contexto regional. A Arábia Saudita teme a expansão da revolução islâmica na região, o que constituiria perigo para as monarquias árabes sunitas do Golfo. Um Irã fortalecido representaria, igualmente, ameaça às pretensões de liderança regional e sobre os países muçulmanos pela Arábia Saudita – aliada estratégica dos EUA no Oriente Médio e guardiã das duas Mesquitas Sagradas do islã.

A influência do Irã no **Líbano** se dá por meio de associações simpatizantes da República Islâmica, como o xiita Hezbollah. No contexto do **conflito israelense-palestino**, destacam-se ainda o Hamas e a Jihad Islâmica, que, juntamente com o Hezbollah, opõem-se ao Estado de Israel e são apoiados pelo Irã.

O Irã é considerado ator relevante para a solução do conflito na **Síria**, especialmente com a presença de forças no terreno e pela atuação das autoridades iranianas no "Processo de Astana" de apoio a negociações de paz, juntamente com a Rússia e a Turquia.

No cenário do conflito no **Iêmen**, em que é acusado de fornecer armas aos rebeldes houthis, o Irã defende uma negociação de paz entre os próprios iemenitas, acusando a Arábia Saudita de insuflar a guerra por meio de ações da coalização militar que lidera, em território iemenita. O Irã não reconhece o governo iemenita considerado legítimo pela comunidade internacional, cujo presidente, Abdo Raboo Mansour Hadi, encontra-se exilado em Riade. Teerã estabeleceu relações formais com representantes dos houhtis, que ocupam a capital iemenita Sanaa desde fins de 2014.

As relações do Irã com o **Iraque**, estremecidas com a sangrenta guerra que durou de 1980 a 1988, mudaram depois da queda de Saddam Hussein, em 2003. A intervenção norte-americana de 2003 do Iraque, país de maioria xiita, gerou caos do qual se aproveitaram milícias iraquianas próximas a Teerã. Essas mesmas milícias tiveram papel relevante no combate ao autointitulado "Estado Islâmico" no Iraque, e hoje representam, juntamente com políticos e clérigos xiitas iraquianos, importantes aliados do Irã. O Iraque é grande exportador de gás e tornou-se o principal destino das exportações iranianas em 2018 (superando a China), mas sofre pressões de Washington e de países do Golfo para reduzir laços com o vizinho persa. O Iraque também tem se destacado como principal palco da "guerra por procuração" entre Irã e EUA. O aumento de tensões entre aqueles dois países caminha paralelamente com ataques de milícias próximas a Teerã a tropas norte-americanas estacionadas no Iraque e culminou, em 3/1/20, com operação militar dos EUA que levou à morte, em Bagdá, do comandante da Guarda Revolucionária iraniana Qasem Suleimani.

A dinâmica das tensões entre Irã e **EUA** tem oscilado desde que Rouhani assumiu a presidência, em 2013, com marcado acirramento após a eleição de Donald Trump.

O governo Rouhani vinha buscando redinamizar seu relacionamento com a comunidade internacional com vistas a combater o isolamento internacional de seus país. Nesse contexto, foi assinado, em 2015, o "*Joint Comprehensive Plan of Action*" (**JCPoA**). Negociado entre o Irã e os países do P5+1+UE (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – China, França, EUA, Reino Unido e Rússia –, mais a Alemanha e a União Europeia), o JCPoA foi endossado pela Resolução 2231 (2015), do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em síntese, o acordo prevê o levantamento das sanções impostas a Teerã, em troca do congelamento do programa nuclear do país persa, por períodos pré-estabelecidos, e verificado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em 8 de maio de 2018, o presidente Trump decidiu desvincular os EUA do JCPoA, no entendimento de que "o instrumento tem graves defeitos, que não permitem que sejam contornados os problemas criados pelo Irã". As preocupações dos EUA e de seus aliados referiam-se às "*sunset clauses*", que estabelecem o período de vigência do JCPoA e o fim das obrigações iranianas decorrentes do acordo; à ausência de disposições sobre as "atividades desestabilizadoras" do Irã na região; e à ausência de controle sobre o programa missilístico iraniano. Em 21 de maio daquele ano, o Secretário de Estado Mike Pompeo apresentou a nova estratégia do governo norte-americano para o Irã, que visa a coagir Teerã por meio de "pressão financeira sem precedentes"/"pressão máxima". Desde então, Washington vem

impondo diversas sanções econômicas ao Irã, tendo por alvo tanto indivíduos quanto governos e empresas que mantenham relações financeiras ou comercializem petróleo iraniano.

Desde maio de 2019, um ano após a retirada dos EUA do JCPoA, o Irã passou a anunciar a **redução gradual de seus compromissos nucleares** em intervalos de 60 dias. As tensões entre EUA e Irã recrudesceram após a decisão norte-americana de revogar os "*waivers*" para grandes importadores de petróleo iraniano. No segundo semestre de 2019, sucedeu-se uma série de ataques envolvendo navios petroleiros e oleodutos na região do Golfo. Em 3/1/20, o governo norte-americano conduziu operação militar, por meio de drone, que causou a morte do líder da Guarda Revolucionária Iraniana, Qasem Soleimani, em Bagdá. Soleimani foi, durante 22 anos, comandante da Força Quds, braço da Guarda de atuação externa, e um dos responsáveis pela construção do "eixo xiita" no Oriente Médio.

Após esse eventos e a derrubada, acidental, do avião da Ukraine International Airlines, em Teerã, em 8/1/20, vigorou uma "trégua militar informal" entre as partes.

Também em janeiro de 2020 o Irã anunciou a última fase do processo de redução de seus compromissos com base no JCPoA, pondo fim, desse modo, à última restrição operacional iraniana decorrente do acordo. O governo iraniano reafirmou, no entanto, a manutenção da cooperação com a AIEA e indicou que a suspensão dos compromissos com o acordo seria reversível, desde que os compromissos de suas contrapartes fossem cumpridos.

Em resposta à última suspensão de compromissos do JCPoA pelo Irã, o E3 (Alemanha, França e Reino Unido) acionou o mecanismo de solução de controvérsias, previsto no artigo 36 do acordo. Em abril de 2020, no contexto da pandemia do coronavírus, o Alto Representante da EU suspendeu a ativação do mecanismo na esperança de que novas negociações permitam encontrar uma solução acordada, em vez de submeter a controvérsia ao Conselho de Segurança, o que poderia ocasionar o retorno das sanções multilaterais sobre o Irã.

A intensificação das sanções econômicas norte-americanas contra o Irã, expandidas mesmo no contexto da epidemia de coronavírus, tem estimulado países contrários à sua aplicação a buscar formas de superá-las. A iniciativa mais substantiva no sentido da manutenção da "barganha básica" do acordo (reinserção internacional do Irã, em troca de restrições ao programa nuclear) foi a criação pela União Europeia, em 31/1/19, do "*Instrument in Support of Trade Exchanges*" (**INSTEX**). O INSTEX prevê linha de crédito no valor de 15 bilhões de euros para financiar importações iranianas de produtos europeus, como máquinas, farmacêuticos, químicos, alimentos, equipamentos médico-hospitalares e veículos (carros, caminhões e ônibus). Além da articulação europeia, China e Rússia têm assumido posição mais frontalmente contrária às sanções norte-americanas.

Em março de 2020 – após mais de um ano do lançamento da iniciativa – França, Alemanha e Reino Unido começaram a utilizar o INSTEX para a venda de medicamentos ao Irã. Em 6/4/20, o Presidente Rouhani afirmou que a inauguração do mecanismo era positiva, mas ainda insuficiente, por incluir apenas alimentos e produtos médicos. Para o mandatário iraniano, o mecanismo deve atender a todas as necessidades do país, que incluem produtos atualmente sancionados.

Desde a saída dos EUA do JCPoA, o Irã passou a empreender uma ofensiva diplomática capitaneada pelo chanceler Javad Zarif, que procurou visitar ou enviar representantes a todos os potenciais aliados do país. Como decorrência da tentativa de isolamento imposta pelos EUA, observou-se intensificação das relações do Irã com Rússia e China, países integrantes do JCPoA, além da Turquia, também sancionada por Washington e com quem o Irã coopera no âmbito do dossiê sírio.

A **China** representa uma relação estratégica para Teerã. No início de 2016, a chegada a Teerã de trem partindo da China marcou a consolidação da Nova Rota da Seda ("*Belt and Road Initiative*") em

território iraniano. Teerã busca, por conseguinte, compartilhar o espaço econômico da Ásia Central com a China, de cujos projetos de infraestrutura e integração regional tende a beneficiar-se, em vista de seu interesse estratégico de retomar a posição histórica de ponto de conexão entre o Oriente e o Ocidente e de minimizar sua dependência econômica. Pleiteia, nesse sentido, ingresso como membro pleno na Organização para a Cooperação de Xangai – OCX (atualmente, é país observador). O governo chinês expressou seu apoio ao pleito do Irã. As relações com a China possuem dinâmica própria e ocupam espaço privilegiado na agenda iraniana, seja pelo volume das relações comerciais seja pelo apoio prestado pelo lado chinês no que se refere ao dossiê nuclear iraniano.

Com a **Rússia** há diálogos frequentes relacionados a temas de segurança no Oriente Médio (em especial, no âmbito do "Processo de Astana" para a busca de solução para o conflito na Síria), além de recente reforço dos laços comerciais, em que se destacam bens agrícolas, material de defesa e manufaturas vinculadas ao setor de energia, especialmente gás natural e energia nuclear.

Outro eixo fundamental da política exterior iraniana são as relações com a **Índia**. O relacionamento com Nova Delhi tem sido tratado como prioritário por Teerã, como testemunham os investimentos indianos no projeto do porto de Chabahar, que poderá se converter no principal ponto de entrada indiano no Oriente Médio. Em 2018, o presidente Rouhani realizou visita oficial à Índia, a primeira visita de Estado de um presidente iraniano nos últimos 10 anos. Diante das pressões norte-americanas pela interrupção das compras de petróleo iraniano, a Índia vem argumentando que muitas de suas refinarias foram construídas para trabalhar especificamente com o produto persa, e que um rompimento completo seria deletério ao país.

Mesmo com a crescente aproximação a Nova Delhi, o Irã não descura das relações com o **Paquistão**, cuja independência foi o primeiro país a reconhecer, em 1947. Teerã e Islamabad mantêm importante projeto conjunto de integração energética, que prevê a construção de gasoduto para transporte de gás iraniano ao mercado paquistanês. Em 2016, o presidente Rouhani realizou a primeira visita de um presidente iraniano ao Paquistão em mais de uma década, acompanhado de robusta delegação empresarial. A despeito de recentes ações de terroristas paquistaneses contra forças iranianas na região de fronteira, o relacionamento é valorizado pelos dois lados.

O Irã desempenha papel importante no **Afeganistão**, com o qual compartilha história, língua e cultura. A parte iraniana tem participado ativamente da reconstrução daquele país. Ademais, o comércio bilateral e os investimentos iranianos no Afeganistão, em áreas como infraestrutura, agricultura e saúde, aumentaram consideravelmente desde o fim do regime talibã. O Irã abriga, ademais, numerosa comunidade de afegãos (entre refugiados e migrantes), de cerca de 4,5 milhões de pessoas. Cabe destacar ainda o projeto do porto de Chabahar, estabelecido por meio de acordo tripartite de transporte e trânsito entre Afeganistão, Irã e Índia, a fim de garantir acesso ao mar aos afegãos, por intermédio da referida instalação portuária.

O Irã é membro das **Nações Unidas** e está presente em todas suas agências especializadas. O país alberga quase um milhão de refugiados (4º maior acolhedor, segundo dados do ACNUR), além de cerca de dois milhões de indocumentados. Essa população é composta quase integralmente por afegãos e, secundariamente, por iraquianos (trinta mil). A política de refugiados adotada pelo governo iraniano é frequentemente elogiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

ECONOMIA

A economia iraniana é uma das maiores do Oriente Médio, a 27ª do mundo em termos de PIB nominal (US$ 458,5 bilhões), e a 18ª em PPP (US$ 1,47 trilhão). A economia iraniana se baseia, em grande parte, na exportação de produtos da indústria petrolífera, que se encontra atualmente fragilizada devido às sanções unilaterais norte-americanas contra o país. As principais exportações do Irã são petróleo bruto, polímeros de etileno, álcoois acíclicos, petróleo refinado e minério de ferro. Suas principais importações são carros, peças de veículos, milho, arroz e equipamentos de transmissão. Os principais destinos de exportação do Irã são China, Índia, Coréia do Sul, Itália e Japão. As principais origens de importação são China, Coréia do Sul, Alemanha, Turquia e Índia.

O Irã conta com grandes reservas de petróleo, gás e minério, e possui indústria relativamente diversificada, população jovem e qualificada, agricultura competitiva e sistema de ciência, tecnologia e inovação razoavelmente estruturado.

No auge das sanções internacionais contra o Irã (2012-2015), o país sofreu considerável impacto econômico, resultando em recuo significativo das exportações. No tocante ao setor de petróleo e gás, as exportações iranianas reduziram-se, até o levantamento das sanções em 2015, a patamar inferior a 1 milhão de *bpd* (barris por dia), o que representou perdas diretas da ordem de US$ 160 bilhões. As limitações dessas receitas, bem como o bloqueio a investimentos estrangeiros, resultaram em um custo indireto de US$ 500 bilhões (valor que, segundo estimativas, seria necessário para recompor o parque industrial e logístico local).

O sistema financeiro iraniano sofreu sérios desequilíbrios decorrentes das restrições internacionais. Registrou-se recrudescimento da inflação e crise de liquidez, devido ao congelamento de recursos externos e à corrida por imobilização do capital doméstico. No plano microeconômico, houve acentuada desarticulação, marcada pela multiplicação desordenada de atores financeiros, inobservância de regras regulatórias, falta de transparência de operações financeiras e endividamento excessivo.

Com a implementação do JCPoA, o governo iraniano esperava que o levantamento das sanções conferisse à economia iraniana impulso considerável, por conta de três fatores: (i) significativa redução dos custos de transação de comércio internacional com o Irã (segundo estimativas, durante as sanções, a triangulação de operações comerciais e financeiras com terceiros países representava custos adicionais de pelo menos 10% por operação realizada); (ii) aumento da produção e retomada das exportações de petróleo e gás (especialmente para o mercado europeu, a Ásia e a Oceania); e (iii) descongelamento de ativos financeiros iranianos no exterior, que oscilariam em torno de US$ 100 bilhões, pertencentes ao setor privado e, em menor monta, ao governo local e entidades estatais.

Nos dois primeiros anos de implementação do acordo (2016-2017), a inflação declinou para um dígito e houve estabilização do mercado cambial no mesmo período. Contudo, as dificuldades bancário-financeiras limitaram a balança comercial, os fluxos de investimentos e o acesso a reservas internacionais, especialmente em decorrência da fragilidade do sistema bancário doméstico iraniano e o receio de bancos internacionais em reestabelecer relações com o país. Nesse mesmo período, a retomada de exportações petrolíferas ocorreu em ritmo acelerado, em especial, devido ao restabelecimento do comércio com a Europa (que absorvia 42% das vendas, antes das sanções).

Em maio de 2018, o presidente Donald Trump anunciou a retirada dos EUA do JCPoA e posterior reimposição das sanções anteriores ao acordo de 2015 contra o Irã. A aplicação dessas sanções ocorreu a partir de 7 de agosto de 2018 e consistiu na proibição do Irã de comprar dólares e metais preciosos, proibição de importar tapetes e alimentos produzidos no Irã, além de afetar negócios com aço, carvão e alumínio. A segunda fase das sanções teve como alvo o setor petrolífero, a indústria naval e o Banco Central do Irã. O gradual incremento das sanções continua ocorrendo periodicamente.

Em outubro de 2019, os EUA e os outros seis países que compõem o Centro contra o Financiamento ao Terrorismo – TFTC (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e EAU) impuseram novas sanções a 25 empresas, bancos e pessoas ligadas ao Irã, especialmente a entidades que apoiam a Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), o Hezbollah e a Força de Resistência Basij (Basij), força paramilitar subordinada à IRGC.

Em junho de 2018, a Comissão Europeia aprovou mudanças em normativas comunitárias, destinadas a contrarrestar as sanções impostas pelos EUA. As medidas dizem respeito, em primeiro lugar, ao "Mandato de Investimento Externo" do Banco Europeu de Investimentos (BEI), de modo a permitir que projetos no Irã sejam financiados por aquela instituição. Em segundo lugar, foi emendado o "Estatuto de Bloqueio", norma comunitária que oferece instrumentos para coibir a implementação, em território europeu, das sanções estadunidenses, bem como para compensar empresas e indivíduos que sejam prejudicados pelas medidas dos EUA.

A despeito da medida, firmas europeias estão se retirando do Irã. Rússia, China e Índia, por outro lado, teriam a intenção de preencher os espaços que podem vir a ser abertos pela saída de empresas ocidentais. Em janeiro de 2019, França, Alemanha e Reino Unido anunciaram a criação do "*Instrument in Support of Trade Exchanges*" (INSTEX), sediado em Paris e destinado a oferecer canal legítimo para comércio com o Irã. Em março de 2020, os três países europeus começaram a utilizar o INSTEX para a venda de medicamentos ao Irã.

Apesar do apoio de vários países ao JCPoA, o Irã sente fortemente os impactos das sanções econômicas norte-americanas. Houve queda nas exportações de petróleo para Coréia do Sul, Índia, China e países europeus, além da limitação do acesso a produtos importados. Paralelamente, houve um aumento da inflação, reduzindo o poder de compra do cidadão iraniano, ao que se soma a desvalorização da moeda nacional. O PIB do país contraiu 3,61% em 2019.

A política norte-americana de "pressão máxima" afetou setores estratégicos da economia iraniana. A inflação chegou a superar os 40% no início de 2020. A indústria é apontada como o principal setor afetado em 2019, com redução de 19,8%, seguida do setor de serviços (-0,2%), que responde por mais de 50% do PIB iraniano (56% em 2018). Apesar disso, o governo iraniano tem mantido superávit na sua balança comercial. As exportações de petróleo, que costumam ser contabilizadas de maneira separada, não têm sido divulgadas desde a entrada em vigor de sanções contra a venda do produto.

As sanções também impactaram a capacidade de investimento do país, não apenas pela redução das receitas governamentais, mas, igualmente, pela saída de investidores internacionais e pela diminuição de alternativas de financiamento. A taxa de câmbio foi um dos principais índices da economia iraniana afetados pela política de pressão. O Banco Mundial prevê estagnação do PIB iraniano nos próximos anos.

O Irã apresentou sua candidatura a membro integral da Organização Mundial do Comércio em 1996, tendo sido aceito como membro observador em 2005. O processo de adesão à OMC, ora em curso, tem esbarrado em resistências de alguns membros do organismo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

625 a.C.	Os Medos unificaram a Pérsia.
550 a.C.	O Império Aquemênida é fundado por Ciro.
331 a.C.	Alexandre, o Grande, conquista a Pérsia.
224	Início do Império Sassânida, considerada a "era de ouro" dos persas e o último império antes da propagação do Islã na Pérsia.
De 641 a 651	Conquista da Pérsia por árabes muçulmanos.
1219	O Império Mongol conquista a Pérsia.
1501	A Pérsia é reunificada por Ismail I, dando início à dinastia Safávida. Ismail I adota o título de Xá e estabelece o Islã xiita como a religião oficial de seu império.
1796	Estabelecimento da dinastia Qajar.
De 1905 a 1911	Revolução Constitucional. Estabelecimento do parlamento (Majlis) e elaboração de Constituição (1906).
1908	Descoberta de petróleo na Pérsia e criação da Anglo-Persian Oil Company (APOC), em 1909.
1925	Início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder muda o nome do país para Irã ("terra dos arianos").
1941	Reza Pahlavi é forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi ("o último xá").
1951	Mohammad Mosaddegh se torna primeiro-ministro. Nacionalização da indústria do petróleo.
1953	Mohammad Mosaddegh é derrubado em um golpe de estado orquestrado pelos serviços de inteligência britânico (MI6) e norte-americano (CIA). Fazlollah Zahedi é proclamado primeiro-ministro.
1963	Revolução Branca

1979	Revolução Islâmica. Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio. É o fim da monarquia no Irã, que dá lugar à República Islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlavi foge para os EUA.
1980-88	Guerra Irã – Iraque
1989	Aiatolá Ruhollah Khomeini falece. Aiatolá Ali Khamenei se torna Líder Supremo do Irã.
2013	O clérigo moderado Hassan Rouhani é eleito presidente.
2015	Assinatura do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPoA) entre Irã e o Grupo P5 + 1 + UE (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, mais a Alemanha e União Europeia), sobre o programa nuclear iraniano. Suspensão das sanções econômicas contra o Irã.
2017	Reeleição do presidente Hassan Rouhani.
2018	Os EUA, sob o governo de Donald Trump, retiraram-se do JCPoA e impõem um sistema rigoroso de sanções unilaterais contra o Irã.
2019-20	Irã reduz gradualmente seus compromissos nucleares previstos no JCPoA.
2020	Operação militar dos EUA resulta na morte, em Bagdá, do comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Islâmica iraniana, Qasem Soleimani, em 3 de janeiro. Primeiras transações comerciais através do INSTEX, em março.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1903	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã.
1965	Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil.
1991	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek.
1994	Visita do chanceler iraniano Ali Akbar Velayati a Brasília e São Paulo.
2005	Visita oficial do Embaixador Said Jalili ao Brasil, como enviado do Presidente Ahmadinejad.
2006	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel.
2008	Realização da VI Reunião de Consultas Políticas em Brasília. Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (1 a 3 de novembro).
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi (9 de janeiro). Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki (25 e 26 de março). Visita ao Brasil do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil (23 de novembro).
2010	Visita ao Irã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; assinatura da Declaração de Teerã (15 de maio).
2012	Participação do Presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20 (20 a 22 de junho).
2013	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para assistir a cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani (agosto).
2014	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Estratégico de Relações Exteriores do Irã, Seyed Kamal Kharrazi.
2015	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (13 e 14 de setembro). Visita ao Irã do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro (25 e 26 de outubro).

2016	Realizada a IX Reunião de Consultas Políticas, em Teerã (11 de abril). Visita a Brasília do presidente do Alto Conselho de Direitos Humanos do Irã, Mohammad Larijani (outubro). Reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral, em Brasília, co-presidida pelo ministro da Economia iraniano, Ali Taieb Nia (novembro).
2018	Visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros Mohammad Javad Zarif (10 de abril).

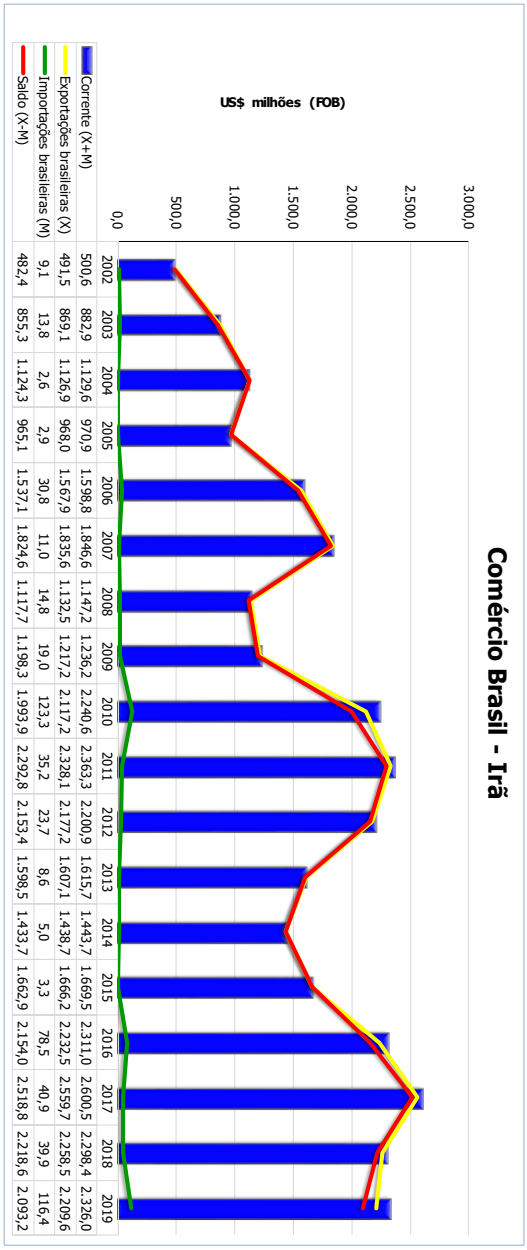
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	28/11/1962	17/1/1963
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	21/11/1975	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	26/9/1988	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/6/1991	10/7/1991 (Denunciado em 13/5/1997)	2/7/1991
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	23/11/2009 (Expirado)	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	16/5/2010 (Expirado)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	17/5/2010	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010

Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	26/7/2010	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	18/11/2016	1/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018		
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018		
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil	10/4/2018		
Tratado de Extradição	10/04/2018		
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	10/4/2018	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	Em vigor	17/1/1963
Comunicado Final entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo Imperial do Irã	16/6/1965	Em vigor	16/6/1965
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	Em vigor	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	Em vigor	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em	25/6/1991	Denunciado (13/5/1997)	2/7/1991

Passaportes Diplomáticos e de Serviço			
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	Em vigor	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	Em vigor	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	Expirado (16/5/2015)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	Em vigor	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	Em vigor	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação **Agrícola**	17/5/2010	Em vigor	6/12/2010
Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	Em vigor	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	Em vigor	1/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado de Extradição	10/04/2018	Tramitação Ministérios/Casa Civil	
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	Em Vigor	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018	Tramitação MRE	

INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

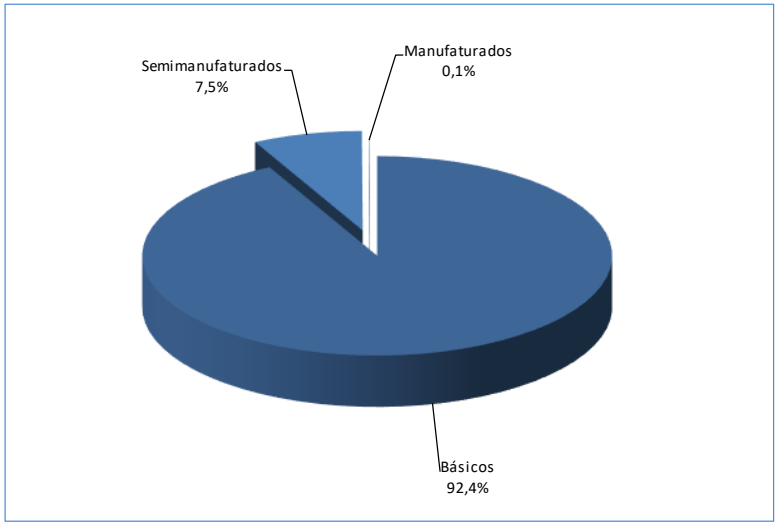


	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	500,6	882,9	1.129,6	970,9	1.598,8	1.846,6	1.147,2	1.236,2	2.240,6	2.363,3	2.200,9	1.615,7	1.443,7	1.669,5	2.311,0	2.600,5	2.298,4	2.326,0
Exportações brasileiras (X)	491,5	869,1	1.126,9	968,0	1.567,9	1.835,6	1.132,5	1.217,2	2.117,2	2.328,1	2.177,2	1.607,1	1.438,7	1.666,2	2.232,5	2.559,7	2.258,5	2.209,6
Importações brasileiras (M)	9,1	13,8	2,6	2,9	30,8	11,0	14,8	19,0	123,3	35,2	23,7	8,6	5,0	3,3	78,5	40,9	39,9	116,4
Saldo (X-M)	482,4	855,3	1.124,3	965,1	1.537,1	1.824,6	1.117,7	1.198,3	1.993,9	2.292,8	2.153,4	1.598,5	1.433,7	1.662,9	2.154,0	2.518,8	2.218,6	2.093,2

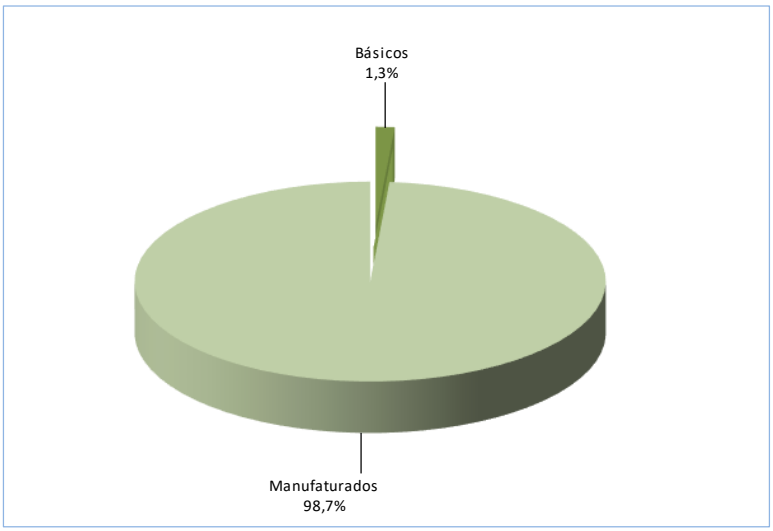
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



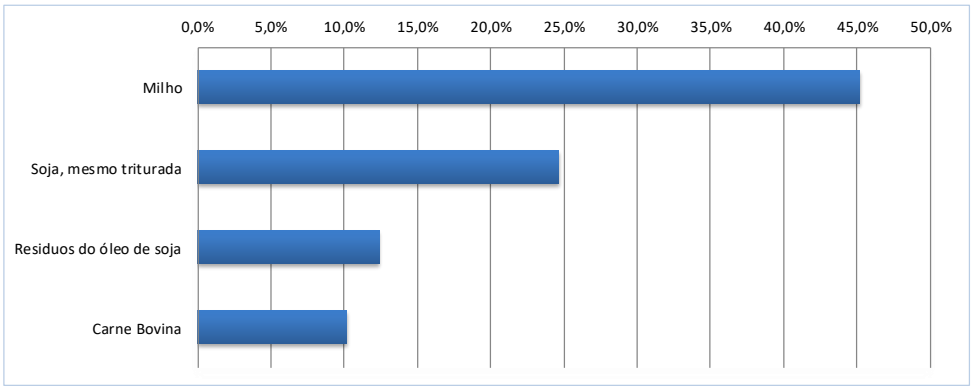
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Composição das exportações brasileiras para o Irã
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Milho	782,6	30,6%	1.096,1	48,5%	998,2	45,2%
Soja, mesmo triturada	469,1	18,3%	511,3	22,6%	545,0	24,7%
Residuos do óleo de soja	134,0	5,2%	198,4	8,8%	273,4	12,4%
Carne Bovina	559,7	21,9%	318,5	14,1%	224,2	10,1%
Subtotal	**1.945,4**	**76,0%**	**2.124,2**	**94,1%**	**2.040,8**	**92,4%**
Outros	**614,2**	**24,0%**	**134,3**	**5,9%**	**168,8**	**7,6%**
Total	**2.559,7**	**100,0%**	**2.258,5**	**100,0%**	**2.209,6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

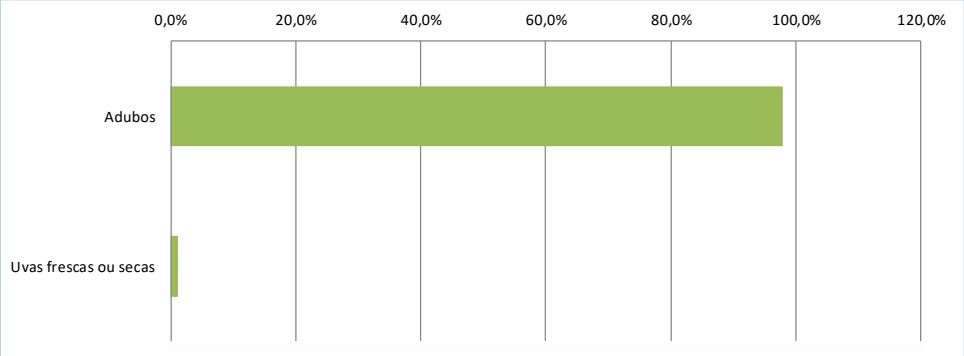


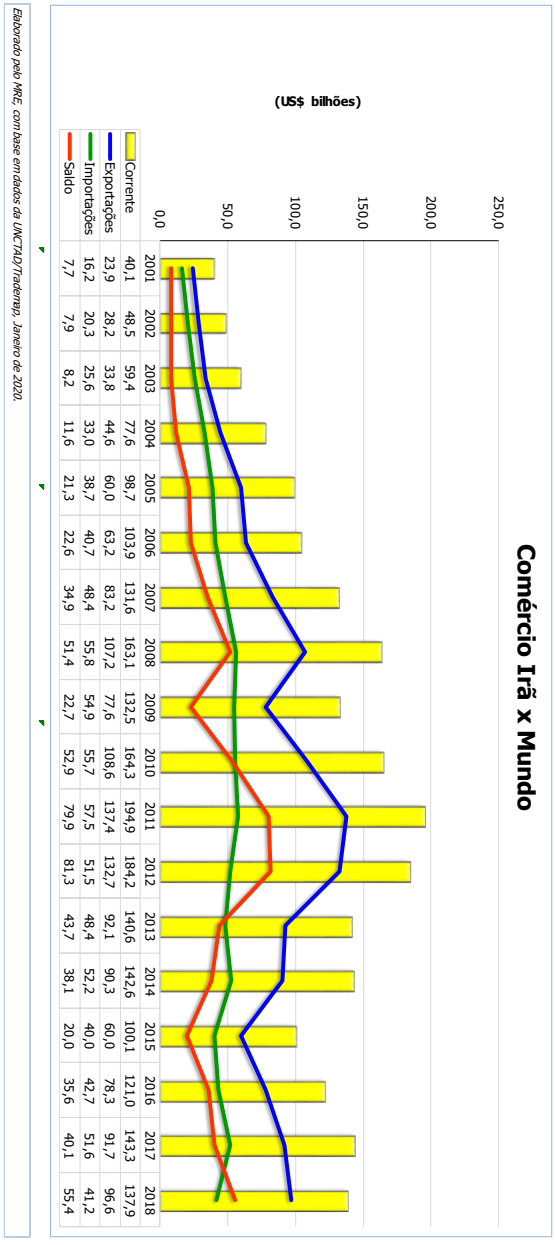
Composição das importações brasileiras originárias do Irã
US$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	21,7	53,0%	0,0	0,0%	113,9	97,8%
Uvas frescas ou secas	2,0	4,8%	0,8	2,0%	1,4	1,2%
Subtotal	**23,6**	**57,8%**	**0,8**	**2,0%**	**115,3**	**99,0%**
Outros	**17,2**	**42,2%**	**39,1**	**98,0%**	**1,1**	**1,0%**
Total	**40,9**	**100,0%**	**39,9**	**100,0%**	**116,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



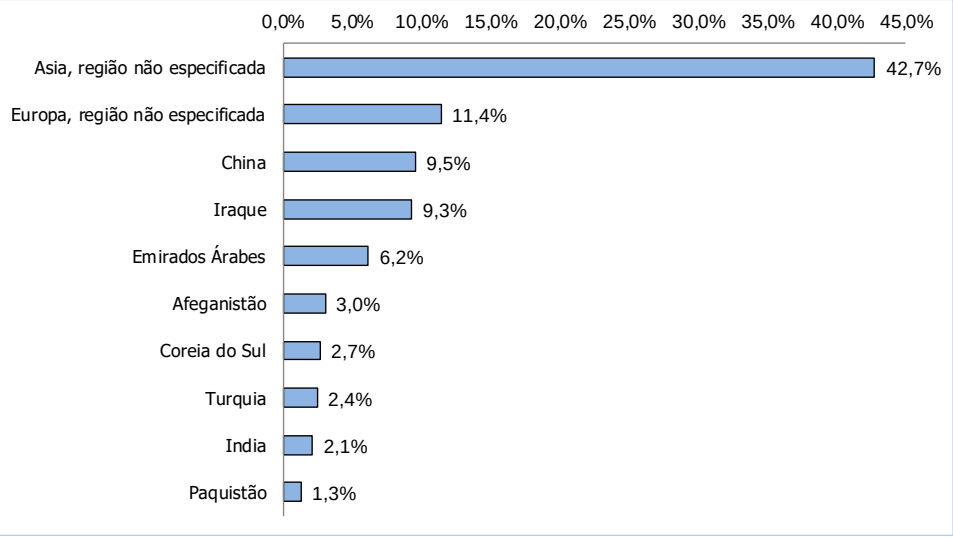

Comércio Irã x Mundo
(US$ bilhões)
0,0
50,0
100,0
150,0
200,0
250,0
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2001 40,1 23,9 16,2 7,7
2002 48,5 28,2 20,3 7,9
2003 59,4 33,8 25,6 8,2
2004 77,6 44,6 33,0 11,6
2005 98,7 60,0 38,7 21,3
2006 103,9 63,2 40,7 22,6
2007 131,6 83,2 48,4 34,9
2008 163,1 107,2 55,8 51,4
2009 132,5 77,6 54,9 22,7
2010 164,3 108,6 55,7 52,9
2011 194,9 137,4 57,5 79,9
2012 184,2 132,7 51,5 81,3
2013 140,6 92,1 48,4 43,7
2014 142,6 90,3 52,2 38,1
2015 100,1 60,0 40,0 20,0
2016 121,0 78,3 42,7 35,6
2017 143,3 91,7 51,6 40,1
2018 137,9 96,6 41,2 55,4
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

Principais destinos das exportações do Irã
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Asia, região não especificada	41,30	42,7%
Europa, região não especificada	11,01	11,4%
China	9,22	9,5%
Iraque	8,96	9,3%
Emirados Árabes	5,95	6,2%
Afeganistão	2,93	3,0%
Coreia do Sul	2,57	2,7%
Turquia	2,37	2,4%
India	2,05	2,1%
Paquistão	1,25	1,3%
...		
Brasil (67º lugar)	**0,02**	***0,0%***
Subtotal	**87,61**	**90,7%**
Outros países	**9,01**	**9,3%**
Total	**96,62**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais destinos das exportações

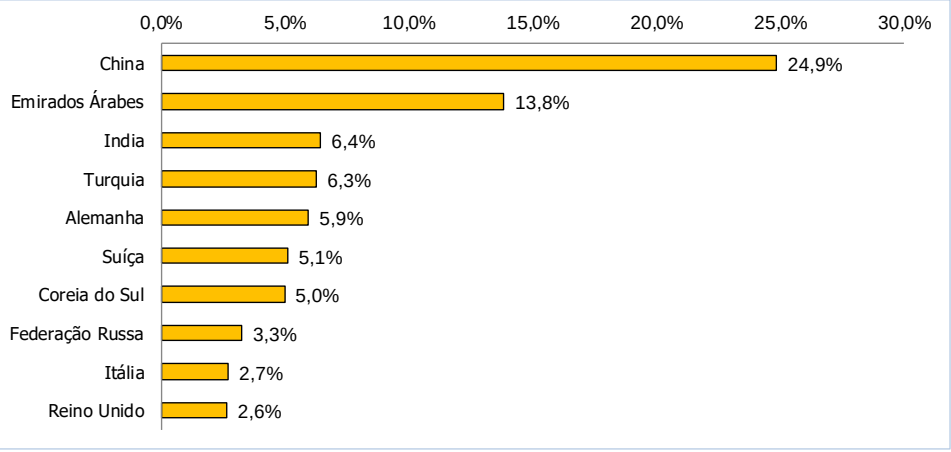


Principais origens das importações do Irã
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	10,25	24,9%
Emirados Árabes	5,71	13,8%
India	2,65	6,4%
Turquia	2,58	6,3%
Alemanha	2,45	5,9%
Suíça	2,10	5,1%
Coreia do Sul	2,05	5,0%
Federação Russa	1,34	3,3%
Itália	1,11	2,7%
Reino Unido	1,09	2,6%
...		
Brasil (15º lugar)	***0,49***	***1,2%***
Subtotal	**31,82**	**77,2%**
Outros países	**9,41**	**22,8%**
Total	**41,24**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais origens das importações

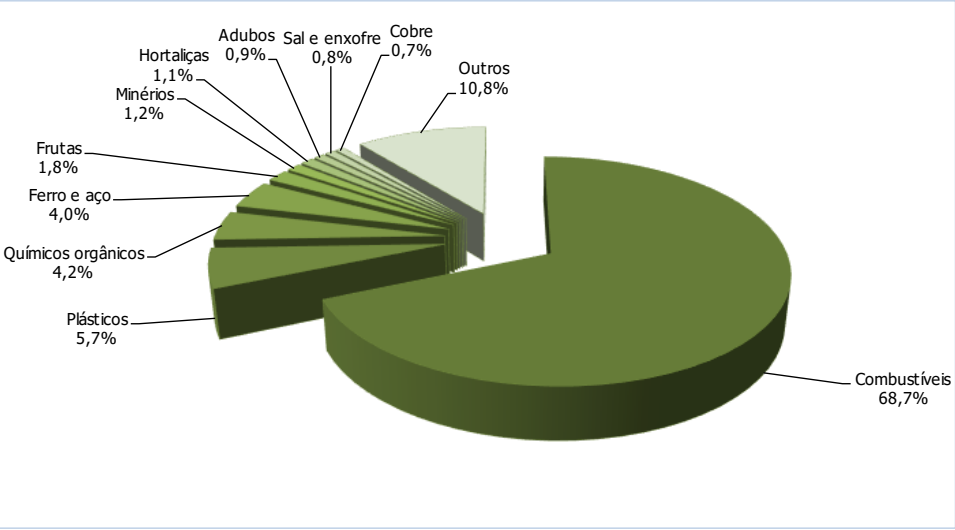


Composição das exportações do Irã
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	66,37	68,7%
Plásticos	5,55	5,7%
Químicos orgânicos	4,11	4,2%
Ferro e aço	3,91	4,0%
Frutas	1,72	1,8%
Minérios	1,14	1,2%
Hortaliças	1,07	1,1%
Adubos	0,84	0,9%
Sal e enxofre	0,79	0,8%
Cobre	0,70	0,7%
Subtotal	**86,19**	**89,2%**
Outros	**10,43**	**10,8%**
Total	**96,62**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

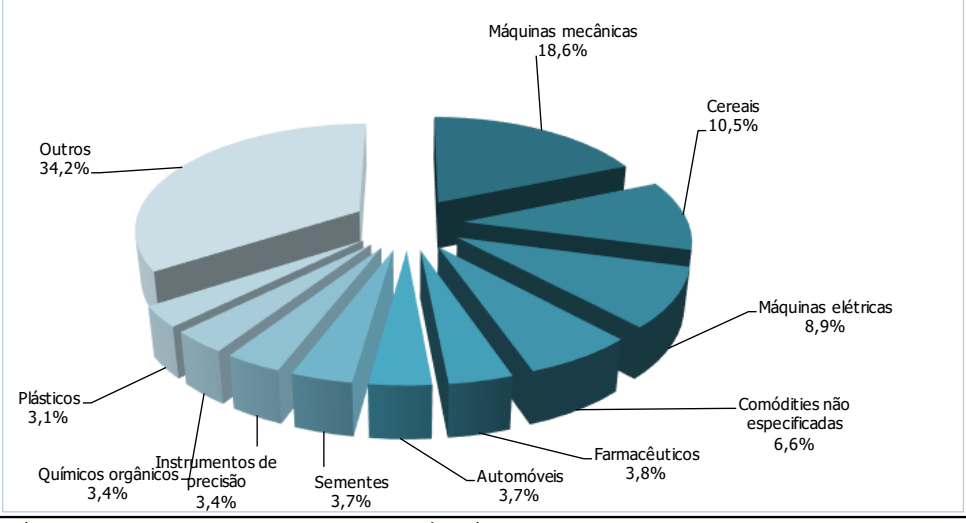


Composição das importações do Irã
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,69	18,6%
Cereais	4,35	10,5%
Máquinas elétricas	3,66	8,9%
Comódities não especificadas	2,73	6,6%
Farmacêuticos	1,58	3,8%
Automóveis	1,53	3,7%
Sementes	1,51	3,7%
Instrumentos de precisão	1,41	3,4%
Químicos orgânicos	1,39	3,4%
Plásticos	1,28	3,1%
Subtotal	**27,12**	**65,8%**
Outros	**14,12**	**34,2%**
Total	**41,24**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



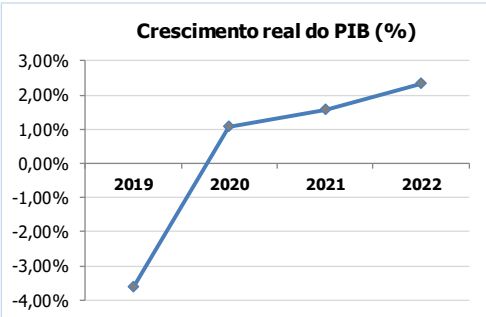
Principais indicadores socioeconômicos do Irã

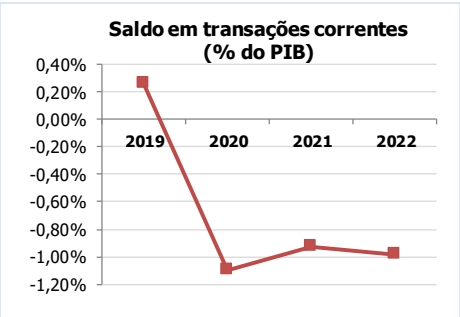
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-3,61%	1,06%	1,58%	2,31%
PIB nominal (US$ bilhões)	333,60	340,98	352,95	367,68
PIB nominal "per capita" (US$)	4.006	4.052	4.153	4.285
PIB PPP (US$ bilhões)	4.627,14	4.675,75	1.733,97	1.807,03
PIB PPP "per capita" (US$)	19.541	19.914	20.401	21.059
População (milhões habitantes)	83,27	84,15	85,00	85,81
Desemprego (%)	14,28%	14,85%	15,57%	15,92%
Inflação (%)(2)	27,68%	20,00%	15,00%	12,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,26%	-1,10%	-0,93%	-0,98%
Dívida externa (US$ bilhões)	4,60	4,80	5,40	6,00
Câmbio (IR / US$)(2)	59,58	62,78	64,51	67,61
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		9,6%		
Indústria		35,3%		
Serviços		55,0%		

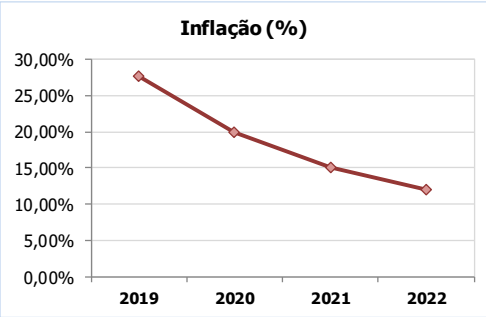
Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

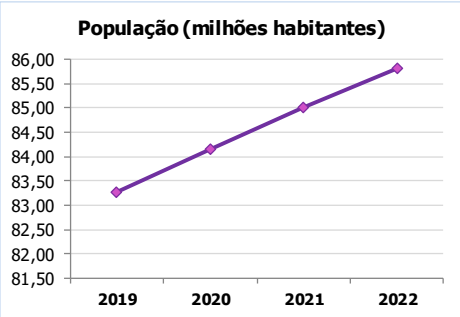
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM TEERÃ

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RODRIGO DE AZEREDO SANTOS

I - POLÍTICA INTERNA

Cabe recordar, preliminarmente, que o Irã tem um dos sistemas políticos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias. No espectro político interno, sobressaem três núcleos de poder - líderes religiosos, Guarda Revolucionária e Poder Executivo - submetidos, em última instância, às instruções do líder supremo, aiatolá Ali Khamenei.

2. O presidente Hassan Rouhani, moderado, está prestes a adentrar os últimos doze meses de seu segundo mandato (iniciado em agosto de 2017). Eleito, em 2013, com plataforma baseada na promoção de agenda progressista na área de direitos humanos e de engajamento construtivo na comunidade internacional, reelegeu-se, em 2017, com 57% dos votos e comparecimento recorde às urnas (41 milhões de eleitores, 73% do eleitorado, entre os quais minorias étnicas, intelectuais e artistas), na esteira do sucesso da negociação do acordo nuclear, assinado em 2015.

3. O "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA) é, sem dúvida, a principal realização de Rouhani à frente da República Islâmica. Firmado com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, a Alemanha e a União Europeia, o acordo prevê o levantamento das sanções impostas a Teerã, em troca do congelamento de aspectos do programa nuclear iraniano, sob verificação periódica da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além de representar vitória diplomática em si, o acordo possibilitou a retomada de relações comerciais com as maiores economias mundiais.

4. Entre as principais conquistas do atual governo na área de direitos humanos, destacam-se a aprovação da Carta dos Direitos do Cidadão - cuja elaboração incluiu diálogo inclusivo entre o governo e a sociedade civil - e da emenda à lei de combate ao narcotráfico, que restringiu a aplicação da pena de morte.

5. Durante ambos os mandatos, o presidente sofreu resistência da esfera conservadora no país (bloco "principalista" no parlamento), contrária a reformas internas e favorável a postura mais combativa com relação a potências ocidentais e rivais regionais. A crise econômica - causada pela saída dos

Estados Unidos do JCPOA, em maio de 2018, e a subsequente imposição de sanções unilaterais, e agravada agora pela pandemia do covid-19 - tem ocupado o cerne das críticas contra Rouhani.

6. Se nas eleições parlamentares e para a Assembleia de Sábios de fevereiro de 2016, Rouhani colheu frutos pela assinatura do acordo, o mandatário assistiu à reversão desse quadro em 2020, quando se elegeu ampla maioria conservadora, em eleições marcadas por impedimentos impostos a candidaturas dos grupos políticos de reformistas e de moderados.

7. O cenário de contingência (relativo desabastecimento, inclusive de remédios, e perda do poder aquisitivo) também teve impacto sobre o apoio popular ao presidente. Desde o final de 2017, houve três manifestações populares de grande porte, com episódios de violência e depredação de propriedade pública e privada (atribuídos, pelo governo iraniano, à ação de terroristas e agentes infiltrados). A última delas ocorreu em janeiro do corrente - após o abate acidental, pela Guarda Revolucionária, de avião ucraniano de passageiros –, quando as palavras de ordem foram eminentemente de crítica ao governo e ao próprio líder supremo.

II - CONJUNTURA ECONÔMICA

8. O Irã possui economia diversificada e dinâmica - embora o setor de petróleo e gás seja, de longe, o mais importante - que abrange áreas como energia, mineração, siderurgia, têxtil, automotiva, farmacêutica, agricultura e processamento de alimentos, engenharia e construção civil, entre outras. Ademais, o país, de 82 milhões de habitantes, constitui um grande mercado para bens e serviços, e detém elevado nível de recursos humanos que contam com boa educação básica, formação acadêmica em reconhecidas universidades e treinamento em institutos de capacitação técnica.

9. Nos últimos anos, o cenário econômico iraniano pode ser dividido em dois períodos bastante distintos. Quando assumi o posto, no início de 2017, o Irã vivia momento de crescimento econômico e otimismo, baseados no levantamento das sanções estabelecido pelo acordo nuclear, no aumento das exportações de petróleo e nas perspectivas de vultosos investimentos estrangeiros. A economia iraniana cresceu 12,5% em 2016 e 3,4% no ano seguinte.

10. A partir de meados de 2018, após o restabelecimento das sanções norte-americanas, que impactam inclusive empresas de outros países com atuação nos Estados Unidos, o cenário alterou-se de forma completa. Os indicadores econômicos, liderados pela taxa de câmbio, sofreram fortes choques. A moeda iraniana vale, hoje, um quinto do que valia em abril de 2018 (a taxa passou de cerca de 40.000 rials por dólar para

aproximadamente 200.000 rials por dólar).

11. A desvalorização cambial fez aumentar a inflação, que vinha apresentando taxas anuais em torno dos 10%, e hoje ronda os 40% ao ano. A grande redução das exportações de petróleo retirou cerca de USD 40 bilhões da economia no decorrer de 2019, gerando significativo impacto negativo nas contas públicas e na capacidade de importação iranianas. A recessão econômica fez o PIB cair 5,4% em 2018 e 7,6% no ano passado.

12. Essa realidade, somada à taxa de desemprego relativamente elevada, de 12% (dado pré-pandemia), e reajustes salariais que não acompanham a inflação, tem gerado insatisfação popular. A pandemia do coronavírus, que tem afetado bastante o Irã, adicionou dificuldades ainda maiores a esse contexto. O FMI projeta redução do PIB iraniano em 6% neste ano e retomada parcial em 2021, com crescimento de 3,1%. O cenário anterior, de outubro passado, previa estagnação para 2020 e crescimento de 1% no próximo ano.

13. Apesar da severa crise econômica pela qual passa o país, o Irã ainda é um dos principais mercados do Oriente Médio. Além da população de mais de 80 milhões de habitantes, o país tem canais de comércio estabelecidos com a região, permitindo o acesso a quase 400 milhões de pessoas. A maioria da população iraniana é jovem, com menos de 35 anos, e altamente urbanizada, com poder aquisitivo significativo.

14. Há importantes oportunidades para o Brasil não só nos setores tradicionais do comércio bilateral (soja, milho, carne e açúcar), como também em setores de maior valor agregado (implementos agrícolas; tratamento de água; equipamentos médico-hospitalares; medicamentos; ônibus urbanos; caminhões, serviços de engenharia, entre outros).

15. Não obstante, também existem desafios para o aumento do fluxo comercial. O mercado doméstico é caracterizado pelo protecionismo e por alto grau de regulamentação. Ademais, a reimposição das sanções norte-americanas dificulta o comércio com o país, tendo em vista que as sanções sobre o sistema bancário iraniano dificultam as operações mesmo de produtos não sancionados, como os produtos agrícolas e aqueles da área de saúde. Embora esse contexto imponha desafios, ele também gera oportunidades, principalmente para aqueles países que logram manter relações, diretas ou indiretas, com instituições financeiras iranianas. Esse é o caso do Brasil, que, nos últimos três anos, após seguidas gestões que realizei junto a instituições financeiras brasileiras, logrou desenvolver relacionamento bancário com o Irã, facilitando o fluxo de pagamentos a nossos exportadores.

III - PRIORIDADES DA POLÍTICA EXTERNA IRANIANA

16. A política externa iraniana prima pelo desenvolvimento socioeconômico do país por meio da plena inserção na comunidade internacional, pela segurança de seu território e pelo direito ao desenvolvimento de programa nuclear para fins pacíficos e de defesa. À luz desses objetivos, o presidente Hassan Rouhani atua sobre os três pilares seguintes: diplomacia ativa, alavancada pela busca de apoio ao JCPOA, a fim de evitar o isolamento pretendido pelos Estados Unidos; diversificação da cooperação econômico-comercial; e atuação político-militar em seu entorno.

17. Os Estados Unidos deixaram unilateralmente o JCPOA, em maio de 2018, e impuseram sanções unilaterais progressivas contra o Irã, primárias (relacionadas a empresas dos EUA) e secundárias (voltadas para empresas estrangeiras), o que implicou pressão sobre o restante da comunidade internacional para que acompanhasse a normativa norte-americana. No entanto, os demais signatários do acordo continuaram a defender sua validade e importância para o regime internacional de não-proliferação.

18. O Irã reduziu o cumprimento de suas obrigações trimestralmente como forma de pressão às partes remanescentes (política "less-for-less"), com base na prerrogativa prevista nos artigos 26 e 36 do acordo. Além das premências de política interna, a decisão iraniana refletiu a insatisfação no tocante à ausência de resultados concretos para assegurar o intercâmbio comercial iraniano, especialmente de petróleo, principal responsável pela obtenção das divisas necessárias para manter o mercado local abastecido, inclusive de alimentos. Nos pronunciamentos a respeito, o país reitera a disposição para retomar plenamente o cumprimento de suas obrigações, em caso de reciprocidade das demais partes.

19. No presente, o Irã mantém apenas a obrigação referente às inspeções da AIEA, sem prejuízo do diálogo com países europeus, UE, China e Rússia, a fim de buscar meios para a preservação do acordo. No cerne das discussões atuais, estão a iminente suspensão do embargo imposto pelo Conselho de Segurança à compra e venda armas pelo Irã (outubro) - que tem gerado preocupação e reações em contrário dos Estados Unidos e alguns países mais próximos e o dossiê apresentado por Israel à AIEA, que levantaria suspeitas quanto a instalações iranianas não declaradas. Apesar dos desafios, todas as partes remanescentes asseguram o firme compromisso de preservação do JCPOA, que consideram ainda ser o melhor mecanismo disponível para assegurar a não-proliferação nuclear no Irã.

20. Em paralelo, sobressai como prioritária a reaproximação com os países vizinhos, com os quais o Irã visa a desenvolver diálogo sobre segurança regional para o Golfo, entre outras formas de cooperação. Dessa forma, por um lado, o país foi um dos que contribuíram para a erradicação do terrorismo na Síria e no Iraque, é garante do processo de Astana para a Síria e

apoia o acordo de Estocolmo para uma solução política para o Iêmen. Por outro lado, investiu na formação de rede de aliados em países vizinhos – sobretudo na Síria, no Iraque e no Iêmen - como forma de manter conflitos afastados de suas fronteiras e com cuja lealdade espera contar em eventuais enfrentamentos armados com estados rivais.

21. Apesar das limitações econômicas, o país alberga quase um milhão de refugiados, além de cerca de dois milhões de indocumentados, entre afegãos (grande maioria, instalados no país há mais de 40 anos) e iraquianos (cerca de 30 mil).

22. O Irã ressente-se da precariedade da segurança na região, a qual, somada à inserção geográfica central iraniana, favorece a vulnerabilidade deste país. Recorda-se que, além das porosas fronteiras terrestres com Turcomenistão (992 km), Afeganistão (936 km), Paquistão (909 km), Iraque (1458 km), Turquia (499 km), Azerbaijão (432 km) e Armênia (35 km), o Irã - banhado pelo mar Cáspio, pelo golfo Pérsico e pelo golfo de Omã - tem fronteiras marítimas, ao norte e ao sul, com vizinhos importantes, como Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein e Omã.

23. Do ponto de vista estratégico-militar, este país manifesta, reiteradamente, preocupação com o fluxo de armas na região, em posse tanto de estados rivais, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Israel, como de grupos não-estatais (que presume serem abastecidos por países ocidentais, no contexto das tentativas de promover "regime change" na região). Soma-se a esse quadro estrutural a intermitente tensão com os Estados Unidos.

24. O Irã também está atento aos riscos que representam a forte presença de narcotraficantes e grupos terroristas no entorno. As tentativas destes últimos de penetrar as fronteiras iranianas - provenientes, principalmente, do Afeganistão e do Paquistão - resultam em frequentes embates com a Guarda Revolucionária e baixas de ambas as partes.

IV. RELAÇÕES BRASIL-IRÃ

25. Brasil e Irã possuem importantes laços de cooperação. As relações diplomáticas entre os dois países, estabelecidas em 1903, são históricas, e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. O Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília (1960). Foram registradas visitas de alto nível de lado a lado, e há diversos acordos e memorandos de entendimento que foram assinados nas áreas de comércio, finanças, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, consular, cooperação jurídica e penal, turismo e esportes.

26. Durante minha gestão à frente da Embaixada na República Islâmica do Irã, foram celebrados vários instrumentos

importantes do relacionamento bilateral:

- Memorando de Entendimento para a Cooperação Mútua em Matéria de Saúde (23/5/2017);
- Plano de Ação em Promoção de Saúde e Nutrição (05/10/2017);
- Tratado de Extradição (10/4/2018);
- Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Irã (10/4/2018);
- Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal (10/4/2018);
- Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil (10/4/2018);
- Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Escola Internacional de Relações Exteriores do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas (10/4/2018);
- Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil (ANVISA) e a Agência Reguladora de Alimentos e Medicamentos do Irã (IFDA) sobre o intercâmbio de informações relativas à área de regulação de produtos para a saúde (10/4/2018);
- Memorando de Entendimento para Oferta de Facilidades Financeiras (2/10/2018); e
- Certificado Sanitário Internacional para Exportação de Carne Desossada de Bovino do Brasil (20/07/2019).

27. Adicionalmente, estão em fase final de negociação ou prontos para assinatura os seguintes instrumentos de cooperação:

- Acordo de Cooperação no Campo Veterinário e em Saúde Animal;
- Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e a Organização de Pesquisa, Educação e Extensão Agrícola do Irã (AREEO) para Cooperação Científica e Tecnológica Básica;
- Acordo sobre Transporte Marítimo;
- Memorando de Entendimento sobre Serviços Aéreos entre a ANAC e a Agência de Aviação Civil do Irã (ICAO);
- Acordo entre o Porto de Santos e o Porto de Chabahar;
- Acordo de Cidades Irmãs entre Santos-SP e Abadan; e
- Memorando de Entendimento entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade de Teerã (UT).

IV.1 - VISITAS E DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

28. Em 2017, visitaram este país o então ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho (setembro), que manteve reuniões com o Ministro do Petróleo Bijan Namdar Zangeneh; e o então Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki, acompanhando de representantes da área de investimentos do ministério (setembro), que se reuniram com vice-ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio. Do lado iraniano, houve também visita de vice-ministro da Agricultura a Brasília para participar da I Reunião do Comitê Consultivo Agrícola (CCA), realizada em novembro.

29. Em 2018, o Irã recebeu duas visitas de alto nível de representantes do Poder Legislativo brasileiro. A primeira foi realizada em maio, pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Irã, cuja delegação foi liderada pelo deputado Evandro Roman (PSD/PR) e integrada pelo deputado Felipe Maia (DEM/RN), além de assessores, empresários e funcionário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que visitou parque tecnológico próximo a Teerã, manteve reuniões no parlamento iraniano, no Ministério dos Esportes e na Chancelaria, além de encontrar-se com membros de câmaras de comércio. Em novembro, foi realizada a visita do então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor de Mello, que se reuniu com o chanceler Mohammad Javad Zarif, com o então presidente do parlamento Ali Larijani, com o Ministro de Economia e Finanças, e com o Grupo Parlamentar de Amizade Irã-Brasil.

30. Naquele mesmo ano, visitaram o Brasil o ministro de Energia Reza Ardakanian (março), por ocasião do Fórum Mundial da Água; o ministro de Negócios Estrangeiros, Mohammad Javad Zarif (abril), que se reuniu com o presidente da República e com o ministro das Relações Exteriores, bem como proferiu palestras no Instituto Rio Branco e na Confederação Nacional da Indústria (CNI); o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para Assuntos Econômicos, Gholam Reza Ansari (junho), que se reuniu com o ministro das Relações Exteriores e com a ministra, interina, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Irã-Brasil, liderada por seu presidente, deputado Abdol Reza Azizi (outubro), que manteve encontros com o ministro do Esporte e com o secretário de Governo, em Brasília, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no Rio de Janeiro. A delegação, integrada por três outros deputados iranianos, visitou, ainda, Curitiba, Foz do Iguaçu e Rondônia.

31. Autoridades de Brasil e do Irã também se encontraram em terceiros países a fim de avançar a agenda bilateral. Em 2017, os ministros da Defesa reuniram-se em Moscou, em paralelo a reunião internacional sobre segurança e defesa, ocasião em que se chegou a aventar troca de visitas para aprofundar a cooperação bilateral nessa área; e os Ministros da Saúde reuniram-se em Genebra (maio), à margem da 70ª Assembleia Mundial da Saúde, quando foi assinado memorando de entendimento para cooperação em saúde, e em Montevidéu (outubro), à margem da Conferência Global sobre Doenças Não Transmissíveis da OMS, quando foi assinado marco de ação em promoção de saúde e nutrição. Em dezembro de 2018, em Nairóbi, à margem de reunião multilateral, realizou-se encontro entre funcionários da ANAC e da Agência de Aviação Civil do Irã (ICAO). Na ocasião, ambos os lados se comprometeram a avançar nas negociações do acordo de serviços aéreos.

32. A exemplo de países como Suíça, Noruega e Japão, o Brasil mantém dois canais específicos a fim de aprofundar o entendimento e a cooperação com o Irã, o Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas e o Diálogo Bilateral sobre Direitos Humanos. Entretanto, apesar da proposta de datas por parte da Chancelaria local, não foi possível realizar reuniões no âmbito dessas iniciativas nos últimos três anos e meio. A última reunião de consultas políticas ocorreu em Teerã, em 2016, e o diálogo sobre direitos humanos ainda não se concretizou.

33. A República Islâmica tem reiterado postura pragmática com relação aos ajustes de política externa adotados, recentemente, pelo Brasil. Dessa forma, o governo iraniano tem reafirmado a intenção de respeitar eventuais divergências de posições entre os dois países na área internacional, com vistas a preservar as relações bilaterais no melhor patamar possível, sobretudo no âmbito da cooperação econômica. Ressalte-se, ainda, que o bom entendimento político nos anos recentes reverteu-se em recorrente apoio iraniano a candidaturas brasileiras em âmbito multilateral.

IV.2 - GESTÕES EM FAVOR DE CANDIDATURAS OU TEMAS DE INTERESSE BRASILEIRO

34. Desde a minha chegada ao Posto, foram realizadas gestões em favor das seguintes candidaturas: Conselho de Segurança das Nações Unidas, Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, Conselho Executivo da UNESCO, Organização Internacional do Mar (IMO), Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC), Corte Internacional de Justiça (CIJ), Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Conselho da Organização Civil Internacional (OACI), Comissão do Codex Alimentarius (CAC), Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) e Conselho de Operações Postais (COP) da União Postal Universal (UPU).

35. Durante o referido período, o Irã respondeu de forma positiva aos pedidos de apoio ou propostas de troca de votos por parte desta embaixada. Em mais de uma ocasião, justificou a posição adotada em função das boas relações bilaterais e do reconhecido desempenho do Brasil em âmbito multilateral.

IV.3 - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

36. O Irã é um importante mercado para o comércio exterior do Brasil, tendo adquirido cerca de USD 2,2 bilhões em produtos brasileiros em 2019, principalmente do agronegócio. A corrente de comércio bilateral, no ano passado, fez do Irã o quinto maior comprador do agronegócio brasileiro, o quarto maior superávit do Brasil (USD 2,075 bi) e o segundo maior destino

dos produtos brasileiros no Oriente Médio.

37. Em 2019, o Irã foi o segundo maior mercado do milho brasileiro e o quinto da carne e da soja em grãos. O país persa também foi um importante comprador de açúcar e farelo de soja do Brasil. Nosso país, por sua vez, importa pouco do Irã (cerca de USD 110 milhões no ano passado), adquirindo, sobretudo, ureia, uva-passa e pistache. Nos últimos meses, a escassez de moeda forte, em razão das sanções, tem levado o governo iraniano a privilegiar o comércio compensado ("countertrade"), o que impõe desafios para as exportações brasileiras tendo em vista o desequilíbrio do comércio bilateral.

38. A importância do mercado iraniano para os produtos agrícolas nacionais é maior do que as estatísticas brasileiras mostram, uma vez que parte significativa das vendas brasileiras passa por países intermediários, como os Emirados Árabes Unidos, Turquia ou Omã, principalmente em razão das dificuldades logísticas e de pagamento impostas pelas sanções. Segundo estatísticas iranianas, as importações iranianas de produtos brasileiros alcançaram, nos últimos anos, cerca de USD 3,5 bilhões anuais, o que significa que mais de USD 1 bilhão em exportações brasileiras chega ao mercado do Irã por via indireta.

39. À luz do comércio bilateral e da importância de diálogo fluido em temas agrícolas, foi realizada, em Brasília, em novembro de 2017, a primeira reunião do Comitê Consultivo Agrícola (CCA). Para preparar essa reunião, recebi, em setembro daquele ano, o então secretário-executivo do MAPA, que se encontrou com o vice-ministro da Agricultura iraniano e com o presidente da Organização Veterinária do Irã, bem como com vice-ministro da Indústria e Comércio. Planeja-se, nos próximos meses, realizar a segunda reunião do CCA, por videoconferência, e assinar acordos de cooperação nas áreas de saúde animal e de pesquisa agrícola, este último entre a EMBRAPA e sua congênere iraniana.

40. Durante os meus três anos à frente do posto, a Embaixada organizou, com o apoio do MAPA, a participação de pavilhão brasileiro na "Iran Agrofood", principal feira do setor de alimentos no Irã. A presença de empresas brasileiras na referida feira é importante tanto para manter a posição brasileira em mercados nos quais o Brasil já é um dos principais fornecedores (milho, soja, carne), como para aproveitar oportunidades em produtos com potencial de crescimento, como óleos vegetais, arroz, café em grãos (café verde), tabaco, gelatina, concentrados de frutas para uso da indústria de transformação, além de maquinário agrícola.

41. Além do setor agrícola, o mercado iraniano apresenta boas oportunidades para o comércio exterior brasileiro em outras áreas. Por essa razão, realizei diversas gestões, no Brasil e

no Irã, para a aprovação, no Conselho de Ministros da CAMEX, em julho de 2018, e para a assinatura, em Teerã, em outubro do mesmo ano, do Memorando de Entendimento que estabelece cooperação financeira entre o Brasil e o Irã, com limite operacional inicial no valor de EUR 1,2 bilhão, para o financiamento de exportações de serviços e de bens brasileiros de maior valor agregado, com as devidas garantias apresentadas pelo lado iraniano (garantia soberana, pagamento adiantando de 20% e conta-garantia com depósito de 20% do valor da exportação).

42. Embora ainda não tenha sido possível implementá-lo, por faltar a assinatura de acordo bancário operacional entre o BNDES e banco apontado pelo lado iraniano, o Memorando constitui instrumento relevante para a diversificação da pauta exportadora brasileira ao Irã. Os projetos beneficiados seriam aprovados caso a caso, e abarcariam áreas consideradas prioritárias na cooperação econômica bilateral, como equipamentos médico-hospitalares, implementos agrícolas e máquinas e equipamentos para irrigação e tratamento de água, além de equipamentos de transporte - ônibus e caminhões - no modelo CBU, todos setores fora das sanções norte-americanas.

43. Os setores farmacêutico e de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos poderiam ser os primeiros a se beneficiarem do financiamento, tendo em vista o caráter humanitário desse comércio, o que facilitaria a participação de bancos privados. O Irã importa, anualmente, cerca de USD 3 bilhões em produtos desses setores. Os principais fornecedores são Alemanha, China, Suíça e Estados Unidos.

44. Empresas brasileiras desses setores e suas associações, como a ABIQUIFI e a ABIMO, já demonstraram, diversas vezes, interesse pelo mercado iraniano. Por isso, em outubro de 2017, a Embaixada organizou, em Teerã, seminário sobre o setor de saúde, que contou com a participação de representantes da ABIQUIFI, ANVISA e FINEP. Dando seguimento ao seminário, em abril de 2018, no âmbito da visita do chanceler iraniano ao Brasil, a ANVISA e a "Iran Food and Drug Administration" (IFDA) assinaram Memorando de Entendimento sobre o intercâmbio de informações relativas à área de regulação de produtos para a saúde. Em continuação, foi realizado, em São Paulo, em novembro daquele ano, Diálogo de Saúde Brasil-Irã - organizado pela Embaixada do Brasil, com apoio da ANVISA, ABIMO e APEX, e com a participação de funcionários de alto nível do Ministério da Saúde iraniano e da IFDA - com o objetivo de avançar no entendimento das práticas e regulações dos dois países nesses setores.

45. Busquei promover contatos, igualmente, no setor de irrigação e tratamento de água, tendo em vista que o Irã sofre severo problema de escassez hídrica e necessita investir nessa área. Em outubro de 2017, o posto organizou, no Parque

Tecnológico Pardis, a 90 km de Teerã, seminário sobre "Inovação, Tecnologias Sustentáveis e Gestão de Águas", que contou com representantes da FINEP e do Parque Tecnológico de Itaipu.

46. Na área de cooperação financeira, a Embaixada apoiou diversas missões de bancos brasileiros a Teerã, a fim manter ou ampliar suas conexões com bancos e empresas iranianas. Deve-se recordar que os grandes bancos brasileiros não aceitam pagamentos de empresas iranianas, mesmo no tocante a produtos não sancionados pelos Estados Unidos, como alimentos e remédios. Essa "overcompliance" dificulta as transações comerciais com o Irã, sendo essencial para o comércio exterior brasileiro que bancos médios e menores estejam dispostos a estabelecer contatos com o mercado iraniano. Atualmente, os bancos brasileiros BS2 e Máxima mantêm rede de correspondentes bancários iranianos que, por intermédio de bancos europeus, podem "fechar operação de câmbio" e enviar pagamentos para o Brasil.

47. Caso as sanções norte-americanas sejam retiradas nos próximos meses ou anos, o Irã também apresentará possibilidades interessantes para a exportação de produtos brasileiros em setores que estão hoje sob sanções, como insumos, máquinas, equipamentos e serviços de engenharia para os setores de petróleo, mineração e siderurgia, além de aeronaves e autopeças. No caso dos aviões, o Irã pretende comprar dezenas de unidades, de forma a modernizar sua obsoleta frota aérea. A Embraer assinou carta de intenções com empresas aéreas iranianas para venda de vinte aeronaves, mas as negociações foram suspensas com a volta das sanções dos Estados Unidos.

48. Em cenário pós-sanções, o Irã, um dos principais produtores de petróleo e de gás do mundo, também representará perspectivas auspiciosas para investimentos no setor energético. Por essa razão, em setembro de 2017, em período anterior à reimposição das sanções, recebi o ministro de Minas e Energia brasileiro, que se reuniu com o ministro de Petróleo do Irã para tratar, entre outros assuntos, do interesse iraniano em investir em refinaria no Maranhão. Também nesse contexto, a PETROBRAS e a Companhia Nacional de Petróleo Iraniano (NIOC) iniciaram conversas, por sugestão minha, para a participação da empresa brasileira em projeto de exploração “offshore” no Mar Cáspio. O projeto não envolveria ônus financeiro para a PETROBRAS, cuja contrapartida seria contribuição com tecnologia em águas profundas, capacitação de recursos humanos e “know-how" gerencial. As negociações foram paralisadas após a retomada das sanções dos EUA contra o Irã.

11

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 47, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Fernando Collor

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20762.55897-47

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 47, de 2020 (nº 508, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício*.

RELATOR: Senador **FERNANDO COLLOR**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao que previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo/SP, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20762.55897-47

Bacharelou-se, em 1976, em Letras Modernas – Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México em 1979. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985 e o Curso de Altos Estudos em 1997, no qual defendeu a tese intitulada "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira". A obra, aprovada com louvor, é ainda hoje texto de referência para a formação do nosso corpo diplomático e leitura incontornável para todos aqueles atentos às nuances e complexidade da prática das relações internacionais.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1981 e Segundo-Secretário em 1984. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e em outros órgãos do Governo, destacam-se as seguintes: Assessor Internacional do Gabinete Civil da Presidência da República (1985-1987), Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994), Assessor de Gabinete e Porta-Voz do Ministro da Fazenda (1994), Subchefe do Gabinete e Porta-Voz do Ministro das Relações Exteriores, (1996-1998). Esteve à frente da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009-2012) e da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015). Foi Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015-2016), função de responsabilidade singular, desempenhada - assim como as demais - com a excelência própria dos melhores quadros da Casa de Rio Branco.

No exterior, exerceu funções na Embaixada em Washington, na Cidade do México, em Paris, em Argel e, por duas vezes, em Buenos Aires, Embaixada das mais relevantes para a política externa brasileira, que chefia desde 2016.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20762.55897-47

Na academia diplomática brasileira, foi professor de História Diplomática do Brasil (1994/96) e de Política Externa Brasileira Contemporânea (1993/96).

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem Nacional de Bernardo O'Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; e da Ordem Nacional do Mérito, da França. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

O diplomata indicado é, enfim, servidor de trajetória exemplar, ao longo da qual acumulou vasta e diversificada experiência, agora convocada para novo desafio dos mais nobres e complexos. A esse respeito, para subsídio à deliberação dos membros da Comissão, destaco e aprofundo pontos centrais de sumario executivo sobre a República da África do Sul, o Reino do Lesoto e a República de Maurício, que o Itamaraty fez constar da Mensagem, juntamente ao currículo do diplomata.

A África do Sul é a segunda maior economia da África - logo após a Nigéria -, com Produto Interno Bruto (PIB) nominal de aproximadamente US$ 371 bilhões, PIB nominal *per capita* um pouco superior a US$ 6 mil e população estimada em 56 milhões de habitantes. Ocupa a 113º posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo país de grande diversidade de idiomas e religiões, de destacada riqueza em recursos minerais (sobretudo ouro, platina, crômio) e, assim como o Brasil, imensas questões sociais e econômicas a equacionar.

Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948 e, desde o final do regime do *apartheid,* vêm aprofundando e diversificando seu relacionamento, alçado ao patamar de "Parceria Estratégica" há exatos dez anos. A intensa agenda bilateral inclui atualmente iniciativas de cooperação em setores centrais, tais como como defesa e segurança, energia nuclear, ciência e tecnologia, investimentos e comércio, com perspectivas promissoras também nas áreas de biocombustíveis e agricultura. Sobre a cooperação bilateral, destaco o desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, que deverá permitir aos dois países independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Assinalo igualmente o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, em fase final de negociação, que contribuirá para o fornecimento seguro, previsível e

SF/20762.55897-47

contínuo, ao Brasil, de insumo essencial para exames de diagnóstico na detecção de câncer. Essas duas iniciativas exemplificam os benefícios concretos para as nossas sociedades, resultantes do trabalho cooperativo com parceiro de tamanha relevância e convergência.

No plano comercial, os dois países registraram fluxo de US$ 1,8 bilhão em 2019, com saldo de US$ 380 milhões favorável ao Brasil. No campo de investimentos, grandes empreendimentos sul-africanos tem sido realizados no Brasil - marcadamente nas áreas de mineração, infra-estrutura e mercado editorial - e o interesse de empresas brasileiras na África do Sul tem resultado em aquisições de importância regional e global, particularmente nos setores de bebidas, veículos, cimento, motores elétricos e aeronáutico, prova das sinergias entre os dois países também na esfera privada.

Ponto adicional a destacar no relacionamento é a participação dos países no BRICS - iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - e no Fórum de Diálogo IBAS - integrado por Índia, Brasil e África do Sul. No âmbito do primeiro, desenvolvem-se iniciativas de cooperação e diálogo em amplo conjunto de temas de interesse para os grandes países emergentes; o segundo foi estabelecido em 2003 e funciona como espaço de debate e cooperação de três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento.

Relacionamento de tamanha densidade e abrangência qualifica a África do Sul como um dos principais parceiros do Brasil não apenas no continente africano, mas no conjunto da política externa brasileira.

Cumulativamente, caberá ao diplomata indicado ocupar-se do desenvolvimento do vínculo do Brasil com outros dois países da região - o Reino do Lesoto e a República de Maurício -, sobre os quais teço breves comentários.

O Lesoto é um enclave montanhoso circundado pela África do Sul, com população de 1,9 milhão de habitantes e uma das maiores taxas de alfabetização na África Subsaariana. Protetorado britânico desde 1868, tornou-se independente em 1966, tendo estabelecido relações diplomáticas com o Brasil em 1970. Embora o vínculo entre os dois países seja ainda incipiente, há potencial a ser explorado no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015, em temas como agricultura, segurança alimentar, saúde, funcionamento e gestão de programas sociais, merenda escolar e cooperação esportiva.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20762.55897-47

A República de Maurício, por sua vez, está localizada em uma ilha de 2 mil km² a leste de Madagascar, conta com população de 1,4 milhão de habitantes e também uma das mais altas taxa de alfabetização do mundo em desenvolvimento. Apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e se destaca por democracia estável e harmonia étnica.

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1974. O primeiro acordo bilateral com o Brasil poderá ser assinado proximamente, uma vez concluída a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os dois países. Áreas potenciais de cooperação encontram-se no setor açucareiro e de produção de etanol, diante do interesse já manifestado por autoridades mauricianas em contar com lições da experiência brasileira na reformulação do seu setor de etanol, com vistas ao abastecimento da África e da Europa.

Observo, por fim, que, desde 2006, Mauricio é observador associado da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo sido no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral, com a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício, atualmente suspenso por restrições orçamentárias do lado brasileiro. Oxalá possamos retomá-lo em breve. Estou convencido do potencial enorme de aproximação proporcionado pela cultura e pela promoção da língua portuguesa, que cobrem distâncias surpreendentes e revelam convergências antes insuspeitadas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	Presente
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	O senador registra
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)	Presente		
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 13h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 47/2020 - K.SÉRGIO-ÁFRICA S.

Início da votação: 21/09/2020 14:36:30 Fim da votação: 21/09/2020 17:33:26

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	**votou**
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU	**votou**	1. ACIR GURGACZ	**voto não computado**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA	**votou**		
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	**votou**	2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 47/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR SÉRGIO FRANÇA DANESE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL E, CUMULATIVAMENTE, NO REINO DO LESOTO E NA REPÚBLICA DE MAURÍCIO, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20762.55897-47

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 47, de 2020 (nº 508, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício*.

RELATOR: Senador **FERNANDO COLLOR**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao que previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo/SP, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

SF/20762.55897-47

Bacharelou-se, em 1976, em Letras Modernas – Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México em 1979. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985 e o Curso de Altos Estudos em 1997, no qual defendeu a tese intitulada "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira". A obra, aprovada com louvor, é ainda hoje texto de referência para a formação do nosso corpo diplomático e leitura incontornável para todos aqueles atentos às nuances e complexidade da prática das relações internacionais.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1981 e Segundo-Secretário em 1984. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e em outros órgãos do Governo, destacam-se as seguintes: Assessor Internacional do Gabinete Civil da Presidência da República (1985-1987), Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994), Assessor de Gabinete e Porta-Voz do Ministro da Fazenda (1994), Subchefe do Gabinete e Porta-Voz do Ministro das Relações Exteriores, (1996-1998). Esteve à frente da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009-2012) e da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015). Foi Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015-2016), função de responsabilidade singular, desempenhada - assim como as demais - com a excelência própria dos melhores quadros da Casa de Rio Branco.

No exterior, exerceu funções na Embaixada em Washington, na Cidade do México, em Paris, em Argel e, por duas vezes, em Buenos Aires, Embaixada das mais relevantes para a política externa brasileira, que chefia desde 2016.

SF/20762.55897-47

Na academia diplomática brasileira, foi professor de História Diplomática do Brasil (1994/96) e de Política Externa Brasileira Contemporânea (1993/96).

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem Nacional de Bernardo O'Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; e da Ordem Nacional do Mérito, da França. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

O diplomata indicado é, enfim, servidor de trajetória exemplar, ao longo da qual acumulou vasta e diversificada experiência, agora convocada para novo desafio dos mais nobres e complexos. A esse respeito, para subsídio à deliberação dos membros da Comissão, destaco e aprofundo pontos centrais de sumario executivo sobre a República da África do Sul, o Reino do Lesoto e a República de Maurício, que o Itamaraty fez constar da Mensagem, juntamente ao currículo do diplomata.

A África do Sul é a segunda maior economia da África - logo após a Nigéria -, com Produto Interno Bruto (PIB) nominal de aproximadamente US$ 371 bilhões, PIB nominal *per capita* um pouco superior a US$ 6 mil e população estimada em 56 milhões de habitantes. Ocupa a 113º posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo país de grande diversidade de idiomas e religiões, de destacada riqueza em recursos minerais (sobretudo ouro, platina, crômio) e, assim como o Brasil, imensas questões sociais e econômicas a equacionar.

Brasil e África do Sul estabeleceram relações diplomáticas em 1948 e, desde o final do regime do *apartheid,* vêm aprofundando e diversificando seu relacionamento, alçado ao patamar de "Parceria Estratégica" há exatos dez anos. A intensa agenda bilateral inclui atualmente iniciativas de cooperação em setores centrais, tais como como defesa e segurança, energia nuclear, ciência e tecnologia, investimentos e comércio, com perspectivas promissoras também nas áreas de biocombustíveis e agricultura. Sobre a cooperação bilateral, destaco o desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, que deverá permitir aos dois países independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar. Assinalo igualmente o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, em fase final de negociação, que contribuirá para o fornecimento seguro, previsível e

SF/20762.55897-47

contínuo, ao Brasil, de insumo essencial para exames de diagnóstico na detecção de câncer. Essas duas iniciativas exemplificam os benefícios concretos para as nossas sociedades, resultantes do trabalho cooperativo com parceiro de tamanha relevância e convergência.

No plano comercial, os dois países registraram fluxo de US$ 1,8 bilhão em 2019, com saldo de US$ 380 milhões favorável ao Brasil. No campo de investimentos, grandes empreendimentos sul-africanos tem sido realizados no Brasil - marcadamente nas áreas de mineração, infra-estrutura e mercado editorial - e o interesse de empresas brasileiras na África do Sul tem resultado em aquisições de importância regional e global, particularmente nos setores de bebidas, veículos, cimento, motores elétricos e aeronáutico, prova das sinergias entre os dois países também na esfera privada.

Ponto adicional a destacar no relacionamento é a participação dos países no BRICS - iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - e no Fórum de Diálogo IBAS - integrado por Índia, Brasil e África do Sul. No âmbito do primeiro, desenvolvem-se iniciativas de cooperação e diálogo em amplo conjunto de temas de interesse para os grandes países emergentes; o segundo foi estabelecido em 2003 e funciona como espaço de debate e cooperação de três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento.

Relacionamento de tamanha densidade e abrangência qualifica a África do Sul como um dos principais parceiros do Brasil não apenas no continente africano, mas no conjunto da política externa brasileira.

Cumulativamente, caberá ao diplomata indicado ocupar-se do desenvolvimento do vínculo do Brasil com outros dois países da região - o Reino do Lesoto e a República de Maurício -, sobre os quais teço breves comentários.

O Lesoto é um enclave montanhoso circundado pela África do Sul, com população de 1,9 milhão de habitantes e uma das maiores taxas de alfabetização na África Subsaariana. Protetorado britânico desde 1868, tornou-se independente em 1966, tendo estabelecido relações diplomáticas com o Brasil em 1970. Embora o vínculo entre os dois países seja ainda incipiente, há potencial a ser explorado no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015, em temas como agricultura, segurança alimentar, saúde, funcionamento e gestão de programas sociais, merenda escolar e cooperação esportiva.

SF/20762.55897-47

A República de Maurício, por sua vez, está localizada em uma ilha de 2 mil km² a leste de Madagascar, conta com população de 1,4 milhão de habitantes e também uma das mais altas taxa de alfabetização do mundo em desenvolvimento. Apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e se destaca por democracia estável e harmonia étnica.

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 1974. O primeiro acordo bilateral com o Brasil poderá ser assinado proximamente, uma vez concluída a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os dois países. Áreas potenciais de cooperação encontram-se no setor açucareiro e de produção de etanol, diante do interesse já manifestado por autoridades mauricianas em contar com lições da experiência brasileira na reformulação do seu setor de etanol, com vistas ao abastecimento da África e da Europa.

Observo, por fim, que, desde 2006, Mauricio é observador associado da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo sido no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral, com a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício, atualmente suspenso por restrições orçamentárias do lado brasileiro. Oxalá possamos retomá-lo em breve. Estou convencido do potencial enorme de aproximação proporcionado pela cultura e pela promoção da língua portuguesa, que cobrem distâncias surpreendentes e revelam convergências antes insuspeitadas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2020

(nº 508/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 508

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Os méritos do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2020.

EM nº 00135/2020 MRE

Brasília, 1 de Setembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de SÉRGIO FRANÇA DANESE, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de SÉRGIO FRANÇA DANESE para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004833/2020-91

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 542/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 09/09/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2105886** e o código CRC **5AFD7333** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004833/2020-91 SEI nº 2105886

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *SÉRGIO FRANÇA DANESE*
CPF.: 238.613.981-68
ID.: 5381929 SSP-SP

1954	Filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese, nasce em 22 de dezembro, em São Paulo-SP
Dados Acadêmicos:	
1976	Bacharel em Letras Modernas - Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
1979	Curso de pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México
1981	CPCD - IRBr
1985	CAD - IRBr
1997	CAE - IRBr - "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira"
Cargos:	
1981	Terceiro-Secretário
1984	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2000	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1978-79	Embaixada no México, auxiliar local
1981-85	Divisão da América Meridional I, assistente
1982-87	Instituto Rio Branco, Professor Assistente de História Diplomática do Brasil
1982	Instituto Rio Branco, Professor de Literatura Hispano-Americana
1984	Embaixada em La Paz, missão transitória
1985-87	Presidência da República, Gabinete Civil, Assessoria Internacional do Presidente da República, Assessor
1987-90	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990-92	Embaixada no México, Primeiro-Secretário
1992-93	Secretaria-Geral de Política Exterior, Assessor
1993-96	Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
1993-94	Presidência da República, Secretaria da Administração Federal, Assessor Especial, lotado no Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
1994	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Assessor Especial e Porta-Voz
1994-96	Instituto Rio Branco, Professor de História Diplomática do Brasil
1994-95	Ministério da Fazenda, Assessor e Porta-Voz
1995-96	Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador Executivo e Subchefe para Assuntos Políticos
1996-98	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe e Porta-Voz
1998-00	Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2000-05	Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-09	Embaixada em Argel, Embaixador
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Assessor Especial
2012-15	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
2012	XIV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Brasília, Chefe de Delegação
2012	III Reunião Consular de Alto Nível Brasil-Espanha, Madri, Chefe de Delegação
2012	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Vistos, Washington, Chefe de Delegação
2013	V Reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias Brasil-França, Paris, Chefe de Delegação
2013	Reunião Brasil-Reino Unido sobre Temas Consulares e Jurídicos, Londres, Chefe de Delegação
2013	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Canadá sobre Mobilidade, Brasília, Chefe de Delegação
2013	IV Conferência" Brasileiros no Mundo", Praia do Forte, Bahia, moderador e Chefe de Delegação
2014	I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2015-16	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2015	XV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Washington, Chefe de Delegação
2015	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2016-	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
Publicações:	
	Livros - Política externa brasileira e relações internacionais:
1999	Diplomacia presidencial. História e crítica. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Topbooks;
2009	A escola da liderança. Ensaios de história e política externa brasileira. Rio de Janeiro: Record;
2017	Diplomacia presidencial. História e crítica. 2a. ed. revista. Apresentação de Rubens Ricupero. Prefácio de Celso Lafer. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão;
	Livros - ficção:
1994	A história verdadeira do Pássaro-Dodô. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993; 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998 (Ficção infanto-juvenil). Prêmio Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil;
2003	A sombra do meio-dia. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
2017	O outro lado da Lua. Rio de janeiro: Topbooks (novela curta);
	Livros - organização/edição:
1989	Vários – Ensaios de história diplomática do Brasil. Introdução de Rubens Ricupero. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI (cadernos do IPRI) (organizador);
1994	Ricupero, Rubens – Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Record (organizador);
1998	Ricupero, Rubens – O ponto ótimo da crise. Rio de Janeiro: Revan (organização e introdução - "Um olhar brasileiro sobre o mundo");
	Principais artigos:
1979	“Sobre Gouverneurs de la rosée” in: Thesis. Nueva revista de Filosofía y Letras, nº 2, abril-junho de 1979;
1979	“Sobre la narrativa social en América Latina” in: Língua e Literatura, nº 8;
1984	“A diplomacia da República Velha: uma perspectiva” in: Revista brasileira de política internacional. Ano XXVII, 105-108;
1987	“Os novos estados como novos atores nas relações internacionais” in: Revista de Informação Legislativa. Ano 24, nº 96;
1999	“A diplomacia presidencial na política externa brasileira” in: Carta Internacional, ano VII, nº 72;
1999	"A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil" in: Política externa, vol. 8, nº 1;
2001	“O Brasil e a América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência” in: Política externa, vol. 9, nº 4;

2001	"¿Liderazgo brasileño?" in: Foreign affairs en español, vol. 1, nº 3;
2010	"Um anônimo da Nova República" in Ricupero, Rubens - Diário de bordo. A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
Cruz do Mérito, Alemanha, Oficial
Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Comendador
Ordem Nacional de Bernardo O`Higgins, Chile, Comendador
Legião de Honra, França, Comendador
Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
Ordem Nacional da Itália, Comendador
Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
Ordem Nacional da Águia Azteca, México, Comendador
Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
Ordem Nacional do Suriname, Comendador
Ordem do Mérito Simón Bolívar, Venezuela, Comendador

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ÁFRICA DO SUL







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

2

RELAÇÕES BILATERAIS

DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL

Brasil e África do Sul possuem intensa agenda bilateral, marcada pela elevação, há dez anos, ao nível de "Parceria Estratégica" (no continente africano, apenas África do Sul e Angola possuem este nível de parceria com o Brasil). Na pauta do relacionamento, estão temas de defesa e segurança, energia nuclear, investimentos, cooperação e acesso a mercados.

Os dois países têm histórico recente de encontros bilaterais de alto nível. Em janeiro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos. Em maio do mesmo ano, o Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, representou o Sr. Presidente da República na cerimônia de posse do segundo mandato de Ramaphosa. O Presidente Bolsonaro e o Presidente Ramaphosa voltaram a encontrar-se, ainda, na Cúpula do G20, em Osaka, em junho de 2019, e à margem da Cúpula dos BRICS, em Brasília, em novembro de 2019. Em julho de 2019, o Chanceler Ernesto Araújo e a Ministra Naledi Pandor mantiveram reunião bilateral à margem do BRICS, no Rio de Janeiro.

Em 17 e 18/10/2019, realizou-se, em Pretória, a VI Reunião da Comissão Bilateral Mista (Comista) Brasil-África do Sul. Dentre os principais resultados da reunião, destaca-se a confirmação do interesse das partes em aprofundar o relacionamento. Busca-se a realização de nova edição da Comista, em Brasília, em 2020, no contexto dos dez anos da parceria estratégica bilateral.

Brasil e África do Sul mantêm abertos os canais de diálogo em foros multilaterais e mantêm constante apoio mútuo a suas candidaturas em organismos internacionais. Exemplos recentes dessa concertação são os pleitos exitosos de ambos países para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Atestado da densidade dos laços bilaterais foram as recentes operações de repatriação de mais de 850 cidadãos brasileiros retidos na África do Sul e de 61 nacionais sul-africanos impedidos de sair do Brasil por conta da pandemia de COVID-19.

O sucesso desse trabalho levou a que a Ministra Pandor transmitisse seu agradecimento à Embaixada do Brasil em Pretória pelo apoio das autoridades brasileiras durante tal processo, apreço que Pandor já havia também manifestado publicamente ao governo brasileiro em 08/04, em entrevista à rede de televisão SABC News. Segundo a mensagem da Ministra, essa cooperação foi uma demonstração prática, de aspecto humanitário e de impacto público, das excelentes relações entre os dois países.

COOPERAÇÃO EM DEFESA E EM ENERGIA NUCLEAR

Em 2006, teve início o projeto "A-Darter", para desenvolvimento conjunto de tecnologia missilística, conduzido pelo grupo estatal sul-africano Denel e pelas empresas brasileiras Avibrás e Mectron. O míssil, em fase final de testes, deverá permitir o domínio de tecnologias e independência no ciclo de desenvolvimento e produção de mísseis ar-ar.

Já foram concluídas as negociações do acordo bilateral sobre mísseis ar-ar, que constituirá a base legal internacional para produção e venda desses armamentos.

Está em fase final de negociação o Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. O instrumento contribuiria para o fornecimento de molibdênio-99 (utilizado em exames diagnósticos na detecção de câncer) ao Brasil de modo seguro, previsível e contínuo; o aprendizado de técnicas científicas e modelos organizacionais; e a programas de cooperação com a Marinha.

Estão sendo negociados, ainda, acordo para proteção mútua de informação classificada e a emenda, por troca de notas, ao Acordo de cooperação em matéria de defesa.

Na VI Comista, decidiu-se pela realização, em 2020, da próxima reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-África do Sul. Segue pendente de resposta sul-africana a proposta brasileira de constituição de Diálogo Estratégico em Defesa (Mecanismo 2 + 2).

Os exercícios navais bienais Ibsamar (Índia, Brasil e África do Sul), realizados em águas sul-africanas, têm sido importantes para a troca de experiências entre as três marinhas nacionais.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

O Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal encontra-se pronto para assinatura.

O Tratado de Extradição igualmente encontra-se pronto para ser firmado. Em março de 2020, o governo sul-africano reagiu favoravelmente à assinatura, e o texto foi enviado ao Coordenador de Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). No decorrer de 2020, deverá visitar o Brasil o Comissário Nacional de Serviços Correcionais da África do Sul, Arthur Fraser.

Recentemente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhou à Embaixada em Pretória versão com comentários brasileiros a proposta de Memorando de Entendimento entre a PGR e a "National Prosecuting Authority" (NPA). A assinatura do instrumento estava prevista para ocorrer durante o 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção e do Crime e Justiça Penal, o qual, contudo, foi cancelado, por conta da pandemia de COVID-19. A NPA manifestou vivo interesse em encontrar, assim que possível, ocasião para o encontro entre os chefes das Procuradorias dos dois países que possibilite a conclusão do MdE.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na VI Comista, indagada pelo lado brasileiro, a parte sul-africana manifestou a possibilidade de assinar o Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação antes da realização da 2ª reunião do Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica (CCCCT), proposta, pelo Brasil, para outubro de 2020. O lado sul-africano também comprometeu-se a enviar resposta sobre o Memorando de Entendimento em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), à luz dos comentários brasileiros quanto ao texto do instrumento. A África do Sul demonstrou, ainda, interesse em cooperar no campo de lançamento de satélites.

4

COOPERAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS

Durante a VI Comista, a África do Sul pediu informações detalhadas acerca de como o marco regulatório brasileiro sobre biocombustíveis contempla políticas de incentivos e subsídios aos produtores locais. No decorrer de 2020, o Ministro de Recursos Minerais e Energia da África do Sul, Gwede Mantashe, deverá visitar o Brasil, com vistas a conhecer a experiência brasileira no campo da bioenergia, oportunidade em que poderia ser assinado Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos de Energia Nuclear.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As ações de cooperação técnica entre o Brasil e a África do Sul são amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica vigente desde setembro de 2003. Atualmente, não há projetos de cooperação em execução com o país no âmbito da cooperação técnica bilateral. Entretanto, registram-se três demandas sul-africanas, nas áreas de meio ambiente, saúde e agricultura.

COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Em maio de 2019, definiram-se dois temas prioritários para a cooperação técnica na área de agricultura entre Brasil e África do Sul: i) capacitação sobre produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e ii) preparação de estratégias domésticas de estímulo à indústria do agroprocessamento, especificamente para o desenvolvimento dos setores de produção de frango e açúcar.

Na VI Comista, os delegados da África do Sul manifestaram interesse em iniciar cooperação técnica com o Brasil no setor agrícola, em diversas áreas: agricultura familiar, educação rural e mecanização de pequenos produtores, entre outras. Também evocaram interesse em estreitar relações entre o "Agricultural Research Council" (ARC) e as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral entre Brasil e África do Sul foi de cerca US$ 1,51 bilhão em 2019, majoritariamente de bens manufaturados e com saldo de US$ 380 milhões a favor do Brasil. O fluxo do comércio bilateral parece ter sentido os efeitos do fraco desempenho da economia sul-africana em 2019 e sofreu queda de 25% em relação a 2018, quando fora superior a US$ 2 bilhões.

Na VI Comista, o lado sul-africano comprometeu-se a priorizar a solicitação brasileira de suspensão de medidas cautelares contra a exportação, pelo Brasil, de carne bovina com ossos e miudezas. Nessa mesma reunião, o Brasil informou haver sido possível finalizar o exame técnico e autorizar o início do comércio de sementes de brócolis e de couve-flor, além de uvas de mesa provenientes da África do Sul. Negocia-se a abertura para exportações brasileiras de produtos agropecuários. Aguarda-se reação sul-africana às propostas de certificados sanitários para respaldar essas exportações.

Em dezembro de 2018, a South African Poultry Association (SAPA) formalizou pedido de elevação de tarifas de importação de alguns cortes de carne de frango, dos atuais 12% e 37% para 82%. Tal medida que poderia de inviabilizar a venda do principal produto de exportação brasileiro para a África do Sul (em 2018, representou 20% do total).

Em 2019, a carne de frango continuou a liderar a pauta de exportações brasileiras para a África do Sul, com total exportado no valor de US$ 168,73 milhões. O país é o principal comprador do produto brasileiro na África, com 36% de participação do total exportado para o continente. O valor exportado foi, contudo, quase 34% inferior a 2018, quando foram exportados US$ 254,82 milhões. Os principais fatores apontados para a queda na exportação de carne de frango para o mercado sul-africano são o crescimento do consumo no mercado brasileiro e o significativo aumento das exportações para a China. A imprevisibilidade em torno do processo de aumento de tarifas de importação para carne de frango também foi apontada como fator que influenciou o fluxo das exportações em alguns meses.

No campo dos investimentos, nos últimos anos, três grandes empreendimentos sul-africanos foram realizados no Brasil: o megaprojeto de extração, transporte e exportação de minério de ferro da Minas-Rio, pela empresa Anglo American; a compra de 30% da editora Abril pelo grupo sul-africano Naspers; e a concessão do aeroporto de Guarulhos para consórcio integrado pela Airports Company of South Africa (ACSA), juntamente com o grupo brasileiro INVEPAR, cujos sócios são a Previ (BB), Petros (Petrobrás), Funcef (CEF) e OAS.

Do lado brasileiro, destaca-se a presença na África do Sul da gaúcha Marcopolo, fabricante de ônibus, e da catarinense WEG, que produz motores elétricos, com fábricas e distribuidoras instaladas em diversas cidades daquele país. Em outubro de 2016, concluiu-se a aquisição da SAB Miller pela AB Inbev, um negócio da ordem de US$ 109 bilhões. Após a operação, a AB Inbev conquistou presença em 17 mercados africanos e passou a controlar cerca de 46% do mercado global de cerveja. No setor cimenteiro, a Camargo Corrêa adquiriu a empresa sul-africana Natal Portland Cement em 2012, e já conquistou 11% do mercado local do produto.

A Embraer inaugurou, em meados de 2018, centro de treinamento regional em Joanesburgo, com dois simuladores de jatos da companhia e capacidade para treinar até dois mil operadores por ano, em parceria com a companhia aérea sul-africana Air-Link. O investimento alcançou cerca de US$12 milhões. A empresa brasileira pretende, ainda, abrir escritório regional para a África na mesma cidade. A companhia sul-africana South African Airways (SAA) sinalizou interesse em adquirir aeronaves da Embraer (12 ou 13 E-195) para substituir aeronaves Airbus.

POLÍTICA INTERNA

Eleito pela Assembleia Nacional, o Presidente da África do Sul é o chefe de Estado e de Governo, sendo geralmente o líder do partido mais votado. A Constituição do país estabelece um máximo de dois mandatos consecutivos (de cinco anos cada) para a permanência no poder. Pode ser destituído por um voto de desconfiança. As últimas eleições gerais sul-africanas ocorreram em maio de 2019.

O regime do apartheid, que chegou ao fim em 1994, impôs à África do Sul um cenário de profundos contrastes e desafios sociais. De um lado, tem-se um país com infraestrutura e economia superiores às dos demais países africanos. De outro, cerca de um quinto da população se encontra abaixo da linha de pobreza, com aumento da desigualdade.

As eleições ocorridas em maio de 2019 marcaram o 25° aniversário do primeiro pleito democrático realizado neste país e foram apontadas por analistas e políticos como as mais importantes desde 1994. Força hegemônica no quadro político sul-africano nos últimos 25 anos, o Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) chegou a esse

pleito debilitado por uma década de baixo crescimento econômico, insuficiente para atender aos anseios da grande maioria dos sul-africanos. A taxa oficial de desemprego permanece em patamar elevadíssimo (atualmente, cerca de 30%).

À incapacidade do ANC de atender sua principal base de apoio, a população negra pobre do país, somam-se os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo as mais altas lideranças do partido governista, como o ex-Presidente Jacob Zuma. A chegada de Cyril Ramaphosa à Presidência, em 2018, pode ser lida como uma tentativa do partido de implementar uma "correção de rumos", fator que explica os altos índices de popularidade do atual mandatário.

Embora os últimos levantamentos eleitorais antes do pleito de 2019 tenham indicado que o "Democratic Alliance" (DA) seguiria sendo a segunda maior força política na África do Sul, pela primeira vez, desde 1994, o partido obteve uma redução em sua votação, com 20,76% dos votos. A queda pode ser relacionada às seguidas crises internas do partido, bem como ao próprio posicionamento ambíguo da agremiação em relação a temas muito sensíveis, como medidas que assegurem maior representatividade à população negra.

O "Freedom Front Plus" (FF+) advoga, entre outras coisas, autonomia de parcela do território sul-africano para a população africâner e obteve 2,38% dos votos nas eleições de 2019, o maior crescimento relativo entre todos os partidos, elegendo bancada de dez deputados.

O discurso em favor de mudanças profundas na economia sul-africana é o principal motor do "Economic Freedom Fighters" (EFF), que cresce junto à grande parcela de jovens desempregados nas periferias de centros urbanos. O partido, liderado por Julius Malema, obteve resultado notável no pleito de 2019, com 10,79% dos votos válidos, tornando-se a terceira força política na África do Sul

Observa-se que o partido islamista Al-Jama-ah, criado em 2007, obteve, nas eleições de 2019, um representante no Parlamento pela primeira vez.

PANDEMIA DE COVID-19

A África do Sul apresenta quase seis mil casos de contaminação por COVID-19, com mais de 115 óbitos, até o momento. Nos últimos dias, têm crescido em número e em intensidade os distúrbios populares no país. Trata-se, por ora, de agitações difusas e espontâneas, mas há preocupação no governo sul-africano com a intensificação dos distúrbios.

Com vistas à mitigação do impacto econômico e social da quarentena, o Presidente Cyril Ramaphosa anunciou pacote de medidas que inclui o dispêndio de 500 bilhões de randes (cerca de US$ 25 bilhões), aproximadamente 10% do PIB sul-africano. Trata-se do maior pacote de estímulo econômico da história da África do Sul e teria o objetivo de: i) oferecer os meios adequados para as medidas sanitárias a serem adotadas no combate à pandemia; ii) aliviar a fome e as dificuldades sociais; iii) amparar empresas e trabalhadores; e iv) apoiar a reabertura gradual da economia.

ECONOMIA

A África do Sul é a segunda maior economia da África, após a Nigéria. O país tem sistema bancário maduro, arcabouço regulatório abrangente, indústrias estabelecidas e infraestrutura desenvolvida. Apesar de ter perdido valor no referido contexto e na

esteira da disputa comercial entre Estados Unidos e China, a moeda local, o Rand, é relativamente estável. Além disso, em que pesem certos entraves e desafios, a África do Sul reúne características que recomendam atenção como polo atrativo de negócios.

A inclusão da população à margem do desenvolvimento econômico é o principal desafio do governo sul-africano desde a transição democrática. O país vem enfrentando quadro de crescimento econômico lento, acompanhado de alto desemprego, o que gera impactos negativos na promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo. Os principais limitadores do potencial econômico sul-africano são: (i) a escassez no fornecimento de energia elétrica; e (ii) a queda nos preços das commodities, sobretudo minérios, responsáveis por mais de 60% das receitas de exportações sul-africanas na última década.

Com a continuada deterioração dos principais indicadores econômicos – em particular os números relacionados ao desemprego, ao crescimento econômico e ao descontrole da relação dívida/ PIB (cuja proporção se aproxima de 60%) – especialistas convergem quanto à urgência de reformas estruturais.

Dois elementos são centrais para a recuperação da confiança na economia sul-africana e deverão ser particularmente observados, nos próximos meses: i) a situação fiscal do Estado e correspondentes medidas para impedir que a dívida pública se aprofunde, em particular no que concerne ao desempenho de empresas públicas fortemente deficitárias; e ii) a disposição política de Pretória de implementar reformas impopulares, consideradas indispensáveis para reequilibrar o quadro macroeconômico.

Em recente pronunciamento ao Parlamento, o Ministro das Finanças, Tito Mboweni, admitiu que o PIB sul-africano não deve expandir-se consideravelmente nos próximos três anos, situando o crescimento anual no período de 1%. Entre os motivos citados para tal projeção negativa, estariam os desafios impostos pela disseminação do COVID-19.

DAF II, 05/05/2020

8

PERFIS BIOGRÁFICOS



Cyril Ramaphosa
Presidente da República

Líder do sindicato dos mineiros (NUM), pilar do que viria a ser a principal central sindical do país (COSATU), elegeu-se Secretário-Geral do Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) em 1991. Preterido na escolha para a Vice-Presidência em 1997, migrou para a iniciativa privada, tornando-se um dos homens mais ricos do país. Retornou à cena política por indicação de Jacob Zuma, de quem foi Vice-Presidente a partir de 2014. Com a renúncia de Zuma, assumiu a Presidência em fevereiro de 2018. Nas eleições nacionais e provinciais de maio de 2019, foi confirmado como Presidente da África do Sul para novo mandato de cinco anos.



Naledi Pandor
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação

Quadro respeitado no ANC, integra a executiva do partido. Exilou-se em Botsuana nos anos 1970, onde concluiu o ensino secundário. Graduou-se em História e Inglês pela Universidade de Botsuana, e tem mestrado em Educação pela Universidade de Londres e em Linguística pela Universidade de Stellenbosch. Membro do Parlamento sul-africano desde 1994, Pandor integra o gabinete ministerial sul-africano desde 2004. Com a assunção de Ramaphosa em fevereiro de 2018, tornou-se Ministra de Educação Superior e Treinamento, pasta com a qual é identificada em razão de sua atuação acadêmica, e que deixou para comandar o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação, em maio de 2019.

9



Joseph Ntshikiwane Mashimbye
Embaixador em Brasília

Foi eleito membro do primeiro Parlamento democrático da África do Sul (1994). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa (1997-2004). Foi diretor do banco de investimento Investec (2008-2009). Foi Embaixador da África do Sul em Kinshasa (2010-2015). É Embaixador no Brasil desde 2016.

10

MAPA DA ÁFRICA DO SUL



11

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da África do Sul
GENTÍLICO	Sul-africano
CAPITAL	Pretória (administrativa); Cidade do Cabo (legislativa); Bloemfontein (judiciária)
ÁREA	1.219.090 km²
POPULAÇÃO	56,46 milhões
IDIOMAS	11 oficiais (inglês, afrikaans, ndebele, sepedi, sesoto, setsuana, siswati, tsonga, venda, xhosa, zulu)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (68%); africanas (28,5%); islamismo (2%); hinduísmo (1,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Conselho Nacional de Províncias)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Ciryl Ramaphosa (desde 15/02/2018, reeleito em 22/05/2019)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Naledi Pandor (desde 29/05/2019)
IDH	0,699/113º no mundo
EXPECTATIVA DE VIDA	64,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Rand
EMBAIXADOR EM PRETÓRIA	Nedilson Jorge
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Joseph Ntshikiwane Mashimbye

12

COMÉRCIO BILATERAL EM 2019

Exportações US$ Milhões
1.132,2
-16,9% Var.
2019/2018

Importações US$ Milhões
751,8
13,4% Var.
2019/2018

Corrente US$ Milhões
1.884
-7,0% Var.
2019

Saldo US$ Milhões
380,4
Superávit
2019

0,5%
Part. nas Exportações
2019

39º
Ranking de Exportações
2019

0,4%
Part. nas Importações
2019

40º
Ranking de Importações
2019

Fonte: Ministério da Economia

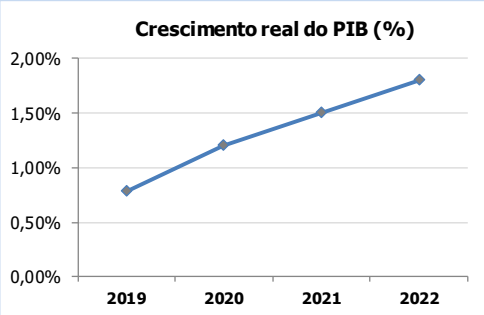
13

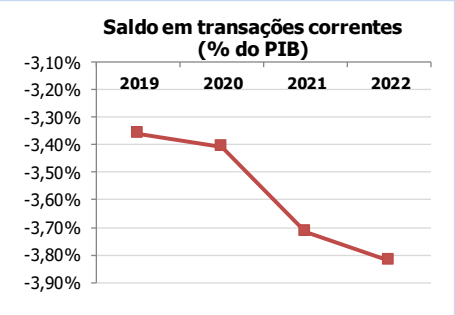
14

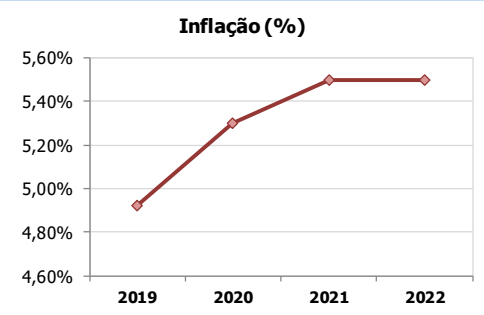
Principais indicadores socioeconômicos da África do Sul

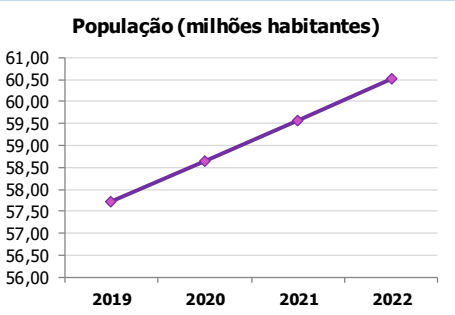
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	0,79%	1,20%	1,50%	1,80%
PIB nominal (US$ bilhões)	368,14	371,30	386,73	403,42
PIB nominal "per capita" (US$)	6.377	6.331	6.491	6.666
PIB PPP (US$ bilhões)	12.155,98	12.109,42	12.098,81	12.123,93
PIB PPP "per capita" (US$)	13.675	13.865	14.142	14.466
População (milhões habitantes)	57,73	58,64	59,58	60,52
Desemprego (%)	27,13%	27,53%	27,84%	27,97%
Inflação (%)(2)	4,92%	5,30%	5,50%	5,50%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,36%	-3,41%	-3,72%	-3,82%
Dívida externa (US$ bilhões)	178,50	180,50	184,40	186,80
Câmbio (R / US$)(2)	14,40	15,73	16,47	17,60
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		2,8%		
Indústria		29,7%		
Serviços		67,5%		

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Fevereiro 2020 e da Cia.gov/World Factbook.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.









1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

REINO DO LESOTO







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre o Brasil e o Reino do Lesoto, estabelecidas em 1970, são ainda pouco expressivas. Devido ao regime de *apartheid* na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Moçambique respondeu pelo relacionamento bilateral com o Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. Os temas relativos ao Brasil são tratados pela Embaixada do Lesoto em Washington.

Houve, à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, 29/11/2008), um encontro entre o então Ministro de Estado e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Mohlabi Kenneth Tsekoa, ocasião em que se tratou das possibilidades de cooperação no campo da agricultura. O então MNE lesotiano afirmou que seu país busca a autossuficiência alimentar e gostaria de contar com a cooperação brasileira, particularmente no que concerne à irrigação e à seleção de sementes, para melhorar a produtividade. O governo do Lesoto manifestou interesse, também, no estabelecimento de um mecanismo de cooperação para a formação acadêmica de diplomatas.

A única visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil teve lugar em 2010, quando ocorreu assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, em vigor desde 2015.

Os temas constantes de interesse do Lesoto, no que se refere à cooperação, são: agricultura; segurança alimentar; saúde; e funcionamento e gestão de programas sociais, merenda escolar e, recentemente, cooperação esportiva. Visita prospectiva de coordenador da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ainda segue pendente de definição de datas.

O Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto, Molahlehi Letlotlo, realizou missão a Brasília em outubro de 2015, para encontro com sua contraparte brasileira, bem como para conhecer programas sociais do governo brasileiro. No mês seguinte, o então Embaixador não residente do país, Eliachim Molapi Sebatane, visitou a capital federal, onde manteve encontros com diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores para avaliações preliminares sobre eventuais projetos de cooperação. O Embaixador também participou de inauguração de Consulado Honorário do Lesoto na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Os contatos entre a Embaixada do Brasil em Pretória e autoridades do país têm-se concentrado em gestões para candidaturas no âmbito multilateral. O Reino do Lesoto tem sistematicamente apoiado candidaturas brasileiras. Defendeu, por exemplo, a eleição do diplomata brasileiro Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da OMC.

COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral ainda é incipiente. Atingiu seu auge em 2005 (US$ 1,3 milhão) e em 2014 alcançou seu patamar mais baixo desde então (apenas US$ 32 mil, com saldo de US$ 16 mil favorável ao Brasil). Os principais produtos exportados para o Brasil são couros, peles e calçados. Já os produtos brasileiros importados pelo Lesoto são, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

POLÍTICA INTERNA

O Lesoto é um enclave cercado pela África do Sul. Trata-se de país montanhoso, que em todos os pontos supera mil metros de altitude. Protetorado britânico desde 1868, então denominado Basutolândia, o Lesoto tornou-se independente em 1966.

A Constituição previa um monarca, Moshoeshoe II, “um símbolo vivo da unidade nacional”, mas com poderes limitados, e uma Assembléia Nacional baseada no sufrágio

universal. O Primeiro-Ministro (PM) seria automaticamente o líder do partido mais votado. O então Rei exilou-se em 1990, dois anos depois de ter seus poderes suspensos por uma junta militar, mas regressou ao país e reassumiu o trono em 1995 – vindo a falecer no ano seguinte, em um acidente de automóvel. Seu filho, o atual Rei Letsie III, tornou-se o Chefe de Estado do Lesoto.

Em 22/09/1998, militares sul-africanos intervieram no país para viabilizar o governo do então PM Pakalitha Mosisili, vencedor nas eleições de maio 1998. A intervenção da África do Sul, feita a pedido do PM do Lesoto, foi realizada como uma missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC - (Operação Boleas), da qual participaram também forças de Botsuana. O ato foi legitimado pelo Memorando de Entendimento de 1994 da SADC, pelo qual África do Sul, Botsuana e Zimbábue foram indicados como garantes da democracia no Lesoto.

A Operação Boleas foi encerrada em 19/10/1998. No entanto, forças sul-africanas permaneceram estacionadas no Lesoto. As últimas tropas sul-africanas e botsuanesas deixaram o Lesoto somente em maio de 1999.

Em abril de 2009, tentativa frustrada de assassinar o então PM Pakalitha Mosisili levou à prisão de dois suspeitos no Lesoto e de mais oito na África do Sul, entre os quais o ex-segurança do então líder da oposição e atual Primeiro-Ministro, Tom Thabane, do partido "All Basotho Convention".

Em junho de 2017, houve eleições – pela terceira vez em cinco anos. Isso levou à formação de um governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Thabane. De modo geral, pode-se atribuir a prolongada vulnerabilidade institucional no Lesoto à politização das Forças Armadas do país, cujas facções apoiam distintas vertentes políticas. De acordo com as recomendações para as principais reformas de governo e segurança, feitas pela SADC, o governo do Lesoto comprometeu-se a empreender consultas multilaterais para instruir as reformas.

Em 2017, a pedido do PM Thabane, a Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL) foi enviada ao país, onde permaneceu por um ano, com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo de comandante das Forças de Defesa do Lesoto.

Como consequência, o ano de 2018 foi marcado por maior estabilidade, que permitiu importantes avanços no plano político. Após sucessivos adiamentos, a equipe de facilitadores da SADC logrou promover diálogo nacional na capital Maseru, no final de novembro, com a participação de representantes do governo, líderes da oposição no exílio e entidades da sociedade civil. O encontro logrou promover discussão inicial sobre reformas constitucionais, no setor de segurança e em outros aspectos da organização institucional do país, em linha com as recomendações feitas pela SADC em 2016. Em que pesem os avanços registrados, o quadro do país ainda inspira grandes cuidados. A retirada do efetivo da SADC em novembro de 2018, em momento no qual o diálogo político apenas se inicia, eleva os riscos de nova desestabilização, sobretudo em razão da elevada politização das forças armadas e baixa supervisão institucional.

Em janeiro de 2020, o PM Thabane anunciou sua intenção de se retirar da chefia do governo do país, sem contudo anunciar data, em meio a grave crise relacionada a investigações policiais contra si e sua esposa, pelo assassinato de sua ex-mulher.

EDUCAÇÃO

O Lesoto é um dos países com a maior taxa de alfabetização na África Subsaariana, de 80% da população adulta – 70% masculina e 88% feminina.

4

HIV/AIDS

Um dos maiores desafios para o país é a epidemia de AIDS. A diminuição da expectativa de vida, de 59 para 40 anos entre 1990 e 2010 (atualmente, em 53 anos), revela a acelerada propagação do HIV. O Lesoto apresenta o segundo maior percentual de infectados do mundo, cerca de 25%. A questão mostra-se mais premente em razão da pequena população, que cresce a uma taxa de 0,1% por ano, devido à alta mortalidade, baixa natalidade, emigração acentuada e baixa expectativa de vida, entre outros fatores.

Mais da metade dos mais de 260 mil adultos infectados atualmente são mulheres, por dois fatores fundamentais: a imigração da mão-de-obra masculina para a África do Sul (fato que leva o homem a manter mais de uma família) e o não-reconhecimento de direitos políticos e sociais femininos, reduzindo a capacidade de resistência a demandas sexuais ou de exigência do uso de preservativos.

Segundo a Cruz Vermelha, o difícil acesso às áreas rurais mais remotas do país é um dos principais empecilhos à prevenção em HIV/AIDS no Lesoto. Soma-se a isso a carência de médicos no país.

ECONOMIA

O Lesoto possui economia de pequenas dimensões, dependente da África do Sul. Mais de 80% de sua população dedica-se à agricultura de subsistência. As remessas de divisas dos trabalhadores empregados na indústria mineira sul-africana – que, em 1990, foram responsáveis por 67% do PIB – vêm diminuindo sistematicamente desde então, sendo hoje inferiores a 30% do PIB. Atualmente, a maior parte das receitas do Estado provém da arrecadação de gravames aduaneiros decorrentes da participação na União Aduaneira da África Meridional (SACU); no entanto, as receitas da SACU são voláteis e apresentam expectativa de queda para os próximos cinco anos.

Ao longo da última década, a economia lesotiana tornou-se cada vez mais dependente de dois setores-chave, que juntos constituem quase 45% do PIB: mineração e indústria têxtil e de vestuário, esta empregando aproximadamente 50 mil pessoas. A agricultura intensiva em mão-de-obra continua desempenhando papel importante. É a principal fonte de renda na zona rural, onde vive a maior parte da população (cerca de três quartos). A maior parte das terras no Lesoto é propícia à pecuária: as montanhas são utilizadas como pasto no verão e as planícies, no inverno. Contudo, a produtividade vem diminuindo devido à seca, ao roubo de gado, à deterioração dos pastos e ao êxodo rural. O governo também ocupa papel-chave na economia, em virtude da dimensão do funcionalismo público e dos programas de desenvolvimento de infra-estrutura.

A indústria, com participação atual na economia de 39%, e os serviços, com 55%, vêm estimulando o crescimento econômico desde o fim dos anos 1980, embora a renda cresça mais lentamente, devido ao declínio na taxa dos rendimentos dos migrantes, que ainda desempenham importante papel na economia de muitas famílias. A construção civil, principalmente o Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto (LHWP), também impulsiona o crescimento.

O Lesoto tem melhorado sua posição no ranking dos países com ambiente favorável aos negócios, elaborado pelo Banco Mundial, passando da 144ª posição em 2007 para a 122ª em 2020. As maiores deficiências do país estão relacionadas a procedimentos burocráticos, proteção a investimentos e à propriedade intelectual, e garantia da execução dos contratos.

Entretanto, as altas taxas de incidência de HIV têm levado à queda da produtividade, ameaçando a economia do país como um todo. Em 2006, o governo emendou o Código do Trabalho para proteger trabalhadores portadores do vírus contra demissões, assim como tornar obrigatórios programas educativos de prevenção nas fábricas.

A projeção de crescimento do PIB do Lesoto, cerca de US$ 2,8 bilhões, estava em 1,2%. Esse cenário, contudo, não antecipava a pandemia de COVID-19, que trará impactos econômicos ao país, ainda a serem aferidos. Segundo o Panorama Econômico Mundial do Fundo Monetário Internacional, de abril de 2020, por exemplo, prevê-se retração de 5,8% na economia da África do Sul, com consequente queda na arrecadação da SACU. Tal cenário poderá afetar a saúde econômica do Lesoto, dependente, como mencionado, do comércio com o vizinho e de receitas da União Aduaneira.

COMÉRCIO EXTERIOR

A capacidade exportadora do Lesoto, tradicionalmente, limitava-se ao mercado da África do Sul. Nos últimos anos, porém, o país perseguiu uma estratégia de desenvolvimento e erradicação da pobreza baseada nas exportações. Como país de menor desenvolvimento relativo, o Lesoto passou a beneficiar-se de acordos preferenciais de comércio com Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Associação Européia de Livre Comércio (EFTA), União Europeia (regulação "Everything But Arms", EBA), Japão e Estados Unidos (lei AGOA). Ainda assim, 90% das importações lesotianas provêm da circundante África do Sul. O Lesoto produz menos de 20% de sua demanda por alimentos, e a atividade agrícola é vulnerável a variações climáticas.

O Lesoto exporta principalmente têxteis (40%), diamantes (20%), água, lã e tabaco, sobretudo para países da SADC, Estados Unidos União Europeia. As importações concentram-se em derivados de petróleo, material de construção, veículos, máquinas e remédios, provenientes especialmente de países asiáticos. O país tem-se beneficiado, ainda, da política de transferência de receitas aduaneiras da SACU, cuja soma ascende a cerca de 36% do PIB.

Em março de 2018, o Lesoto assinou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), mas ainda não o ratificou. Por conta da grande influência da economia sul-africana no comércio exterior lesotiano, o impacto da AfCFTA deverá estar fortemente vinculado às eventuais transformações provocadas pelo Acordo na África do Sul. O maior desafio na implementação do diploma para o Lesoto pode ser eventual impacto para a indústria têxtil do país, a qual pode sentir os efeitos da competição de outros países do continente.

ENERGIA

O principal recurso natural do Lesoto é a água. O Projeto Hídrico para as Áreas Montanhosas de Lesoto impulsionou a venda desse recurso para a África do Sul, principalmente desde 1998, com a conclusão da primeira fase do projeto, e tem gerado impacto positivo no crescimento econômico do país, com o pagamento de "royalties" pela África do Sul. O projeto pretende também tornar o Lesoto auto-suficiente em energia elétrica, com a entrada em funcionamento da usina hidrelétrica subterrânea de Muela (200 Mw) e de outras centrais. Antes, toda a energia elétrica do país era fornecida pela estatal sul-africana ESKOM.

INDÚSTRIA

6

O maior dinamismo foi alcançado pela indústria têxtil e de confecções. Beneficiando-se do acesso isento de impostos ao mercado norte-americano, mediante mecanismos do AGOA (desde 1998), a economia lesotiana atraiu capitais externos.

7

PERFIS BIOGRÁFICOS



Letsie III
Rei

Nascido em 1963, assumiu o trono quando seu pai, Moshoeshoe II, foi forçado ao exílio, em 1990. Moshoeshoe II retornou ao trono brevemente em 1995, mas morreu em 1996, vítima de acidente automobilístico. Letsie III reassumiu o trono, atuando como Chefe de Estado desde então. Foi educado no Ampleforth College, Reino Unido. Formou-se em Direito, pela Universidade Nacional do Lesoto. Estudou também nas Universidades de Bristol e Cambridge. É casado e tem três filhos.



Thomas Motsoahae Thabane
Primeiro-Ministro

Nascido em 1939, o Primeiro Ministro Tom Thabane lidera o partido "All Basotho Convention" (ABC). Exerceu, de junho de 2012 a março de 2015, o cargo de Primeiro-Ministro, sendo reconduzido ao cargo em 2017. Criou o ABC em 2006, como dissidência do "Lesotho Congress for Democracy", do qual foi membro enquanto servia ao governo do então PM Pakalitha Mosisili, entre 1998 e 2006. No governo do então PM Leabua

Jonathan, exerceu o cargo de Secretário de Saúde e foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1990 e 1991.



Lesego Calayel Makgothi
Ministro dos Negócios Estrangeiros e
das Relações Internacionais

Nascido em 1965, em Maseru, assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações Internacionais em 2017. No mesmo ano, negociou a chegada de tropas da SADC, enviadas ao Lesoto para garantia da ordem, após o assassinato do General Khoantle Motšomotšothe.



Gabriel Sankantana Maja
Embaixador do Lesoto junto ao governo do Brasil
(cumulatividade)

Com formação na área de Administração e Contabilidade, trabalhou em instituições humanitárias vinculadas ao governo norte-americano ("CARE" - Cooperative for American Relief Everywhere; "Peace Corps"; "USAID" e "Millenium Challenge Corporation"), atuando na implementação e no monitoramento de projetos de cooperação no Lesoto. Trabalhou também na Associação Cristã de Saúde do Lesoto (Christian Health Association of Lesotho). Sua experiência internacional inclui passagens (embora não como diplomata) em Kinshasa (RDC) e Lusaca (Zâmbia). Apresentou credenciais ao Presidente Donald. J. Trump em 22 de junho de 2018, sendo Embaixador cumulativo junto ao governo brasileiro.

9

MAPA DO LESOTO



9

10

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Lesoto
CAPITAL	Maseru
ÁREA	30.344 km² (aproximadamente a área do Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (est. 2020)	1,9 milhões
IDIOMAS	Inglês, Sesoto, Xhosa, Zulu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãs (87%); tradicionais (7.7%); outros (1.1%); sem religião (0.2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Letsie III
CHEFE DE GOVERNO	PM Tom Thabane (desde 2017)
CHANCELER	Lesego Makgothi (desde 2017)
PIB	US$ 2,8 bilhões
PIB PPP	US$ 6,6 bilhões
PIB PPP per capita	US$ 3.300
IDH	0,520 (159º no mundo)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	79,4%
EXPECTATIVA DE VIDA	53 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Loti (unidade), Maloti (plural).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas.

1991 – Abertura de Consulado Honorário de Lesoto em São Paulo.

1997 – Transferência da cumulatividade de Maputo para Pretória.

2008 – Encontro entre chanceleres dos dois países à margem da Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Doha), ocasião em que trataram das possibilidades de cooperação no campo da agricultura.

2009 – O Lesoto envia ao Brasil proposta de acordo de cooperação técnica, científica, cultural e econômica.

2010 – Visita de Chanceler do Lesoto ao Brasil e assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica.

2015 – Visita de Ministro do Desenvolvimento Social do Lesoto ao Brasil 2015 – Visita do Embaixador não residente do Lesoto ao Brasil.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1868 – O "pai da nação", o Rei Moshoeshoe I, em meio ao conflito generalizado entre tribos da região e os africânderes, de origem holandesa, solicita ao Império Britânico o status de protetorado para a região conhecida como Basutolândia.

1966 – O Reino do Lesoto torna-se independente em 4 de outubro.

1970 – O PM Chefe Jonathan anula as eleições, suspende a Constituição, extingue o Parlamento e exila os líderes da oposição.

1986 – Chefe Jonathan é deposto por golpe militar; é instalada junta militar que governa o país em regime de exceção.

1988 – Os poderes do monarca são suspensos.

1990 – O Rei Moshoeshoe II é exilado.

1991 – A atividade política é permitida e nova constituição, muito similar à de 1966, é promulgada.

1995 – Em janeiro, o Rei Moshoeshoe II regressa de seu exílio no Reino Unido e reassume o trono.

1996 – O soberano falece em acidente de automóvel nas montanhas do Lesoto. Seguindo recomendação do Conselho de Chefes, o rei Letsie III, que reinou durante a ausência de seu pai, reassume a coroa.

1997 – Disputas entre facções dentro do BCP levam o partido, em junho, a uma cisão que dá origem ao Congresso do Lesoto para a Democracia (LCD).

1998 – Em 22/set, forças sul-africanas invadem o país, com o intuito de viabilizar o Governo do partido vencedor nas eleições de maio, do PM Pakalitha Mosisili. A intervenção militar sul-africana, precedida de pedido do PM, é realizada como uma operação da SADC ("Operação Boleas"), da qual participam também forças de Botsuana. A Operação Boleas é encerrada em 19/out, mas tropas sul-africanas permanecem estacionadas no território do Lesoto.

2009 – Crise entre governo e oposição derivada da distribuição de assentos parlamentares das eleições de 2007 é objeto de mediação do Conselho Cristão de Igrejas do Lesoto.

2012 – Coalizão liderada pelo partido All Basotho Convention vence eleições parlamentares do país. Tom Thabane é o novo Primeiro-Ministro.

2014 – Alegando "ameaça iminente de golpe de Estado", Tom Thabane suspende atividades do Parlamento. Militares ameaçam derrubar o Primeiro-Ministro, que é forçado a deixar o país e se asilar na África do Sul.

2014 – SADC envia o então Vice-Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, para mediar a crise no país, o que resulta na reabertura do Parlamento e no retorno ao poder do Primeiro-Ministro Tom Thabane, mediante compromisso de antecipação das eleições gerais para o início de 2015.

2015 – Eleições antecipadas são realizadas, dando a vitória ao Democratic Congress. O Primeiro-Ministro Pakalitha Mosisili volta ao poder.

2017 - Eleições, pela terceira vez em cinco anos. Governo de coalizão de quatro partidos, liderado pelo Primeiro-Ministro Thomas Thabane.

2017 – Missão Preventiva da SADC no Reino do Lesoto (SAPMIL), com vistas a manter a ordem local, após o assassinato do Genereal Khoantle Motšomotšothe, que exercia o cargo das Forças de Defesa do Lesoto.

2020 – PM Thabane anunciou sua intenção de se aposentar da chefia do governo do país, sem anunciar data, em meio a grave crise relacionada a investigações policiais contra si e sua esposa, pelo assassinato de sua ex-mulher.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

MAURÍCIO







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Maio de 2020

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Maurício foram estabelecidas em 1974. Ainda que não haja, no presente, atos bilaterais em vigor, os contatos bilaterais vêm-se intensificando nos últimos anos.

Dois dos principais temas de diálogo são o setor açucareiro e a produção de etanol. O país foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia, na OMC, que resultou na proibição aos subsídios à produção açucareira das antigas colônias do continente. Autoridades mauricianas têm manifestado ao Brasil interesse em receber cooperação no setor, que se reformula para abastecer a África e a Europa com etanol. Também são áreas potenciais de cooperação os setores de pesca e algodão, matéria-prima que o país importa.

Maurício é membro observador da CPLP desde julho de 2006. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da língua portuguesa que se deu importante projeto de cooperação bilateral: a criação, em 2011, de um programa de leitorado na Universidade de Maurício. Não obstante ter sido bem sucedida, a iniciativa foi suspensa em 2015 por restrições orçamentárias brasileiras.

O Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício visitou o Brasil em julho de 2011, oportunidade em que manteve reuniões nos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social, bem como no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 2012, o Vice-Primeiro-Ministro de Maurício visitou Brasília, ocasião em que manteve agenda centrada em políticas sociais e habitacionais do governo federal brasileiro.

Em maio de 2013, o então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, esteve em Maurício, acompanhado de comitiva oficial, para participar do 63º Congresso da FIFA. Em contatos com autoridades mauricianas, propôs cooperação bilateral na área esportiva, que incluiria assinatura de Memorando de Entendimento bilateral para atividades cooperativas nas áreas de futebol, voleibol e basquete.

No campo multilateral, o país tem atendido pedidos de apoio a candidaturas brasileiras, como nos caso da eleição do Embaixador Roberto Azevêdo para Diretor-Geral da OMC. Nessa organização, o país costuma buscar o apoio brasileiro a iniciativas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, grupo de que faz parte.

Atualmente, o Brasil apoia o pleito de Maurício na Corte Internacional de Justiça sobre a descolonização do arquipélago de Chagos. No dia 04/09/2018, o Brasil proferiu sustentação oral (opinião consultiva) em audiência pública naquela corte, favorecendo o exame da questão pela CIJ.

COMÉRCIO BILATERAL

A corrente de comércio bilateral, no ano de 2019, correspondeu a US$ 41 milhões, sendo que, desse total, US$ 40 milhões foram de exportações brasileiras, em sua grande maioria de açúcares e melaços, calçados e demais produtos da indústria de transformação. As importações feitas pelo Brasil concentraram-se em vestuários, como casacos masculinos ou infantis, capas, jaquetas, etc..

Deverá, ainda, ser assinado, em breve, Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Maurício.

POLÍTICA INTERNA

Colônia do Reino Unido desde 1810, Maurício tornou-se independente em 1968. A monarca britânica manteve-se como Chefe de Estado até 1992, ano em que o país se proclamou como república dentro da *Commonwealth*. O sistema de governo é parlamentar, em que o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional, e o Primeiro-Ministro, indicado pelo partido majoritário.

Maurício é uma democracia multipartidária, com liberdade de expressão e religiosa, bem como reconhecida estabilidade política. Entre os países africanos, costuma figurar nas primeiras posições nos índices de governabilidade e desenvolvimento humano. Ocupa atualmente, por exemplo, a primeira colocação no Índice Ibrahim de Governança Africana, e o 18º lugar (26 posições à frente do Brasil, dentre 167 países) no índice de democracia da *Economist Intelligence Unit*. São notáveis, ainda, a alta taxa de alfabetização (uma das maiores do mundo em desenvolvimento) e as baixas taxas de infecção por HIV/AIDS.

A população de Maurício é multiétnica, fato que remete tanto à sua colonização diversificada (o território recebeu exploradores de Portugal, Holanda, França e Reino Unido) como às levas de migrantes que desembarcaram no seu território (em especial indianos, que chegam de forma maciça a partir de meados do século XIX). É o único país da África com maioria hindu (48,5% da população), parcela da população com ampla representação política. Desde a independência, o país teve um único Chefe de Governo não hindu, Paul Berenger (2003-2005).

Em março de 2012, após denúncias de corrupção envolvendo seu filho, o então Presidente Anerood Jugnauth, do *Mouvement Socialiste Militant*, renunciou ao cargo, que passou a ser ocupado interinamente pela então Vice-Presidente Monique Ohram Bellepeau, do *Labour Party*. Em junho do mesmo ano, a Assembleia Nacional elegeu Rajkeswur Purryag, também do *Labour Party*, como Chefe de Estado.

As eleições legislativas de novembro de 2014 foram vencidas por coalização partidária da qual fazia parte o *Mouvement Socialiste Militant*, o que permitiu a condução do ex-Presidente Anerood Jugnauth ao cargo de Primeiro-Ministro, que exerceria até janeiro de 2017, quando o cargo passou a ser ocupado por seu filho, o atual Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth.

A vitória da oposição em 2014 terminaria por resultar na renúncia do Presidente Rajkesuwur Puryag em maio de 2015, quando Monique Ohram Bellepeau voltou a ocupar interinamente a Presidência. No mês seguinte, por proposta do agora Primeiro-Ministro Jugnauth, a Assembleia Nacional aprovou para a Chefia de Estado, com apoio unânime da oposição, o nome da cientista Ameenah Gurib-Fakim, do partido *Alliance Lepep* (membro da coalização vitoriosa nas eleições de novembro de 2014). Ameenah Gurib-Fakim ocupou o cargo até março de 2018, quando renunciou na esteira de acusações de uso indevido de cartões de crédito corporativo. A presidência foi assumida por Paramasivum Vyapoory, que ocupava a vice-presidência desde 2016.

Nas eleições-gerais de novembro de 2019, o Primeiro-Ministro Pravind Jugnauth foi reconduzido ao cargo, e Prithvirajsing Roopun foi escolhido, pela Assembleia Nacional, para o cargo de Presidente da República. O resultado do pleito refletiu vitória da "Mauritian Alliance", coalizão formada pelos partidos "Militant Socialist Movement", "Muvman Liberater" e "Plateforme Militante", a qual ganhou 42 dos 70 assentos do Parlamento.

ECONOMIA

Maurício é tido como uma das economias mais abertas do mundo. Tem uma população de 1,3 milhão de pessoas e um PIB (PPP) de cerca de US$22,3 bilhões, o que confere ao país uma renda per capita (PPP) de cerca de US$ 21 mil. A taxa de desemprego tem se reduzido ao longo dos últimos anos, sendo atualmente de 7%. A inflação também tem sido mantida sob controle. É um dos poucos países africanos com elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os setores industriais, financeiros e de turismo avançam progressivamente, e os benefícios convertem-se em distribuição de renda cada vez mais equitativa, com melhorias em indicadores de desenvolvimento humano. A agricultura, por sua vez, ainda se reveste de importância para o país, em particular para o setor exportador, e está fortemente baseada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada).

As exportações respondem por parcela majoritária do PIB nacional, embora sua participação venha em declínio desde a crise financeira de 2008. A pauta apresenta grande diversificação, de produtos agrícolas a serviços financeiros e tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esse bom desempenho explica-se, em grande parte, pelo *status* preferencial de que gozam as vendas do país em um grande número de mercados. De fato, em 2014 Maurício chegou a figurar em 5º lugar no *Enabling Trade Index*, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, que agrupa os países com maior acesso preferencial a outros mercados.

Considerada em sua totalidade, a União Europeia continua sendo o maior destino das vendas externas. Desde a crise econômica de 2008, contudo, o bloco vem perdendo espaço para novos mercados em regiões mais dinâmicas, como Ásia e África (com destaque para a África do Sul).

O investimento estrangeiro no setor bancário é significativo. Cada vez mais empresas "offshore" estabelecem-se em Maurício, mormente para promover intercâmbio comercial com a Índia, a África do Sul e a China.

O país conta, ademais, com uma rede de infraestrutura relativamente avançada em comparação com o resto do continente. Figura na 46ª posição (entre 131 países) da classificação sobre qualidade de infraestrutura do Banco Mundial.

Maurício assinou, no início de 2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

Pandemia de COVID-19

Maurício tem experimentado forte redução no número de novos casos registrados de COVID-19 e aumento no número de pacientes recuperados. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde local, em 27/04, o país contaria com apenas vinte pacientes ativos com a doença e 302 pacientes recuperados. Há mais de duas semanas, não se registram novas mortes em razão da doença no país.

Em pronunciamento televisionado na noite de 24/4, o Primeiro-Ministro Pravind Jungnauth reiterou que o governo trabalha em legislação para o levantamento gradual da quarentena, a qual deverá ser apresentada em breve ao parlamento do país. Mencionou, ademais, que seu governo trabalha em plano para a recuperação da economia e retomada de investimentos, sem prejudicar os esforços para a contenção da epidemia. Não antecipou, contudo, as ações planejadas.

Projeções do FMI indicam que a economia do país deverá contrair 6,8%, caso o retorno pleno da atividade econômica ocorra até julho próximo. O Ministério das Finanças local, por sua vez, estima queda entre 7 e 11% no PIB do país em 2020. Projeta-se, ademais, queda entre 11 e 18% no nível dos investimentos. O desemprego deverá crescer, podendo atingir cerca de 17% da população, contra 6,7% antes da crise.

6. Em 27/4, o governo anunciou o início de campanha de testagem maciça da população do país.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Prithvirajsing Roopun
Presidente da República

Nascido em 1959, foi membro do Parlamento de Maurício de maio de 2010 a novembro de 2019, tendo sido Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de dezembro de 2014 a janeiro de 2017, mês em que assumiu o Ministério de Artes e Cultura , em que permaneceu até dezembro de 2019, quando foi eleito, pela Assembleia Nacional, Presidente da República.



Pravind Jugnauth
Primeiro-Ministro

Nascido em 1961, é filho do ex-Primeiro-Ministro Anerood Jugnauth (que ocupou a primatura em três ocasiões – 1982-1995; 2000-2003; 2014-2017). Formou-se em Direito na Universidade de Buckingham, na Inglaterra. Ingressou oficialmente no Militant Socialist Movement em 1990. Foi Ministro da Agricultura; da Tecnologia, Comunicação e Inovação; e atualmente acumula o cargo de Ministro das Finanças. É também membro da Assembleia Nacional desde maio de 2009. Assumiu o posto de Primeiro-Ministro em janeiro de 2017, sucedendo seu pai, e foi reeleito em novembro de 2019.



Nandcoomar Bodha
Ministro dos Negócios Estrangeiros

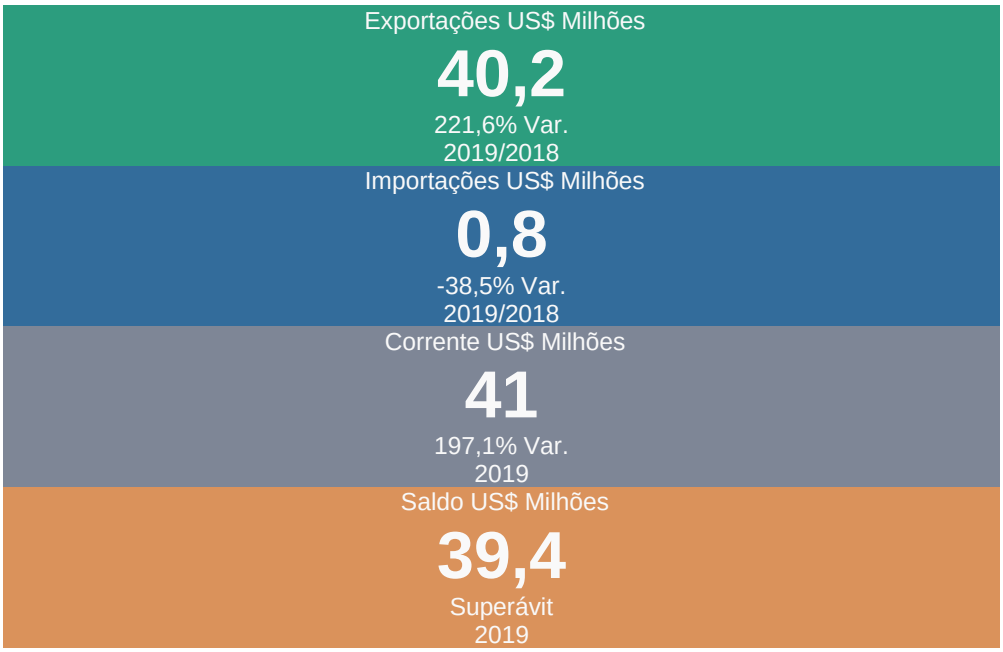
Nascido em 1954, é jornalista formado na Universidade de Rennes, na França. Exerceu, entre 1991 e 1995, o cargo de Diretor-Geral da "Mauritius Broadcasting Corporation". Desde 1996, é Secretário-Geral do "Militant Socialist Movement". Em 2000, elegeu-se parlamentar. Comandou, entre outubro de 2003 e julho de 2005, o Ministério da Agricultura e, entre maio de 2010 e julho de 2011, o Ministério do Turismo e Lazer.

MAPA DE MAURÍCIO



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Maurício
GENTÍLICO	Mauriciano
CAPITAL	Port Louis
ÁREA	2.040 km²
POPULAÇÃO	1,37 milhão
IDIOMAS	A língua oficial é o inglês, sendo o francês e o creole bastante difundidos.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hinduísta (52%), católica romana (23%), muçulmana (17%).
SISTEMA POLÍTICO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Prithvirajsing Roopun (desde dezembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Pravind Jugnauth (desde janeiro de 2017, reeleito em novembro de 2019)
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES	Nandcoomar Bodha (desde 2019)
PIB nominal	US$ 13,33 bilhões
PIB PPP	US$ 28,27 bilhões
PIB PPP *per capita*	US$ 22.300
IDH	0,796 (66º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	91,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia Mauriciana
EMBAIXADOR EM PORT LOUIS	Nedilson Jorge (Residente em Pretória)

CORRENTE DE COMÉRCIO EM 2019



0,02%
Part. nas Exportações
2019

116º
Ranking de Exportações
2019

0,0005%
Part. nas Importações
2019

136º
Ranking de Importações
2019

Fonte: Ministério da Economia

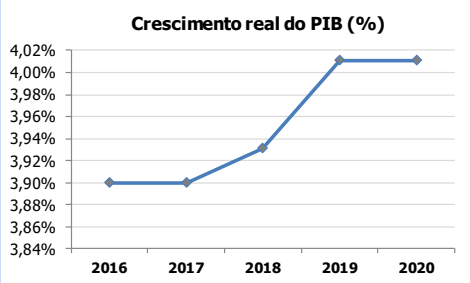
Principais indicadores socioeconômicos de Maurício

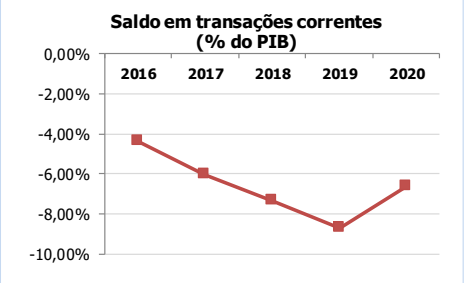
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	3,90%	3,93%	4,01%	4,01%
PIB nominal (US$ bilhões)	12,15	12,43	13,30	14,22	15,13
PIB nominal "per capita" (US$)	9.613	9.794	10.437	11.114	11.778
PIB PPP (US$ bilhões)	25,96	27,46	29,19	31,02	32,89
PIB PPP "per capita" (US$)	20.542	21.640	22.910	24.248	25.614
População (milhões habitantes)	1,264	1,269	1,274	1,279	1,284
Desemprego (%)	7,30%	6,90%	6,60%	6,23%	6,16%
Inflação (%)[2]	2,34%	4,21%	5,88%	4,75%	4,15%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,37%	-6,02%	-7,37%	-8,73%	-6,66%
Dívida externa (US$ bilhões)	17,95	19,70	20,84	22,32	23,10
Câmbio (MRs / US$)[2]	36,01	33,48	33,80	34,57	33,89
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			4,0%		
Indústria			21,8%		
Serviços			74,2%		

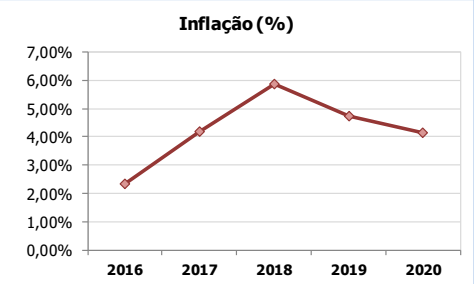
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

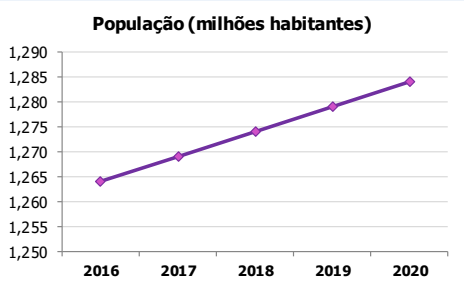
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974 – Brasil e Maurício estabelecem relações diplomáticas.

2011 – Visita do Ministro de Integração Social e Empoderamento Econômico de Maurício ao Brasil.

2012 – Visita do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício ao Brasil.

2013 – Visita do Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, a Maurício.

CRONOLOGIA DO PAÍS

1498 - Exploradores portugueses chegam a Maurício, durante viagem de Vasco da Gama ao redor do Cabo da Boa Esperança.

1598 – Holanda reivindica posse da ilha desabitada e a batiza em homenagem a seu Chefe de Estado, Maurício, Príncipe de Orange e Conde de Nassau.

1715 – França reivindica soberania sobre a ilha, e a renomeia Ile de France.

1810 - Forças britânicas derrotam a França e tomam controle de Maurício.

1820 – Trabalhadores indianos começam a chegar a Maurício como mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar.

1968 – Independência nacional. A monarca britânica mantém-se como Chefe de Estado.

1982 – Anerood Jugnauth é eleito Primeiro-Ministro, cargo que ocupará até 1995.

1992 – Adoção do regime republicano.

1995 – Navin Ramgoolam é eleito Primeiro-Ministro.

2000 – Maurício ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.

2000 – Anerood Jugnauth volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2003 – Anerood Jugnauth é eleito Presidente da República; o novo Primeiro-Ministro é Paul Berenger, o primeiro Chefe de Governo não hindu da ilha.

2005 – Navin Ramgoolam volta ao cargo de Primeiro-Ministro.

2008 – Anerood Jugnauth é reeleito Presidente da República.

2012 – Anerood Jugnauth renuncia ao cargo; Rajkeswur Purryag torna-se o novo Presidente.

2014 – Anerood Jugnauth volta a assumir o cargo de Primeiro-Ministro.

2015 - Rajkeswur Purryag renuncia à Presidência e é substituído por Ameenah Gurib-Fakim, primeira mulher a ser eleita para o cargo na história do país.

2017 – Pravind Jugnauth sucede seu pai como Primeiro-Ministro de Maurício.

2018 – Ameenah Gurib-Fakim renuncia à Presidência, que passa a ser exercida pelo então Vice-Presidente, Paramasivum Vyapoory.

2019 – Pravind Jugnauth é reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro, e Prithvirajsing Roopun é eleito Presidente pela Assembleia Nacional.

EMBAIXADA DO BRASIL EM PRETÓRIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR NEDILSON RICARDO JORGE

A. CONJUNTURA SUL-AFRICANA

Minha gestão à frente do Posto coincidiu com importante transição no governo sul-africano. O presidente Jacob Zuma renunciou em fevereiro de 2018. Em seu lugar, assumiu o então Vice-Presidente Cyril Ramaphosa, representante de ala reformista do ANC. Sob o mandato de Cyril Ramaphosa, a África do Sul tem buscado aprofundar os laços com parceiros econômicos relevantes, em particular na Europa, na Ásia (China e Japão) e com os Estados Unidos da América, bem como tem prospectado novas parcerias, sobretudo na região do Golfo. Esse movimento tem sido realizado sem perder de vista princípios históricos da diplomacia sul-africana, como o compromisso com o multilateralismo e a integração continental. A África do Sul é importante promotora de estabilidade e defensora do aprofundamento da integração econômica da África Austral e do continente como um todo. O país deve ser um dos maiores beneficiados pela entrada em vigor da Área de Livre Comércio do Continente Africano, ocorrida em 2019. A África do Sul exerce, em 2020, a Presidência de turno da União Africana - UA. Nessa posição, Ramaphosa tem defendido, em foros econômicos multilaterais, a suspensão dos pagamentos de juros sobre a dívida dos países africanos e lançamento de pacote de estímulo.

B. DIÁLOGO BRASIL-ÁFRICA DO SUL

2. A aproximação com o Brasil é impelida, em grande medida, pela percepção de similaridade dos desafios enfrentados. A África do Sul é um país de renda média, com economia diversificada e capacidade industrial relevante. Ao mesmo tempo, defronta-se com o imperativo de promover um ciclo virtuoso, duradouro e inclusivo de crescimento, bem como de inserir-se plenamente nas mais recentes revoluções industriais. Os dois países também compartilham interesses comuns na manutenção da paz e da segurança no Atlântico Sul, bem como exercem papel de liderança em suas respectivas regiões.

3. Os dois países mantiveram e aprofundaram suas relações estratégicas, pautadas por denso diálogo político, relevante intercâmbio econômico-comercial e cooperação em temas de interesse mútuo, o qual abarca áreas sofisticadas, como indústria de defesa e o setor aeroespacial.

B.1 Visitas e encontros bilaterais

4. Entre 2016 e 2020, a Embaixada em Pretória acompanhou e auxiliou na organização de visitas brasileiras de alto nível, as quais foram fundamentais para o bom momento por que passam as relações bilaterais. A participação do Brasil e da África do Sul em foros multilaterais e regionais, como os BRICS, igualmente tem facilitado os encontros bilaterais de alto nível. Em maio de 2017, o então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, esteve em Pretória, onde manteve encontro com sua homóloga sul-africana, bem como participou de seminário empresarial. Em outubro do mesmo ano, realizou-se, em Durban, reunião ministerial do Fórum IBAS, com nova vinda do então Chanceler brasileiro à África do Sul.

5. Ao longo de 2018, no contexto da Presidência sul-africana do BRICS e das diversas reuniões temáticas realizadas, registraram-se dezenas de visitas brasileiras de nível técnico e ministerial, apoiadas e acompanhadas pela Embaixada. Em junho, o então Secretário-Geral das Relações Exteriores esteve em Pretória, na qualidade de representante brasileiro à reunião de chanceleres dos BRICS, e manteve encontro com a então Ministra de Relações Internacionais e Cooperação, Lindiwe Sisulu. Em julho, o então Presidente Michel Temer participou da cúpula do BRICS em Joanesburgo, tendo mantido encontro com o Presidente Ramaphosa.

6. Em maio de 2019, o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, compareceu à posse do Presidente Ramaphosa, na qualidade de enviado pessoal do Presidente Jair Bolsonaro. A participação do Ministro Azevedo na posse presidencial foi recebida pelo lado sul-africano como importante sinal de compromisso do governo brasileiro com a parceria bilateral.

7. A Presidência brasileira do BRICS, em 2019, igualmente favoreceu contatos entre autoridades brasileiras e sul-africanas. Em julho, os Chanceleres do Brasil, Ernesto Araújo, e da África do Sul, Naledi Pandor, mantiveram extenso encontro bilateral. Na ocasião, foram acordadas iniciativas relevantes para o aprofundamento do relacionamento bilateral, como a retomada da Comissão Mista bilateral. Em novembro, Cyril Ramaphosa participou da cúpula do agrupamento em Brasília.

8. Têm sido frequentes, ademais, os encontros à margem de reuniões de foros multilaterais. Ainda em janeiro de 2019, menos de um mês após a posse do Presidente Jair Bolsonaro, o mandatário brasileiro, a pedido do lado sul-africano, encontrou-se com o Presidente Cyril Ramaphosa à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

B.2 Comista

9. A retomada da Comissão Mista Brasil-África do Sul, após hiato de seis anos, constituiu importante marco para o relacionamento bilateral durante minha gestão. A reunião realizou-se em outubro de 2019, em Pretória. A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega. Pelo lado sul-africano, a reunião foi copresidida pelo Diretor-Geral da Chancelaria, Kgabo Mahoai.

10. O encontro deu impulso relevante para o avanço e a conclusão da negociação de diversos instrumentos bilaterais em áreas como Defesa, Ciência e Tecnologia, Telecomunicações, Energia e Cooperação Jurídica. Ofereceu também oportunidade para que fosse passado em revista o atual estágio das relações bilaterais e para a identificação de novas áreas de interesse mútuo para cooperação.

B.3 Acordos assinados

11. Ao longo dos quatro anos em que chefiei o Posto, foram celebrados os seguintes acordos:

- Acordo Acerca de Coproduções Audiovisuais: Assinado em setembro de 2018, em Brasília, pelo Ministro da Cultura e pelo Ministro de Artes e Cultura sul-africano.
- Arranjo Administrativo para Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Cônjuges de Pessoal Diplomático e Oficial. Foram trocadas Notas Verbais entre a Embaixada e a Chancelaria sul-africana formalizando o arranjo, que se tornou válido em setembro de 2018.

C. RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

C.1 Comércio e investimentos

12. Ao longo de minha gestão, a África do Sul se consolidou como o segundo maior destino para exportações brasileiras no continente africano. Durante o período, o total das exportações do Brasil oscilou entre USD 1,13 bilhão, em 2019, e USD 1,51 bilhão, em 2017. A relativa diversificação da economia sul-africana tem-se refletido em uma pauta comercial variada, com preponderância de produtos manufaturados e semimanufaturados em ambas as direções. A África do Sul conta, ademais, com quadro diversificado de empresas brasileiras no continente. Estão no país empresas como Ab-Inbev, Embraer, WEG, Marcopolo, Tramontina, BRF, JBS-Seara, LATAM, Havaianas, Randon, entre outras.

13. Nos últimos quatro anos, o setor de promoção comercial da Embaixada manteve diálogo frequente com empresas brasileiras ou de capital brasileiro presentes na África do Sul e empresas sul-africanas com investimentos ou interesses comerciais no Brasil. Essa constante interação permitiu à Embaixada, por exemplo, acompanhar e apoiar a criação, em 2019, da "Brazil-South Africa Chamber of Commerce – BSA Chamber" (incialmente denominada Câmara de Comércio e Indústria Brasil-África do Sul- CCIBAS). Trata-se da primeira câmara de comércio entre os dois países.

14. A organização de seminários e oficinas sobre temas de interesse do setor privado brasileiro, tais como especificidades jurídicas locais, mineração, indústria de defesa, entre outros, constituíram parte relevante dos esforços de promoção comercial. Esses eventos permitiram a divulgação de oportunidades de investimento no Brasil, bem como possibilitaram maior aproximação entre empresas dos dois países.

15. O Posto também apoiou a promoção dos interesses do País em eventos de alcance nacional, com forte participação dos atores locais, inclusive sob as condições

excepcionais determinadas pela pandemia da COVID-19 e restrições adotadas para contê-la. Exemplo próximo é a "webinar" sobre "Como lidar com os desafios da segurança alimentar e da produção de alimentos saudáveis no contexto da COVID-19?", inscrito na "Food & Hospitality Next Africa Summit", evento realizado durante todo o mês de setembro de 2020, em uma série de sessões virtuais. O debate organizado pela Embaixada contará com a participação de representantes do MAPA, de centros de pesquisa sul-africanos e de outros comentaristas de alto nível.

16. A maior aproximação com o empresariado local, além de contribuir para os esforços de promoção comercial da Embaixada, tem colocado em evidência a imagem do Brasil neste país.

17. A Embaixada em Pretória igualmente manteve interlocução frequente com órgãos competentes no governo local, como, por exemplo, nos altos escalões do Ministério de Comércio, Indústria e Competição (DTIC).

18. A Embaixada apoiou a participação brasileira em diversas feiras comerciais locais, em setores como máquinas agrícolas; defesa; alimentação e bebidas; energia; e equipamentos médicos. Também foram apoiadas missões empresariais brasileiras à África do Sul para prospectar mercado e promover exportações em áreas como indústria mecânica; máquinas agrícolas; setor lácteo; segurança privada e transporte de valores; defesa; peças automotivas; entre outras.

19. Do mesmo modo, foram acompanhadas situações específicas de investimentos brasileiros no país e de operações de exportação de bens e serviços. O setor comercial tem sido procurado com crescente frequência por empresas brasileiras e sul-africanas interessadas em expandir negócios e abrir mercados para novos produtos. Anualmente, o setor responde a cerca de 400 consultas por e-mail, além de realizar atendimentos telefônicos e presenciais.

20. Foram produzidos, igualmente, diversos estudos em áreas de interesse comercial para o Brasil como, por exemplo: mapeamento de empresas brasileiras na África do Sul; avaliação sobre indústria de defesa da África do Sul; análise sobre o impacto da Zona de Livre Comércio Continental da África; e identificação de barreiras não tarifárias para produtos brasileiros e de eventuais desafios logísticos para o comércio de produtos agrícolas. Noto, a propósito, estar prevista a elaboração, em 2020, de estudo sobre o setor de carne suína.

21. A Embaixada engajou-se, por fim, na divulgação de informações sobre oportunidades de investimento no Brasil, eventos e feiras comerciais, como nos casos dos leilões conduzidos pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de eventos voltados para atração de investimentos e dos projetos compradores da Apex Brasil, entre outros.

C.2 Acordo Mercosul-SACU

22. Durante minha gestão, pude acompanhar o início da vigência do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), bloco econômico que reúne, além da África do Sul, Namíbia, Botsuana,

Lesoto e Eswatini. O ACP, em vigor desde abril de 2016, abrange 1.026 linhas tarifárias oferecidas pela SACU e 1.076 linhas abertas pelo MERCOSUL, com margens de preferência de 10, 25, 50 e 100%.

C.3 Agricultura

23. A agricultura tem despontado como importante vertente das relações econômicas. Nos últimos anos, o Brasil situou-se entre as principais origens das importações sul-africanas de produtos agropecuários, mantendo média de USD 500 milhões anuais.

24. Ao longo da minha gestão à frente da Embaixada, estimulei atuação coordenada entre os setores de promoção comercial, de agricultura e a adidância do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nesta capital, com vistas a buscar defender os interesses comerciais brasileiros em agricultura.

25. Essas ações permitiram a abertura do mercado sul-africano para a carne suína, ovos e manga brasileiros, em 2017 e 2018.

26. A Embaixada tem atuado intensamente para facilitar a articulação entre os setores privados brasileiro e sul-africano, a imprensa local e os órgãos do governo local, com vistas a defender as exportações brasileiras de carne de frango. Principal item vendido pelo Brasil à África do Sul, correspondente a 20% de toda a pauta de exportações brasileiras ao país.

27. A Embaixada também auxiliou na preparação e realização de visitas ministeriais e de altos funcionários do MAPA, que permitiram estimular a cooperação agrícola e avançar os interesses brasileiros na área. Ressalto, em particular, as visitas do então Secretário de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), José Ricardo Roseno, em 2017, do então Ministro Blairo Maggi, em 2018, por ocasião de reunião ministerial dos BRICS, bem como do Secretário Adjunto de Relações Internacionais do MAPA, Flávio Bettarello, em janeiro de 2020.

C.4 Turismo

28. Os últimos anos registraram crescimento expressivo do interesse de turistas brasileiros pela África do Sul. Segundos dados do governo local, houve crescimento de mais de 260% no número de turistas brasileiros que visitam anualmente a África do Sul (de 29 mil para 77 mil). A inauguração do voo da LATAM entre São Paulo e Joanesburgo, a partir de outubro de 2016, contribuiu significativamente para esse crescimento no número de turistas brasileiros. Antes do fechamento de fronteiras provocado pela pandemia de COVID-19, a LATAM operava cinco voos semanais entre Brasil e África do Sul.

29. De modo a incentivar o aumento do número de turistas sul-africanos para o Brasil, a Embaixada buscou intensificar a aproximação com operadores e agências de viagem, bem como promover atividades específicas para divulgar os destinos turísticos brasileiros. O Posto, nesse quadro, tem participado de "roadshows" anuais da LATAM na África do Sul e promoveu, em 2019, seminário exclusivamente voltado para a

promoção dos produtos turísticos do Brasil. O evento contou com a participação de representantes do governo local e de diversos setores da cadeia de turismo.

30. O potencial de crescimento do turismo entre Brasil e África do Sul também levou ao fortalecimento do diálogo com os órgãos competentes do governo local para o setor de turismo, nomeadamente o Ministério do Turismo e agência SA Tourism. Em janeiro de 2019, mantive reunião com o então Ministro do Turismo da África do Sul, Derek Hanekom, ocasião em que exploramos iniciativas conjuntas para promover o turismo bilateral.

D. COOPERAÇÃO SETORIAL

D.1 Defesa

31. A cooperação em matéria de defesa tem constituído um dos principais eixos das relações Brasil-África do Sul. Em setembro de 2019, foi concluído o projeto conjunto para a construção do míssil Ar-Ar "A-Darter". A parceria envolveu, por um lado, a Força Aérea Brasileira (FAB), empresas nacionais (Optoeletrônica, Mectron/SIATT, Avibrás) e a estatal de produtos de defesa sul-africana, Denel. O êxito do projeto em área sensível e de alta sofisticação constitui, talvez, o melhor indicador do potencial da cooperação entre os dois países.

32. Para além do projeto comum, as duas Forças Armadas mantêm intenso fluxo de visitas, que tem sido acompanhado e apoiado pela Embaixada, em coordenação com as adidâncias militares instaladas em Pretória. Em 2018, o Comandante do Exército da África do Sul, General Lindile Yam, realizou visita ao Brasil, ocasião em que se encontrou com o então Comandante do Exército Brasileiro, General Eduardo Villas Bôas. Em maio de 2019, no contexto da participação do Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, na posse do Presidente Ramaphosa, a autoridade brasileira manteve encontros com a diretoria da Denel. Nos últimos quatro anos, ademais, registraram-se diversas visitas de altos oficiais brasileiros ao país.

33. A cooperação entre as Forças Armadas também se tem traduzido na realização regular de exercícios militares conjuntos. Ressalto, em particular, as operações IBSAMAR, que reúne as marinhas do Brasil, da Índia e da África do Sul e ATLASUR, que reúne as marinhas de Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul. Ambos os exercícios ocorrem com periodicidade bienal e tiveram sua última edição realizada em 2018. As edições de 2020, contudo, foram adiadas para 2022.

34. A Embaixada também procurou fortalecer o diálogo com a indústria de defesa local. Em setembro de 2019, foi promovido encontro informal com representantes de empresas do setor de defesa da África do Sul. O evento contou com a participação de representantes de 19 empresas sul-africanas, da Associação da Indústria Aeroespacial, Marítima e de Defesa da África do Sul (AMD), e do governo local.

D.2 Energia

35. O governo sul-africano tem demonstrado renovado interesse em aprofundar o diálogo com o Brasil na área de biocombustíveis. Durante a última reunião da Comissão Mista bilateral, foram discutidas possibilidades de cooperação nesse domínio. Na ocasião, foi formalizado convite para que a África do Sul enviasse missão técnica ao Brasil, no primeiro semestre de 2020.

36. Em dezembro de 2019, encontrei-me com o Ministro de Recursos Minerais e Energia, Gwede Mantashe. O Ministro Mantashe manifestou sua intenção de chefiar a missão sul-africana ao Brasil na área de biocombustíveis. A Embaixada intermediou os contatos e participou da preparação da visita, programada inicialmente para o mês de janeiro de 2020. A visita, contudo, foi adiada a pedido sul-africano.

37. Também em seguimento aos resultados da Comista, a Embaixada envidou esforços para organizar o seminário "Bioenergy, bioelectricity and biofuels in South Africa Policy Forum", com o objetivo de abordar temas como a cadeia produtiva de etanol, políticas de bioenergia e geração de energia elétrica a partir de biomassa. Previsto para ocorrer em meados de março de 2020, o evento teve de ser adiado em função do agravamento da pandemia de COVID-19.

38. No plano da energia nuclear, Brasil e África do Sul concluíram, recentemente, as negociações para o estabelecimento de Acordo de Cooperação em Usos Pacíficos da Energia Nuclear, o qual aguarda ocasião para sua assinatura. A África do Sul constitui um dos maiores produtores de isótopos medicinais do mundo. Espera-se que o acordo facilite o acesso brasileiro a esses insumos.

D.3 Ciência, tecnologia e inovação (C,T & I)

39. Ao longo de minha gestão, busquei estreitar os laços com o Ministério de Ciência e Inovação (DSI) da África do Sul, assim como com outros atores do ecossistema de C,T&I, para avançar a agenda bilateral, bem como para identificar novas áreas com potencial de cooperação bilateral.

40. Busquei também enfatizar a área de inovação, em particular à promoção do contato entre os ecossistemas de "startups" brasileiro e sul-africano. Em 2018, a Embaixada realizou seminário sobre o tema, em parceria com o DSI e com o parque tecnológico local “Innovation Hub". Em 2019, foi planejada nova edição do seminário, que enfocaria temas relacionados a “agritechs". O evento, contudo, teve de ser adiado, aguardando-se novas datas após a superação das atuais restrições impostas pelo COVID-19.

41. Constatou-se grande interesse, tanto do lado sul-africano quanto do lado brasileiro, na elaboração de programa de incubação cruzada de "startups" entre os dois países. Embora adiado em razão da pandemia do novo coronavírus, julgo que tal projeto tem grande potencial para criar dinâmica própria entre os ecossistemas de inovação dos dois países.

42. A Embaixada também passou a participar do "Science Forum South Africa" (SFSA), um dos maiores eventos de C,T&I do continente, que promove a interação entre governos, comunidade científica e sociedade civil. Representei o Brasil na edição

de 2017 do evento, e o Posto participou como expositor e organizou painéis com palestrantes brasileiros em 2018 e 2019. Na última edição, em 2019, participaram do SFSA representantes de três "startups" brasileiras na área de tecnologia para saúde. Segundo os representantes das empresas brasileiras, a missão rendeu contatos importantes, com potencial de estabelecimento de parcerias tanto acadêmicas, quanto comerciais.

43. O lado sul-africano, por fim, tem manifestado interesse em estreitar a cooperação em temas relacionados às Tecnologias de Comunicações e Informação (TICs). Em 2019, a África do Sul apresentou proposta de Memorando de Entendimento em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Atualmente, o texto encontra-se sob análise das autoridades brasileiras.

D.4 Educação

44. No plano da cooperação em matéria de educação, destacam-se os programas de leitorados brasileiros em Pretória (Universidade de Pretória - UP) e na Cidade do Cabo (Universidade da Cidade do Cabo - UCT). Ambos os programas iniciaram suas atividades em 2015.

45. Em minha gestão, a Embaixada acompanhou as atividades do Programa de Leitorado na Universidade de Pretória (UP). Previsto para encerrar-se em dezembro de 2016, o Programa foi renovado até dezembro de 2018. Em 2019, a Embaixada, novamente, atuou em favor da renovação do Programa junto à Universidade de Pretória para o biênio 2020-2021. Embora os ajustes finais para o início das atividades da nova leitora selecionada tenham sido concluídos, o Programa teve seu início adiado devido à impossibilidade de a leitora deslocar-se para a África do Sul durante a pandemia.

46. Ainda no plano da educação superior, registraram-se, nos últimos quatro anos, as duas primeiras participações sul-africanas no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Um dos alunos selecionados, a propósito, realizou cursos de português no Centro Cultural Brasil-África do Sul.

47. Vem despontando como promissora a área de metodologia de avaliação de material didático. Com o acompanhamento da Embaixada, contatos vêm sendo mantidos entre o Ministério de Educação Superior e Treinamento da África do Sul e o Ministério da Educação brasileiro. A iniciativa reveste-se de importância para a troca de experiências e de boas práticas entre os respectivos ministérios, e conta, segundo relatado ao Posto, com acolhida bastante favorável por parte das autoridades brasileiras engajadas até o momento.

E. DIFUSÃO CULTURAL

48. Ao longo dos quatro anos em que chefiei a Embaixada do Brasil em Pretória, pude constatar a existência de crescente interesse por parte da população sul-africana por assuntos relacionados ao Brasil.

E.1 Centro Cultural Brasil-África do Sul

49. Ao assumir a Embaixada na África do Sul, adotei como prioridades para o Centro Cultural Brasil-África do Sul (CCBAS) a diversificação de suas atividades e o incremento do número de alunos. Com esse objetivo, foram estabelecidas e reforçadas parcerias com instituições locais, oferecendo condições especiais para a abertura de novas turmas de alunos de português. Como resultado, o número de alunos do CCBAS passou de 16, antes de minha chegada, para 94, no primeiro semestre de 2020.

50. Foi também iniciado o programa "Brasil nas Escolas", com o intuito de despertar o interesse pela língua portuguesa e pela cultura brasileira entre os alunos sul-africanos do ensino médio e fundamental, por meio de palestras sobre o Brasil, sobre diferentes aspectos da cultura nacional e com a realização de oficinas de samba.

E.2 Atividades culturais

51. Ao longo de minha gestão, o setor cultural da Embaixada buscou promover maior envolvimento do CCBAS nos eventos realizados, bem como estabelecer parcerias com empresas e entidades locais, com vistas a reduzir a dependência de recursos do governo brasileiro. Procurou-se, ademais, que os eventos culturais promovidos pela Embaixada tivessem o maior impacto possível junto ao público local. Por fim, privilegiou-se a interação com produtores locais da economia criativa, com instituições de ensino superior e com formadores de opinião do ramo cultural.

52. Esses esforços têm tido bons resultados. Nos últimos quatro anos, houve forte incremento nas atividades culturais promovidas pela Embaixada. Foram realizados ou apoiados 77 eventos de promoção cultural, entre festivais gastronômicos e de cinema, exibição de filmes, espetáculos de dança e teatro, apresentações musicais, festas típicas brasileiras, entre outros.

53. Entre os eventos mais importantes, ressalto o Festival Afro-Brasileiro, o Festival de Cinema Brasileiro, realizado em Joanesburgo, bem como o apoio à Festa Junina anual organizada pela ONG "Brazilian Social Committee". Esses eventos, de periodicidade anual, têm contado com intensa participação do público e têm tido ampla repercussão em meios de comunicação locais.

E.3 Acordo de Coproduções Audiovisuais

54. Durante minha gestão, Brasil e África do Sul assinaram Acordo Acerca de Coproduções Audiovisuais, importante instrumento para facilitar, às coproduções, acesso ao respectivo mercado interno da outra parte com o tratamento de produto nacional. Isso possibilitará, por exemplo, acesso a segmentos reservados, linhas de financiamento para filmes nacionais, incentivos fiscais, entre outros. O Acordo aguarda a ratificação pelo Congresso Nacional brasileiro para entrar em vigor.

F. TEMAS CONSULARES E COOPERAÇÃO JURÍDICA

F.1 Perfil da comunidade brasileira

55. A comunidade brasileira na jurisdição do Posto é formada principalmente por brasileiros expatriados (trabalhando temporariamente em empresas sul-africanas ou multinacionais), missionários e pessoas que estabeleceram família sul-africana. Ao longo de minha gestão, busquei incentivar a aproximação com os brasileiros aqui residentes. Esses esforços levaram à criação do "Brazilian Social Committee", que, em conjunto com a Embaixada, tem promovido e/ou participado de eventos culturais brasileiros. O Comitê, além disso, realiza diversas iniciativas de caridade em comunidades carentes da região de Joanesburgo, além de ter contribuído com doações para brasileiras detidas com seus filhos em prisões sul-africanas.

F.2 Instalações do setor consular

56. Registro, com satisfação, que nos últimos quatro anos houve significativa melhora nas instalações da seção consular da Embaixada em Pretoria. Em 2019, por ocasião da mudança de sede da Chancelaria, o setor consular passou a contar com sala de espera mais ampla, sala de entrevistas e sala de arquivo condizente com a necessidade de serviço.

F.3 Brasileiros detidos

57. O tema que tem exigido maior atenção do Posto tem sido o crescente número de brasileiros presos na jurisdição da Embaixada em Pretória. O número de detidos passou de 13, em 2016, para 38, em 2019. O tráfico de entorpecentes por via aérea constitui o principal motivo da detenção de brasileiros neste país, em função, sobretudo, da ampliação da conectividade aérea entre o Brasil e a África do Sul e a posição do aeroporto de Joanesburgo como importante "hub" aéreo do continente.

58. Tendo em vista não haver meios para que as famílias, do Brasil, enviem auxílio a seus parentes aqui detidos, busquei sempre garantir fosse a eles oferecido auxílio humanitário, para o que sempre contei com relevante apoio da área consular do MRE. Durante minha gestão foi possível manter, ademais, regularidade quadrimestral nas visitas aos presídios com nacionais brasileiros presos.

59. Procurei também aumentar a interlocução com o Departamento de Serviços Correcionais sul-africano (DCS), o que permitiu obter maior fluidez na obtenção de informações e no atendimento às solicitações acerca dos presos brasileiros. Do mesmo modo, solicitei ao setor consular da Embaixada em Pretória incrementar o contato com o Ministério do Interior (DHA), responsável pela deportação dos brasileiros libertados do sistema prisional sul-africano, o que tem permitido maior previsibilidade no complexo processo de soltura e deportação.

60. O aumento do número de presos e a maior interlocução com o DCS ensejaram, também, maior interesse daquele Departamento na relação com o Brasil. Planejou-se, nesse quadro, visita do Comissário Nacional de serviços correcionais ao Brasil, com vistas a identificar oportunidades de cooperação técnica, a qual não pôde ocorrer no final de 2019, por problemas de agenda, e tampouco no início de 2020, devido à pandemia. Igualmente, o DCS passou a demonstrar maior interesse na celebração de

acordo bilateral sobre transferência de pessoas condenadas (tratado na seção de cooperação jurídica internacional), proposto pelo lado brasileiro em 2012.

F.4 Repatriação no contexto da pandemia de COVID-19

61. A área de assistência consular teve como momento mais crítico em minha gestão a repatriação de quase 600 nacionais brasileiros retidos na África do Sul quando do início da pandemia do novo coronavírus e do fechamento das fronteiras sul-africanas Nesse contexto, mobilizei toda a Embaixada para envidar esforços incessantes junto a todos os diversos atores envolvidos, em meio a complexa circunstância de "lockdown" do país, para que os cidadãos brasileiros aqui retidos pudessem voltar ao Brasil o mais rápido possível, o que ocorreu graças à realização de dois voos de repatriação, um operado pela LATAM e outro fretado pelo Governo brasileiro.

62. Graças a esses esforços, o Brasil foi o primeiro país a receber autorização do governo local para realizar voos de repatriação. O governo brasileiro, ademais, permitiu que cidadãos sul-africanos fossem repatriados do Brasil (sem ônus adicional) utilizando a mesma aeronave que fora fretada pelo Governo brasileiro, gesto que foi publicamente reconhecido pelo governo local.

63. Desde o voo de repatriação de 6 de abril, o Posto tem estado atento a alternativas para que os brasileiros ainda retidos na África do Sul possam ser repatriados. Todas as informações disponíveis sobre voos de repatriação organizados por outros países são constantemente atualizadas e divulgadas na página eletrônica, nos perfis do Posto nas redes sociais e enviadas por e-mail aos brasileiros que se cadastraram solicitando repatriação. A Embaixada tem prestado apoio também por meio da emissão de documentos requisitados pelas autoridades locais para permitir o embarque nos voos de repatriação.

64. Desde a partida do voo de repatriação de 6 de abril até o dia 31 de agosto, o Posto auxiliou 113 brasileiros a retornarem da África do Sul ao Brasil por meio dos voos de repatriação mencionados. O Posto tem prestado, ainda, orientação aos cidadãos que se declaram em situação de desvalimento, com encaminhamento à Defensoria Pública da União (DPU) para avaliação de hipossuficiência. Nesse sentido, foi realizada a repatriação, com recursos da União, de seis nacionais.

F.5 Cooperação jurídica

65. Ao longo dos últimos quatro anos, registrou-se considerável avanço na negociação de acordos de cooperação jurídica entre o Brasil e a África do Sul. Estão concluídas as negociações para a assinatura de Acordo sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, que aguarda ocasião para assinatura. Foi possível, além disso, avançar na negociação do Tratado de Extradição, que se encontra próxima de ser finalizada.

66. Em 2019, como reflexo da maior interação que promovi entre o Posto e o Departamento de Serviços Correcionais (DCS), assim como do aumento do número de presos brasileiros no país, o DCS manifestou interesse em retomar as discussões sobre

Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas, proposto inicialmente pelo Brasil, em 2012.

LESOTO

A. QUADRO GERAL

67. O pleito legislativo de junho de 2017 transcorreu de forma pacífica e resultou em vitória eleitoral da oposição. Thomas Thabane, ex-Primeiro-Ministro entre 2012 e 2015, foi novamente alçado à chefia do governo basoto.

68. A Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC) tem sido o principal foro internacional responsável por promover a estabilização do Lesoto. A SADC tem insistido na realização de reformas institucionais profundas no país, em particular em suas forças de segurança e no Judiciário. Em julho de 2019, durante visita de Cyril Ramaphosa - enviado da SADC para o Lesoto -, foi acordada a criação da autoridade nacional para reformas, com vistas a supervisionar as mudanças institucionais. Em novembro de 2019, a segunda conferência do diálogo nacional marcou o encerramento do processo de consultas populares quanto às reformas a serem implementadas.

69. Em maio de 2020, o primeiro-ministro Thomas Thabane renunciou. Em seu lugar, assumiu o então Ministro das Finanças, Moeketsi Majoro.

70. A chegada de Majoro pode significar mudança relevante no quadro político do Lesoto. Além de importante renovação geracional trazida pelo novo primeiro-ministro, Majoro tem sinalizado que priorizará a implementação de reformas institucionais.

B. RELAÇÕES BILATERAIS

71. No plano bilateral, as relações com o Lesoto se têm concentrando em gestões em favor de candidaturas brasileiras. Por ocasião da apresentação de minhas credenciais no país, em fevereiro de 2017, autoridades do governo basoto e o próprio Rei Letsie III indicaram interesse em manter cooperação com o Brasil em áreas como combate ao HIV/AIDS, desenvolvimento e apoio à pequena agricultura e formação de técnicos de futebol. O lado brasileiro chegou a propor o envio de missão técnica ao país para conhecer de modo mais detalhado as demandas basotas.

MAURÍCIO

A. QUADRO GERAL

72. Nos anos em que chefiei este Posto, o panorama político em Maurício foi marcado pela prevalência do "Movimento Socialista Militante" (MSM), partido político de Anerood Jungnauth, ex-Primeiro-Ministro do país por seis mandatos. Em janeiro de 2017, Jungnauth anunciou sua renúncia e a indicação de seu filho Pravind Jungnauth, também membro do parlamento, como novo Primeiro-Ministro. Ao defender a indicação, Anerrod Jungnauth indicou ser necessária renovação geracional na liderança do país.

73. À frente do governo mauriciano desde então, Pravind Jungnauth tem dado prosseguimento às políticas de seu pai, em especial a busca por diversificação econômica. Sob a liderança dos Jungnauth, Maurício mantém, há mais de uma década, taxas de crescimento consistentes, da ordem de 4% ao ano. O novo Primeiro-Ministro também deu passos relevantes para ampliar a rede de proteção social no país, em especial pelo estabelecimento de salário mínimo, no final de 2018.

74. Em novembro de 2019, Pravind Jungnauth teve seu mandato confirmado após vitória eleitoral de sua coalizão nas eleições gerais realizadas no país.

75. A progressiva melhora do quadro econômico e a adoção de medidas de promoção do bem-estar social têm-se refletido em importante melhora em indicadores globais. Maurício, por exemplo, apresenta o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano no continente africano (0,796, na 66ª colocação).

76. No plano internacional, Maurício tem renovado, em foros internacionais, a campanha pela retomada da soberania sobre o arquipélago de Chagos, atualmente sob administração do Reino Unido. O parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) nessa questão reconhece que o processo de descolonização do arquipélago não havia sido completo e indica a necessidade de o Reino Unido cessar a administração do território o mais rápido possível. O Brasil votou favoravelmente na Assembleia Geral à solicitação de parecer à CIJ e participou dos procedimentos da Corte.

B. RELAÇÕES BILATERAIS

77. No plano bilateral, as relações com Maurício progrediram. Encontra-se concluída negociação de Acordo de Serviços Aéreos, que aguarda oportunidade para assinatura. O acordo reveste-se de importante simbolismo, uma vez que deverá constituir o primeiro instrumento a ser firmado entre os dois países. Observo, a propósito, que se vem registrando importante aumento no número de turistas brasileiros que visitam o país, na esteira da autorização, por parte de órgãos reguladores brasileiros, da empresa "Air Mauritius" para operar voos em “code-share" para o Brasil com a "South African Airways", em meados de 2018.

78. Intensificaram-se, ademais, os contatos entre os adidos policial e de inteligência com suas contrapartes mauricianas, em contexto de crescente cooperação para o combate a ilícitos transnacionais.